

História Antiga: Relações Interdisciplinares.

Paisagens Urbanas,
Rurais & Sociais

Carmen Soares, José Luís Brandão &
Pedro C. Carvalho (coords.)

Breve nota curricular sobre os coordenadores do volume

Carmen Soares, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membro integrado do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da mesma universidade. Os seus estudos e traduções desenvolvem-se na área científica de Estudos Clássicos, focando-se nos seguintes domínios específicos: historiografia (Heródoto), filosofia (Platão), tragédia (Eurípides), família (Plutarco), dieta e alimentação (Hipócrates e Literatura Gastronómica). Na qualidade de tradutora e comentadora de textos clássicos é co-autora dos livros V e VIII das *Histórias* e autora do *Ciclope* de Eurípides, do *Político* de Platão, *Sobre o afeto aos Filhos* de Plutarco e *Iguarias do Mundo Grego* de Arquêstrato. Coordenou diversos volumes coletivos e publicou várias dezenas de artigos e capítulos de livros.

José Luís Lopes Brandão, professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, dedica-se ao estudo da língua, cultura e literatura latina (epigrama, romance latino, biografia, historiografia), bem como da história de Roma. Entre os autores que tem estudado salientam-se Marcial, Suetónio, a História Augusta e Plutarco, sobre os quais publicou diversos estudos e traduções. Trabalha na coordenação de volumes sobre a história de Roma. No que respeita ao teatro clássico, tem desenvolvido actividade relacionada com a tradução e produção dramática (actor, encenador e consultor) no grupo de teatro Thíasos e coordena o Festival de Teatro de Tema Clássico (FESTEIA).

Pedro C. Carvalho, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador no Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Doutorado em Arqueologia. Cooordenou a intervenção arqueológica efetuada no quadro da obra de ampliação e requalificação do Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra) e coordenou uma equipa multidisciplinar que produziu o Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua. Para além da coordenação de projetos de investigação, dirigiu escavações arqueológicas na área da arqueologia romana, em lugares como Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova) ou Castro de Avelãs (Bragança). Autor de livros e artigos científicos, tem também produzido textos de divulgação para Museus e Centros de Interpretação. Recentemente coordenou a produção de conteúdos para o Centro Interpretativo de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar), no qual se inclui o documentário “O ouro de Tresminas”, distinguido no FICAB 2016 (entre 38 concorrentes de 11 países) com o prémio Arkeolan - melhor divulgação científica.

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ESTRUTURAS EDITORIAIS
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

DIRETOR PRINCIPAL
MAIN EDITOR

Delfim Leão
Universidade de Coimbra

ASSISTENTES EDITORIAIS
EDITORIAL ASSISTANTS

Elisabete Cação
João Pedro Gomes
Marina Gelin Fernandes
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA
EDITORIAL BOARD

Alberto Maffi
Università degli Studi di Milano-Bicocca

André Carneiro
Universidade de Évora, Portugal

Antonio Pizzo
Instituto de Arqueología-Mérida, Espanha

Brais Currás
Universidade de Coimbra, Portugal

Catarina Viegas
Universidade de Lisboa, Portugal

Fábio Faversani
Universidade de Ouro Preto, Brasil

Francisco Fernández
Universidad de Sevilla, Espanha

Francisco Sande de Lemos
Universidade do Minho, Portugal

Helena Paula Carvalho
Universidade do Minho, Portugal

João Pedro Bernardes
Universidade do Algarve, Portugal

José Carlos Quaresma
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

José d'Encarnação
Universidade de Coimbra, Portugal

Maria da Conceição Lopes
Universidade de Coimbra, Portugal

Maria Manuela Martins
Universidade do Minho, Portugal

Nuno Simões Rodrigues
Universidade de Lisboa, Portugal

História Antiga: Relações Interdisciplinares

**Paisagens Urbanas,
Rurais & Sociais**

**Carmen Soares, José Luís Brandão e
Pedro C. Carvalho (coords.)**

Universidade de Coimbra

IMPrensa da Universidade de Coimbra
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

HISTÓRIA ANTIGA: RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES. PAISAGENS URBANAS, RURAIS & SOCIAIS
ANCIENT HISTORY: INTERDISCIPLINARY APPROACHES. URBAN, RURAL & SOCIAL LANDSCAPES

COORDS. EDS.

Carmen Soares, José Luís Brandão, Pedro C. Carvalho

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
www.uc.pt/imprensa_uc

Contacto Contact

imprensa@uc.pt
Vendas online Online Sales
http://livrariadaimprensa.uc.pt

Coordenação Editorial Editorial Coordination

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica Graphics

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia Infographics

Nelson Ferreira

Impressão e Acabamento Printed by

Simões & Linhares, Lda.

ISSN

2182-8814

ISBN

978-989-26-1565-3

ISBN Digital

978-989-26-1566-0

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1566-0>

Depósito Legal Legal Deposit

447594/18

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
www.fct.pt
POCI/2010



Projeto UID/ELT/00196/2013 -

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade
de Coimbra

Unidade I&D 0281

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do
Património

© outubro 2018

Annablume Editora * São Paulo
Imprensa da Universidade de Coimbra
Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigenis
<http://classicadigitalia.uc.pt>
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
da Universidade de Coimbra

HISTÓRIA ANTIGA: RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES. PAISAGENS URBANAS, RURAIS & SOCIAIS

ANCIENT HISTORY: INTERDISCIPLINARY APPROACHES. URBAN, RURAL & SOCIAL LANDSCAPES

COORDS. EDS.

Carmen Soares, José Luís Brandão, Pedro C. Carvalho

FILIAÇÃO AFFILIATION

Universidade de Coimbra

RESUMO

O estudo da História Antiga é um processo que envolve diversas áreas do saber, variados métodos, diversos tipos de fontes e que implica, por vezes, comparações com outras civilizações da antiguidade ou de outras épocas. Os textos historiográficos suscitam uma metódica crítica na qual entram os dados da arqueologia, mas também da literatura, e, dentro desta, do teatro, da retórica, dos diálogos e dos tratados específicos das várias disciplinas. Como reflexo de tal multidisciplinaridade, neste volume compila-se uma série de textos em que a História Antiga entra em diálogo com outras áreas temáticas, a saber: hermenéutica das fontes, literatura e artes, retórica política, filosofia, religião e receção da História Antiga na modernidade.

PALAVRAS-CHAVE

História Antiga, Interdisciplinaridade, Fontes, Literatura e Artes, Política, Filosofia, Religião, Receção

ABSTRACT

The study of Ancient History is a process encompassing several fields of knowledge, various methods, several types of sources, sometimes including comparisons with other civilizations of antiquity or from other periods. Historiographical texts raise a methodical criticism which comprehend data from archaeology, but also from literature and, within this range, theatre, rhetoric, dialogues and specific treaties of the several disciplines. As a reflection of such a multidisciplinary, this volume compiles a series of texts in which Ancient History dialogues with other subject areas, namely: hermeneutics, literature and arts, political rhetoric, philosophy, religion and reception of Ancient History in modernity.

KEYWORDS

Ancient History, Interdisciplinarity, Sources, Literature and Arts, Politics, Philosophy, Religion, Reception Studies

COORDENADORES

Carmen Soares, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membro integrado do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da mesma universidade. Os seus estudos e traduções desenvolvem-se na área científica de Estudos Clássicos, focando-se nos seguintes domínios específicos: historiografia (Heródoto), filosofia (Platão), tragédia (Eurípides), família (Plutarco), dieta e alimentação (Hipócrates e Literatura Gastronómica). Na qualidade de tradutora e comentadora de textos clássicos é co-autora dos livros V e VIII das *Histórias* e autora do *Ciclope* de Eurípides, do *Político* de Platão, *Sobre o afeto aos Filhos* de Plutarco e *Iguarias do Mundo Grego* de Arquéstrato. Coordenou diversos volumes coletivos e publicou várias dezenas de artigos e capítulos de livros.

CV completo: www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=7724126685525965

José Luís Lopes Brandão, professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, dedica-se ao estudo da língua, cultura e literatura latina (epigrama, romance latino, biografia, historiografia), bem como da história de Roma. Entre os autores que tem estudado salientam-se Marcial, Suetónio, a *História Augusta* e Plutarco, sobre os quais publicou diversos estudos e traduções. Trabalha na coordenação de volumes sobre a história de Roma. No que respeita ao teatro clássico, tem desenvolvido actividade relacionada com a tradução e produção dramática (actor, encenador e consultor) no grupo de teatro Thíasos e coordena o Festival de Teatro de Tema Clássico (FESTEIA).

CV completo: www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=6730056978764839

Pedro C. Carvalho, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador no Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Doutorando em Arqueologia. Coordenou a intervenção arqueológica efetuada no quadro da obra de ampliação e requalificação do *Museu Nacional de Machado de Castro* (Coimbra) e coordenou uma equipa multidisciplinar que produziu o *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua*. Para além da coordenação de projetos de investigação, dirigiu escavações arqueológicas na área da arqueologia romana, em lugares como Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova) ou Castro de Avelãs (Bragança). Autor de livros e artigos científicos, tem também produzido textos de divulgação para Museus e Centros de Interpretação. Recentemente coordenou a produção de conteúdos para o *Centro Interpretativo de Tresminas* (Vila Pouca de Aguiar), no qual se incluí o documentário "O ouro de Tresminas", distinguido no FICAB 2016 (Espanha) com o prémio Arkeolan - melhor divulgação científica.

CV: <https://apps.uc.pt/mypage/faculty/pedrooak>

EDITORS

Carmen Soares is Associate Professor of the University of Coimbra (Faculty of Letters) and member of the Centre of Classics and Humanistic Studies of the same university. Teaching activities, research interests and publications: Ancient Greek History (Herodotus), Philosophy (Plato), tragedy (Euripides), Family (Plutarch), Dietetics (Hippocrates) and Food History (Greek texts on gastronomy). Editor of several books, author of books and papers, and translator into Portuguese of Herodotus' *Histories* (books V and VIII), Euripides (*Cyclops*), Plato (*Statesman*), Plutarch (*On Affection for Offspring*) and Arcestratus (*Life of Luxury*).

Complete CV: www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=7724126685525965

José Luís Lopes Brandão is Associate Professor at the Institute of Classical Studies of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra and researcher at the Center for Classical and Humanistic Studies. He is devoted to the study of the Latin language, culture and literature (epigraph, Roman novel, biography, historiography) as well as the history of Rome. Among the authors who he has studied are Martial, Suetonius, *Historia Augusta* and Plutarch, on which he published several studies and translations. He coordinates volumes on the history of Rome. As far as classical theatre is concerned, he has worked in the translation and dramatic production (actor, director and consultant) in the theatre group Thíasos and coordinates the Festival of Classical Theatre (FESTEIA).

Complete CV: www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=6730056978764839

Pedro C. Carvalho. PhD in Archaeology. Professor at the Faculty of Arts and Humanities, University of Coimbra. Researcher at the Research Center in Archaeology, Arts and Heritage Sciences. He co-coordinated the archaeological intervention carried out for the expansion and renovation of the Machado de Castro National Museum (Coimbra) and coordinated a multidisciplinary team that produced the Historical and Ethnographic Study of the Tua Valley. In addition to coordinating research projects, he directed excavations in the area of Roman archaeology in sites such as Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova) and Castro de Avelãs (Bragança). He is the author of books and research articles, and has also produced texts for Museums and Interpretation Centers. More recently, he coordinated the production of content for the Interpretation Center of Tresminas (Vila Pouca de Aguiar), including the documentary "The gold of de Tresminas", which was awarded the Arkeolan Prize for Contribution to Science at the FICAB 2016 (Spain).

CV: <https://apps.uc.pt/mypage/faculty/pedrooak>

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
Forword	17
I. PAISAGENS URBANAS	21
1. AS CIDADES ROMANAS DE PORTUGAL. PROBLEMÁTICA HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA (Portugal Roman Cities. Historic and Archaeological Problems) Vasco Gil Mantas	23
2. CALCULATING THE POPULATION OF A ROMAN PROVINCIAL TOWN (CONIMBRIGA, PROV. LUSITANIA, PORTUGAL) Virgílio Hipólito Correia	53
3. O ANFITEATRO DE CONÍMBRIGA (COIMBRA, PORTUGAL): BALANÇO DA RECENTE INVESTIGAÇÃO (The Amphitheater of Conimbriga (Coimbra, Portugal): a review of recent research) José Ruivo, Virgílio Hipólito Correia, Adriaan de Man e Pilar Reis	75
4. A CONSTRUÇÃO DO TEATRO DE <i>OLISIPO</i> : O ESTUDO DAS ARGAMASSAS E A ENGENHARIA DO MONUMENTO ROMANO (The construction of <i>Olisipo</i> Theatre: the study of mortars and the engineering of this Roman monument) Lídia Fernandes e João Coroado	97
5. RITUAIS, USOS E PAISAGENS FUNERÁRIAS DA NECRÓPOLE DA VIA XVII, EM BRAGA (Rituals, uses and funerary landscapes in Via XVII necropolis, Braga) Cristina Maria Vilas Boas Braga	121
6. EL MUNICIPIO DE DERECHO LATINO HISPANORROMANO: ¿UN EXPEDIENTE CONSTITUCIONAL SOSTENIBLE? (Communities granted with Latin Right in Roman Spain: a durable constitutional experience?) Javier Andreu Pintado, Judit Mata Soler e Luis Romero Novella	139
7. LA INTEGRACIÓN JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DE LAS <i>CIVITATES</i> DEL RIN EN ÉPOCA DE AUGUSTO: HACIA UNA RELECTURA INTERDISCIPLINAR (The Legal-Administrative Integration of the <i>Civitates</i> in the Rhine Area during the reign of Augustus: Towards an Interdisciplinary Review) David Espinosa Espinosa	155

II. PAISAGENS RURAIS	175
8. VILLA ROMANA DO RABAÇAL, PENELA, PORTUGAL – UM CENTRO DE PRODUÇÃO E RESIDÊNCIA ÁULICA DA ANTIGUIDADE TARDIA NO TERRITÓRIO DA <i>CIVITAS</i> DE CONÍMBRIGA E DAS TERRAS DE SICÓ	177
(Roman Villa of Rabaçal, Penela, Portugal – a Production Centre and a Palatial House of the Late Antiquity in the Territory of the <i>Civitas</i> of Conímbriga and the lands of Sicó)	
Miguel Fonte Pessoa, Ana Luísa Ravara Mendes, Elsa Simões e Sónia Vicente	
9. PARCELÁRIO ROMANO NA VÁRZEA DE ALENQUER (PORTUGAL): ENSAIO EM ARQUEOGEOGRAFIA	199
(Land parcelling Roman in Alenquer (Portugal) floodplain: archaeogeographic study)	
Miguel Cipriano Costa	
10. NAVEGAÇÃO COMERCIAL FLUVIO-MARÍTIMA E POVOAMENTO NO OCIDENTE DO <i>MVNICIPIVM OLISIPONENSE</i> : EM TORNO DOS RIOS LIZANDRO (MAFRA) E COLARES (SINTRA)	219
(Commercial fluvio-maritime navigation and population in the Western <i>Municipium Olisiponense</i> : around the Lizandro (Mafra) and Colares (Sintra) rivers)	
Marco Oliveira Borges	
 III. PAISAGENS SOCIAIS	 257
11. A HELENIZAÇÃO DOS PROCESSOS CULINÁRIOS NO SUL DE PORTUGAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	259
(The helenization of culinary techniques in South Portugal: an interdisciplinary approach)	
CARMEN SOARES E ANA MARGARIDA ARRUDA	
12. LAS MUJERES DEL NOROESTE PENINSULAR EN LOS PROCESOS DE IMPLANTACIÓN Y ADAPTACIÓN AL MUNDO ROMANO	279
(Women from North-western Peninsula in the Romanization process)	
Mónica González Santana e Silvia Medina Quintana	
13. ECONOMIA E SOCIEDADE DE <i>BRACARA AVGVSTA</i> . A CONSTRUÇÃO: OS AGENTES E OS ARTESÃOS	299
(Economy and society of <i>Bracara Augusta</i> . Construction: agents and craftsmen)	
Jorge Manuel Pinto Ribeiro	
14. TORRE VELHA DE CASTRO DE AVELÃS (BRAGANÇA). RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS E NOVIDADES EPIGRÁFICAS	321
(Torre Velha de Castro de Avelãs (Bragança). New archaeological results and epigraphical novelties)	
Armando Redentor, Clara André, Miguel C. Costa, Pedro C. Carvalho e Sofia Tereso	

15. UMA REFLEXÃO SOBRE A EPIGRAFIA CLÁSSICA DA BEIRA INTERIOR COM O AUXÍLIO DOS SIG 345
 (Considerations on classical epigraphy of the Beira Interior (Portugal) using GIS)
 Marcos Osório
16. FLUX, POLES, RESEAUX ET AIRES D'INFLUENCE. L'EXEMPLE DE LA CIVITAS IGAEDITANORVM 369
 (Flow, hubs, network and urban influence. The example of the *civitas Igaeditanorum*)
 Susana Marcos
17. O MOSAICO FIGURATIVO DO *TRICLINIVM* DA CASA DA MEDUSA (ALTER DO CHÃO) 387
 (The figurative mosaic of the *triclinium* of the House of the Medusa [Alter do Chão])
 Jorge António
18. NUEVAS REPRESENTACIONES DE PÚGILES EN LA *MVSIVARLA* TARDOANTIGUA: EL CASO DE LA VILLA ROMANA DE NOHEDA 405
 (New Representations Of Boxers In The Late Antiquity: The Roman Villa of Noheda)
 Miguel Ángel Valero Tévar
19. LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA ROMANA PROVINCIAL – LARP (MAE-USP): PESQUISAS E PROJETOS DE ARQUEOLOGIA ROMANA NO BRASIL 425
 (The Laboratory of Provincial Roman Archaeology – LARP (MAE-USP): researches and projects of Roman archaeology in Brazil)
 Tatiana Bina e Maria Isabel D'Agostino Fleming
20. LANDSCAPE ARCHAEOLOGY & EMPLOYMENT POLICIES. MEMORIA COLLETTIVA E PROSPETTIVE OCCUPAZIONALI NEL PAESAGGIO ARCHEOLOGICO DELL'EMILIA-ROMAGNA (ITALIA) 435
 (Landscape Archaeology & Employment Policies. Collective memory and employment prospects in the Archeological Landscape of Emilia-Romagna [Italy])
 Alessia Morigi e Alessandra Raffi

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

Este segundo volume estrutura-se em três secções ou temáticas que genericamente designámos de **Paisagens Urbanas**, **Paisagens Rurais** e **Paisagens Sociais** da Antiguidade Clássica. Não são temáticas estanques. Relacionam-se estreitamente entre si, assim como se cruzam vários dos estudos que as integram. O Mundo Antigo é composto pelas cidades e pelos campos, mas também pelas pessoas que neles viveram. Constituem peças indissociáveis desses antigos cenários que neste volume se esboçam. E projetam-se em diferentes escalas: quer quando se centram num lugar ou região, quer quando alargam o seu alcance, por exemplo, ao Império Romano ou a uma das suas províncias.

Neste volume há espaço para a arqueologia, para a história antiga e para a epigrafia, mas também para os sistemas de informação geográfica ou para as análises físico-químicas. Trata-se de um espaço de debate em que se encontram diferentes investigadores e disciplinas, que procuram trabalhar de forma articulada, num diálogo que se deseja interdisciplinar, produzindo sínteses históricas que resultam preferencialmente dessa interligação.

A primeira secção estrutura-se em torno das **Paisagens Urbanas**. A cidade antiga, romana, é objeto de distintas análises que se centram, sobretudo, nas capitais de *ciuitates*, nos seus edifícios e nas suas gentes, nos seus espaços públicos e privados, mas também no seu enquadramento político-administrativo.

Vasco Mantas (cap. 1) convoca a arqueologia e a história antiga, cruzando os dados que ambas proporcionam, para percorrer certos espaços e produzir uma síntese sobre as cidades do Portugal romano a partir de algumas problemáticas que estas suscitam. Uma problemática específica é circunstanciadamente analisada por *Virgílio Hipólito Correia* (cap. 2), quando procura calcular o número de habitantes dessa cidade (e a forma como estes, em termos de estrutura social, se repartiam percentualmente) a partir da arquitetura doméstica conhecida em *Conimbriga*. Num estudo seguinte, da autoria de *José Ruivo*, *Virgílio Hipólito Correia*, *Adriaan De Man* e *Pilar Reis* (cap. 3), esta cidade continua a ser o foco de análise, desta feita no que diz respeito a um dos seus principais edifícios públicos: o anfiteatro, ainda em fase inicial de intervenção. Outro edifício de espetáculos – o monumental teatro romano de *Olisipo* – é trabalhado por *Lídia Fernandes* e *João Coroado* (cap. 4) no que diz respeito aos aspetos de ordem mais técnica ou construtiva, beneficiando também dos resultados de análises físico-químicas às argamassas. A passagem para o exterior do perímetro amuralhado de outra importante cidade romana, *Bracara Augusta* (um dos três grandes centros urbanos do Noroeste peninsular, fundados ao tempo de Augusto), é feita pela mão de *Cristina Vilas Boas Braga* (cap. 5), ao analisar o espaço funerário (e as práticas

funerárias) em torno da capital do *conuentus Bracaraugustanus*, cruzando os vestígios arqueológicos com as fontes escritas. Esta secção encerra com dois outros importantes estudos, que, de algum modo, se confrontam e complementam: *Javier Andreu Pintado*, *Judit Mata Soler* e *Luis Romero Novella* (cap. 6) refletem sobre as promoções jurídicas das comunidades *stipendiaria* hispânicas, detendo-se também nas consequências dessa extensão do direito latino; enquanto *David Espinosa* (cap. 7) transporta a sua análise para as *ciuitates* do Reno, abordando o modo como se formaram, possivelmente ainda ao tempo de Augusto, e se integraram no quadro político-administrativo provincial romano.

O âmbito dos estudos ultrapassa, porém, os perímetros amuralhados urbanos. Alguns traços das **Paisagens Rurais** da *Lusitania* romana desenham-se na segunda secção deste livro. Percorrem-se os campos romanos, entre *uillae* e os parcelários agrários. Desenham-se rotas, terrestres e fluviais, que ligam o Império e por onde circulam gentes, ideias, tecnologias e bens.

O primeiro estudo, da autoria de *Miguel Fonte Pessoa*, *Ana Luísa Ravara Mendes*, *Elsa Simões* e *Sónia Vicente* (cap. 8), detém-se na *villa* romana do Rabaçal (Penela), no seu singular plano construtivo e na forma como se organizam as diferentes áreas funcionais deste lugar inscrito no *territorium* de *Conimbriga*. Os parcelários que repartiam os campos na zona de Alenquer, entre *Olisipo* e *Scallabis* e entre aglomerados populacionais e núcleos de povoamento rural disperso, são objeto de um ensaio arqueogeográfico assinado por *Miguel Cipriano Costa* (cap. 9), traduzindo-se numa particular abordagem ao espaço agrário na antiguidade. Esta secção, mais curta, termina com o estudo de *Marco Oliveira Borges* (cap. 10) em torno da importância dos rios e da navegação fluvial na ativação da rede de comércio e na estruturação, igualmente, do *territorium* de *Olisipo*.

Finalmente, perscrutam-se as gentes, o seu perfil social, os seus hábitos e algumas das suas distintas e complexas manifestações. Vários estudos compõem as designadas **Paisagens Sociais** que dão corpo à terceira secção deste volume.

Esta secção inicia-se com um estudo interdisciplinar assinado por *Carmen Soares* e *Ana Margarida Arruda* (cap. 11) sobre processos culinários e utensílios de cozinha no mundo greco-helenístico, tendo também como ponto de partida os achados efetuados em dois importantes sítios arqueológicos do litoral algarvio: Monte Molião (Lagos) e Castro Marim. A passagem para o mundo romano faz-se através de uma outra abordagem, da autoria de *Mónica González Santana* e *Silvia Medina Quintana* (cap. 12), centrada no norte da Hispânia e no papel desempenhado pela mulher no quadro do processo de romanização. Continuando no Noroeste peninsular, entra-se em seguida no mundo do trabalho, dos artífices ou artesãos e dos materiais que construíram *Bracara Augusta*, contribuindo este estudo de *Jorge Pinto Ribeiro* (cap. 13) para perspetivar, sob outro ângulo, esta importante cidade anteriormente abordada. Ainda no Norte de Portugal, mas agora na área do *conuentus Asturum*, o trabalho de *Armando Redentor*, *Carla An-*

dré, Miguel Costa, Pedro C. Carvalho e Sofia Tereso (cap. 14) sobre Castro de Ave-lãs (Bragança), provável capital da *ciuitas Zoelarum*, dá-nos a conhecer algumas novidades que contribuem para caracterizar melhor não apenas este lugar, sob o ponto de vista arqueológico, mas sobretudo o perfil social daqueles que nele vive-ram, fruto do achado de novas epígrafes, que reforçam o cenário social anterior-mente traçado. A epigrafia volta a ser decisiva para esboçar as paisagens sociais, desta feita do interior norte da Lusitânia romana, face também ao cruzamento de dados georreferenciados que os Sistemas de Informação Geográfica possibilitam e que *Marcos Osório* (cap. 15) projetou e interpretou para a Beira interior. Numa outra perspetiva, interligada com a anterior em termos espaciais e temáticos, *Su-sana Marcos* (cap. 16) analisa o *territorium* da *ciuitas Igaeditanorum*, rastreando, designadamente, movimentos migratórios, redes de contactos e influências deste importante *caput ciuitatis*. A projeção das elites proprietárias de *uillae*, dos valores culturais que ostentam, encontra na iconografia de alguns mosaicos particular re-presentação: o mosaico da Casa da Medusa, em Alter do Chão, dado a conhecer por *Jorge António* (cap. 17), ou o de Noheda (Cuenca), analisado por *Miguel Ángel Valero Tévar* (cap. 18), onde figuram lutadores e atletas entre cenas mitológicas, revelam uma das faces dessas famílias de notáveis do Baixo Império. Esta secção encerra com outros dois tipos de abordagem, revelando o carácter multifacetado das investigações desenvolvidas: *Tatiana Bina* e *Maria Isabel D'Agostino Fleming* (cap. 19) apresentam o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial no Brasil e alguns resultados do trabalho desenvolvido, baseados também no uso de novas tecnologias; *Alessia Morigi* e *Alessandra Raffi* (cap. 20) refletem sobre o modo como as paisagens do mundo antigo devem ser consideradas no desenho das po-líticas públicas nos atuais meios urbanos, potenciando, sob o ponto de vista social e económico, o património arqueológico.

Ao longo deste volume cruzam-se saberes e enfoques distintos que têm como ponto de partida, por vezes, diferentes perspetivas disciplinares, mas que convergem num mesmo sentido. Múltiplos olhares que ajudam a compreender melhor e de forma mais exigente a Antiguidade Clássica.

A investigação interdisciplinar, ainda que muito proclamada, nem sempre é praticada. Importa, porém, continuar a incentivar novas abordagens, inclusivamen-te transdisciplinares, na busca de uma visão integrada do passado que resulte de cruzamentos de saberes distintos e que ultrapasse as habituais (e rígidas) fron-teiras disciplinares. Será nestas áreas de fronteira ou de interseção entre discipli-nas que muito do conhecimento novo se encontrará.

(Página deixada propositadamente em branco)

FORWORD

This second volume is structured in three sections or subjects which we have generically named **Urban Landscapes**, **Rural Landscapes** and **Social Landscapes** of Classic Antiquity. They are not sealed subjects. They are narrowly related among themselves as well as they intersect with the several study fields that incorporate them. The Ancient World is composed of cities and fields, but also of the people in them. They are inextricable pieces of those ancient scenarios that are drafted in this volume. And they are projected into different scales: when they focus on one place or region and when they widen their range, for example, to the Roman Empire or to one of its provinces.

In this volume there is space for archeology, ancient history and epigraphy, but also for the geographic information systems or for physical-chemical analysis. It is a space for debate in which different investigators and disciplines meet, seeking to work articulately, in a dialogue that must be interdisciplinary, producing historical abstracts resulting preferably from that interconnection.

The first section is structured around **Urban Landscapes**. The ancient Roman city is the object of different analysis which are mostly centered on the ciuitates's capitals, on its buildings and peoples, on public and private spaces, but also on the political-administrative setting.

Vasco Mantas (chap. 1) convenes archeology and ancient history, crossing the data they provide, to cover certain spaces and produce a summary on the cities of Roman Portugal from some problems raised by them. A specific problem is circumstantially analyzed by *Virgílio Hipólito Correia* (chap. 2) seeking to calculate the number of inhabitants of that city (and how they are distributed in percentage terms as to social structure) from the domestic architecture known in *Conimbriga*. In a following study, by *José Ruiivo, Virgílio Hipólito Correia, Adriaan de Man* and *Pilar Reis* (chap. 3), this city is still the focus of analysis, this time concerning one of its main public buildings: the amphitheater, still in an early intervention stage. Another entertainment building, the monumental Roman theatre in Olisipo, is covered by *Lídia Fernandes* and *João Coroado* (chap. 4) concerning the aspects of more technical or constructive order, also benefiting from the results of physical-chemical analysis to the mortars. The walled perimeter's exterior of another important Roman city, *Bracara Augusta* (one of the three major urban centers of peninsular Northwest, founded at the time of Augustus), is apportioned by *Cristina Vilas Boas Braga* (chap. 5) by analyzing the funeral space (and funeral practices) around the capital of the *conuentus Bracaraugustanus*, overlapping archaeological remains with written sources. This section is closed with two other important studies which, somehow, confront and complement each

other: *Javier Andreu Pintado*, *Judit Mata Soler* and *Luis Romero Novella* (chap. 6) reflect on the legal promotions of the Hispanic stipendiaria communities, also covering the consequences of that extension of Latin law; while *David Espinosa* (chap. 7) transports his analysis towards the Rhine's *ciuitates*, covering how they formed, possibly before Augustus, and how they integrate in the Roman provincial political-administrative framework.

However, the scope of these studies surpasses the urban walled perimeters. Some traces of the **Rural Landscapes** in Roman Lusitania are drawn in the second section of this book. The Roman fields are travelled, between *villae* and agrarian lands. Land and river routes are drawn, connecting the Empire, where people, ideas, technologies and goods circulated.

The first study, by *Miguel Pessoa*, *Ana Luísa Mendes*, *Elsa Simões* and *Sónia Vicente* (chap. 8) cover the Roman villa of Rabaçal (Penela), in its unique constructive plan and in the manner in which the different functional areas of this place, inscribed in the *Conimbriga territorium*, are organized. The land owners who divided the fields in the area of Alenquer, between *Olisipo* and *Scallabis*, and between the population conglomerates and cores of disperse rural population, are object of an archeogeographic essay signed by *Miguel Cipriano Costa* (chap. 9) translated in a particular approach to the agrarian space in antiquity. This shorter section ends with the study by *Marco Oliveira Borges* (chap. 10) around the importance of rivers and river navigation in activating the trade network and equally in the structuring of the *territorium* of *Olisipo*.

Finally, people are analyzed, their social profile, their habits and some of their distinct and complex manifestations. Several studies compose the named **Social Landscapes** which embody the third section of this volume.

This section starts with an interdisciplinary study signed by *Carmen Soares* and *Ana Margarida Arruda* (chap. 11) on the culinary processes and cooking utensils in the Greek-Hellenistic world, also based on the findings made in two important archaeological sites of coastal Algarve: Monte Molião (Lagos) and Castro Marim. The passage to the Roman world is made through another approach, by *Mónica González Santana* and *Silvia Medina Quintana* (chap. 12) centered in northern Hispania and in the role played by Women within the Romanization process' framework. Keeping in the peninsular Northwest, it is then followed into the work world, of craftsmen or artisan and of the materials which have built *Bracara Augusta*, contributing, this study by *Jorge Pinto Ribeiro* (chap. 13), to provide a perspective from another angle, on this important previously covered city. Still in northern Portugal, but now in the area of the *conuentus Asturum*, the work by *Armando Redentor*, *Clara André*, *Miguel Costa*, *Pedro C. Carvalho* and *Sofia Tereso* (chap. 14) on Castro de Avelãs (Bragança), probable capital of the *ciuitas Zoelarum*, leads us to know the news contributing to better characterize not only this place, from an archeological point of view, but mostly the social profile of

their inhabitants, result in finding new epigraphs, reinforcing the previously drawn social scenario. Epigraphy is again decisive to draw social landscapes, this time in Roman Lusitania's northern inland, given also the intersection of georeferenced data that the Geographic Information Systems enable and that *Marcos Osório* (chap. 15) has projected and interpreted for Beira Interior. In another perspective, interconnected with the previous one in spatial and subject terms, *Susana Marcos* (chap. 16) analyzes the *territorium* of the *ciuitas Igaeditanorum*, namely tracing migration movements, contact and influence networks of this important *caput ciuitatis*. The projection of the *uillae* owning elites, of the cultural values they display, finds a particular representation in the iconography of some mosaics: the mosaic of the Casa da Medusa [Medusa's house], in Alter do Chão, presented by *Jorge António* (chap. 17) or the one of Noheda (Cuenca), analyzed by *Miguel Ángel Valero Tévar* (chap. 18), where there are wrestlers and athletes among mythological scenes, reveal a side of those families of eminent people from the Low Empire. This section closes with two other types of approaches, revealing the multisided character of these investigations: *Tatiana Bina* and *Maria Isabel D'Agostino Fleming* (chap. 19) present the Laboratory of Provincial Roman Archeology in Brazil and some results of the developed work, also based on new technologies; *Alessia Morigi* and *Alessandra Raffi* (chap. 20) reflect on the manner how landscapes of the ancient world should be considered within the depiction of public policies in current urban environments, enhancing, from a social and economic point of view, the archeological heritage.

Throughout this volume there is an intersection of different knowledge and focuses which sometimes have as starting point dissimilar disciplinary perspectives, although converging in the same sense. Multiple looks help to better and more demandingly understand Classic Antiquity.

Interdisciplinary investigation, even if very much acclaimed, is not always practiced. However, it is important to continue encouraging new approaches, including transdisciplinary, in the quest for an integrated view of the past resulting in intersections of different knowledge, overcoming the usual (and rigid) disciplinary boundaries. It will be in these new border or intersection areas between disciplines that much of the new knowledge will be found.

(Página deixada propositadamente em branco)

I. PAISAGENS URBANAS

(Página deixada propositadamente em branco)

**AS CIDADES ROMANAS DE PORTUGAL.
PROBLEMÁTICA HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA¹**
(Portugal Roman Cities. Historic and archaeologic problems)

VASCO GIL MANTAS (vsmantas@gmail.com)
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
“Proyecto Augusta Emerita y los Inicios de la Provincia
Romana de Lusitania”

RESUMO - São relativamente reduzidas as fontes escritas antigas que aludem às cidades romanas do território português. Esta circunstância negativa contribui para que a arqueologia, nas suas diversas vertentes, tenha uma função essencial no estudo da urbanização romana.

Embora o conhecimento do cenário físico das cidades tenha avançado de forma muito significativa a partir dos finais do século XX, os problemas não resolvidos são ainda muitos, obrigando a rever algumas situações geralmente admitidas. O estudo das cidades e da organização dos seus territórios só pode avançar cruzando todos os dados disponíveis, numa perspectiva interdisciplinar, realçando mais uma vez que história antiga e arqueologia são indissociáveis.

PALAVRAS-CHAVE - romanização; cidades; arqueologia; história; sociedade

ABSTRACT - The ancient written sources addressing the Roman cities of the Portuguese territory are scarce. This drawback contributes to the pivotal role of archaeology, in different forms, to the study of Roman urbanization.

Despite the advancement of the knowledge on the physical scenery of the cities, most notably in the end of the 20th century, many unresolved problems persist, often calling for a revision of prior assumptions. The study of cities and of the organization of its territories can only advance through the crossing of data sources, in a multi-disciplinary approach that highlights the unbreakable bond between ancient history and archaeology.

KEYWORDS - Romanization; cities; archaeology; history; society

Há pouco mais de 40 anos a publicação da obra *Portugal Romano*, da autoria de Jorge de Alarcão², abriu caminho, juntamente com os trabalhos arqueoló-

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Alarcão 1973. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo.

gicos desenvolvidos em Conímbriga e em Braga³, a uma nova fase no estudo da romanização de Portugal. Uma revisão, mesmo rápida, da referida obra permite apreender o quanto a arqueologia portuguesa progrediu na área particularmente difícil quanto aliciante da investigação histórica que é a das cidades romanas, atendendo à raridade dos testemunhos escritos sobre a vida urbana no actual território português, em grande parte reconstituída a partir de dados arqueológicos e epigráficos.

Esta circunstância, aliada à vastidão do tema, obriga, mais do que sugere, a respeitar uma metodologia interdisciplinar para o estudo da rede urbana do período romano nas regiões lusitana e galaica que hoje nos pertencem, divisão espacial que também deve ser considerada a seu tempo quando se analisam as cidades a sul e a norte do Douro. A cidade na Hispânia, ou pelo menos o modelo urbano mediterrânico entendido como elemento essencial de vida civilizada, foi um indiscutível resultado da romanização, decorrente de um cauteloso e longo processo cujo desenvolvimento pleno só se afirmou com o advento do Império⁴, sobretudo no território português. Apesar dos progressos que referimos, estamos ainda muito longe de poder traçar um quadro geral equilibrado do que foram, como foram e de que viveram as nossas cidades romanas.

Uma questão que deve ser imediatamente considerada é a da dualidade a que se encontra sujeito o objecto de estudo, pois deparamos com duas situações que, em grande parte, condicionam o estado actual dos conhecimentos. Com efeito, em determinados casos os sítios urbanos antigos encontram-se desertos ou fracamente habitados, como São Salvador de Aramenha (*Ammaia*) ou Idanha-a-Velha (*Igaedis*), o que facilita os trabalhos de campo, desde que existam. O mesmo não acontece quando as cidades da época romana persistiram, ainda que com fortuna diversa, como centros populacionais continuamente habitados. Basta recordar as dificuldades suscitadas à prática arqueológica em cidades como *Aeminium* (Coimbra) ou *Olisipo* (Lisboa), cujo conhecimento se vai obtendo pontualmente e nem sempre da melhor forma. Devemos, portanto, para além do uso das fontes escritas antigas, entender que o estudo das cidades romanas compreende acções em meio urbano, quase sempre designadas especificamente como arqueologia urbana, e outras em áreas livres de constrangimentos físicos.

O estudo das cidades romanas evoluiu significativamente ao longo do século XX, quer do ponto de vista da metodologia, naturalmente, quer no tocante ao paradigma dominante. Na verdade a arqueologia progrediu do interesse pelo objecto, ainda dominante no século XIX, para o estudo do sítio, terminando por alargar a investigação à paisagem envolvente. Neste processo, gradualmente interdisciplinar e longe de se encontrar terminado em Portugal, fez-se sentir a influência dos modelos, físicos, herdados de escavações como as de *Pompeios*,

³ Alarcão e Étienne 1974-1979; Delgado, Martins e Lemos 1989: 3-4.

⁴ Abascal e Espinosa 1989: 20-90.

e teóricos, na linha da classificação tipológica das cidades elaborada por Max Weber⁵. Os modelos, embora necessários, devem ser considerados de forma relativa, como a escavação de cidades romanas no Norte de África, que Ferreira de Castro e Albert Camus interpretaram da mesma forma negativa⁶, ou os trabalhos um pouco apressados realizados em *Ostia* pela arqueologia fascista, vieram demonstrar, pondo em causa o estereótipo de cidade romana inspirado pelas escavações pompeianas e pelas teorias estéticas de Winkelmann. Como acabou por se aceitar, cidades como *Pompeios* e *Ostia* diferem grandemente, o que reflecte a existência de uma tipologia urbana muito vasta⁷.

Ainda no âmbito desta problemática devemos considerar a questão do urbanismo provincial, condicionado por factores históricos e sociais, obrigatoriamente divergentes consoante as regiões. Uma cidade lusitana dificilmente corresponderia, por exemplo, às cidades das províncias orientais, ainda que o seu equipamento essencial correspondesse ao que se encontra naquelas e mesmo que o seu traçado urbano, no caso de fundações ou refundações respeitasse o modelo ortogonal itálico. Deparamos assim com um problema de escala, nem sempre devidamente acautelado quando se estuda a civilização romana e a projecção nas províncias dos modelos dominante⁸, sobretudo os da capital imperial e de uma meia dúzia de grandes cidades do mundo romano (Fig.1). Daqui resulta obrigatório admitir uma unidade ideal, a alcançar através de um modelo reconhecido, mas cuja aplicação se revela quantitativa e qualitativamente diversa.

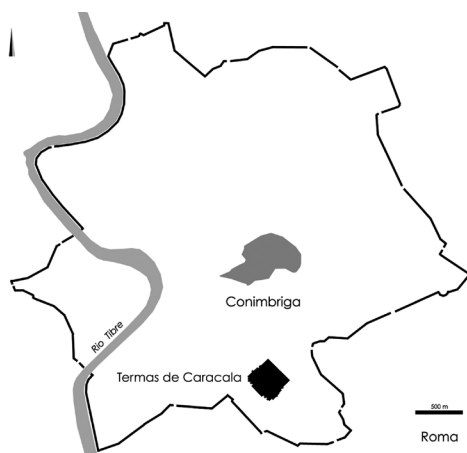


Figura 1. A diferença de escalas: Roma, Conímbriga e as termas de Caracala.

⁵ Weber 1982.

⁶ Castro s/d: 39; Camus 1950: 39.

⁷ Reynolds 1988: 15-51.

⁸ Alarcão 2006: 175-188.

Assim, sem se afastarem do referido modelo urbano constata-se a discreta dimensão das cidades romanas do território português, na maioria com uma população residente inferior a 4000 habitantes, aliás sempre de difícil cálculo⁹, o que não significa inferioridade nata, antes o resultado de uma resposta adequada às funções que estas cidades deviam exercer no ambiente socioeconómico em que se inseriam. É certo que, em termos físicos, se encontram muito abaixo da dimensão média das cidades de outras províncias ocidentais, como as da Gália¹⁰, sem que esqueçamos o facto de que, em certas regiões da Hispânia, os povoados indígenas mostram superfícies superiores às das cidades, reafirmando a relatividade do factor quantitativo no que toca ao número de habitantes, revelando a natureza essencialmente administrativa da maioria dos centros urbanos do período romano.

Como estudo interdisciplinar que é, a arqueologia das cidades romanas, entendida globalmente, apoia-se nos contributos facultados por diversas áreas científicas, segundo uma metodologia inclusiva subordinada aos fins estabelecidos pela investigação. Isto não significa que sempre se recorra à totalidade do leque de disciplinas disponíveis, progressivamente presentes com o alargamento do objectivo final da investigação. Distinguiremos a arqueologia propriamente dita, empenhada prioritariamente através da escavação no estudo dos vestígios materiais da cidade e na sua interpretação, como por exemplo o forum de *Aeminiunum* ou do aqueduto de *Ebora*, estudo que exige recurso a diversas disciplinas¹¹. O arqueólogo polivalente e positivamente seguro das suas conclusões, normal no século XIX, é hoje impossível¹², dada a complexidade das matérias envolvidas, obrigando a uma ou mais especializações no âmbito da disciplina arqueológica, o que não dispensa uma base generalista sólida, ou seja, é possível não saber fazer alguma coisa, mas é necessário saber que ela existe e qual a sua utilidade. A variedade de materiais provenientes da escavação de uma cidade desde logo sublinha este aspecto e a necessidade de uma equipa pluridisciplinar.

Elemento fundamental para o estudo das cidades romanas é a epigrafia, tanto mais que as restantes fontes escritas antigas são raras, repetitivas e lacónicas. A epigrafia permite reconstituir, dentro de certos limites, a estrutura social das cidades, o tipo de população, o seu grau de cultura e de latinização, sem esquecer os aspectos económicos, políticos e administrativos. Como, de outra forma, poderíamos saber que *Conimbriga* teve um patrono em Roma no período júlio-cláudio¹³, ou que, em *Mirobriga*, nos arredores de Santiago do Cacém, se realizava um festival em honra de Esculápio (*IRCP* 144), se não

⁹ Mantas 2012: 97-125.

¹⁰ Goudineau 1980: 259-261.

¹¹ Carvalho 1988: Bilou 2010.

¹² Alarcão 1999: 7-13.

¹³ Panciera 2003: 368-374.

fossem os testemunhos epigráficos de tais realidades? Por outro lado, a epigrafia não limita a informação aos aspectos superiores da vida urbana, como provam tantos humildes grafitos provenientes do mundo do trabalho, como marcas cerâmicas ou *tituli picti*, umas e outros indicadores imparciais de redes comerciais, eventualmente identificáveis ou sugeridas na antroponímia urbana, em particular através da abundante epigrafia relacionada com os libertos¹⁴. A propósito do valor da epigrafia como elemento de estudo essencial recordamos aqui um texto de André Malraux, homem de acção e de discurso, na boa tradição homérica: “O arqueólogo amador sempre me deu vontade de rir. O outro também, às vezes. Repito que não se pode fazer nada de aproveitável sem as inscrições. Se pudermos levá-las mostrá-las-emos aos que sabem bem sabeu”¹⁵.

Um aspecto importante dos estudos epigráficos relaciona-se com a toponímia urbana. Foi uma epígrafe publicada por Leite de Vasconcelos em 1935 que permitiu identificar *Ammaia*, cidade até então localizada em Portalegre, com as ruínas situadas em São Salvador de Aramenha, perto de Marvão¹⁶. Recentemente, uma ara achada em Viseu contribuiu com um novo e significativo argumento para reconhecer que o nome antigo da cidade seria, como ocorre nas moedas visigóticas e sempre defendemos, *Veseo* / *Beseo*, pois tudo leva a crer que o topónimo deriva afinal do teónimo *Vissaieigo* (Fig.2), o que obriga a reconsiderar outras identificações propostas¹⁷.

Mesmo quando não se levantam problemas de identificação, ainda muito numerosos, pois basta recordar que, das 32 *mansiones* indicadas para o território português da Lusitânia nas fontes itinerárias antigas, apenas se encontram firmemente identificadas pouco mais de metade¹⁸, o estudo da toponímia urbana permite compreender melhor a cronologia da história urbana, nomeadamente o momento da sua fundação ou refundação, como acontece com o grupo de cidades distinguidas com o gentílico *Iulia*, das quais *Felicitas Iulia Olisipo*, *Pax Iulia* e *Liberalitas Iulia Eborac* se devem atribuir a Octaviano, considerando que os elementos *Felicitas*, *Pax* e *Liberalitas* são característicos da propaganda do primeiro imperador, apontando para um acto político anterior a 27 a.C., ainda que a designação *Pax Augusta*, atribuída por Estrabão a Beja¹⁹, sugira uma posterior mudança de estatuto.

¹⁴ Encarnação 1990: 405-406.

¹⁵ Malraux 1995: 110.

¹⁶ Leite de Vasconcelos 1935: 5-9.

¹⁷ Fernandes 2008: 185-189; Encarnação 2013^a: 125-126.

¹⁸ Mantas 2014: 233-234.

¹⁹ Estrabão 3.2.15.



Figura 2. A ara consagrada a *Vissaieigo*, divindade tutelar da antiga Viseu.

A numismática, apesar das cunhagens urbanas do período romano no território português serem raras, pode fornecer informações interessantes, e não apenas através do estudo da circulação ou dos centros emissores como indicadores económicos e de relações, neste caso sobretudo no que se refere à totalidade da massa monetária em circulação ao longo dos séculos. Entre as poucas emissões da responsabilidade de cidades romanas em Portugal distinguimos as de *Imperatoria Salacia* (Alcácer do Sal), cidade que ostenta uma típica denominação tardo-republicana, na qual o segundo elemento, concorde com a figura no anverso de uma das referidas moedas, Neptuno, alude à deusa *Salacia*, divindade marítima parecida do deus²⁰, obrigando a repudiar a pretendida relação com a exploração do sal na região. Como veremos, as emissões comemorativas de *Pax Iulia* e de *Ebora* constituem também elementos importantes na discussão sobre a evolução do estatuto jurídico destas cidades²¹.

Podem parecer estranho que o estudo das cidades romanas se possa apoiar também na arqueologia subaquática, entendido o termo na sua expressão mais

²⁰ Mantas 2010: 211-213.

²¹ Faria 2002: 175-178.

lata. Como J. Parker defendeu, a salvação para a história económica da Antiguidade só pode encontrar-se no mar²², o que é hoje uma realidade confirmada. Quer isto dizer que, apesar das alterações geomorfológicas que incidiram sobre os portos romanos do nosso território, como o de *Ossonoba* (Faro), fazendo que as áreas portuárias se encontrem hoje em terra, são possíveis achados como o fundeadouro no Cais do Sodré, em Lisboa. O resultado da investigação ao largo, recuperando testemunhos que são fontes primárias das actividades marítimas urbanas²³, com especial destaque para os materiais anfóricos, contribui para elucidar questões que outros vestígios em terra, arqueológicos e epigráficos, hajam suscitado. Muito há a esperar da investigação, com os actuais meios de pesquisa no mar, como os ROV e os UAV (*Remote Operated Vehicles / Unmanned Underwater Vehicles*) e os Sonares de última geração, deste ramo da arqueologia, obrigatória num país com o historial marítimo de Portugal e com uma costa de grande potencialidade, mesmo no que toca à navegação antiga.

Não poderíamos deixar de aludir ao contributo, frequentemente mais referido que utilizado, da teledetecção aérea e espacial. Difícil do ponto de vista técnico e bastante cara, alguns anos atrás, a teledetecção ou detecção remota, conforme as expressões francesa ou anglo-saxónica, encontra-se hoje facilitada, pelo menos no que se refere ao acesso a fotografias aéreas e a imagens de satélite, principalmente quando se trata de um patamar inicial de prospecção arqueológica. A fotografia aérea deve ser utilizada de uma forma táctica, para analisar uma *villa* ou uma cidade, reservando-se às imagens de satélite (cenas) um uso estratégico, na análise de grandes espaços, como o território de uma cidade, ainda que a grande resolução das imagens agora disponibilizadas permita dispensar o recurso aos fotografias desde que não se verifiquem alterações significativas na paisagem urbana ou rural. Basta examinar uma fotografia aérea de Braga ou dos campos de Santarém, dos anos cinquenta do passado século, para se apreender de imediato a essência do problema.

É evidente que as imagens de satélite não são simples fotografias aéreas, como as do insubstituível voo americano de 1958, possibilitando uma série de operações de análise exigindo mais do que um simples estereoscópio. O recurso à teledetecção espacial faz parte da panóplia dos sistemas de informação geográfica (SIG / GIS), incluindo procedimentos computacionais que exigem elevada especialização²⁴. Ambas as modalidades são valiosas para analisar traçados urbanos, como em Beja, Évora e Braga²⁵, permitindo localizar monumentos camuflados na malha urbana, como poderá ser o caso do anfiteatro de *Olisipo*²⁶, ou ainda

²² Parker 1973: 363.

²³ Blot 2003.

²⁴ Wiseman e El-Baz 2007.

²⁵ Mantas 1990: 75-88.

²⁶ Martins 2014: 162-173.

para investigar a organização do território de uma cidade, nomeadamente a existência de sistemas cadastrais romanos como os de *Ebora* ou *Scallabis* (Santarém).

Nos últimos anos desenvolveram-se diversos métodos de prospecção geofísica, eficientes e não intrusivos, com diversas vantagens, entre as quais a de possibilitarem a selecção de áreas para escavação ou a confirmação de hipóteses quanto a determinado traçado urbano. Especialmente útil, mas não exclusivamente, em áreas pouco construídas, permite grande economia de tempo e de meios, circunstância sempre relevante no campo da investigação arqueológica. Destacamos aqui o recurso ao Georadar, ou *Ground Penetrating Radar* (GPR), utilizado com grande êxito nas ruínas de *Ammaia*, onde foi possível confirmar a ordenação fundamental da malha urbana e estabelecer o traçado dos arruamentos²⁷. Devemos sublinhar, todavia, que estes trabalhos, apesar de permitirem identificar edifícios e arruamentos, não dispensam o controlo dos resultados através de sondagens, uma vez que não é possível definir a cronologia das estruturas identificadas. Como o que se obtém são plantas, as belas reconstituições em 3D que se divulgam, como as de *Ammaia* ou de *Bracara*, devem ser consideradas cautelosamente, mais como uma sugestão do que uma realidade, mesmo virtual.

O que dissemos sumariamente sublinha a indiscutível interdisciplinaridade do estudo das cidades romanas, na base do qual estarão sempre as fontes escritas, históricas, literárias e geográficas, mesmo como no caso português em que elas são reduzidas. Na verdade, é da combinação entre a história, baseada nos documentos escritos, e a arqueologia, nas suas diferentes vertentes, que é possível conhecer melhor o passado urbano, sublinhando que a história, neste caso, não passa sem o contributo da arqueologia. O historial das cidades romanas de Portugal resume-se, quase sempre, à simples ocorrência do topónimo em obras de índole geográfico ou corográfico, caso de Estrabão, Plínio-o-Antigo ou Ptolomeu. Porém, por muita limitada que seja a informação que estas fontes ainda possam facultar depois de séculos de exegese, não há dúvida que representam o ponto de partida para a investigação. Problemas? Ainda muitos. A referência na obra de Estrabão a *Moron*, cidade no vale do Tejo²⁸, continua a ser discutida, enquanto um obscuro manuscrito de Plínio-o-Antigo, que existiria em Toledo, refere um *Oppidum Vacua* a situar no Cabeço do Vouga²⁹, o que não simplifica a solução do *ubi* de *Talabriga*. E onde fica exactamente o *Portus Hannibalis*³⁰, referido por Mela? Poderíamos alargar estes exemplos, mas cremos suficiente o que pretendemos demonstrar.

O cenário urbano no período romano em Portugal conheceu alterações, pois

²⁷ Corsi e Vermeulen 2012: 47-126.

²⁸ Estrabão 3.3.1.

²⁹ Mantas 1996: 1 618-624.

³⁰ Pompónio Mela 3.7.

a criação de uma rede urbana, imprescindível à administração civil do território, não foi um processo homogéneo em termos cronológicos e em termos jurídicos. Plínio-o-Antigo indica para o que hoje é Portugal várias dezenas de *populi*, cuja organização como *civitates* se concentrava esmagadoramente a sul do Douro, onde o naturalista indica 27 entidades políticas, a que devemos acrescentar uma referência indirecta a *Ammaia*, parte das quais estão na época ainda longe de plenamente desenvolvidas, pois com excepção de *Pax Iulia*, *Scallabis*, *Olisipo* e das cidades alentejanas dotadas com o *Latium minus*, todas as demais são consideradas estependiárias³¹, ainda que Alicia Canto proponha que todas cidades assim classificadas possuam estatuto municipal³². Os condicionalismos geográficos e culturais existentes no território, evidenciados na carta política pliniana (Fig.3), explicam em parte a evolução da dinâmica urbanizadora romana, pragmática acima de tudo. Com efeito, excluindo *Bracara*, a que se juntará posteriormente *Aquae Flaviae* (Chaves) e *Tongobriga* (Freixo), esta respondendo a uma dinâmica diferente³³, a região nortenha parece não ter conhecido outros centros urbanos significativos, ainda que *Cale* (Porto) se mantenha como uma forte possibilidade.

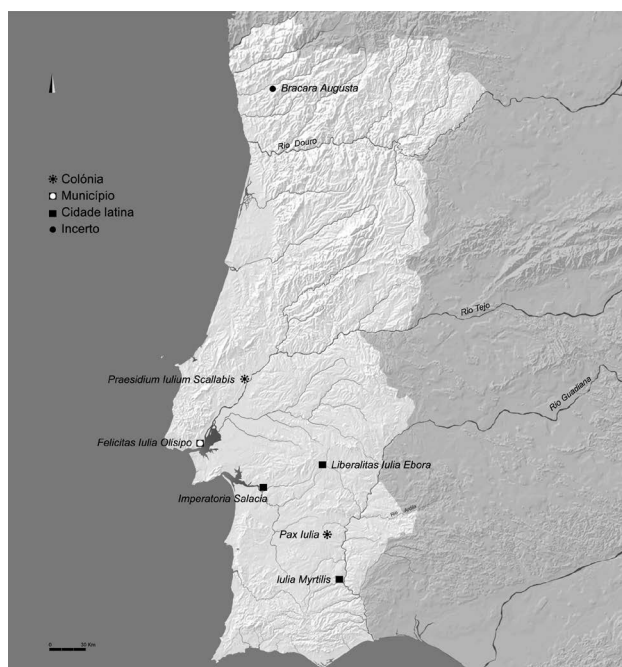


Figura 3. As cidades de estatuto romano no território português nos inícios do século I.

³¹ Plínio *N.H.* 4.117.

³² Canto 1996: 212-243.

³³ Dias 2013: 113-126.

Que é então uma cidade romana? Como dissemos antes, não cuidaremos das povoações da Idade do Ferro, independentemente das dimensões ou funções exercidas, limitando a análise às cidades que os romanos entendiam como tal. Com é sabido, muitas das cidades romanas foram criadas sobre povoados indígenas, obrigando a pôr de lado a teoria da atlantização do povoamento na época romana, contrariada pelo bom senso arqueológico do geógrafo Orlando Ribeiro, circunstância que ilumina sem necessidade de maior desenvolvimento uma questão que a toponímia resolve facilmente³⁴. Quando tratamos de cidades romanas devemos distinguir as cidades integradas na ordem jurídica romana, hierarquizadas de acordo com um processo promocional. Estas são as verdadeiras cidades romanas, divididas entre nós por colónias, municípios e *oppida latini*.

A questão, porém, não se resolve tão facilmente, pois estas categorias envolvem complicadas questões de estatuto. Ficavam de fora, mas aguardando uma promoção prevista, as cidades peregrinas dotadas de funções de capitalidade, regidas por magistrados indígenas e por isso ainda à margem da legislação urbana romana, como a maior parte das estipendiárias indicadas por Plínio. Embora a hipótese de Alicia Canto simplifique o problema, considerando todas as cidades não coloniais como *municipia*, a verdade é que a presença de magistrados romanos não ocorre simultaneamente em todas estas cidades, o que, pelo menos, sugere um processo evolutivo no que toca à sua condição jurídica. O caso de *Capara* (Ventas de Cáparra) na Lusitânia, onde um duúviro fora anteriormente *magister* parece-nos significativo quanto a este aspecto do problema³⁵.

Devemos, portanto, distinguir as cidades romanas *stricto sensu*, das cidades “à romana”, ou seja, povoações de maior ou menor importância, dotadas de um órgão de governo, usualmente quatro *magistri* evocando os duúviro e edis das cidades romanas, e contando com monumentos públicos, incluindo *fora*. Era esta a situação de *Conimbriga* e de *Igaedis*, admitindo ser este o nome da capital dos *Igaeditani*, no tempo de Augusto. Acontece também, e a arqueologia tem sido pródiga em confirmar tal facto, que povoações de categoria inferior, simples *oppida* ou *castella*, mostrem uma romanização formal, através da construção de monumentos característicos dos centros urbanos. Como estes povoados se encontravam com frequência dependentes das *civitates*, não encontramos edifícios administrativos regulares, mas não faltam tentativas de normalização dos arruamentos e um ou outro modesto monumento.

É o que se verifica no povoado castrejo de Monte Mozinho, no concelho de Penafiel, onde no final do século I se abriu um longo arruamento rectilíneo até à última linha de muralhas no topo do povoado, que tem cerca de 20 hectares de superfície, e se edificou um monumento religioso, com toda a probabilidade um

³⁴ Ribeiro 1977: 80.

³⁵ Cerrillo 2001: 155-164.

pequeno templo consagrado a Júpiter³⁶. De referir que as construções no exterior da segunda muralha são quase todas de planta quadrangular, enquanto na zona central do povoado predomina a planta circular, tradicional. Quanto às muralhas, também do século I, não teriam, tal como a primeira muralha de *Conimbriga*, nenhuma função defensiva, contribuindo para prestigiar a povoação. No conjunto trata-se de uma exuberante demonstração do impacto dos modelos urbanos romanos no mundo castrejo por altura do grande desenvolvimento do Noroeste por iniciativa dos imperadores flávios (Fig.4).

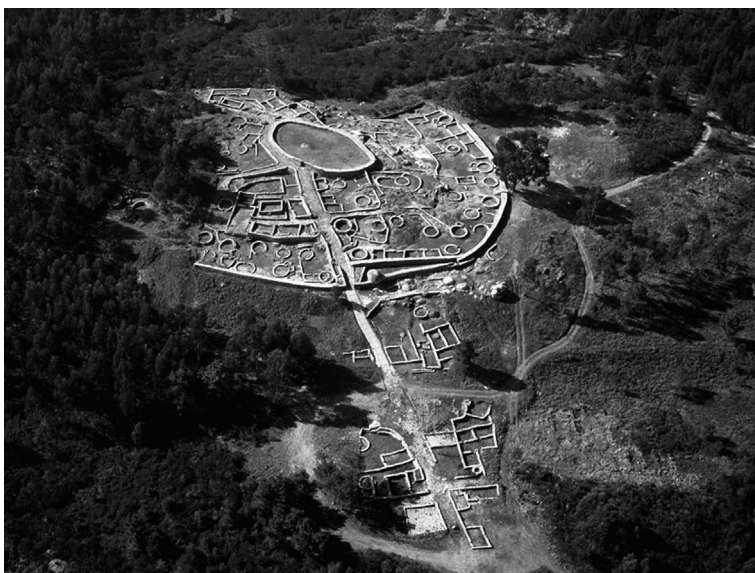


Figura 4. Fotografia aérea do povoado castrejo de Monte Mozinho (Penafiel).

O estudo do que normalmente se designa como aglomerações secundárias levanta problemas complicados, que em parte se modificam de acordo com a região onde elas se situam. Alguns destes povoados, numerosos a norte do Douro³⁷, são de dimensões razoáveis, caindo na categoria de *vici*, quando de origem romana ou profundamente romanizados. Muitos deles tinham funções económicas relevantes, como os *vici* de Tróia, ou de *Abelterium* (Alter do Chão), o primeiro ligado à produção de preparados piscícolas, o segundo como *mansio* da principal via de ligação entre *Olisipo* e *Emerita*. Muitas destas povoações dependiam administrativamente das cidades, mas tal nem sempre aconteceria, como no caso dos *pagi*, espécie de cantões rurais, normalmente desprovidos de centros de tipo urbano. Sem querermos desenvolver esta temática, pensamos não

³⁶ Almeida 1980: 51-56; Soeiro 1998: 11-22.

³⁷ Alarcão 1995: 387-401.

ser certo que as *civitates* cobrissem inteiramente o território, de forma contígua, constituindo *vici e pagi*, em certos casos, enclaves territoriais apenas, relacionados com uma cidade para efeitos fiscais, como no caso dos *adtributi*, o que é sugerido por uma epígrafe de Santiago da Guarda (Ansião) informando que os *vicani* deviam satisfazer os impostos no município vizinho³⁸. Qual?

Voltemos às cidades e à sua arqueologia. Os romanos introduziram na Hispânia o conceito de cidade capital, perfeitamente de acordo com a mentalidade política que lhes foi própria e que Virgílio tão bem caracterizou³⁹, reflectida na hierarquia urbana que se estende da capital da província até ao povoado com alguma responsabilidade administrativa, constituindo uma autêntica cadeia de comando com obrigações e privilégios perfeitamente definidos. A função administrativa é, portanto, a finalidade essencial da cidade romana, o que faz que cidades relativamente pequenas detenham mais poder que outros centros populacionais maiores e mais ricos. Antes de caracterizarmos alguns tipos específicos de centros urbanos romanos em Portugal devemos recordar que muitos deles resultaram da romanização de antigos povoados da Idade do Ferro, como já referimos a propósito da toponímia. Acontece, todavia, que algumas cidades foram fundadas de raiz ou resultaram de uma operação urbana que fez desaparecer por completo, ou quase, as estruturas anteriores.

Apontaremos alguns casos melhor conhecidos desta revolução urbana. A cidade de *Ammaia* é um bom exemplo da primeira situação, mostrando uma planta ortogonal muito regular, executada num local onde não há testemunhos pré-romanos, ainda que se possa discutir a cronologia da mesma, não da cidade, que remontará a Augusto, pois as escavações na Porta Sul puseram a descoberto estruturas romanas mais modestas e com diferente orientação⁴⁰. Na mesma situação, em resultado de uma invulgar iniciativa fundacional⁴¹, está a cidade de *Bracara Augusta*, dotada de uma planta que na origem recorda a das fundações augustanas de 25 a.C., como Aosta⁴².

No segundo caso podemos recordar *Pax Iulia* ou *Ebora* (Fig.5), cidades remodeladas urbanisticamente, a ponto de, até data recente, se ter considerado Beja uma cidade de fundação romana. Quanto às numerosas situações em que a romanização não alterou significativamente a trama original, podemos, talvez, deduzir que o processo diferiu ou que os objectivos não justificavam uma renovação completa. Foi o que aconteceu em *Conimbriga*, onde os eixos de circulação do povoado da Idade do Ferro se mantiveram como elementos orientadores

³⁸ Encarnação e Monteiro 1994-1995: 295-302.

³⁹ Virgílio *Aen.* 6.847-853.

⁴⁰ Pereira 2009: 60-77.

⁴¹ Martins 2004: 149-173; Morais, 2013, 34-46.

⁴² Wheeler 1964: 42-43.

do urbanismo romano⁴³, o que parece opor-se à hipótese da população ter sido então reforçada através de um qualquer sinecismo.



Figura 5. Esboço do urbanismo de *Liberalitas Iulia Ebora* e das principais vias romanas que partiam da cidade: 1 - Forum; 2 - Termas; 3 - Aqeduto; 4 - *Kardo*; 5 - Decumanus; 6/8 - Vias (FAP 1971 4634).

Apesar da existência de um modelo teórico, ditado por razões políticas e culturais evidentes, reflexo da procurada identidade comum do mundo romano, as cidades distinguiam-se pelas características impostas pela implantação geográfica e funções subsidiárias que desenvolviam, as quais constituíam com frequência a base da vida económica e da estrutura social das mesmas. No caso português devemos distinguir em primeiro lugar as cidades marítimas ou flúvio-marítimas, cuja vida se centrava nas actividades relacionadas com o mar, nas múltiplas facetas de produção e transporte, relacionando-se com idênticos centros portuários, próximos ou distantes, e contando na população, por vezes mesmo entre a camada superior, numerosos libertos. Podemos indicar, como exemplo *Ossonoba*, cidade de planeamento regular e implantação quase peninsular⁴⁴, ou *Salacia*, descendo a encosta até ao Sado e mantendo o seu centro urbano no topo, afastado do rio⁴⁵, circunstância que se repete noutras cidades antigas deste grupo, como *Myrtilis* (Mértola). O principal porto lusitano, acerca do qual se vai

⁴³ Correia e Alarcão 2008: 121-136.

⁴⁴ Mantas 1993: 516-523.

⁴⁵ Faria 2002: 66.

acumulando finalmente informação que permite ultrapassar incertezas, *Olisipo*, é um bom exemplo de uma cidade marítima de urbanismo renovado, com uma extensa área ribeirinha ocupada por actividades de tipo industrial e possuindo, junto ao esteiro do rio Tejo que limitava a área propriamente urbana a ocidente, um importante conjunto monumental, construído sobre um criptopórtico, de identificação ainda indecisa⁴⁶.

Algumas cidades, pela sua posição privilegiada na travessia de rios, funcionaram como cidades-ponte, que garantiam a travessia em qualquer época do ano. Quase sempre centros viários de primeira importância, conservaram esta característica ao longo da história, como sucedeu com *Aeminium* (Fig.6), onde a ponte de travessia do Mondego foi sendo reconstruída regularmente e sempre desempenhou um papel essencial no sistema de comunicações português⁴⁷. Outra cidade com características semelhantes, justificando a construção de duas pontes na época romana (*CIL* II 2477=5616, 2478), é *Aquae Flaviae* (Chaves), onde a segunda das pontes, construída no tempo de Trajano, constitui um dos mais perfeitos exemplares sobreviventes da pontística romana na Hispânia⁴⁸. Mas *Aquae Flaviae*, a segunda grande cidade do Noroeste em território português e cujo topónimo reflecte uma evidente promoção municipal flaviana, possuía outra mais-valia na qualidade das suas águas, que levou à construção de um imponente edifício termal, cujas ruínas foram recentemente escavadas⁴⁹. O valor das águas termais na antiguidade romana é conhecido, sublinhado quer pelas imponentes ruínas que nos ficaram, quer pelas vinhetas com que os centros termais são representados na famosa *Tábua de Peutinger*⁵⁰.

Outras cidades, para além das suas funções de capitalidade, aumentadas pela fraca urbanização de certas regiões, desenvolveram actividades de relevo como centros de mercado, funcionando como polos de atracção das populações indígenas, gradualmente inseridas no estilo de vida romano, mesmo que provincial, baseado na observação de certas práticas sociais e no uso alargado de uma economia monetária. Por isso os mercados (*macella*), mal conhecidos no território português, tiveram uma importante função urbana. Destacamos deste grupo de cidades-mercado o principal centro romano no Norte português, individualizado também por outros aspectos e apesar das dúvidas que subsistem quanto ao seu estatuto, a cidade de *Bracara*, centro de uma vasta região ocupada por povos desprovidos de cidades. As actividades comerciais de *Bracara*, conhecidas e bem estudadas⁵¹, justificaram a presença na cidade de uma colónia de

⁴⁶ Mantas 2003: 13-29.

⁴⁷ Alarcão 2013.

⁴⁸ Fuentes 2005: 169-176.

⁴⁹ Carneiro 2013: 793-802.

⁵⁰ Chevallier 1972: 23-30; Pérex Agorreta / Rodríguez Morales 2011: 153-170.

⁵¹ Morais 2005.

comerciantes romanos, activos na época de Cláudio⁵², quando a rota atlântica para o norte redobra de importância com as operações militares na Britânia. Também em Braga se registou um dos poucos mercados que se conhecem em Portugal (*CIL* II 3570).



Figura 6. Fotografia aérea de Coimbra (*Aeminium*): 1 - Localização da ponte romana e medieval; 2 - Forum (foto de Filipe Jorge).

Um caso curioso do urbanismo romano em Portugal é o de *Mirobriga*, que alguns arqueólogos ainda hesitam em identificar com as ruínas de Castelo Velho, nos arredores de Santiago do Cacém. Pouco se conhece da área habitacional da cidade, cuja estrutura dispersa, à margem de um plano regular, parece ter sido determinada pela colina do forum. Esta circunstância levou Fernando de Almeida a considerar o conjunto como um santuário, um pouco à imagem dos grandes santuários gauleses, como o de Sanxay. Mas esta opção chocava com a aceitação de que *Mirobriga* era uma cidade⁵³. Como as escavações têm incidido nas áreas monumentais subsistem muitos problemas⁵⁴, mas cremos estar perante uma cidade de limitada população, cuja função principal seria de natureza religiosa, destacando-se o culto de Esculápio e de Vénus, provável *interpretatio* de cultos púnicos anteriores à romanização. A existência de um circo de razoáveis dimensões parece justificar-se pela realização do festival religioso que já referimos, o qual atrairia numerosos peregrinos. Outro aspecto a considerar é o da complementaridade, em termos económicos, com outras povoações, neste caso

⁵² Alföldy 1966: 363-372.

⁵³ Almeida 1964.

⁵⁴ Barata 1998.

o porto de Sines, como no caso de *Salacia* era o *vicus* industrial de Tróia. Casos como estes podem explicar as disponibilidades financeiras de pequenas cidades, em especial as despesas sumptuárias e os gastos com construções.

Do que dissemos depreende-se que o estudo de uma cidade romana não pode ignorar o seu especial enquadramento geográfico e as actividades desenvolvidas no seu território, no qual devemos incluir o mar, quando for o caso, pois como era normal na antiguidade, muita da riqueza urbana era criada fora da cidade, sem que queiramos defender a velha teoria da cidade consumidora e parasita que tão em voga esteve na historiografia romana décadas atrás. Por outro lado, há que distinguir entre a arqueologia de cidades como *Conimbriga*, onde os condicionalismos operacionais são limitados, ou cidades como Faro ou Lisboa. A arqueologia em meio urbano, não arqueologia urbana, conta com um enorme historial de oportunidades perdidas. Se a vergonhosa e continuada destruição das ruínas de *Balsa*, nos arredores de Tavira⁵⁵, que tivemos oportunidade de confirmar em visita recente, representa talvez o caso mais lamentável deste aspecto negativo da política patrimonial portuguesa, tratando-se de um sítio marítimo que podia facilmente ter sido preservado (Fig.7), outras situações, neste caso em meio urbano, ilustram as dificuldades que se levantam. Cidades como Braga e Tomar⁵⁶, cujas áreas urbanas antigas estavam nos anos 70 e 80 do século passado largamente livres de construções acabaram por ver muitos desses vestígios destruídos, apesar do meritório trabalho de registo arqueológico efectuado. Podemos dizer o mesmo de Coimbra, tantas têm sido as situações de destruição verificadas no interior da área urbana antiga. Quanto a Lisboa, os enormes trabalhos de renovação urbanística, nomeadamente a construção dos túneis do metropolitano, que poderiam ter contribuído para esclarecer muitos problemas lisiponenses, sobretudo na zona ribeirinha, só muito pontualmente concorreram com dados novos.

É habitual relacionar os modelos urbanos com o estatuto das cidades, considerando-se que grandes alterações urbanísticas correspondem, ou podem corresponder, a alterações de estatuto. É bem conhecida a relação entre a promoção flaviana de *Conimbriga* e a construção do santuário do culto imperial que substituiu a segunda versão do fórum. O mesmo indício de uma alteração semelhante pode identificar-se nas ruínas de *Ammaia*, onde a Porta Sul da muralha foi reconstruída nos inícios do século II. Mas o problema não é tão simples, pois o urbanismo romano nem sempre coincide com um determinado estatuto também romano. No território português, até à concessão da cidadania generalizada por Caracala, encontramos três situações perfeitamente definidas: direito itálico⁵⁷,

⁵⁵ Silva 2007. Está em curso presentemente (2016) um estudo de impacte, com recurso a prospecção geofísica e pesquisa arqueológica terrestre e subaquática, no qual colaboramos.

⁵⁶ Ponte 1986: 43-48.

⁵⁷ *CIC I: Dig.50.15.8. Refere Emerita e Pax Iulia.*

direito latino e direito local, peregrino. Normalmente atribui-se o alargamento do direito latino à iniciativa de Vespasiano, equivalente à promoção municipal. Este é um dos grandes problemas que pende sobre a história das cidades romanas de Portugal, pois casos há em que a equivalência automática direito latino = municipalização parece difícil de explicar. Se aceitarmos apenas os testemunhos plinianos e epigráficos, resulta muito difícil sustentar esta coincidência, como desde há vários anos vem sublinhando Patrick Le Roux, entre outros⁵⁸.

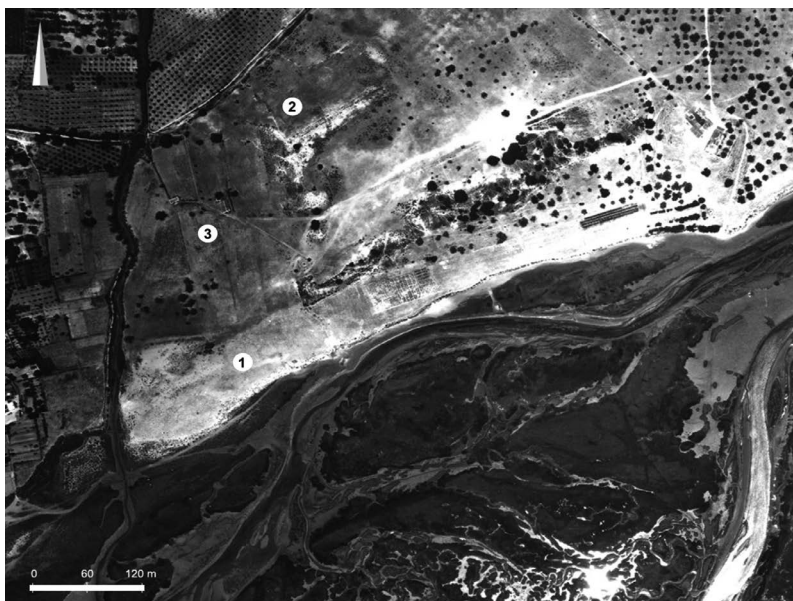


Figura 7. Vestígios do porto de *Balsa*: 1 - Molhe; 2 - Doca interior ?; 3 - Bacia do porto (IGC 1979 5167).

Julgamos que esta questão poderia ser comodamente adiada, aceitando a hipótese de que todas as cidades atribuídas à tribo Quirina são municípios flavianos, sobretudo quando se lhes conhecem magistrados, relativamente numerosos⁵⁹. Mas a verdade é que esta solução, aceitável em certos casos, choca-se com situações de difícil explicação. Se concordarmos com a equivalência subentendida na municipalização flaviana é muito difícil interpretar casos como o de *Sabora*, na Bética, onde os decuriões de uma cidade atribuída à tribo Galéria solicitaram autorização para construir uma povoação nova, ao que Vespasiano respondeu afirmativamente, permitindo a edificação com o seu nome e devendo ser respeitados os impostos existentes (*CIL* II 1423). Recordamos também que o *Latium Vetus* ou *Antiquum*, concedido a um grupo restrito de cidades, sugere, por alguns

⁵⁸ Le Roux 1995: 83-87.

⁵⁹ Curchin 1990: 135-243.

dos seus aspectos jurídicos, uma fase inicial de inclusão política, bem adaptada ao território português nos finais do século I a.C., incipientemente urbanizado.

As alterações de estatuto também se pressentem claramente através da epigrafia. Se algumas cidades incluem na sua denominação referências ao gentilício imperial pode deduzir-se uma intervenção do governante, normalmente de tipo jurídico-administrativo, como sucede em *Conimbriga* (Fig.8), designada como *Flavia Conimbriga* numa inscrição votiva local⁶⁰. Ora, este facto obriga a questionar não só o estatuto jurídico anterior destas cidades, como a questionar, se não ocorrer uma referência concreta à municipalização, esta mesma qualidade, comprovado epigraficamente num grupo ainda reduzido de cidades. Ainda a propósito de *Conimbriga*, mantemos *sub judice* a epígrafe truncada existente na Ega (*FE 444*), uma vez que o termo *municipium* é apenas uma hipótese, a confirmar. De qualquer forma, se Vespasiano atribuiu o *Latium Vetus* à Hispânia foi porque grande parte das muitas *civitates* existentes não possuíam então outro estatuto se não o de cidades peregrinas. Sublinhamos que o importante é a concessão do direito latino, parecendo-nos o título municipal uma distinção própria do final da evolução de um *cursus honorum* urbano. Lembramos o pedido a Adriano da atribuição do título colonial por parte dos munícipes de *Italica*, perto de Sevilha, distinção meramente honorífica sem grandes efeitos práticos e até alguns inconvenientes, aliás invocados pelo imperador⁶¹. Os casos de *Ammaia* e da *Civitas Igaeditanorum*, bem conhecidos e estudados através da epigrafia, sugerem uma evolução que conduz da cidade peregrina, ao direito latino e finalmente à municipalização⁶².



Figura 8. Árula consagrada a Flávia Conímbriga e aos seus Lares (Museu Monográfico de Conimbriga).

A importância atribuída aos municípios flávios distraiu a atenção dos inves-

⁶⁰ Étienne 1976: 28.

⁶¹ Aulo Gélio *Noct.* 16.13.

⁶² Mantas 2006: 49-92; Guerra 1996: 7-33.

tigadores da acção exercida por Cláudio, a quem se deve a concessão do direito latino, com inclusão na tribo Galéria ou na tribo Quirina, a várias comunidades urbanas, em particular no Sudoeste da Hispânia, entre as quais poderemos incluir *Ammaia* e *Ossonoba*. Transformações de relevo no equipamento urbano de certas cidades sugerem intervenções de ordem administrativa, com possível implicação nos estatutos⁶³. É o caso da renovação dos *fora* de *Conimbriga* e de *Aeminium*, aqui reforçada pelo achado dos retratos de Lúvia e de Agripina nos entulhos do criptopórtico. A possibilidade da concessão do direito latino a estas cidades no principado de Cláudio não nos parece impossível, ainda que não o possamos afirmar de forma inquestionável. Talvez um dia a epigrafia permita resolver definitivamente esta aborrecida questão, que de momento exige flexibilidade, espírito aberto e, sobretudo, discussão. Seja como for, não nos parece suficiente a presença de magistrados como duúnviro e edis para garantir o título municipal a uma cidade.

O problema dos modelos tem arrastado a investigação para dificuldades desnecessárias no caso da arqueologia das cidades romanas, apesar de se reconhecer que a romanização é um processo dinâmico e pragmático, adaptado às condições locais, o que levou a considerar erradamente a causa das diferenças existentes entre as regiões meridionais e setentrionais do Portugal romano. Não resultou de uma incapacidade romana ou de uma resistência indígena, antes revela uma política de integração persuasiva, inteligente e eficiente. O mesmo problema se apresenta para as regiões da Beira interior, área onde a inscrição da Ponte de Alcântara (*CIL* II 760) refere 11 *municipia*, cujas capitais aguardam, em muitos casos, uma identificação positiva. E aqui deparamos, mais uma vez, com um problema de escala e de ambiente. Seria absurdo procurar na região, que não era propriamente pobre, cidades como *Ebora* ou *Aeminium*, antes centros políticos e de mercado semelhantes aos *Fora* e *Ventae* conhecidos no Noroeste peninsular ou na Britânia.

Naturalmente as pequenas dimensões destes centros tornam muito difícil a sua identificação, pelo que, em certos casos limite se pode falar de *civitates sine urbe*⁶⁴. Mesmo cidades como *Igaedis* se podem considerar excepcionais neste cenário de fraca urbanização, pois atingiria no período de maior desenvolvimento sete a oito hectares de superfície, superior à área delimitada pela muralha medieval. Para complicar a questão a arqueologia vai registando cidades desconhecidas nas fontes, como sucedeu com a identificação das ruínas de Almo-fala com a capital da *Civitas Cobelcorum*⁶⁵. Símbolos de uma identidade política, mais ou menos herdada do período pré-romano e estabilizada pelo Império, estes centros contavam com um equipamento urbano sumário, no qual o templo

⁶³ Correia 2014: 309-322.

⁶⁴ Guzman 2014: 89-96.

⁶⁵ Frade e Caetano 2002: 227-230.

parece ter constituído o elemento principal⁶⁶. Não cremos que as ruínas de Centum Celas (Colmeal da Torre), perto de Belmonte, representem o forum de *Lancia Oppidana*, mas já aceitamos que as ruínas de Nossa Senhora do Mileu, na Guarda, constituam o remanescente do centro político e comercial da cidade dos *Transcudani*⁶⁷. Seriam estas entidades políticas verdadeiramente *municipia*, como afirma a inscrição de Alcântara, ou devemos considerar tratar-se aqui de uma expressão geral, onde se preferiu utilizar o grau superior?

Estas questões estatutárias não se revelam fáceis e a epigrafia nem sempre ajuda a esclarecê-las. Se em Bobadela temos a certeza da existência de um município (*CIL* II 401), talvez da época de Domiciano, vamos encontrar uma epígrafe dedicada pela *Civitas Aravorum* (Marialva) ao imperador Adriano⁶⁸, o que parece estranho numa época em que se consolidavam estatutos cívicos na região e em que o termo *civitas* não ganhara ainda o sentido amplo que conhecerá no Baixo-Império. Da mesma forma a omissão da indicação do estatuto nas emissões monetárias de *Pax Iulia* e de *Ebora* pode parecer estranha, considerando a raridade das cidades privilegiadas então existentes no território hoje português. Todavia, se a existência de municípios na região beirã se confirma no século II, já o verdadeiro estatuto jurídico inicial de Beja e de Évora não é seguro, podendo resumir-se ao direito latino, como poderá ter sucedido inicialmente em Braga⁶⁹. No fim, os problemas persistem numerosos e exigem uma análise que apesar de ter em conta as realidades regionais se alargue ao que se conhece na Hispânia e noutras áreas ocidentais do Império, privilegiando uma abordagem provincial.

Lembramos ainda o quase total desconhecimento das características físicas das cidades no início do Principado, se abstrairmos de alguns pormenores topográficos e de traçado urbano. O caso de *Conimbriga* é excepcional, mas mesmo assim a primeira interpretação do urbanismo augustano tem sofrido revisões, particularmente significativas no que se refere à estrutura do forum⁷⁰. Em relação a outros sítios importantes, como *Bracara*, *Pax Iulia* ou *Scallabis*, as dúvidas são maiores. A exacta localização do forum bracarense não está ainda perfeitamente definida, enquanto em Beja as escavações demonstram uma evolução bastante mais complexa da área onde Abel Viana localizou o templo do forum⁷¹. Em Santarém, apesar dos meritórios trabalhos desenvolvidos na cidade, as dúvidas quanto às estruturas identificadas na Alcáçova parecem-nos pertinentes⁷², não se conhecendo a localização do forum, num contexto urbano complexo e que

⁶⁶ Carvalho 2003: 153-182.

⁶⁷ Carvalho 2005: 160-161.

⁶⁸ Encarnação 2013: 1-23.

⁶⁹ Le Roux 1994: 229-241.

⁷⁰ Congès 1987: 711-751; Alarcão, Étienne e Golvin 1997 : 49-68.

⁷¹ Lopes 2010: 189-200.

⁷² Arruda e Viegas 2002: 173-178; 2014: 242-255.

se estendia de forma descontínua até ao porto na Ribeira⁷³, por onde passava o *decumanus* da centurição colonial (Fig.9), que na cidade coincide com a rua João Afonso, traçado ainda perfeitamente visível nos fotogramas aéreos (FAP 1980 144060).

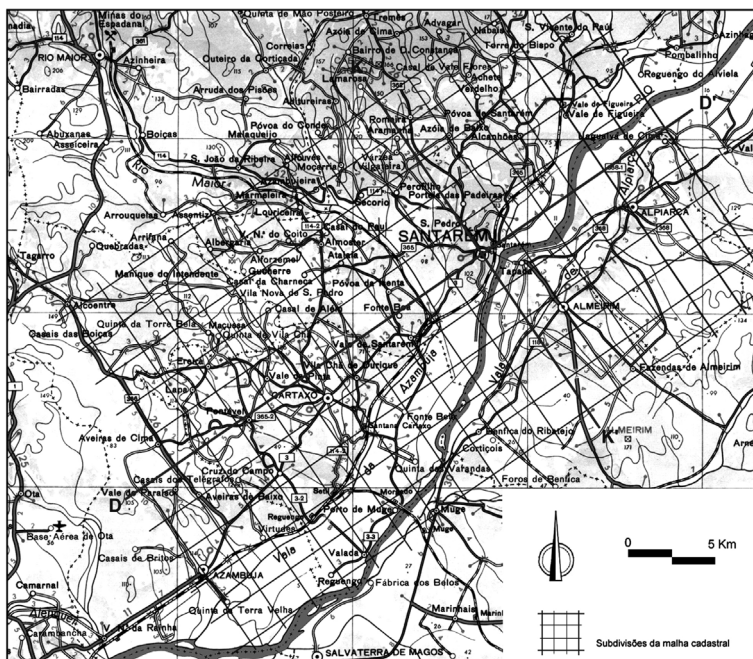


Figura 9. Traçado geral esquemático da centurição da colônia escalabitana.

Da arqueologia das cidades romanas, no seu âmbito mais vasto, faz parte o estudo da relação das cidades com os campos e com a rede viária. Trata-se agora de estudos de arqueologia da paisagem, nomeadamente de centurições e cadastros, bem como da cidade como *caput viarum*. Infelizmente, o estudo dos traços cadastrais romanos em Portugal, que no decurso dos anos 90 do século passado parecia bem encaminhado, deparou com dificuldades inesperadas. Ainda assim, as centurições coloniais de *Pax Iulia* e *Scallabis* são conhecidas nas suas grandes linhas, tal como os cadastros de *Ebora* e *Balsa*, e de forma mais limitada, os de *Conimbriga* e *Bracara*. Nem todos os cadastros têm finalidades colonizadoras (centurições), antes visam fins fiscais, o que parece reflectir-se nas operações de *renormatio* que alguns sofreram, aparentemente no Baixo-Império, e que complicam a interpretação dos traços que se conservaram e que exigem urgente trabalho de campo⁷⁴.

⁷³ Mantas 2012: 175-176.

⁷⁴ Mantas 1996a: 19-22; Gorges 2010: 141-171; Batista, Mascarenhas e Mantas 2010:

O estudo da rede viária e das suas funções ajuda a interpretar a evolução dos centros urbanos tal como a presença de miliários com indicação de distâncias pode contribuir para localizar povoações não identificadas, sem esquecer que muitos desses monumentos se encontram deslocados. Voltamos ao problema de *Talabriga*, cidade que poderia identificar-se comodamente com o Cabeço do Vouga não fosse a indicação de distâncias nos miliários do troço *Aeminium-Cale* da estrada *Olisipo-Bracara* e das que são indicadas no *Itinerário de Antonino*, que impedem tal identificação. Também acontece, e tal facto deve ser tido em conta neste e noutros casos semelhantes, que a *mansio* não se situe precisamente no aglomerado populacional que servia, mas a alguma distância ou mesmo mantendo o topónimo de povoações destruídas, como parece ter sucedido com *Dipo* na via *Olisipo-Emerita*⁷⁵. Quanto à delimitação dos territórios, dada a escassez de *termini*, há que atender à geografia física e, mais uma vez, quando possível, aos miliários e à repartição de inscrições com indicação da tribo, que permitiram identificar um *trifinium* no Alentejo interessando a *Emerita, Ammaia e Ebora*⁷⁶.

Um dos problemas que tem ocupado os investigadores, em parte devido a situação conhecida em *Conimbriga*, é o da evolução das cidades no Baixo-Império e na Antiguidade Tardia, se é que ainda se admite a distinção. Cidades reduzidas, cidades empobrecidas, cidades transformadas, a verdade é que as urbes do século IV são diferentes, sem esquecer que já a partir do século II se dera primazia às termas e aos circos, processo que as escavações e a epigrafia vão confirmando. As grandes transformações que a sociedade romana sofreu a partir do século III, em que a crise foi menos generalizada do que se tem pretendido, provocaram modificações que se reflectem de forma clara nos contextos urbanos no decurso do século IV. Abandono de monumentos públicos, como terá sucedido no fórum de *Seilium* (Tomar), onde se registaram enterramentos na época de Constantino, alterações utilitárias, como no criptopórtico do santuário de culto imperial de *Conimbriga*, transformado em cisterna, ou destruição por incêndio, como no caso do anfiteatro de Bobadela.

Deixando de parte a discussão em pleno desenvolvimento sobre o que se passou em relação à vida urbana entre os séculos III e V, devemos reconhecer que as cidades mudaram de fisionomia, fenómeno que se deve essencialmente às mudanças sociais e ideológicas no Império. A algumas delas não podemos chamar outra coisa a não ser decadência. A insegurança que acompanha a nova situação (serão as muralhas para afastar apenas os bárbaros que se vão instalando ou para afastar bagaudas ou outros?) leva à construção de defesas que agora já não são honoríficas e que, quase sempre, desfalcam as cidades de uma parte importante da área anterior. Casos como os de *Ebora* e *Conimbriga* são

791-802.

⁷⁵ Almagro-Gorbea, Pau Ripollés e Rodríguez Martín 2009: 5-60.

⁷⁶ Plana-Mallart 1995: 235.

bem conhecidos, ainda que com alguns problemas de cronologia em aberto, enquanto outros se revelam, como em *Aeminium* e *Olisipo*, mais complicados⁷⁷, envolvendo o próprio traçado dos muros. A última palavra caberá sempre à escavação, mesmo que aconteça de forma fortuita, como sucedeu com a descoberta da muralha romana de Viseu. A construção destas muralhas ou a sua renovação tardia explica a localização de parte, se não de todas as sedes episcopais do final do domínio romano no território português, assim como das oficinas monetárias do período visigótico.

Convém sublinhar que não é possível interpretar as cidades da época romana sem ter em consideração o seu ocaso na Antiguidade Tardia e a forma como esse processo se desenvolveu, que não foi igual em todas⁷⁸. Por isso, mesmo a consulta de fontes já perfeitamente medievais, como as de origem islâmica, pode facultar informações interessantes para a época romana, como por exemplo a possível referência de al-Himyari à Porta do Ferro, em Lisboa, possível entrada monumental do fórum transformada em porta da Cerca Moura⁷⁹, ou a informação, na crónica anónima de al-Hakam III, provavelmente de Ibn-Hayyan, de que a muralha romano-visigótica de Évora se encontrava em 913 arruinada e fora de condições de defesa⁸⁰. Naturalmente, não devemos limitar esta pesquisa documental apenas às fontes mais antigas, pois se colhe abundante informação em textos posteriores e nem sempre eruditos. Recordamos a epígrafe perdida e que refere a doação das portas e torres da muralha de *Pax Iulia* por Augusto (*FE* 29 131), em 2 a.C., registada num jornal de Beja publicado no século XIX.

Creemos que a nossa intenção de ilustrar as características interdisciplinares do estudo das cidades romanas está assegurada, pois foi essa a finalidade que nos moveu a participar neste Congresso, longe de pretender relatar a evolução da arqueologia em Portugal. Não esqueçamos que, para além das ruínas cada vez mais solitárias das cidades desertas, o que talvez seja uma triste garantia da sua preservação, calcamos com frequência, no dia-a-dia das cidades vivas, restos ignorados, talvez mais fáceis de descobrir em obras urbanas controladas por arqueólogos responsáveis do que em projectos de difícil concretização. Quem se lembraria de que sob uma bonita praça de Chaves se escondia um extraordinário edifício termal (Fig.10), ignorado nos trabalhos antes realizados? Finalmente, numa época de destruições insanas, aliás menos criticadas do que seria de esperar⁸¹, não olvidemos que as pressões económicas do turismo, aliadas a uma

⁷⁷ De Man 2011: 177-183, 202-208.

⁷⁸ Fabião 2009: 25-50.

⁷⁹ Al-Himiari 1938: 22.

⁸⁰ Sidarus 1988: 7-37.

⁸¹ Referimo-nos, naturalmente, ao massacre arqueológico a que se assiste no Iraque e na Síria, onde agora se iniciou a demolição de Palmira, e que poderá estender-se a outras regiões, como a Líbia, onde as ruínas antigas, em especial do período romano, são particularmente

curiosa filosofia da sustentabilidade da cultura, estão a contribuir para abusivas e absurdas requalificações ou reconstruções, transformando ruínas autênticas em pastichos hollywoodescos, de impossível interpretação para a maior parte daqueles a que pretensamente se destinam⁸². É altura de historiadores e arqueólogos repensarem esta situação, assumindo a posição que lhes compete, mesmo que ela resulte incómoda, não confundindo interdisciplinaridade com cedência a interesses de áreas dificilmente consideradas disciplinas científicas.



Figura 10. Ruínas das grandes termas de Chaves em fase de escavação (foto Sérgio Carneiro).

relevantes. A impotência das instituições internacionais, algumas das quais parecem mais interessadas no aumento dos sítios classificados do que na defesa dos já classificados, ficará como marca civilizacional do nosso tempo, incapaz de actuar onde, quando e como é preciso. O futuro julgará de igual forma os que fizeram e os que deixaram fazer.

⁸² Mantas 2008: 147-192.

BIBLIOGRAFIA

- CIC I = *Corpus Iuris Civilis*, Th. Mommsen / P. Krueger, eds. (1954). Berlim.
CIL II = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, E. Hübner (1869-1892). Berlim.
FE = *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.
IRCP = *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, J. d'Encarnação, (1984). Coimbra.
Al-Himyari, *La Peninsule Ibérique au Moyen Age d'après le Kitab al-Rawd al-mitar*, Levi Provençal, ed. (1938). Leida.
Aulo Gélio, *The Attic Nights of Aulus Gellius*, 2, J. C. Rolfe, ed. (1927). Cambridge (MA).
Estrabão, *The Geography of Strabo*, 2, H. L. Jones, ed. (1960). Londres.
Plínio-o-Antigo, *Naturalis Historia*, 1-6, L. Von Jan-Mayhoff, ed. (1967). Estugarda.
Pompónio Mela, *Chorographie*, A. Silberman, ed. (1988). Paris.
Virgílio; *Virgil: Aeneid*, 1-6, R. D. Williams, ed. (2002). Londres.

- Abascal, J. M. e Espinosa, U. (1989), *La ciudad hispano romana. Privilegio y poder*. Logronho.
Alarcão, A., Étienne, R. e Golvin, J.-C. (1997), “Le centre monumental du forum de Conimbriga. Réponse à quelques contestations”, in R. Étienne, F. Mayet (eds.), *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: 49-68.
Alarcão, J. de (1973), *Portugal romano*. Lisboa.
Alarcão, J. de (1995), “Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho”, *Biblos* 71: 387-401.
Alarcão, J. de (1999), “On archaeological interpretation”, *Journal of Iberian Archaeology* 1: 7-13.
Alarcão, J. de (2006), “Os modelos romanos e os traslados provinciais na Lusitânia”, in D. Vaquerizo e J. Murillo (coords.), *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo*. Córdoba, 175-187.
Alarcão, J. de (2013), *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra.
Alarcão, J. de e Étienne, R. (dirs.) (1974-1979), *Fouilles de Conimbriga*. I-VII. Paris.
Alföldy, G. (1966), “Um cursus senatorial de Bracara Augusta”, *Revista de Guimarães* 76 (3-4): 363-372.

- Almagro-Gorbea, M., Pau Ripollés, P. e Rodríguez Martín, J. (2009), “Dipo, ciudad “tartésico-turdetana” en el valle del Guadiana”, *Conimbriga* 48: 5-60
- Almeida, C. F. de (1980), “O templo do Mozinho e o seu conjunto”, *Portugália* 1: 51-56.
- Almeida, F. de (1964), *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal.
- Arruda, A. e Viegas, C. (2002), “O templo romano de Scallabis”, in *De Scallabis a Santarém*. Lisboa, 173-178.
- Arruda, A. e Viegas, C. (2014), “Santarém durante a época romano-republicana”, *Cira* 3: 242-255.
- Barata, F. (1998), *Miróbriga: urbanismo e arquitectura*. Lisboa.
- Batista, T., J. M. Mascarenhas e V. G. Mantas (2010), “Heritage landscapes in Évora surroundings: a GIS approach”, in A. C. Yildizci, Y. Ç. Seçkin (eds.), *Cultural Landscapes*. Istanbul, 791-802.
- Bilou, F. (2010), *A refundação do aqueduto da Água da Prata em Évora*. Lisboa.
- Blot, M. L. (2003), *Os portos nas origens dos centros urbanos*. Lisboa.
- Camus, A. (1950), *Noces*. Paris.
- Canto, A. (1996), “Oppida Stipendiaria: Los municipios flavios en la descripción de Hispania de Plinio”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología* 23: 212-243.
- Carneiro, S. G. 2013: “As termas medicinais romanas de Chaves”, in J. M. Arnaud, A. Martins / C. Neves (coords.), *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa, 793-802.
- Carvalho, P. (1998), *O forum de Aeminium*. Lisboa.
- Carvalho, P. (2003), “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”, *Conimbriga* 42: 153-182.
- Carvalho, P. (2005), “Identificação e caracterização espacial das capitais de civitates da Beira Interior”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda, 155-170.
- Castro, F. de (s/d), *A volta ao mundo*, 1. Lisboa.
- Cerrillo, E. (2001), “Capara, município romano”, in J.-G. Gorges, T. N. Basarrate (coords.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana*. Mérida, 155-164.
- Chevallier, R. (1972), *Les voies romaines*. Paris.
- Congès, A. R. (1987), “L'hypothèse d'une basilique à deux nefs à Conimbriga et les transformations du forum”, *Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité* 99 (2): 711-751.

- Correia, V. H. e Alarcão, J. de (2008), “Conimbriga: um ensaio de topografia histórica”, *Conimbriga* 47: 121-136.
- Correia, V. H. (2014), “O modelo iconográfico da Minerva de Collippo e a sua importância histórica”, *Humanitas* 66: 309-322.
- Corsi, C. e Vermeulen, F. (coords.) (2012), *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape Revealed*. Gante.
- Curchin, L. (1990), *The magistrates of Roman Spain*. Toronto.
- De Maan, A. (2011), *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Mérida.
- Delgado, M., Martins, M. e Lemos, S. (1989), “Salvamento de Bracara Augusta”, *Forum* 6: 3-41.
- Dias, L. T. (2013), “O momento e a forma de construir uma cidade no noroeste da Hispânia, periferia do Império romano e fronteira do Atlântico”, *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património* 12 (1): 113-126.
- Encarnação, J. d' (1990), “A demografia”, in J. de Alarcão (coord.), *Nova História de Portugal*, 1. Lisboa, 395-408.
- Encarnação, J. d' (2013), “Homenagem da Civitas Aravorum ao imperador Adriano”, *Praça Velha* 34: 1-23.
- Encarnação, J. d' (2013a), “Novidades epigráficas dos conventos Scallabitanus e Pacensis”, in *Tarraco Bienal. Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic*. Tarragona, 125-133.
- Encarnação, J. d' (2014), “Augusto e a Lusitânia ocidental: uma nótila”, *Studia Historica. Historia Antigua* 32: 197-208.
- Encarnação, J. d' e Monteiro, A. N. (1994-1995), “A propósito de uma inscrição latina em Santiago da Guarda”, *Conimbriga* 32-33: 295-302.
- Étienne, R. et alii (1976), *Fouilles de Conimbriga*, 2, Épigraphie et Sculpture. Paris.
- Fabião, C. (2009), “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o Pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da casa do governador da Torre de Belém, Lisboa”, *Apontamentos de Arqueologia e Património* 4: 25-50.
- Faria, A. M. de (2002), “Virtutes e cidades privilegiadas no Ocidente hispânico do século I a.C.”, in J. C Ribeiro (coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa 175-178.
- Faria, J. L. (2002), *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Lisboa.
- Fernandes, L. e Carvalho, P. S. / Figueira, N. (2008), “Uma nova ara votiva de Viseu”, *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* 6: 185-189.

- Frade, H. e Caetano, J. C. (2002), “Os cultos na Civitas Cobelcorum”, in J. C. Ribeiro (coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa, 227-230.
- Fuentes, M. D. (2005), *La construcción de puentes romanos en Hispania*. Santiago de Compostela.
- Goudineau, Ch. (1980), “Les villes de la paix romaine”, in G. Duby (dir.) *Histoire de le France Urbaine*, 1. Paris, 237-391.
- Guerra, A. (1996), “Ammaia, Medobriga e as ruínas de São Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual”, *A Cidade* 11: 7-33.
- Guzman, J. O. (2014), “La civitas sine urbe y su función de vertebración en el territorio provincial hispano”, *Pyrenae* 45 (1): 89-110.
- Le Roux, P. (1994), “Bracara Augusta ville latine”, *Trabalhos de Etnologia e Etnografia* 34 (1-2): 229-241.
- Le Roux, P. (1995), *Romains d'Espagne. Cités et politique dans les provinces*. Paris.
- Leite de Vasconcelos, J. (1935), “Localização da cidade de Ammaia”, *Ethnos* 1: 5-9.
- Lopes, M. C. (2010), “O recinto forense de Pax Iulia (Beja)”, in T. Nogales Basarrate (ed.), *Ciudad y Forum en Lusitania Romana*. Mérida, 189-200.
- Malraux, A. (1995), *A rainha de Sabá*. Lisboa.
- Mantas, V. G. (1990) “Teledeteccção e urbanismo romano”, *Geociências* 5 (1): 75-88.
- Mantas, V. G. (1993), “A cidade luso-romana de Ossonoba”, in *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucia*. Córdoba, 501-537.
- Mantas, V. G. (1996), *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, 1-2. Coimbra (dissertação de doutoramento policopiada).
- Mantas, V. G. (1996a), “Teledeteccção, cidade e território”. *Arquivo de Beja* 1: 5-30.
- Mantas, V. G. (2003), “O porto romano de Lisboa”, in J. Ballester (coord.), *Puertos Fluviales Antiguos: Ciudad, Desarrollo e Infraestructuras*. Valência, 13-29.
- Mantas, V. G. (2006), “Cidadania e estatuto urbano na Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha)”, *Biblos* 4: 49-92.
- Mantas, V. G. (2008), “O valor da ruína”, *Biblos* 6: 147-192.
- Mantas, V. G. (2010), “Atlântico e Mediterrâneo nos portos romanos do Sado”, *Revista Portuguesa de História* 41: 195-221
- Mantas, V. G. (2012), *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida.
- Mantas, V.G. (2013), “População e mobilidades nas cidades romanas de Portugal”, in A. Ferreira et alii (coords.), *As Cidades na História: População*, 2. Guimarães, 97-125.

- Mantas, V G. (2014), “As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da Antiguidade”, *Humanitas* 66: 231-256.
- Martins, M. (2004), “Urbanismo e arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da arqueologia urbana”, in J. Ruiz del Arbuló (ed.), *Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo*. Tarragona, 149-173.
- Martins, P. (2014), “O anfiteatro romano de Lisboa. Hipótese de localização através de uma leitura tipo-morfológica do tecido urbano”, *Rossio. Estudos de Lisboa* 4: 162-173.
- Morais, R. (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial. Contribuição para o estudo da economia da cidade*, 1-2. Braga.
- Morais, R. (2013), “A concepção geométrica de Bracara Augusta”, in R. Morais, M. Bandeira e E. Pinho (eds.), *Itineraria sacra. Bracara Augusta fidelis et antica*. Coimbra, 34-46.
- Pancieria, S. (2007), “Domus a Roma. Altri contributi alla loro inventariazone”, *Serta Antiqua e Mediaevalia* 6: 368-374.
- Parker, A. J. (1973), “The evidence provided by underwater archaeology for Roman trade in the west Mediterranean”, *Colston Papers* 23: 361-381.
- Pereira, S. (2009), *A cidade romana de Ammaia: escavações arqueológicas 2000-2006*. Lisboa.
- Peréx Agorreta, M. J. e Rodríguez Morales, J. 2011: “Las stationes con Aquae... en la Tabula de Peutinger”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehistoria y Arqueología, nueva época* 4: 153-170.
- Plana-Maalart, R. (1995), “Ebora et son territoire”, in M. Clavel-Lévêque, R. Plana-Maalart (eds.) *Cité et Territoire*. Besançon, 231-242.
- Ponte, S. da (1986), “Inscrição do Forum de Seillium no tecido urbano de Tomar”, *Trabalhos de Arqueologia* 3: 43-48.
- Reynolds, J. (1988), “Cities”, in D. Braund (ed.), *The Administration of the Roman Empire*. Exeter, 15-51.
- Ribeiro, O. (1977), *Introduções geográficas à história de Portugal*. Lisboa.
- Sidarus, A. (1988), “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladis e berberes no ocidente andaluz”, *A cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal* 71: 7-37.
- Silva, L. F. da (2007), *Balsa, cidade perdida*. Tavira.
- Weber, M. (1982), *La ville*. Paris.
- Wheeler, M. (1964), *Roman Art and Architecture*. Londres.
- Wiseman, J. / El-Baz, F. (2007), *Remote Sensing in Archaeology*. Boston.

(Página deixada propositadamente em branco)

CALCULATING THE POPULATION OF A ROMAN PROVINCIAL TOWN (CONIMBRIGA, PROV. LUSITANIA, PORTUGAL)¹

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA (vrglcorreia@gmail.com)

Museu Monográfico de Conímbriga

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

ABSTRACT - Conimbriga (prov. Lusitania, current municipality of Condeixa-a-Nova, District of Coimbra, Portugal) is a Roman city of indigenous roots known since the sixteenth century, the subject of excavations and various publications since 1890 and, since 1930, the place of systematic archaeological excavations that have exposed the site and saved it as a major Roman site in the Iberian Peninsula.

A method for calculating the population number of a Roman town is presented, based on the study of the domestic architecture of the c. 20% of excavated area. The method allows to go beyond the mere number of inhabitants and to suggest some reconstruction of the structure of the population. Conclusion point to a small town (c. 5500 inhabitants) and a deeply stratified structure, with almost a third of slaves and dependents and a small decurionate class, not exceeding c. 7% (around 40 families).

KEYWORDS - Roman population; municipal elites; domestic architecture

1. INTRODUCTION

Among various research projects on Conimbriga, a recent one can be mentioned, which dealt with the systematic study of the domestic architecture of the town, which although often referenced, particularly because of the preserved mosaics, had never been the subject of systematic treatment.

This situation is paradoxical. The archeological research in Conimbriga began with the domestic architecture. This is a feature that Conimbriga shares with towns such as Pompeii, Herculaneum and Ostia, but not with many other archaeological sites in the orb of the Roman empire.

The first four moments of city research, namely, the small excavations triggered by an occasional finding, in 1873, the first major excavations of 1899, the excavation of the site by the Faculty of Letters in 1930 and the excavations from 1929 to 1944 by the DGEMN, exposed, all of them - temporarily the first two, definitely the others - domestic architectural fragments, and none of them, public monuments of significance². The Late Empire city-wall, a public monument of substance, has never been subject to thorough research,

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² About the excavations of 1873, Gonçalves 1903: 359-365; For all other excavations. DGEMN 1948: 5-29 and Correia 1941: 257-267.

its chronological interpretation was always based on the mistaken idea of its identification with the true edge of the city and the restoration itself that was developed without an archaeological investigation worthy of the name³.

In fact, down to the French-Portuguese excavations that started in 1964⁴, the domestic architecture was all that was known of Conimbriga. It is therefore somewhat paradoxical as from that moment on, this domestic architecture was relegated to a secondary role in the investigation of the town.

After the French-Portuguese excavations, archaeological excavations in Conimbriga stagnated. In the late seventies and throughout the eighties of the XX century, some work in the street called “of the patera Emanuel” was carried out and, due needs of conservation, interventions in the House of the fountains and at the House of Cantaber⁵ as well as late-medieval graves were excavated in the palaeochristian basilica, but none of these interventions was integrated in a true research project and has never been the subject of systematic publication.

2. PROBLEMS OF CHRONOLOGY

The history of the research of domestic architecture of Conimbriga strongly determines the context in which this can be studied, this being mainly due to a factor: the extent and detail of our knowledge of the chronology of each of the buildings⁶.

The date of construction of a building is not the main thing to observe, but because the timescale of urban development and genetic links between the elements that compose it, in what the domestic architecture (or any other architecture) is concerned, are essential elements in the understanding of the social and demographic development underlying urban dynamics. The overview of this topic in Conimbriga is not particularly encouraging.

Until 1944, the archaeological excavations carried out in Conimbriga had no stratigraphic concern. As a rule, the excavation was limited to the exposure of the Roman buildings to the height of their pavements (determined by previous surveys). The rigor of the collection of materials is unknown, but appears to have been limited to a few relevant items and to have systematically neglected the collection of small ceramic fragments, and the reference of those collected items does not mention the house or building of origin (to ask for a minimum information), but only the fact that it comes from Conimbriga.

From 1953, excavations began to be carried using a system for collecting materials and maintaining their context references, as to associate them with the compartment of buildings where they were retrieved. However, a stratigraphic

³ DGEMN 1948: 31 (V) and references on pp. 7-9.

⁴ Alarcão & Etienne 1977: 65-84, 135-142, 155-164.

⁵ Correia 2001: 83-140.

⁶ On this issue Correia & Alarcão 2008; Correia 2013: 23-31.

record system did not exist, whereby the difficulty in handling of the chronological data is still very significant for these contexts.

Only after 1962 were modern methods of excavation and recording adopted and, since 1964 a reliable data archiving system was created. This last element came to deteriorate in the practice of archaeological excavations after the closure of the French-Portuguese campaigns in 1971, and the less reliable system that is currently used, but the closer memory of the perpetrators of these recent excavations has somehow supplied this deficiency.

The consequence of this is that the chronological information on the domestic constructions of Conimbriga is characterized by vagueness.

The *insulae* in the central area of the town seem to have been built in the Claudian period⁷. Other buildings identified in the area of French-Portuguese excavations have a timeline proposed by deductions from the urban development processes and the general presence of major datable classes of material.

The various proposed dates for the construction of the buildings seem to break off at the end of the I c. AD and the beginning of the II c. In the House of Cantaber, phase II, the one when the great house is built, was attributed to the Flavian period⁸. A major refurbishment of the House of the fountains, fruit of the same architectural line of invention, seems to have occurred in the reign of Hadrian⁹. On the latter date, everything else that is known in Conimbriga in the field of domestic architecture appears to be limited to only minor interventions or decorative work.

The first half of the II c. AD hence seems a good chronological framework within which our calculation of the population of the town can be carried out, representing the maximum extent of the occupied urban nucleus.

3. PROBLEMS OF CONSERVATION AND DOCUMENTATION

The research history also dictates the conditions in which we work, with regard to the conservation of buildings and their documentation.

From a historical perspective, it must first be mentioned the oldest global representation of the archaeological knowledge about Conimbriga, the map representing the surveys carried out under the direction of António Augusto Gonçalves, drawn to a scale 3.5 / 1000.

Later, in 1939, the Ministry of Public Works had a topographic plan of Conimbriga and its surroundings drawn, on which a designed extension of the access road was projected; this was the main access to the site until the nineties, and this plan was the basis for all publications and studies on Conimbriga for fifty years. With this general plan coexisted another survey of detail of the

⁷ Alarcão & Etienne 1977: 190-195.

⁸ Correia 2001: 123-124.

⁹ Correia 2004a: 54-55.

excavated structures, made to scale 1/50, the use of which also extended to the present day.

In 1964, with the start of French-Portuguese excavations, first under the direction of Robert Etienne and JM Bairrão Oleiro, began a phase of work that would more than double the excavated area and increase immeasurably our knowledge of the city, extending the project under the direction of the Portuguese part by Jorge Alarcão. The basic topography, however, remained the same. Over the same plans, the Mission Archéologique Française au Portugal and the Bureau d'Architecture Antique Pau deployed rigorous stone-by-stone surveys to the scale 1/50¹⁰ which covers the excavated area, the monumental center; the overlaying of distinct plans was also made with considerable accuracy. However the rest of the city was not object of specific topography. The end result of this sum of representations was published in plan LII of the Fouilles de Conimbriga first volume, dedicated to architecture¹¹.

In 2005 a digital document was finally produced, integrating all topographic data known about Conimbriga, properly referenced to its nature (land conformation, excavated structure, reconstituted structure, etc.) and its date¹². For the topographical studies published in 2008 an ortophotogrametric plan was taken as basis: over it all plans of the buildings of Conimbriga were placed, that had been scanned in 1998/9 as mentioned elsewhere¹³; in the case of thermal buildings, corrected plans published in a specific paper were used¹⁴.

The accuracy of this documentation is dependent of the preservation conditions of the building. From a strict perspective of conservation interventions, the residences of the east side of the city, excavated between 1929 and 1944 were all subject to a successive process of excavation and restoration without accurate documentation of the remains preserved and restored extension. Some photos allow a general assessment of the extent and depth of the restoration, but that is always a generic assessment, not a detailed one, and in fact there are important points of the buildings in which the interpretation of the original situation and the identification of the restored part is difficult. Even in areas where the extension of the restoration is obvious, the protection technique using the construction of two to three stone layers on the preserved original has been systematically employed, which does not allow for the reading of the manner of the construction of the original wall. The simple topographic plan is therefore the more accurate instrument that can be reliably used.

¹⁰ Alarcão and Etienne 1977: vol. II, III pl.s, XIX, XX and, especially for the subject matter here, XXXIX.

¹¹ Alarcão & Etienne 1977: loc. cit.

¹² Correia & Alarcão 2008: 31-46.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Reis & Correia 2006: 293-312.

The only exception to this is the insula of the aqueduct that has not undergone any significant restoration work.

In the area of the French-Portuguese excavations a stone-by-stone plan was drawn at the scale 1/50 and published the 1/100 scale for all structures; this is an instrument of superior documentary and analytical value. The conservation practice followed, which has been marked by a limited depth and extent of intervention, allows for autopsy in almost all buildings.

Subsequent interventions were and have been, in general, documented by drawing stone-to-stone to scale 1/20, depending on the conservation status of the structures and the existence of previous documentation.

An overall assessment of the available documentation demonstrates that, in the present conditions, a consistent analysis of the excavated area can be made, although the in-depth analysis of individual buildings cannot be carried out to the same degree of accuracy. This is a main feature of all subsequent analyses of the archaeology of the town in its various aspects.

4. THE RESEARCH ON THE DOMESTIC ARCHITECTURE IN THE TOWN

In 2010 the systematic study of domestic architecture of the town was concluded, which analyzed in depth, the twenty-seven residential buildings, known in whole or in part¹⁵.

The nature of exposed areas in the excavated area of Conimbriga, with regard to its occupation, can be summarized as follows, which helps to put the domestic architecture in its position of relative importance:

	m ²	%
Total excavated area	30216	100
Public buildings	10283	34
Private buildings	13948	46
Open space	5985	20

Table 1. Proportion of urban functions in the excavated area of Conimbriga.

The excavated area represents 13.6% of the total 22.2 hect. (all measurements were made on the digital plan of Conimbriga, with the underlying the data previously published¹⁶, using the tools provided by the software used). However, extrapolation of functional proportions observed for the whole city cannot be done directly.

First, it is unlikely that the remaining area, not excavated, of the city was so markedly occupied by public monuments. In the excavated area, the forum and

¹⁵ Correia 2013: 53-173.

¹⁶ Correia & Alarcão 2008: 31-46.

the three public baths (total 10283 m²) represent 34%: this percentage clearly cannot be extrapolated. In Conimbriga, we know of, or we can reconstruct, the existence of an amphitheater¹⁷, a theater¹⁸ and a municipal forum¹⁹: its total area can be reconstituted approximately at 10000m², which is a minimum value for the extent of public buildings in the city's total (9.1%). Allowing for the existence of other monuments still unidentified, that could equate, all considered, the forum area (4490m²) as a maximum, one would reach a maximum of 24 773 m², i.e. 11.2% of the total area of the town, what seems empirically acceptable.

At this point, failing to enter an infinite regression of assumptions, it is necessary to abandon the consideration of semi-public nature buildings like the *scholae*²⁰, which formed part of the private buildings side calculations. Occupancy rates of these units (housing, but not really residential) will not influence significantly the calculations and, in any case, any permanent residence in these facilities is to be considered (vigilance, maintenance, etc.).

Secondly, the available free space is certainly much higher in the urban edges than in the center and extrapolation of observed 20% surely incur a significant error by default, although this percentage at the first reading may be taken as meaningful. It is indeed observable that there is, inside the town area along the Early-Imperial wall, a significant extension where buildings are not observable²¹.

Measured on the shortest sure line this area is about 60m wide, which would, if extended to the entire perimeter of the wall amount to 60000 to 65000m², representing from 30.3 to 32.6% of the total area. To this, it still needs adding up the existing circulation space in the remaining built-up area (where one can extrapolate the proportion observed in the excavated area, reaching final totals of 104,432 to 109,432 m², 47 to 49.3% of the total area). One can conclude, therefore, that almost half of the city area bounded by the Early-Imperial wall was not actually occupied by buildings, a substantial part being urban reserve for the growth of a population, which did not occur, due to historical reasons that cannot be inquired here, and was never used for construction.

The extrapolation can be made as in the following table, leaving the cover margin of uncertainty for the field of domestic architecture, so as to estimate, in all subsequent analyzes, the residual maximum error of the calculations carried out.

¹⁷ Correia 1995: 237-269.

¹⁸ Alarcão 2009: II 242.

¹⁹ Correia 2009: 397-406.

²⁰ Correia 2013: 327-333; Correia in print.

²¹ Correia 2004b: 261-298; Reis 2003: *passim*.

	m ²	%
Total area	222161	100
Public buildings	20283 – 24773	9,1 – 11,2
Open space	104432 – 109432	47,0 – 49,3
Private buildings	87956 - 97446	39,5 – 43,9

Table 2. Reconstructed proportion of urban functions in the area of the town.

For further calculation will be taken a probable average value of 92701 m² of area occupied by domestic buildings (41.7% of total area) subject to a possible error of 4745 m² (+/- 0.6 %).

5. THE OCCUPATION OF THE DOMESTIC SPACES OF CONIMBRIGA

The occupation of domestic spaces in the town and the availability of space for the inhabitants, as essential for calculating the number of city inhabitants was logically dependent on two distinct realities: the traditional structures of family cohabitation and life expectancy.

The best evidence to make estimates of these elements is epigraphy, despite all the inherent theoretical difficulties. About the problem there are traditional views²² criticised from the point of view of the statistical technique of the demographics²³, but, overall, the approaches have evolved²⁴, but in particular the specific situation of Conimbriga makes it necessary to proceed with great caution, since the sample is small. In the *corpus* of Conimbriga, 35 funerary inscriptions were considered to be in a position to be used²⁵.

Therefore this sample will be used mainly as reference to the credibility of the extrapolation of more generally analyzed data²⁶. This contrast is nevertheless of great importance, because the same general studies show that there are significant orders of magnitude in the variability found in different samples.

Hence, one can start at the basis that twenty-five funerary inscriptions are known in Conimbriga, which give, generally speaking, information on the sex and age of the deceased and about his relationship with the surviving person responsible for the dedication of the monument (it can be accepted that such a person is the individual which at the date of death of the deceased, plays, or shall play henceforth a central role in its family structure). The thirty-five inscriptions relate to 38 different individuals, which are therefore the local contrast sample.

²² Etienne 1957: 418-425; Moretti 1959: 60-78.

²³ Hopkins 1967: 245-264.

²⁴ Duncan-Jones 1990 [ch. 6]; Frier 1992: 286-290; recent revisions of the problem in Hin 2007; Scheidel 2007a.

²⁵ Etienne et al. 1976: n^{os} 26, 27, 31-34, 36, 37, 39, 44-47, 50, 52-54, 56-68 and 70-74.

²⁶ Burn 1953: 25-45; id. 1965: 253-257; Frier 1992: 286-290.

This number is insufficient for detailed analysis, but an element juts out immediately: of the 38 individuals, 23 (60%) of the deceased are children or grandchildren of the inscription dedicants.

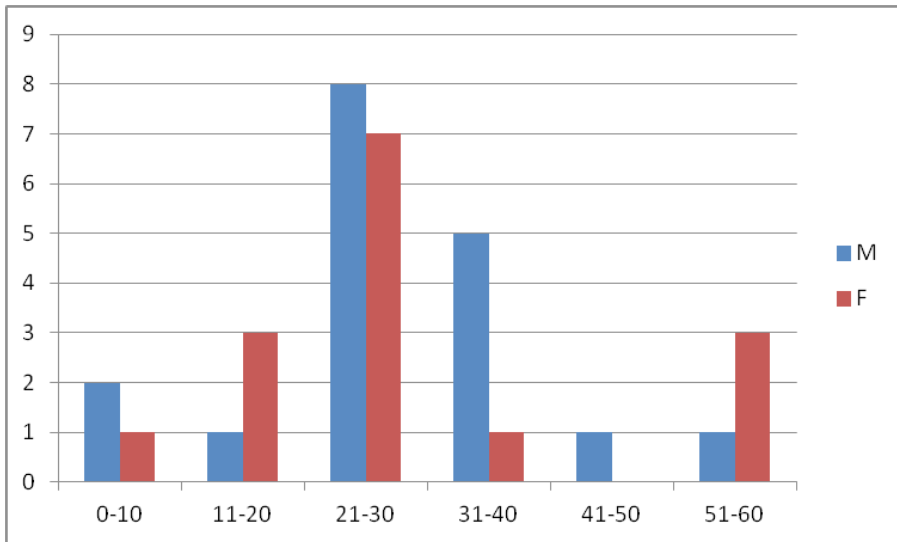


Table 3. Distribution, by sex, of the mortal age of the individuals recorded in inscriptions of Conimbriga.

So there is reason to think that a very significant percentage of individuals (sufficiently remarkable to be remembered with a tombstone) still lived depending on their parents at the time of their deaths, indicating a family model mainly multi-generational.

Another important element is that only 6 individuals (15%) are identified as parent or patron of the dedicant, and their mean age at death is 44 years (the remaining 9 [25%] are spouses, cognates or the kinship is unknown and there is a case *sibi posuit*).

An upper limit of life expectancy of around 40/50 years may, in the light of the overall evidence available, be considered of a medium-high order²⁷.

It is, however, possible to assess the problem of life expectancy but at the most elementary form: the distribution by sex, of the age of death observed among the 38 subjects, gives the results expressed in the graph above.

The interval with more occurrences of mortal age falls between 21 and 30 years, but with a significant difference in the behavior of the sexes. A substantial proportion of men die between 31 and 40 years, which does not happen with women, who on the contrary, often die before 20, a fact *prima facie* attributable

²⁷ Scheidel 2001: 1-26.

to perinatal maternal mortality²⁸.

The peak of dedications to women aged 60 or more, must be attributed to likely sentimental reasons: those were the matriarchal figures, the “grannies”, and should not be statistically valued as a demographic phenomenon, possibly in the same category of the over-representation of deaths of males before 10 years of age, inexplicable otherwise than special attention to memory in monuments of the lost presumptive heirs of families.

In short, the situation can be described as that of a very rapid succession of generations, in a pattern of multi-generational co-residence.

One can therefore offer the following picture for the reconstruction of family units:

	Estimated minimum	Estimated maximum
Generation 1 (ancestrals)	1	2
Generation 2 (active adults)	2	2
Generation 3 (children)	1	3
Dependents (slaves or otherwise)	1	4
Total of the family unit	5	11

Table 4. Reconstruction of possible households in Conimbriga.

The reconstruction of the number of servile dependents requires special justification²⁹: the lower limit is dictated by the assumption that most Romans actually owned a slave; reasons leading to not extend this to Conimbriga are not clear. The upper limit is based on the reasoning that the families of a certain size would normally require a number of servants that would ensure four basic functions: house surveillance, hygiene and cleaning, personal service of the *paterfamilias* and communication with the outside; the situations were, undoubtedly, very varied and truly fluid (one has only to think, for example, in the situation of rural slaves, whose stay in the city is seasonal, but within that seasonality, it is a regular fact). There are, however, good reasons to continue our reconstructions within these margins of uncertainty.

This reconstruction of maximum and minimum expected members of a family unit is the essential element of the calculation of the population of Conimbriga in the light of our knowledge of the urban structure and the morphology of domestic architecture. However this needs to be supported by

²⁸ Cf. Hopkins 1965: 309-327, but afterwards questioned id. 1967: 245-264.

²⁹ Cf. the recent line of research in support of this Scheidel 2005a, 2005b, 2007a.

some additional assumptions, whose expression is vital for assessing the credibility of the final result.

In the first place, it should be postulated that in a scenario of abundant urban space, there was a close fit between the size of the family unit and the size of its residential unit; this have come to happen due to successive building adaptations to the eventualities of quantitative developments families or pure and simple relocation of the latter in new homes. It seems appropriate, therefore, to match a dispersion of estimated dimensions of family sizes to the distribution of residential units by groups determined by the area and number of cells of these units.

Secondly, the morphological analysis of buildings advises to leave out of this exercise, at this preliminary point of reasoning, both ends of the spectrum of residential unit groups, i.e. *tabernae* and major *domus*, because surely the space/family ratio was in such extremes different from that existing at the center of the normal distribution. This point should be extended to three buildings of Group D: the insula of the aqueduct, whose internal structure and occupancy rate can only be restored from external examples, so it would be tautological its introduction in the calculation at this time; and the houses of skeletons and swastika, whose morphology advises to use them with the estimation method of floor area per inhabitant to be used in further points of this calculation.

Correspondence of the distributions of the expected size of family units with the observable residential unit size dispersion can be presented as follows:

	Nº of considered residential units	Mean area of units	Typical nº of cells in unit	Expected dimension of family	Area per inhabitant (m ²)
Group B	13	39,6	2	6 (+/- 1)	6,6 (5,6-7,9)
Group C	15	57,7	3	8 (+/- 1)	7,2 (6,4-8,2)
Group D	9	267	7 (average)	10 (+/- 1)	26,7 (24,3-29,6)

Table 5. Reconstruction of the occupation of median residential units in Conimbriga.

The first point to make about these numbers is that the availability of usable space per inhabitant of the residential unit appears to be an exponential function of the unit's position in the dispersion: the higher the unit, the larger, exponentially, is the area available for its inhabitants. The sociological interpretation of this mathematically observed fact is consistent with the empirical observations about the appropriation of space by the owners of homes, namely aristocratic

ones, so it is possible to extrapolate these data to the ends of the spectrum.

However, the mere statistical progression logically faces a lower logistical limit: the minimum useful size of the unit. The upper limit, on the contrary, is one of enormous material variability; the size of households grow at the expense of servile dependents without specific allocated space, who are more numerous than the family members with rights of occupation of the domestic space: the extrapolation must necessarily be done by a method not quite orthodox.

The extrapolation of the number of inhabitants of the residential units in group A is of an arbitrary nature, based on the considerations made elsewhere about the nature and function of *tabernae* as urban settings.

The method of extrapolation used for larger homes, also due to the reduced number of classes, was carried in the following manner: the mean rate of growth of the area of the units was determined and, where possible the differential growth indices of available space per inhabitant. The linear correlation between these two indices was defined by the expression $y = 0,812x - 0,037$, which allowed to extrapolate useful areas per inhabitant at the upper end of group D and group E. This extrapolation indicates a number of inhabitants of large residence that although *prima facie* high, is not entirely far-fetched. The maximum and minimum limits were calculated by the same process, with satisfactory results, with the exception of the ceiling inhabitants of the residential units in Group E, which was corrected by an *ad hoc* process.

	Nº of considered residential units	Mean area of units	Typical nº of cells in unit	Expected dimension of family	Area per inhabitant (m ²)
Group A	35	27,2	1	2 (+/- 1)	13,6 (9-27,7) a)
Group B	13	39,6	2	6 (+/- 1)	6,6 (5,6-7,9)
Group C	15	57,7	3	8 (+/- 1)	7,2 (6,4-8,2)
Group D	9	267	7 (average)	10 (+/- 1)	26,7 (24,3-29,6)
Group D*	2	708	11 (average)	22 (+/- 8)	32,5 (21-44) b)
Group E	2	3075	40 (approx..)	74 (+/- 29)	41,7 (29,8-68) b)

Table 6. Reconstruction of global occupation of the residential units in Conimbriga

An apparent problem, the large margin of error calculation of the inhabitants in big homes, actually is not: due to its large size but small number, their overall quantitative representation in the total sample is very limited, and as the ultimate objective of the statistical test is a global quantitative calculation, the representativeness of this variation will be much less important than it would for example, if possible variations in the most significant representative classes were to occur.

Under these conditions it is possible to present the first base of the calculation of the inhabitants of Conimbriga, namely, the estimated number of inhabitants in the excavated area.

6. THE CALCULATION OF THE POPULATION OF CONIMBRIGA

The basis of calculation consists of the 75 cataloged residential units in the excavated area³⁰. The main problem of this survey is that it does not consider the existence of residential units in the upper floors of buildings.

Another problem has to do with the actual calculation method of the number of inhabitants: the traditional method in classical archeology involves the number of housing units and multiplying by the estimated number of people in the corresponding family unit; on the other hand, the prehistoric archeology usually deals with the population estimates through space available *per capita* (often taking a village as a whole).

In fact, most of the numerous literature on the calculation of the population of Rome³¹ used to its estimates a simple product residential units/number of individuals in the family unit. This method has the virtue of simplicity but lacks subtlety, and does not allow for variability in occupancy rates. For criticism of the method, it is useful to look outside the narrow confines of classical archeology³².

It seemed adequate for the situation of Conimbriga the iterative use of a mixed method. First, as was mentioned before, a regular distribution distribution of the estimated size of households along the group-type of residential units, including the extrapolation of data available for groups at the extremes of the series.

³⁰ Buildings not taken in consideration are Correia 2013 n°s 1, 2, 5, 9 and 10, which have no bearing on the occupation ratio because they have not been excavated in any length; n°s3 (83m2 excavated), 4 (aprox. 120m2 excavated), 8 (174,79m2 excavated), 11 (aprox. 190m2 excavated), 20 (286,18m2 excavated) and two independent areas of buildings, 14 - res. un. 5 (28m2 excavated) and 17 - res. un. 3 and 4 (19m2 excavated). Total area of domestic excavated buildings not attributable to completely cataloged residential units: 900,97m2.

³¹ From Beloch 1886; Hin 2007 and Scheidel 2007c to Calza 1917, Girri 1956, Packer 1967: 80-95; Brunt 1971 [2nd ed. 1987]; Cascio 1994; Storey 1997 and Frier 2000; to offer a diachronic overview without concern for thoroughness. For some instances in Lusitania Mantas 2013, 100-103.

³² Cf. Kolb 1985: 581-599.

Calculating the population of a Roman provincial town (Conimbriga, prov. Lusitania, Portugal)

Edifício	Unidade	Área total	Grupo	Cálculo p/ unidades			Cálculo p/ áreas			Nº hab med	Nº hab max	
				Hab min	Hab med	Hab max	M2/hab min	M2/hab med	M2/hab max			Nº hab min
6	1	47	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	5,7	6,5	7,3
6	2	510	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	17,2	19,1	21,0
7	1	30	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	3,8	4,5	5,4
7	2	300	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	10,1	11,2	12,3
12	2	77	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	9,4	10,7	12,0
12	1	128	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	4,3	4,8	5,3
13	3	20	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,7	1,5	2,2
13	4	20	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,7	1,5	2,2
13	5	20	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,7	1,5	2,2
13	6	20	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,7	1,5	2,2
13	1	65	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	7,9	9,0	10,2
13	2	293	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	9,9	11,0	12,1
14	2	27	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,0	2,0	3,0
14	4	38	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	4,8	5,8	6,8
14	1	64	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	7,8	8,9	10,0
14	3	46	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	5,6	6,4	7,2
15	1	29	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,0	2,1	3,2
15	3	22	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,8	1,6	2,4
15	4	18	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,6	1,3	2,0
15	5	17	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,6	1,3	1,9
15	6	11	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,4	0,8	1,2
15	12	29	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,0	2,1	3,2
15	13	44	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,6	3,2	4,9
15	8	34	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	4,3	5,2	6,1
15	9	31	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	3,9	4,7	5,5
15	10	37	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	4,5	5,1	5,8
15	2	107	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	3,6	4,0	4,4
15	7	101	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	3,4	3,8	4,2
15	11	120	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	4,1	4,5	4,9
16	1	20	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,7	1,5	2,2
16	2	49	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,8	3,6	5,4
16	3	23	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,8	1,7	2,6
16	4	19	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,7	1,4	2,1
16	5	25	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,9	1,8	2,8
16	6	144	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	4,9	5,4	5,9
17	1	25	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,9	1,8	2,8
17	2	22	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,8	1,6	2,4
18	1	53	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	6,7	8,0	9,5
18	2	66	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	8,0	9,2	10,3
19	1	48	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	6,1	7,3	8,6
19	2	34	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	4,3	5,2	6,1
19	3	40	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	5,1	6,1	7,1
19	4	32	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	4,1	4,8	5,7
19	5	37	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	4,7	5,6	6,6
19	6	39	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	4,9	5,9	7,0
21	1	40	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,4	2,9	4,4
21	3	35	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,3	2,6	3,9
21	5	64	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	8,1	9,7	11,4
21	2	36	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	4,4	5,0	5,6
21	4	83	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	10,1	11,5	13,0
21	6	600	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	20,3	22,5	24,7
22	1	3260	E	45	74	103	29,8	41,7	68	47,9	78,2	109,4
23	1	61	A	1	2	3	9	13,6	27,7	2,2	4,5	6,8
23	2	61	A	1	2	3	9	13,6	27,7	2,2	4,5	6,8
23	3	700	D	9	10	11	24,3	26,7	29,6	23,6	26,2	28,8
24	2	26	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,9	1,9	2,9
24	3	19	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,7	1,4	2,1
24	4	17	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,6	1,3	1,9
24	5	2	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,1	0,1	0,2
24	1	2890	E	45	74	103	29,8	41,7	68	42,5	69,3	97,0
25	1	44	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,6	3,2	4,9
25	4	15	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,5	1,1	1,7
25	5	32	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,2	2,4	3,6
25	6	15	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,5	1,1	1,7
25	9	44	A	1	2	3	9	13,6	27,7	1,6	3,2	4,9
25	2	60	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	7,3	8,3	9,4
25	3	80	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	9,8	11,1	12,5
25	7	54	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	6,6	7,5	8,4
25	8	48	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	5,9	6,7	7,5
26	1	736	D	14	22	30	21	32,5	44	16,7	22,6	35,0
27	5	26	A	1	2	3	9	13,6	27,7	0,9	1,9	2,9
27	4	35	B	5	6	7	5,6	6,6	7,9	4,4	5,3	6,3
27	2	65	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	7,9	9,0	10,2
27	3	38	C	7	8	9	6,4	7,2	8,2	4,6	5,3	5,9
27	1	680	D	14	22	30	21	32,5	44	15,5	20,9	32,4
Sub-totais		12847		411	556	701				427,3	567,8	724,3
Outros edifícios		901					6,4	7,2	8,2	109,9	125,1	140,8
Pisos suplementares		2790					6,4	7,2	8,2	340,2	387,5	435,9
Totais		16538								877,4	1080,4	1301,0

Table 7. Reconstruction of the occupation of the residential units in Conimbriga.

This process provides means and variances for the available space per capita, according to the group-type that each residential unit belongs. This allows, in a third and final step, to estimate the population volume of residential units and correct the results according to the empirical analysis of deviation factors (upper floors of buildings not represented in the sample). We present the results of the both methods as a control element.

It is noted that the method preferred here gives results 3 to 4% higher than simply counting the potential for people living in each unit. Laterally, it may be added that disagreements like this may have to do with some global fluctuations in population calculations³³, but such oscillations can hardly be deemed to have the historiographical consequences suggested on occasions³⁴.

The overall variation is not particularly significant, but it should be noted that it can, to some extent, correspond to a sociological reality: faced with a “normal” occupancy rate (reconstituted by the product method inhabitants/units) one could possibly identify the existence of phenomena overcrowding with all the available space occupied at the logistical limit (best witnessed by the product method availability per capita/area units). In short, in further calculating and analyzing Conimbriga’s population volume the mixed method will be used, while taking into account that, at the lower limit of this calculation there is an additional possibility of further lowering the limit (around 5%), which will allow to better compare the local results with those of other cities of the Empire, where the simpler method was used to calculate the population.

There remains the problem of the correction factors of the calculation basis, which are the built area of domestic buildings not considered in its cataloging and the area of additional floors of some of the buildings. The first factor, has already been computed in 900,97m², an area that should not be extrapolated to the general city because it was already considered in the area of domestic excavated buildings; the second can be computed in 2790 m², which are extrapolated to the global city in the calculation of its population, they constitute an inhabited built area, with a differential that is higher than the gross floor area of buildings by 20%.

Upper floors considered were the two reconstituted upper floors of the insula of the aqueduct (859m² each), the upper floors and basement of the building south of the road (147.5 m² each) the lower floor of the north area of the house of the fountains (600m²) and the area of the upper floor of the façade of the house of the swastika (105m²). It seemed irrelevant to these calculations, the additional space of the residential units available for mezzanines, because they

³³ Such as the revisions of Brunt 1987: 113-120; and Cascio 1994: 23-40; on the original numbers of Beloch 1886: 370-378; respectively for larger and smaller numbers

³⁴ Scheidel 2004: 2-3: “if the ‘high’ count were correct, much of Roman history would have to be re-written”.

do not influence either directly or indirectly the number of housing units; its influence, which may have been significant, affects the available space per inhabitant, and is therefore part of the uncertainty of the limits inherent in any exercise of calculation.

Architectural considerations indicated that the majority of the residential units in these upper areas should have been integrated in group C-type dwellings, and the calculation was continued on that basis.

The calculation of inhabitants of the excavated fraction of Conimbriga, in the specific conditions of the method used and with the margin of uncertainty inherent in some of the archaeological realities involved offers three different values: 807 inhabitants as a minimum; 1080 as median and 1301 as maximum. This distribution is not symmetrical, as already referred, due to the need to consider lower values in the order of 3-4% to ensure the comparability of these calculations with others made to other cities by the method of product inhabitants/units.

To sum it up, a median value of 1080 inhabitants (+/- 20%) for the downtown area shall be deemed to be reasonably accurate. The asymmetry of the values is corrected in this manner, because the higher variability (+/- 221 inhab.) is almost completely equivalent to the lower variability (+/- 203 inhab.) if the increase of 4% given by the correction method is taken into account, with the difference being of reduced significance as to be neglected.

To extrapolate these numbers given from the excavated area for the calculation of the total population Conimbriga we must take into account the excavated area occupied by domestic constructions (13948m²), the calculation of the inhabitants on the ground floor plan of these buildings (692, without the correction factor on the upper floors), the minimum and maximum limits of the area occupied by domestic constructions in the city as a whole (which is calculated in 87956m² and 97446m² respectively) and a correction factor for the upper floors of buildings (+ 20%). The margin of error inherent in the calculation is 20%.

The result indicates that Conimbriga had between 5236 and 5801 inhabitants (not counting the deviation due to error) or, more accurately, 5575 (+/- 25%) inhabitants.

It was therefore a small (and spacious) town, endowed with an abundance of water, provided by an aqueduct that carried enough water to almost four times the population, and provided with an amphitheater that could accommodate more than three quarters of them³⁵.

But beyond this phenomenological assessment (rosier than reality, no doubt), there are characteristics of such a community, which should be explored more in depth.

³⁵ For different calculations: Alarcão & Etienne 1977, 60; Mantas 2013, 110-11.

7. AN ASSESSMENT OF THE SOCIO-ECONOMIC STRUCTURE OF CONIMBRIGA

The first significant approach to the social structure of Conimbriga that is important to pursue, among other reasons because of the importance that its numerical quantitative had in the estimate of the size of households, is the proportion of servile dependents (slaves or eventually freedmen in a position of strict functional dependency and cohabitation with the patron) in the general population.

The presence of one slave for each residential unit in groups A and B, 2 slaves per unit in group C and 4 slaves in houses in group D was assumed in the calculation method for the general population (using the product units/inhabitants). It was also assumed that the units at the top of group D and group E households would comprise a maximum of 11 individuals *ingenui* and all other inhabitants would be servile dependents. The result is a total of 264 servile dependents in a group of 556 (mean) to 701 (max.) inhabitants. It should be considered that the minimum value for servile dependents in the population is to be discarded due to the specially large representation that should be assumed at the lower end of the distribution, which has to do with group A residential units: *tabernae*³⁶. The overall conclusion is that between 37.6 and 47.5% of the population (as represented in the excavated area of the center of the town) was composed of servile dependents.

Having established the probable ratio between *serviles* and *ingenui*, the dichotomy at the base of the Roman social structure, there remains to be assessed the internal division of the free segment of the population. For this, it is essential to bridge the gap between the available evidence (the domestic architecture, in particular the volume of its construction) and its economic significance. This is an open, and partially untested, field of research: the deductions one can make are somewhat removed from the limited available data, and the fluid boundaries between a legitimate assumption and an ad hoc hypothesis is here especially dimmed. However, as has been repeatedly said, and in the case Conimbriga a special case in the Roman Empire, due to the nature and extent of preserved evidence, and if one acknowledges that we are here to work with orders of magnitude, more than with accurate statistics, the exercise is justified.

The exercise is based on a probable (albeit imprecise) estimate of the value of the residences based, on the one hand, on the estimates of the cost of public buildings of the town and, on the other, on estimates on relative volumes of construction of public and private constructions.

Using the rules of extrapolation that have been already used, it should be considered that the area of the two larger houses, whose value probably exceeded 100000HS plus half the total area of the houses whose value is less than that value, but higher than 33000HS (a third of the previous amount), amount to

³⁶ Cf. Scheidel 2005a, 64-67.

8073m² (57, 9% of the excavated area). If this represents, as it is argued, the residences of those families which wealth surpassed the limit that Pliny the Younger mentions as the *census* for the decurionate (with a third of it invested in the family residence as a sensible indicator), the city might have included between 35 and 38 houses in this upper group, corresponding to families comprising 385 and 418 individuals *ingenui* or, in other words, a fraction 7 or 7.5 % of the population (all ages and both sexes confused) formed the upper stratum of society, from which was formed the *ordo decurionum* of Conimbriga, consisting of less than forty individuals (the *patres familiae*).

In short the social structure of Conimbriga appears threefold in this reconstruction: a servile stratum comprising between 37.6 and 47.5% of the population; a mass of free citizens of moderate economic expression - the “petits gentes” mentioned in the *Fouilles of Conimbriga*, the “cetto medio” of Pompeii, the *plebs media*³⁷ - representing between 45 and 55.4% of the population; and a small decurional elite, representing only 7 to 7.5% of the population, but who dominates directly almost over 50% of urban space; its effective control was undoubtedly even higher, thanks to the realities of patronage and leased property. It was therefore a most strongly stratified society.

From an urban point of view, there is also evidence that this stratification corresponded to a significant segregation of urban areas (undoubtedly mitigated by the simultaneous frequentation of public places), something that raises a third crucial element in the analysis of any society: vertical mobility.

There is no doubt that there was in the town a significant percentage of freedmen, which should be credited on a fluid mobility between the lower and the intermediate layers³⁸. On the other hand, even if the reconstitution of the demographic volume of Conimbriga has given results significantly below notions traditionally managed, - synonymous with a not very large economic scale - indicates there were not excessively large enrichment possibilities for family units to pursue, hence, competition for social status must have produced significant tensions in society: the lower limits of the upper stratum of Conimbriga’s society, which seem to have been truly on the very limits of the decurional census, and who were simultaneously subjected to great pressure for spending on social representation, surely witnessed and suffered significant movements degradation of socio-economic status.

But there is another reality that statistics cannot eliminate: the existence of a very short elite, that probably never exceeded a dozen families, about 3% of the population, which dominate the residences that, in Conimbriga, “have everything”.

These families typically are not the most engaged in municipal life, at

³⁷ Veyne 2002: 1169-1199; Wallace-Hadrill 2008: 454.

³⁸ Scheidel 2005a: 76.

least from the point of view of munificence³⁹, which reinforces the perspective proposed elsewhere that the scope of social promotion is designed in other environments rather than their *civitas natalis* and, on the other hand, accentuates the more general perception that the competition for social status is more directly a product of status anxiety of the emerging classes, than the pursuit of a higher status by those who dominate⁴⁰.

BIBLIOGRAPHY

- Alarcão, J. & Etienne, R. (1977), *Fouilles de Conimbriga I, L'architecture*. Paris.
- Alarcão e Silva, P. D. S. (2009), *Construir na Ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Porto.
- Andreu Pintado, J. (2004), *Munificencia publica en la Provincia Lusitania (siglos I-IV d.C.)*. Zaragoza.
- Beloch, K. J. (1886), *Die Bevölkerung der griechisch-römischen Welt*. Leipzig.
- Brunt, P. A., (1987, 2nd ed.) *Italian manpower 225BC-AD14*. Oxford.
- Brunt, P. A. (1990), *Roman imperial themes*. Oxford.
- Burn, A. R. (1953), "Hic breve vivitur: a study of the expectation of life in the Roman Empire", *Past and Present* 4: 25-45.
- Burn, A. R. (1965), "Recensão de H. Nordberg (1963) Biometrical Notes", *Journal of Roman Studies* 55: 253-257.
- Calza, G. (1917), "La statistica delle abitazioni e il calcolo della popolazione in Roma imperiale", *Rendiconti della Reale Accademia dei Lincei*, 5th s. 26: 60-87.
- Cascio, E. (1994), "The size of the Roman population: Beloch and the meaning of the Augustan census figures". *Journal of Roman Studies* 84: 23-40.
- Correia, V.(1941), "Las mas recientes excavaciones romanas de interes en Portugal. La ciudad de Conimbriga". *Archivo Español de Arqueologia* 43: 257-267.
- Correia, V. H. (1995), "The Iron Age in South and Central Portugal and the emergence of Urban Centres", in B. Cunliffe e S. Keay (eds.) *Social complexity and the development of towns in Iberia, from the Copper Age to the Second Century AD*. Oxford, 237-262.

³⁹ Andreu 2004: 143-197; about Emerita specifically Saquete 1997: 161-170.

⁴⁰ Wallace-Hadrill 2008: 345-355.

- Correia, V. H. (2001), “Conimbriga. Casa atribuída a Cantaber. Trabalhos arqueológicos 1995-1998”, *Conimbriga* 40: 83-140.
- Correia, V. H. (2004a), “O futuro dos estudos arqueológicos em Conimbriga”, in V. H. Correia (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga*. Lisboa, 49-80.
- Correia, V. H. (2004b), “Coexistência e revolução. Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.-III d.C.)”, in M. C. Lopes e R. Vilaça (coord.) *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra, 261-298.
- Correia, V. H. (2009), “Os espaços forais de Conimbriga”, in P. Mateos, S. Celestino, A. Pizzo e T. Tortosa (eds.) *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Madrid, 397-406.
- Correia, V. H. (2013), *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*. Coimbra.
- Correia, V. H. (in print), “A identificação de *scholae* no tecido urbano de Conimbriga (prov. Lusitania, Portugal)”, in O. Rodríguez Gutierrez (ed.), *Los espacios de reunión de las asociaciones romanas. Diálogos desde la arqueología y la historia*. Sevilla.
- Correia, V. H. & Alarcão, P. (2008), “Conimbriga: um ensaio de topografia histórica”, *Conimbriga* 47: 31-46.
- DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1948), *Ruínas de Conimbriga. Boletim Monumentos*, nº 52-53. Lisboa.
- Duncan-Jones, R. (1990), *Structure and scale in the Roman economy*. Cambridge.
- Etienne, R. (1957), “Démographie et épigraphie”, in *Atti del 3º Congresso Internazionale di epigrafia greca e latina*. Roma, 418-425.
- Etienne, R., Fabre, G., Lévêque, P. & Lévêque, M. (1976), *Fouilles de Conimbriga II, Epigraphie et sculpture*. Paris.
- Frier, B. W. (1992), “Statistics and Roman society”. *Journal of Roman Archaeology* 5: 286-290.
- Frier, B. W. (2000), “Demography”. In *Cambridge Ancient History, vol. XI, The High Empire AD 70-192*. Cambridge, 788-816.
- Girri, G. (1956), *La taberna nel quadro urbanístico e sociale di Ostia*. Roma.
- Gonçalves, A. (1903), “Excavações nas ruínas de Conimbriga (Condeixa-a-Velha)”. *Portugalia* 1: 359-365.
- Hin, S. (2007), “Counting Romans”. *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Hopkins, M. K. (1965), “The age of Roman girls at marriage”. *Population Studies* 18, 309-327.

- Hopkins, K. (1967), "On the probable age structure of the Roman population". *Population Studies* 20: 245-264.
- Kolb, C. C. (1985), "Demographic estimates in Archaeology: contributions from ethnoarchaeology on Mesoamerican Peasants". *Current Anthropology* 26-5: 581-599.
- Mantas, V. G., (2013), População e mobilidade nas cidades romanas de Portugal, in *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na história: população*. Guimarães, vol. 2, 97-128
- Millett, M., (1990), *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*. Cambridge.
- Moretti, L. (1959), "Statistica demográfica ed epigráfica: durata media della vita in Roma imperiale". *Epigraphica* 21: 60-78.
- Packer, J. E. (1967), "Housing and population in Imperial Ostia and Rome". *Journal of Roman Studies* 57: 80-95.
- Reis, M. P. (2003), *Rede de saneamento de Condeixa-a-Velha. Acompanhamento arqueológico*. Conimbriga.
- Reis, M. P. & Correia, V. H. (2006), "Jardins de Conimbriga: arquitectura e gestão hidráulica", in J. P. Morel, J. J. Tresseras e J. C. Matamala, *The Archaeology of Crop Fields and Gardens*. Ravello, 293-312.
- Saquete Chamizo, J. C. (1997), *Las elites sociales de Augusta Emerita*. Merida.
- Scheidel, W. (2001), "Roman age structure: evidence and models". *Journal of Roman Studies* 91: 1-26.
- Scheidel, W. (2004), "Human mobility in Roman Italy, 1: the free population". *Journal of Roman Studies* 94: 1-26.
- Scheidel, W. (2005a), "Human mobility in Roman Italy, 2: the slave population". *Journal of Roman Studies* 95: 64-79.
- Scheidel, W., (2005b), "The comparative economics of slavery in the Greco-Roman world". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scheidel, W. (2007a), "The Roman slave supply". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scheidel, W. (2007b), "Epigraphy and demography: birth, marriage, family and death". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scheidel, W. (2007c), "Roman population size: the logic of the debate". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Storey, G. R. (1997), "The population of ancient Rome". *Antiquity* 71 : 966-978.

Calculating the population of a Roman provincial town
(Conimbriga, prov. Lusitania, Portugal)

Veyne, P. (2002), “La ‘plébe moyenne’ sous le Haut-Empire romain”. *Annales, Histoire Sciences Sociales* 55-6 : 1169-1199.

Wallace-Hadrill, A. (2008), *Rome's cultural revolution*. Cambridge.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O ANFITEATRO DE CONIMBRIGA (COIMBRA, PORTUGAL):
BALANÇO DA RECENTE INVESTIGAÇÃO¹**
(The Amphitheater of Conimbriga (Coimbra, Portugal):
a review of recent research)

José RUIVO (jsruivo@sapo.pt)
Museu Monográfico de Conimbriga

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA (vrglcorreia@gmail.com)
Museu Monográfico de Conimbriga
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
vrglcorreia@gmail.com

ADRIAAN DE MAN (adriaandeman@gmail.com)
United Arab Emirates University
Department of History and Archaeology
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
adriaandeman@gmail.com

PILAR REIS (pilar.reis@gmail.com)
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra
pilar.reis@gmail.com

RESUMO - O anfiteatro romano de Conimbriga foi identificado em 1971 mas só em 1992 foi alvo das primeiras escavações arqueológicas. O presente artigo centra-se nas intervenções efectuadas pelos signatários no monumento e na área envolvente nos últimos 15 anos e apresenta-se como um balanço do actual conhecimento

PALAVRAS-CHAVE - anfiteatro; arqueologia; arquitectura; Conimbriga; urbanismo

ABSTRACT - The Roman Amphitheater of Conimbriga was identified in 1971 but the archaeological excavations only begun in 1992. This paper is based in the author's excavations in the building and it's environment in the last 15 years and intends to take stock of our knowledge on it

KEYWORDS - amphitheater; archaeology; architecture; Conimbriga; urbanism

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

A existência de um anfiteatro em Conimbriga é conhecida desde 1971 mas a primeira intervenção arqueológica foi realizada apenas em 1992, por iniciativa do Museu Monográfico de Conimbriga, sob a direcção de Virgílio Hipólito Correia (Museu Monográfico de Conimbriga), Maria da Conceição Lopes (Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e José Carlos Caetano (Direcção Regional de Coimbra do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico)².

A quase total ausência de trabalhos de arqueologia tem sido devida ao facto de a maior parte do monumento estar situada em terrenos privados, situação que tem vindo a ser invertida nos últimos anos, com o lançamento de um projecto de aquisição da totalidade dos prédios situados na área do edifício, estando já consumada a aquisição de parte dos mesmos.

O edifício foi construído no vale correspondente ao canhão flúvio-cársico de Condeixa-a-Velha, tendo a sua implantação aproveitado as condições topográficas do terreno no sentido de, aproveitando o declive natural, reduzir ao mínimo a necessidade de construção de estruturas de grande envergadura, prática de resto bastante comum em monumentos deste tipo com o intuito de rentabilizar as vantagens oferecidas pela topografia³.

Boa parte da estrutura do edifício está destruída, nomeadamente a correspondente à cávea - fruto de uma demolição intencional que terá ocorrido ainda na Antiguidade, o mais tardar em finais do século III ou inícios do século IV, eventualmente associada à construção da muralha baixo-imperial - que a excluiu na quase totalidade do novo perímetro urbano. Materiais pétreos resultantes dessa demolição terão sido reutilizados na nova estrutura defensiva.

Não obstante, mantêm-se ainda muito bem conservadas as entradas monumentais Oeste e Este, correspondentes ao eixo maior do edifício. Como se deduz a partir das estruturas existentes, estas duas entradas são compostas por 3 arcos abobadados. Na entrada Oeste os entulhos ultrapassam em aproximadamente 2 metros os níveis primitivos de circulação e a entrada Este está quase totalmente soterrada, à excepção do arco central, por dentro do qual ainda hoje passa uma linha de água, correspondendo ao traçado dos esgotos que, na época romana, encanavam as águas pluviais e o saneamento das construções situadas na área

² Correia 1994: 327-343.

³ J.-C. Golvin aponta o exemplo do anfiteatro de Saintes (*Mediolanum Santonum, Gallia Aquitania*) como sendo o que mais se parece com Conimbriga (Golvin 1988: 126). Todavia, exemplos deste pragmatismo construtivo aplicado em maior ou menor escala não faltam, disseminados por todo o Império. No que às províncias hispânicas diz respeito poderemos apontar, sem qualquer pretensão de exaustividade, casos como os dos anfiteatros de Bobadela (Frade e Portas 1994: 349-371), Cartago Nova (Pérez Ballester *et alii* 1994: 91-118), Segóbriga (Almagro e Almagro Gorbea 1994: 139-176), Itálica (Corzo Sánchez 1994: 187-211) e Augusta Emerita (Bendala Galán e Durán Cabello 1994: 247-264), entre outros.

Nordeste da cidade alto-imperial incluindo, por exemplo, a Casa dos Repuxos, e que passariam por baixo da arena do edifício. Com o abandono de toda essa área da cidade, o sistema de evacuação das águas pluviais teria acabado por colapsar, com o entupimento das cloacas, mas a orientação da linha de água manteve-se constante uma vez que corresponde à zona de maior encaixe do vale, tendo sido a responsável pela enorme deposição de sedimentos que hoje se verifica e que, na zona da entrada Este do monumento, deverá ser superior aos 6 metros de altura. Tudo parece indicar que o muro de sustentação de terras actualmente visível na parte sul dos terrenos conhecidos como os Quintais de Condeixa-a-Velha foi construído sobre o muro do pódio, sendo a sua configuração ainda muito facilmente perceptível na observação *in loco*.

As sondagens de 1992 permitiram ainda confirmar o excelente estado de conservação do muro exterior do edifício junto à entrada Este⁴.

O edifício terá um comprimento máximo de aproximadamente 98 metros no seu eixo maior que, como vimos, corresponde às entradas bem identificadas, permanecendo ainda uma incógnita as dimensões do seu eixo menor, uma vez que não conhecemos com toda a certeza o limite exacto da parte norte, situada debaixo de várias construções urbanas existentes na aldeia de Condeixa-a-Velha, mas que supomos delimitado pela zona imediatamente a Norte da actual Rua da Fonte. Na parte Sul que, apesar de cortada pela muralha, se situa dentro do perímetro urbano da Conimbriga tardo-romana, os trabalhos de escavação realizados por Adriaan De Man poderão ter permitido a localização do muro limite do edifício e de algumas das entradas que conduziriam a população dos principais sectores residenciais e áreas públicas ao interior do recinto. Estima-se, contudo, que a largura máxima deveria rondar os 86 metros.

As sondagens efectuadas em 1992-1993 junto à muralha baixo-imperial (Fig. 1), na parte alta da cidade, procuraram identificar o limite e a entrada ou entradas situadas na parte sul do eixo menor do edifício, e conduziram à identificação de estruturas que se julgou estarem associadas ao edifício. A escavação revelou uma construção anterior à muralha tardia, que lhe foi adossada, da qual ressalta um amplo espaço cujo solo em *opus signinum* e respectivo esgoto sugerem a abertura do compartimento para o exterior de onde receberia um considerável volume de águas pluviais. Este espaço foi inicialmente interpretado como sendo um *cavaedium*⁵, mas trabalhos arqueológicos iniciados já após a apresentação pública da comunicação que está na origem do presente texto invalidam aquela proposta.

⁴ Cf. Correia 1997: 47, Fig. 18.

⁵ Proposta publicada em Correia 1997: 39, especialmente nota 9, reiterada em Correia 1999: 16 e Correia 2007: 10 e que teve eco em diversas outras publicações.

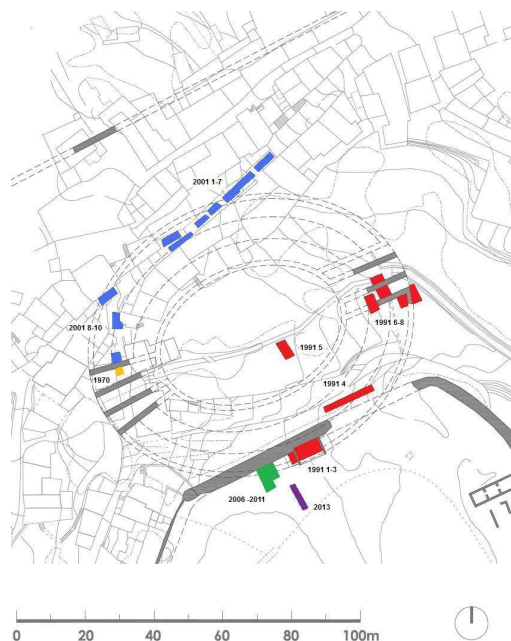


Figura 1. Reconstituição das estruturas do anfiteatro com a localização das sondagens efetuadas.

De um modo geral podemos afirmar que estas intervenções, por enquanto efectuadas somente em pequena escala, têm-nos dado a possibilidade de recolher alguma informação essencial para a programação de uma futura intervenção arqueológica de fundo no edifício. Os dados recolhidos são fundamentais para a percepção do estado de conservação das estruturas, assim como para a definição precisa dos limites do monumento, questão relativamente à qual persistem para já algumas interrogações, em particular relativamente ao traçado do seu eixo menor, mas também para a compreensão da sua relação com a malha urbana envolvente da cidade alto-imperial, em particular com o urbanismo da zona situada entre o fórum e as entradas do lado sul do monumento. Dúvidas subsistem igualmente no que respeita à cronologia de construção do edifício bem como à da sua posterior amortização.

Será, todavia, sobre os resultados das intervenções conduzidas nos últimos 15 anos pelos signatários desta comunicação, que vamos centrar agora a nossa atenção, dando conta dos mais recentes desenvolvimentos.

2. ESCAVAÇÕES NA RUA DA FONTE

Durante o ano de 2001 o município de Condeixa procedeu à instalação da rede de saneamento na freguesia de Condeixa-a-Velha, obra que incluía a actual

aldeia e os acessos às ruínas de Conimbriga. Os imperativos legais da zona de proteção de Conimbriga sobre a área da aldeia obrigaram o município à realização de um conjunto alargado de sondagens prévias – no percurso do aqueduto e noutros pontos do aglomerado urbano - algumas das quais a serem implantadas na zona previsivelmente coincidente com o muro perimetral do anfiteatro. Estes trabalhos foram dirigidos por Pilar Reis.

No total foram realizadas dez sondagens ao longo da Rua da Fonte e Rua dos Arcos, que viriam a revelar a existência de alguns vestígios relacionados com o anfiteatro. A sua implantação na rua foi condicionada pela existência prévia da rede de abastecimento de água que supunha uma vala, situada ao longo destas ruas, com uma largura média de 0,40 m por escassos 0,30 m a 0,40 m de profundidade, evitando assim documentar contextos já afetados. Afortunadamente, esta vala situa-se ao longo do limite oriental da Rua da Fonte.

A Rua da Fonte nasce no Largo Costa Alemão, a uma cota de 107,28 m, e desce a encosta do vale que define o limite norte do planalto de Conimbriga até um largo, sem saída, no qual se construiu em 1939 um lavadouro público a uma cota de 68,86 m. Esta rua, com aproximadamente 450 metros de extensão e com uma inclinação superior ao 8%, não coincide na sua vertente oriental com o talvegue do vale. A linha de água que define o vértice inferior, hoje quase perfeitamente colmatada, ainda é reconhecível no terreno e discorre a uma cota de 97 m, ou seja, aproximadamente 10 m mais abaixo da Rua da Fonte. Este desvio da rua daquele que seria o seu percurso natural, é perfeitamente justificável pela localização do anfiteatro; mesmo que demolido à época da construção da muralha Baixo-imperial, a sua presença como ruína, talvez apenas parcialmente entulhada, terá permanecido na paisagem forçando a sua reintegração nos espaços de circulação desta zona.

O traçado viário desta zona em época imperial, com vias de acesso ao anfiteatro e à volta dele, e a sua evolução ulterior, pós-demolição, eram claramente questões que as sondagens aqui realizadas poderiam ter resolvido, mas uma campanha arqueológica fortemente condicionada pelo tempo disponível para a sua execução e limitada na extensão pelos condicionalismos da obra pública que a motivou, não permitiram tirar conclusões definitivas.

Das dez sondagens realizadas, oito foram implantadas na rua da Fonte. A primeira (Sondagem 1), com um comprimento de oito metros por um e meio, foi localizada praticamente no topo da rua, próxima do Largo Costa Alemão. Esta sondagem veio demonstrar a existência de um caminho, ligeiramente descen-trado do eixo da actual Rua da Fonte, do qual se reconheceram em escavação as marcas profundas dos rodados. Cada sulco tinha 0,22 m aproximadamente de largura, e uma distância entre ambos de 1,10 m, ou seja, menos de 4 pés. A Sondagem 3, implantada a 4 metros de distância da Sondagem 1, confirmou a existência destes rodados, escavados no tufo e com escassos vestígios de pavi-

mentação. Foi precisamente nesta Sondagem 3, e na sua ampliação, que se depositou alguma expectativa em determinar o limite do anfiteatro, ainda que fosse como estrutura negativa no tufo. Não se verificou esta evidência, mas apenas a regularização do tufo e a marcação dos rasgos para os rodados (Fig. 2).

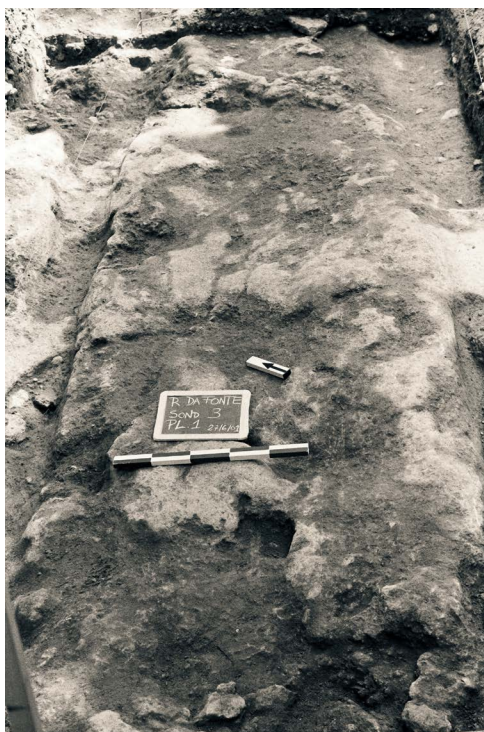


Figura 2. Rua da Fonte, sondagem 3: aspeto dos rodados.

Realizaram-se mais cinco sondagens nesta mesma rua: as Sondagens 4, 6 e 7 não trouxeram qualquer informação relevante, para além de constatar a existência dos já descritos rodados da antiga rua. Pelo contrário, a Sondagem 5, a 15 metros a jusante da Sondagem 1, foi pelos resultados obtidos a mais elucidativa. No seu topo oriental conservava-se a calçada que originalmente protegia esta rua, sendo bem evidente a existência dos rodados escavados acompanhados pelo próprio lajeado, aqui feito com pedras de média dimensão. No sector norte desta sondagem, próximo de um palheiro que aproveita o desnível do tufo existente entre esta rua e o nível superior, ou seja, a actual Rua 22 de Junho, surgiram os parcos vestígios de uma construção da qual se identificaram as fundações de uma estrutura em taipa. É nessa vala de fundação – unidades de recolha 18 e 19 – que surgem alguns materiais: pequenas peças metálicas de utilidade difícil

de definir, uma moeda demasiado desgastada para dar informação, e um peso de tear no topo do qual foi esgrafitado o antropónimo feminino *Casa*⁶ paleograficamente datável do séc. I d.C. Na limpeza do perfil – e adscrita a essa mesma unidade de recolha – apareceu uma moeda: um antoniniano de Cláudio II (268-270)⁷.

Se a localização desta sondagem, numa zona que se poderia considerar como limite do assentamento da *media cavea*, não traz informação relevante quanto às características construtivas do anfiteatro, vem sim demonstrar que esta parte do edifício poderá ter sido reconvertida, após a demolição, em espaço de passagem e provavelmente recebeu estruturas habitacionais de carácter popular e sem grande relevância arquitetónica. De salientar que se verificou com extrema atenção o mencionado palheiro e, no seu seguimento, um terreiro pertencente a uma das casas desta rua, que apresentam o tufo à vista e com claros sinais de corte e ancoragem de estruturas. Ainda assim, será necessário fazer futuramente um levantamento gráfico dessas paredes de tufo que delimitam em soalco o desnível e que, sem dúvida, integraram as subestruturas do anfiteatro.

A última sondagem na Rua da Fonte, a Sondagem 8, com 5 metros de comprimento por 1 de largura, foi implantada no que se esperava que fosse o limite ocidental do anfiteatro, admitindo sempre os 98 por 86 metros de elipse exterior que os vestígios existentes permitem conjecturar. Apesar da exiguidade desta sondagem, duas das unidades de recolha no plano 1 (n.º 31 e 35) e a unidade 39 do plano 2 sugerem, claramente, a existência de uma fundação composta por um enrocamento de grandes dimensões; não se detetaram materiais associados.

Junto a esta sondagem surge, à esquerda de quem desce, uma artéria, a Rua dos Arcos (cujo nome faz referência aos arcos de acesso à arena, conservados nas fundações das habitações aqui existentes).

Nessa rua fizeram-se apenas duas sondagens, uma junto ao portão que atualmente dá acesso aos terrenos da arena, e outra junto ao limite de um dos arcos. A primeira destas, a Sondagem 9, com uma área de 4 por 5 metros, permitiu documentar com rigor parte do enchimento da *media cavea*. O perfil estratigráfico mostra a estratigrafia horizontal das várias camadas de deposição desse enchimento, formado por terra e pedra de média dimensão, provavelmente feito em caixa, talvez de madeira, mas suportado por muros radiais em alvenaria (Fig. 3), em tudo idêntico à estratigrafia identificada no corte 6 de 1992⁸.

⁶ Reis e Ruivo 2005: n.º 353.

⁷ Referência de inventário: 2001.CVRA.8(PN)13. Poderia, eventualmente, tratar-se de um exemplar póstumo. Todavia, o mau estado de conservação da peça não permite uma classificação mais precisa.

⁸ Correia 1997: 47, fig. 18.



Figura 3. Rua dos Arcos, sondagem 9: estratigrafia de enchimento da *cavea*.

Junto a esta sondagem, e já dentro da propriedade, eram claríssimos os vestígios à superfície do que seria um destes muros radiais realizado em alvenaria com uma argamassa de cal semelhante à observada noutros pontos de Conimbriga. Nesta sondagem, nas unidades 48 e 54, que adscritas a planos diferentes de escavação pertenciam à mesma camada, recolheram-se alguns fragmentos de *terra sigillata*: 2 fragmentos de fundo de pratos de TSSG que, devido ao facto de não mostrarem vestígios do ônfalo característico das produções sud-gálicas, adaptam-se especialmente bem a serem identificados como pratos Drag. 18⁹. O perfil triangular do pé indica a sua inclusão na variante A, datável entre 15 e 30 d.C.¹⁰. Identificaram-se também 4 fragmentos de TSI pertencentes a uma cratera da forma Drag. 11, augusto-tiberiana¹¹; as tipologias mais actuais observam pouco a forma do pé, mas a forma no geral parece não ultrapassar o reinado de Tibério¹².

Estes materiais são consistentes com os recolhidos nas sondagens realizadas em 1992¹³, que todavia parecem indicar um espectro cronológico mais

⁹ Referência Inventário: 2001.CVRA.9(48)14 -16.

¹⁰ Genin 2007: 332-333 e 585-586 [pl. 219-220].

¹¹ Oswald e Pryce 1966: 65-66.

¹² Ettliger *et al.* 1990: 165-180.

¹³ Correia 1994: 333-334. Uma taça Drag. 24/25 de terra sigillata sud-gálica marmoreada e outra Hermet 25, uma taça Drag. 27 em terra sigillata hispânica, uma *trulla* de vidro azul

centrado na segunda metade do séc. I, enquanto estes parecem mais centrados na 1ª metade. Trata-se todavia de uma discussão em larga medida ociosa, se considerarmos a escassez dos fragmentos com que lidamos quando considerada a dimensão do monumento, já no que esta implica de duração do próprio período de construção, já no que terá implicado de processos pós-depositivos diferenciados nas várias áreas investigadas.

A Sondagem 10 foi implantada na face exterior do primeiro arco ocidental coincidindo com a existência de um vão entaipado no interior da passagem - objecto de escavação durante a década de setenta pelo Museu Monográfico de Conimbriga, tendo sido dirigida por Isabel Pereira - e dela não se obteve qualquer resultado conclusivo. Os entulhos contemporâneos na zona da Sondagem 10, aos que se deve acrescentar a exigência em alargar significativamente a sondagem para se poder atingir, em segurança, a profundidade necessária, obrigaram à sua interrupção ao atingir-se o lintel do referido vão, não sendo possível documentar, como era intenção inicial, a cota da soleira e a caracterização do espaço ao qual abriria este vão, que deveria conduzir a uma escadaria de acesso às bancadas, mostrando a passagem ter sido obliterada ainda em época imperial. Todavia foi elucidativa para a análise construtiva a imagem da face exterior desta galeria em *opus vittatum*.

Mas se da construção não se obteve prova maior, do seu desmantelamento pode concluir-se que neste limite setentrional terá sucedido uma reformulação dos eixos de acesso existentes.

O mais importante destes eixos seria uma saída da cidade para ocidente na direcção do Rio de Mouros e suas veigas, *ager* da cidade. Outros seriam as ruas perimetrais do monumento, para Sul e para Este, na direcção, respetivamente, do centro de Conimbriga e da via em direcção a Aeminium.

Uns e outros tinham de vencer declives importantes.

Comparando os vários levantamentos disponíveis, pode reconstituir-se o plano da arena à cota de 92.10m (o solo atual encontra-se no ponto mais baixo a Nordeste das entradas, à cota de 93.15m); o pódio, se a sua cota correspondia ao arranque das abóbadas das entradas, como parece provável, atingia os 94.2m; a cota de base da *media cauea*, reconstituída a partir do nível superior dos arcos das entradas situar-se-ia nos 97.10m; a sua cota superior, se é possível estimá-la pelo nível de arrasamento das estruturas na parte alta da cidade, situar-se-ia nos 105.50m. Isto deixava um máximo de treze metros de desnível entre a arena e o nível de circulação na parte alta da cidade que os caminhos perimetrais tinham de vencer e, atendendo às cotas observadas nas sondagens na Rua da Fonte, esse valor cifrava-se em pelo menos 7 metros, o que será aceitável se considerarmos que o eixo paralelo à rua da Fonte, e situado no topo do vale, discorre a uma cota de 108 m aproximadamente admitindo o limite físico do anfiteatro.

claro e vários fragmentos de cerâmica comum.

A demolição do anfiteatro terá arrastado boa parte das terras que formaram os enrocamentos e base das bancadas na arena, o que justifica os quase 6,50 metros de altura estimada dos sedimentos que sobre ela repousam atualmente.

Por perceber fica ainda a questão de saber como teria sido gerido pelo arquitecto da obra o escoamento das ingentes quantidades de água que seriam captadas pelo monumento, somadas àquelas que, drenadas a montante do monumento (toda a área nordeste da cidade incluindo a casa dos repuxos, as termas do aqueduto e o moinho, três instalações hidráulicas de monta), teriam necessariamente de ser escoadas através dele. Junto ao viaduto conservam-se vestígios de um encanamento (Fig. 4) que é talvez o mesmo a ser identificado a jusante, numa estrutura denominada como aqueduto¹⁴, ainda hoje conservada na Rua da Fonte, e que pode talvez fazer parte desse sistema de drenagem.



Figura 4. Viaduto de Conimbriga, aspeto da canalização.

3. AS ESCAVAÇÕES NA ÁREA SUDOESTE

Foram realizadas duas intervenções, em 2006 e 2012, dirigidas por Adriaan De Man, que procuravam relacionar o anfiteatro com a muralha tardia, investi-

¹⁴ Neto 1993-94: 171-179.

gando a sobreposição desta sobre o topo sul da *cavea*, supondo-se que teria assim ficado criada uma área semi-demolidada na zona *intra muros*. Em termos topográficos, a própria muralha passou a servir de contenção à estratigrafia urbana, produzindo uma tendência horizontal que não existia com anterioridade. A zona escavada ilustra em detalhe uma sequência de ocupações que atinge o período medieval.

Do ponto de vista físico, é sobre um revolvimento dos níveis alto-imperiais, provavelmente associável à demolição dos inícios do século IV, que se desenvolveram as camadas tardias. O momento de anulação do anfiteatro é perfeitamente observável pelo enchimento súbito do *vomitorium*¹⁵, pela selagem geral desse contexto de actividade, e também, indirectamente, pela circunstância de o mesmo corredor ter servido de base à nova muralha (Fig. 5). Os níveis de circulação imediatamente posteriores, balizáveis entre os inícios do século V e o fim do seguinte consistem em camadas tendencialmente horizontais, com reduzida potência, tanto em termos estratigráficos como de materiais associados.



Figura 5. Sondagem de 2006: aspeto do vomitorium e da sobreposição da muralha Baixo-Imperial.

¹⁵ De Man 2006-7: 62.

Em forte contraste, os contextos considerados posteriores ao século VI incluem apreciáveis indicadores arqueológicos, nomeadamente metálicos. É o caso da abundante escória, adjacente a um ambiente que muito possivelmente seria doméstico, ou pelo menos vedado ou coberto, tendo em conta os buracos de poste nestas posições topográficas. Existe aqui um paralelo interessante com outros contextos do mesmo período¹⁶, o mais bem identificado dos quais será o da casa de Cantaber, em cuja reformulação tardo-antiga funcionou um forno metalúrgico. Outro elemento que reforça a ideia de uma estrutura em madeira é a razoável concentração de pregos, que durante a escavação tinha precisamente sido interpretada como reflexo de um habitat em materiais perecíveis adossados à muralha. Um terceiro conjunto metálico consiste nalguns terminais de tempereiro, estes sim indicativos de um espaço presumivelmente fechado onde o processo de tecelagem pudesse ser desenvolvido. De novo, trata-se de um fenómeno com bons paralelos em Conimbriga. Um deles é indicativo do mesmo período pós-romano, em níveis que cobriam a zona do fórum¹⁷, assim como outro, na zona do Bico da Muralha¹⁸.

Registou-se apenas uma grande excepção na homogeneidade de sucessivos depósitos, ao longo de quinhentos anos de formação paulatina: uma grande estrutura negativa provocou uma severa perturbação na estratigrafia, tendo perfurado todas as camadas tardo-romanas e tardo-antigas, até incidir nos dois muros do *vomitorium*. O enchimento desta unidade irregular era composto por altas concentrações de cinzas, e por fauna que permitiu obter intervalos muito semelhantes numa série de datações pelo radiocarbono¹⁹.

Ref ^a Lab	Data ¹⁴ C (BP)	Data calibrada (cal. AD) s1	Data calibrada (cal. AD) s2
SAC-1995	930+/-50	1040-1160	1020-1210
SAC-1997	1180+/-45	775-930	710-975
SAC-1998	1000+/-45	990-1150	905-1160
SAC-1999	110+/-40	895-985	785-1020
SAC-2000	1060+/-40	900-1020	895-1025
SAC-2003	1050+/-55	900-1030	880-1150

Uma parte considerável mantém-se por escavar, porém os dados apontam para uma sequência de despejos domésticos, num espaço de tempo relativamente curto, talvez dias, ainda que outras fossas, com dimensões mais reduzidas,

¹⁶ De Man 2011: 515-520.

¹⁷ Alarcão e Ponte 1982:167.

¹⁸ De Man 2007: 5.

¹⁹ De Man e Soares 2007: 285-294; De Man e Soares 2013: 209-219.

tenham sucessivamente existido neste mesmo espaço²⁰.

O estudo da fauna destas unidades permitiu uma análise fina dos hábitos das populações de Conimbriga nestas fases tardo-antigas e alto medievais²¹ e, por outro lado, a cerâmica destas unidades insere-se bem nos circuitos regionais do Centro e Norte de Portugal²², nomeadamente os alguidares de base em disco e cordões digitados, os púcaros de colo recto e canelado, e as asas puncionadas.

A área intervencionada, apesar de reduzida, permite enquadrar o anfiteatro na plataforma superior, relacionando-o com as evoluções tardias nos restantes equipamentos urbanos. Uma das questões mais evidentes prende-se com a evolução paralela do fórum, imediatamente a sul do anfiteatro, e dos edifícios domésticos desta mesma zona. Uma intervenção realizada por dois dos autores deste texto (J. Ruivo e A. De Man), precisamente junto ao fórum, na casa do Mediano Absidado, permitiu registar fases de ocupação análogas, isto é, coevas de um período alto-medieval. Ilustram um quotidiano num sítio já plenamente desurbanizado, embora central na rede de povoamento do Mondego²³, condição que se manteve até o período condal²⁴. Recentrando a inteira questão no anfiteatro em si, as sondagens na plataforma superior permitiram reconhecer o momento de demolição, por um lado, e o muro perimetral, por outro.

A própria base do anfiteatro apresenta um sistema de caixotões preenchidos com terra, sobre o qual se terá edificado a *summa cavea*. Algumas dezenas de centímetros no limite sul da escavação revelaram o que aparenta ser um lajeado. Um futuro alargamento permitirá aferir se este corresponde efectivamente à rua que circundaria o edifício público, algo que por ora se assume como hipótese de trabalho.

4. AS ESCAVAÇÕES EM CURSO

Em Março de 2013, no âmbito de uma colaboração com a empresa Dryas Arqueologia efectuaram-se trabalhos de prospecção geofísica em Conimbriga pela Morph Geomática com vista à identificação de estruturas enteradas, nomeadamente estruturas que pudessem ser associadas ao anfiteatro. As técnicas utilizadas consistiram na utilização do georadar (GPR - Ground Penetrating Radar) e da resistividade eléctrica, tendo os resultados obtidos sugerido a presença de estruturas que poderiam, eventualmente, estar associadas ao anfiteatro bem como estruturas urbanas periféricas.

Na sequência desta prospecção planificou-se uma sondagem de controlo de 10 m de comprimento por 2 metros de largura que se efetuou nesse mesmo ano

²⁰ Correia, De Man e Reis 2011: 181-201.

²¹ Detry *et al.* 2014: 97-110.

²² De Man e Tente 2014; Tente e De Man 2016: 43-68.

²³ Alarcão 2004.

²⁴ De Man 2008: 99-103.

(Abril-Maio). A sondagem está situada a cerca de uma dezena de metros para Sul das sondagens dirigidas por Adriaan De Man (2006 e 2012) e Virgílio Hipólito Correia (1992-3) e os resultados obtidos, ainda que muito parcelares - uma vez que não permitem uma leitura global da área intervencionada - parecem indicar que já se encontrará completamente fora do antigo edifício de espetáculos. A intervenção parece revelar um edifício que em tese definiríamos como doméstico, - ou tê-lo-á sido numa fase primitiva -, estruturado em volta de um muro principal que se orienta no sentido N/S (u.e. 4), no qual entroncam várias outras estruturas (do lado nascente as u.es. 25/26, 30 e 32; do lado poente as u.es. 29 e 31), conformando diversos compartimentos (Fig. 6).



Figura 6. Sondagem de 2013: aspeto geral, visto de Norte.

Os horizontes estratigráficos principais podem estruturar-se, para já, da seguinte forma:

Fases	Descrição	Unidades estratigráficas
I	fase primitiva do edifício (séc. I)	4, 13, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32
II	sécs. II-III	11, 12, 13 14, 15, 16 (?)
III	transformações do edifício (tardo-romano)	5, 8, 9 (?), 10, 17, 18, 19, 26 (?)
IV	transformações pós-abandono do edifício (alto-medieval)	6, 7
V	níveis superficiais (influência de factores pós-deposicionais)	1, 2, 3

Uma primeira etapa (Fase I) parece corresponder à existência de um edifício de planta incerta, possivelmente de inícios da época imperial, do qual se identificaram pelo menos 5 (?) compartimentos muito parcialmente escavados. Os materiais atribuíveis a esta fase não são relevantes do ponto de vista cronológico, excetuando a presença de um bojo de ânfora (possivelmente de produção itálica), destacando-se as cerâmicas comuns: cinzentas finas muito fragmentadas (tradição indígena), quartzo-micáceas, alaranjadas finas e calcíticas.

Num segundo momento (Fase II), parece verificar-se a utilização de um dos compartimentos para uma inumação, mas não se consegue perceber para já se isso implicou alguma alteração substancial da planta e da funcionalidade do edifício. Atribuímos a esta etapa várias unidades estratigráficas que forneceram os seguintes materiais relevantes: TSH Drag. 15-17 (meados séc. I-séc. II?), Drag. 18 (Flávios-inícios do séc. II), Drag. 35 (inícios da segunda metade do séc. I-meados do séc. II?) e 1 asse de Cláudio I (41-54).

Identificou-se também uma fase tardo-romana (Fase III), à qual se poderá atribuir o restauro do muro da u.e. 27. Detetaram-se ainda, num nível que consideramos de derrube de paredes (u.e. 10) vários fragmentos de TSH, das formas Drag. 15-17, Drag. Drag. 27 e Drag. 37, bem assim como um fundo ânfora Almagro 50 (séc. IV -V) e um prato de TSCC Hayes 50 (a partir de inícios do séc. III). Admitimos, todavia, a possibilidade de a formação desta u.e. poder estar relacionada com a abertura da bolsa da u.e.6 (Fase IV), que atribuímos ao período alto-medieval e que marca uma amortização, pelo menos parcial, do edifício. Esta fase distingue-se em termos de espólio pela abundância dos grés:

potes, alguidares e bilhas, com aplicações de cordões digitados e asas em forma de fita com decoração incisa com paralelos nas ocupações islâmicas identificadas nas sondagens de V. H. Correia e A. De Man²⁵.

Um dos aspetos mais relevantes desta intervenção foi a descoberta do enterramento de um indivíduo do sexo feminino localizado ao longo do muro correspondente à u.e. 14. O cadáver foi deposto numa fossa simples aberta no saibro correspondente ao pavimento ou nível de circulação do compartimento (u.e. 13), colocado em decúbito dorsal, com orientação Oeste-Este (Fig. 7)²⁶. Trata-se de um compartimento aparentemente de pequenas dimensões (cerca de 2 metros de largura).



Figura 7. Sondagem de 2013: enterramento.

Tendo sido solicitada ao Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares do Instituto Superior Técnico uma datação pelo método do Carbono 14, obtiveram-se os seguintes resultados²⁷:

²⁵ De Man 2006-2007: 64-65.

²⁶ A sepultura não foi integralmente escavada, tendo a parte correspondente aos membros inferiores ficado debaixo do corte W. Não foi encontrado, para já, qualquer espólio associado à inumação.

²⁷ Datação C2TN, 27/11/2013.

Ref ^a Lab	Data ¹⁴ C (BP)	Data calibrada (cal. AD) s1	Data calibrada (cal. AD) s2
SAC-2914	1830±35	134-224 (1,)	84-254 (0,97831) 302-315 (0,02169)

Partindo do pressuposto que os intervalos estão correctos, teremos aqui um enterramento efectuado com grande probabilidade, o mais tardar, por meados do século III, o não deixa de nos causar alguma perplexidade, uma vez que nesta época não parece habitual a realização de práticas funerárias no interior do perímetro urbano. Temos contudo um paralelo cronológico em ossos recolhidos na basílica/*domus* de *Tanginus*, com um intervalo de datação de possivelmente correspondente a finais do séc. II ou inícios do III²⁸, para os quais desconhecemos parte da informação relevante, mas que tem sido considerado como fazendo parte de um ossário/reliquia trasladado *a posteriori* para aquele espaço. No nosso caso, poder-se-á admitir que se trate de uma situação de ocultação de cadáver, devido a uma morte eventualmente não natural. Considerando, todavia, a orientação do corpo (cabeça para poente e pés para nascente), não podemos excluir a possibilidade de tratar-se de uma deposição segundo o ritual cristão, o que nos remeteria para a presença de uma comunidade cristã na cidade em meados do séc. III, dado novo, e que nos levaria inclusivamente a equacionar a funcionalidade do edifício descoberto durante esta sondagem como eventual espaço de culto que se teria sobreposto a um edifício residencial. Claro que a escavação é bastante parcelar e não estamos a sugerir mais do que hipóteses de trabalho para investigações futuras.

5. CONCLUSÃO

O balanço das últimas intervenções realizadas na área do anfiteatro de Conimbriga sendo largamente positivo, continua a deixar várias questões em aberto. Presentemente, e atendendo à nossa escassa capacidade de intervenção no edifício, consideramos prioritária a completa definição de toda a sua estrutura perimetral, fundamental para a projecção de intervenções futuras, algumas delas a serem realizadas na zona urbana da aldeia de Condeixa-a-Velha.

Outra questão com que nos debatemos, e à qual só a escavação poderá dar resposta, é a da cronologia do monumento, para o qual Jean-Claude Golvin há muito que sugeriu uma datação júlio-claudiana²⁹.

²⁸ Datação por radiocarbono: Ref^a. Lab. GrA-30340: 1815+/-35BP, dada como correspondendo a 191 ± 35 AD sem menção do método de calibração (López Quiroga 2013: 195 e 243, fig. 124).

²⁹ Golvin 1988: 147.

Os três conjuntos de materiais até agora recolhidos em contextos susceptíveis de fornecer datações, (o recolhido nas escavações de 1992, os fragmentos de *sigillata* da sondagem 9, na Rua dos Arcos, aqui referidos por primeira vez, e os fragmentos das escavações na área sudoeste referidos por A. De Man) não desmentem uma cronologia eventualmente julio-claudiana para uma fase inicial das obras, dessa forma sustentando a hipótese que o traçado da muralha dita “augustana” terá sido propositadamente alargado com a intenção de albergar o anfiteatro no seu perímetro³⁰.

Mencione-se, a este propósito, que uma *tessera* de chumbo recolhida há cerca de uma década por Pedro Carvalho (FLUC) durante uma sondagem na basílica do fórum reproduz o anverso de um *aureus* ou de um denário de Nero e Agripina (cf. RIC I 1-3)³¹, batidos em 54 d.C. (Fig. 8). A cronologia da peça conimbrigense não ultrapassará 59 d.C. - data do assassinato de Agripina - e o seu fabrico poderá, eventualmente, ser associado a uma liberalidade pública, quem sabe se relacionada com os jogos de anfiteatro.



Figura 8. Basílica do fórum de Conimbriga: tessera de chumbo, a) anverso, b) reverso.

Todavia, os conjuntos cerâmicos recolhidos não permitem decidir por uma cronologia tiberio-claudiana *versus* uma cronologia claudio-neroniana, tomando-se, em qualquer caso, o conjunto da sondagem no setor sudoeste como evidência de obras de pavimentação da área envolvente do anfiteatro ligadas à própria remodelação do fórum e eixos de circulação para Norte³², ou qualquer pequena remodelação ocorrida em época flaviana, como originalmente proposto³³.

³⁰ Correia 1994: 329.

³¹ Baptista 2014: 95-96 e 210, II4-375.

³² Cf. Alarcão e Etiënne 1977: 85 e 140.

³³ De Man 2006-7: 62.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, A. e Ponte, S. (1982), “O tempereiro e a antiguidade do tear horizontal de pedais”, *Conimbriga* XXI: 163-168.
- Alarcão, J. (2004), *In território Colimbric. Lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Trabalhos de Arqueologia 28. Lisboa.
- Alarcão, J. e Etienne, R. (1977), *Fouilles de Conimbriga I. L'Architecture*. Paris.
- Almagro, M. e Almagro Gorbea, M. (1994), “El anfiteatro de Segobriga”, in J. M. Alvarez Martínez e J. J. Enriquez Navascués (coord.), *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26-28 de Novembro de 1992). Mérida, 139-176.
- Baptista, R. F. G. (2014), *A basílica e a cúria do ‘forum’ romano de Conimbriga. Resultados das campanhas de 2001 e 2004*, dissertação de mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Bendala Galán, M. e Durán Cabello, R. (1994), “El anfiteatro de Augusta Emerita: rasgos arquitectónicos y problemática urbanística y cronología”, in J. M. Alvarez Martínez e J.J. Enriquez Navascués (coord.), *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26-28 de Novembro de 1992). Mérida, 247-264.
- Correia, V. H. (1994), “O anfiteatro de Conimbriga. Nota preliminar”, in J. M. Alvarez Martínez e J.J. Enriquez Navascués (coord.), *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26-28 de Novembro de 1992). Mérida, 327-343.
- Correia, V. H. (1997), “Nouvelles recherches à Conimbriga”, in R. Étienne e F. Mayet (ed.), *Itinéraires Lusitaniens – Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris, 35-48.
- Correia, V. H. (1999), “Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conimbriga”, in V. A. Alvarez Palenzuela (ed.), *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*. Madrid, 11-31.
- Correia, V. H. (2007), “O anfiteatro de Conimbriga, monumento de espectáculo numa cidade lusitana”, *Pedra & Cal*, 33: 8-11.
- Correia, V.; De Man, A. e Reis, P. (2011), “Gestión de residuos en Conimbriga”, in J. A. Remolà e J. Acero (ed.), *La gestión de los residuos urbanos en Hispania romana*, Anejos de AEspA LX. Mérida, 181-201.
- Corzo Sánchez, R. (1994), “El anfiteatro de Italica”, in J. M. Alvarez Martínez e J.J. Enriquez Navascués (coord.), *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26-28 de Novembro de 1992). Mérida, 187-211.

- De Man, A. (2006-7), “Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conimbriga”, *Portugalia* 27-28: 59-67.
- De Man, A. (2007), “The Late Urban Fort of the Bico da Muralha, Conimbriga (Portugal)”, *Mediterranean Archaeology & Archaeometry* 7(1): 3-14.
- De Man, A. (2008), “A short note on Medieval Condeixa”, *Journal of Iberian Archaeology* 11: 99-103.
- De Man, A. (2011), “Recent archaeological research on late and post-Roman Conimbriga”, *Madrider Mitteilungen* 52: 514-527.
- De Man, A. e Soares, A. M. (2007), “A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10(2): 285-294.
- De Man, A. e Soares, A. M. (2013), “Elementos para uma definição dos horizontes tardios de Conimbriga”, in J. López Quiroga (ed.), *Conimbriga tardo-antigua y medieval: excavaciones arqueológicas en la ‘domus tancinus’ (2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*, BAR International Series 2466. Oxford, 209-219.
- De Man, A. e Tente, C. (2014), *Estudos de Cerâmica Medieval, O Norte e o Centro de Portugal, séculos IX a XII*. Lisboa.
- Detry, C., Cardoso, J. L. e Correia, V. H. (2014) “What did the Romans and Moslems eat in Conimbriga (Portugal)? The animal bones from the 1990’s excavations”, in C. Detry e R. Dias, (ed.) *Proceedings of the first zooarchaeology conference in Portugal*. Oxford, 97-110.
- Ettlinger, E. et al. (1990), *Conspectus formarum terrae sigillatae Italico modo confectae*, *Materialien zur römisch-germanischen Keramik* 10. Bona.
- Frade, H. e Portas, C. (1994), “A arquitectura do anfiteatro romano de Bobadela”, in J. M. Alvarez Martínez e J. J. Enriquez Navascués (coord.), *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional (Mérida, 26-28 de Novembro de 1992)*. Mérida, 349-371.
- Genin, M. (dir.) (2007), *La Graufesenque (Millau, Aveyron). Volume II. Sigillées lisses et autres productions*, *Études d’archéologie urbaine*. Bordéus.
- Golvin, J.-C. (1988), *L’amphithéâtre romain, Essai sur la théorisation de sa forme et de ses fonctions*. Paris.
- López Quiroga, J. (ed.) (2013), *Conimbriga tardo-antigua y medieval: excavaciones arqueológicas en la ‘domus tancinus’ (2004-2008) (Condeixa-a-Velha, Portugal)*, Bar International Series 2466, Oxford.
- Neto, C.J.S. et al. (1993-94), “Os pólos de captação de água de Conimbriga”, *Conimbriga* 32: 171-179.

- Oswald, F. e Pryce, T. D. (1966), *An introduction to the study of terra sigillata*, Londres.
- Pérez Ballester, J. *et al.* (1994), “El anfiteatro romano de Cartagena (1967-1992)”, in J. M. Alvarez Martínez e J. J. Enriquez Navascués (coord.), *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26-28 de Novembro de 1992). Merida, 91-118.
- Reis, M. P. e Ruivo, J. (2005), “Marca grafitada de “Casa”, sobre um peso de tear de Conimbriga”, *Ficheiro Epigráfico* 78: 353.
- Tente, C. e De Man, A. (2016), “Um rio, dois territórios”, in A. Vigil-Escalera Guirado e J. A. Quirós Castillo (eds.), *La Cerámica de la Alta Edad Media en el Cuadrante Noroeste de la Península Ibérica (siglos V-X)*, Documentos de Arqueología Medieval 9. Bilbao, 43-68.

(Página deixada propositadamente em branco)

A CONSTRUÇÃO DO TEATRO DE *OLISIPO*: O ESTUDO DAS ARGAMASSAS E A ENGENHARIA DO MONUMENTO ROMANO

(The construction of *Olisipo* Theatre: the study of mortars and the engineering of this Roman monument)

LÍDIA FERNANDES (lidiafernandes@egeac.pt)

Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano (EGEAC / CML)
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
(CEAAP-UC)

JOÃO COROADO (jcoroado@ipt.pt)

Instituto Politécnico de Tomar
Techn&Art
Centro em Tecnologias, Restauro e Valorização das Artes

RESUMO - As intervenções arqueológicas efectuadas neste monumento nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à zona sul do teatro, em área coincidente com o local onde, actualmente, se instala o Museu de Lisboa – Teatro Romano, permitiram a descoberta de novas e relevantes estruturas pertencentes ao teatro. Estes vestígios auxiliam numa interpretação do que terá sido a envolvente arquitectónica da área sul do edifício cénico. Virado a sul, tendo como pano de fundo o rio Tejo, o sistema de engenharia implementado no local, como é evidenciado pelas possantes estruturas em *opus caementicium* que alicerçaram o edifício no subsolo natural, atestam um programa construtivo ambicioso e um avultado investimento quer em meios técnicos quer económicos.

Para complementar o estudo arqueológico e arquitectónico nomeadamente para verificar se haveria indícios de um ou vários momentos construtivos e se os derrubes de estruturas da parte central do teatro e da zona a sul, mais recentemente intervençionada, eram semelhantes, procedeu-se à recolha de amostras de argamassas e efectuou-se o respectivo estudo composicional. Os resultados obtidos revelam similitude química e mineralógica e comprovam a utilização de argamassas com texturas diferentes, adequadas para as diferentes soluções construtivas, corroborando, assim, um mesmo momento construtivo ainda que, provavelmente, implementado em várias fases dada a dimensão da obra em causa.

PALAVRAS-CHAVE - teatro; arquitectura; argamassa; análises químicas; análises mineralógicas; engenharia; época romana

ABSTRACT - The archaeological excavations carried out in this monument in recent years, especially with regard to the south part of the theatre, area coinciding where currently settles down the Roman Theatre Museum of Lisbon, allowed the discovery

of new and relevant structures belonging to the theatre. These traces aid in interpretation of what must have been the architectural surroundings of the building southern scenic area. Facing south, with the backdrop of the Tagus River, the engineering system implemented at the site, as evidenced by the powerful opus structures caementicium that underpinned the building in the natural underground, attest for an ambitious building program and a major investment both technically and economically. In addition to the archaeological and architectural study, to verify if there was evidence of one or more constructive moments, and to attest if the mortars used were similar in the overthrown central part of the structures of the theatre and at the most recently intervened southern part, a compositional study of these materials was made. The results show chemical and mineralogical similarity and prove the use of mortars with different textures, suitable for the different construction solutions, and confirming the evidence of only one constructive moment, nonetheless possibly implemented in several phases.

KEYWORDS - theater; architecture; mortar; chemical analysis; mineralogical analysis; engineering; Roman

1. INTRODUÇÃO

O projecto de investigação que tem vindo a ser realizado no teatro romano de Lisboa tem sido pautado pelo alargamento da área de intervenção arqueológica na zona envolvente do monumento. A definição dos limites desta enorme construção é, por si, um objectivo difícil de atingir uma vez que o teatro se insere em pleno centro histórico da cidade, sendo cruzado por duas vias: a Rua de São Mamede e a da Saudade. A primeira sobrepõe-se às bancadas do edifício cénico, situadas a norte e a segunda implanta-se no preciso local onde, em tempos, se elevou a fachada cénica (Fig. 1).

Até ao final da década de 1960, quando se realizaram os primeiros trabalhos de escavação no monumento, apenas se conservava à vista cerca de um terço da totalidade do monumento. Com o alargamento da área arqueológica para sul, em área coincidente com o actual museu, obteve-se um conhecimento bastante mais completo, não apenas sobre a extensão do edifício mas, especialmente, sobre as técnicas de engenharia empregues que possibilitaram o alicerçar do teatro numa área de acentuado declive.

Foi o alargamento da área intervencionada arqueologicamente e a consequente descoberta de novas estruturas pertencentes ao edifício cénico, que suscitaram o estudo das argamassas associadas àquelas estruturas. Um primeiro estudo havia sido realizado em 2001 por ocasião dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da criação do então designado Museu do Teatro Romano, ainda que circunscritos à área intervencionada na década de 1960¹. O objectivo, nesta segunda recolha

¹ Brito 2001.

de amostras, foi o alargamento da área de análise com vista a compreender se as estruturas mais recentemente encontradas apresentavam características, no que às composições químicas e mineralógicas diz respeito, que permitissem enquadrar cronológica e tecnicamente, as obras do interior do teatro e as da sua envolvente.

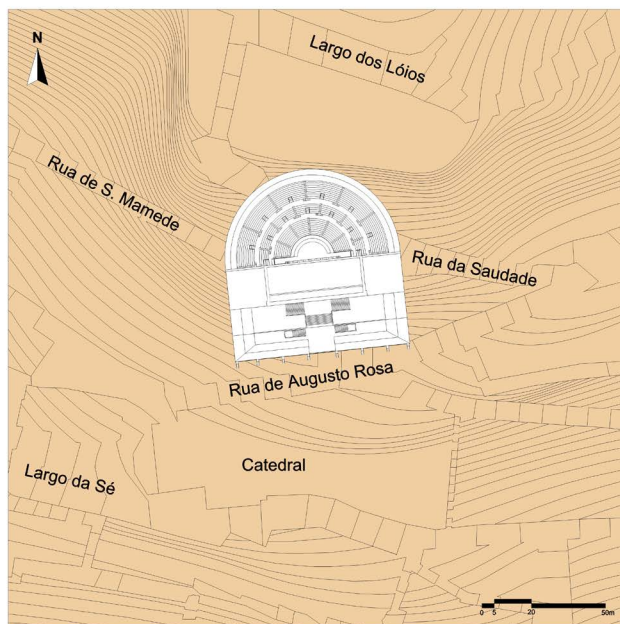


Figura 1. Implantação do teatro romano de Lisboa na topografia actual da cidade.

Deste modo, foram recolhidas novas amostras no interior do monumento cénico assim como na zona sul, em área já abrangida por estruturas de contenção da edificação e arranjo exterior deste espaço, num total de quinze amostras.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

As campanhas arqueológicas iniciadas em 2001 realizaram-se no interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano, que se localiza a sul do monumento cénico. Com efeito, as escavações levadas a cabo até então haviam sido implementadas no interior do teatro desde a década de 1960, primeiro por Fernando de Almeida e depois por Irisalva Moita, concretamente entre 1964 e 1967². Após essa data, novas campanhas apenas foram realizadas entre 1989 e 1993, na zona norte do teatro em área coincidente com as bancadas do teatro. Nessas campanhas foi intervencionada parte da Rua da Saudade e o interior de dois edifícios localizados a norte desta artéria.

A partir de 2001, com o projecto de criação do museu dedicado ao monu-

²Almeida 1966: 561-571; MOITA 1970: 7-37.

mento romano também a área ocupada pelo novo equipamento museográfico permitiu novas possibilidades de investigação. Importava, particularmente, perceber de que forma o teatro se havia alicerçado no terreno e de que modo havia sido vencido o enorme desnível existente entre as duas artérias a sul do monumento³.

A fachada cénica do teatro está implantada sob a Rua de S. Mamede, na única zona plana que esta artéria apresenta e que coincide com a sua parte mais elevada. As duas sondagens arqueológicas realizadas na rua em 2014 permitiram confirmar a sua presença ainda que, simultaneamente, se tenha comprovado a quase integral remoção de todos os elementos pétreos os quais, naturalmente, foram reutilizados na reconstrução citadina ocorrida depois do terramoto de 1755. A potência estratigráfica deste local atinge, em alguns sítios, quase 3m de altura, integralmente preenchidos com aterros da segunda metade do séc. XVIII, atribuíveis à subida artificial do solo de forma a permitir a construção da Rua de São Mamede que, a partir de então, cruzou esta zona da cidade.

Mas foram as campanhas arqueológicas realizadas em 2005 e 2006, e finalizadas em 2011, que permitiram compreender algumas das soluções arquitectónicas e de engenharia que foram adoptadas na zona a sul do teatro.

Como apresentado em trabalhos anteriores⁴, a descoberta do *post scaenium* do teatro, isto é, a enorme e possante estrutura que suportaria a fachada cénica e que, igualmente, funcionou como contraforte da colina onde o teatro se implantou, possui características únicas relativamente às técnicas construtivas utilizadas (Fig.2).



Figura 2. Face sul do *post scaenium* do teatro, a grande estrutura de suporte tardoz da fachada cénica.

³ Fernandes 2006: 181-204.

⁴ Fernandes 2006: 181-204; *idem* 2007: 27 – 39.

Este grande muro, a par de outros que foram encontrados subjacentes aos dois edifícios onde hoje se instala o Museu de Lisboa – Teatro Romano, permitem, actualmente, delinear o que terá sido a parte sul do edifício cénico. A análise do edificado, os vestígios encontrados e a implantação e urbanismo das construções actuais, a par dos dados documentais, autorizaram, com algum grau de suposição, a reconstituição arquitectónica do conjunto do edificado que preenchia a vertente sul, de acentuado declive, existente a sul da fachada cénica.

Um faixa de cerca de 17 m de largura e com um desnível de cerca de 15 m - correspondendo sensivelmente ao espaço compreendido entre a Rua de São Mamede e a Rua Augusto Rosa - foram aproveitados para a instalação de áreas de lazer organizadas em patamares, com peristilos que permitiriam à população proteger-se da chuva e, em tempos de estio, abrigar-se do sol (Fig. 3).



Figura 3. Reconstituição hipotética do teatro romano de Lisboa e de alguns edifícios na área envolvente. (Reconstituição 3D da autoria de Carlos Loureiro – Museu de Lisboa, (EGEAC / CML).

Escadarias ou rampas internas possibilitavam um acesso mais directo entre a rua que ladeava este conjunto monumental a sul - decerto próximo do actual traçado da Rua Augusto Rosa e correspondente a um dos *decumanus* da cidade - e o edifício do teatro, localizado a norte. Ainda que seja impossível determinar com exactidão os pormenores arquitectónicos e construtivos, os vestígios encontrados possibilitam uma interpretação coerente quanto ao facto de aqui ter existido um criptopórtico⁵, solução comum no mundo romano e com vários exemplos na cidade de Lisboa⁶.

A implantação do teatro a meia encosta cumpriu a função de símbolo da própria cidade, uma marca na paisagem que propagandeava a sua nova nobili-

⁵Fernandes 2013: 765-773.

⁶ Cf. Fernandes 2011: 266-268.

tação latina. O efeito cenográfico do teatro mas, igualmente, do conjunto arquitectónico que o integrava, terá marcado a urbe. Esta solução de implantação dos novos edifícios em sítios de grande visibilidade repetiu-se e diversificou-se em muitas outras edificações acentuando a sua função propagandística.

O teatro romano de *Olisipo* baseia a sua estrutura e a sua própria configuração, no teatro de *Augusta Emerita*, a capital da província da Lusitânia. Naturalmente que as opções arquitectónicas adoptadas pela capital seriam seguidas, copiadas e respeitadas pelas cidades que se integravam no seu território. Foi o que aconteceu, por exemplo, com *Mettelinum*, cidade situada a cerca de 30 quilómetros da actual Mérida, e igualmente, o que aconteceu em *Olisipo*.

A estrutura do teatro é a mesma nos edifícios cénicos destas três cidades e as opções ornamentais são, como seria de esperar, muito próximas. O teatro da capital será, no entanto, o primeiro a ser edificado e o que terá tido, ao longo da sua vida, uma maior actualização do repertório decorativo⁷. Datado de 16-15 a.C. o teatro de Mérida foi o modelo. Ainda que não saibamos com toda a segurança qual a data de edificação do teatro de *Olisipo*, pensamos que os inícios do séc. I d.C. terão sido, certamente, os da sua edificação.

3. ESTUDOS DE ARGAMASSAS NO TEATRO

Os estudos sobre argamassas recolhidas em contexto arqueológico, são relativamente recentes. Na última década, especialmente, tem-se assistido a um incremento do estudo deste tipo de material, orientados sobretudo para a modelização de novas argamassas compatíveis⁸, embora continuem a faltar dados, pela própria natureza das argamassas, que tornem pertinentes estudos comparados e de proveniência. Isto é, as argamassas resultam de matérias-primas transformadas, em que os ligantes são termicamente transformados e os agregados lavados e crivados, e cada transformação que os materiais sofrem diluem as informações relativas à proveniência das suas matérias-primas.

Contudo o estudo composicional das argamassas no âmbito de estruturas construídas dão principalmente informação relativamente à tipologia, ao traço e respectiva aplicação e permite verificar o grau de semelhança entre elas. A partir destas informações podem ser verificadas semelhanças de produção e também modelizadas novas argamassas para restauro daquelas estruturas, com características similares às originais.

No que respeita ao teatro romano de Lisboa, os estudos sobre argamassas foram levados a cabo em 2001, por ocasião dos trabalhos desenvolvidos com vista à abertura do então Museu do Teatro Romano (hoje Museu de Lisboa – Teatro Romano).

⁷ Cf. Nogales Basarrate 2007: 103-138.

⁸ Biscontin *et al.* 2002; Callebaut *et al.* 1999; Goins 1999; Van Ballen *et al.* 1999; Papayani, 2005; Velosa *et al.* 2007; Coroado *et al.* 2010.

Foi então realizada uma monitorização do interior do teatro romano, no que respeita à leitura das humidades e temperaturas existentes nas ruínas arqueológicas e foram analisadas oito amostras de argamassa no Laboratório de Ensaios de Materiais de Construção da Divisão de Laboratórios, Estudos e Projectos do Departamento de Construção de Vias pertencente à Direcção Municipal de Infra-estruturas e Saneamento da Câmara Municipal de Lisboa. As análises por Difracção de Raios X (DRX), foram efectuados no Centro de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Dos resultados destes estudos resultou um trabalho, da autoria de Rui Miguel Brito, apresentado em 2001 onde, para além da descrição da metodologia empregue e das análises circunscritas das amostras, o autor teceu algumas considerações gerais sobre a hipótese da origem dos diversos componentes, concretamente, do tipo de areias empregues nas argamassas⁹.



Figura 4. Perspectiva de poente para nascente do interior do monumento cénico. Observa-se em primeiro plano alguns fustes de coluna, que não se encontram *in situ*. Em segundo plano, a zona inferior ao palco (*hyposcaenium*) e, do lado esquerdo, a *orchestra*, onde se sentaria a elite cidadina.

As oito amostras foram recolhidas nas estruturas arqueológicas do teatro (Fig. 4), concretamente: amostra 1 e 2: *orchestra* (zona semicircular - que conserva parte do pavimento em lajes calcárias e marmóreas que se encontram assentes em argamassa - onde se sentaria a elite da cidade); amostra 3: proveniente do início das bancadas (*imma cavea*); amostra 4: maciço em *opus caementicium* da parte interna da parede norte do *aditus maximus* (entrada monumental do teatro, neste caso a entrada nascente, a única até ao momento colocada a descoberto); amostra 5: *opus signinum* que formava a meia-cana do lado sul do muro do *pros-*

⁹ Brito 2001.

caenium (muro de separação entre o palco e a *orchestra*); amostras 6 a 8: *opus signinum* do *hyposcaenium* (área inferior ao palco).

Esta recolha depara-se algo deficiente uma vez que a mesma incidiu numa área muito restrita do monumento. Duas amostras são provenientes quase do mesmo local, a *orchestra* (amostras 1 e 2), enquanto as restantes provêm da área inferior ao palco (amostras 5 a 8) – área designada por *hyposcaenium* e que apresenta, em toda a sua extensão um revestimento em cimento romano designado por *opus signinum* que oferece grande qualidade de impermeabilização do pavimento. Somente a amostra 4 foi recolhida numa área distinta, concretamente no maciço que se conserva de uma das antigas entradas máximas do edifício, onde é visível o *opus caementicium*, cimento que, no caso do teatro de Lisboa, foi sistematicamente empregue na sua edificação.

Dos resultados deste trabalho, apesar do reduzido número de análises, importa realçar, não obstante, as comparações que o autor estabelece, referindo por exemplo, o cuidado na escolha das areias, de granulometria fina a média, composta por grãos de quartzo predominantemente sub-rolado e pouco brilhante, empregue no pavimento inferior ao palco, composto por *opus signinum* e que se afasta claramente da composição apresentada pelas restantes amostras.

Igualmente interessante, ainda que expectável, é a consideração de que tais areias serão de proveniência local, oriundas das margens do rio Tejo, concretamente, em relação aos grãos de quartzo, que poderão ser provenientes das formações areníticas que bordejam o rio e que a cal, empregue em larga e variada percentagem, tenha igualmente sido obtida usando os calcários também existentes nesta área¹⁰.

No estudo que agora apresentamos as considerações que podem ser apresentadas quanto à proveniência da matéria-prima são, basicamente, as apresentadas em 2001, isto é, a matéria-prima é de origem local. Os dados que agora se divulgam não incidem sobre a proveniência dos componentes mas antes sobre a sua constituição¹¹.

4. PROVENIÊNCIA DAS ARGAMASSAS DO TEATRO ROMANO DE LISBOA

A segunda fase de estudo da composição das argamassas do teatro romano, implicou uma amostragem numa área consideravelmente mais alargada das ruínas arqueológicas. Oito recolhas foram efectuadas no interior das ruínas do teatro (designadas com o acrónimo TRL) (Fig. 4), sendo que as amostras 3 e 7 foram recolhidas na área da *orchestra*, o espaço semicircular destinado ao assento da elite cidadina (Fig. 5). Outras seis amostras são provenientes das estruturas

¹⁰ Brito 2001: 23-26.

¹¹ Um estudo desse tipo deverá ser mais abrangente, obrigando a outros meios que não os que agora foram empregues e estabelecendo comparações a nível regional que, de momento, não nos propusemos realizar.

colocadas a descoberto mais recentemente, localizadas a sul do edifício cénico, na escavação arqueológica implementada na área subjacente ao actual Museu de Lisboa – Teatro Romano (acrónimo RSM/TRL) (Fig.6).

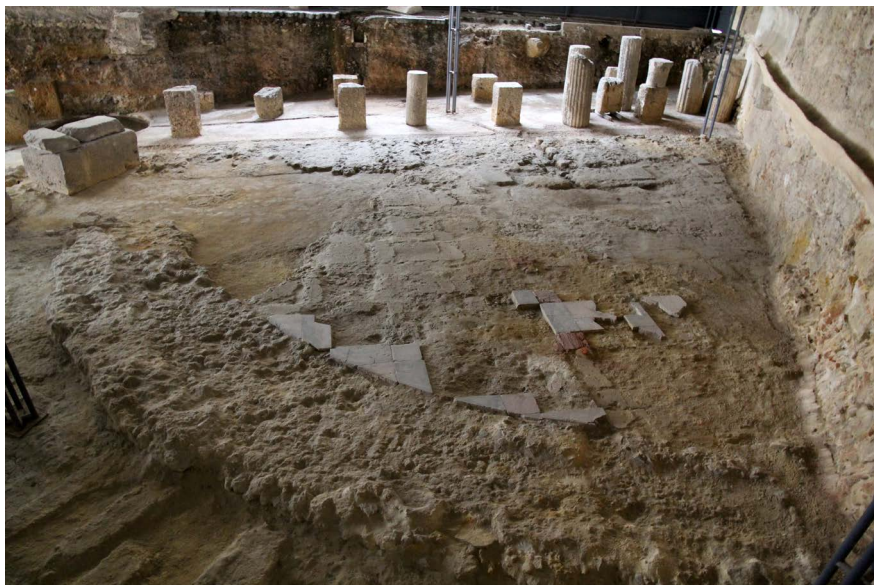


Figura 5. Perspectiva, de norte para sul, da *orchestra* do teatro de Lisboa.

Uma outra recolha provém de uma intervenção arqueológica realizada no passeio da Rua Augusto Rosa, numa escavação realizada em 2009 e onde igualmente foram detectados vestígios que se relacionam com o sistema de consolidação/suporte da colina levado a cabo em época romana (amostra 6, designada por “Largo do Aljube”¹²) (Fig.7) (Quadro 1).

Por fim, duas amostras (8 e 13) referem-se ao revestimento em argamassa de dois fustes de coluna que conservam parte deste revestimento original e onde se encontram modeladas na argamassa as caneluras que se sobrepõem ao calcário do bloco pétreo (Fig. 8).

¹²Designação que se refere ao topónimo que o local possuía em época anterior à reconstrução pombalina.



Figura 6. Área intervencionada em 2005, 2006 e 2010, observando-se um outro muro, de orientação este/oeste e paralelo à estrutura do *post scaenium*, também de contenção do teatro.



Figura 7. Intervenção arqueológica realizada na Rua Augusto Rosa (junto ao nº 42), no pequeno largo designado, antes do terramoto de 1755, por “Largo do Aljube”. As estruturas arqueológicas colocadas à vista relacionam-se também com o sistema de suporte e contenção de terrenos da parte sul do teatro romano.



Figura 8. Fuste de coluna ainda embebido nos entulhos pós terramoto de 1755 que preencheram a área da fachada cénica do teatro. Este fuste conserva parte do reboco que o revestia.

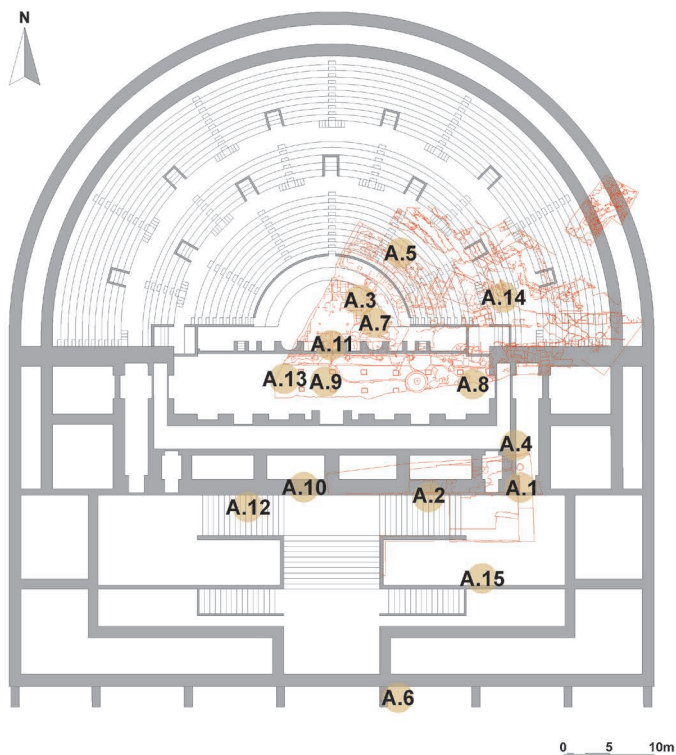


Figura 9. Localização das amostras de argamassas em análise neste trabalho.

A localização da recolha destas amostras pode ser observada na figura 9 (Fig. 9) e o tipo de argamassa recolhido pode igualmente ser observado na figura 10 (Fig. 10), onde estão individualizadas as amostras referentes aos enchimentos construtivos, as que correspondem aos revestimentos das estruturas de construção e, por fim, as amostras de argamassa que funcionariam como revestimento final dos elementos arquitectónicos.

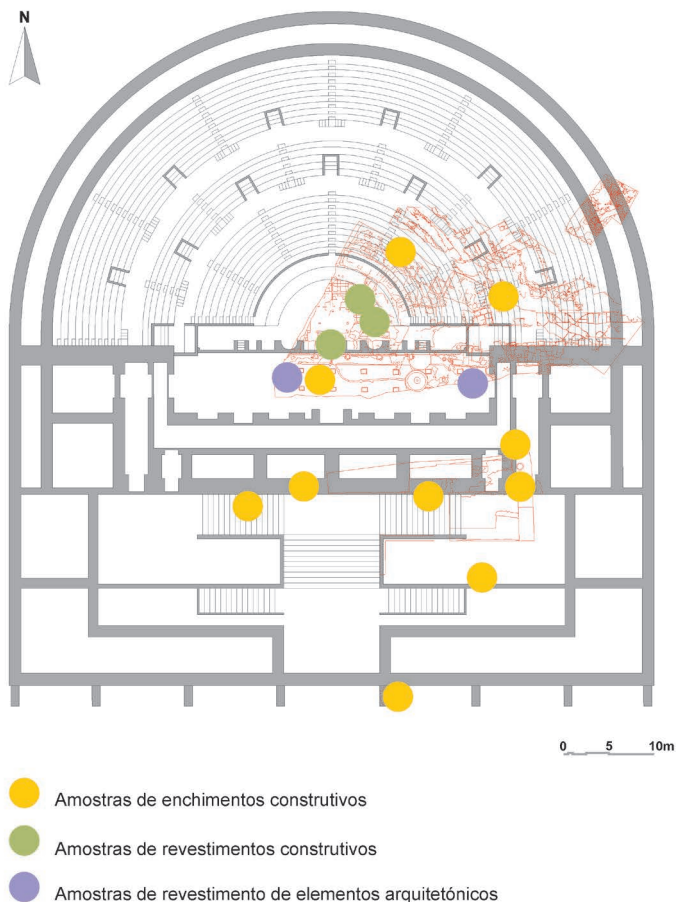


Figura 10. Identificação dos tipos de argamassa analisados de acordo com a sua função original.

QUADRO 1
IDENTIFICAÇÃO DAS ARGAMASSAS DO
TEATRO ROMANO DE LISBOA

Designação	Contexto arqueológico	Descrição	Contexto arquitectónico
1 RSM/TRL	Pátio, vala 9 Data: 16/09/05	Estrutura romana, cunhal do muro romano. Infra-estrutura. Inícios séc. I d.C.a	Argamassa do cunhal do muro romano – <i>post scaenium</i> - (face este) do patamar inferior argamassado
2 RSM / TRL	Pátio, vala 9 Data: 16/09/05	Estrutura romana, face sul do muro romano. Infra-estrutura. Inícios séc. I d.C.	Muro romano – <i>post scaenium</i> - face sul Argamassas tipo “espatulado”
3 TRL	Trabalhos de restauro (18/02/2009) realizados na <i>orchestra</i>	Argamassa de assentamento das lajes marmóreas de revestimento. Ano 57 d.C.	<i>orchestra</i>
4 RSM / TRL	Pátio – Vala 7 (16/09/05)	Estrutura romana, face nascente do muro romano. Infra-estrutura. Inícios séc. I d.C.	Pedras argamassadas associadas ao muro romano – <i>post scaenium</i> – (face este)
5 TRL	Subjacente à antiga Rua da Saudade. Desmontagem do alicerce séc. XVIII. (2004)	Infra-estrutura de assentamento dos silhares das bancadas. Parte superior da <i>imma cavea</i> . Inícios séc. I d.C.	Argamassa das bancadas parte norte (onde ficavam colocados os silhares)
6 Largo do Aljube	Sondagem – 1 Data: 03/11/09	Muro de orientação sudeste/noroeste. Possível contraforte do último muro (sul) de contenção do teatro. Séc. III d.C. (?)	Argamassas do muro tardo romano

<p>7 TRL</p>	<p>Restauro da <i>orchestra</i> Trabalho realizado em 2009</p>	<p>Argamassa de assentamento das lajes marmóreas de revestimento. Ano 57 d.C.</p>	<p>Argamassas da parte nascente da <i>orchestra</i></p>
<p>8 TRL</p>	<p>Argamassa do fuste de coluna – Perfil sul (2011)</p>	<p>Argamassa de revestimento do fuste de coluna. Elemento deslocado</p>	<p>Argamassas de elemento arquitectónico</p>
<p>9 TRL</p>	<p>Amostra de argamassa do <i>hyposcaenium</i> (2ª concavidade do bloco ausente) (2011)</p>	<p>Argamassa do <i>hyposcaenium</i>. Revestimento em <i>opus signinum</i> dos inícios do séc. I d.C.</p>	<p>Parte inferior do <i>opus signinum</i> do local onde originalmente se encontrava um dos blocos que suportavam o palco</p>
<p>10 RSM / TRL</p>	<p>Habitação do séc. XVII, picingem parietal, <i>post scaenium</i> parte interior (recolhida em 2011)</p>	<p>Por baixo da actual recepção do museu. Amostra recolhida do muro romano que, no séc. XVII foi aproveitado como parede habitacional. Inícios séc. I d.C.</p>	<p>Face sul da estrutura do <i>post scaenium</i></p>
<p>11 TRL</p>	<p>Embasamento do <i>proscenium</i> ao pé do canal (2011)</p>	<p>Argamassa existente no revestimento de um “canal” localizado no eixo do <i>proscenium</i>. Inícios / meados do séc. I d.C. (?)</p>	<p>Argamassa existente no embasamento de suporte do <i>proscenium</i>, muro que delimitava frontalmente o palco</p>
<p>12 RSM / TRL</p>	<p>Habitação do séc. XVII, estrutura do <i>post scaenium</i>, sondagem parietal (2011)</p>	<p>Por baixo da actual recepção do museu. Amostra recolhida do muro romano que, no séc. XVII foi aproveitado como parede habitacional. Inícios séc. I d.C.</p>	<p>Face sul da estrutura do <i>post scaenium</i></p>

<p>13 TRL</p>	<p>Fuste de coluna no alicerce moderno da parede poente das ruínas do teatro. Intervenção arqueológica de 2004</p>	<p>Elemento arquitectónico romano reaproveitado como material de construção num alicerce do séc. XVIII</p>	<p>Argamassas de elemento arquitectónico</p>
<p>14 TRL</p>	<p>Plataforma da <i>cavea</i>, zona NE</p>	<p>Infra-estrutura em <i>opus caementicium</i> para suporte dos silhares das bancadas (<i>imma cavea</i>)</p>	<p>Embasamento da <i>cavea</i>, infra-estrutura das bancadas</p>
<p>15 RSM / TRL</p>	<p>Pátio - Vala 11 – Muro romano sul, abaixo da rebarba. Intervenção de 2010</p>	<p>Infra-estrutura em <i>opus caementicium</i> de suporte do segundo muro de contenção a sul do teatro. Inícios séc. I d.C.</p>	<p>Pedras argamassadas do segundo muro romano de contenção do teatro (face sul)</p>

Não podemos deixar de caracterizar, ainda que sucintamente, as principais estruturas onde foram recolhidas as amostras que agora se analisam. Dos vários locais destacamos os muros de contenção do teatro: o *post scaenium* e o segundo muro de contenção situado mais a sul mas paralelo ao primeiro; a *orchestra* e as bancadas.

As duas primeiras estruturas integram-se na área a sul do monumento cénico, a primeira (*post scaenium*) o grande muro de suporte da fachada cénica e que integrava – com a sua grande face virada a sul – o *porticus post scaenam*. Este *porticus* ter-se-á instalado por cima dos grandes muros, construídos em *opus caementicium*, que consolidaram a encosta e que permitiram a criação de terraços e de patamares com colunatas que terão criado o espaço tardoz do teatro¹³. A técnica empregue foi o recurso à matéria-prima local, o biocalcarenito, informe e de arestas vivas que aumentam as suas qualidade de prensão. A argamassa empregue na criação deste cimento romano – uma vez que os blocos líticos são sempre os mesmos – era o único elemento que nos poderia auxiliar quanto à questão de saber se estes muros seriam coetâneos ou não entre si e, deste modo, perceber que estruturas arquitectónicas do teatro poderiam ter sido realizadas num mesmo momento.

Acreditamos, não apenas pelos dados agora revelados mas igualmente pela

¹³ Fernandes 2013: 765-773.

análise construtiva, que estas estruturas e a parte inferior das bancadas poderá ter sido construída sensivelmente no mesmo período. A comparação entre as amostras 1/2/4 e as 14/15, por exemplo, dão-nos um suporte credível quanto a esta hipótese.

Em ambas as estruturas é empregue o *opus caementicium* e, pontualmente, o *opus incertum*. Naturalmente que outras estruturas de distintas funções e evidenciando técnicas e materiais distintos se distanciariam dos resultados daquelas amostras, como é o caso da *orchestra* que emprega uma argamassa mais uniforme e fina que terá possibilitado um perfeito assentamento das lajes de revestimento.

5. ESTUDO DAS ARGAMASSAS

5.1. Metodologia Analítica

Após a recolha e identificação das amostras procedeu-se à preparação das alíquotas para as respectivas análises. O programa analítico privilegiou o estudo mineralógico, que foi obtido por Difracção de Raios X (DRX), num equipamento Philips X'Pert PW 3040/60, com radiação $\text{CuK}\alpha$, o estudo químico, que foi efectuado por espectrometria de Fluorescência de Raios X em comprimento de onda (FRX) num espectrómetro Philips PW 1410/00, usando radiação $\text{CrK}\alpha$; e o estudo granulométrico, por peneiração a seco dos agregados.

A preparação da amostra para peneiração foi feita por dissolução ácida de forma a separar o ligante dos agregados, que permite também estimar os traços das argamassas em estudo. A dissolução dos carbonatos foi feita seguindo a norma ASTM-C 25-98 (Standard Test Methods for Chemical Analysis of Limestone, Quicklime and Hydrated Lime) e a metodologia preconizada por Jedrzejewska e Alvarez *et al.*¹⁴.

5.2. Apresentação dos resultados

Os resultados obtidos revelam que as argamassas são constituídas essencialmente por uma fase calcítica e outra rica em quartzo observando-se também a presença de feldspatos, e vestígios de filossilicatos e oxi-hidroxidos de ferro, como pode ser constatado no conjunto dos difratogramas obtidos (Fig. 11). Estes resultados estão em conformidade com os teores obtidos por FRX, (Quadro 2) sendo os maiores teores de SiO_2 presente nas fases quartzosas e feldspáticas e de CaO que corresponde à fase calcítica. De relevar os teores de Al_2O_3 e de K_2O que traduzem essencialmente a presença de feldspatos. O Fe_2O_3 está associado aos vestígios de fases de óxi-hidróxido de ferro. Os teores de SO_3 são baixos não indiciando a presença de sulfatos, porém as amostras A3 e A14 apresentam os teores mais elevados.

¹⁴Jedrzejewska 1960; Alvarez *et al.* 1999.

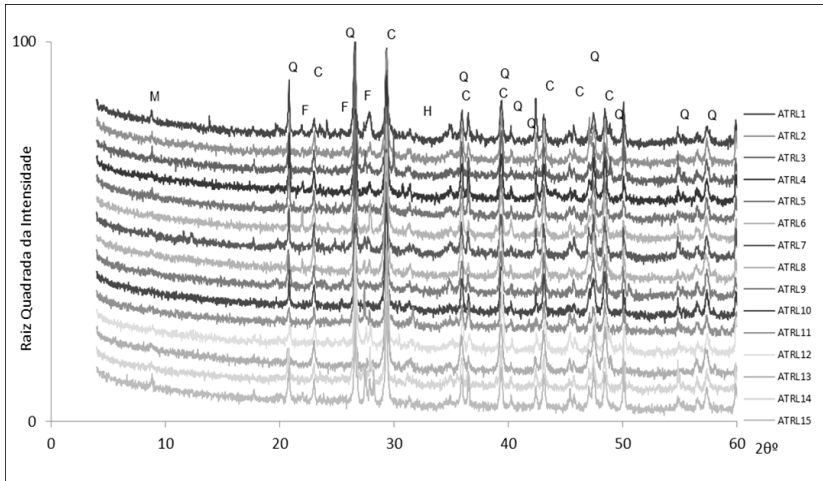


Figura 11. Difractogramas das amostras de argamassa do Teatro Romano de Lisboa. Q – quartzo, C – calcite; F – feldspatos; M – moscovite; H – oxi-hidróxidos de ferro.

As fases presentes nos DRX e os teores elementares obtidos por FRX são comuns em argamassas de cal cujo ligante está na forma de calcite e os agregados compreendem as restantes fases.

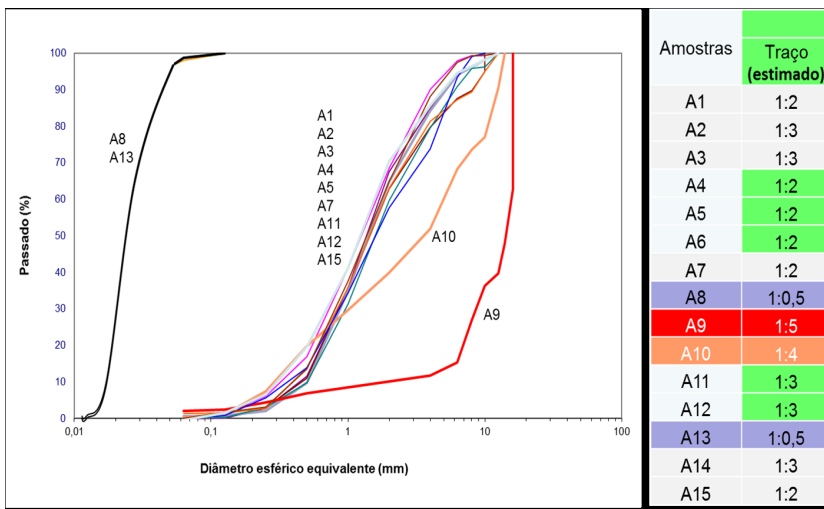


Figura 12. Curvas granulométricas de amostras de argamassa provenientes do teatro romano de Lisboa. Estimativa do traço (em volume).

A análise granulométrica dos agregados e estimativa do traço (Fig. 12), indica, na maioria das amostras (ATR1 a ATR7) uma distribuição do grão similar com partículas bem calibradas de areia fina de composição essencialmente quartzosa e reduzida quantidade de finos (silte e argila). As relações estimadas em volume de ligante-agregado variam entre 1:2 e 1:3. Destes resultados pode-se inferir que as argamassas foram produzidas com cal aérea e com agregados seleccionados e lavados, indiciando fases de preparação dos agregados como a crivagem e a lavagem, compatível com o bom acabamento de superfície que se observou nos locais de recolha.

As curvas granulométricas das amostras ATRL 8 e ATRL13 apresentando um agregado bem calibrado e fino. Esta semelhança é verificada também no DRX e por FRX, sendo a estimativa do traço (1:0,5) também idêntica, estando ambas as amostras associadas a argamassas de cal e agregado quartzoso muito fino que são aplicadas em acabamentos/revestimentos.

As amostras ATRL9 e ATRL10 são provenientes do *hyposcaenium* e do *post scaenium* sendo, respectivamente, argamassas de calcite, mais grosseiras, com agregados de areia fina a areia média, de quartzo, observando-se na primeira amostra a presença de fragmentos de cerâmica que comporiam o revestimento em *opus signinum*¹⁵. Os traços estimados são muito ricos e com traços de razão da ordem de 1 de cal para 1 de agregado (1:1).

A amostra ATRL11 foi efectuada na base do *proscenium* (muro que separaria o palco da zona dos espectadores) e a amostra ATRL14 em outro local das bancadas. Por fim, a amostra ATRL12 foi recolhida numa sondagem parietal feita num segundo muro romano, situado a sul do *post scaenium*, também de suporte e de contenção da colina. Estas três amostras revelam similaridades com as argamassas anteriormente analisadas, caracterizando-se por ligante de calcite e areia fina quartzosa, mas com ligante mais pobre com traços da ordem 1:5 a 1:8 em volume. A amostra ATR 11 apresenta vestígios de eflorescências de halite, confirmados pelos elevados teores de cloretos que pode resultar do efeito de *spray* marinho devido à proximidade do rio e do mar (Quadro 2).

As diferenças na relação ligante-agregado devem ser analisadas com cautelas, uma vez que, principalmente aquelas onde se constata menor relação, pode corresponder ao resultado da meteorização e envelhecimento a que estiveram sujeitos. Isto é, o ligante resultante da carbonatação da cal, a calcite, pode, com o tempo, ser “lavado” por dissolução em água, formando bicarbonato de cálcio que é transportado para reprecipitar noutros contextos, como por exemplo colmatando microfissuras noutras argamassas aumentando a relação ligante/agregado. Este facto é demonstrado em vários trabalhos que mostram que o resultado da análise laboratorial de amostras de argamassas antigas (nomeadamente de rebocos) são normalmente fracas, isto é, o

¹⁵ O *opus signinum* é uma argamassa de revestimento de época romana à base de cal e areia com fragmentos de cerâmica vermelha que tornava as superfícies impermeáveis.

traço estimado aponta para relações de ordem superiores a 1:3¹⁶.

QUADRO 2												
Amostras	SiO ₂ (%)	Al ₂ O ₃ (%)	Na ₂ O (%)	K ₂ O (%)	CaO (%)	MgO (%)	TiO ₂ (%)	Fe ₂ O ₃ (%)	P ₂ O ₅ (%)	SO ₃ (%)	Cl (%)	PR (%)
ATRL1	35,72	10,45	0,49	2,03	28,39	1,30	0,55	2,98	0,57	0,37	0,34	16,64
ATRL2	32,15	8,58	0,69	2,13	32,85	0,83	0,33	2,27	0,37	0,59	0,13	18,95
ATRL3	24,97	6,90	1,10	2,24	31,83	0,85	0,25	1,70	0,50	1,23	1,46	26,81
ATRL4	28,66	7,84	0,42	1,55	34,99	0,62	0,33	2,33	0,45	0,42	0,06	22,22
ATRL5	33,50	8,26	0,33	1,60	28,89	1,17	0,35	2,46	1,56	0,61	0,07	20,47
ATRL6	23,98	6,93	0,32	1,37	37,56	0,61	0,32	2,59	0,98	0,63	0,06	24,50
ATRL7	29,07	9,82	0,78	2,00	29,95	0,80	0,38	2,74	0,85	0,52	1,00	21,96
ATRL8	8,73	3,02	0,52	0,78	51,09	0,42	0,18	1,22	0,27	0,96	0,27	32,48
ATRL9	25,98	8,40	1,03	1,69	31,86	0,78	0,39	2,42	0,93	0,66	0,46	25,21
ATRL10	25,38	6,01	0,24	1,02	38,95	0,82	0,25	1,79	0,45	0,74	0,11	24,11
ATRL11	27,79	7,77	2,78	3,21	23,62	1,33	0,43	2,09	0,52	0,64	3,43	26,21
ATRL12	37,87	9,32	0,50	1,98	27,28	1,45	0,28	2,00	0,46	0,24	0,13	18,37
ATRL13	9,99	3,24	0,42	0,65	49,35	0,40	0,19	1,28	0,29	0,89	0,32	32,88
ATRL14	35,08	7,74	1,29	1,91	24,62	1,93	0,36	2,41	0,33	1,35	0,92	21,86
ATRL15	33,76	9,32	0,69	1,90	30,56	1,06	0,35	2,81	0,43	0,58	0,18	18,24

Composição química obtida por espectrometria de fluorescência de raios-X (FRX) (% em massa), das amostras de argamassa do Teatro Romano de Lisboa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das análises das amostras recolhidas, ainda que não possam ser tomados como dados absolutos, indicam, no entanto, uma similitude de resultados entre si, de acordo com o tipo de locais onde as amostras foram recolhidas.

Em primeiro lugar há que distinguir duas composições claramente diversas: uma a que é atribuível aos revestimentos de elementos arquitectónicos (amostras 8 e 13) e outra a que se refere as infra-estruturas ou embasamentos, isto é, elementos estruturais do teatro.

Esta diferenciação, expectável, indica uma escolha e selecção da matéria-prima que se adequava ao produto e função a que se destinava.

Igualmente a amostra proveniente do *hyposcaenium* (amostra 9) mostra uma

¹⁶ Uma boa argamassa de revestimento ou para aplicação em juntas, no contexto da preservação de estruturas de alvenaria em pedra, é tipicamente mais permeável e porosa do que as unidades da alvenaria que reveste ou une e, consequentemente, funciona como camada de “sacrifício” em relação a essa alvenaria (Veiga, Aguar, Silva, Carvalho 2004: 126; Elert, Navarro, Pardo, Hansen, Cazalla 2002: 62-75; Hansen, Rodriguez-Navarro, Van Balen 2008: 9-23; Ana Luque, Cultrone, Sebastián 2010: 197 – 208; Rodrigues 2004: 495).

composição diversa, uma vez que se refere ao *opus signinum* que reveste a superfície por baixo do palco. Este tipo de cimento romano é composto por inúmeros fragmentos cerâmicos, partidos, de granulometria média a grande, com uma altura que chega a atingir os 10/15cm e que, na parte superior, é recoberto com uma fina camada de argamassa bege alaranjada, semelhante a pó de tijolo, que tornava a superfície totalmente uniforme.

A grande maioria das amostras foi recolhida em partes estruturais do teatro, como o caso da infra-estrutura de assentamento dos silhares das bancadas e dos dois muros de contenção do terreno, situados a sul do teatro. Interessava especialmente perceber se as argamassas empregues nestas duas estruturas referidas, que correspondem a muros de contenção do terreno, localizados a sul do monumento cénico se poderiam relacionar com as argamassas utilizadas no interior do monumento cénico situado a norte. A comparação destas argamassas poderia fornecer alguns indícios quanto à contemporaneidade destas duas obras. Isto é, se o monumento cénico e se os muros de contenção a sul haviam sido realizadas num mesmo momento construtivo ou se em épocas distintas.

Esta questão é de grande importância uma vez que se desconhece em concreto a data de edificação do monumento romano. Não obstante, a cronologia que indicamos, os inícios do séc. I d.C., encontra-se razoavelmente bem atestada quer devido às características construtivas e decorativas que é possível observar, com inúmeros paralelos no mundo romano e especialmente em Mérida¹⁷ e em Medellín, quer perante os dados arqueológicos provenientes das intervenções arqueológicas mais recentes¹⁸.

BIBLIOGRAFIA

- Alvarez, J., A. Martín, P. Casado, J. Garcia, I. Navarro, A. Zornoza. (1999), Methodology and validation of a hot hydrochloric acid attack for the characterization of ancient mortars. *Cement and Concrete Research* 29: 1061–1065.
- Almeida, D. F. (1966), Notícias sobre o teatro de Nero, em Lisboa. *Lycerna*. Actas do IV Colóquio Português de Arqueologia (Porto, 4 a 6 de Junho de 1965), vol. 5. Porto: 561-571.
- Biscontin, G., M. Birelli, E. Zendri (2002), Characterization of binders employed in the manufacture of Venetian historical mortars. *Journal of Cultural Heritage* 3:31–37.

¹⁷ Nogales Basarrate, Álvarez Martínez 2014:209-247

¹⁸ Fernandes; Filipe 2007: 229-253; Fernandes, Pinto 2009: 169-188; Fernandes, Sepúlveda 2009: 139-168.

- Callebaut, K., J. Elsen, K. Van Balen, W. Viaene (1999), Historical and scientific study of hydraulic mortars from the 19th century. *PRO 12, Historic Mortars: Characteristics and Tests, Proceedings of the International RILEM Workshop*. Cachan, France: RILEM Publications SARI, 125–132.
- Coroado, J., Paiva, H., Velosa, A. Ferreira, V. (2010). Characterization of renders, joint mortars, and adobes from traditional constructions in Aveiro (Portugal). *International Journal of Architectural Heritage*, 4: 102–114.
- Elert, K.; Navarro, C.R.; Pardo, E.S.; Hansen, E.; Cazalla, O. (2002), Lime mortars for the conservation of historic buildings. *Studies in Conservation*, 47(1): 62-75.
- Fernandes L., Fernandes, P. A. (2014), Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 17, Lisboa, Direcção-Geral de Património Cultural: 225-243.
- Fernandes, Almeida, Loureiro (2004), Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina. *Revista de História de Arte*, nº 11. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade nova de Lisboa: 19-34.
- Fernandes, L.; Coroado, J. Novos dados sobre a ocupação pré-romana do teatro romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (Campanha arqueológica de 2010 (comunicação oral proferida no 8ª Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, 21-23 Outubro 2010 (em publicação).
- Fernandes, L.; Loureiro, C.; Prata, S.; Sarrazola, A.; Brazuna, S. (2014), Paisagem Urbana de *Olisipo*: a propósito de algumas edificações na envolvente do teatro romano. *Revista Rossio. Estudos de Lisboa*, nº 4, Câmara Municipal de Lisboa: 132-145.
- Fernandes, L.; Sepúlveda, E.; Antunes, M. (2012), Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de *Olisipo*. *Revista Almadan*: 44-55.
- Fernandes, L. (2001), O teatro de Lisboa: intervenção arqueológica de 2001. In *Actas del Congreso Internacional sobre Teatros Romano en Hispania, Córdoba 2001*, Córdoba: Seminario de Arqueología: 181-204.
- Fernandes, L. (2006), O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001. *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispania* (Córdoba, 12-15 Novembro 2002). Córdoba: 181-204.
- Fernandes, L. (2007), Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Revista Al-madan*, Almada, 15: 27 – 39.

- Fernandes, L. (2011), A decoração arquitectónica de *Felicitas Iulia Olisipo*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14: 263–311.
- Fernandes, L. (2013), Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano. *Arqueologia em Portugal. Associação dos Arqueólogos Portugueses*: 765–773.
- Fernandes, L.; Filipe, V. (2007), Cerâmicas de engobe vermelho pompeiano do Teatro Romano de Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 10. Nº 2. Lisboa: 229–253.
- Fernandes, L.; Pinto, A. N. (2009), Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12, nº 1: 169–188.
- Fernandes, L.; Sepúlveda, E. de (2009) - As marcas em *terra sigillata* de tipo itálico do teatro romano de Lisboa (campanhas 2005/2006). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12, nº 1: 139–168.
- Goins, E. (1999), A new protocol for the analysis of historic cementitious materials. In PRO 12, Historic Mortars: Characteristics and Tests, Proceedings of the International RILEM Workshop, 71–79. Cachan, France: RILEM Publications SARI.
- Hansen, E.; Rodriguez-Navarro, C.; Van Balen, K. (2008), Lime putties and mortars. Insights into fundamental properties. *Studies in Conservation* 53: 9–23.
- Hauschild, T. (1990), Das römische Theater von Lissabon, Planaufnahme 1985–1988. *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 31: 338–392.
- Jedrzejewska, H. (1960), Old mortars in Poland: A new method of investigation. *Studies in Conservation* 5 (4):1 32–138.
- Luque, A.; Cultrone, G.; Sebastián, P. (2010), The Use of Lime Mortars in Restoration Work on Architectural Heritage. *Materials, Technologies and Practice in Historic Heritage, Structures*. Springer. M. Bostenaru Dan, R. Prikryl e A.Torok eds., cap. 11: 197–208.
- Moita, I. (1970), O teatro romano de Lisboa. *Revista Municipal*, Lisboa, vol. 124/125, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa: 7–37.
- Nogales Basarrate, T. (2007), Teatro Romano de *Augusta Emerita*. Evolución y programas decorativos. *Mainake*. XXIX: 103–138.
- Nogales Basarrate, T.; Álvarez Martínez, J. M^a (2014), Colonia Augusta Emerita. Creación de una ciudad en tiempos de Augusto. *Studia Historica. Historia Antigua*. 32: 209–247.
- Papayani, I. (2005), Design and manufacture of repair mortars for interventions on monuments and historical buildings. In *RILEM Workshop Repair Mortars for Historic Masonry*. Delft, The Netherlands: RILEM.

- Rodrigues, M. P. (2004), *Argamassas de Revestimento para alvenarias antigas*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 495 p.
- Van Balen, K., E. Toumbakari, M. B., J. Aguilera, F. Puertas, C. Sabbioni, *et al* (1999), Procedure for a mortar type identification: A proposal. In *PRO 12, Historic Mortars: Characteristics and Tests, Proceedings of the International RILEM Workshop*. Cachan, France: RILEM Publications SARI, 61–70.
- Veiga, M.R.; Aguar, J.; Silva, A.S. E Carvalho, F. (2004), *Conservação e Renovação de Revestimentos de Paredes de Edifícios Antigos*. Col. Edifícios. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 126 p.
- Velosa, A., Coroado, J., Veiga, M., Rocha., F. (2007), Characterization of Roman mortars from Conimbriga with respect to their repair. *Materials Characterization* 58(11/12): 1208–1216.
- Zanker, P. (1992), *Augusto y el Poder de las Imágenes*, Madrid, Alianza Forma

(Página deixada propositadamente em branco)

RITUAIS, USOS E PAISAGENS FUNERÁRIAS DA NECRÓPOLE DA VIA XVII, EM BRAGA

(Rituals, uses and funerary landscapes in Via XVII necropolis, Braga)

CRISTINA MARIA VILAS BOAS BRAGA (cristina_arqueo@hotmail.com)¹
Universidade do Minho
Lab2PT

RESUMO - A necrópole romana da Via XVII, em Braga, é conhecida desde os anos 50 do século XX, pese embora o carácter descontextualizado dos achados, encontrados no decurso do processo de urbanização nas áreas contíguas.

No ano de 2008/2009, a realização de três intervenções arqueológicas de carácter preventivo, sob a orientação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), permitiu identificar um amplo núcleo de necrópole onde decorreram um conjunto de cerimónias fúnebres e de comemoração da memória dos defuntos, utilizado ao longo de mais de seis séculos.

Tendo por base os dados fornecidos pelas escavações, pretendemos explorar os aspetos relacionados com as práticas funerárias de cremação ocorridas em *Bracara Augusta* durante o Alto Império, cruzando a evidência arqueológica com os dados existentes nas fontes escritas que referem as vivências em torno do mundo romano da morte. Para além de destacar os resultados do estudo das sepulturas, das construções funerárias e do material epigráfico disponível, pretendemos apresentar os novos dados recuperados a partir da análise do mobiliário, que nos permitem conhecer mais sobre as práticas funerárias levadas a cabo pela comunidade bracaraugustana, percebendo até que ponto terão sido assimilados os rituais da morte nesta área do império.

PALAVRAS-CHAVE - Necrópole, topografia funerária, marcas rituais, cremação, *Bracara Augusta*, Alto Império

ABSTRACT - The Via XVII necropolis, in Braga, has been known since the 50s of the 20th century, despite the decontextualized nature of the finds recovered during the process of urbanization in the surrounding areas.

In 2008/2009, three archaeological excavations of a preventive nature, supervised by the Unit of Archaeology of the University of Minho (UAUM), identified a large necropolis area where took place a set of funeral and commemoration of memory of the dead, used for over six centuries.

Based on the data provided by the excavations, we intend to explore aspects related to the funerary practices of cremation occurred in *Bracara Augusta* during the imperial period, crossing the archaeological evidence with the data in written sources that refer

¹ Bolseira de doutoramento em Arqueologia SFRH/BD/98413/2013 FCT/UM. Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010. Projeto PAB2013-16.

to the experiences around the roman death. We will highlight the results of the different typologies of tombs, the funeral constructions and the available epigraphic material, we intend to present the new data retrieved from the funerary furniture analysis that allow us to learn more about the funeral practices carried out by local community realizing the degree of assimilation of the death rituals in this area of the Empire.

KEYWORDS - Necropolis, funerary topography, ritual marks, cremation, *Bracara Augusta*, Roman imperial period

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa a apresentação dos resultados decorrentes do estudo de uma das áreas de enterramento do período romano de Braga - o núcleo de necrópole da Via XVII, um dos quatro sectores de necrópoles conhecidos até ao momento².

A suspeita da sua existência começa a desenhar-se ainda em 1910, quando o erudito bracarense José Teixeira publicita os seus manuscritos intitulados *Planta de Braga e apontamentos arqueológicos*. Na obra é possível verificar a existência de diversas estelas funerárias embutidas nos muros que delimitavam amplos espaços agrícolas que se encontravam nas cercanias da Braga moderna principalmente no sector sul da cidade³.

Entre 1940 e 1970, quando do início dos trabalhos de urbanização no quadrante sudeste do centro histórico da cidade, que decorreram sem qualquer tipo de acompanhamento arqueológico, foi possível recuperar um conjunto de espólio composto por lucernas e estelas, encontradas em associação com a descoberta de sepulturas estruturadas. A pressão imobiliária e construtiva em torno de Braga permitiu comprovar que a cidade contemporânea crescia sobre os espaços de enterramento de cronologia romana⁴.

Em 1981, foram escavadas duas sepulturas de cremação no Largo Carlos Amarante, sob a direção da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituição que também conduziu em 1987 os trabalhos de escavação realizados na Cangosta da Palha, onde foi reconhecido um importante conjunto de sepulturas de inumação do período suevo-visigótico⁵. A cerca de 200m a poente desta última área, foi descoberto em 2008 um novo sector com cerca de 5000m², onde foi identificada mais de uma centena de sepulturas de cremação, mausoléus, recintos funerários, sepulturas de inumação e estelas funerárias.

O excelente estado de conservação permitiu ainda o reconhecimento de um

² Braga e Martins 2015: 301.

³ Para consulta: <http://www.bpb.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=20&lang=pt-PT>

⁴ Sousa 1966: 171/175; Sousa 1973: 13/14.

⁵ Martins e Delgado, 1989/90.

tramo correspondente à Via XVII, nunca antes identificada do ponto de vista arqueológico. Este eixo viário, que ligava a cidade romana de Braga a *Aquae Flaviae* e *Asturica Augusta*, tornou-se no principal elemento dinamizador do desenvolvimento da necrópole uma vez que as distintas estratégias de ocupação do espaço de enterramento se encontram intimamente relacionadas com os diversos arranjos e alterações do traçado da via⁶.

2. BRACARA AVGVSTA E AS SUAS NECRÓPOLES

Bracara Augusta foi uma das mais importantes cidades romanas do NO peninsular, fundada entre 15-13 a.C.⁷. A nova cidade implantou-se num território previamente ocupado e ordenado com base numa rede de povoados fortificados ocupados pela comunidade indígena, que a avaliar pelos dados arqueológicos e epigráficos, desempenharam um importante papel no processo organização e povoamento da cidade⁸.

Como fundação *ex novo*, a cidade contou com planos de organização da malha urbana, não deixando alheio o planeamento da sua periferia mais imediata, nomeadamente das áreas extramuros, onde se ordenavam as necrópoles que se desenvolviam junto das principais vias romanas.

Tal como era regra em diversas cidades romanas do Império, todos os espaços de enterramento romano de Braga surgem implementados em torno do perímetro urbano (Fig. 1). Tal era imposto pela legislação inscrita na Lei das Doze Tábuas, de forma a manter a salubridade e integridade do espaço urbano, definido a partir da demarcação do *pomerium*⁹.

Nos últimos anos, o aumento do número de núcleos identificados por via de escavações arqueológicas e dos trabalhos de investigação potenciou substancialmente aquilo que hoje conhecemos acerca das necrópoles de cronologia romana e tardo-antiga de Braga. Até ao momento, encontram-se identificados para a cidade de Braga quatro grandes núcleos de necrópole, que, pela sua localização, se associariam à passagem das vias principais e secundárias: necrópole de Maximinos (Via XX e XVI), necrópole da Rodovia (Via Braga-Mérida), núcleos em torno do Campo da Vinha (Via XIX/XVIII?), e a necrópole da Via XVII, onde se insere a área escavada do antigo Quarteirão dos Correios, em Braga e o núcleo da Cangosta da Palha¹⁰. O núcleo de necrópole do Quarteirão dos Correios, objeto da nossa exposição, localiza-se no quadrante sudeste da cidade romana, a cerca de 70m de uma possível porta de acesso ao perímetro urbano. Este espaço foi usado ininterruptamente como necrópole desde os finais do

⁶ Martins *et al* 2010; Fontes *et al* 2010a; Fontes *et al* 2010.

⁷ Martins 2010: 185; Redentor 2011 vol.I: 240.

⁸ Martins *et al* 2012: 31-39.

⁹ Hope 2009: 154; Vaquerizo Gil 2011: 96.

¹⁰ Martins *et al* 2010; Martins *et al* 1989/90.

século I a.C. até ao século VI, momento em que esta zona perde a sua funcionalidade funerária, para progressivamente se transformar numa extensa área agrícola ao longo do período alto-medieval¹¹.



Figura 1. Localização das necrópoles de *Bracara Augusta* no Alto Império.

3. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO NÚCLEO DE NECRÓPOLE DA VIA XVII

A escavação deste núcleo permitiu o reconhecimento de evidências que sugerem que o local terá sido previamente preparado para aí se instalar uma necrópole. Foram reconhecidas marcas de desbaste e regularização dos afloramentos rochosos, de forma a ser possível a criação de uma superfície ampla sem qualquer tipo de constrangimento físico na paisagem a partir da via, permitindo também aumentar a área disponível para a implementação de sepulturas. Estas ações terão decorrido num período coincidente com os finais do século I a.C.¹².

A ligação entre os defuntos e os viajantes fazia-se pela proximidade e boa visibilidade que os *loci religiosi* tinham a partir das zonas de acesso ou passagem, pelo que não é estranho que neste núcleo de necrópole as sepulturas mais antigas se concentrem junto dos limites da via.

Na sua maioria, as sepulturas que datam do período de transição da Era apresentam uma estrutura simples, onde se atesta a existência de urnas colocadas numa fossa, acompanhada de espólio funerário, marcadamente de produção

¹¹ Martins *et al* 2010: 199-200.

¹² Braga 2010: 95.

indígena¹³. As sepulturas e as áreas de cremação (*ustrinum*) identificadas encontram-se implementadas preferencialmente no tabuleiro a norte da via, a uma cota média de 180,30m, em contraposição com as parcas sepulturas detetadas a sul do eixo viário que se encontram a cerca de 178,30m.

No que concerne à via romana, nos cerca de 80m em que a mesma foi identificada, verifica-se uma variação altimétrica de cerca 0,61m (entre 181m, a poente e 180,39m, a nascente), mantendo o eixo um desnível pouco acentuado que decresce no sentido O-E.

Os meados do século I inauguram o início do processo de apropriação do espaço, com a construção de recintos funerários de grandes dimensões e de um mausoléu que se destacaria dos demais edifícios pela sua proximidade com a via romana, servindo provavelmente os interesses de destaque social do grupo que o mandou edificar.

Verificamos um aumento do número de sepulturas de cremação, cuja implementação continua a privilegiar a plataforma norte do eixo viário em detrimento da área meridional, onde parece desenhar-se uma ampla esplanada que se situaria na plataforma norte da Fonte do Ídolo, santuário indígena associado à divindade *Tongoenabiagoi*¹⁴.

Nesta fase, foi também reconhecido um muro, orientado NO/SE, a uma distância de cerca 25m a norte da via romana. No nosso entender parece tratar-se de uma estrutura associada à organização interna da necrópole, a partir da qual se começam a organizar distintos taludes de terreno onde se implementavam as sepulturas¹⁵.

O período de maior crescimento no que concerne ao número de sepulturas e de construções funerárias reconhecidas corresponde à 2ª metade do século I, onde se mantêm algumas tendências verificadas nas fases anteriores, tais como, a opção de continuar a sepulturar nos espaços a norte da via, a construção de novos mausoléus, a compartimentação interna dos recintos funerários e a prática de sepulturar nos espaços próximos da via¹⁶. Porém, verifica-se ainda a necessidade de ocupar novos lotes de terreno, pelo que foram identificadas sepulturas implementadas a cerca de 30m da via romana.

O processo de monumentalização do espaço de necrópole passa agora pela colocação de estelas funerárias, dispostas ao longo da Via XVII. A avaliar pela inexistência de sobreposições, cortes ou destruições entre as múltiplas estruturas funerárias recuperadas, julgamos que as estelas não seriam os únicos elementos localizadores das sepulturas, embora os mesmos, provavelmente construídos com materiais perecíveis, tenham desaparecido. Além disso, poderia existir um

¹³ Morais *et al*, 2013: 315; Braga 2010: 87.

¹⁴ Garrido Elena *et al* 2008; Martins *et al* 2010: 180; Redentor vol. I: 344.

¹⁵ Fontes *et al* 2010a: 117.

¹⁶ Braga 2010: 68/99.

controlo eficaz dos lotes destinados ao enterramento mas que até ao momento desconhecemos.

Em termos altimétricos, não se verificam alterações topográficas assinaláveis, pelo que se mantém a regularidade mencionada anteriormente.

O século II marca um ponto de viragem em relação à forma como o espaço era gerido internamente. Desde logo, o que se nota é um decréscimo do número de sepulturas, onde de 61 cremações relativas à fase anterior, passamos para apenas 23 em toda a área intervencionada. No extremo NE do núcleo de necrópole, cerca de 84m a norte da via, foram identificados diversos espaços de cremação (*ustrina*), que poderão indiciar a existência de caminhos internos secundários (*diverticula*) que podiam assegurar a conexão entre a Via XVII e a XVIII. Registamos uma diferença altimétrica de 2m entre as estruturas funerárias mais afastadas e o nível de circulação viário, o que faz supor, mais uma vez, a boa amplitude visual de todo o espaço de necrópole¹⁷. É nesta fase que se constrói um novo mausoléu, implementado num lote existente entre dois monumentos tipologicamente semelhantes, edificados na fase anterior e arrasados ainda em época romana. Porém, a fachada deste novo monumento, encontra-se desalinhada em relação às construções precedentes em cerca de 2,30m, desvio esse que se encontra associado à alteração de traçado da via.

Esta evidência arqueológica é demonstrativa da prevalência do bem público em relação aos interesses ou inviolabilidade do mundo dos mortos, comprovando-se assim que os monumentos funerários não durariam eternamente, conforme seria o desejo de quem os mandava construir.

4. ESTRUTURAS FUNERÁRIAS ASSOCIADAS À CREMAÇÃO

A escavação deste núcleo permitiu identificar pela primeira vez a existência das áreas onde foi erguida a pira (*rogus*) e onde posteriormente se procedeu à cremação do defunto. Estes *ustrina* são facilmente reconhecidos pela formação de uma película avermelhada ou laranja no limite da fossa aberta correspondente à superfície de circulação da necrópole. Sobre essa fossa, acumulavam-se esquirolas e ossos cremados, resquícios da combustão, pelo que também é possível reconhecer restos de espólio calcinado ou derretido¹⁸.

5. AS SEPULTURAS DE CREMAÇÃO

O excelente estado de conservação das sepulturas associadas ao ritual de cremação, aliás, o único ritual identificado neste núcleo de necrópole para o período Alto Imperial, permitiu a elaboração de uma tipologia de sepulturas onde se incluem sete categorias de sepulturas funerárias.

O tipo 1, onde se integram três subtipos, incluiu as sepulturas de estrutura

¹⁷ Braga 2010: 100.

¹⁸ Braga 2010: 58.

simples, sem qualquer urna. Apenas se reconheceu o enchimento composto por carvões, cinzas e ossos cremados, com deposição de espólio funerário. Destacamos uma dessas estruturas (tipo 1C), em que se recuperaram os vestígios de uma caixa em madeira (0,80x0,30m), onde se depositou uma lucerna Loeschcke 1A (Augusto-Tibério), acompanhada de outros objetos de adorno pessoal¹⁹.

Ao tipo 2, correspondem as sepulturas em cova simples com alturas distintas (0,20 - 0,80m) com secções em U, V ou retangulares, onde as urnas se encontram recobertas pelo enchimento resultante da cremação. Nos cinco subtipos identificados foi individualizado espólio funerário distinto, onde se recuperaram lucernas e unguentários em vidro e cerâmica, copos e potinhos em cerâmica e objetos de adorno²⁰.

O terceiro tipo está representado por uma única estrutura, que recolhe paralelos com objetos expostos no Museu Numantino, em Sória. Trata-se de uma sepultura, com cova profunda (1,06m), onde a urna granítica com 0,64m de altura, selada por quatro grampos em ferro, tinha no interior ossos cremados, um unguentário de vidro em forma de gota e uma moeda, cunhada entre os anos 5-3 a.C. em *Celsa Sulpicia*²¹.

No quarto tipo integram-se as sepulturas de cova simples, onde em torno da urna se dispunha uma estrutura pouco estruturada, composta por lascas graníticas, que se assemelham a um tipo de solução construtiva análoga a uma estrutura “tipo cista”²².

As sepulturas que se inserem na categoria 5 encontram-se estruturadas em caixa com paredes e lastro em material laterício, onde o mobiliário funerário surge envolto em carvões e cinzas. Já o tipo 6 integra as sepulturas de planta retangular, construídas com recurso a tijolo, com comprimentos variáveis (1,56 – 2,40m), onde no interior se recolheram os enchimentos de carvões, admitindo ao nível das coberturas os telhados de duas águas ou tijolos dispostos na horizontal²³.

Para o tipo 7, integramos todas as estruturas que funcionaram simultaneamente como espaço de cremação e local de enterramento, que se designam como *busta*²⁴. Esta solução recolhe paralelos em contextos funerários distintos e surge mencionada nas fontes literárias clássicas²⁵.

¹⁹ Morais *et al* 2013: 316; Braga 2010: 54; Martins *et al* 2010: 176.

²⁰ Braga 2010: 55.

²¹ Morais *et al* 2013: 318-320; Braga 2010: 87; Martins *et al* 2009: 43; Abásolo 2002: 153.

²² Braga 2010: 56; Hope 2007: 113; Witteyer 2008: 117.

²³ Braga 2010: 56.

²⁴ Braga 2010: 56-57.

²⁵ Hope 2007: 113.

6. MONUMENTOS FUNERÁRIOS

6.1. Mausoléus

Relativamente a este tipo de construção funerária, e no núcleo de necrópole em análise, foram identificadas quatro estruturas alinhadas ao longo das margens da parte norte da via, criando áreas úteis com cerca de 16m², todas elas construídas em lotes vizinhos e apenas numa área de cerca de 20m (Fig. 2a).

A contiguidade e similitude planimétrica dos mausoléus fazem supor que existiam lotes pré definidos e de dimensões idênticas, já destinados para o efeito, cujos registos ao longo dos distintos períodos de uso do espaço não se devem ter alterado, persistindo as lógicas de gestão da área de enterramento ao longo de cerca de 50/75 anos. Levantamos esta hipótese pois, como referimos, existe um mausoléu construído nos meados do século I, outros dois mausoléus na 2^a metade do século I e o último no século II, e nunca nenhuma das estruturas mais recentes se encontram edificadas sobre as construções precedentes, mesmo depois de se verificar a necessidade de avançar a área dos lotes para norte, o que implicou o arrasamento dos mausoléus e estelas mais antigas à cota média de 180,50m.

6.2. Recintos funerários

No núcleo em análise, foram encontrados seis recintos funerários. Dos alinhamentos conservados, foi possível atestar que em termos construtivos seriam estruturas bastante heterogéneas, exibindo planimetrias distintas que variam entre os 16m² e os 191m², embora em termos construtivos apresentem aparelhos pouco cuidados, construídos com recurso a blocos pouco afeiçoados.

A parca informação disponível até ao momento não nos permite afirmar se estamos perante estruturas de cariz familiar, ou se se trata de uma solução construtiva associada a um qualquer tipo de *collegium*, delimitando um espaço de enterramento de indivíduos agrupados por atividade profissional.

Neste contexto, existe uma exceção para a qual ainda não encontramos qualquer paralelo. Um dos recintos identificados exibia uma planta trapezoidal, com cerca de 14m de comprimento, por 8,60m de largura, onde a compartimentação interior, definida ao longo do século I e II, se consubstancia num total de 12 recetáculos retangulares (2 x 1m), todos revestidos com *opus signinum* (Fig.2b).

A funcionalidade do edifício permanece por apurar, contudo, pela sua localização e contiguidade com outras estruturas funerárias, julgamos que este recinto terá servido para a realização de cerimónias ou de apoio a um qualquer ritual funerário²⁶.

²⁶ Braga 2010: 66-68.



Figura 2. a. Mausoléu de planta quadrangular; b. Recinto funerário de forma trapezoidal (©UAUM).

6.3. Estelas

Na década de 50/60 do século passado, foram recuperados elementos epigráficos associados à necrópole da Via XVII que se encontravam incorporados nos muros das quintas localizadas em torno da periferia do centro histórico de Braga.

Ainda que deslocadas do seu contexto original, é possível constar que a necrópole foi utilizada por indivíduos e grupos provenientes de distintos estratos sociais, como militares pertencentes à legião VII *Gemina Felix*, ou indivíduos de origem indígena cuja hegemonia é relevante (Fig. 3a e 3b)²⁷.

No decurso das escavações arqueológicas foram também identificadas novas estelas funerárias, apesar de as mesmas terem sido recuperadas em contextos distintos. Um grupo de elementos epigráficos encontrava-se amortizado em enchimentos de preparação da Via XVII e em fossas detriticas, que denota a realização de ações de limpeza da superfície de uso da necrópole. Por outro lado, foi identificado um segundo conjunto de epígrafes recuperadas *in situ*, colocadas com o campo epigráfico voltado para o eixo viário, funcionando, ora como marcos indicadores do início do espaço funerário, perpetuando a memória dos que já haviam falecido, ora como elementos que permitiram aumentar a monumentalização da área de enterramento²⁸.

Neste núcleo de necrópole surge uma estela que é demonstrativa da influência cultural romana sobre a comunidade indígena que habitava a cidade. Trata-se de uma inscrição onde se constata a existência de quatro gerações que se fizeram sepultar na mesma área [CATVRO CAMALI/ MEDITIA MEDAMI/ MEDAMVS CATVRONIS, CVLAECIEN(ses)/ H(ic) S(iti) S(unt)], embora não tenha sido possível precisar o local específico das suas sepulturas (Fig.3 c)²⁹. Esta família, a avaliar pela onomástica, é notoriamente originária de um meio indígena, e adotou, como seu, um dos hábitos funerários romanos mais

²⁷ Tranoy e Le Roux 1989/90: 191-209; Redentor 2011 vol.I e II.

²⁸ Martins *et al* 2010; Fontes *et al* 2010a; Fontes *et al* 2010.

²⁹ Braga 2010: 50; Martins *et al* 2010: 185; Redentor 2011 vol.I: 190.

característicos como são as estelas escritas em latim. Pela necessidade de reforço dos laços de parentesco, supomos que pelo menos os indivíduos mais velhos poderiam ter alguma importância no contexto social da época, ainda que os mesmos não fossem bracaraugustanos, pois identificam-se como *Culaecienses*³⁰, exibindo e reafirmando a sua identidade geográfica e cultural. Ora, também aqui é possível reconhecer alguma similitude com a prática romana de referência à *origo* ou menção da tribo.

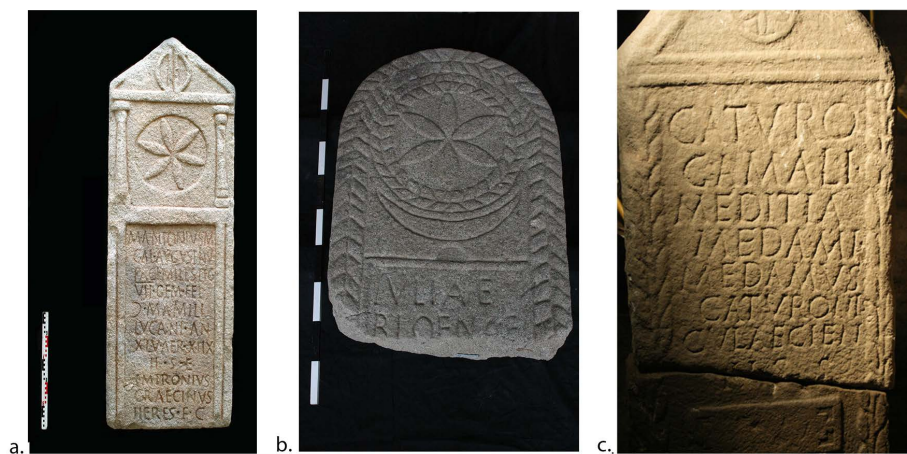


Figura 3. Estelas pertencentes ao núcleo de necrópole da XVII (©MDDS³¹ e UAUM).

7. O MOBILIÁRIO FUNERÁRIO COMO INDICADOR DAS PRÁTICAS RITUAIS

É diverso o espólio encontrado em contexto funerário e a sua presença, para além de indispensável para a obtenção de cronologias, permite-nos também uma aproximação às práticas funerárias levadas a cabo pela comunidade bracaraugustana sepultada no núcleo de necrópole da Via XVII, transformando-se o mobiliário em símbolo das suas crenças funerárias e religiosas.

Em diversas sepulturas foram recuperados múltiplos objetos de adorno, como as contas. Porém, destacamos um conjunto de peças retiradas da mesma sepultura que, para além de serem denunciadoras do intercâmbio comercial, são reveladoras dos atributos que os objetos encerrariam sobre si. Trata-se de três amuletos em faiança egípcia: uma ânfora, uma ara e uma figa, que teriam algum tipo de poder apotropaico para o defunto (Fig.4). O conjunto de mobiliário funerário integrava também uma lucerna (augusto-tiberiana), símbolo de luz associado à crença que o morto necessitaria de algo que iluminasse o seu caminho para um mundo totalmente desconhecido.

³⁰ Proposta de leitura de Armando Redentor (2011 vol.II: 165).

³¹ Museu Dom Diogo de Sousa (MDDS).



Figura 4. Conjunto de amuletos em faiança egípcia (©autora).

A influência cultural externa é também perceptível pelo reconhecimento de objetos distintos, como o demonstra a presença de um *kernos* colocado sobre o enchimento de um *ustrinum* (Fig. 5). A peça em questão, cuja forma é de origem grega, estará associada aos rituais libatórios realizados num qualquer momento dos funerais, recolhendo semelhanças com uma peça encontrada na sepultura nº36, da necrópole de Monte Mozinho³². O facto de ter sido produzido com barros locais prova que o mesmo foi manufacturado na cidade por um oleiro que ou conhecia bem a técnica de produção, ou que poderia ser grego, origem que não era estranha no contexto social bracaraugustano, uma vez que os nomes gregos são exibidos em várias estelas³³. Todavia, até ao momento não nos é possível confirmar tal hipótese pela inexistência de marcas de oleiro.



Figura 5. Objeto ritual designado de *kernos* do núcleo de necrópole da Via XVII (©autora).

³² Carvalho 2008: 98-99.

³³ Tranoy e Le Roux 1989/90: 193, 195 e 199; Redentor 2011 vol.I: 134.

A análise das peças cerâmicas e vítreas permitiu ainda a identificação de marcas rituais que surgem com alguma frequência principalmente no mobiliário datado do início do século I, tornando-se tais evidências escassas ao longo do século II.

Essas marcas consistem na abertura intencional de um orifício que surge nas paredes ou nas bases das peças cerâmicas (Fig. 6). O objetivo de tal ação poderá estar relacionado com distintos propósitos, por um lado, com a ideia de libertação do espírito do defunto após a cremação, e por outro, com a realização de uma qualquer prática libatória durante o funeral ou nas festividades anuais em honra dos defuntos³⁴.

Até ao momento não nos é possível reconhecer paralelos desta prática funerária no território português para os contextos funerários romanos, muito embora encontremos semelhanças entre este procedimento e aquele que surge documentado para as necrópoles da cidade de *Lugdunum*³⁵.



Figura 6. Marcas rituais nas urnas da necrópole da Via XVII (©autora).

Cabe, ainda assim, referir que este tipo de orifício é bastante semelhante ao que surge documentado em peças provenientes das escavações realizadas em castros existentes em torno da cidade de *Bracara Augusta*, ainda que tais objetos apresentem cronologias mais recuadas, associadas a contextos datados da Idade do Ferro, nomeadamente o vaso de grandes dimensões do castro do Lago, em Amares (Fig.7a), e o potinho recolhido no balneário pré-romano da estação dos caminhos-de-ferro de Braga (Fig.7b). De salientar, que estas duas peças cerâmicas foram recolhidas *in situ* e interpretadas como peças pertencentes a contextos rituais, sem qualquer associação a espaços de enterramento ou de natureza funerária³⁶.

Se atendermos ao contexto populacional, à globalidade das peças encontradas e à sua cronologia, suspeitamos que esta prática se encontra relacionada com a comunidade indígena local, transformando-se este procedimento numa especificidade ritual singular e importante, que terá sido mantida pelos grupos locais durante a presença romana, numa tentativa de vincar a sua herança ou identidade cultural.

³⁴ Braga 2010: 86.

³⁵ Blaizot *et al* 2009: 220-221.

³⁶ Lemos *et al* 2003: 46; Martins 1988: 35.

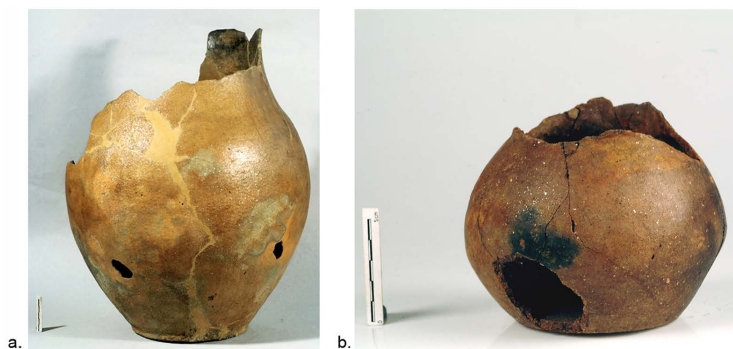


Figura 7. Peças cerâmicas provenientes de contextos da Idade do Ferro, em Braga (©MDDS).

A observação dos conjuntos de mobiliário funerário permitiu a identificação de outras práticas que na nossa opinião tinham como principal propósito provocar intencionalmente o fim de uso das peças (Fig.8). Estas evidências são ilustrativas de ações de forte simbolismo: objetos partidos ou amputados representam peças cuja funcionalidade desaparece, sendo posteriormente substituídas por outras no seu contexto de uso.

É possível atestar a mutilação/ quebra de bordos de peças provenientes de circuitos de importação como aquela que se observa no unguentário de cerâmica (tipo “*bulbous unguentarium*”) de produção itálica, datado dos finais do século I a.C. - primeiras décadas do século I, recolhido numa sepultura de cremação³⁷. Poder-se-ia suspeitar que o bordo se quebrara no decurso do processo de escavação, mas visto que a peça se encontra integrada no enchimento de carvões selado, tal é demonstrativo que o objeto foi depositado após a sua quebra.



Figura 8. Espólio funerário de distintas tipologias com obliteração de partes da peça (©autora).

Outra evidência é a quebra intencional de uma parte constituinte de uma peça cerâmica, como acontece com dois pucarinhos onde lhes foi retirada uma das asas. Na nossa opinião, também a peça mutilada passaria a pertencer ao mundo subterrâneo e aos mortos perdendo a sua funcionalidade ou utilidade.

³⁷ Anderson-Stojanovic 1987: 110-112; Morais *et al* 2013: 316.

Embora nos seja quase impossível reconstituir todos os passos decorridos numa cerimónia fúnebre, visto que a maioria dos procedimentos não produzem evidências físicas passíveis de se recuperarem através do registo arqueológico, existem determinados vestígios que nos sugerem a realização de um dos passos rituais mais conhecidos: os banquetes funerários. A forma como se apresenta depositado o espólio permite-nos perceber quando eram introduzidos determinados objetos durante a cerimónia.

Pelas nossas observações, foi possível constatar duas situações distintas. A primeira sugere que o mobiliário funerário era usado num momento próximo ao final da cremação, onde a peça colocada sobre o enchimento da pira apenas exhibe uma das partes queimada ou chamuscada pelo fogo. Visto que no local da pira já não se produziam temperaturas suscetíveis de causar dano às peças cerâmicas, os objetos mantinham a sua integridade. Contrariamente, existem peças que não apresentam quaisquer marcas de fuligem, estalamentos ou deformações, não exibindo qualquer tipo de marca de uso, pelo que o banquete provavelmente ocorreria num momento bastante posterior ao término da cremação.

Nestas concentrações ou acumulações de peças são reconhecidos púcaros, copos, bilhas, tigelas e taças que permitiam o transporte de alimentos sólidos e líquidos para o espaço de necrópole. A anterior pira transformava-se agora numa área detritica uma vez que estes objetos aí depositados não deveriam retornar para o espaço dedicado aos vivos³⁸.

Existem ainda objetos que exclusivamente acompanhavam os restos osteológicos do defunto. Nestes conjuntos é possível identificar a deposição de unguentários, lucernas e elementos de adorno normalmente depositados no interior das urnas funerárias (Fig.9).



Figura 9. Mobiliário encontrado no interior das urnas funerárias (©autora).

³⁸ Braga 2010: 87.

Existe um objeto que é escasso não só neste núcleo de necrópole como em todos os sectores de enterramento de *Bracara Augusta* – as moedas. Neste núcleo de necrópole da Via XVII apenas foram recuperados quatro numismas, três deles datados dos finais do século I a.C. e um Aes 4 do século II. Ainda assim, relativamente aos poucos exemplares existentes, não sabemos qual seria o momento em que os mesmos eram introduzidos durante a cerimónia fúnebre, o que nos levanta algumas questões relativas ao seu verdadeiro simbolismo. Por um lado, desconhecemos se as moedas foram usadas numa fase pré-funeral, conforme surge documentado no rito de origem grega, e posteriormente depositadas junto aos restos cremados, ou se os numismas em causa apenas se constituem como um amuleto ou elemento viático associado a indivíduos de alto destaque social³⁹.

8. CONCLUSÃO

As necrópoles eram espaços em mudança constante, sofrendo a paisagem funerária cíclicas alterações e readaptações que são também reflexo dos distintos modos de homenagear a memória dos defuntos.

Este trabalho constitui um contributo para o estudo das práticas funerárias ocorridas durante o Alto Império na cidade de Braga, onde foi possível reconhecer algumas especificidades rituais de cariz funerário e identificar novas estruturas funerárias até então desconhecidas no contexto bracaraugustano.

Porém, estas informações correspondem à análise de uma ínfima parte dos núcleos de necrópole de *Bracara Augusta*. Os novos dados, ainda em análise, irão permitir a obtenção de elementos comparativos entre os distintos espaços funerários e aprofundar a análise dos conjuntos de espólio funerário, de forma a tentar perceber se estamos perante gestos funerários específicos, circunscritos e limitados a um determinado núcleo, ou se os mesmos são recorrentes em diversos pontos, ou se apenas se associam a grupos sociais específicos.

BIBLIOGRAFIA

- Abásolo, J. A. (2002), “El Mundo Funerario Romano en el Centro y Norte de Hispana: aspectos diferenciales”. *Actas del Congreso Internacional Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*. Vol. I: 145-162.
- Anderson-Stojanovic, V. (1987), “The chronology and function of ceramic *unguentaria*”, *American Journal of Archeology*. 91: 105-122

³⁹ Arévalo Gonzalez 2010: 29; Arévalo Gonzalez 2010a: 29; García Prósper e Guérin 2002: 213.

- Arévalo Gonzalez (2010), “Interpretación y posibles usos de la moneda en la necrópolis tardo-púnica de Gadir”, *Mainake*, nº.32, 1: 15-36.
- Arévalo Gonzalez (2010a), “Monedas para el más allá. Un primer acercamiento desde la necrópolis de Cádiz”, in *Las necrópolis de Cádiz Apuntes de Arqueología Gaditana en homenaje a J.F. Sibón Olano*. Cádiz, 507-527.
- Blaizot, F., Bel, V., Bonnet, C., Cabanis, M., Caillat, P., Orengo, L., Wittmann, A. (2009), “Les méthodes de l’archéo-anthropologie funéraire”. *Rites funéraires à Lugdunum*. Annexes, 205-228.
- Braga, C. (2010), *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*, Tese de Mestrado (policopiada). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Braga, C.; Martins, M. (2015), “*Bracara Augusta*: rituais e espaços funerários”. *Férvedes* 8: 301-310.
- Carvalho, T. (2008), “As necrópoles de Monte Mozinho. Resultados preliminares”. *Oppidum* número especial: 83-113.
- Fontes, L., Martins, Andrade, F. (2010), “Salvamento de *Bracara Augusta*. Quarteirão dos CTT/Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL). Relatório Final”. *Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho - TAUAUM*, 2: 5-305.
- Fontes, L., Martins, M., Sendas, J., Catalão, S. (2010a), “Salvamento de *Bracara Augusta*. Ampliação do Túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL). Relatório Final”. *Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho - TAUAUM*, 7: 5-1177.
- García Prósper, E., Guérin, P. (2002), “Nuevas aportaciones en torno de la necrópolis romana de la Calle Quart de Valencia (S.II a.C – IV d.C)”. *Actas del Congreso Internacional Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*. Vol. I: 203-215.
- Garrido Elena, A., Mar, R., Martins, M. (2008), “A Fonte do Ídolo – Análise, interpretação e reconstituição do santuário”, *Bracara Augusta Escavações Arqueológicas* 4: 1-73.
- Hope, V. (2009), *Roman death*. Great Britain, Continuum.
- Hope, V. (2007), *Death in Ancient Rome - A Sourcebook*. USA.
- Lemos, F.; Leite, J.; Bettencourt, A.; Azevedo, M. (2003), “O Balneário Pré-Romano de Braga”, *Al-madan* 12 IIª série: 43-46.
- Martins, M (1988), “O povoado fortificado do Lago, Amares”. *Cadernos de Arqueologia Monografia* 1: 9-154.
- Martins, M., Delgado, M. (1989/90), “As necrópoles de *Bracara Augusta* A – Dados arqueológicos”, *Cadernos de Arqueologia* 6/7: 41-186.

- Martins, M. (2009), “*Bracara Augusta*: panorama da questão sobre o seu urbanismo”, in *Actas Do castro á cidade: a romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea*. Lugo, 181-211.
- Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, J., Magalhães, F., Sendas, J. (2010), “Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade”, *Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho - TUAUUM* 1: 6-1306.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C. (2012), “Urbanismo e Arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer”, in *Evolução da Paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga, 29-67.
- Morais, R., Fernández, A., Braga, C. (2013), “Contextos cerámicos de la transición de Era y de la primera mitad del s.I provenientes de la necrópolis de la Via XVII de *Bracara Augusta* (Braga, Portugal)”, *Actes du Congrès d’Amiens - SFECAG*. Marseille, 313-328.
- Redentor, A. (2011), *A cultura epigráfica no Conventus Bracarugustanus (Pars Occidentalis) Percursos pela sociedade brácaro da época romana*, Tese de Doutoramento (policopiada). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vols I e II.
- Sousa, J. J. R. (1966), “Inventário de materiais para a arqueologia bracarense”, *Bracara Augusta* XX nº43-44 (55-56): 165-178.
- Sousa, J. J. R. (1973), “Subsídios para a carta arqueológica de Braga”, *Studia Archeologica* XXIII: 7-28.
- Tranoy, A; Le Roux, P., (1989/90), “Les nécropoles de *Bracara Augusta*. Les inscriptions funéraires”, *Cadernos de Arqueologia* 6/7: 187-230.
- Vaquerizo Gil, D. (2011), “De la agonía al luto. Muerte y *funus* en la *Hispania romana*”, in Pacheco Jiménez, C. (coord.), *La muerte en el tiempo. Arqueología e historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*. Talavera de la Reina, 95-125.
- Witteyer, M. (2008), “Le nécropole de Mayence-Weisenau - Une voie pour les vivants et les morts”, *Les Dossiers d’Archéologie*. 330: 114-119.

(Página deixada propositadamente em branco)

**EL MUNICIPIO DE DERECHO LATINO HISPANORROMANO:
¿UN EXPEDIENTE CONSTITUCIONAL SOSTENIBLE?¹**
(Communities granted with Latin Right in Roman Spain:
a durable constitutional experience?)

JAVIER ANDREU PINTADO (jandreup@unav.es)
Universidad De Navarra

JUDIT MATA SOLER (jdtmata@gmail.com)
Universidad De Sevilla

LUIS ROMERO NOVELLA (siul_rono@hotmail.com)
Universidad De Navarra

RESUMEN - La extensión de los privilegios de Latinidad entre Augusto y los Flavios en la Hispania romana facilitó la conversión de las antiguas comunidades estipendiarías en municipios regidos por el Derecho Latino y basados en la convalidación de las instituciones indígenas por otras de corte romano. La documentación epigráfica y, también, arqueológica, revela, sin embargo, que muchos de estos nuevos enclaves promocionados jurídicamente padecieron notables dificultades de sostenibilidad económica y financiera. En este texto se analizan algunas de las causas y algunos de los indicadores de esas transformaciones, con especial atención a los municipios flavios.

PALABRAS CLAVE - municipio; derecho Latino; magistraturas; construcción pública; fiscalidad municipal; municipios flavios; ciudades en crisis

ABSTRACT - The diffusion of the privileges of Latin Right from Augustus to the Flavian era in Roman Hispania made easier the transformation of the ancient stipendiarian communities into municipalities led by the Latin Right and based upon the validation of indigenous institutions into different institutions of clear Roman type. The epigraphic sources and, of course, even the archaeological evidence, suggest, although, that many of those new promoted cities suffered very remarkable difficulties concerning their economic viability and their financial support. In this paper some causes and evidences of this problem are presented with especial focus on the Flavian municipalities.

KEYWORDS - municipality; Latin Right; magistracies; public building; municipal finances; Flavian municipalities; cities in crisis

¹ El presente trabajo se inserta en la actividad del Proyecto de Investigación “De *municipia Latina a oppida labentia*: sobre la sostenibilidad del expediente municipal Latino en la Hispania romana (siglos I-III d. C)” financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España (HAR 2016-74854-P).

Roma, que, desde los tiempos de la República oligárquica, manifestó en su política doméstica una gran resistencia a la apertura democrática de su modelo constitucional no dudó en delegar gran parte de la gestión de los espacios provinciales en las comunidades locales y en sus elites² en una simbiosis entre poder central y autonomía municipal³ que constituyó, sin lugar a dudas, uno de los mayores éxitos políticos del mundo romano en Occidente. En el ámbito hispano, además, la generalización en época flavia del privilegio de la Latinidad – pórtico, como es sabido, de la generalización en las Hispanias del modelo municipal⁴– constituyó un acontecimiento prácticamente sin parangón que no sólo significó la transformación en privilegiadas de las comunidades que no disfrutaban hasta la fecha de dicho rango sino que, además – desde nuestra óptica investigadora – convierte a las provincias hispanas en un escenario extraordinario a partir del cuál valorar la sostenibilidad de este modelo de gestión local tan clave en el ordenamiento provincial romano⁵ y sobre cuyo difícil equilibrio – ya advertido por la propia etimología del término *municipium*⁶– entre generosidad de la elite – y, a resultas de la misma, prestigio y *honores* – y cobertura de las exigencias que comportaban la sostenibilidad de la vida municipal –*munera*– se ha venido ocupando la historiografía clásica sobre la cuestión⁷. Precisamente a este respecto, la puesta en valor en los últimos años de la extraordinaria documentación epigráfica que – respecto de las cuestiones de administración local – nos informa de las vicisitudes por las que pasaron algunos de los nuevos municipios de promoción flavia en Hispania⁸, la insistencia de la investigación en el carácter económico⁹ y el compromiso de adecuada gestión de la *pecunia communis municipum*¹⁰ que caracterizaba el modelo municipal latino, y, sobre todo, la constatación progresiva de las dificultades que, a nivel global – según contundentes noticias de las fuentes

² Mangas 1996: 12.

³ Rodríguez Neila y Melchor 2006 y, antes, con carácter introductorio Abascal y Espinosa 1989.

⁴ Con toda la polémica sobre la cuestión, y bibliografía, Andreu 2007 además de Espinosa 2014: 13-14, obra que analiza el proceso general de extensión del privilegio de la Latinidad en las Hispanias. También resulta válido Caballos 2001.

⁵ Le Roux 1999: 169-170.

⁶ Rodríguez Neila 1976 y, también, García Fernández 2001: 125-180.

⁷ Desde Jacques 1984: 357-376.

⁸ Martín 1994: 171-176.

⁹ Pereira 2015.

¹⁰ Rodríguez Neila 2003.

literarias¹¹ y según la cada vez mejor valorada documentación arqueológica¹² – padecieron algunas de estas comunidades en materia financiera y urbanística, se han convertido en indicadores que, a día de hoy, facilitan la consideración del expediente municipal latino como un expediente acaso poco sostenible o avocado, en pocos años, a su conversión en lo que, con acierto, se denominó ya en los tiempos antiguos *oppida labentia*, ciudades víctimas de la debilidad de un modelo de gestión muy probablemente fallido¹³, “ciudades en dificultad”.

1. Como ya se dejó claro en las primeras reflexiones sobre la extraordinaria documentación epigráfica en bronce¹⁴ de época inmediatamente posterior a la extensión del *Latium uniuersae Hispaniae*¹⁵, documentos como la *epistula Vespasiani ad Saborenses* (CIL II2/5, 871) del año 77 d. C., la *epistula Titi ad Muniguenses* (AE 1962, 288) del año 79 d. C., e, incluso, la *epistula* final de Domiciano en la *lex Irnitana* (AE 1986, 332), del año 91 d. C., ponen de manifiesto que para muchas comunidades antes *stipendiariae* y ahora convertidas en orgullosos municipios de derecho Latino –*municipia Flauia*–, esa conversión estatutaria les generó no pocos problemas (*difficultates*) de solvencia (*infirmitas*) o de liquidez pecuniaria (*tenuitas*) seguramente porque las exigencias del nuevo modelo de gestión política – y las derivadas de la política de obras públicas que nos consta solía acompañar a estas promociones¹⁶ – resultaban especialmente insoportables por más que aquél, en esencia, convalidase y reconociese como ajustados a Derecho los modelos organizativos prelatinos. Las entregas pecuniarias (*summa honoraria*) para acceder a los cargos, las garantías (*cautiones*) que los miembros de la elite debían presentar antes de tomar posesión de aquéllos, las contribuciones de trabajo al servicio de la colectividad y por parte de los propios *ciues* (*munitiones*), la necesidad de disponer de efectivos para la conformación de las curias y para la renovación anual del cuerpo de magistrados¹⁷ y, sobre todo, la responsabilidad – especialmente de la elite¹⁸ – en el mantenimiento de las condi-

¹¹ Además de las que evidencia la correspondencia de Plinio el Joven (sobre ella véase Christol 2010) la *Historia Augusta* es especialmente elocuente en noticias sobre las dificultades de muchas ciudades en materia fiscal desde época de Adriano: SHA. *Hadr.* 9, 6 y 21, 5-8; *Ant. Pius.* 8, 4 o *Marc.* 23, 2-4, entre otros pasajes.

¹² A este respecto, además de los trabajos que se citarán para cada caso concreto de los que son aquí traídos como ejemplos, resulta útil, para la Tarraconense: Ramallo y Quevedo 2014.

¹³ A partir de una expresión de SHA. *Marc.* 23, 4. Mata 2014 y Andreu 2014.

¹⁴ D’Ors 1953: 142. Con el mismo espíritu y anotaciones muy válidas puede verse Martín 1994: 171, 172 y 176 respectivamente para cada uno de los documentos citados.

¹⁵ Plin. *Nat.* 3, 30.

¹⁶ Goffaux 2003.

¹⁷ Para estas exigencias resulta esclarecedor el trabajo de Mentxaka 1993: 123-144.

¹⁸ Cobier 1991: 662.

ciones de vida de estas comunidades llevaban acarreado un exigente coste social¹⁹ que, por lo que se desprende de los documentos antes citados, no debió resultar igualmente asumible para todas las comunidades debiendo éstas – en el mejor de los casos – acostumbrarse a convivir con este tipo de exigencias derivadas de la precariedad en los equilibrios financieros²⁰. La completa casuística de irregularidades y de dificultades en las finanzas locales que nos aporta la correspondencia de Plinio el Joven con Trajano en su destino en *Bithynia*²¹, el frecuente envío de *curatores* para supervisar la contabilidad, los dispendios – como *curatores pecuniae* (*AE* 1946, 186 de *Asculum*) – y las obras públicas – como *curatores operum locorumque publicorum* (*AE* 194, 281 de *Cirta*) – de muchas ciudades a partir de finales del siglo II²² y, también – aunque la insistencia en el tema es antigua²³ – la abundante alusión en las recopilaciones jurídicas tardías al control de la edilicia pública²⁴ se han venido subrayando en los últimos años como indicios evidentes – entre algunos otros que aquí se presentan – de los problemas inherentes a la propia autonomía municipal²⁵ quedando evidenciado, además, cada vez con más nitidez, que el marco cronológico de esos problemas no debe circunscribirse sólo al periodo tradicionalmente entendido como tardoantigüedad²⁶.

A este panorama totalmente estructural, propio de las mismas exigencias del nuevo modelo municipal, y superados ya los debates en torno a la existencia y real incidencia de la denominada crisis del siglo III d. C.²⁷, parece que deben añadirse, como otros factores fundamentales en la crisis de la vida urbana en general y del expediente municipal latino en particular, una serie de elementos

¹⁹ Duncan-Jones 1990: 161.

²⁰ Al respecto véase Le Roux 1999 y también Corbier 1985.

²¹ Plin. *Ep.* 9, 17a; 9, 18 y 9, 24. Para una valoración, ver nota 10.

²² Jacques 1983: 12-14.

²³ Aunque, al respecto de los *iura praediorum*, tradicionalmente, se aluda a los conocidos pasajes de los *Digesta* (*Dig.* 43, 8 y 10; 50, 2, 4, 6, 10 y 11), del *Codex Theodosianus* (*Cod. Theod.* 15) y del *Codex Iustiniani* (*Cod. Iust.* 8, 12, en el título, común con el repertorio anterior, *de operibus publicis*) desde época de César en la *tabula Heracleensis* (*CIL* I, 206), en época julio-claudia en el *Senatus Consultum de aedificiis non diruendis* (*CIL* X, 1401) y, por supuesto, en época flavia (*Irn.* 62) y en los comienzos del siglo II d. C. (*CIL* XI, 3614) con autorizaciones y límites a la ocupación de espacios públicos por parte de particulares existe abundante articulado respecto de la cuestión, señal inequívoca de que el mantenimiento del *decus* de algunos enclaves urbanos –y, en particular, el de sus *loca publica*– debió ser problemático en los momentos de dificultad económica que, por lo visto, resultaron inherentes a la propia condición municipal y que se irían agravando progresivamente

²⁴ Janvier 1969.

²⁵ Melchor 2013: 234-234, notas 67-69, con bibliografía.

²⁶ Véase, por ejemplo, Krause y Witschel 2006. Una interesante propuesta al respecto –con abundante bibliografía– puede verse en Curchin 2014: 283-284 en que se habla del irresponsable crecimiento urbanístico como razón de la crisis cívica pese al mantenimiento de evidencias de magistrados locales hasta incluso el siglo V d. C.

²⁷ Como planteamiento sigue siendo válido el clásico trabajo de Witschel 1999.

que denotan cierta dificultad coyuntural coincidente, al menos, con el último cuarto del siglo II d. C., algunos de alcance global y otros más específicamente hispanos. Así, en los últimos años la investigación ha venido llamando la atención de cómo, tras la eclosión urbana e institucional flavia, existen en todo el Imperio – y las provincias hispanas no son una excepción – notables signos de debilidad económica que comienzan en el reinado de Marco Aurelio²⁸ y que incluyen entre sus variables no sólo la bancarrota estatal por las guerras externas o la agudización de la inflación sino, también, la constatación de grandes hambrunas acaso conectadas con un cambio climático evidenciado a partir de finales del siglo II²⁹ o con la incidencia – aun no demasiado clara para el ámbito hispano, por más que en ocasiones haya sido invocada como posible causa de algunas despoblaciones de núcleos urbanos a partir de dicho momento³⁰, de la denominada peste antonina³¹ – que debió resultar especialmente virulenta como también debieron tener cierta incidencia sobre la vida municipal hispanorromana la toma de partido a favor de Clodio Albino por parte de determinadas curias en el reinado de Septimio Severo con la consiguiente represión sobre la que, al respecto, nos informa la *Historia Augusta*³² y, como más adelante se indicará, la invasión de los *Mauri*, especialmente en las áreas más meridionales. Lógicamente, si hasta ese momento las circunstancias económicas habían favorecido la adecuada – pero, como vimos, no sin problemas– articulación de la vida municipal al menos en lo que respecta a la voluntariedad para la asunción de cargos públicos, quienes se han ocupado del estudio del fenómeno de las curias han constatado a partir de ese momento – incluso hay legislación al respecto para la época de Adriano³³– si no una desaparición de las mismas – aunque la legislación que, a partir del siglo III d. C., aborda la cuestión deja entrever que se hizo difícil su conformación ante el constante fenómeno de lo que podríamos denominar “los fugitivos de la curia”³⁴ o lo que se bautizó hace años como el “neutralismo frente a la vida

²⁸ Como síntesis en castellano puede verse Chic 2005. Con un válido planteamiento de componentes, Jongman 2007: 195-196.

²⁹ Nicols 2007.

³⁰ Magallón y Sillières 2013: 452.

³¹ Duncan-Jones 1996 y que, recientemente, ha sido objeto de revisión en Lo Cascio 2012 (para su evidencia en las fuentes Cass. Dio 72, 14, 3-4; SHA, *Marc.*, 13, 5 *Marc. Aur. Med.* 9, 2, 4 o *Eutr.* 31, 6, 24).

³² SHA. *Alex. Seu.* 9, 6-8. A propósito de la incidencia en Hispania de esta cuestión puede verse Blázquez 1996 además de Remesal 1996.

³³ *Dig.* 50, 4, 14, 6.

³⁴ Notablemente *Cod. Iust.* 10, 31, en el título *de decurionibus et filiis eorum* en el que se recoge, con textos comprendidos entre el 259 d. C. y el 398 d. C., abundante casuística sobre las excusas puestas por los curiales para asumir sus encargos y sobre el fenómeno de los *curiales relicta ciuitate* pero también *Dig.* 50, 4, 2 o 50, 5, 9.

pública³⁵ – sí una apertura de éstas – entre las que no debieron faltar *decuriones lapsi*³⁶, es decir, curiales arruinados – a gente con más recursos que pudiera, precisamente, paliar los efectos de esa crisis económica global preludio ya de la que se extendería, quizás no de modo general pero con notable incidencia, durante los siglos III y IV d. C.³⁷.

2. Ya se ha visto anteriormente – y es sabido – que el expediente municipal latino descansaba sobre un intento de atraer a las elites locales al desempeño de las magistraturas pero que, además, era de esas mismas elites de las que se esperaba la generosidad suficiente como para garantizar la custodia y la gestión de la *res communis municipum*³⁸, y, con ella, también, a partir de las *necessarias erogationes*³⁹, la conservación de las comodidades propias del modo de vida urbano que el sistema municipal pretendía generalizar, comodidades entre las que las relacionadas con el esparcimiento urbano – *sacra, ludi, cenae*⁴⁰ – y las conectadas con el mantenimiento de los monumentos públicos – *loca sacra uel religiosa item publica*⁴¹ – debían estar entre las más valoradas. Para el ámbito hispano, un análisis detenido de la documentación epigráfica y arqueológica permite constatar – para casos concretos, además, si no siempre de municipios flavios sí, al menos, de comunidades de privilegio latino – de qué modo el retroceso de las conductas evergéticas de la elite y, también, la alteración de los *loca publica* pone de manifiesto la crisis económica que padecieron muchas de estas comunidades cuando no, también, el cese de la capacidad de intervención de sus decuriones en cuestiones vinculadas al *splendor publicus*⁴² – que era una de las áreas de atribución para las que, precisamente, Ulpiano subraya que eran nombrados los magistrados municipales – o, al menos, un conservador cambio de tendencia más orientado a minimizar los esfuerzos de gasto o, sencillamente, a dar preferencia sólo a programas decorativos que – como subraya la legislación disponible – estuvieran presididos por verdaderos ideales de *usus publicus, ornatus y decus y uetustas*⁴³, tres prismas habitualmente invocados en la legislación que, durante

³⁵ Alföldy 1998: 25.

³⁶ *Dig.* 50, 2, 8.

³⁷ A este respecto, véase Melchor 2013: 229-230.

³⁸ *Irn.* 20 y *Mal.* 60.

³⁹ Plin. *Ep.* 9, 24.

⁴⁰ *Irn.* 77. Sobre esta cuestión, véase Melchor 2003.

⁴¹ *Iust. Inst.* 3, 5. A este respecto puede verse Duncan-Jones 1985.

⁴² *Dig.* 50, 4, 6.

⁴³ *Cod. Iust.* 8, 12, 4; 8, 12, 6 y 8, 12, 5. La disposición que obligaba a los evergetas a tutelar los edificios por ellos promovidos durante un plazo que alcanzaba los quince años (*Cod. Iust.* 8, 12, 8) es un claro ejemplo de hasta qué punto debía resultar gravosa para las arcas municipales la sostenibilidad del ornato monumental urbano.

las tercera y cuarta centuria, se fue generando en materia de licitación de obras públicas municipales.

Así, por ejemplo, en la provincia *Citerior*, son numerosos los ejemplos de cómo el cambio en los intereses de los miembros más acomodados de la sociedad urbana determinó el paisaje urbano y su evolución. Un buen y conocido exponente lo constituye el circo de *Segobriga*⁴⁴ cuya brusca interrupción en su construcción en la segunda mitad del siglo II podría explicarse a partir de un desinterés de la elite Segobrigense por continuar destinando parte de su capital a dicho proyecto en un momento en el que las posibilidades de seguir promocionándose en la ciudad – y, por tanto, de obtener réditos políticos de dicha inversión – eran ya escasas⁴⁵ y los efectos de la crisis antes aludida parece empezaban a dejarse sentir en este viejo municipio de derecho Latino. En otros casos, también el cambio en los gustos y las tendencias seguidas por la población urbana determinaría – como más arriba se dijo – qué edificios destinados al ocio se mantendrían y cuáles debían abandonarse. Este hecho podría aplicarse, por ejemplo, al abandono temprano de determinados edificios de espectáculos y de ocio⁴⁶ como el anfiteatro de *Carthago Noua*⁴⁷, en desuso ya en el siglo II, a la adaptación de la *orchestra* del teatro de *Clunia* para espectáculos circenses⁴⁸ o a la pérdida de la función de las termas extramuros de *Lucus Augusti* como espacio de reunión social, quedando sólo como foco de devoción curativa y religiosa⁴⁹. La usurpación para usos privados – constantemente combatida por la legislación romana⁵⁰ – de espacios públicos ya en proceso de desmonte – como los que se están atestigüando en el municipio flavio de Los Bañales de Uncastillo⁵¹ – o los que, con carácter general, se evidencian en un buen número de enclaves hispanorromanos⁵² así como violando expresamente las disposiciones de la legislación municipal y contribuyendo a la *deformatio ruinis*⁵³ – la generalización de espacios

⁴⁴ Ruiz de Arbulo, Cebrián y Hortelano 2009.

⁴⁵ Abascal y Almagro-Gorbea 2012.

⁴⁶ Pérez Ballester, Berrocal y Fernández Matallana 2014.

⁴⁷ Rubio 2009.

⁴⁸ Gutiérrez Behemerid, De la Iglesia, Subías, y Tuset 2006.

⁴⁹ Meijide y Herves 2000. Es evidente que estos comportamientos de falta de celo de la elite local en la tutela del *ornamentum patriae* contravenían algunas disposiciones recogidas, algo más tarde, en la legislación del siglo IV d. C. castigando incluso con multas de seis libras de oro a los decuriones que no hubieran velado por el mantenimiento de la *decus* de su patria (*Cod. Iust.* 8, 12, 13).

⁵⁰ *Dig.* 43, 8, 1 y 8, 17; *Dig.* 50, 10, 5; *Cod. Iust.* 8, 12, 14 y 8, 12, 17 o *Cod. Theod.* 15, 1, 46.

⁵¹ Andreu 2014: 253-256.

⁵² Diarte 2012.

⁵³ *Irn.* 62 o *Dig.* 43, 10, 2. Para la prohibición *ne ruinis urbs deformatur*, puede verse *Dig.* 43, 8, 17.

vacíos y de edificios sin restaurar en el centro de algunas comunidades⁵⁴ habla también de hasta qué punto fue selectiva la actuación de las finanzas municipales – y de las aportaciones pecuniarias de los notables que las complementaban – en materia de construcción pública en tiempos de dificultad y permite vislumbrar signos claros y nítidos de regresión.

Todo evidencia, incluso para la *Baetica* – tenida por muchos como quintaesencia de la incidencia de la municipalización flavia⁵⁵ – que los edificios públicos fueron uno de los principales afectados por los procesos de cambio, crisis y abandono que se dieron en los municipios de derecho latino desde, al menos, época de Marco Aurelio, procesos que, lógicamente, esconden una crisis de carácter institucional. Los casos célebres de *Munigua*, *Cartima* o *Arucci* pueden resultar, en este sentido, paradigmáticos aunque los hay también en comunidades de derecho latino preflavias como *Baelo Claudia*⁵⁶. La ciudad romana de *Munigua* – que alberga uno de los más pequeños foros hispanos – incorporó su área forense en época flavia y ésta estuvo en uso hasta su destrucción a causa de un terremoto en el siglo III d. C. no reconstruyéndose ya más como espacio público y quedando aquél ocupado por viviendas privadas, documentadas tanto en el foro como en su pórtico de dos pisos⁵⁷. Algo similar sucede en las termas que van a verse afectadas por el mismo terremoto y que después acogerán viviendas⁵⁸. Esta misma dinámica de decaimiento de la actividad edilicia tras el terremoto se observa en el resto de la ciudad⁵⁹ y nos parece es prueba clara de la incapacidad de los presupuestos municipales para hacer frente a la recuperación de este tipo de espacios otrora manifestación del orgullo cívico del estatuto municipal. Por su parte, el también municipio flavio de *Cartima* contó con un rico foro conocido desde antiguo gracias a las intervenciones del ingeniero D. Carlos Luján en el siglo XVIII, en las que se puso al descubierto su rico programa estatuario⁶⁰. Su construcción parece iniciarse en época tardorrepblicana, aunque será en época augústea cuando se produzca una importante monumentalización con la incorporación a su esquema de un edificio absidal⁶¹ que se ha interpretado recientemente como la basílica⁶² a partir de su planta – pese a su parecido con la curia

⁵⁴ Algo sobre lo que también se pronuncia *Irn.* 62 haciendo referencia, por tanto, a un comportamiento que debió ser habitual incluso en los albores del propio proceso municipalizador. Sobre la cuestión resulta esclarecedor Romero 2014.

⁵⁵ Morales 2003.

⁵⁶ Diarte 2012: 248-249.

⁵⁷ Schattner 2003: 95 y 217.

⁵⁸ Schattner 2003: 75.

⁵⁹ Schattner 2014: 305.

⁶⁰ Rodríguez Oliva 1979.

⁶¹ Melero 2007: 344-350.

⁶² Berlanga y Melero 2015: 148-152.

de Torreparedones⁶³ – a sus dimensiones y a sus ricos enlosados marmóreos. Ese edificio parece desplomarse en la segunda mitad o finales del siglo II d. C. en un episodio que se ha venido vinculando con las incursiones mauritanas⁶⁴. Aunque este abandono de ese espacio basilical no implica el abandono de la ciudad ya que en el siglo III d. C. se detecta una rica actividad edilicia en ambientes domésticos – como queda constatado en sus pavimentaciones musivas⁶⁵ – sí parece que supone el fin del propio modelo municipal que deja de atender, además, a las áreas públicas. Por último, aunque la lista podría ser mayor⁶⁶, el *municipium* de *Arucci* tuvo un rico foro – excavado casi en su totalidad a excepción de la basílica – en auge entre los siglos I y II d. C. pero que trasluce evidentes muestras de abandono en la primera mitad del siglo III, abandonándose, de hecho, la curia, en esa fecha y transformándose ésta en espacio artesanal⁶⁷. Idéntica cronología se observa en el abandono de las termas, cuyos materiales no pasan de esa centuria⁶⁸ por más que la vida de la ciudad – acaso no ya la vida institucional, lógicamente – se mantiene durante todo el siglo III y comienzos del IV d. C. como demuestran las obras de compartimentación de la *porticus duplex* del citado recinto forense⁶⁹.

Sin embargo, además de la muy elocuente dimensión material y arqueológica de la crisis de estos *municipia*, es el fenómeno evergético – en lo que muestra de dinamismo de la vida municipal y de voluntariedad de aquélla – uno de los principales componentes a tener en cuenta en el estudio de la sostenibilidad municipal que aquí pretendemos esbozar. Para el caso de la provincia *Citerior*, por ejemplo – pero el panorama es semejante si se comparan los datos con los de la Baetica⁷⁰ – contamos con innumerables evidencias que ilustran la tendencia a la baja en el número de testimonios de munificencia cívica y cómo este descenso afecta significativamente al mantenimiento del sistema municipal y de sus comodidades⁷¹. A ello se le debe sumar el hecho de que la mayoría de donaciones de carácter munificente realizadas en la provincia – y aun en las otras dos provincias hispanas – no se destinaban ya al mantenimiento de edificios públicos, por lo que este capítulo recaería también sobre las – por la coyuntura antes descrita –

⁶³ Ventura, Morena y Moreno 2013.

⁶⁴ Melero 2007: 352. Sobre este episodio de inestabilidad debe verse Gregori 2012.

⁶⁵ Melero 2007: 352.

⁶⁶ Para otros ejemplos puede verse Andreu, Bienes y Jordán 2014.

⁶⁷ Campos y Bermejo 2007: 270 y 268.

⁶⁸ Campos 2008: 16-17.

⁶⁹ Campos y Bermejo 2007: 270.

⁷⁰ Melchor 1994(a): 190-191. Para una valoración conjunta, véase Melchor 1992-1993: 145.

⁷¹ Melchor 2009. A este respecto, por ejemplo, este autor (Melchor 1993: 460), registra sólo tres testimonios de nuevas obras para el siglo II y ninguno ya para la tercera centuria de nuestra Era.

maltrechas arcas municipales⁷² que, como se ha visto en algunos ejemplos aquí aportados, no estarían ya en condiciones de emprender programa monumental alguno, ni nuevo ni de remodelación y cuyos gestores, los decuriones, en el mejor de los casos, crearon cajas específicas para garantizar el mantenimiento de las viejas construcciones⁷³, o, simplemente, recomendaron, más bien, o la continencia edilicia o, sencillamente, que fueran los propios notables locales, con sus aportaciones en metálico, quienes emprendieran dichos proyectos *ex suis pecuniis*⁷⁴.

3. Un conocido pasaje de los *Digesta* recuerda que la colaboración en la administración de las ciudades confería *dignitas* ya se hiciera ésta con gastos en pro de la comunidad o sin ellos⁷⁵. La generalización, a través del *ius Latii*, del modelo municipal en provincias durante todo el Alto Imperio y, en el ámbito hispano, en las últimas décadas del siglo I d. C. dio a las antiguas oligarquías locales la posibilidad de enrolarse en la praxis administrativa típicamente romana contribuyendo, además, a extender el modelo de ciudad y, con él, el *modus uiuendi* típicamente romano. El principio de colaboración de esas oligarquías con sus *res publicae* era libre y voluntario pero, además, exigente, de – como se ha dicho más arriba – elevado coste social pudiéndose, incluso, dar el caso de que algunos de los notables locales, de los decuriones, se arruinasen en virtud de la generosidad exhibida con sus patrias⁷⁶. En algunas comunidades el modelo se reveló como no sostenible rápidamente evidenciando la *pecunia communis municipum* una situación de *infirmetas* muy precoz – *illa pestis* parece llamarla la *tabula gladiatoria* de *Italica* (CIL II, 6278) – que, probablemente, esclarecería de modo más nítido las verdaderas exigencias de la gestión pública y del compromiso institucional de los notables con aquélla y, en particular, con los denominados *munera neces-*

⁷² Melchor 1994(b), 682. Una excepción a este respecto la constituye, en la *Citerior* hispana, la colonia de *Tarraco*. A partir, incluso, del siglo III d. C., la capital provincial sigue dando muestras de un interés oficial en el mantenimiento de la edilicia pública y de sus programas decorativos como si Roma viera que el *decus* de la capital debía seguir actuando como *imago* del poder de Roma. Por ejemplo, es entonces cuando, sobre unos almacenes del puerto derruidos a finales del siglo II d. C., se construyen unas termas públicas – en la C/Sant Miquel – promovidas por el *praeses* provincial o se marmoriza y monumentaliza el anfiteatro bajo el reinado de Heliogábalo (al respecto: Macías 2013: 127 y Macías 2004: 158 y Alföldy 1997: 68-92=CIL II²/14-2, 1109).

⁷³ *Cod. Iust.*, 8, 12, 11 alude a la reserva de la tercera parte de las rentas de los *fundi* de la ciudad (*tertiam partem redditibus fundorum iuris reipublicae*) a la reparación de los monumentos públicos de igual modo que *Cod. Theod.* 15, 1, 26 autoriza, en el siglo IV d. C., a que las ciudades pequeñas reciban auxilio de las más grandes cuando, por razones de necesidad, han de intervenir en pro del mantenimiento de sus obras públicas.

⁷⁴ *Cod. Iust.* 8, 12, 5.

⁷⁵ *Dig.* 50, 4, 14.

⁷⁶ A este respecto véase *Dig.* 50, 2, 8.

*saria*⁷⁷ que estaban en la esencia misma del modelo municipal y que exigieron de quienes los asumieron un profundo sentido de la *liberalitas*. La propia evolución de la coyuntura económica del Imperio, que sufriría un duro revés a partir de Marco Aurelio por las razones antes aducidas y que, cada vez, vamos conociendo mejor, no debió ayudar a que las comunidades urbanas, otrora orgullosas de su rango municipal, pudieran seguir apostando por el mantenimiento de una *decus* y de una *facies* propia de su estatuto. El absentismo político de los notables respecto de las propias curias y respecto de las exigencias de sostenimiento del modelo – que se convierte en una obsesión en la legislación a partir de finales del siglo III d. C. pero que parece tener sus raíces, como hemos visto, a finales del siglo II – sólo podía conducir a la progresiva pérdida de autoridad institucional en las ciudades y a la proliferación en ellas de situaciones si no anárquicas sí, al menos, no ajustadas al derecho local de Roma. La documentación arqueológica hispana permite suponer que, aunque – desde luego – el fenómeno no fuera general, muchas ciudades se acercaban más, a partir de finales de la segunda centuria y, desde luego, ya en la cuarta, al modelo de *deiectae ruinae* que describe Ausonio en su correspondencia con Paulino de Nola⁷⁸ que al clásico de las *simulacra Romae* que proclamaban, orgullosas de la labor urbanizadora romana, las *Noctes Atticae* de Aulo Gelio⁷⁹.

(Coimbra, Mayo de 2015)

BIBLIOGRAFÍA

- Abascal, J. M., y Almagro-Gorbea, M. (2012), “*Segobriga*, la ciudad hispanorromana del sur de la Celtiberia”, in G. Carrasco (ed.), *La ciudad romana en Castilla-La Mancha*. Ciudad Real, 287-370.
- Abascal, J. M., y Espinosa, U. (1989), *La ciudad hispano-romana. Privilegio y poder*. Logroño.
- Alföldy, G. (1998), “La Hispania de los Flavios y de los Antoninos: consideraciones históricas sobre una época”, in M. Mayer, J. M^a Nolla y J. Pardo (eds.), *De les structures indígenes a l'organització provincial romana de la Hispània citerior: homenatge a Josep Estrada i Garriga*. Barcelona, 11-32.
- Alföldy, G. (1997), *Die Bauinschriften des Aquäduktus von Segovia un des Amphiteaters von Tarraco*. Berlín-Nueva York.

⁷⁷ *Dig.* 50, 5, 1.

⁷⁸ Auson. *Ep.* 29, 58.

⁷⁹ Gell. *NA.* 16, 13, 8-9.

- Andreu, J. (2014), “*Rationes rei publicae uexatae y oppida labentia*: la crisis urbana de los siglos II y III d. C. a la luz del caso del municipio de Los Bañales (Uncastillo, Zaragoza, España)”, in D. Vaquerizo, J. A. Garriguet, y A. León (eds.), *Ciudad y territorio. Transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Alto Medioevo*. Córdoba, 251-264.
- Andreu, J. (2007), “En torno al *ius Latii* flavio en Hispania. A propósito de una nueva publicación sobre Latinidad”, *Fa ventia* 29/2: 37-46.
- Andreu, J., Bienes, J. J., y Jordán, Á. A. (2014), “Monumentalización y regresión urbana en un municipio flavio del norte del convento jurídico Cesaraugustano: Los Bañales de Uncastillo”, in S. Ramallo y Á. Quevedo (eds.), *Las ciudades de la Tarraconense oriental entre los siglos II y IV d. C. Evolución urbanística y contextos materiales*. Murcia, 175-206.
- Berlanga, M^a J., y Melero, F. (2015), “Nuevos datos para el estudio del espacio forense de la ciudad de *Cartama* (Cártama, Málaga)”, *Romula* 14, 127-160.
- Blázquez, J. M^a. (1996), “*La Historia Augusta* e Hispania. Algunos aspectos a la luz de la Arqueología”, in *Historia Augusta colloquium Barcinonense*. Bari, 81-95.
- Caballos, A. (2001), “*Ius Latii* y *lex Flauia municipalis*”, *Mainake* 23: 121-136.
- Campos, J. M. (2009), “Estado actual de las investigaciones en la ciudad romana de *¿Turobriga?* (Aroche, Huelva)”, in J. González y P. Pavón (eds.), *Andalucía romana y visigoda: ordenación y vertebración del territorio*. Roma, 7-36.
- Campos, J. M., y Bermejo, J. (2007), “Manifestaciones de culto imperial en el foro de la ciudad hispanorromana de Turobriga”, in T. Nogales y J. González, (eds.), *Culto imperial: política y poder*. Roma, 251-273.
- Corbier, M. (1991), “Cité, territoire et fiscalité”, en *Epigraphia. Actes du Colloque en mémoire de Atilio Degrassi*. Roma, 629-625.
- Corbier, M. (1985), “Fiscalité et dépenses locales”, en *L'origine des richesses dépensées dans la ville antieue*. Aix-en-Provence, 219-232.
- Curchin, L. A. (2014), “The end of local magistrates in the Roman Empire”, *Gerión* 32: 271-287.
- Christol, M. (2010), “*Statum corrigere, statum ordinare*: remarques sur l'activité de Pline en Bythinie”, in L. Lamoine, C. Berrendonner y M. Cébeillac-Gervasoni (eds.), *La praxis municipale dans l'Occident Romain*. Clermont-Ferrand, 93-105.
- Chic, G., (2005), “Marco Aurelio y Cómodo. El hundimiento de un sistema económico”, in L. Hernández Guerra (ed.), *Actas del II Congreso Internacional de Historia Antigua. La Hispania de los Antoninos (98-180)*. Valladolid, 567-586.

- Diarte, P. (2012), *La configuración urbana de la Hispania tardoantigua. Transformaciones y pervivencias de los espacios públicos romanos*. Oxford.
- D'Ors, Á. (1953), *Epigrafía jurídica de la España Romana*, Madrid.
- Duncan-Jones, R. P. (1996), "The impact of the Antonine plague", *Journal of Roman Archaeology* 9: 108-136
- Duncan-Jones, R. P. (1990), *Structure and Scale in the Roman Economy*. Cambridge.
- Duncan-Jones, R. P. (1985), "Who paid for public buildings in Roman Cities?", in F. Grew y G. Hobley (eds.), *Roman Urban Topography in Britain and the Western Empire*. Londres, 28-35.
- Espinosa, D. (2014), *Plinio y los "oppida de antiguo Lacio": el proceso de difusión del Latium en Hispania Citerior*. Oxford.
- García Fernández, E. (2001), *El municipio latino. Origen y desarrollo constitucional*. Madrid.
- Goffaux, B. (2003), "Promotions juridiques et monumentalisation des cités hispano-romaines", *Salduie* 3: 143-161.
- Gregori, G. L. (2012), "Vita e gesta del senatore bresciano M. Novio Macrino", in D. Rossi (cur.), *Sulla via Flaminia: Il Mausoleo di Marco Nonio Macrino*. Milán, 286-301.
- Gutiérrez Behemerid, M. A., De la Iglesia, M. A., Subías, E., y Tuset, F. (2006), "El teatro de Clunia. Nuevas aportaciones", en C. Márquez y Á. Ventura (coords.), *Jornadas sobre teatros romanos en Hispania (Córdoba, 2002)*. Córdoba, 291-310.
- Jacques, F. (1984), *Le privilège de liberté. Politique impériale et autonomie municipale dans les cités de l'Occident Romain (161-244)*. Roma.
- Jacques, F. (1983), *Les curateurs des cités dans l'Occident Romain, de Trajan à Gallien*, París.
- Janvier, Y. (1969), *La législation du Bas-Empire Romain sur les édifices publics*. Aix-en-Provence.
- Jongman, W. W. (2007), "Gibbon was right: the decline and fall of the Roman Economy", in *Crises and the Roman Empire*. Leiden, 187-199
- Krause, J. U., y Witschel, Ch. (eds.) (2006), *Die Stadt in der Spätantike. Niedergang oder Wandel?*. Stuttgart.
- Le Roux, P. (1999), "Vectigalia et revenus des cités en Hispanie au Haut-Empire", in *Il capitolo delle entrate nelle finanze municipali in Occidente ed in Oriente*. Roma, 155-170.
- Lo Cascio, E. (cur.) (2012), *L'impatto della peste Antonina*. Bari.
- Macías, J. M. (2013), "La medievalización de la ciudad romana", in J. M. Macías y A. Muñoz (eds.), *Tarraco, christiana ciuitas*. Tarragona, 123-148.

- Macías, J. M (2004), “Les termes de Tarraco. Noves aportaciones”, in J. M. Macías (ed.), *Les termes publiques de l’area portuària de Tarraco. Carrer de Sant Miquel de Tarragona*. Tarragona, 156-160.
- Magallón, M^a Á., y Sillières, P. (eds.) (2013), *Labitlosa (La Puebla de Castro, province de Huesca, Espagne): una cité romaine de de l’Hispanie Citerieure*. Burdeos.
- Mangas, J. (1996), *Aldea y ciudad en la Antigüedad hispana*. Madrid.
- Martín, F. (1994), “Las constituciones imperiales de Hispania”, in *Roma y las provincias: realidad administrativa e ideología imperial*. Sevilla, 169-188.
- Mata, J. (2014), “Crisis ciudadana a partir del siglo II en Hispania: un modelo teórico de causas y dinámicas aplicado al conuentus Carthaginensis”, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra* 22: 219-253.
- Meijide, G., y Herves, F. (2000), “Un nuevo espacio en las termas de Lugo”, in C. Fernández Ochoa y V. García-Entero (eds.), *Termas Romanas en el Occidente del Imperio*. Gijón, 215-220.
- Melchor, E. (2013), “Entre el deseo de perpetuidad y la necesidad de renovación: sobre el reclutamiento de decuriones y la estabilidad de las aristocracias locales en los siglos II y III d. C.”, *L’Antiquité Classique* 82: 218-238.
- Melchor, E. (2009), “Las elites municipales hispanorromanas a fines de la República y en el Alto Imperio”, in J. Andreu, J. Cabrero e I. Rodà (eds.), *Hispaniae. Las provincias hispanas en el mundo romano*. Tarragona, 391-410.
- Melchor, E. (2003), “Aportaciones pecuniarias de los notables locales a las finanzas municipales de las ciudades hispanas”, in C. Castillo, J. F. Rodríguez Neila y F. J. Navarro (eds.), *Sociedad y economía en el Occidente Romano*. Pamplona: 199-230.
- Melchor, E. (1994a), *El mecenazgo cívico de la Bética. La contribución de los evergetas a la vida municipal*. Córdoba.
- Melchor, E. (1994b), “Construcciones sacras y evergetismo en Hispania Romana”, in *Preactas del II Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vitoria, 673-683.
- Melchor, E. (1993), “Construcciones cívicas y evergetismo en la Hispania Romana”, *Espacio, Tiempo y Forma. Serie 2. Historia Antigua* 6: 443-466.
- Melchor, E. (1992-1993), “La construcción pública en Hispania Romana”, *Memorias de Historia Antigua* 13-14, 129-170.
- Melero, F. (2007), “El estudio de la *Cartima* romana (Cártama, Málaga) a través de los nuevos hallazgos”, *Mainake* 29: 339-355.
- Mentxaka, R. (1993), *El senado municipal en la Bética hispana a la luz de la lex Irnitana*. Vitoria.

- Morales, E. M^a. (2003), *La municipalización flavia de la Bética*. Granada.
- Nicols, J. (2007), “Mapping the crisis of the third century”, in *Crises and the Roman Empire*. Leiden, 431-437.
- Pereira, G. (2005), “Municipium, un concepto de la economía política”, in L. Hernández Guerra (ed.), *Actas del II Congreso Internacional de Historia Antigua. La Hispania de los Antoninos (98-180)*. Valladolid, 555-565.
- Pérez Ballester, J., Berrocal, M. C., y Fernández Matallana, F. (2014), “El ocaso de los edificios de *spectacula* en Hispania. El anfiteatro romano de *Carthago Noua*”, in S. Ramallo y A. Quevedo (eds.), *Las ciudades de la Tarraconense oriental entre los siglos II-IV d. C. Evolución urbanística y contextos materiales*. Murcia, 321-339.
- Ramallo, S., y Quevedo, Á. (eds.) (2014), *Las ciudades de la Tarraconense oriental entre los siglos II-IV d. C. Evolución urbanística y contextos materiales*. Murcia.
- Remesal, J. (1996), “*Mummius Secundinus*. El *kalendarium Vegetianum* y las confiscaciones de Severo en la Bética (HA, *Severus*, 12-13)”, *Gerión* 14: 195-221.
- Rodríguez Neila, J. F. (2003), “*Pecunia communis municipum*. Decuriones, magistrados y gestión de las finanzas municipales en Hispania”, in C. Castillo, J. F. Rodríguez Neila, y F. J. Navarro (eds.), *Sociedad y economía en el Occidente Romano*. Pamplona, 111-198.
- Rodríguez Neila, J. F. (1976), “A propósito de la noción de municipio en el mundo romano”, *Hispania Antiqua* 6: 147-168.
- Rodríguez Neila, J. F., y Melchor, E. (eds.) (2006), *Poder central y autonomía municipal. La proyección pública de las elites romanas de Occidente*. Córdoba.
- Rodríguez Oliva, P. (1979), “Escultura del conuentus de Gades. III. Las matronas sedentes de Cártama”, *Baetica* 2: 131-146.
- Romero, D. (2014), “Dinámicas urbanas en el siglo II d. C.: el caso de *colonia Firma Augusta Astigi* (Écija, Sevilla)”, in D. Vaquerizo, J. A. Garriguet y A. León (eds.), *Ciudad y territorio. Transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Alto Medioevo*. Córdoba, 217-234.
- Rubio, J. M. (2009), “El anfiteatro romano de Cartagena”, *Mastia* 8: 43-77.
- Ruiz de Arbulo, J., Cebrián, R., y Hortelano, I. (2009), *El circo romano de Segobriga (Saelves, Cuenca). Arquitectura, estratigrafía y función*. Cuenca.
- Schattner, T. (2014), “Breve descripción de la evolución urbanística de Munigua desde sus comienzos hasta la época tardoantigua”, in D. Vaquerizo, J. A. Garriguet y A. León (eds.), *Ciudad y territorio. Transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Alto Medioevo*. Córdoba, 293-308.
- Schattner, T. (2003), *Munigua. Cuarenta años de investigaciones*. Sevilla.

- Ventura, A., Morena, J. A., y Moreno, A. (2013), “La curia y el foro de la *colonia Virtus Iulia Itucci*”, in B. Soler, P. Mateos, J. M. Noguera y J. Ruiz de Arbulo (eds.), *Las sedes de los ordines decurionum en Hispania. Análisis arquitectónico y modelo tipológico*. Mérida, 233-247.
- Witschel, Ch. (1999), *Krise – Rezession – Stagnation? Der Westen des römischen Reiches im 3. Jahrhundert n. Chr.* Frankf

LA INTEGRACIÓN JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DE LAS *CIVITATES*
DEL RIN EN ÉPOCA DE AUGUSTO: HACIA UNA
RELECTURA INTERDISCIPLINAR

(The Legal-Administrative Integration of the *Civitates* in the Rhine Area
during the Reign of Augustus: Towards An Interdisciplinary Review)

DAVID ESPINOSA-ESPINOSA (david.espinosa@usc.es)¹
Universidad de Santiago de Compostela
Dpto. Historia

RESUMEN - A la luz de una relectura interdisciplinaria de la documentación literaria, arqueológica y epigráfica proporcionada por el *oppidum Ubiorum/Ara Ubiorum* y el *oppidum Batavorum/Batavodurum*, el presente trabajo tiene por objeto proponer una integración jurídico-administrativa más temprana para determinadas *civitates* del Rin, caso de la *civitas Ubiorum* y la *civitas Batavorum*. Considerada como un proceso tardío y selectivo resultado de las medidas adoptadas por los emperadores flavios y antoninos, existen suficientes indicios para situar sus inicios en época de Augusto. Esta relectura surge de un análisis efectuado desde la latinidad provincial, un expediente jurídico-administrativo maleable que favoreció la integración y romanización de *civitates* con un elevado grado de indigenismo, y que fue empleado desde sus comienzos en la reorganización y pacificación de amplios territorios provinciales de Occidente.

PALABRAS CLAVE - *civitas Ubiorum*; *civitas Batavorum*; Augusto; *Latium*; arqueología; epigrafía

ABSTRACT - In the light of an interdisciplinary rereading of the literary, archaeological and epigraphic evidence provided by the *oppidum Ubiorum/Ara Ubiorum* and the *oppidum Batavorum/Batavodurum*, this paper aims to propose an earlier legal and administrative integration for certain *civitates* in the Rhine area, such as the *civitas Ubiorum* and the *civitas Batavorum*. This integration is considered to be a late and selective process which results from the measures taken by the Flavian and Nerva-Antonine emperors, but there is enough evidence to place its beginnings during the reign of Augustus. The proposed rereading arises from an analysis carried out through the provincial *Latinitas*, a flexible legal-administrative status that favoured the integration and Romanization of native *civitates*, and it was utilized from the start to reorganize and pacify large provincial territories in the West.

KEYWORDS - *civitas Ubiorum*; *civitas Batavorum*; Augustus; *Latium*; archaeology; epigraphy

¹ Miembro de los grupos de investigación 'Síncrisis. Investigación en Formas Culturais' (GI-1919) y 'Ciudades Romanas' (UCM/930692/HIST), y del proyecto de investigación 'Nuevas bases documentales para el estudio histórico de la Hispania romana de época republicana: onomástica y latinidad (III-I a.C.)' (HAR2015-66463-P).

1. PLANTEAMIENTO INICIAL DE INVESTIGACIÓN

La existencia en *Hispania* de un importante proceso de municipalización latina en época augústea me ha llevado a preguntarme si pudieron haber existido contemporáneamente otros posibles procesos de latinización jurídica en el resto de provincias occidentales. El punto de partida para resolver esta cuestión se encuentra en el estudio de la descripción geográfica de Europa y el Norte de África contenida en los libros III, IV y V de la *Historial Natural* de Plinio el Viejo. Por ella sabemos que en la práctica totalidad de los territorios romanos de Occidente existieron *civitates Latinae* durante el Principado de Augusto, momento de la redacción de las llamadas *formulae provinciarum* consultadas por el Naturalista².

Según Plinio, en las tres provincias de *Hispania* existieron cincuenta *oppida Latinorum veterum*³, en *Gallia Narbonensis* treinta y tres *oppida Latina*, en *Sicilia* tres *populi Latinae condicionis*, en *Mauretania Caesariensis* tres *oppida Latinorum*, en *Africa Proconsularis* un *oppidum Latinum* y en los *Alpes* un gran número de *gentes Latini iuris*⁴. Además, pese al descuido pliniano y según Estrabón, Roma habría concedido el *Latium* a determinados *populi* en *Gallia Aquitania*, mencionando explícitamente dos de ellos⁵. Pese a que ningún autor antiguo refiere la existencia de ciudades latinas en *Gallia Lugdunensis* y *Gallia Belgica*, es bastante probable, como han propuesto Wolff, Chastagnol o Galsterer-Kröll, que en ambas provincias hubiese habido también *civitates Latinae*, siendo la *colonia (Augusta) Treverorum* el ejemplo más seguro⁶.

Las fuentes clásicas tampoco nos informan de forma explícita sobre la presencia de ciudades latinas ni en la efímera provincia augústea de *Germania*

² Sobre el origen, autoría y cronología de dichas *formulae*, cf. Detlefsen 1908; Henderson 1942; Christol 1994; Espinosa 2014: 10-28.

³ Cf. Plin. *Nat.* 3. 7; 3. 18; 3. 77; 4. 117. De todos ellos, Plinio facilita sólo el nombre de veinticinco *oppida* y/o *populi* (*Nat.* 3. 15; 3. 20; 3. 23-25; 3. 77; 4. 117).

⁴ Cf. Plin. *Nat.* 3. 32 y 3. 35-37 (*Gallia Narbonensis*); 3. 91 (*Sicilia*); 5. 19-20 y 5. 29 (*Mauretania Caesariensis*); 5. 29 (*Africa Proconsularis*); 3. 133 y 3. 135 (los *Alpes*).

⁵ Cf. Str. 4. 2. 2. Para un acercamiento exhaustivo a esta cuestión, así como sobre la condición administrativa de estas *civitates*, cf. Espinosa 2014: 5-27.

⁶ Por citar un ejemplo, Chastagnol (1995: 181 y 183) afirma de forma inequívoca que “il ne fait certes aucun doute que la romanisation progressive des populations relevant des trois provinces de la Gaule Chevelue (Aquitaine, Lyonnaise, Belgique) s'est réalisée pour une bonne part grâce à l'application du 'droit latin' (*ius Latii*) entre le premier siècle de notre ère et le début du IIIe”. En la misma línea, cf. Wolff 1976: 86-89 y 118; Wightman 1985: 57-59; Galsterer-Kröll 1996: 124-126; Dondin-Payre 1999: 137 y 187. En cuanto a *Augusta Treverorum*, las fuentes anteriores a época flavia se refieren a ella como una *colonia*, no pudiendo haber sido otra cosa más, a partir del análisis de su documentación epigráfica (Dondin-Payre 1999; Raepsaet-Charlier 2001a) y en sintonía con las conclusiones de Wolff (1977: 234-241), que de derecho latino. Sobre su condición latina en época augústea o julio-claudia, cf. Wightman 1970: 40 y 42; 1985: 58; Wolff 1976: 45-46; 1977: 234-241; Raepsaet-Charlier 2001b: 405 y 465-466; 2004: 34; Heinen 2002: 63-66.

– comprendida entre el Rin y el Elba durante los años 8/7 a.C. y 9 d.C.⁷ –, ni en las futuras provincias domicianeas de *Germania Inferior* y *Germania Superior*. Para explicar la ausencia de *civitates Latinae* en dichos territorios durante el periodo augústeo podrían aducirse varias razones: la omisión voluntaria o involuntaria de dichas *civitates* por parte de los autores antiguos – principalmente Estrabón y Plinio el Viejo –, la pertenencia de las *civitates* de las futuras provincias de *Germania Inferior* y *Germania Superior* a *Gallia Belgica* en el momento de la redacción de su hipotética *formula provinciae*, la concesión del *Latium* con posterioridad a la redacción de dicha *formula*, o la inexistencia de una política de latinización jurídica en época de Augusto⁸.

Descartado este último motivo tras el estudio de la documentación literaria y epigráfica de determinadas *civitates* renanas, las razones más verosímiles – desde mi punto de vista – serían la omisión voluntaria o involuntaria de dichas *civitates* por parte de los autores antiguos (a semejanza de lo ocurrido con las probables *civitates Latinae* de las *Tres Galliae*), así como la concesión del *ius Latii* por Augusto con posterioridad a la redacción de la *formula provinciae* de *Gallia Belgica* a la que inicialmente habrían pertenecido, quedando dicha *formula* desactualizada⁹. Por el contrario, el motivo que mayoritariamente ha sido invocado en la historiografía moderna, y que ha condicionado sobremedida la percepción y el conocimiento que de la conquista y la ordenación de los territorios situados a orillas del Rin hemos aprehendido, ha sido la integración tardía y selectiva de las *civitates* de las futuras provincias de *Germania Inferior* y *Germania Superior*.

En este sentido, según una visión largo tiempo establecida, la integración jurídico-administrativa de las *civitates* galo-germanas ubicadas a orillas del Rin

⁷ Para conocer las evidencias documentales y los motivos históricos de la constitución de la provincia augústea de *Germania*, cf. Eck 2004a: 69-112; 2004b; 2011; Johnes 2008; Faoro 2014; 2015.

⁸ Tanto el segundo como el tercer motivo parecen inferirse del análisis de la descripción pliniana de los territorios situados a ambos lados del Rin, así como de la relación de *populi Germani* introducida en ella por Plinio (*Nat.* 4. 98-101 y 4. 106). Todo parece indicar la pertenencia de los *populi* asentados en la margen izquierda del río a *Gallia Belgica* con anterioridad a la creación de la provincia de *Germania* por Augusto (Raepsaet-Charlier 1999: 272), si bien algunos de ellos (caso de los *Cugerni*, *Nemetes*, *Vangiones* o *Triboci*), por la cronología propuesta para su *transgressio Rheni* (posterior a la formalización de la *formula provinciae* de *Gallia Belgica*), debieron ser incluidos por el propio Plinio en su relato.

⁹ Chastagnol (1995: 181, 183 y 190) considera también ambos argumentos para el caso de las *Tres Galliae*, señalando que la concesión del *ius Latii* por Augusto habría sido posterior a la redacción de sus respectivas *formulae provinciarum* en un momento comprendido entre los años 22 y 14 a.C. En este sentido, la fundación de *Augusta Treverorum*, cuyo *terminus post quem* está determinado por la construcción sobre el Mosela en el año 17 a.C. de un puente perteneciente a la vía que desde *Lugdunum* se dirigía hasta el Rin (*Str.* 4. 6. 11), sería el *terminus ante quem* de la elaboración de dichas *formulae*, pues Plinio (*Nat.* 4. 106) cataloga a los *Treveri* como *liberi* en un momento en el que los testimonios epigráficos y literarios les atribuyen una condición privilegiada desde época augústea y julio-claudia.

no se habría producido, a excepción de la *civitas Ubiorum* (merecedora de la condición *optimo iure* mediante la *deductio* de *Colonia Claudia Ara Agrippinensium* en el año 50 d.C.)¹⁰, hasta un momento comprendido entre los emperadores flavios y antoninos, es decir, como consecuencia de la aplicación de sendos programas de latinización y romanización jurídica promovidos por Vespasiano, Domiciano, Trajano y Adriano¹¹. Si bien algunas de estas *civitates* no parecen plantear dudas al respecto – caso de *Municipium Arae Flaviae* y de *Colonia Ulpia Traiana*¹² –, *civitates* como las constituidas por los *Ubbi* y los *Batavi* generan más problemas, pudiendo proponerse, a la luz de una relectura interdisciplinaria de su documentación literaria, arqueológica y epigráfica, y sin contravenir la lógica del funcionamiento institucional del Estado romano, una integración jurídico-administrativa más temprana, posiblemente desde época de Augusto¹³.

Aunque esta propuesta pueda parecer ciertamente novedosa, investigadores como Roymans o Raepsaet-Charlier han planteado, a partir de un análisis exhaustivo y holístico de los testimonios conocidos de la *civitas Ubiorum* y la *civitas Batavorum*, el inicio de un proceso de municipalización contemporáneo de la provincialización augústea de *Germania*¹⁴. Este proceso, que parece haber comenzado tras la finalización de las campañas militares de Druso (12-9 a.C.) y Tiberio (9/8-7 a.C.) en *Germania*, habría estado vinculado a la constitución de *civitates* romanas en el Rin¹⁵. Significativa a este respecto es la referencia contenida en la *tabula Siarensis* a la existencia de *civitates* germanas *citra Rhenum* desde el fallecimiento de Druso en el año 9 a.C.¹⁶, así como la noticia transmitida por Dión Casio para el año 9 d.C. sobre la “fundación de *poleis*” *trans Rhenum* (*poleis*

¹⁰ En este sentido, cf. Plin. *Nat.* 4. 106; Tac. *Ger.* 28. 5; Galsterer 1992; Eck 2004a: 127-177.

¹¹ Paradigmática a este respecto es la opinión de Raepsaet-Charlier (1999: 281 y 319-320), para quien las *civitates* de las provincias germanas, pese a su constitución desde época de Druso (12-9 a.C.), no se habrían beneficiado del *ius Latii* hasta finales del siglo I y principios del II d.C. De un modo parecido opina Chastagnol (1995: 189). A mi modo de ver, el silencio de Plinio no puede probar la inexistencia de *civitates Latinae* en la provincia augústea de *Germania*, pues ni siquiera los *Batavi*, protagonistas de una *antiqua societas* que desde tiempos inmemoriales regulaba su relación con Roma, aparecen mencionados como una *civitas foederata*. Sobre el origen y características de esta *societas*, cf. Tac. *Ger.* 29. 2-3; *Hist.* 4, 12; Roymans 2004: 55-61 y 211-213.

¹² Sobre *Municipium Arae Flaviae*, cf. Raepsaet-Charlier 1999: 309-311 y 348. Sobre *Colonia Ulpia Traiana*, cf. Galsterer 1999: 264-269; Eck 2008.

¹³ Es ilustrativo, a este respecto, el periplo augústeo por *Gallia, Germania e Hispania* entre los años 16 y 13 a.C., procediendo a la “fundación” y/o “colonización” de numerosas ciudades, y distribuyendo la “libertad” y la “ciudadanía” entre sus habitantes (D.C. 54. 23. 7; 54. 25. 1).

¹⁴ Cf. Roymans 2004: 63-64 y 195-200; Raepsaet-Charlier 1999: 278-279.

¹⁵ En este sentido, cf. Galsterer 1999: 262; 2001: 27; Raepsaet-Charlier 1999: 319; Roymans 2004: 4, 19 y 23-26.

¹⁶ Cf. *Tab. Siar.* I. 29-31 (*HEp* 9, 1999, 524=*AE* 2002, 46).

sinoikizonto)¹⁷, es decir, comunidades mixtas política y jurídicamente constituidas. Este asunto, como han señalado Humbert o García Fernández para las fundaciones hispanorromanas en época republicana, plantea la espinosa cuestión de atribuirles un estatuto jurídico-administrativo preciso de tipo romano¹⁸. Dicho estatuto, habida cuenta del elevado grado de indigenismo que exhiben, de los contingentes poblacionales mixtos que las habitaron, de su lejanía geográfica con respecto a Roma y de su importante papel como guardianes del orden político y militar en la nueva provincia, tuvo que haber sido diseñado necesariamente a través del *Latium*.

2. EVIDENCIAS DE LA INTEGRACIÓN AUGÚSTEA DE LAS *CIVITATES* DEL RIN A TRAVÉS DEL DERECHO LATINO

La propuesta de interpretación histórica que sugiero surge de la aplicación del paradigma de la latinidad provincial en el estudio de la conquista e integración jurídico-administrativa de los territorios renanos en época de Augusto, un paradigma que ha mostrado su operatividad y un elevado rendimiento histórico en el análisis de la integración de las comunidades hispanas en época republicana e imperial¹⁹, y que puede extrapolarse a la investigación de otros territorios provinciales de Occidente como las *Tres Galliae* y *Germania*²⁰.

En este sentido, el análisis de la documentación literaria, arqueológica y epigráfica de determinadas *civitates* presentes en ellos permite conocer un conjunto amplio de evidencias sobre la existencia de posibles colonias latinas desde época augústea. Es el caso de la *civitas Ubiorum* y la *civitas Batavorum*, *civitates* de reconocida y probada fidelidad a Roma que, además de nutrir de forma casi exclusiva la guardia personal de los emperadores julio-claudios²¹, compartieron un origen y destino común, si bien la *civitas Ubiorum* fue distinguida con la *civitas Romana* en época de Claudio (la *civitas Batavorum* no habría accedido a ella, como muy pronto, hasta su constitución por Trajano como un *municipium optimo iure*)²² y la capitalidad de la provincia augústea de *Germania* y

¹⁷ Cf. D.C. 56. 18. 1.

¹⁸ Cf. Humbert 1976: 226 y 240; García Fernández 2001: 43-44.

¹⁹ Fruto de este análisis son los trabajos de Ortiz de Urbina (2000), García Fernández (2001), Andreu (2004) o Espinosa (2014).

²⁰ Paradigmáticos a este respecto son los estudios seminales de Wolff (1976), Galsterer-Kröll (1996) o Chastagnol (1995).

²¹ Cf. Roymans 2004: 56-58, 211 y 227-229; Lamberti 2006: 108-112. La fidelidad de *Ubi* y *Batavi* fue subrayada desde antiguo por autores como César (*Gal.* 4. 16. 5 y 6. 9. 6), Plinio (*Nat.* 4. 101), Tácito (*Ger.* 29. 2) o Suetonio (*Gal.* 12. 2), y reconocida implícitamente mediante su reasentamiento en la margen izquierda del Rin (*Str.* 4. 3. 4; *Tac. Ger.* 28. 5 y 29. 1-2; *Ann.* 12. 27; *Hist.* 4. 12).

²² Sobre *Colonia Claudia Ara Agrippinensium*, cf. Plin. *Nat.* 4. 106; *Tac. Germ.* 28. 5; *Ann.* 12. 27; 13. 57. 1; Galsterer 1992; Eck 2004a: 127-177. Sobre *Municipium (Ulpia Noviomagus)*

la provincia domicianea de *Germania Inferior*²³. Exceptuando la desigual información proporcionada por cada una de ellas – en buena medida dependiente del albur de la documentación –, el conjunto de evidencias suministrado por ambas apunta hacia una misma dirección: la existencia de una infraestructura jurídico-administrativa latina desde época augústea.

De acuerdo con los relatos de Estrabón y Tácito, los *Ubi* fueron trasladados por Agripa de Transrenania a Cisrenania con la importante misión de proteger la margen izquierda del Rin de posibles incursiones de *Germani*, “no para ser vigilados”²⁴. Un aspecto que los habría hecho atractivos a ojos de Augusto habría sido, además de su inquebrantable lealtad a la causa romana desde tiempos de César²⁵, su permeabilidad a la romanización, circunstancia que habría estado motivada por su proximidad a las *Galliae* y la presencia habitual de *mercatores* entre ellos²⁶.

Similar origen y función podrían haber tenido los *Batavi*. Este *populus*, según las informaciones de Tácito, habría decidido abandonar la margen derecha del Rin por desavenencias con los *Chatii* (grupo tribal del que formaban parte), asentándose de forma voluntaria en el espacio previamente controlado por los masacrados *Eburones*²⁷. Habida cuenta de la importancia de este traslado y de lo geoestratégico de su ubicación, los investigadores han propuesto que el proceso debió contar con la aquiescencia e intervención romanas²⁸. De este modo, *Ubi* y *Batavi* habrían visto premiada su fidelidad y contribución al Imperio (qué mejor manera que haciéndoles partícipes de él)²⁹, y Roma asegurada una posición tan importante para sus intereses políticos y militares en *Germania* como eran la desembocadura del Rin y el Mosa y el acceso a Transrenania.

Batavorum: Roymans 2004: 208, 233 y 257. Raepsaet-Charlier (1999: 281), quien no contempla una condición privilegiada para la *civitas Batavorum* con anterioridad a esta fecha, sitúa en este contexto una hipotética concesión de latinidad. Ahora bien, la probable atribución del *Latium* por Augusto a la *civitas Batavorum* no sólo explicaría las numerosas contradicciones que su corpus documental genera en un contexto de peregrinidad, sino que justificaría la constitución de la *civitas Batavorum* como *municipium civium Romanorum* durante el siglo II d.C.

²³ Cf. Haensch 1999; Eck 2004a: 77-101 y 211-272.

²⁴ Cf. Str. 4. 3. 4; Tac. *Ger.* 28. 5; *Ann.* 12. 27. Ésta habría sido precisamente la razón por la que Roma habría subyugado el Rin en palabras de Tácito (*Hist.* 4. 73). Sobre la *transgressio Rheni* de los *Ubi*, fechada entre los años 20/19 a.C., cf. Galsterer 1992: 107-112; Lamberti 2006: 113-118; Eck 2004a: 40-62; Heinrichs 2003: 336-337.

²⁵ Cf. Caes. *Gal.* 4. 16. 5; 6. 9. 6.

²⁶ Cf. Caes. *Gal.* 4. 3. 3.

²⁷ Tac. *Ger.* 29. 1-2; *Hist.* 4. 12. Sobre la *transgressio Rheni* de los *Batavi*, cf. Roymans 2004: 24-28; 55-58, 211 y 251.

²⁸ Cf. Roymans 2004: 24-25; Kemmers 2008: 170.

²⁹ Como precisa un pasaje cesariano sobre el *bellum Gallicum* (Caes. *Gal.* 4. 16. 4), el límite septentrional del Imperio romano estaba fijado a orillas del Rin.

La fórmula jurídico-administrativa empleada por Roma para oficializar su situación podría haber sido el establecimiento de sendos *foedera* informales que hubiesen reconocido tácitamente y garantizado sus intereses en la zona, estipulando los derechos y obligaciones de cada una de las partes. Es lo que parece deducirse del análisis de las fuentes, que evidencian la existencia de una *antiqua societas* entre Roma y los *Batavi*, así como de una relación de *amicitia* entre Roma y los *Ubi*³⁰. Ahora bien, en el marco de la propuesta de interpretación que sugiero, esta situación habría sido transitoria, pues los testimonios conocidos parecen apuntar hacia una modificación de su condición jurídico-administrativa conforme a un ordenamiento constitucional de tipo romano en cuanto las condiciones lo hubieron permitido.

En este sentido, la conquista y aparente pacificación de *Germania* al término de las campañas de Druso y Tiberio³¹, así como la determinación de constituir una nueva provincia en *Germania* desde la margen izquierda del Rin hasta el río Elba³², habrían sentado las bases de una anexión definitiva de ambos *populi*. De hecho, el establecimiento por parte de Roma de sendos *capita civitatis* en la última década del siglo I a.C. (los denominados *oppidum Ubiorum* y *oppidum Batavorum*) sólo puede entenderse como el trasunto de su integración jurídico-administrativa, una integración que, como sostienen Humbert o García Fernández para las fundaciones romanas en *Hispania*³³, debió comportar necesariamente un estatuto privilegiado.

La creación de *civitates* privilegiadas en la margen izquierda del Rin habría sido un elemento clave en la constitución de una nueva provincia en *Germania*. Augusto, para llevar a cabo este proyecto con éxito, habría debido contar, además de con la preparación y capacidades de las legiones, así como con la experiencia política de sus *legati*, con la existencia de espacios cívicos de autogobierno que hubiesen permitido descentralizar el control y la administración de este nuevo espacio provincial³⁴. Asimismo, habida cuenta de la precaria pacificación de los *populi* transrenanos, habría debido promover el establecimiento de una reta-

³⁰ Para conocer los detalles de la alianza entre Roma y los *Batavi*, cf. Tac. *Ger.* 29. 1-2; *Hist.* 4. 12; Roymans 2004: 55-61 y 211-213. Y entre Roma y los *Ubi*, cf. Str. 4. 3. 4; Tac. *Ger.* 28. 5; *Ann.* 12. 27; Eck 2004a: 55-57; Lamberti 2006: 114-116.

³¹ Para una visión de conjunto sobre la denominada *Germanienpolitik* de Augusto, cf. Wolters 1999; Deininger 2000; Kehne 2002; Wiegels 2008.

³² La conquista y provincialización de *Germania* habrían sido contempladas por Augusto como un legado inconcluso de César (Plu. *Caes.* 58. 3; Flor. 2. 30. 21-22).

³³ En este punto vuelvo a reenviar a las observaciones de Humbert y García Fernández; cf. *supra*.

³⁴ En este punto comparto las críticas realizadas por Raepsaet-Charlier (1999: 278-279) y Roymans (2004: 195-200) sobre la aplicación exclusiva de un modelo militar de administración territorial en la comprensión de la historia de los territorios renanos en época agústea. Asimismo, cf. Raepsaet-Charlier y Raepsaet 2011: 633; Raepsaet 2013.

guardia en paz y segura que le hubiese permitido adentrarse en *Germania* sin poner en riesgo su propia seguridad, sirviendo a la vez de glacis protector para las *Galliae*³⁵.

En la misma línea cabe entender la constitución de nuevas *civitates* en la margen derecha del Rin. Augusto, además de elevar el rango de las viejas *civitates foederatae* de la orilla izquierda del río, habría fomentado la difusión de un modelo urbano mediterráneo de administración cívica *trans Rhenum*³⁶. Las fuentes, a este respecto, son generosas, pues mientras Dión Casio nos informa de que Roma estaba “fundando *poleis*” en *Germania* con anterioridad al desastre de Varo a manos de Arminio en el año 9 d.C.³⁷, y de que en los contingentes que sufrieron sus estragos había civiles (mujeres y niños)³⁸, la arqueología ha descubierto en Lahnau-Waldgirmes los restos de un asentamiento urbano de inspiración romana a casi 100 km del Rin. Fundado entre los años 7 y 4 a.C., y habitado por un contingente poblacional de inmigrantes mediterráneos e indígenas de filiación celto-germánica, estaba provisto de un foro con basílica, estatuaria monumental en bronce dorado (de la que proceden los restos de varias esculturas ecuestres, una de las cuales podría haber pertenecido a Augusto), *fistulae aquariae*, calles porticadas y viviendas con *atrium* y *tabernae*³⁹.

En este estado de cosas, no habría tenido demasiada lógica que Augusto hubiese comenzado a fundar *civitates* mixtas allende el Rin, equipadas necesariamente con una infraestructura jurídico-administrativa de tipo romano, y hubiese dejado a sus *socii* predilectos en la zona, es decir, a *Ubbi* y *Batavi*, en una condición peregrina desprovista de los cauces jurídicos adecuados para formalizar las posibles relaciones familiares y/o patrimoniales que pudieran surgir con romanos y latinos, más aún cuando la documentación prueba la convivencia estable de contingentes poblacionales mixtos en sus *capita civitatis*, y cuando Augusto podría haber comenzado a difundir el *Latium* entre las *civitates* de su anterior provincia de adscripción, caso muy probable de la *colonia Treverorum*⁴⁰. A mi modo de ver, no habría habido ningún obstáculo legal ni político que hubiese impedido extender dicha concesión a *Ubbi* y *Batavi*, sobre todo cuando

³⁵ Los textos así lo ponen de manifiesto, pues si bien con anterioridad al año 12 a.C. pudieron haber existido *populi Germani* sin pacificar en la margen izquierda del Rin (Liv. frag. 139), algunos años más tarde, en palabras de Estrabón (4. 3. 5), “todos los pueblos de este lado del Rin vivían en un estado de tranquilidad y sumisión a los Romanos”, lo que Arminio habría calificado en el año 15 d.C. como la “orilla de los vencidos” (Tac. Ann. 1. 59).

³⁶ Cf. Carroll 2002: 127; Roymans 2004: 199.

³⁷ Cf. D.C. 56. 18. 1.

³⁸ Cf. D.C. 56. 22. 2.

³⁹ Para una aproximación a la cronología, morfología urbana y contingente poblacional de Lahnau-Waldgirmes, cf. Becker y Rasbach 2003; Becker 2005; von Schnurbein 2003: 98-104; 2010; Eck 2004a: 70-72; 2010: 13-14; Heinrichs 2008: 152-155; Rasbach 2010.

⁴⁰ Cf. Raepsaet-Charlier 2001b: 405 y 465-466; 2004: 34.

venían cumpliendo diligentemente y con lealtad la función atribuida por César y Augusto, y cuando dicha concesión pudo haberse producido como compensación – en palabras de Suetonio – “por los servicios prestados al pueblo Romano”⁴¹. Evidencias, en este sentido, no faltan.

En primer lugar, los textos relativos a las *civitates* del Rin mencionan la existencia de colonias. Es el caso de un fragmento de los *Annales* de Tácito referido al año 15 d.C.⁴². En él, con motivo del discurso que Arminio habría dirigido a los *populi Germani* en su lucha contra Roma, se hace referencia a *novae coloniae*, lo que dejaría entrever la existencia de colonias en ese momento. También es el caso de un pasaje de las *Historiae* de Tácito que menciona el juramento de fidelidad que los dirigentes de las colonias (*principes coloniarum*) habían hecho a Vitelio en el año 69 d.C.⁴³, una clara referencia por coherencia textual a *Agrippinenses*, *Treveri* y *Lingones* que podría haber englobado genéricamente más *civitates*⁴⁴.

Un nuevo pasaje de las *Historiae* de Tácito, esta vez referido a *Colonia Claudia Ara Agrippinensium*, podría documentar la promoción de la *civitas Ubiorum* a *colonia Latina*⁴⁵. El texto en cuestión, atribuido al establecimiento de la colonia romana por Claudio en el año 50 d.C., y en el contexto de la rebelión de *Iulius Civilis* en el año 69 d.C., parece referirse a una antigua *deductio* que había sucedido “hacia mucho tiempo”. Además del empleo del adverbio temporal *olim* que denota un pasado lejano⁴⁶, se hace referencia a tres generaciones (*parentes, fratres, liberi*), lo que imposibilitaría – desde mi punto de vista – que los protagonistas de este fragmento hubiesen sido los colonos que diecinueve años antes de la rebelión de *Civilis* habían formado parte de la colonia romana. En él, asimismo, se hace referencia al *ius conubii*, uno de los *iura* que era atribuido habitualmente a

⁴¹ Cf. Suet. *Aug.* 47. 1.

⁴² Cf. Tac. *Ann.* 1. 59.

⁴³ Cf. Tac. *Hist.* 1. 57. El término *princeps* parece aludir a los miembros de las oligarquías locales con responsabilidades político-administrativas en el gobierno de sus comunidades. Es lo que sugiere el uso de dicho término en una inscripción perteneciente a la *civitas Segustavorum* (que documenta titulación colonial) para referirse al ciudadano *C. Iulius Iullus* (*CIL* XIII, 1645), así como en un pasaje de Valerio Máximo (9. 3. 8) cuando se refiere a un cierto *Granius* de *Puteoli* como *princeps coloniae*. Para Dondin-Payre (1999: 186-187), en cambio, “ne s’applique pas obligatoirement à un magistrat”. Sobre el significado de *princeps* con varios ejemplos, cf. Wagenvoort 1956: 43-79; Cébeillac-Gervasoni 1998: 36; Lamoine 2009: 68-105.

⁴⁴ Pese a carecer de documentación epigráfica que certifique con total seguridad la presencia de colonias latinas en las *Tres Galliae* y *Germania* contamos con numerosos indicios de su probable existencia como es la transmisión legal de *nomina* y ciudadanía romana.

⁴⁵ Cf. Tac. *Hist.* 4. 65.

⁴⁶ *Olim* es empleado por Tácito para referir el largo tiempo transcurrido desde un punto determinado en el pasado hasta el momento en el que se desarrolla la acción de la que informa. Es lo que sucede cuando trata el origen de los *Agrippinenses* y se refiere a la *transgressio Rheni* de los *Ubii* (*Ger.* 28. 5), así como cuando alude a la antigüedad y naturaleza de la *civitas* disfrutada por los antepasados del trévero *Iulius Florus* y el eduo *Iulius Sacrovir* (*Ann.* 3. 40).

las *civitates Latinae*.⁴⁷ Haciendo uso de él, como demuestra el matrimonio entre la ciudadana ubia (de condición latina) *Louba Gastinasi f.* y el ciudadano romano *Q. Cornelius Q. f. Galeria*⁴⁸, romanos y ubios de condición latina habrían establecido (*per conubium sociatis*) estrechos vínculos familiares, un mecanismo jurídico que de haber estado haciendo referencia a las relaciones existentes entre colonos de origen ubio y romanos tras la *deductio* de la colonia romana habría carecido de sentido por su condición ciudadana.

A pesar de la seguridad y claridad expositiva con la que Tácito transmite los hechos, las referencias a la presencia de colonias en los territorios objeto de estudio o han sido soslayadas o desautorizadas, en buena medida por los presupuestos de Wolff, quien sólo reconoce un carácter técnico en Tácito a las menciones individuales de colonias, muy posiblemente porque dichas colonias, caso de la *colonia Treverorum* y la *colonia Lingonum*, están documentadas epigráficamente. Es ahora, cuando se contempla la posibilidad de que Augusto hubiese podido aplicar en *Germania* una política de latinización jurídica semejante a la llevada a cabo en otros territorios de Occidente, cuando estas referencias adquieren sentido plenamente, una circunstancia, propia del avance de la investigación, que ya había sucedido con las referencias a la institucionalización de una provincia augústea en *Germania* y a la “fundación de *poleis*” en ella⁴⁹. A fin de cuentas, como sostiene Faoro, “la quotidianità del potere romano nella transrenana è pressoché sconosciuta e con essa la struttura organizzativa predisposta alla nascita della provincia”⁵⁰.

En segundo lugar, como acabo de señalar, las fuentes epigráficas documentan condición colonial para determinados *populi* de las *Tres Galliae* y *Germania*. Es

⁴⁷ En la actualidad no existe consenso sobre los *iura* que eran inherentes a la condición latina en época tardorrepública e imperial. En relación con el *conubium*, autores como Sherwin-White (1973: 109-110) o García Fernández (2001: 144-149; 2010: 151-152) abogan por un disfrute automático, mientras que autores como Roselaar (2013: 102 y 110-117) cuestionan dicha presunción, proponiendo que se trataría de un derecho adicional.

⁴⁸ Cf. *CIL* XIII, 8565 (primera mitad del I d.C.). La estructura onomástica de *Louba*, si aplicásemos el modelo explicativo clásico, correspondería a la de una peregrina. Sin embargo, como han señalado Alföldy (1966: 56-57) o García Fernández (2001: 126-127 y 139-145), toda *civitas* afectada por el *Latium* se habría caracterizado por la *variatio* de las estructuras onomásticas de su población latina, pudiendo haber hecho uso del *duo* o *tria nomina*, pero también de su tradicional sistema de designación, circunstancia que se documenta tanto en las colonias latinas de *Gallia Narbonensis* como en los municipios latinos de *Hispania*. Para un análisis exhaustivo de esta cuestión, cf. García Fernández 2010.

⁴⁹ Como han señalado Carroll (2002: 127), Eck (2004a: 69 y 86; 2011: 11-13), Roymans (2004: 199) o Faoro (2014: 384 n. 26), ningún autor moderno daba crédito a las informaciones de Cassio (56. 18. 1), Velejo Patérculo (2. 97. 4) o Floro (2. 30. 21-22) sobre la “fundación de *poleis*” en *Germania* y la constitución de una provincia romana en su territorio. Ha habido que esperar hasta el engrosamiento de la base documental y la introducción de nuevos planteamientos de interpretación histórica para que a dichas noticias se les dé crédito.

⁵⁰ Cf. Faoro 2015: 682.

el caso de los *Elusates*, *Vellavi* y *Convenae* en *Gallia Aquitania*, de los *Segusiavi*, *Senones* y *Viducasses* en *Gallia Lugdunensis*, de los *Mediomatrici*, *Morini* y *Treveri* en *Gallia Belgica*, y de los *Lingones*, *Sequani*, *Nemetes* y *Aresaces/Mogontiacenses* en *Germania Superior*⁵¹. De entre ellos, Estrabón atestigua la condición latina de los *Convenae*, y Tácito la titulación colonial de los *Treveri* y *Lingones*⁵². Habida cuenta de que el propio Augusto afirma en sus *Res Gestae* que no fundó colonias “de soldados” (*colonias militum*) en *Gallia Lugdunensis*, *Gallia Belgica* ni *Germania*⁵³, podríamos estar ante la confirmación indirecta de que dichas colonias hubiesen disfrutado inicialmente del *Latium*, pudiendo haber obtenido con posterioridad una promoción *optimo iure* como es el caso de los *Lingones*⁵⁴.

En tercer lugar, la documentación epigráfica sugiere la presencia en época augústea y julio-claudia de una infraestructura jurídica de tipo latino en el interior de algunas de estas *civitates* (como en la *civitas Ubiorum* y la *civitas Batavorum*), principalmente por la presencia de contingentes poblacionales mixtos y la transmisión legal de *nomina* y ciudadanía romana⁵⁵. Es el caso, en la *civitas Ubiorum*, del probable ciudadano ubio (de condición latina) *Valerius Vari f.*⁵⁶ y dos familias con orígenes y status distintos. La primera, de condición romana, habría estado integrada por el veterano de la *legio V Alauda L. Poblicius L. f. Teretina*, su hija *Paulla*, su mujer, su hijo y los libertos *L. Poblicius Modestus* y *L. Poblicius [---]*⁵⁷. La segunda, de condición romana y latina, habría estado formada por el trévero [*Juilliovus Glannionis f.*, su mujer *Lextenia C. l. Illetia*, sus hijos *Vrabucius*, *Donata* y *Germanus*, sus nietos *Iucundus*, *Cicla* y *Annia*, y sus padres *Felix* y *Palin[---]*⁵⁸. Destaca en esta familia el correcto funcionamiento del *ius conubii* de su *civitas Latina* de pertenencia – la *colonia Treverorum* –, pues pese a que *Lextenia Illetia* poseería la ciudadanía romana tanto sus hijos como

⁵¹ Para un tratamiento conjunto de los testimonios epigráficos relativos a estos *populi*, cf. Wolff 1976; Dondin-Payre 1999; Raepsaet-Charlier 1999.

⁵² Cf. Str. 4. 2. 2; Tac. *Hist.* 1. 57; 4. 62; 4. 72.

⁵³ Cf. Aug. *RG* 28.

⁵⁴ Tácito (*Hist.* 1. 78), en el marco de la guerra civil, informa de que Otón concedió la ciudadanía romana a todos los *Lingones*, si bien hay que pensar, como propone Raepsaet-Charlier (1999: 288), que al término del conflicto Vespasiano les hubiese retirado dicho privilegio volviendo a su antigua condición de latinos. De la misma opinión son Wolff (1977: 227) y Chastagnol (1995: 185-186).

⁵⁵ Esta infraestructura, como ha precisado García Fernández (2001: 147-148), habría estado destinada a facilitar la cohesión jurídica de la población en el interior de un tipo de comunidades en las que de forma institucionalizada convivían dos ciudadanía. Para una aproximación al contingente poblacional de ambas *civitates*, cf. Carroll 2004: 127; Roymans 2004: 203-204; Beliën 2008: 177; Heinrichs 2010.

⁵⁶ *IKöln*² 219 (primera mitad del I d.C.).

⁵⁷ Cf. *IKöln*² 311 (ca. 40 d.C.).

⁵⁸ Cf. *IKöln*² 415 (primer mitad del I d.C.).

sus nietos heredaron la probable condición latina de [.]*juilliovwus*.⁵⁹ *Ius conubii* debió existir también en el seno de la *civitas Ubiorum* (algo que Tácito, como hemos visto, parece corroborar), pues de ningún otro modo habría sido posible que la ciudadana ubia (de condición latina) *Louba Gaestinasia f.* hubiese contraído *iustae nuptiae* con el ciudadano romano *Q. Cornelius Q. f. Galeria*.⁶⁰ Similar situación encontramos en la *civitas Batavorum*, donde el ciudadano romano *Ti. Iulius C. f. Aniensis Probus*, su mujer (posiblemente bátava) y su hija *Iulia Ti. f. [---]*⁶¹ habrían convivido con los ciudadanos bátavos (de condición latina) *Flaus Vibirmatis f. – summus magistratus civitatis Batavorum*⁶² –, *Imerix Servofredi f.*⁶³ y *Flaus Blandi f.*⁶⁴

Mención especial merecen los numerosos *cives* romanos residentes en ambas *civitates* distinguidos con el *nomen Iulius*⁶⁵. Parece fuera de toda duda que su *nomen* y ciudadanía se debieron a concesiones viritanas *virtutis causa* por Cesar y Augusto a destacados miembros de las oligarquías locales⁶⁶. Lo

⁵⁹ El *conubium* habría tenido la facultad de legalizar una unión mixta conforme a la ley romana situándola bajo el *ius civitatis* del marido. El comportamiento mencionado volvemos a encontrarlo en la propia *Augusta Treverorum*, donde residieron dos familias de condición romana y latina compuestas por *Priscus*, su mujer *Lusia Iblia* y su hija *Carantia* (CIL XIII, 4229: ¿150-212 d.C.?), así como por *Soiius*, su esposa *Primia Tauso*, su hijo *Soiianus* y su nieto *Sollemnis* (ILB 104: 100-212 d.C.). En este sentido, cf. García Fernández 2010: 152.

⁶⁰ Cf. CIL XIII, 8565 (primera mitad del I d.C.).

⁶¹ Cf. AE 2001: 1515 (mediados del I d.C.). La lectura de este epígrafe no está exenta de problemas, pues su deficiente estado de conservación impide concretar si *Iulia Ti. f.* era realmente su hija o esposa. Para conocer las posiciones al respecto, cf. Derks 2003.

⁶² Cf. CIL XIII, 8771 (primera mitad del I d.C.). La presencia en época julio-claudia de un *summus magistratus* ha sido interpretada por Roymans (2004: 14 y 63-64) como el resultado de la introducción de un sistema romano de administración cívica en el seno de la *civitas Batavorum*, siendo la latinización, como ha sugerido Raepsaet-Charlier (1999: 279 n. 38), de una magistratura monocrática semejante al *vegrobretus*. Habida cuenta de esta magistratura y de la estructura onomástica de su representante, ambos autores atribuyen un estatuto peregrino a la *civitas Batavorum* para ese momento. Pero como ha planteado García Fernández (2001: 129-138), ambas situaciones son compatibles en *civitates Latinae*, pues la posibilidad que confería el derecho latino de hacer uso de *iura* y *instituta* locales pudo haberse traducido temporalmente en el mantenimiento de magistraturas y formas de designación indígenas.

⁶³ Cf. AE 1971, 299 (mediados del I d.C.).

⁶⁴ Cf. AE 1938, 125 (I d.C.).

⁶⁵ Sin ánimo de exhaustividad, entre los *Ubi* documentamos a *C. Iulius Florentinus* (AE 1973, 364: II-III d.C.), *C. Iulius Primus* (IKöln² 83: I-II d.C.), *Iulia Prisci f. Allua* (IKöln² 164: II-III d.C.), *C. Iulius Severus* (IKöln² 198: ¿II-III d.C.?), *C. Iulius Firminus* (IKöln² 330: II-III d.C.), *C. Iulius Sperato* (IKöln² 503: I d.C.) o a los hermanos *C. Iulius Primus* y *C. Iulius Quartus* (IKöln² 147: II-III d.C.), mientras que entre los *Batavi* conocemos a los protagonistas de la revuelta bátava *Iulius Civilis* (Tac. Hist. 1. 59), *Iulius Paulus* (Tac. Hist. 4. 13 y 4. 32) y *Iulius Briganticus* (Tac. Hist. 2. 22 y 4. 70) (69/70 d.C.).

⁶⁶ Cf. Suet. Aug. 47. 1; Tac. Ann. 3. 40; D.C. 54. 25. 1; Alföldy 1966: 39; Wightman 1985: 57; Raepsaet-Charlier 2004: 55-56; Carroll 2004: 129; Roymans 2004: 61-63 y 65.

que no es tan evidente es el mecanismo de transmisión y perduración de *nomina* y *civitas Romana* en un entorno peregrino, salvo que se practicase una política matrimonial endogámica difícil de prolongar durante siglos. La alternativa real a esta política, como ha propuesto García Fernández para el caso hispano, habría sido la existencia de *conubium* en el ordenamiento constitucional de sendas *civitates*⁶⁷, un hecho que ha quedado acreditado a través del estudio de los ejemplos anteriores. Habida cuenta de que ni la *civitas Ubiorum* ni la *civitas Batavorum* (y por extensión la *civitas Treverorum*) gozaron de un status *optimo iure* durante los reinados de Augusto, Tiberio y Calígula, el único tipo de comunidad que proveía de *conubium* era aquel diseñado a través del *Latium*, un expediente jurídico-administrativo dúctil que, además de introducir una vía propia de acceso a la *civitas Romana*, procuraba la infraestructura jurídica necesaria para la convivencia estable de contingentes poblacionales mixtos y la transmisión legal de *nomina* y ciudadanía, algo que sólo sucedía bajo determinadas condiciones, es decir, por filiación y si el matrimonio era *iustum*⁶⁸.

Por último, en cuarto lugar, la documentación arqueológica ha aportado pruebas irrefutables sobre la planificación e implantación *ex novo* de dos asentamientos urbanos de morfología romana como *capita civitatis* de la *civitas Ubiorum* y la *civitas Batavorum*. Ambas ciudades, construidas a partir de los años 8/7 a.C.⁶⁹, y dotadas de espacios públicos de representación del poder romano y programas iconográficos vinculados a la *domus Augusta*⁷⁰, no ocultan su función de centros de la política y la administración romanas en el Rin, siendo más evidente en el caso de la *civitas Ubiorum* por su designación como *caput provinciae* de *Germania*⁷¹.

⁶⁷ Cf. García Fernández 2015: 595.

⁶⁸ Para una aproximación a esta cuestión, cf. García Fernández 2011; 2015. En opinión de esta autora (García Fernández 2011: 48-52), el recurso a mecanismos de clientela y *imitatio* debería cuestionarse, siendo necesario establecer un vínculo directo entre difusión onomástica y promoción jurídica, ya fuese individual o colectiva. De igual forma debería rechazarse, a juicio de Dondin-Payre y Raepsaet-Charlier (2001: II), la idea de usurpaciones masivas de ciudadanía y *nomina* romanos por parte de peregrinos.

⁶⁹ Para conocer los criterios de datación de la fundación de ambas ciudades, cf. Carroll 2002: 124; Eck 2004a: 77, 80-84, 94 y 97; 2011: 19-20; Roymans 2004: 204; Weiler 2007: 384-389; Beliën 2008: 177; Willems y van Enckevort 2009: 21 y 70; Heinrichs 2010: 327 y 331.

⁷⁰ De Colonia proceden los retratos de Augusto, Livia, Gayo o Lucio César y Druso, mientras que de Nijmegen un retrato de César y un conjunto de relieves dedicados a Tiberio y Germánico (cf. Salzmann 1990: 150-168; Boschung 2002: 140; Eck 2004a: 84; Roymans 2004: 212-217; Willems y van Enckevort 2009: 21-22, 130 y 179-180). Este tipo de programas formaban parte del paisaje urbano habitual de colonias y municipios en todo el Imperio (Boschung 2002), siendo interpretados por Roymans (2004: 216) como una “declaration of loyalty to the emperor and the authority of Rome”.

⁷¹ Esta función podría explicar el deseo albergado por personal dependiente de la administración provincial e imperial de residir y hacerse enterrar en las áreas funerarias de

En cuanto al *oppidum Ubiorum*, cuyo nombre parece haber sido *Ara Ubiorum*⁷², la investigación llevada a cabo en su solar ha permitido reconstruir su fisiónomía urbana en época augústea. La ciudad, provista de un recinto fortificado⁷³, habría sido organizada a partir de un entramado urbano ortogonal cuyo diseño recuerda al de colonias del norte de Italia como *Iulia Augusta Taurinorum* o *Augusta Praetoria Salassorum*.⁷⁴ De él se han recuperado los restos de varias calles, algunas viviendas de madera y arcilla con pavimentos de mosaico y pinturas murales⁷⁵, diferentes estructuras monumentales construidas en piedra⁷⁶, y hasta un posible templo de tradición romana de cuya rica ornamentación dan buena cuenta los numerosos fragmentos de fustes de columna, basas, capiteles y cornisas⁷⁷.

Respecto al *oppidum Batavorum*, llamado verosímelmente *Batavodurum*⁷⁸, la arqueología ha logrado documentar las trazas de lo que debió haber sido el entramado urbano ortogonal de la ciudad, una ciudad definida por Roymans como una “implantation from outside by a superpower”⁷⁹, que habría contado con casas construidas con madera y cimientos de piedra, algunas de las cuales incluyeron bodegas en tufo y ladrillo en época de Nerón⁸⁰. Habida cuenta de la escasa superficie excavada (tan sólo un 3% del total), poco más se sabe sobre *Batavodurum*, salvo que estuvo rodeada por un foso defensivo y habría albergado un foro⁸¹.

No parece fortuito, a juicio de Moscheiser-Niebergall, que la implantación de sendos *capita civitatis* hubiese coincidido con el establecimiento de otras ciudades

la ciudad. Es el caso del liberto *C. Iulius Nymphodotus, accensus Caesaris* (*IKöln*² 266: primera mitad del I d.C.), de un *dispensator divi Augusti et Ti. Caesaris* (*IKöln*² 267: época de Tiberio) y de un cierto *Vedianus, Ti. Caesaris Aug. et Augustae libertus* (*IKöln*² 268: primer tercio del I d.C.). Sobre este asunto, cf. Eck 2004a: 94-96; Faoro 2014: 389-390.

⁷² Cf. Tac. *Ann.* 1. 39; 1. 57; Bechert 2013.

⁷³ Cf. Carroll 2002: 124-125; Eck 2004a: 97. A mi modo de ver, es poco probable que Augusto hubiese promovido la monumentalización y fortificación de una ciudad peregrina, situada en un punto tan importante para los intereses romanos en la zona, si no hubiese sido porque la *civitas Ubiorum* hubiese podido recibir contemporáneamente una probable promoción estatutaria, más aún si tenemos en cuenta que, como ha señalado Barrandon (2011: 69-70), Roma “ne fut pas un État évergète et nous ne connaissons pas de financements similaires (...) si ce n'est pas dans les fondations coloniales”.

⁷⁴ Cf. Carroll 2002: 127.

⁷⁵ Para esta cuestión, cf. Carroll 2002: 124; Thomas 2004; Eck 2004a: 97.

⁷⁶ Cf. Eck 2004a: 84.

⁷⁷ Cf. von Hesberg 2002.

⁷⁸ Cf. Tac. *Hist.* 5. 19-20; Roymans 2004: 200 y 202.

⁷⁹ Cf. Roymans 2004: 103. Los arqueólogos holandeses, por su parte, se refieren a él como un “colonial town” (Roymans 2004: 202).

⁸⁰ Cf. Roymans 2004: 203; Willems y van Enckevort 2009: 21.

⁸¹ Cf. Roymans 2004: 203-204, 213, 216 y 219.

en las *Tres Galliae* y *Germania*, caso de *Augusta Treverorum*, *Atuatuca Tungrorum* o *Lahnau-Waldgirmes*⁸². Todas ellas podrían haber pertenecido, en opinión de esta autora, a un ambicioso programa de urbanización augústeo que habría constituido el trasunto material de un proceso de reorganización provincial y municipalización iniciado por Augusto tras las campañas de Druso y Tiberio⁸³. Dicho programa, en la vertiente jurídico-administrativa de los hechos, habría debido surgir y ser sancionado a través de un ordenamiento constitucional específico, siendo la infraestructura jurídico-administrativa suministrada por el *Latium* la que mejor se adecuaba a las características políticas, culturales y demográficas de estas nuevas *civitates*.

Sólo tras un largo proceso de romanización jurídica y cultural dirigido por Roma a través del *Latium* la *civitas Ubiorum* y la *civitas Batavorum* habrían alcanzado el grado de madurez necesario para “ser merecedoras” – en palabras de Tácito refiriéndose a los *Ubi*⁸⁴ – de la *civitas Romana*. Lejos de considerarlas como posibles excepciones en un entorno peregrino, habría que concebir su fundación como un valioso testimonio de lo que podría haber sido un importante proceso de latinización jurídica en las *Tres Galliae* y *Germania* promovido por Augusto, un proceso que se habría visto truncado por la derrota de Varo a manos de Arminio, y entre cuyos objetivos habría que contemplar el establecimiento de una malla de enclaves de autogobierno y explotación económica que hubiese facilitado la integración y romanización de dichos territorios.

BIBLIOGRAFÍA

- Alföldy, G. (1966), “Notes sur la relation entre le droit de cité et la nomenclature dans l’Empire romain”, *Latomus* 25: 37-75.
- Andreu, J. (2004), *Edictum, Municipium y Lex: Hispania en época Flavia (69-96 d.C.)*. Oxford.
- Barrandon, N. (2011), *De la pacification à l’intégration des Hispaniques (133-27 a.C.): les mutations des sociétés indigènes d’Hispanie centrale et septentrionale sous domination romaine*. Burdeos.
- Bechert, T. (2013), “*Ara Ubiorum*. Zum Namen des frühkaiserzeitlichen Köln und zum Standort des Kaiseraltars”, *Carnuntum Jahrb.* 2012: 9-16.

⁸² Cf. Morscheiser-Niebergall 2009: 128-129.

⁸³ Cf. Morscheiser-Niebergall 2009: 130-131 y 133. En términos parecidos han expresado su opinión Wolff (1976: 116), Dondin-Payre (1999: 225), Raepsaet-Charlier (1999: 278-279), Carroll (2004: 127), Roymans (2004: 16, 63-64 y 195-202), Weiler (2007), Willems y van Enckevort (2009: 71-72) o von Schnurbein (2010).

⁸⁴ Cf. Tac. *Ger.* 28. 5.

- Becker, A. (2005), "Neue Aspekte zur Chronologie der augusteischen Germanienpolitik. Wirtschaftliche, topographische und politische Standortfaktoren einer urbanen römischen Siedlung in Waldgirmes", *MBAH* 24/2: 161-174.
- Becker, A. y Rasbach, G. (2003), Die spätaugusteische Stadtgründung in Lahnau-Waldgirmes. Archäologische, architektonische und naturwissenschaftliche Untersuchungen", *Germania* 81/1: 147-199.
- Beliën, P. (2008), "Nijmegen, Caesar, Agrippa and Augustus. North Gaul and the Lower Rhine Region and the numismatic evidence from Nijmegen", en M.^a P. García-Bellido, A. Mostalac y A. Jiménez (eds.), *Del imperium de Pompeyo a la auctoritas de Augusto. Homenaje a Michael Grant*. Madrid, 173-190.
- Boschung, D. (2002), *Gens Augusta. Untersuchungen zu Aufstellung, Wirkung und Bedeutung der Statuengruppen des julisch-claudischen Kaiserhauses*. Maguncia.
- Carroll, M. (2002), *Romans, Celts & Germans. The German Provinces of Rome*. Stroud.
- Cébeillac-Gervasoni, M. (1998), *Les magistrats des cités italiennes de la seconde Guerre Punique à Auguste: le Latium, et la Campanie*. Roma.
- Chastagnol, A. (1995), "Le probleme de las diffusion du droit latin dans les Trois Gaules et les Germanies", en A. Chastagnol, *La Gaule Romaine et le droit latin. Recherches sur l'Histoire administrative et sur la romanisation des habitants*. Lyon, 181-190.
- Christol, M. (1994), "Pline l'Ancien et la formula de la province de Narbonnaise", en S. Demougin (ed.), *La mémoire perdue. À la recherche des archives oubliées, publiques et privées de la Rome antique*. Paris, 45-63.
- Deininger, J. (2000), "Germaniam pacare. Zur neueren Diskussion über die Strategie des Augustus gegenüber Germanien", *Chiron* 30: 749-773.
- Derks, T. (2003): "Twee Romeinse grafstèles uit Houten-Molenzoom en hun betekenis voor de romanisering van een grensstreek", *Jaarboek Oud-Utrecht* 2003: 5-32.
- Detlefsen, D. (1908), *Die Geographie Afrikas bei Plinius und Mela und ihre Quellen. Die Formulae Provinciarum, eine Hauptquelle des Plinius*. Berlin.
- Dondin-Payre, M. (1999), "Magistratures et administration municipale dans les Trois Gaules", en Dondin-Payre, M. y Raepsaet-Charlier, M.^a T. (eds.), *Cités, municipes, colonies. Les processus de municipalisation en Gaule et en Germanie sous le Haut Empire romain*. Paris, 127-230.
- Dondin-Payre, M. y Raepsaet-Charlier, M.-Th. (eds.) (2001), *Noms, identités culturelles et romanisation sous le Haut-Empire*. Bruselas.

- Eck, W. (2004a), *Geschichte der Stadt Köln. Köln in römischer Zeit. Geschichte einer Stadt im Rahmen des Imperium Romanum*. Colonia.
- Eck, W. (2004b), “Augustus und die Grossprovinz Germanien”, *KJ* 37: 11-22.
- Eck, W. (2008), “Die Gründung der *Colonia Ulpia Traiana* in ihrem politischen Kontext”, en M. Müller, H.-J. Schalles y N. Zielsing (eds.), *Colonia Ulpia Traiana. Xanten und sein Umland in römischer Zeit*. Maguncia, 243-255.
- Eck, W. (2011), “Augusto – la Germania – Varo – Tiberio. Il fallimento di una storia romana di successi”, *RSI* 123/1: 5-25.
- Espinosa, D. (2014), *Plinio y los “oppida de antiguo Lacio”. El proceso de difusión del Latium en Hispania Citerior*. Oxford.
- Faoro, D. (2014), “Osservazioni sugli inizi della proprietà imperiale nelle province del Nord”, en *SCO* 60: 381-401.
- Faoro, D. (2015), “Die Grossprovinz Germanien: idea e forma di macroprovincia augustea”, en J.-L. Ferrary y J. Scheid (eds.), *Il princeps romano: autocrate o magistrato? Fattori giuridici e fattori social del potere imperiale da Augusto a Commodo*. Pavia, 679-700.
- Galsterer, H. (1992), “Des Éburons aux Agrippiniens. Aspects de la romanisation en Rhénanie”, *CCG* 3: 107-121.
- Galsterer, H. (1999), “Kolonisation im Rheinland”, en Dondin-Payre, M. y Raepsaet-Charlier, M.^a T. (eds.), *Cités, municipes, colonies. Les processus de municipalisation en Gaule et en Germanie sous le Haut Empire romain*. París, 251-269.
- Galsterer, H. (2001), “Romanisation am Niederrhein in der frühen Kaiserzeit”, en Th. Grünewald (ed.), *Germania Inferior. Besiedlung, Gesellschaft und Wirtschaft an der Grenze der römische-germanischen Welt*. Berlín-Nueva York, 19-35.
- Galsterer-Kröll, B. (1996), “Latinisches Recht und Municipalisierung in Gallien und Germanien”, en Ortiz de Urbina, E., and Santos, J. (eds.), *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania*. Vitoria, 117-129.
- García Fernández, E. (2001), *El municipio latino. Origen y desarrollo constitucional*. Madrid.
- García Fernández (2010), “Latinidad y onomástica en el Noroeste peninsular”, en I. Sastre y A. Beltrán (eds.), *El bronce de El Picón (Pino del Oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania*. Valladolid, 145-155.
- García Fernández (2011), “Movilidad, onomástica e integración en Hispania en época republicana: algunas observaciones metodológicas”, en J. M. Iglesias y A. Ruiz (eds.), *Viajes y cambios de residencia en el mundo romano*. Santander, 47-66.

- García Fernández (2015), “Clientela y difusión onomástica en *Hispania*: algunas observaciones sobre la documentación de Sagunto”, en A. Beltrán, I. Sastre y M. Valdés (eds.), *Los espacios de la esclavitud y la dependencia desde la antigüedad. Homenaje a Domingo Plácido. Actas del XXXV Coloquio del GIREA*. Besançon, 589-605.
- Haensch, R. (1999), “Die *Colonia Claudia Ara Agrippinensium*, ein typischer Statthaltersitz?“, *KJ* 32: 641-655.
- Heinen, H. (2002, 5ª ed.), *Trier und das Trevererland in römischer Zeit*. Tréveris.
- Heinrichs, J. (2003), “Ubier, Chatten, Bataver. Mittel- und Niederrhein ca. 70-71 v. Chr. anhand germanischer Münzen”, en Th. Grünwald y Seibel, S. (eds.), *Kontinuität und Diskontinuität. Germania inferior am Beginn und am Ende der römischen Herrschaft*. Berlín-Nueva York, 266-344.
- Heinrichs, J. (2008), “The ‘Ubii’ and their coins. A case study in acculturation and maintenance of cultural identity”, en M.ª P. García-Bellido, A. Mostalac y A. Jiménez (eds.), *Del imperium de Pompeyo a la auctoritas de Augusto. Homenaje a Michael Grant*. Madrid, 151-164.
- Heinrichs, J. (2010), “Ubier im *oppidum Ubiorum*. Methodische Überlegungen zu einem Desiderat – und zu Funden von der Kölner Rheininsel”, *KJ* 43: 315-331.
- Henderson, M. I. (1942), “Julius Caesar and *Latium* in Spain”, *JRS* 31/1: 1-13.
- Johne, P.-K. (2008), “Schon ist die Elbe näher als der Rhein. Zur Diskussion um die Elbgränze des *Imperium Romanum*”, *Gymnasium* 115: 237-250.
- Hesberg, H. von (2002), “Bauteile der frühen Kaiserzeit in Köln – Das *Oppidum Ubiorum* zur Zeit des Augustus”, en A. Rieche, H.-J. Schalles y M. Zelle (eds.), *Grabung – Forschung – Präsentation. Festschrift G. Precht*. Maguncia, 13-36.
- Humbert, M. (1976), “*Libertas id est civitas*: autour d’un conflit négatif de citoyens au IIe s. avant J.-C.”, *MEFRA* 88/1: 221-242.
- Kehne, P. (2002), “Limitierte Offensiven: Drusus, Tiberius und die Germanienpolitik im Dienste des augusteischen Prinzipats”, en J. Spielvogel (ed.), *Res publica reperta. Zur Verfassung und Gesellschaft der römischen Republik und des frühen Prinzipats*. Stuttgart, 297-321.
- Kemmers, F. (2008), “*Marcus Agrippa* and the earliest Roman fortress at Nijmegen: the coin find from the Hunerberg”, en M.ª P. García-Bellido, A. Mostalac y A. Jiménez (eds.), *Del imperium de Pompeyo a la auctoritas de Augusto. Homenaje a Michael Grant*. Madrid, 165-172.
- Lamberti, F. (2006), “Alle origini della *Colonia Agrippina*. Notazioni sul rapporto fra gli *Ubii* e il *populus Romanus*”, *MEFRA* 118/1: 107-132.
- Lamoine, L. (2009), *Le pouvoir local en Gaule romaine*. Clermont-Ferrand.

- Morscheiser-Niebergall, J. (2009), *Die Anfänge Triers im Kontext augusteischer Urbanisierungspolitik nördlich der Alpen*. Wiesbaden.
- Ortíz de Urbina, E. (2000), *Las comunidades hispanas y el derecho latino. Observaciones sobre los procesos de integración local en la práctica político-administrativa al modo romano*. Vitoria.
- Raepsaet, G. (2013), “Ethnogenèse de la *civitas Tungrorum* et la formation de la Province de Germanie”, *AC* 82: 111-148.
- Raepsaet-Charlier, M.-Th. (1999), “Les institutions municipales dans les Germanies sous le Haut Empire: bilan et questions”, en Dondin-Payre, M. y Raepsaet-Charlier, M.^a T. (eds.), *Cités, municipes, colonies. Les processus de municipalisation en Gaule et en Germanie sous le Haut Empire romain*. París, 271-352.
- Raepsaet-Charlier, M.-Th. (2001a), “Caractéristiques et particularités de l’onomastique trévire”, en M. Dondin-Payre y M.-Th. Raepsaet-Charlier (eds.), *Noms, identités culturelles et romanisation sous le Haut-Empire*. Bruselas, 343-398.
- Raepsaet-Charlier, M.-Th. (2001b), “Onomastique et romanization: elements d’une comparaison entre les provinces de Gaule Belgique et de Germanie inférieure”, en M. Dondin-Payre y M.-Th. Raepsaet-Charlier (eds.), *Noms, identités culturelles et romanisation sous le Haut-Empire*. Bruselas, 399-470.
- Raepsaet-Charlier, M.-Th. (2004), “Les Trévires: onomastique, cultures et société sous le Haut-Empire”, en *Actes du Colloque International ‘Humanités et Humanisme dans la Cité des Trévires’*. París, 33-90.
- Raepsaet-Charlier, M.-Th. y Raepsaet, G. (2011), “Villes et agglomérations de Belgique sous le Principat: les statuts”, *RBA* 89: 633-657.
- Rasbach, G. (2010), “Kelten, Germanen und Römer im deutschen Mittelgebirgsraum. Die spätaugusteische Stadtgründung von Waldgirmes und die Einordnung ihres kulturellen Umfeldes”, en K. Ruffing, A. Becker y G. Rasbach (eds.), *Kontaktzone Lahn. Studien zum Kulturkontakt zwischen Römern und germanischen Stämmen*. Wiesbaden, 94-109.
- Roselaar, S. (2013), “The concept of *conubium* in the Roman Republic”, en P. J. du Plessis (ed.), *New Frontiers: Law and Society in the Roman World*. Edimburgo, 102-122.
- Roymans, N. (2004), *Ethnic Identity and Imperial Power: The Batavians in the Early Roman Empire*. Amsterdam.
- Salzmann, D. (1990), “Antike Porträts im Römisch-Germanischen Museum Köln”, *KJ* 23: 131-220.

- Schnurbein, S. von (2003), “Augustus in Germania and his new ‘town’ at Waldgirmes east of the Rhine”, *JRA* 16: 93-107.
- Schnurbein, S. von (2010), “Waldgirmes: une ville romaine éphémère située en Germanie à l’est du Rhin”, en P. Ouzoulias y L. Tranoy (dirs.), *Comment des Gaules devinrent romaines*. París, 85-96.
- Sherwin-White, A. N. (1973, 2ª ed.), *The Roman Citizenship*. Oxford.
- Thomas, R. (2004), “Römische Wohnhäuser und ihre Wandmalereien an der Breite Strasse in Köln”, *KJ* 37: 569-698.
- Wagenvoort, H. (1956), *Studies in Roman Literature, Culture and Religion*. Leiden, 43-79.
- Weiler, G. (2007), “Römische Militär und die Gründung niedergermanischer Städte”, en L. de Blois y E. Lo Cascio (eds.), *The Impact of the Roman Army (200 BC - AD 476). Economic, Social, Political, Religious and Cultural Aspects*. Leiden-Boston, 371-390.
- Wiegels, R. (2008), “Von der Niederlage des M. Lollius bis zur Niederlage des Varus. Die römische Germanienpolitik in der Zeit des Augustus”, en H. Schneider (ed.), *Feindliche Nachbarn. Rom und die Germanen*. Colonia, 47-76.
- Wightman, E. M. (1970), *Roman Trier and the Treveri*. Londres.
- Wightman, E. M. (1985), *Gallia Belgica*. Berkeley-Los Angeles.
- Willems, W. J. H. y Enckevort, H. van (2009), *Ulpia Noviomagus. Roman Nijmegen. The Batavian Capital at the Imperial Frontier*. Portsmouth.
- Wolff, H. (1976), “Kriterien für latinische und römische Städte in Gallien und Germanien und die ‘Verfassung’ der gallischen Stammesgemeinden”, *BJ* 176: 45-121.
- Wolff, H. (1977), “Civitas und Colonia Treverorum”, *Historia* 26: 204-242.
- Wolters, R. (1999), “Germanien im Jahre 8 v. Chr.”, en W. Schlüter y R. Wiegels (eds.), *Rom, Germanien und die Ausgrabungen von Kalkriese*. Osnabrück, 591-635.

II. PAISAGENS RURAIS

(Página deixada propositadamente em branco)

VILLA ROMANA DO RABAÇAL, PENELA, PORTUGAL
UM CENTRO DE PRODUÇÃO E RESIDÊNCIA ÁULICA DA
ANTIGUIDADE TARDIA NO TERRITÓRIO DA *CIVITAS* DE
CONÍMBRIGA E DAS TERRAS DE SICÓ
Algumas considerações acerca da implantação da Casa Agrícola
e da Arquitectura das Componentes da *Villa* e do fenómeno da
monumentalização das quintas agrícolas romanas durante a
Antiguidade Tardia, no âmbito do Projecto de Plurianual de
Investigação Arqueológica (2014-2017)

(Roman *Villa* of Rabaçal, Penela, Portugal - a Production Centre and a
Palatial House of the Late Antiquity in the Territory of the *Civitas* of
Conímbriga and the lands of Sicó

Some considerations about the establishment of the Farm House and the
Architecture of the components of the *Villa* and the aggrandizement
phenomenon of the Roman agricultural farms during the Late Antiquity,
under the Multi-annual Project of Archaeological Research [2014-2017])

MIGUEL FONTE PESSOA (pesmig@sapo.pt)
Coordenador do Museu da *Villa* Romana do Rabaçal, Município de Penela,
Rede Portuguesa de Museus
Conservador do Museu Monográfico de Conímbriga,
Direção-Geral do Património Cultural

ANA LUÍSA RAVARA MENDES (ravara.analuisa@gmail.com)
Técnica de Conservação e Restauro no Museu da *Villa* romana do Rabaçal

ELSA SIMÕES (caluchasimoes@sapo.pt)¹

SÓNIA VICENTE (sonia.vicente@cm-penela.pt)
Técnica Superior de Arqueologia no Município de Penela

RESUMO - Tendo em conta que a palavra *Villa* designava, ao mesmo tempo, uma
estrutura arquitectural e uma estrutura fundiária, são conhecidos pelo menos três
tipos arquitecturais de Casa Agrícola ou *Pars Rustica* das *Villae* do Ocidente romano
(Leveau, Buffat (2008) 134-135).

O primeiro tipo apresenta um plano regular, previamente estabelecido, eminentemente

¹ Prepara, em coautoria, o estudo da cerâmica comum da *Villa* romana do Rabaçal, no
âmbito do Projeto Pro-museus da Rede Portuguesa de Museus.

arquitectural, na medida em que as construções afectadas à produção são contíguas à construção residencial de plano centrado, tradicionalmente considerada como característica do espaço mediterrânico, como é o caso da *Villa* de Torre de Palma, Monforte, no Sul de Portugal, datada do início do século IV d.C. Esta *Villa* está organizada à volta de três pátios (um, reúne a *pars urbana*, outro, faz a ligação com a *pars rustica*, sendo esta implantada à volta de um terceiro pátio maior).

O segundo tipo, igualmente considerado obra de arquitectura, tomado como modelo de plantas de construções *in rure* do Norte da Gália, apresenta as construções agrícolas não contíguas, ainda que dispostas de maneira regular ao longo de um largo pátio rectangular, sendo que num dos lados menores do rectângulo pontifica, em posição axial, a residência senhorial da *Villa*, integrando normalmente o balneário.

Assim sendo, se por um lado a distribuição não contígua das construções que integram as componentes da *Villa* do Rabaçal (palácio, balneário, núcleo das nascentes, casa agrícola e oficinas de várias profissões), datada de meados do século IV d. C., se assemelha ao modelo de *pars rustica* do segundo tipo, ela parece sobretudo estar ligada ao que referenciaremos a seguir, dado estarmos perante um plano conjunto de construções, ainda que certamente muito organizado, que não se confina a um esquema geometrizado. Neste terceiro modelo-tipo as construções repartem-se, em diferentes planos, sem regularidade, num espaço que não é ele próprio claramente delimitado e ao qual confluem caminhos alternativos e diversos atravessamentos.

Esta classificação provisória do tipo de localização e distribuição de construções agrícolas e residenciais tem origem no facto de, em numerosos casos, as *Villae* terem sido transformadas em luxuosas residências desprovidas de instalações para a produção agrícola.

PALAVRAS-CHAVE - *Villa* romana do Rabaçal; Antiguidade tardia; arquitectura

ABSTRACT - Taking into consideration that the word *Villa* designates both an architectural structure and a landholding structure, at least three architectural types of Farm House or *Pars Rustica* of Western Roman *Villae* are known (Leveau, Buffat, 2008, p. 134-135).

The first type presents a regular plan, previously established, predominantly architectural, with the production buildings adjacent to the centred plan residential construction features, traditionally considered as characteristic of the Mediterranean area, as it is the case of the *Villa* of Torre de Palma, Monforte, in the South of Portugal, dated from the early 4th century AD. This *Villa* is organized around three patios (one, constituted by the *pars urbana*, another, connected to the *pars rustica*, which in turn is established around the third bigger patio). The second type, also considered architectural work, taken as a model for *in rure* building plants of Northern Gaul, presents non-contiguous agricultural buildings, despite being regularly arranged along a wide rectangular patio. On one of the smallest sides of the rectangle, the Manor House of

the *Villa* pontificates, in axial position, normally integrating the baths.

Therefore, if the non-contiguous distribution of buildings that make up the components of the *Villa* of Rabaçal (Palace, baths, nucleus of springs, Farm House and workshops of various professions), dated mid-4th century AD, resembles the *pars rustica* model of the second type, it also seems to be especially linked to our following reference, given that we are dealing with a joint construction plan, which, despite being certainly very organized, is not confined to a geometrized scheme. In this third model-type, constructions are irregularly divided, in different planes, in a space which is not clearly demarcated and to which alternative paths and several crossings converge to.

This temporary classification of site type and distribution of agricultural and residential buildings derives, in many cases, from the fact that *Villae* were transformed into luxurious residences devoid of facilities for agricultural production.

KEYWORDS - Roman *Villa* of Rabaçal; Late Antiquity; architecture²

1. INTRODUÇÃO

As províncias romanas da *Hispania* (*Lusitania*, *Tarraconensis*, *Baetica*, *Gallaecia*, *Carthaginiensis*, *Mauretania Tingitana*) são, sem dúvida, aquelas em que foi registado um maior número de sítios rurais catalogados como *Villae*. Os dados para a Península Ibérica estão sobretudo relacionados com a *pars urbana*. A cronologia destas *Villae* estende-se desde o fim da época republicana, no século I a.C., até ao início do século V d.C.³ São cerca de 300 as *Villae* registadas em Portugal e Espanha⁴. Acresce referir que, segundo dados recentes, só em Portugal o número de inventário de locais onde foram detectados mosaicos romanos (indicativo da presença de residência senhorial na cidade ou no campo) é de mais de 254 sítios⁵.

“Verifica-se, com efeito, que as *Villae* construídas ou remodeladas a partir do fim do século III e início do IV d.C., apesar de serem menos numerosas que no período precedente, são na maior parte dos casos maiores e mais ricas, dado reunirem mais vastos domínios em favor de um fenómeno constante de concentração de terras. Este «Renascimento Constantiniano» prolonga-se esporadicamente até aos primeiros decénios do século V. Estas *Villae* «tardias», algumas com uma vida muito curta, não obstante o luxo material e artístico das suas instalações, formam um dos fenómenos mais originais dos finais da colonização romana. As *Villae* Tardias da Península escapam em muitos casos ao estereótipo e apresentam-se com uma grande diversi-

² Tradução do resumo por Ana Marília Ferreira.

³ Alarcão 1998: 107-110; Gorges 2008: 28.

⁴ Gorges 2008: 28.

⁵ Abraços 2005: 15.

dade, tomando formas de vida e elementos típicos de um certo estilo de vida na Corte Imperial (*Aula*), cujo arquétipo encontramos na *Villa* siciliana de Piazza Armerina. Estes meio-palácios de campo (por vezes excessivamente monumentais), meio-explorações agrícolas, não estão separados do mundo. Bem pelo contrário, são o reflexo de uma tipologia nova, «sócio-económica», se assim se pode dizer, ligada a formas de arte e modos de vida tipicamente romanos. São também o reflexo do poder económico e político das classes sociais elevadas que asseguram ou procuram assegurar a continuidade de Roma nas províncias, no momento em que se esboça – sobretudo após as invasões germânicas de 409 – o sistema agrário e político que sucederá ao modelo romano e que será o da Alta Idade Média”⁶.

2. TIPOS DE *VILLAE*

A *Villa* tardo-romana do Rabaçal, no território da *ciuitas* de Conímbriga, *Conuentus Scallabitanus*, província da Lusitânia, apresenta-se-nos, no quadro da tipologia enunciada, por exemplo, por Gérard Gorges⁷, não como exemplo da *Villa* linear, nem de *Villa* em bloco, com *peristylum*, mas sim no tipo de *Villa* áulica, sub-tipo monumental complexo. Trata-se de uma construção radial, à volta de um *peristylum* central, com desenvolvimento de vários conjuntos arquitecturais. Este modelo foi implantado, sobretudo, no período da tetrarquia e épocas posteriores (Figuras 1 a 5).

Types	Villa linéaire			Villa-bloc à péristyle		Villa áulique	
Sous types	A Simple	B à galerie	C galerie et tours d'angle	D à plan simple	E à plan composite	F monumentale simple	G monumentale complexe
Variantes	1 à plan basilical	à veranda ouverte	intégrées	carré	bipartite	sa tour d'un péristyle	à juxtaposition
	2 à couloirs transversaux	corridor ouverte	saillantes	rectangulaire	tripartite	developpement linéaire	à effet d'agencement
	3	panoramique fermée	formant pavillons	trapézoïdal	cour d'honneur	à développement exagéré d'un ou plusieurs ensembles architecturaux d'appart. (portiques, pièces de réception, thermes, temple privé, etc...)	
Type d' exploitation	petite	petite/ moyenne	moyenne/ grande	grande	très grande		

Figura 1. Tipologia de plantas: *Villa* linear, *Villa* em bloco, com *peristylum*, e *Villa* áulica (Gorges 2008: 31, Fig. 1).

⁶ Gorges 2008: 29. Tradução livre.

⁷ Idem: 31, Fig. 1.

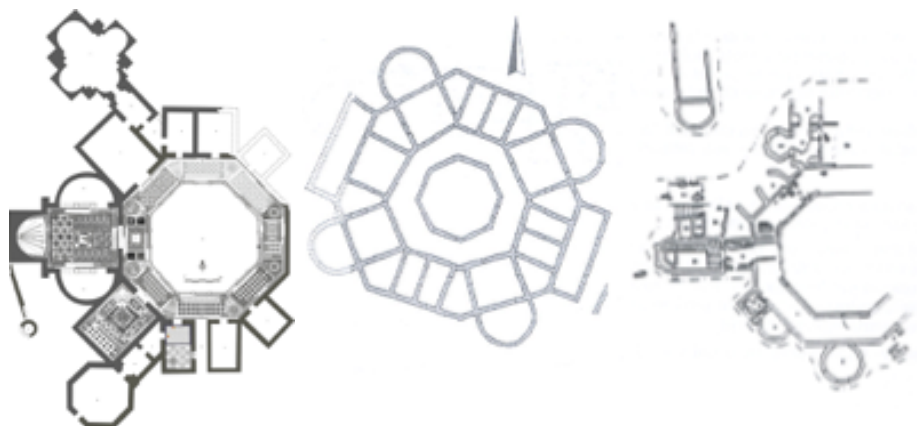


Figura 2. Planta octogonal da *Villa* do Rabaçal, Penela (Portugal), de Valdetorres de Jarama, Madrid (Espanha) e de Palazzo Pignano, Cremona (Itália). (Gorges 2008: 43, Fig. 6a).

Contudo, esta *Villa*, embora incorporando um Palácio, é uma *Villa* como as outras, reunindo, nas suas várias componentes, a função de residência (temporária) e centro de produção (permanente) (Figuras 6, 7, 8, 9, 10).

“Para além de um fenómeno de moda, inspirada na Corte Imperial (*Aula*), pode considerar-se este tipo de *Villa* como uma ilustração maior da competição à qual se entregam as elites do Baixo-Império, através da exibição do luxo das suas residências. Face ao declínio da vida municipal, é nos salões, nas salas de audiência, nos *triclinia* e mesmo nas termas das grandes residências privadas que é tratado então, a diversos níveis, uma grande parte da condução dos negócios. Este modelo está presente, por exemplo, em Itália, na Hispânia, na Gália do Sul e na Sicília”⁸.

O elaborado plano construtivo da *pars urbana* do Rabaçal, em interligação com as várias componentes da *Villa*, faz dela, à semelhança das suas congéneres de Valdetorres de Jarama⁹ (Madrid, Espanha), e de Palazzo Pignano, (Milão, Itália), um símbolo de posse, fonte de rendimento e local de retiro (*recessus*) para descanso e aprazimento, no quadro das novas manifestações de expressão artística que se foram desenvolvendo ao longo do século IV d.C.¹⁰. Aos olhos do proprietário o orgulho em exhibir, no centro da propriedade, o luxo da área residencial e balneário seria equiparado ao gosto em mostrar a disposição racional

⁸ Gorges 2008: 33. Tradução livre.

⁹ Alguns autores interpretam esta estrutura octogonal como sendo não a da *pars urbana* de uma *Villa* mas a de um *macellum*, *mansio* ou *hospitium*, sendo de assinalar a sua similitude arquitectónica octogonal com a da *pars urbana* da *Villa* romana de Can Farrerons (Premià de Mar, Maresme) (Cf. Doria; Monteagudo; Piqueras, s. d., p. 171, Fig. 2; p. 182).

¹⁰ Maciel 1996: 157.

dos locais dedicados à produção agrícola e pecuária, e ainda daqueles relacionados com a metalurgia, o têxtil, o fabrico de cerâmica de construção e de louça regional, os lacticínios e outras actividades.

“Mas a atenção tem sido essencialmente dedicada à *pars urbana* ou residência senhorial das *Villae*, sendo que as construções consagradas às actividades agrícolas, que dão relevo à primeira, fazem dela a componente menos conhecida. De facto, a palavra *Villa* designava, ao mesmo tempo, uma estrutura arquitectural e uma estrutura fundiária.”¹¹

Pouco nos resta da *pars rustica*¹² da *Villa* do Rabaçal de meados do século IV (cuja descoberta arqueológica foi iniciada em 1987, continuada em 1989 e 1996, e retomada entre 2002-2013 e, de seguida entre 2014-2017, conforme Componente 4 do Plano de Salvaguarda¹³). Como referido na presente reflexão, a escavação revelou vestígios do que interpretamos como sendo a extensão Norte do Pátio Agrícola, sendo que este espaço poderia comportar currais (os ovicaprinos, por exemplo, adaptados ao *pastio agrestis*, não necessitam de construções de qualidade). Muito menos nos resta, ainda, da instalação agrícola romana, do tipo casal ou granja, implantada neste mesmo local, porventura em meados do século III d.C.¹⁴. De salientar que o marco miliário do imperador Décio, datado de 250-252¹⁵, em Exposição Permanente no piso térreo do Espaço-museu, descoberto junto à via romana (que ligava *Sellium*, Tomar, a *Aeminium*, Coimbra, passando por Conímbriga, Condeixa-a-Velha), no lado nascente do vale do Rabaçal, a mais de 500 metros da *Villa*, pode corresponder a uma melhoria da via e o reconhecimento das potencialidades agrícolas locais, nesta mesma época, resultando daí uma melhoria das condições económicas ocorridas nesta área¹⁶.

O modelo de implantação de tipo povoamento disperso¹⁷, consagrado na *Villa* do Rabaçal e no território da *ciuitas* de *Conimbriga*, foi elaborado em Itália, no início do período imperial e difundido nas províncias do Ocidente¹⁸ até à Antiguidade Tardia. Este último período foi, durante muito tempo, apresentado como uma fase de declínio do povoamento e de desorganização da produção

¹¹ Leveau; Buffat 2008: 134. Tradução livre.

¹² Não foi possível, no decurso do tempo útil definido para a entrega deste trabalho, a consulta da monografia de Alexandra Chavarría Arnau, de 2007, “El final de las «villae» en Hispania, siglos IV-VII D.C.”, com exemplos de estruturas de *pars rusticae* de *Villae* tardias da *Hispania* (contendo ainda inventário de sítios), o mesmo acontecendo em relação à obra de Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages*, de 2005, considerada fundamental para a visão das relações sociais entre os trabalhadores e o *dominus*. Juntamos ambas em bibliografia.

¹³ Pessoa; Rodrigo; Madeira; Burrows 2008: 676-679.

¹⁴ Pessoa 2011: 177.

¹⁵ Mantas 1985: 159-179.

¹⁶ Idem: 179.

¹⁷ Alarcão 1998: 92.

¹⁸ Gorges 2008: 137; Alarcão 1998: 107-110.

nos campos. Neste período se enquadra o século IV, o qual foi considerado, durante muito tempo, entre nós, como de decadência do Império Romano. E se, para o Estado, foi efectivamente um período de crise política e financeira, a verdade é que deve ter havido grandes e sólidas fortunas particulares. Deduz-se isso da riqueza arquitectónica e decorativa de muitas *Villae* construídas ainda na segunda metade do século IV¹⁹.

3. TIPOS DE *PARS RUSTICAE*

São conhecidos pelo menos três tipos arquitecturais de Casa Agrícola ou *Pars Rustica* das *Villae* do Ocidente romano²⁰.

O primeiro tipo apresenta um plano regular, previamente estabelecido, eminentemente arquitectural, na medida em que as construções afectadas à produção são contíguas à construção residencial de plano centrado, tradicionalmente considerada como característica do espaço mediterrânico, como é o caso da *Villa* de Torre de Palma, Monforte, no Sul de Portugal, datada do início do século IV d.C. Esta *Villa* está organizada à volta de três pátios (um, reúne a *pars urbana*, outro, faz a ligação com a *pars rustica*, sendo esta implantada à volta de um terceiro pátio maior) (Figura 6).

O segundo tipo, igualmente considerado obra de arquitectura, tomado como modelo de plantas de construções *in rure* do Norte da Gália²¹, apresenta as construções agrícolas não contíguas, ainda que dispostas de maneira regular ao longo de um largo pátio rectangular, sendo que num dos lados menores do rectângulo pontifica, em posição axial, a residência senhorial da *Villa*, integrando normalmente o balneário (Figura 7).

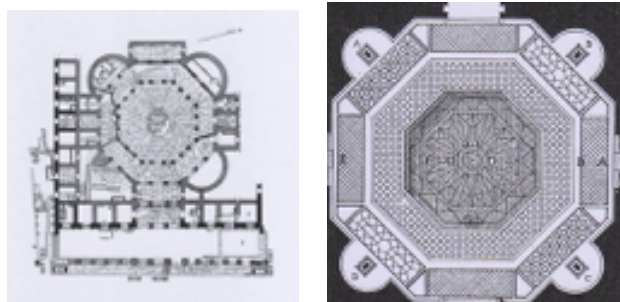


Figura 3. Construções romanas poligonais. a. Mercado de Jerasa, Jordânia, do séc. II d.C. (Uscatescu e Bueno 1997: 67-88); b. Salão do *Frigidarium* do Balneário C de Antioquia, Turquia, séc. IV d.C. (Levi e Doro 1947: 190, Pl. 118).

¹⁹ Alarcão 2003: Parecer para candidatura a instituições internacionais.

²⁰ Leveau; Buffat 2008: 135.

²¹ Idem.

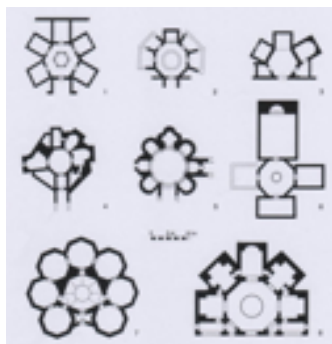


Figura 4. Construções romanas poligonais. Lista 9, Teichner e Felix 2008: 481-482 (Abb. 272) - 1) Abicada, Mexilhoeira grande, Portimão, Algarve, Portugal; 2) Lufton, Somerset, Inglaterra; 3) Keynsham, Somerset, Inglaterra; 4) Holcombe, Devon, Inglaterra; 5) Piazza Armerina, Sicília, Itália; 6) Villa de Santa Rosa, Córdoba, Andaluzia, Espanha; 7) Las Bovedas, Marbella, Málaga, Andaluzia, Espanha; 8) Domus Aurea, Roma, Itália.

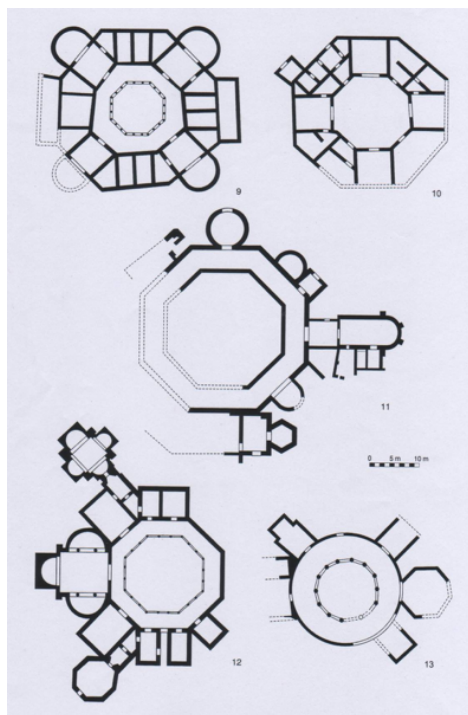


Figura 5. Construções romanas poligonais. Lista 9, Teichner e Felix 2008: 481-482 (Abb. 273) - 9) Valdetorres de Jarama, Madrid, Castela-Leão, Espanha; 10) Can Farrerons, Maresma, Catalunha, Espanha; 11) Palazzo Pignano, Cremona, Itália; 12) Rabaçal, Penela, Coimbra, Beira Litoral, Portugal; 13) Los Baños de la Reina, Calpe, Alicante, Espanha.



Figura 6. Planta da *Villa* de Torre de Palma, Monforte, Alentejo, Portugal (Lancha e André 2000, Est. 15. Leveau e Buffat 2008: 139, Fig. 4).



Figura 7. Planta da *Villa* de Champion, Bélgica (Leveau e Buffat 2008: 141, Fig. 5).

Assim sendo, se por um lado a distribuição não contígua das construções que integram as componentes da *Villa* do Rabaçal (palácio, balneário, núcleo das nascentes, casa agrícola e oficinas de várias profissões) se assemelha ao modelo de *pars rustica* do segundo tipo, ela parece sobretudo estar ligada ao que referenciamos a seguir, dado estarmos perante um plano conjunto de construções, ainda que certamente muito organizado, que não se confina a um esquema geometrizado. Neste modelo-tipo as construções repartem-se, em diferentes planos, sem regularidade, num espaço que não é ele próprio claramente delimitado e ao qual confluem caminhos alternativos e diversos atravessamentos (Figura 7, 8, 9, 10).

Nestes casos, como parece ser o do Rabaçal, a distribuição destas construções pode ter resultado tanto de uma escolha original (Palácio e Balneário) como de sucessivos programas de construção (Casa Agrícola), sendo que neste caso o apuro dos dados cronológicos é fundamental para nos apercebermos de tal facto. A descoberta de moedas do século III e, na maioria, de meados do século IV e finais do mesmo, na campanha de 2013 (Relatório, 2011, Capítulo I – Escavação; I.3- Espólio mais representativo), acompanham a interpretação, de que uma instalação tipo granja ou casal agrícola de meados do século III antecedeu a construção do palácio e balneário no início da segunda metade do século IV. Assim sendo, o alargamento ou reestruturação da *pars rustica*, dotada de largo pátio agrícola, eira, alpendre, cozinha, celeiro, moagem, oficina de metalurgia, casa dos teares e olaria (esta junto ao balneário) deverá ser contemporâneo da implantação da *pars urbana* em meados ou segunda metade do século IV.

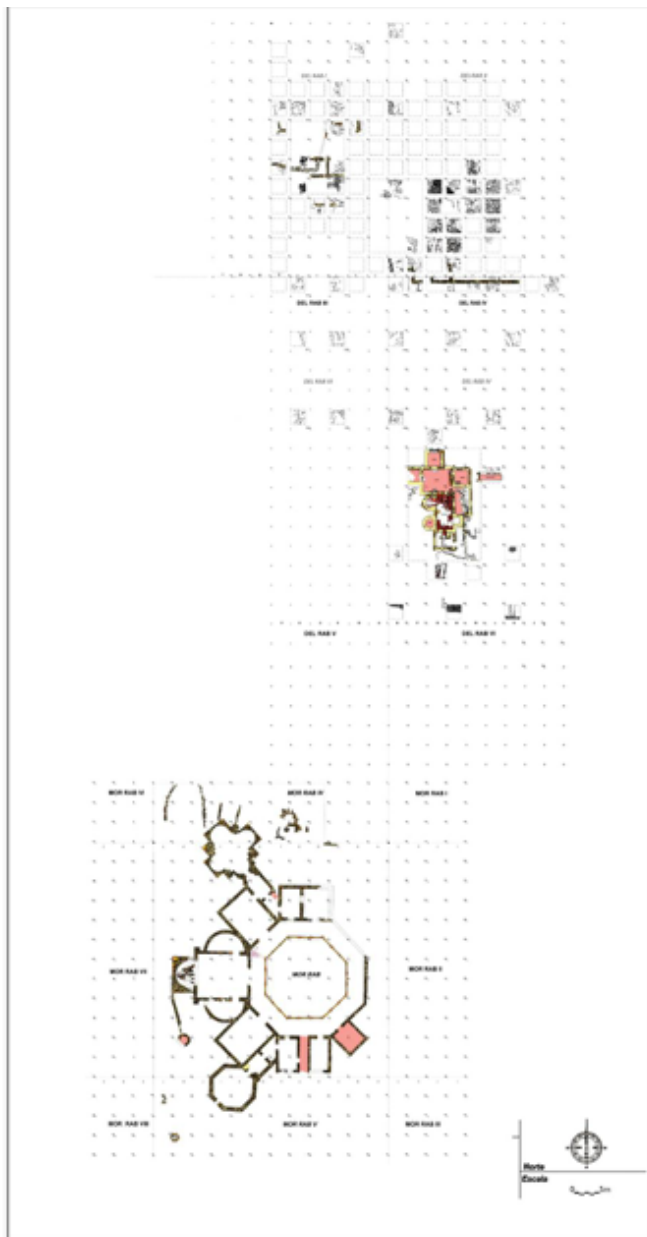


Figura 9. Planta geral e quadrícula arqueológica da *Villa* romana do Rabaçal. Desenho: José Luís Madeira. 1998. Informatização: Daniel Pinto 2010. José Augusto Dias. 2011 (Pessoa 2011: 22, Fig. 5e).



Figura 10. Planta de localização. Processo de Classificação da *Villa* romana do Rabaçal como Monumento Nacional. Limite do imóvel classificado, Zona de Protecção e Zona Especial de Protecção. Autor: J. Baptista. Direcção Regional de Cultura da Região Centro. 2011.

Esta classificação provisória do tipo de localização e distribuição de construções agrícolas e residenciais (Idem) tem origem no facto de, em numerosos casos, as *Villae* terem sido transformadas em luxuosas residências, desprovidas de instalações para a produção agrícola.

Parece ser um facto que a organização das propriedades no Império Romano, sofreu, durante o século II, modificações²², as quais se manifestam de duas maneiras bem distintas.

“A primeira é a de que a *Villa* passa a ser central para efeito do pagamento de rendas e na questão dos censos. O facto de o trabalho servil diminuir em proveito do colonato traduz-se, como parece estar provado, pela multiplicação

²² Leveau; Buffat, 2008: 142.

de sítios. A segunda modificação resulta de um clássico processo de concentração da propriedade em proveito dos grandes proprietários, que dividem as suas *Villae* em duas categorias: as *Villae urbanae*, onde os senhores e famílias podem residir, e as *Villae rusticae*, as mais numerosas, confiadas a um *procurator* (em substituição do antigo *Vilicus*, assistido por um *Subvilicus*), assistido de *actores*. Passam assim a existir *Villae* de colonos no *fundus* de uma *Villa*.²³

4. CONSIDERAÇÕES

Assim sendo, o que será de notável assinalar em relação às construções relacionadas com a componente agrícola ou *pars rustica* da *Villa* romana do Rabaçal é o facto de aqui assistirmos à sua continuidade e à ampliação do seu uso, enquanto nas suas proximidades, na *pars urbana* ou residência senhorial, se assiste, em meados do século IV, à implantação de locais afectos à administração. Esta evolução da *Villa* durante a Antiguidade Tardia, no sentido da sua monumentalização, leva ao afastamento das instalações agrícolas e artesanais da residência. Os equipamentos ligados a várias actividades produtivas (viticultura, oleicultura, cerealicultura, pecuária, têxtil, cerâmica de construção e louça regional, silvicultura, metalurgia), instalados a alguma distância do centro residencial, constituem-se como instalações satélites, assegurando a exploração do *fundus*. De notar que, na *Villa* de Prés-Bas de Loupian (Narbonne), a sua monumentalização deu lugar ao desaparecimento das instalações agrícolas e artesanais (a separação entre instalações de produção e de recreio está já patente em *Villae* marítimas do século I a.C.²⁴), sendo que os equipamentos de produção parecem ter sido instalados no exterior do centro residencial, a cerca de um quilómetro de distância. Foi mesmo encontrada, na esfera da propriedade da *Villa* de Loupian uma igreja paleocristã que se supõe pertencer ao mesmo domínio²⁵. Por outro lado, na Aquitânia, a dissociação da componente residencial, alcançando o estatuto de palácio, e a componente que reúne as construções de produção, sugere ser, segundo Catherine Balmelle, o caso mais frequente²⁶.

Diremos, por fim, que o presente ciclo de campanhas arqueológicas em curso na *Villa* romana do Rabaçal trata a componente menos conhecida das *Villae* da Antiguidade Tardia.

Por um lado, estas construções tomadas em si mesmo, independentemente das outras componentes a que se encontram ligadas, são um testemunho seguro da actividade agrícola, base da economia romana num território. Por outro lado, a forma como se integram no conjunto arquitectural do Rabaçal pode ser reveladora da evolução de *per si*, de cada um dos elementos, implantados no todo

²³ Leveau; Buffat, 2008: 142. Tradução livre.

²⁴ Idem: 160.

²⁵ Idem: 143.

²⁶ Balmelle 2001.

da *Villa*, e o exemplo de uma planificação à *posteriori*, integrando construções de séculos anteriores, indicadora das potencialidades e do aproveitamento dos recursos locais.

Torna-se assim mais possível, dado o avanço do estudo das colecções arqueológicas, quer das que permitem datação segura, como por exemplo a louça de importação²⁷, as ânforas²⁸, as lucernas²⁹, os vidros³⁰ e as moedas³¹, quer através do espólio representativo de peças mais ou menos comuns a todos os períodos de época romana, como sejam pesos de tear, louça comum de fabrico local e regional³², utensílios metálicos³³, restos metalúrgicos³⁴, bem como através do estudo dos restos faunísticos³⁵, discernir o tipo de actividades económicas aqui presentes, direccionadas em duplo sentido. Uma parte das actividades têm como objectivo a recolha de produtos a partir dos quais o proprietário obtém rendimentos; as outras actividades dizem respeito ao serviço da *Villa* e à ocupação dos seus habitantes (que não são todos operários agrícolas), dado que a manutenção das construções e da utensilagem, o serviço de mesa do senhor e a alimentação da mão-de-obra necessitavam de um pessoal numeroso ao qual era necessário assegurar a alimentação³⁶.

Assim sendo, a *Villa* romana do Rabaçal exhibe um plano arquitectural apenas aparentemente disperso ou polinucleado. A sua *pars rustica* (Figura 11) apresenta-se-nos não só como um centro de actividades agrícolas e pecuárias, mas também como um centro de várias profissões (metalurgia, olaria, têxtil) e local de armazenamento dos produtos. Aqui, encontramos a área onde estavam instalados a eira (a) e seus alpendres (b); o pátio agrícola (c); o celeiro (h); a moagem; o forno do pão; a cozinha (g); a casa da lenha; a adega para guardar vinho e azeite (h); a salgadeira; a casa dos teares (e) e da cestaria; as dependências da olaria (i), estas junto ao Balneário; a metalurgia (f); o possível local de refeição comum e casa do feitor (g); a habitação dos servos agrícolas e serventes (d); os estábulos e os currais (Figura 12, 13 e 14).

E, em termos muito sucintos, dizemos assim porque, não tendo sido encontrada, até ao presente momento das escavações em curso, grande parte das estruturas concretas do referido no anterior parágrafo, encontrámos, isso sim, alguns

²⁷ Quaresma 2011: 96-108.

²⁸ Buraca 2011: 153-159.

²⁹ Ponte; Miranda 2011: 131-137.

³⁰ Ferreira 2011: 170-182.

³¹ Pereira; Pessoa; Silva 2012.

³² Vicente; Simões, 2011: 109-121).

³³ Ponte, 2011: 122-130.

³⁴ Vieira; Osório, 2011: 50-63.

³⁵ Valente, 2011, p. 36-38; Deus, 2011: 39-40.

³⁶ Leveau; Buffat, 2008: 159-160.

vestígios materiais que são prova evidente da sua existência e o efeito de actividades desenvolvidas nas infra-estruturas citadas.

E, como se infere, ontem como hoje, no mundo rural, saíam os homens e as mulheres, cumprindo as tarefas próprias das culturas agrícolas do mundo mediterrânico. E saíam da *pars rustica*, tomando os caminhos vicinais ou infestos, que levavam, lá longe do Palácio, à vinha, ao olival, ao campo de cereal, ao mato, à horta, ao colmeal, ao pomar, ao linhal, ao salgueiral e ao prado, acompanhando os rebanhos. Aliás, de todas estas referidas actividades adviria riqueza, depois plasmada na sumptuosidade do Palácio, criadora da aura de Poder, bem imprescindível num requintado ambiente de Corte Imperial (*Aula*), de influência oriental³⁷.

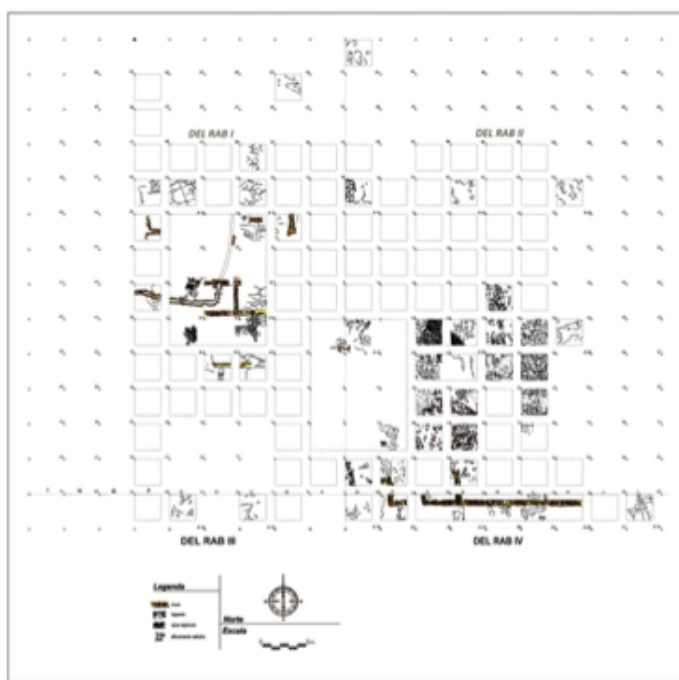


Figura 11. Planta da *Pars rustica* da *Villa* romana do Rabaçal. Quadrícula arqueológica. Desenho: José Luís Madeira, 1998. Tratamento digital: Daniel Pinto, 2010; José agosto Alves Dias, 2011.

³⁷ Pessoa; Rodrigo 2011: 53-56.



Figura 12. Vista aérea das parcelas constitutivas da *Villa*. Em primeiro plano, quadrícula arqueológica aberta sobre a *pars rustica*, onde encontramos a área onde estavam instalados a eira (a) e seus alpendres (b); o pátio agrícola (c); o celeiro (h); a moagem; o forno do pão; a cozinha (g); a casa da lenha; a adega para guarda de vinhos e azeite; a salgadeira; a casa dos teares (e) e da cestaria; as dependências da olaria (i), a sul do Balneário; a metalurgia (f); o possível local de refeição comum, a casa do feitor (g) e armazém (h); a habitação dos artesãos, servos agrícolas e serventes (d); os estábulos e os currais. Autor: Francisco Pedro. 2008 (Pessoa e Rodrigo 2011: 52, Fig. 22).



Figura 13. Hipótese de reconstituição da *Pars rustica* da *Villa* romana do Rabaçal, Penela, Portugal. Autor: Pedro Madeira, 2011.



Figura 14. Hipótese de reconstituição da *Villa* romana do Rabaçal, Penela, Portugal. *Pars rustica*, em primeiro plano; Balneário, Aqueduto e Casa da Nora, a meio; Pars urbana, ao fundo. Autor: Pedro Madeira, 2011.

BIBLIOGRAFIA

- Abraços, M. F. (2005), *Para a História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano de Portugal*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade Nova de Lisboa (Inventário do Mosaico Romano em Portugal: Anexo I – Inventário por Sítios; Anexo II – Catálogo dos Mosaicos Romanos das Coleções de Museus em Portugal).
- Alarcão, J. (1998), “A Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal“, *Conimbriga*, 37: 91-119.
- Arce, J., Caballero Zoreda, L., Elvira, M. A. (1979), *Valdetorres del Jarama. Madrid. Informe preliminar de las escavaciones arqueológicas. Primera Campaña 1978*. Madrid.
- Arnau, A. C. (2007), “El final de las «villae» en Hispania, siglos IV-VII D.C.”, *Bibliothèque de l'Antiquité tardive*; 7, *Villas romaines -- Espagne -- Jusqu'à 711*. Turnhout, 13-29.
- Balmelle, C. (2001), *Les Demeures Aristocratiques d'Aquitaine – Société et Culture de la l'Antiquité Tardive dans le Sud-Ouest de la Gaule*. Illustrations Graphiques principalement par Marie – Pat Raynaud et Raymond Monturet. Bordeaux- Paris.
- Buraca, I. (2011), “A colecção de ânforas da *Villa* romana do Rabaçal”, *AEIVRR*. Penela, 153-159.
- Buraca, I. (2011), “Estudo dos materiais cerâmicos de construção na *Villa* romana do Rabaçal”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal*. Penela, 138-152.
- Doria, M. B., Monteagudo, R. C., Piqueras, J. F. (Actium) (s. d.), *La Villa romana de Can Farrerons (Premià de Mar, Maresme). Resultats de les darreres intervencions*. Girona.
- Ferreira, M. A. (2011) - “Vidro da *Villa* romana de Moroços: escasso espólio, muito razoáveis certezas”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal*. Penela, 170-182.
- Gorges, J. – G. (2008), “L'Architecture des *Villae* romaines tardives: la creation et le développement du modèle tétrarchique”, *Actas do IV Colóquio Internacional de Arqueologia en Gijón – Las Villae tardorromanas en el occidente del Império. Arquitectura e función – AIVCIAG*. p. 28-48 (Rabaçal, p. 42, Fig. 6)
- Lancha, J., André, P. (2000), *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal II, Conventus Pacensis 1, A Villa romana de Torre de Palma*. Lisboa.

- Leveau, P., Buffat, L. (2008), “Les bâtiments agricoles et l’architecture des villas de la fin de l’Antiquité”, *AIVCLAG*. Gijón, 134-165.
- Levi, D. (1947), *Antioch Mosaic Pavements*, 2 Vol., Princeton.
- Maciel, J. (1996), *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa.
- Mantas, V. G. (1985), “Dois novos miliários do território de Conímbriga”, *Biblos* 61: 159-179.
- Pereira, I., Pessoa, M., Silva, T. (2012), *Moedas da Villa romana do Rabaçal (1984-2009)*, Penela, Portugal. Penela (Catálogo de 1 a 377).
- Pessoa, M. (2011), *Villa romana do Rabaçal, Penela, Portugal – Um centro na periferia do Império e do Território da Ciuitas de Conímbriga. Função e contexto no âmbito da Arte e Sociedade da Antiguidade Tardia. Estudo de Mosaicos*. Lisboa.
- Pessoa, M., Rodrigo, L. (2011), *Guia. Villa romana do Rabaçal – um objecto de arte na paisagem serrana*. Penela.
- Pessoa, M., Rodrigo, L., Steinert Santos, S. (2004), *Villa romana do Rabaçal. Era uma vez..., Catálogo da Exposição Permanente do Espaço-museu do Rabaçal*. Penela.
- Pessoa, M., Rodrigo, L., Madeira, J., Burrows, J. (2008), “Villa romana do Rabaçal (Penela, Portugal): Plano de Salvaguarda 2007-2009. Dados e sugestões para a elaboração do Projecto de Coberturas e programa de musealização”, *AIVCLAG*. Gijón, 661-679.
- Pitcher, L. P. (1997), “La Villa tardoantica du Palazzo Pignano”, *Projecto Europeu de Cooperação: Rabaçal, Penela (Portugal), Palazzo Pignano, Cremona (Itália), Valdetorres del Jarama, Madrid (Espanha)*. Bruxelles, 27-29.
- Ponte, S. (2011), “Os instrumenta metálicos da Villa romana do Rabaçal (Moroicos-Penela)”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal*. Penela, 122-130.
- Ponte, S.; Miranda, J. (2011), “Lucernas da Villa romana do Rabaçal, Penela, Portugal”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal, 2009*. Penela, 131-137.
- Quaresma, J. (2011) – “O quadro de importações de Terra Sigillata e de cerâmica de cozinha africana na Villa do Rabaçal, Penela (século IV a inícios do VI d.C.)”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal, 2009*. Penela, 96-108.
- Silva, A. M. (2011), “A necrópole do século XVI instalada na Villa romana do Rabaçal: dos ossos aos indivíduos”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal, 2009*. Penela, 28-35.

- Teichner, F. (2008), *Entre Tierra y Mar. Zwischen Land und Meer Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*, Studia Lusitania, 3. Mérida – Zaragoza.
- Uscatescu, A., Bueno, M. (1997), “The Macellum of Gerasa (Jerasch, Jordan): from a market place to an industrial area”, *Basor*, 307: 67-88.
- Wickham, C. (2005), *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford.
- Vieira, T., Osório, A. (2011), “Poderá a Engenharia de Materiais contribuir para a «datação» de produtos siderúrgicos arqueológicos?”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal, 2009* . Penela, 50-63.
- Valente, M. J. (2011), “Análise preliminar da fauna mamalógica da Villa romana do Rabaçal. Campanhas 1984-1998”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal, 2009* . Penela, 36-38.
- Vicente, S., Simões, E. (2011), “Cerâmica Comum / Louça de Cozinha, Mesa e Armazenamento da Villa romana do Rabaçal”, *Actas do Encontro Internacional sobre Ciência e Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia na Villa Romana do Rabaçal, 2009* . Penela, 109-121.

Agradecimento

Uma palavra deverá ainda ser dita, chamando a atenção para os milhares de horas de trabalho de voluntariado, no campo arqueológico e no gabinete, que vêm sendo desenvolvidas há décadas em prol da descoberta e estudo e conservação deste património. Sem elas certamente as presentes reflexões ficariam muito limitadas.

(Página deixada propositadamente em branco)

PARCELÁRIO ROMANO NA VÁRZEA DE ALENQUER (PORTUGAL):

ENSAIO EM ARQUEOGEOGRAFIA

(Land parcelling Roman in Alenquer (Portugal) floodplain:
archaeogeographic study)

MIGUEL CIPRIANO COSTA (cipriano1969@hotmail.com)¹

RESUMO - A observação dos padrões métricos presentes no atual parcelário rural da várzea de Alenquer (Portugal), visíveis a partir da cartografia e da fotografia aérea, permitiu identificar a existência de métrica de 8 x 8 *actus* correspondente aos padrões agrários romanos, que nos leva a inferir a possibilidade da existência de parcelário rural já desde o período romano.

As metodologias, e a disposição dos assentamentos arqueológicos na longa duração, permitem inferir a drenagem deste espaço aluvial junto ao rio Tejo num período posterior à Idade do Ferro.

A mutação do povoamento em período romano, que se deslocou para cotas mais baixas (altitudes inferiores aos 10 metros) para zonas com maiores possibilidades de inundação, permitem avançar a possibilidade que a drenagem também esteja associada à construção do parcelário já desde esse período.

PALAVRAS-CHAVE - arqueogeografia; foto-interpretação; multidisciplinaridade; sistemas de informação geográfica (SIG); parcelário romano

ABSTRACT - The observation of metric patterns present in the current rural land parcelling in Alenquer (Portugal) floodplain, visible from the mapping and aerial photography, identified the existence of metric 8 x 8 *actus* corresponding to land Roman standards, which leads us to infer the possibility of rural land parcelling ever since the Roman period.

The methodologies, and the placing of archaeological settlements in the long term, allow us to infer the drainage of alluvial area - along the Tagus river - in a subsequent period to the Iron Age.

The change of settlement in the Roman period, moved to lower elevations (altitudes lower than 10 meters), in areas with higher flood possibilities, allow advance the possibility that drainage is also associated with the construction of the land parcelling ever since that period.

KEYWORDS - archaeogeography; photo interpretation; multidisciplinary; Geographic Information Systems (GIS); land parcelling roman

¹ Arqueólogo. Mestre em Arqueologia e Território, na especialidade de arqueogeografia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1. INTRODUÇÃO

Uma dissertação de mestrado² principiou uma investigação que deixou pistas para trabalhos futuros. Este texto é uma consequência dessa dissertação, no qual investigámos um dos muitos temas que então ficou por desenvolver.

2. CADASTROS ROMANOS NO ATUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

A pesquisa dos cadastros romanos teve grande incremento com a introdução das metodologias de investigação a partir das fotografias aéreas, ou foto-interpretação³. Podemos referir as investigações de Monique Clavel-Lévêque em Béziers⁴, que utilizou estas metodologias para inferir a existência de planificação agrária em período romano em torno desta cidade francesa.

Em Portugal Vasco Mantas foi precursor do uso das fotografias de altitude.

O surgimento dos cadastros - em período romano - é normalmente atribuído à decisão política imperial de distribuir terras a colonos, normalmente como recompensa a militares.

A pesquisa de formas planificadas na paisagem, decorrentes dessa distribuição de terras a colonos, é a forma habitual de investigação em morfo-história. Uma corrente técnico-metodológica para a qual a interpretação das formas da paisagem pressupõe a planificação, e atribui aos factos institucionais e políticos uma predominância em relação aos outros factos sociais e espaciais⁵.

Para esta corrente de investigação, os parcelários são entendidos como fundados em período romano, sob ação do poder político. A não consideração dos parcelários de formação (não planificados) decorrentes da auto-organização social é a maior lacuna que se pode atribuir a esta corrente metodológica.

Então, a pesquisa centrou-se na busca do módulo métrico 20 *actus*⁶ (um quadrado de aproximadamente 710 x 710 metros) que se entendia como a medida padrão de todas as centurições⁷ de período romano.

“Nalguns casos, a relação entre a cidade e o seu território era reforçada pelo estabelecimento de um cadastro oficial materializado no terreno por uma quadrícula mais ou menos vasta, dividindo de forma regular e sistemática, no todo ou em parte, as áreas rurais dependentes. Em Portugal há cadastros

² Costa 2010.

³ Picarreta; Ceraudo 2000.

⁴ Clavel-Lévêque 1995.

⁵ Chouquer 2000: 188.

⁶ O *actus* é a medida agrária de superfície em período romano, que corresponde a cerca de 35,5 x 35,5 metros (Chouquer; Favory 1991: 72).

⁷ A Centurição é a forma clássica da limitação romana organizada por eixos regulares e equidistantes (os *decumani* e os *cardines*) que definem unidades quadriculadas ou retangulares fundadas sob a metrologia romana (Brigand 2011).

seguramente identificados em torno de Beja, Évora, Santarém e *Conimbriga*, todos com o módulo normal da *centuria quadrata* de 710 metros de lado, equivalente a uma área cerca de 50 hectares⁸”.

Investigações que utilizaram as metodologias da morfo-história permitiram que vários investigadores inferissem a existência de diversos espaços centuriados ao redor de grandes urbes de período romano como Beja, Évora, Tavira, Braga e Conímbriga.

“É também interessante, pelas diferenças que permite detectar, nomeadamente a nível das estratégias de colonização oficiais, da população das que foram as principais cidades romanas do Alentejo, Beja e Évora. Ambas foram objecto de programas de reordenamento territorial em larga escala, que incluíram importantes operações de cadastro dos seus territórios ainda bem visíveis na paisagem atual⁹”.

2.1 Beja

Vasco Mantas inferiu a existência de cadastros romanos com o módulo de 20 *actus* em torno da cidade de Beja, um dos quais coincidente com a quadricula urbana.

“(…) a análise estereoscópica permitiu detetar numerosos e diversificados traços de uma desenvolvida organização do espaço rural em torno da cidade. (...) Os vestígios cadastrais romanos, embora muito degradados nos arredores de Beja, são suficientemente nítidos para que se possam reconhecer duas orientações¹⁰”.
“A existência de traços nítidos de dois sistemas de centurição com orientações diferentes mas ambos centrados em Beja, um dos quais coincide exactamente com a quadricula urbana¹¹”.

O achado de um monumento epigráfico na região de Beja levou os seus descobridores: uma equipa coordenada por Maria Conceição Lopes, a colocar a hipótese de se tratar de uma representação de um cadastro romano.

“(…) un monument épigraphique, découvert dans la région de Beja (Portugal), apparemment en dehors de tout contexte archéologique. Une première lecture de l'épigraphe nous a amené à proposer qu'il s'agirait d'un cadastre romain¹²”.

⁸ Mantas 1987: 39-40.

⁹ Mantas 1998: 43.

¹⁰ Mantas 1990a: 84.

¹¹ Mantas 1996: 12.

¹² Lopes *et al.* 1996.

Esta investigadora partilha da mesma opinião de Vasco Mantas, reiterando a possibilidade da existência de dois cadastros de período romano.

“No que respeita aos dois cadastros romanos identificados no território de *Pax Iulia*, não pomos em causa a sua existência, nem sequer as suas orientações¹³”.

Cédric Lavigne utilizou metodologias diferentes no estudo do território rural em torno da cidade de Beja: as metodologias da arqueogeografia, e afirma que esta possibilidade ainda carece de confirmação¹⁴.

2.2 Évora

Em Évora, José Manuel Mascarenhas¹⁵ e Rosa Planna-Mallart pesquisaram a existência de cadastros, sendo que esta última investigadora infere a eventual existência de uma limitação¹⁶ romana.

“L’analyse de la carte topographique au 1/25.000 ème du territoire proche de la ville et des images aériennes du vol américain de 1958 fournit certains indices pour envisager la présence éventuelle d’un système romain de limitation¹⁷”.

Outro trabalho colectivo, que incorpora tecnologias de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), também concluiu a existência de centúrias com o módulo de 710 x 710 metros¹⁸.

2.3 Braga

Vasco Mantas identificou em Braga traços do urbanismo romano na estrutura urbana atual¹⁹. Para Helena Paula Carvalho existe um cadastro rural romano que se articula com esse traçado urbano.

“O carácter sistemático desta orientação, a modulação em *actus* e a sua articulação, quer com o traçado da cidade, quer com o dos principais eixos viários da região abertos na época de Augusto (vias XVI, XVII e XIX) permitem sugerir uma centurição provavelmente ligada à fundação de *Bracara Augusta*

¹³ Lopes 2003: 292.

¹⁴ Lavigne 2006: 45.

¹⁵ Mascarenhas 1995.

¹⁶ Território planificado.

¹⁷ Plana-Mallart 1995: 237-238.

¹⁸ Batista *et al.* 2010: 794.

¹⁹ Mantas 1990a: 86.

e à projecção da rede viária na época júlio-cláudia²⁰”.

Os métodos de pesquisa ensaiados por Helena Carvalho e restante equipa são os habituais da escola morfo-histórica. A sobreposição à cartografia de uma grelha teórica de 20 *actus* para cartografar os limites coincidentes com essa mesma grelha.

“A procura de eixos ortogonais implicava também a pesquisa da orientação ou orientações dominantes, no espaço rural. Ensaíamos a sobreposição de uma grelha de 20 x 20 *actus* (1 centúria)²¹”.

2.4 Balsa

Em Tavira tanto Luís Fraga da Silva²² como Vasco Mantas propõem a existência de um cadastro romano.

“Entre a Ribeira do Tronco, a ocidente de *Balsa*, o Rio Gilão e a Ribeira da Asseca, estende-se uma zona com cerca de 9000 hectares onde são visíveis traços de um cadastro rural, (...) a definição do módulo torna-se mais difícil, não sendo de excluir a hipótese de se tratar de um cadastro cujas parcelas não correspondam ao módulo clássico da *centuria quadrata*”²³.

Aqui, Vasco Mantas sugere a possibilidade de um módulo diferente do clássico 20 *actus*.

2.5 Conímbriga

Vasco Mantas identificou dois cadastros romanos em torno de Conímbriga.

“A análise dos vestígios cadastrais conservados nos arredores imediatos de *Conimbriga* permite reconhecer duas centuriacões: uma orientada a 21° noroeste (centuriacão A), outra orientada a 14° nordeste (centuriacão B). No primeiro caso a orientação do *cardo* corresponde exactamente ao eixo longitudinal do fórum augustano de Conímbriga; no segundo caso o encontro de um dos *cardines* com um dos *decumani* coincide com a porta principal da muralha tardia²⁴”.

3. CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Recentes investigações em arqueogeografia sobre as problemáticas dos

²⁰ Carvalho 2012: 158.

²¹ Carvalho 2008: 320.

²² Silva 2007.

²³ Mantas 1990b: 193-194.

²⁴ Mantas 1985: 175-177.

cadastros romanos levam-nos a seguir outras pistas que desencadearam esta investigação.

“Contrariamente²⁵ a uma ideia comum, o trabalho dos arpentores²⁶ não é difundir por todos os lados e uniformemente as medidas romanas²⁷”.

Observamos grande diversidade de módulos agrários²⁸ em todo o espaço romanizado.

Trabalhos recentes com vista a compreender as centuriacões romanas levam alguns investigadores a inferir a função de drenagem da centuriacão em quase todo o mundo romano²⁹. A centuriacão como forma usual de drenar os solos para os tornar produtivos.

Não é a apropriação de solos de uso agrário indígena a função primordial da limitação romana, mas sim a conquista de solos até aí improdutivo pela existência de água em excesso, solos hidromorfos.

As características identificadas na várzea sita a sudeste de Alenquer, onde se distingue a existência de solos aluviais provenientes das cíclicas enchentes do rio Tejo, e a ocupação antiga neste território aluvial, onde se identificaram assentamentos arqueológicos da Idade do Ferro e de período romano; persuadiu-nos a empreender este trabalho com o objectivo de compreender as formas parcelárias presentes neste espaço, utilizando as metodologias que consideramos adequadas à sua compreensão na longa duração.

Dado que esta é uma área irrigada, na qual as valas de irrigação comportam a dupla função de drenagem/irrigação, e que estes processos de domínio das águas são utilizados para permitir o uso agrário de solos hidromorfos desde a antiguidade. Decidimos aqui empreender um ensaio metodológico em arqueogeografia por este espaço reunir as condições naturais, e antrópicas, que podem revelar dados inéditos sobre a implantação das comunidades rurais antigas nesta região.

A investigação surge da utilização de metodologias da arqueogeografia, disciplina que estuda o espaço geográfico, e propõe uma ruptura epistemológica ao enunciar novos fundamentos para a compreensão dos conceitos de espaço e tempo³⁰. Esta disciplina considera o conceito de paisagem palimpsesto³¹ desadequado ao estudo do espaço geográfico, e coloca todas as disci-

²⁵ Todas as traduções são da responsabilidade do autor deste texto.

²⁶ Funcionários que, em período romano, tinham como funções, entre outras, a medição e divisão de terras aos colonos. Para informação detalhada consultar: Chouquer 2010.

²⁷ Chouquer 2010: 56.

²⁸ Chouquer 2000: 131.

²⁹ González Villaescusa 2002: 440.

³⁰ Chouquer 2001.

³¹ Chevallier 1976.

plinas científicas num mesmo nível reinterpretando os seus dados³². Assim, a arqueogeografia estuda o espaço como um todo e considera impróprio ao seu estudo a separação disciplinar em “gavetas cronológicas distintas”. Pretende entender o papel das diversas modalidades de transmissão das formas no espaço e no tempo: a transmissão e a transformação das formas³³. E, não menos importante, pretende entender os processos de reciprocidade, com interações mútuas, entre o homem e o meio ambiente (interações ecológicas), ou hibridação³⁴.

Como a investigação em arqueogeografia pretende utilizar todos os dados disponíveis provenientes de outras disciplinas científicas, esta é uma disciplina multidisciplinar³⁵ na sua essência.

A emergência dos conceitos da arqueogeografia permitem atualmente considerar o estudo da centurição de outra forma. Assim, sabemos que é fundamental fazer uma distinção essencial entre o planeamento agrário romano e a sua evolução na longa duração.³⁶

4. MÉTODOS

A documentação utilizada foi a bibliografia antiga, estudos arqueológicos, imprensa local antiga, cartografia antiga, cartografia militar na escala 1/25000³⁷, fotografias aéreas verticais disponíveis no portal *Google Earth* e, essencialmente, do voo da USAF de 1958³⁸.

Esta documentação foi reunida num único *software* SIG³⁹ que permite a gestão e o manuseamento de um leque de documentos alargado, utilizado como auxiliar na interpretação do espaço e na georreferenciação dos sítios arqueológicos, configurando o conceito de carta compilada⁴⁰.

Os métodos centraram-se na pesquisa das diversas formas de hibridação homem-meio, na deteção dos processos de drenagem/irrigação, na investigação e georreferenciação do povoamento na longa duração: locais e cotas de implantação dos assentamentos arqueológicos, identificação das formas de uso e exploração do espaço rural: os parcelários, e pesquisa de metrologia agrária. Assim, como prática fundamental da metodologia cartografaram-se as linhas de água e as planimetrias: que correspondem ao habitat, às vias e aos parcelários.

³² Chouquer 2007: 238.

³³ Idem: 268-271.

³⁴ Berque 2000: 99.

³⁵ Watteaux 2009.

³⁶ Brigand 2011.

³⁷ Carta Militar de Portugal, escala 1/25 000, folhas: 376 e 390, Instituto Geográfico do Exército.

³⁸ Fotografias n.º 3264 e 3412.

³⁹ Programa: QGIS 2.6 Brighton.

⁴⁰ Robert 2003: 348.

5. OCUPAÇÃO DA VÁRZEA NA LONGA DURAÇÃO

O estudo incide no espaço rural de solos aluviais, atualmente drenado e irrigado por diversos canais com a dupla função de drenagem/irrigação, sito em torno do assentamento romano existente em Paredes (Alenquer), prolongando-se para este até ao rio Tejo, e para sul até à vala do Carregado.

Neste espaço, e na longa duração, são conhecidos assentamentos arqueológicos desde o Paleolítico Superior, como a Quinta do César, Quinta do Chacão, Carregado⁴¹, Casal do Minhoto e Casais da Marmeleira de cronologia pré-histórica indeterminada⁴².

No Carregado e na Quinta do Chacão⁴³ foram identificados vestígios arqueológicos atribuídos à Pré-História Recente.

Também foram identificados assentamentos arqueológicos proto-históricos: atribuídos à Idade do Ferro, como a Quinta da Marquesa II, Quinta da Carapinha I, Casal da Mó⁴⁴, Bairro Gulbenkian (Castanheira do Ribatejo), Castelo de Povos⁴⁵ e eventualmente Casais da Marmeleira⁴⁶.

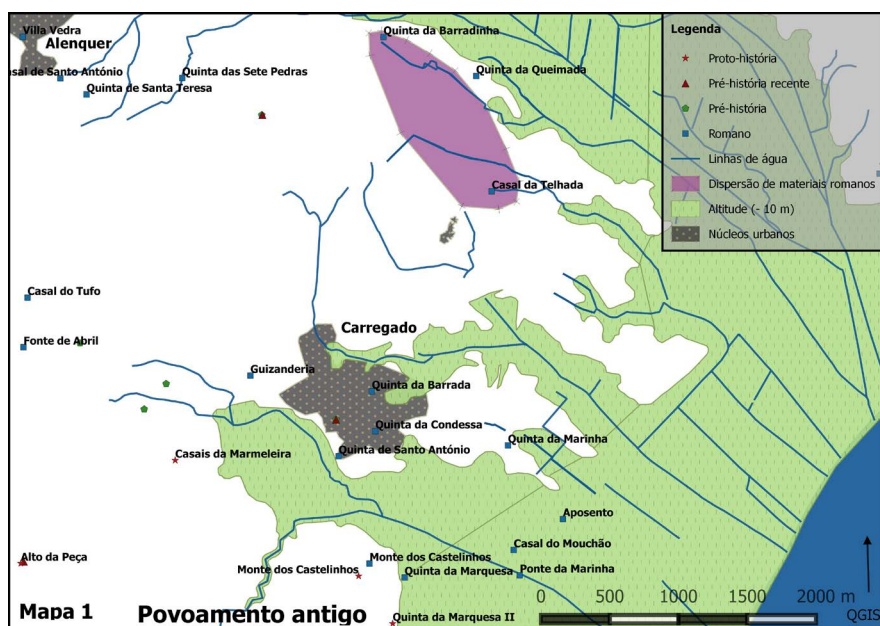


Figura 1.

⁴¹ Pereira 1970.

⁴² Costa 2010.

⁴³ Lucas 1994.

⁴⁴ Pimenta; Mendes 2010/2011.

⁴⁵ Pimenta et al. 2010.

⁴⁶ Costa 2010: 133.

Na opinião de investigadores que estudam preferencialmente este território na Proto-história, aqui, os grandes povoados teriam um importante controlo do tráfego fluvial.

“Sobre as margens do Tejo e dominando antigas áreas de cariz portuário, encontram-se os povoados de Castelo de Povos e Monte dos Castelinhos¹”.

Para investigadores como Elisa Sousa, ainda durante a I Idade do Ferro, a malha de povoamento nas margens do Tejo seria densa devido aos interesses económicos aí presentes², sendo a complexidade e importância da produção anfórica um dos seus indicadores³.

“Assim, parece evidente que durante os primeiros séculos do 1º milénio a.C., os núcleos ocupados localizavam-se ao longo das margens do estuário. Lisboa, Almaraz e Santarém constituem os casos mais paradigmáticos desta realidade, mas os recentes trabalhos publicados por J. Pimenta e H. Mendes a propósito de Vila Franca de Xira (no prelo) permitem alargar o quadro inicial e incluir no grupo sítios como Santa Sofia, Quinta da Marquesa II, Quinta da Carapinha I⁴”.

Em período romano é incontornável a discussão em torno da localização de Ierabriga.

Investigadores como Jorge de Alarcão⁵ e Vasco Mantas têm defendido a possibilidade que Ierabriga - mencionada no Itinerário de Antonino - se situe nas proximidades de Alenquer, ou, mais pormenorizadamente, em Paredes, referida na Idade Moderna como Villa Vedra⁶.

“A zona de ruínas onde situamos *Ierabriga* ocupa uma área de aproximadamente oito hectares, definidos *grosso modo* pelos sítios de Paredes⁷”.

Amílcar Guerra destacou a localização geográfica e a fertilidade dos solos como favoráveis à implantação de Ierabriga nas proximidades de Alenquer⁸. Mas atualmente sugere como mais provável a sua localização em Vila Franca de Xira;

¹ Pimenta et al. 2010.

² Sousa 2013: 103.

³ Sousa; Pimenta 2014: 313.

⁴ Sousa 2011: 491.

⁵ Alarcão, 1988.

⁶ Martins 2008: 42.

⁷ Mantas 2012: 13.

⁸ Guerra 2003: 127.

justificando a inferência pela toponímia, arqueologia e epigrafia⁹.

Achados recentes provenientes de escavações arqueológicas no Monte dos Castelinhos¹⁰ vieram adicionar novos e importantes dados a esta problemática, porque se trata de um importante sítio de ocupação romana e da Idade do Ferro; contudo, sem esclarecer definitivamente esta questão.

Na várzea correspondente à área de estudo os achados romanos são numerosos.

Na Quinta da Barradinha e Casal da Telhada identificaram-se vestígios diversos, como ainda se observava no último quartel do séc. XIX, e se pode deprender de um artigo retirado do semanário *O Alemquerense*¹¹ que reproduz um manuscrito¹² de Bento Pereira do Carmo.

“Na Barrada, junto à quinta, desenterraram-se muitos túmulos romanos, cujas pedras estão hoje empregadas em usos domésticos. Nas Paredes, lugar ainda mais chegado, notam-se vestígios de um aqueduto. Na Quinta da Barradinha, situada um pouco mais longe, sobre a continuação das colinas, ao sul da várzea de *Villa Nova*, se descobriu, em Dezembro de 1839, uma sepultura no pendor da colina para o campo, encerrando um esqueleto, que um proprietário não pode salvar da sacrílega mão dos trabalhadores, fazendo apenas a observação de que a cabeça estava voltada para oriente.

Pela parte superior desta quinta encontram-se espalhadas muitas pedras, quando o sítio não os dá, alguns lanços de paredes subterrâneas, e grandíssima quantidade de telhas e tijolos de tamanho descomunal, alguns menos quebrados têm sido postos em reserva, como raridade; os entulhos (que assim lhe podemos chamar) continuam na mesma direcção até ao Casal da Telhada.”¹³

Toda a área entre a Quinta da Barradinha e o Casal da Telhada era, no século XIX, uma enorme mancha de materiais de construção romanos. É de notar a contiguidade desta mancha de materiais romanos à actual localidade denominada Torre, conhecida pelo menos desde os finais do séc. XV por Torre Derribada¹⁴.

Os sítios identificados na área de estudo em período romano são Vila

⁹ Guerra 2012: 36.

¹⁰ VVAA 2013.

¹¹ Agradecemos a Filipe Soares Rogeiro que nos alertou para a existência deste documento.

¹² “Alenquer Histórica”, *O Alemquerense*, quinta-feira 10 de Janeiro de 1889, n. 53, Ano II.

¹³ “Alenquer Histórica”, *O Alemquerense*, quinta-feira 24 de Janeiro de 1889, n. 55, Ano II.

¹⁴ Ferro 1996.

Nova da Rainha e Quinta da Queimada¹⁵, Quinta da Condessa¹⁶, Quinta da Marinha¹⁷, Ponte da Marinha¹⁸, Casal do Mouchão¹⁹, Quinta de Santo António²⁰, Aposento²¹, Quinta da Marquesa²² e o Monte dos Castelinhos²³.

Ao observarmos a localização dos assentamentos arqueológicos em período romano verificamos que a sua distribuição espacial é diferente de em períodos anteriores. Se, anteriormente, a ocupação se verificava a cotas superiores aos 10 metros, verificamos que em período romano a implantação se materializou a cotas inferiores não ocupadas antes, como se observa no mapa 1. Esta diferente estratégia de ocupação antrópica do espaço só teria sido possível pelo domínio da circulação da água.

Estrabão, autor que viveu na mudança de era faz a seguinte descrição do rio Tejo:

“O Tejo tem de foz uma largura de uns 20 estádios e uma profundidade tão grande que pode ser remontado por barcos de dez mil ânforas de capacidade. Na altura das cheias, produz dois esteiros, nos baixios interiores, a ponto de formar como que um mar de 150 estádios, de tornar a planície navegável e de isolar, no esteiro superior, uma ilha, de cerca de 30 estádios de extensão e com uma largura um pouco menor, muito fértil e com belas vinhas.”²⁴

Sendo de destacar desta citação a profundidade do rio ao tempo, e o carácter inundável das suas planícies.

“Provavelmente, já nos primeiros decénios do século I a.C. esta ocupação assumiu maior densidade, aferida pela presença de ânforas do tipo Dressel 1 que se registam já em todos os locais mencionados para esta região²⁵”.

Para Carlos Fabião, as ânforas encontradas no registo arqueológico indicam que nos alvares do séc. I a. C. a ocupação deste espaço assumiu uma maior densidade. Outros textos mais recentes que Estrabão também nos permitem inferir a

¹⁵ Cabaço 1960.

¹⁶ Alarcão 1988: 118.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ VVAA 2012.

²¹ Barbosa 1970.

²² Idem.

²³ Gomes; Ponte 1984.

²⁴ Estrabão, Geografia, III, 3, 1 - tradução de José Ribeiro Ferreira (Kalb; Höck, 1988: 190).

²⁵ Fabião 2014: 21.

geografia deste espaço. Um texto escrito por Damião de Gois no séc. XVI, em que este autor descreve a confluência do rio de Alenquer com o Tejo, alerta-nos para a existência de muitas ilhas.

“Logo, correndo com ímpeto tumultuoso, entre rochedos, pelo monte abaixo, espraia-se pela planície a uns seis mil passos dos mananciais de origem e desagua no Tejo, na altura em que este forma muitas ilhas abundantes em trigo e em pastios ubérrimos.”²⁶

Outro texto já do séc. XVIII, que se refere ao rio de Ota - que conflui com o Tejo no mesmo local do rio de Alenquer - também alude as características já identificadas anteriormente, e que ainda ocorrem na atualidade: as cíclicas inundações na várzea.

“De inverno com as inundações se alaga todo o Paul”²⁷

6. PARCELÁRIOS

O estudo deste espaço na longa duração permite constatar a permanência das condições naturais ao longo dos tempos: uma área caracterizada pelas cíclicas inundações provocadas pelo extravasar das águas do leito do rio Tejo, que possibilitam a existência de solos aluviais muito férteis.

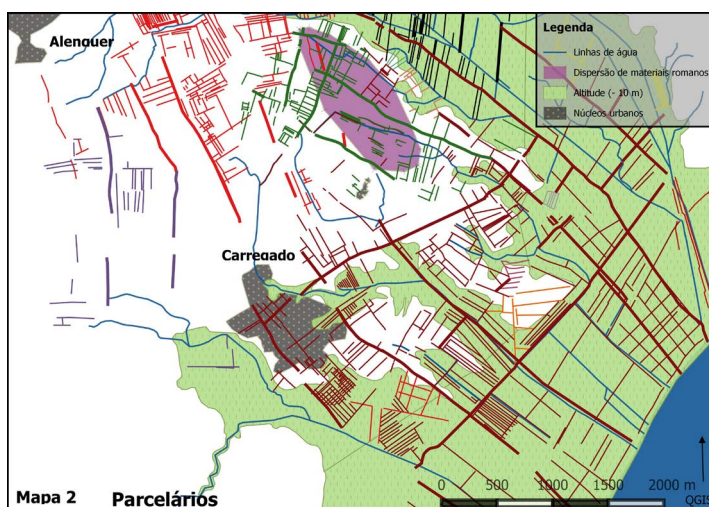


Figura 2.

²⁶ Gois 2002: 61.

²⁷ Martins 2008: 113.

Uma área de convergência entre o maciço calcário estremenho, sito a oeste, zona seca e de solos altamente permeáveis; e os aluviões do vale do Tejo, uma área húmida e de solos impermeáveis. Situada na margem direita do rio Tejo onde confluem três rios principais: o rio de Ota, o rio de Alenquer e a vala do Carregado (ou ribeira de Santana da Carnota).

Se a estabilidade das condições naturais é um facto, há a realçar a mutação das estratégias de povoamento e de exploração agrária deste espaço.

Assiste-se em época romana, em período que não podemos precisar pela insuficiência dos dados arqueológicos (maioritariamente provenientes de prospeção), à mutação das estratégias de ocupação e exploração dos recursos. Se, na Proto-história e em períodos anteriores a ocupação antrópica do espaço ocorria em zonas situadas a cotas mais elevadas e dificilmente inundáveis, a partir de período romano assiste-se à ocupação e exploração de espaços em zonas mais facilmente inundáveis a cotas mais baixas, inferiores a 10 metros de altitude.

Surgem novos assentamentos romanos como por exemplo: o Casal do Mouchão, o Aposento²⁸, e, eventualmente a Ponte da Marinha. Esta ponte poderia estar incluída no grande itinerário romano de *Olisipo* a *Bracara Augusta*²⁹, nesta perspetiva, o troço de via conhecido por carril, que faz a ligação entre a Ponte da Marinha e Vila Nova da Rainha atravessando toda a área de estudo, seria de cronologia romana.

O estudo dos parcelários permitiu encontrar algumas pistas para a investigação, e fazer algumas inferências sobre este espaço geográfico.

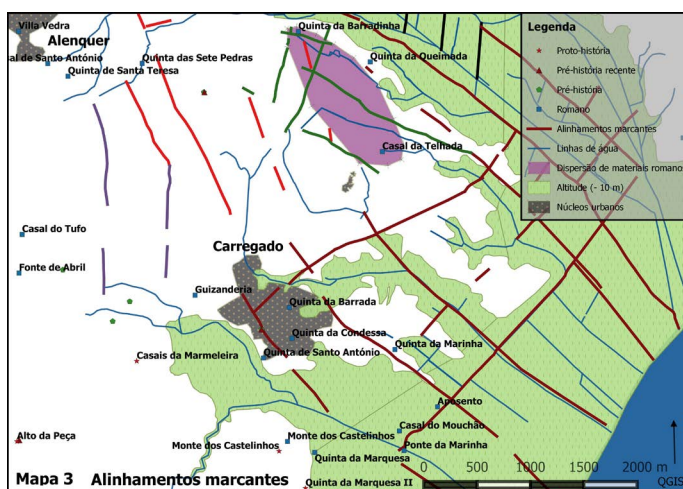


Figura 3.

²⁸ Pimenta 2015.

²⁹ Costa 2010: 92.

A identificação das formas globais de organização³⁰ do espaço: as formas de uso e exploração do espaço rural que organizam o parcelário, que correspondem aos alinhamentos marcantes; possibilitou constatar a existência de uma orientação predominante do parcelário no sentido noroeste-sudeste. É essa orientação que permite a drenagem das águas, e consequentemente a irrigação, por estar direcionada para o rio Tejo.

Nas formas globais de organização foi identificado um parcelário com o módulo métrico agrário romano de 8 *actus* (aproximadamente 284 x 284 metros) incluído no alinhamento maioritário do parcelário direcionado para o Tejo. Há a notar que a área onde se situa este módulo agrário romano é onde se observou no século XIX a existência da grande mancha de concentração de materiais romanos, e onde foram identificados os sítios romanos: Quinta da Barradinha, Quinta da Queimada e Casal da Telhada, e também a existência do topónimo Torre Derribada.

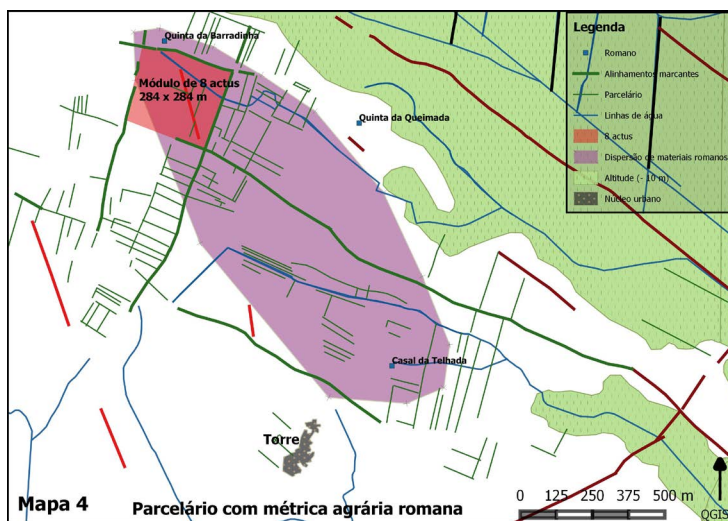


Figura 4.

Não querendo especular sobre a origem romana deste módulo agrário, visto que os padrões métricos romanos foram utilizados durante muito tempo após o ocaso do império. Há, contudo, que referir a possibilidade de a sua origem remontar ao período romano.

A mutação do povoamento com a ocupação das áreas de mais baixa altitude levam-nos a inferir a possibilidade que esta mudança só possa ter ocorrido após a drenagem das áreas onde se implantaram estes assentamentos de período romano.

³⁰ Chouquer 1993.

No entanto, parece-nos claro que este parcelário é morfogenético³¹ em relação à orientação geral do parcelário da área de estudo. É um elemento da paisagem que tem um papel estruturante nas formas circundantes, que transmitiu a sua orientação ao parcelário que se observa na atualidade, possível pela ocupação milenar destes solos agrários, associada às práticas rurais e à inerente gestão dos fluxos de água.

O resultado de dois milénios de ocupação do solo e de gestão da circulação das águas permitiu a perenização da sua orientação.

Este parcelário é uma forma resiliente³² no tempo, mantém a sua identidade estrutural e funcional mesmo depois de integrar ao longo do tempo importantes perturbações provocadas pelo meio físico pelas acções humanas.

Mesmo os processos de sedimentação associados aos aluviões não obliteraram as formas antigas, processo já observado em outros locais, nomeadamente em Pierrelate³³. Onde as formas antigas se transmitem, e se transformam, ao parcelário actual mesmo sendo alvo de processos sedimentares complexos.

Neste espaço também se reconhecem parcelários de fundação (planificados), outras formas de hibridação Homem-meio, como sistemas de irrigação em fuso³⁴ e com outras formas, de eventual cronologia posterior medieval ou moderna. A presença destas planificações agrárias e hidráulicas alinhadas, e aproximadamente alinhadas, com o parcelário de padrão métrico romano, acentuam o papel morfogenético deste.

O que agora se observa não é um sistema parcelário romano, mas sim um sistema construído na longa duração pela pressão das águas, pela sedimentação, e pela actividade humana que permite a manutenção e operacionalidade do mesmo. Um vasto sistema hidráulico formado por canais e por comportas construído ao longo do tempo. Existe, assim, uma decalagem entre o estado romano da paisagem e a sua transcrição no presente³⁵.

Por isso, consideramos insuficiente à pesquisa das centurições romanas a busca do módulo agrário de 20 *actus*. Visto que estas têm sistemas métricos distintos dentro do padrão métrico agrário romano, e existem diversas variáveis a contribuir para a sua planificação, manutenção ou ocaso.

7. CONCLUSÃO

A observação dos padrões métricos presentes no atual parcelário rural, visíveis a partir da cartografia e da fotografia aérea, permitiu identificar a existência

³¹ Idem: 47-61.

³² Robert; Verdier 2009.

³³ Jung 1999.

³⁴ Chouquer 2011.

³⁵ Brigand 2011.

de métrica de 8 x 8 *actus* correspondente aos padrões agrários romanos³⁶, que nos leva a inferir a possibilidade da existência de parcelário rural já desde o período romano.

As metodologias, e a disposição dos assentamentos arqueológicos na longa duração, permitem inferir a drenagem deste espaço aluvial - junto ao rio Tejo - num período posterior à Idade do Ferro.

A mutação do povoamento, visível num período que podemos caracterizar como a partir de finais da Idade do Ferro, deslocado para cotas mais baixas (altitudes inferiores aos 10 metros), em zonas com maiores possibilidades de inundação, permitem avançar a possibilidade que a drenagem também esteja associada à construção do parcelário já desde esse período.

Foi a prática disciplinar da arqueogeografia, e a utilização de todos os documentos disponíveis como esta disciplina propõe, que permitiu inferir estes dados sobre a várzea de Alenquer.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. (1988), *Portugal romano*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Barbosa, E. (1970), “Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer”, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia 1958*, II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 27-33.
- Batista, T.; Mascarenhas J. M.; Mendes, P.; Mantas, V. (2010), “Heritage landscapes in Évora surroundings: a GIS approach”, *Cultural Landscapes*, Istambul, ITU, 791-802.
- Brigand, R (2011), “La dynamique parcellaire des paysages centuriés de Vénétie centrale (Italie)”, *Les nouvelles de l'archéologie*, 125, 18-23.
- Cabaço, H. (1960), “Azambuja nos tempos e na vida – Breves apontamentos sobre pré-história”, entrevista a:, *Correio do Ribatejo*, 19 de Março. Santarém.
- Carvalho, H. P. (2008), *O povoamento romano na fachada ocidental do Coventus Bracarensis*, Tese de Doutoramento em Arqueologia, Braga, Universidade do Minho.
- Carvalho, H. P. (2012), “Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de *Bracara Augusta* (*Hispania Citerior Tarraconensis*)”, *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, CSIC, 149-166.
- Chevallier, M. (1976), “Le paysage palimpseste de l’histoire. Pour une archéologie du paysage”, *Melanges de la Casa de Velazquez*, XII, Paris, Édition E.

³⁶ *Actus quadratus*.

de Boccard, 503-510.

- Chouquer, G. (1993), *Manuel d'analyse des formes historiques des paysages*, Tours, CNRS.
- Chouquer, G. (2000), *L'étude des Paysages. Essais sur leur formes et leur histoire*, Paris, éditions errance.
- Chouquer, G. (2001), "Le parcellaire dans le temps et dans l'espace: Bref essai d'épistémologie", *Études rurales*, 153-154, Paris, EHESS, 39-57.
- Chouquer, G. (2007), *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*, Coimbra-Porto, CEAUCP.
- Chouquer, G. (2010), *La Terre dans le monde romain. Antropologie, droit, géographie*, Paris, éditions errance.
- Chouquer, G. (2011), "Les systèmes parcellaires sociaux en situation d'hybridation physique", (<http://www.formesdufoncier.org/index.php?rub=thematiques/typodyn-04/11/2011,11h05m>).
- Chouquer, G; favory, F. (1991), *Les Paysages de l'Antiquité. Terres et cadastres de l'Occident romain*, Paris, éditions errance.
- Clavel-Lévêque, M. (1995), *Atlas des cadastres de Gaule - 1: le réseau centurié Béziers B*, Paris, Les Belles Letres.
- Costa, M. C. (2010), *Rede viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*, Dissertação de Mestrado em arqueologia e Território, Coimbra, FLUC.
- Fabião, C. (2014), "Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica", *Cira Arqueologia*, n.º 3, Vila Franca de Xira, CMVFX, 9-24.
- Ferro, J. (1996), *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV) - Subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia.
- Góis, D. (2002), *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Gomes, J; Ponte, S. (1984), "Três Bronzes Romanos da Região de Alenquer", *Conimbriga*, 23, Coimbra, IAFLUC, 97-101.
- González Villaesusa, R. (2002), *Las formas de los paisajes mediterráneos*, Jaén, Universidad de Jaén.
- Guerra, A. (2003), "Algumas notas sobre o Mundo Rural do Território Olisiponense e as suas Gentes", *Mundo Antigo - Economia Rural*, Lisboa, Edições Colibri, 123-150.
- Guerra, A. (2012), "O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de Ierabriga", *Cira Arqueologia*, n.º 1, Vila Franca de Xira, CMVFX, 24-40.

- Jung, C. (1999), *Morphogenèse, fonctions et évolution de la centuriation B d'Orange et essai de restitution diachronique des paléopaysages du Tricastin (Drôme-Vaucluse)*, Tours, Thèse.
- Kalb, P.; Höck, M. (1988), “Moron”, *Conimbriga*, 27, Coimbra, IAFLUC, 189-201.
- Lavigne, C. (2006), *Espaço das Sociedades Antigas: Dinâmica das Paisagens da Região de Pax Iulia (Beja)*, Rapport intermédiaire d'étude, documento de trabalho do Programa Europeu POCI/HAR/60842/2004 dirigido por Maria da Conceição Lopes, Coimbra, IAFLUC.
- Lopes, M. (2003), *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*, Coimbra, IAFLUC.
- Lopes, M.; Encarnação, J.; Silva, A. (1996), “Un cadastre romain dans la région de Pax Iulia (Lusitanie)?”, *Cyberarqueólogo Português*, <http://www.ci.uc.pt/aia/cadastr.html>. Coimbra.
- Lucas, M. (1994), *As regiões de “Torres” e “Alenquer” no contexto do Calcolítico da estremadura portuguesa*, Dissertação de mestrado em Arqueologia, Porto, FLUP.
- Mantas, V. (1985), “Dois novos miliários do território de *Conimbriga*”, *Biblos*, vol. LXI, Coimbra, FLUC, 159-179.
- Mantas, V. (1987): “As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal”, *Povos e Culturas*, 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 13-55.
- Mantas, V. (1990a), “Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja”, *Geociências*, vol. 5, fasc. 1, Revista da Universidade de Aveiro, Aveiro, 75-88.
- Mantas, V. (1990b): “As cidades marítimas da Lusitânia”, *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, CNRS, 149-205.
- Mantas, V. (1996), “Teledetecção, cidade e território: *Pax Iulia*”, *Arquivo de Beja*, vol. I, série III, Beja, Câmara Municipal de Beja, 5-30.
- Mantas, V. (1998), “Colonização e aculturação no Alentejo Romano”, *Arquivo de Beja*, vols. VII/VIII, série III, Beja, Câmara Municipal de Beja, 33-61.
- Mantas, V. (2012), “A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios”, *Cira Arqueologia*, n.º 1, Vila Franca de Xira, CMVFX, 7-23.
- Martins, J. (2008), *Alenquer 1758. O Actual Concelho nas memórias paroquiais*, Arruda dos Vinhos, Arruda Editora.
- Mascarenhas, J. (1995), “Évora: archéologie et conservation du paysage environnant”, *Cité et Territoire*, Béziers, Centre de Recherche d'Histoire Ancienne, 227-230.
- Pereira, M. (1970), “Hipólito Cabaço”, *Arqueologia e História*, 9.ª Série, Vol. II, Lisboa, AAP, 7-26

- Picarreta, F.; Ceraudo, G. (2000), *Manuale di aerofotografia archeologica. Metodologia, tecniche e applicazioni*, Bari, Edipuglia.
- Pimenta, J. (coord.) (2015), *O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos Vila Franca de Xira. Em busca de Ierabriga*, Catálogo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Pimenta, J.; Mendes, H; Madeira, F. (2010), “ O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 13, Lisboa, 25-56.
- Pimenta, J.; Mendes, H (2010/2011), “Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 18, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 591-618.
- Plana-Mallart, R (1995), “*Ebora et son territoire*”, *Cité et territoire*, Béziers, Centre de Recherche d’Histoire Ancienne, 231-242.
- Robert, S. (2003), *L’analyse morphologique des paysages entre archéologie urbanisme et aménagement du territoire – Exemples d’études de formes urbaines et rurales dans le Val-d’Oise*, Thèse pour obtenir le grade de Docteur de le Université de Paris I. Paris.
- Robert, S.; Verdier, N. (2009), “Du sentier à la route. Une archéologie des réseaux viaires”, *Les nouvelles de l’archéologie*, 115, Paris, éditions errance.
- Silva, L. (2007), *Balsa, cidade perdida*, Tavira, Campo Arqueológico de Tavira.
- Sousa, E. (2011): *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Sousa, E. (2013), “A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do Iº milénio a.C.”, *Cira Arqueologia*, n.º 2, Vila Franca de Xira, CMVFX, 103-117.
- Sousa, E.; Pimenta, J. (2014), “A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro”, *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*, Porto, FLUP – SECAH, 303-315.
- VVAA (2012), “Os fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer)”, *Cira Arqueologia*, n.º 1, Vila Franca de Xira, CMVFX, 148-157.
- VVAA (2013), “Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo”, *Catálogo da Exposição*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- Watteaux, M (2009), “Settlement and lanscape in English historical studies: a French view”, *Medieval Settlement Research*, 20-30.

(Página deixada propositadamente em branco)

NAVEGAÇÃO COMERCIAL FLUVIO-MARÍTIMA E POVOAMENTO NO
OCIDENTE DO *MUNICIPIUM OLISIPONENSE*:
EM TORNO DOS RIOS LIZANDRO (MAFRA) E COLARES (SINTRA)
(Commercial fluvio-maritime navigation and population in the
Western *Municipium Olisiponense*: around the Lizandro (Mafra)
and Colares (Sintra) rivers)

MARCO OLIVEIRA BORGES (marcoliveiraborges@gmail.com)¹
Centro de História da Universidade de Lisboa

RESUMO - No presente estudo reforçam-se as hipóteses de que os rios Lizandro e Colares tenham sido navegados durante o Período Romano e usados para escoar a produção rural da região, estando os povoados das suas imediações envolvidos numa rede de trocas comercial integrante do *hinterland* abastecedor de *Olisipo*.

PALAVRAS-CHAVE - período romano; Ocidente do *Municipium Olisiponense*; rio Lizandro; rio de Colares; povoamento; navegação fluvio-marítim; rede de trocas comerciais; *Olisipo*

ABSTRACT - On this study we strengthen the hypothesis of the Lizandro and the Colares rivers have been navigated during the Roman Period and their potential usage as a way of draining the rural production of the region, while the villages in the area were involved in a trade network that was part of the hinterland that supplied *Olisipo*.

KEYWORDS - Roman Period; Western *Municipium Olisiponense*; Lizandro river; Colares river; population; fluvio-maritime navigation; trade network; *Olisipo*

1. INTRODUÇÃO

A área ocidental dos *agri olisiponenses* que envolve os rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra), situados a c. 14 km de distância um do outro², tem revelado uma riqueza destacada de sítios arqueológicos e diversos achados dispersos pelo território, atestando bem a importância do povoamento romano neste espaço geográfico. Estácio da Veiga, numa obra publicada em 1879, já havia chamado a atenção para a existência de diversos dados que indicavam a presença de antigas povoações com relações familiares próximas da área costeira entre Colares e o concelho de Mafra, mais precisamente até Paço de Ilhas³, embora não tenha estabelecido qualquer ligação com a actividade naval romana nos cursos de água envolventes, apenas com as vias terrestres. Havendo dados que apontam para

¹ Centro de História da Universidade de Lisboa – UID/HIS/04311/2013.

² Se traçarmos uma linha recta a partir da foz do Lizandro até à foz do rio de Colares.

³ Veiga 1879: 31 e 51-52.

a navegabilidade dos rios Lizandro e Colares durante a Idade Média, ainda antes que o progressivo assoreamento costeiro tivesse impedido o avanço do mar para o interior do território em condições de proporcionar a entrada de navios, importa tentar compreender se na Antiguidade os mesmos já seriam usados nesse âmbito e se assumiam funções portuárias. Se para o caso de Colares as investigações recentes têm trazido novidades, existindo um estudo que interliga alguns dados arqueológicos, o povoamento local, a utilização naval do rio e as relações comerciais com *Olisipo*⁴, em relação ao rio Lizandro o assunto está numa fase de análise mais atrasada. É verdade que no passado foi abordada a ideia de este rio ter funcionado como porto e, conseqüentemente, ter servido para escoamento da produção local⁵, mas é necessário aprofundar investigações.

O desenvolvimento deste tipo de estudos, como é evidente, não pode ser levado a cabo sem a compreensão da presença humana no território, que, por sua vez, está dependente do desenvolvimento de escavações arqueológicas, da entrega dos respectivos relatórios com os resultados, do estudo dos materiais exumados, da sua divulgação e publicação em artigos científicos. No entanto, são diversas as condicionantes que giram em torno da Arqueologia e que fazem com que, frequentemente, estas actividades não caminhem lado a lado.

Em 1996, para o caso de Mafra, Maria José de Almeida e Ana Catarina Sousa referiam que embora fossem conhecidos desde há muito tempo dados arqueológicos que atestavam a ocupação romana neste território, não havia ainda “uma preocupação sistemática de estudo desses vestígios, limitando-se esse conhecimento à notícia e recolha de elementos arquitectónicos, epígrafes, numária ou objectos que, pelo seu carácter, constituíssem elementos de interesse especial”⁶. Referiu-se igualmente que a própria ausência de projectos de prospecção arqueológica ou de escavações científicas não permitia caracterizar de forma segura as realidades de povoamento deste concelho durante o Período Romano, se bem que o contributo das investigadoras apontasse já no sentido de sistematizar as informações conhecidas e problematizá-las, visando futuras linhas de análise e de investigação⁷. Vinte anos depois, apesar de algumas novidades arqueológicas e de estudos que, entretanto, foram sendo publicados, ainda se está longe de conseguir caracterizar de forma segura as realidades do povoamento romano em Mafra⁸.

⁴ Cf. Borges 2015b: 152-158. Sobre o porto de *Olisipo*, cf. Mantas 2003: 13-29.

⁵ Vide infra, n. 14.

⁶ Almeida e Sousa 1996: 207.

⁷ Dizia-se mesmo que o conhecimento do povoamento romano nesta área apresentava uma falsa imagem de “vazio de ocupação”, algo que apenas reflectia “o estado da investigação” (cf. Almeida e Sousa 1996: 207-209).

⁸ Cf. Sousa 2008: 465.

Em relação ao concelho de Sintra, é reconhecida uma maior riqueza de sítios arqueológicos, tradição de investigação, escavações e de publicações no âmbito da ocupação romana. No entanto, no seguimento da vertente de análise que aqui será desenvolvida, é fundamental ligar os antigos povoados e achados arqueológicos com a própria ideia de navegabilidade do rio de Colares e de escoamento da produção local através deste curso de água. Até ao presente tem sido dada quase exclusiva importância à utilização do transporte terrestre para a entrada e saída de mercadorias do território, isto quando o uso de embarcações seria mais barato, rápido e seguro.

Assim, a par da tentativa de compreensão das vias terrestres do Ocidente do *Municipium Olisiponense*, as quais ligavam as diversas *villae*⁹ e casais agrícolas da região, servindo igualmente para a chegada e saída de mercadorias, é preciso trazer à discussão a importância dos rios em análise enquanto escoadores da produção local¹⁰. Neste seguimento, o tipo de estudo que aqui pretendemos fazer assume vital importância, até porque, contrariamente à rede viária romana na Península Ibérica, para a qual existem vários trabalhos, a análise dos portos ainda está numa fase de investigação relativamente recente¹¹.

Face à evidente ausência de dados históricos que nos permitam compreender as dinâmicas humanas estabelecidas nos locais focados desde tempos recuados, este estudo acaba por ter uma saliente componente hipotética/explicativa baseada na sistematização e ligação de dados arqueológicos dispersos. Contudo, importa referir que para já não é possível fazer um apanhado exaustivo e problematização de todos os sítios e dos dados arqueológicos que foram recolhidos ou que estão identificados, havendo a prioridade de explorar aqueles que se encontraram mais próximos dos cursos de água em análise.

⁹ Contrariamente a visões mais tradicionais, em que a *villa* romana surge fundamentalmente como “uma unidade de exploração agro-pecuária equipada com funcionalidades urbanas”, é preciso ter em conta muitas outras actividades produtivas que se desenvolviam nas *villae* (Carneiro 2010: 229-231). Sobre a discussão em torno deste assunto, cf. Carneiro 2010: 225-250.

¹⁰ O estudo da relação entre portos e vias, algo que requer uma análise cuidada das características físicas do território e dos antecedentes do domínio romano, é um dos aspectos mais descuidados no estudo das comunicações na Lusitânia (cf. Mantas 2004: 429).

¹¹ Cf. Mantas 2003: 13; Mantas 2004: 427.

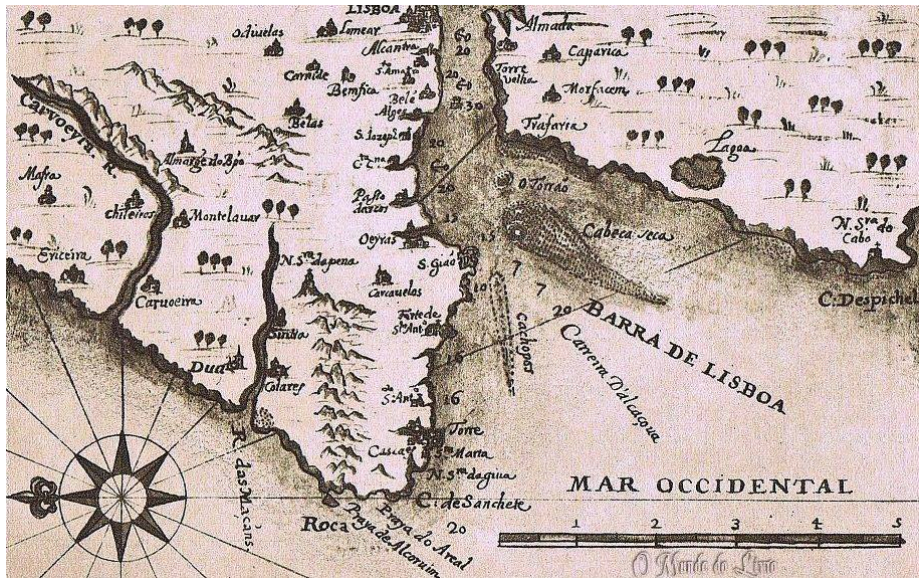


Figura 1. Demonstração da barra de Lisboa. João Teixeira, *Atlas da costa de Portugal* (1648).

1. EM TORNO DO RIO LIZANDRO / RIBEIRA DE CHELEIROS

O rio Lizandro/ribeira de Cheleiros, situado no Sul do concelho de Mafra, tem uma extensão principal de c. 30 km¹² e uma bacia de, aproximadamente, 166 km². Desagua na praia da Foz do Lizandro, ligeiramente a Sul do porto da Ericeira (c. 2 km), local que já seria usado na Antiguidade¹³. Embora com um caudal actualmente reduzido, o rio Lizandro tem sido referido como tendo sido navegado por barcas ainda em finais do século XII, se bem que a sua utilização naval também tenha sido apontada para o Período Romano¹⁴. Isso era possível porque antigamente um braço de mar inundava consideravelmente o vale do Lizandro, fundindo com o rio, dando-lhe assim capacidade de navegação para o interior do território.

A navegabilidade medieval deste curso de água tem sido dada como garantida mediante informações contidas no foral de 1190, concedido pelo bispo de Silves aos moradores da vila de Mafra¹⁵. Em 1879, interpretando esse documento, Estácio da Veiga havia aludido à portagem que deveria pagar cada barca de peixe miúdo e madeira que viesse para a vila de Mafra “pollo rio”, concluindo assim que o “rio do Porto” (designação que não vem no documento mas que

¹² Gusmão 2010: 23.

¹³ Vide infra, n. 38-41.

¹⁴ Saa 1960: 12-14; Ribeiro 1982-1983: 165; Byrne 1993: 42 e 46; Almeida e Sousa 1996: 213; Sousa 1998: 37 e 41; Gonçalves 2011: 16; Borges 2015b: 155-157 e 164.

¹⁵ Pub. por Veiga 1879: 92-95.

também se usava para intitular o rio Lizandro) era navegável por essa altura¹⁶. O autor não ousou arriscar a chegada de navios até Cheleiros, vila situada a c. 16 km a montante da praia da Foz do Lizandro (se seguirmos o trajecto do actual curso de água), acreditando que talvez tivesse sido possível navegar apenas até à igreja de Nossa Senhora do Ó (ou senhora do Porto)¹⁷.

As interpretações de Estácio da Veiga sobre este assunto haveriam de ser seguidas posteriormente, ainda que sem se fazer uma interpretação crítica do foral de 1190 quanto ao rio exacto em que as barcas acediam ao interior do actual concelho de Mafra¹⁸. Ora, o referido documento alude, de facto, ao peixe miúdo transportado em barcas e à madeira que entrava “pollo rio” até ao interior do território, isto com o objectivo de abastecer a vila velha de Mafra e arredores, mas, na verdade, não refere qual o rio que era usado para esse efeito. Havendo igualmente tradições orais de navegação para outros dois cursos de água deste concelho, ou seja, o rio Sarafujo e a ribeira de Ilhas (situados a Norte da foz do Lizandro), e tendo em conta as alterações de ordem geomorfológica que se verificaram ao longo dos séculos e que levaram ao assoreamento da orla costeira e de vários rios, com o consequente impedimento da entrada do mar para o interior dos vales e a respectiva perda da capacidade de navegação, há que atenuar a interpretação inicial e taxativa de Veiga que via no rio Lizandro o único acesso naval ao interior do território mafrense¹⁹. Em todo o caso, é provável que, em finais do século XII, e se alguma vez foram mesmo navegáveis, aqueles dois cursos de água já não tivessem grande importância, tanto mais que não surgem descritos no documento em questão.

Apesar destas observações, a interpretação sobre a antiga navegabilidade do rio Lizandro não está em causa, sendo de sublinhar a ideia da existência de um porto junto à igreja de Nossa Senhora do Ó e que já havia sido mencionado por Estácio da Veiga, se bem que o investigador não tenha feito qualquer menção à navegação neste curso de água durante o Período Romano. Aliada à memória toponímica, a tradição oral remete a existência de um antigo cais para as proximidades da ponte de provável origem medieval que fica imediatamente a Sul da referida igreja, o qual seria usado para embarcar o carvão produzido pelos habitantes da Carvoeira²⁰. Portanto, tratava-se de um porto que ficaria já no curso terminal deste rio, a c. de 3,5 km a montante da actual praia da Foz do Lizandro.

¹⁶ Veiga 1879: 110.

¹⁷ Veiga 1879: 110.

¹⁸ Assunção 1967: 13-14; Matta 1981: 4; Fernandes 2009: 30, n. 4; Gandra 2014: 13.

¹⁹ Veiga 1879: 110.

²⁰ Cf. Fernandes 2009: 30, n. 4; Fernandes e Vilar 2009: 8.



Figura 2. Foz do rio Lizandro na actualidade (Foto: Marco Oliveira Borges).



Figura 3. Vista de montante para o vale do rio Lizandro e igreja de Nossa Senhora do Ó (Foto: Rui Andrade).

De qualquer forma, é verosímil que em épocas mais recuadas, com maior caudal devido ao avanço do mar, mas sendo navegável provavelmente apenas em períodos de preia-mar, este rio pudesse ter possibilitado a existência de outros focos de aportagem e de apoio mais para o interior do território, com cais, docas ou outras construções em pedra ou madeira, se bem que não fosse obrigatória

a edificação deste tipo de estruturas, tanto mais que alguns locais com funções portuárias nunca tiveram qualquer tipo de construção²¹. Porém, reforce-se que a presença de vários sítios de aportagem é uma característica que terá sido corrente nalguns rios, podendo a prospeção arqueológica ao longo das suas margens permitir localizar antigas estruturas portuárias ou apenas cultura material associada a esses espaços²². No presente caso em estudo, e atendendo à geomorfologia do vale do Lizandro, caracterizada pela sua largura considerável em grande parte do trajecto (fig. 3), é provável que o braço de mar que inundava esta área se estendesse mais para montante ainda em tempos históricos, possivelmente até ao Carvalhal (c. 13 km a montante da praia da Foz do Lizandro), podendo este local ter tido funções portuárias. Talvez o porto situado na área da Senhora do Ó, e à medida que o assoreamento se fora intensificando e dificultando a chegada de navios ao interior, tenha sido o último foco portuário activo, podendo, porém, ter funcionado em paralelo com outros durante o Período Romano e até mesmo já durante a Idade Média. Neste sentido, refira-se que Mário Saa acreditava que durante a romanidade a foz do rio Lizandro era um porto de abrigo²³.

Um dos problemas que, frequentemente, limitam este tipo de investigações tem a ver com a escassa ou total ausência de referências tipológicas materiais, de quais as estruturas arqueológicas detectadas e de qual o seu contexto de descoberta, sendo que nalguns casos as informações já vêm do século XIX ou são veiculadas apenas por tradição oral. Note-se, por exemplo, que diversos vestígios romanos foram detectados na área da igreja de Nossa Senhora do Ó sem que tenham sido especificados²⁴. O local chegou a ser referido como tendo sido um grande centro comercial no século II d.C., embora sem que se tenha fundamentado tal afirmação²⁵. Em todo o caso, já ao finalizarmos este estudo, fomos informados de que intervenções arqueológicas recentes realizadas na margem direita do vale do Lizandro, junto à supracitada igreja, puseram a descoberto estruturas romanas, referindo-se mesmo a existência de cetárias. Através do Portal do Arqueólogo tivemos acesso a um resumo descritivo muito sucinto dos trabalhos realizados em 2012, sob a responsabilidade de Carlos Batata, sendo referida uma forte ocupação do local e a detecção de vestígios romanos (Alto e Baixo-Império), visigóticos e islâmicos²⁶. Menciona-se igualmente o reconhecimento de muros

²¹ “Os vestígios materiais de tipo portuário, ou seja, construções especializadas tais como cais, docas, rampas de varadouro [...], poderão efectivamente nunca ter existido em locais com funções portuárias, na medida em que essas funções se verificavam muitas vezes na total ausência de estruturas, mesmo em épocas muito recentes” (cf. Blot 2003: 22-23).

²² Mantas 2004: 440.

²³ Saa 1960: 14.

²⁴ Cf. Gandra e Caetano 1995: 255; Gandra 2014: 105.

²⁵ Cf. Gandra e Caetano 1995: 255; Gandra 2014: 105.

²⁶ A notícia destas intervenções arqueológicas surgiu-nos já nos últimos dias de final

largos e toscos, sem que se tenha conseguido atribuir uma cronologia precisa, ainda que tenha ficado referido que seriam visigóticos ou islâmicos, bem como a detecção de cerâmicas romanas de diversos tipos, de frescos e mosaicos. Nada é exposto sobre cetárias, sendo o sítio apresentado apenas como um povoado.

A igreja local será de origem medieval, chegando a ser referido que o edifício primitivo poderá ter sido inicialmente uma mesquita²⁷. Alguns autores acreditam que a ponte de cantaria que se situa imediatamente a Sul da referida igreja – sobre a ribeira – será romana²⁸, se bem que recentemente lhe tenha sido atribuída uma suposta origem medieval²⁹, situação mais verosímil. Para além do que foi dito, pensa-se que durante o Período Romano partisse de S. Miguel de Odrinhas um ramal da estrada de Lisboa a Torres Vedras na direcção de Assafora, prosseguindo para a Senhora do Ó³⁰. Não muito longe deste último sítio fica a povoação da Carvoeira, mas, para este local, e pelo que conseguimos apurar, apenas foi achada, em 1965, uma moeda do imperador Cláudio (41-54 d.C.)³¹.

Além do tal porto que ficaria situado junto à igreja de Nossa Senhora do Ó, e como já foi salientado, é possível que tenham existido outros focos portuários ao longo do rio Lizandro, o qual tinha vários afluentes. Mais para o interior do território existe inclusive a referência documental ao “portum Mizalfornum” (10 de Dezembro de 1253)³², pelo que Paulo Almeida Fernandes crê que este território fosse servido por outro porto, ligado a Mafra, acreditando assim que seria “um cais na ribeira de Muxalforro”³³. Este curso de água, afluente do rio Lizandro, situa-se a Noroeste de Cheleiros, próximo da Igreja Nova e encontrava-se no curso da via romana de Odrinhas a Mafra³⁴.

No entanto, é preciso ter em conta que o termo “porto” nem sempre queria reportar-se a um “porto de mar” ou “porto fluvial” frequentado por navios. Na verdade, este termo também podia ser usado para significar a passagem de um rio com passadeira ou pedras soltas, um caminho, um local de passagem para um povoado³⁵, podendo ter um papel importante como nó de cruzamento entre

do prazo para a entrega do presente artigo, após ajustes sugeridos pelo avaliador científico, situação que não permitiu ainda ter acesso ao relatório dos trabalhos realizados em 2012, apesar de, entretanto, o pedido ter sido feito à DGPC.

²⁷ Gandra 2014: 115 e 347.

²⁸ Gandra e Caetano 1995: 249 e 255; Lopes 1996: 236.

²⁹ Gandra 2014: 105 e 115.

³⁰ Saa 1960: 13-15; Gandra e Caetano 1995: 255; Lopes 1996: 236; Gandra 2014: 105-106.

³¹ Gandra e Caetano 1995: 253; Lopes 1996: 236; Gandra 2014: 98.

³² Pub. por Costa 2000: 97.

³³ Cf. Fernandes 2009: 30.

³⁴ Gandra e Caetano 1995: 290.

³⁵ Cf. Vasconcellos 1975: 646; Machado 1977: 406; Marques 1987: 127; Coelho 1989: 402-403.

as vias terrestres e redes fluviais³⁶. A. H. de Oliveira Marques foi um dos investigadores a alertar para esta situação, referindo o facto de que, a nível nacional, a toponímia registava mais de 300 “portos”³⁷. Neste sentido, o porto de Munchalforro poderia enquadrar-se apenas nestas tipologias.

Seja como for, estamos perante uma área geográfica que não foi estranha à navegação e que começa agora a receber maior interesse quanto ao seu passado naval romano e até anterior. Olhando para Norte, a partir da foz do rio Lizandro, temos o porto da Ericeira, local que já teria a sua importância desde a Antiguidade. Situado c. 1,9 km a Sudeste deste porto, o pequeno povoado da Lapa da Serra – junto ao qual correm e fundem-se um afluente e um sub-afluente da margem direita do rio Lizandro – forneceu diversos fragmentos de cerâmica em acções fortuitas e de abertura de valas sem qualquer acompanhamento arqueológico³⁸. Para além de bocados de um pote de grandes dimensões característicos da Idade do Ferro indígena, se bem que o seu fabrico tenha sobrevivido ao início da romanização, refira-se parte da boca de uma ânfora de tipo Mañá C 2 a. Fabricada na região púnica por volta de 175 a 125 a.C., terá servido para transporte piscícola³⁹. Ademais, acrescenta-se os fragmentos de uma pequena taça em *terra sigillata* hispânica, de tipo Dragendorff 27, enquadrável na segunda metade do século I d.C., bem como partes de um prato em *terra sigillata* itálica, datável de um período entre 15 a.C. a 80 d.C., e um fragmento de asa de ânfora Lusitana 2, este último servindo para o envase de produtos piscícolas. Por fim, a detecção de tégulas atestou a existência de antigas construções. Face a tais evidências, foi colocada a hipótese de se estar perante um povoado pré-romano de carácter agrícola, posteriormente romanizado e abandonado, algures na segunda metade do século I d.C.⁴⁰.

Mas a presença romana nas imediações do porto da Ericeira foi mais alargada e deverá ter tido uma activa ligação com a vida marítima, à semelhança do que terá acontecido na costa de Sintra e em Cascais. Em 1999 e 2001 já tinham sido descobertos dois sítios arqueológicos nas proximidades da vila velha da Ericeira e que terão funcionado na mesma altura, levando os investigadores a crer que se estava perante uma área de exploração agro-pecuária e piscatória em que o porto ericeirense tinha um papel importante igualmente no tráfego mercantil local⁴¹.

³⁶ Coelho 1989: 402, n. 2.

³⁷ Marques 1987: 127.

³⁸ Cf. Diogo e Costa 2005: 412-420.

³⁹ Diogo e Costa 2005: 419.

⁴⁰ Diogo e Costa 2005: 419.

⁴¹ Diogo e Costa 2000: 207-214; Diogo e Costa 2002: 333-335. No Portal do Arqueólogo é referido que, durante um mergulho amador ao largo da Ericeira, foi detectado um presumível “barco romano com ânforas”. As informações foram recolhidas por via oral (Bombico 2011: 79).

Voltando ao percurso do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros, de jusante para montante, vamos encontrar outros locais dispersos em que foram identificados vestígios romanos e que, para além de se relacionarem com o povoamento local, podem estar associados a uma entrada no interior do território por este curso de água. É o caso do Carvalho, povoação onde foram achados fragmentos de cerâmica e sepulturas romanas escavadas em blocos de basalto, tendo sido postas a descoberto quando foi alargada a estrada para esse local. Presume-se que aqui terá existido uma *villa* romana. A via de Odrinhas a Mafra atravessava a ribeira de Cheleiros junto ao Carvalho, continuando pelo Boco, Munchalforro e Almada⁴².

Relativamente à velha povoação de Cheleiros, situada na fronteira entre o actual concelho de Mafra e o de Sintra, na margem direita da ribeira com o mesmo nome e ocupando a base de uma vertente bastante pronunciada⁴³, sabe-se que é um local onde também foram detectadas cerâmicas e tulhas (romanas?). As descobertas ocorreram a poente da igreja Matriz de Nossa Senhora do Reclamador (possível sucessora de uma mesquita) e no interior de casas particulares, não havendo indicações quanto ao destino e tipologia do espólio⁴⁴. Na fachada Sul da dita igreja existem dois cipos de calcário adossados, de proveniência desconhecida, tendo sido transferidos do pórtico ocidental, onde estiveram a ladeá-lo até ao restauro da igreja de 1940. Estamos perante duas lápides sepulcrais contendo epitáfios⁴⁵. Para além disso, e já em 1995, foi identificado um capeamento de ara romana durante obras de beneficiação do mesmo edifício, estando o elemento pétreo adossado no seu alçado principal⁴⁶ (fig. 4). Presume-se que seja de um espaço cronológico entre a segunda metade do século I e a primeira metade do século II d.C.⁴⁷. No geral, os elementos arquitectónicos e epigráficos referidos indiciam a existência de uma necrópole romana nas imediações desta igreja e, conseqüentemente, de um *habitat*⁴⁸.

⁴² Manique 1947: 77; Gandra e Caetano 1995: 249 e 255; Lopes 1996: 244 e 246.

⁴³ Sousa e Miranda 2002: 289.

⁴⁴ Veiga 1879: 60-61, 79-80 e 82; Gandra e Caetano 1995: 257.

⁴⁵ “[T.] POMPEIVS / FLORVS H.S.E.”; e “LETORIVS / ET EPIFANIVS / REQVIT IN PACE / VIXIT VNVS ANNOS / [...] ERA DLXXV” (cf. Veiga 1879: 80; Gandra e Caetano 1995: 257; Sousa e Miranda 2002: 292-293; Matias 2005: 85-86).

⁴⁶ Sousa e Miranda 2002: 291.

⁴⁷ Matias 2005: 117.

⁴⁸ Veiga 1879: 81; Sousa e Miranda 2002: 291.



Figura 4. Capamento de ara romana integrado no alçado principal da igreja Matriz de Nossa Senhora do Reclamador (Foto: Rui Andrade).

Muito próximo da dita igreja, embora numa área de cota mais baixa e por onde passa a ribeira local, existe uma ponte que alguns autores acreditam que possa ser romana⁴⁹ e que tenha servido a via que, de Galamares por Sintra, Lourel, Montelavar, Faião e Cheleiros, conduzia a Mafra⁵⁰. No entanto, o mais provável é que a ponte seja medieval⁵¹, devendo ter sido construída algures entre os séculos XIII-XIV⁵², se bem que também tenha sido colocada a possibilidade de remontar à Antiguidade mas de ter sofrido evidentes restauros com o decorrer dos séculos⁵³.

Na Mata Pequena, local situado um pouco a Nordeste da velha povoação de Cheleiros, foram detectados diversos elementos arquitectónicos em mármore, fragmentos de *terra sigillata* e de lucerna, duas moedas e uma pequena cabeça de estatueta em marfim de grande qualidade artística⁵⁴. De acordo com Maria José de Almeida e Ana Catarina Sousa, é possível que estes achados estejam relacionados com a existência de um *habitat* rural de características senhoriais em

⁴⁹ Byrne 1993: 44; Gandra e Caetano 1995: 257; Lopes 1996: 252; Sousa e Miranda 2002: 291.

⁵⁰ Byrne 1993: 46; Gandra e Caetano 1995: 257; Sousa e Miranda 2002: 291-292.

⁵¹ Mantas 1996: 885.

⁵² Almeida 1950: 322; Fernandes 2009: 36-38.

⁵³ Fernandes 2009: 36-37.

⁵⁴ Almeida e Sousa 1996: 213-214; Lopes 1996: 252.

que se poderiam combinar as actividades agrícolas com actividades ligadas à sua integração numa rede de trocas regional⁵⁵. O estudo da cultura material recolhida neste local haveria de ser feito por Élvio Melim de Sousa e Eurico Sepúlveda, os quais sugeriram que a ocupação do sítio terá ocorrido, pelo menos, entre finais do século I e o século IV d.C., podendo mesmo ter-se estendido até ao terceiro quartel do seguinte⁵⁶. Entre os materiais estudados, refira-se, por exemplo, fragmentos de *terra sigillata* galo-romana, *terra sigillata* itálica e um fragmento de boca de ânfora com arranque de asa da forma Almagro 50, possível variante⁵⁷. Pelo facto de terem sido encontradas quantidades significativas de materiais para uso doméstico e, especialmente, pela grande qualidade de alguns deles, bem como pela descoberta de um elemento decorativo em mármore, Élvio Melim de Sousa e Eurico Sepúlveda crêem que na Mata Pequena tenha existido uma *villa*⁵⁸. Refira-se ainda que estes investigadores divergem da interpretação inicial que foi feita sobre a cabeça de estatueta ali recolhida, duvidando de que seja do Período Romano⁵⁹.

A Norte da Mata Pequena encontra-se a Igreja Nova, sendo que na galilé da matriz existe uma ara romana que serve de base à pia de água benta ali presente⁶⁰.

Outro local das proximidades que forneceu vestígios romanos tem como topónimo Currais Velhos (Casais do Lexim), tendo sido identificada por Estácio da Veiga uma necrópole de inumação (datável dos séculos I a IV d.C.) com onze sepulturas exploradas e outras já destruídas, bem como duas armas de ferro, um bronze de Tibério (proveniente de *Augusta Emerita*) e outro de Teodósio I⁶¹. Em Casais do Lexim terá existido um povoado (casal agrícola ou *villa*?)⁶² que seria “servido pela estrada de Maceira, por Anços, Vale da Pipa e Rebanque, a Cheleiros”⁶³.

Não muito longe, no Penedo do Lexim (1974), num pequeno abrigo sob rocha encaixado entre dois grandes afloramentos basálticos, foi recolhido um púcaro cerâmico (possivelmente do século IV d.C.) que terá servido de urna

⁵⁵ Almeida e Sousa 1996: 213-214.

⁵⁶ Sousa e Sepúlveda 1999: 41, 48, 50 e 64.

⁵⁷ Outrora produzida no actual território português e servindo para o transporte de derivados de peixe, esta forma circulou com bastante frequência entre o século III d.C. e, possivelmente, até finais do século IV, sendo detectada com relativa frequência no Mediterrâneo Ocidental. Os fornos de Abul terão começado a produzir esta forma em substituição das formas tardias de ânforas Dressel 14 (Sousa e Sepúlveda 1999: 52).

⁵⁸ Sousa e Sepúlveda 1999: 64.

⁵⁹ Sousa e Sepúlveda 1999: 47.

⁶⁰ Gandra e Caetano 1995: 273.

⁶¹ Veiga 1879: 33-37 e 46-47; Freire e Passos 1933: 10; Gandra e Caetano 1995: 272.

⁶² Cf. a discussão de Veiga 1879: 47-51 e 81.

⁶³ Gandra e Caetano 1995: 272.

e um unguentário em vidro (séculos III-IV d.C.), embora ambos ausentes de contexto arqueológico documentado⁶⁴. Contudo, é possível que estes materiais fossem provenientes de uma área do sopé do Penedo, provavelmente da necrópole escavada por Estácio da Veiga ou de outra das imediações, ou, embora com menor probabilidade, de terem sido fruto de uma deposição secundária e levados para aquele local num período posterior⁶⁵. Já no topo do Penedo (*locus* 1), e durante campanhas arqueológicas que tiveram início em 1998, foram detectadas telhas e outros diversos tipos de cerâmica romana, incluindo um fragmento de ânfora (Maña C2), materiais que corresponderão ao período republicano. É possível que o local, caracterizado pela sua altura, tenha servido de vigia. Nas imediações do Penedo do Lexim são abundantes os vestígios de ocupação romana desde o período republicano até ao Baixo-Império⁶⁶.

Próximo do Lexim fica o Casal do Rei, local onde foi encontrado, entre as raízes de uma figueira derrubada por um temporal, um vaso de vidro esverdeado (unguentário?) do Período Romano em perfeito estado de conservação⁶⁷. Este é um sítio que permanece por explorar em toda a sua extensão⁶⁸, estando ainda por determinar qual a tipologia de ocupação do espaço, se bem que a possível existência de uma necrópole nesta área tenha levado à hipótese de se tratar de uma *villa*⁶⁹. A cronologia do vaso de vidro esverdeado e respectiva ocupação desta área foi equacionada para um período entre finais do século III e todo o século IV d.C.⁷⁰.

Em 1943, numa reunião da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Mafra, foi dada a conhecer a recente descoberta de uma sepultura romana, numerosos pedaços de telha grossa, uma coluna em calcário e um peso de tear no local da Rólia. Embora na altura tivesse sido planeada a investigação daquele arqueossítio, a verdade é que tal intenção não foi avante⁷¹. Em 1993, no referido sítio da Rólia, Maria José de Almeida e Ana Catarina Sousa observaram uma grande dispersão de materiais de construção (*tegulae*, tijolos, etc.) existentes à superfície. Contudo, posteriormente, os trabalhos agrícolas locais acabaram por deslocar e eliminar parte das evidências arqueológicas⁷². Foram, porém, recolhidos alguns fragmentos de cerâmica comum e de *terra sigillata*⁷³, um deles

⁶⁴ Sousa 2007: 298-308.

⁶⁵ Sousa 2007: 304 e 308.

⁶⁶ Sousa 2007: 307-308.

⁶⁷ Gandra e Caetano 1995: 271-272; Sousa e Sepúlveda 1999: 60.

⁶⁸ Fernandes 2009: 32.

⁶⁹ Sousa e Sepúlveda 1999: 60 e 64.

⁷⁰ Sousa e Sepúlveda 1999: 60 e 65.

⁷¹ Gandra e Caetano 1995: 293-294.

⁷² Almeida e Sousa 1996: 209.

⁷³ Almeida e Sousa 1996: 211.

galo-romano⁷⁴. O sítio da Rólia terá sido ocupado, pelo menos, entre o início do século I e início do século II d.C. (c. 20 a 120 d.C.)⁷⁵. Em todo o caso, fica a dúvida se ali existiu uma *villa* ou um casal agrícola⁷⁶.

Por fim, 500 m a Norte da povoação da Godinheira (freguesia de Santo Estêvão das Galés) foram detectados e recolhidos vários fragmentos de cerâmica comum, um bocal de ânfora (Almagro 51c), dois pesos de tear (*pondera*) e uma moeda em bronze⁷⁷. A Godinheira fica próxima de Monfirre, local onde em 1993, mais precisamente no lugar da Fonte Velha, foi descoberto um cipo epigrafado (século I d.C.) que era originário do primeiro local referido, estando inicialmente associado a uma nascente monumental que ainda hoje é usada pela população, a qual se opôs à deslocação do exemplar para o Museu Regional de Sintra⁷⁸. Na Godinheira terá existido uma *villa* rústica⁷⁹ que terá sido ocupada, seguramente, entre a segunda metade do século I e o século V d.C.⁸⁰.

De uma forma geral, e face aos intensos vestígios de povoamento romano detectados ao longo da bacia hidrográfica do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros, faltando ainda aduzir outros rios das proximidades, é de crer que esta área tenha tido um importante papel no Ocidente do *Municipium Olisiponense*, mormente no que respeita à exploração agrícola, à produção de preparados piscícolas e à extracção de mármore e de calcário para abastecimento de *Olisipo*⁸¹, “cidade que foi o principal porto da Lusitânia imperial e um dos mais importantes da área atlântica do Império Romano”⁸². Esses vestígios de ocupação romana estão associados a possíveis casais agrícolas, a *villae*, a fábricas de produção de preparados piscícolas e a outros tipos de fixação humana, não esquecendo ainda os povoados e dados dispersos obtidos nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Cheleiros, já no actual concelho de Sintra⁸³ (fig. 5), os quais terão de ser explorados e adicionados numa outra altura.

⁷⁴ Sousa e Sepúlveda 1999: 63.

⁷⁵ Sousa e Sepúlveda 1999: 41 e 64-65.

⁷⁶ Almeida e Sousa 1996: 212; Sousa e Sepúlveda 1999: 63-64.

⁷⁷ Gandra e Caetano 1995: 304; Lopes 1996: 254; Sousa e Sepúlveda 1999: 58.

⁷⁸ Gandra e Caetano 1995: 304-305; Almeida e Sousa 1996: 210-212; Sousa e Sepúlveda 1999: 57-59; Matias 2005: 98.

⁷⁹ Gandra e Caetano 1995: 304.

⁸⁰ Sousa e Sepúlveda 1999: 64-65.

⁸¹ Vide infra, n. 129.

⁸² Mantas 2003: 13.

⁸³ Sousa e Miranda 2002: 292.

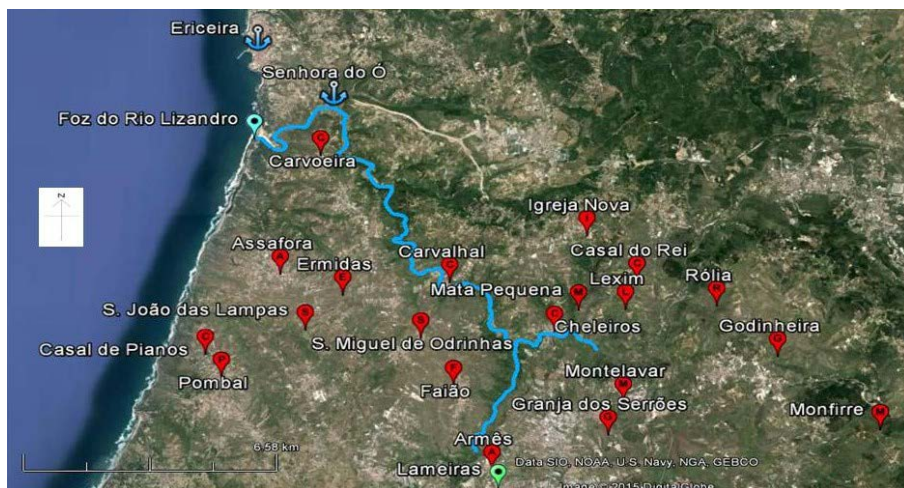


Figura 5. Vista da área do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros e sítios arqueológicos envolventes.

2. EM TORNO DO RIO DE COLARES

O rio de Colares, actualmente reduzido à condição de ribeira, situa-se no concelho de Sintra, a Sul do rio Lizandro e um pouco a Norte do promontório de Ofiússa (cabo da Roca)⁸⁴. Nasce a c. 14 km da sua foz⁸⁵, a actual praia das Maças (figs. 6, 7 e 8), sendo que terá sido navegável pelo menos até ao século XII, altura em que a frota de Sigurd terá subido este rio quando atacou Sintra (1109)⁸⁶. O que permitia a navegabilidade deste rio era o braço de mar que antigamente inundava o vale de Colares, possivelmente apenas em períodos de preia-mar⁸⁷, possibilitando o acesso ao interior do território sintrense e ao porto local, o qual estaria situado na área da várzea, ou seja, a c. 4 km da praia das Maças⁸⁸. Contudo, a tradição refere que antigamente o mar chegaria mais para

⁸⁴ Avieno 1992: 22 e 47, n. 33. Também conhecido por *Promontorium Lunae* e *Promontorium Magno*.

⁸⁵ Cf. Boléo 1940: 85-87; Azevedo 1988: 102; Caetano 2000: 18-19.

⁸⁶ Caetano 2000: 41; Borges 2012a: 124-125; Borges 2012b: 167-168; Pires 2014: 183; Borges 2015b: 160.

⁸⁷ João de Barros, aludindo a um suposto acontecimento algo fantasiado ocorrido no rio de Colares durante o Período Islâmico, no local onde refere que existia um porto interior, dá a entender que esse curso de água só seria navegável durante a preia-mar: “porque a maré a este tempo vazava, ficaram algumas naus tão baixas na mãe do rio, e a terra tão alcantilada, que toda ficou igual com o bordo da nau” (Barros 1953: 78).

⁸⁸ Contrariamente a Daveau, 1980: 26; Mattoso, Daveau e Belo 2013: 472, o porto não estava situado na foz da ribeira de Colares, mas, como referimos, na área da várzea. É possível que, enquanto o rio de Colares foi navegável, a enseada da praia das Maças e imediações tenham chegado a funcionar como ancoradouro, até mesmo em períodos de baixa-mar e em que possivelmente não se poderia penetrar no interior do território, mas essa área só terá sido um ancoradouro activo quando o assoreamento costeiro impediu definitivamente a subida do

montante, até Galamares⁸⁹ (fig. 8), povoação situada a c. 8,5 km da foz do rio em análise⁹⁰, sendo esta uma das localidades sintrenses onde foram assinalados vestígios epigráficos romanos⁹¹. Muito embora seja possível que, à semelhança da hipótese colocada para o caso do rio Lizandro, tenham existido outros focos portuários ao longo do rio de Colares, é preciso ver com algumas reservas a ideia de se ter podido navegar até Galamares⁹². Aliás, somente através de estudos paleoambientais e paleogeográficos se poderá compreender melhor até que ponto o mar inundava o vale de Colares, permitindo a sua navegabilidade, bem como os fenómenos de assoreamento que progressivamente impossibilitaram a entrada de navios a partir da praia das Maças.



Figura 6. Praia das Maças vista de uma área mais baixa do Alto da Vigia (Foto: Marco Oliveira Borges).

Depois de Maria Teresa Caetano ter recolhido e sistematizado as informações históricas dispersas sobre o rio e porto de Colares, aduzindo ainda outros elementos toponímicos diversos e dados de ordem geomorfológica que permitem pensar na navegabilidade daquele curso de água em épocas recuadas⁹³, dois

rio (vide infra, n. 94-95).

⁸⁹ Cf. Santa Anna 1751: 84 [sic], i. é, 86.

⁹⁰ Seguindo o trecho da actual ribeira de Colares.

⁹¹ Juromenha 1989-1990: 198-199; Ribeiro 1982-1983: 158-159.

⁹² Contrariamente ao que referimos em Borges 2015b: 158.

⁹³ Caetano 2000: 13-23, 33-34, 40 e passim.

estudos posteriores possibilitaram aprofundar questões e trazer novas interpretações em torno deste rio e porto: um deles focando-se no Período Islâmico, ainda que lançando luzes quanto ao Período Romano⁹⁴, e outro dedicando já grande atenção às cronologias romanas⁹⁵. De facto, embora a ideia da existência de um porto interior em Colares remeta-nos para a Idade Média, é muito provável que o rio de Colares já fosse navegado durante o Período Romano ou até mesmo antes⁹⁶. Existem importantes evidências arqueológicas romanas dispersas pela área da actual ribeira de Colares e arredores que, uma vez relacionadas com o antigo rio, com a sua navegabilidade e com o povoamento local, permitem explorar diversas hipóteses.

Em pleno século I d.C., altura em que os romanos terão construído um santuário dedicado ao Sol, à Lua e ao Oceano no Alto da Vigia⁹⁷, outeiro situado a Sul e sobranceiro ao rio colarense, este curso de água teria uma foz ampla por onde entrava o mar, constituindo-se assim como um canal privilegiado de comunicação e ligação naval com o interior do território⁹⁸. No entanto, é muito provável que o rio já tivesse alguma importância nesse âmbito durante a Idade

⁹⁴ Borges 2012a: 109-128.

⁹⁵ Borges 2015b: 152-158.

⁹⁶ Cf. Boléo 1940: 40.

⁹⁷ A julgar pelos testemunhos epigráficos recolhidos nos últimos anos, terá sido muito provavelmente ainda na primeira metade do século I d.C. (Gonçalves 2016: 7 e 70). Anteriormente, a cronologia de fundação do santuário era apontada para o século II d.C. (Ribeiro 1995-2007: 607 e 609; Ribeiro 2000: 236-237). Na mesma área, inclusive com alguns elementos arquitectónicos romanos, foi construído um *ribat*, já durante o Período Islâmico, e uma vigia que tem sido associada ao reinado de D. Manuel I (Gonçalves 2016: 10; Ribeiro 2016 (no prelo)). É possível que as descobertas que Valentim Fernandes observou durante a sua visita ao Alto da Vigia (Agosto de 1505), ou seja, três colunas de pedra de forma quadrada com caracteres romanos encontradas debaixo de terra (Costa 1939: 87-88), tenham sido detectadas devido a obras de construção dessa vigia (Gonçalves 2016: 10; Ribeiro 2016) – que até recentemente foi interpretada como sendo a torre de um facho (Jordão, Mendes e Gonçalves 2009: 3-4 e 17; Gonçalves 2014: 11-12) – ou apenas a trabalhos de reparação/reformulação após uma possível destruição causada pelos sismos que terão ocorrido em 1504-1505. Estes sismos terão provocado estragos na torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais (c. 1494) e nas muralhas medievais da vila, pelo que poderá ter acontecido o mesmo em edificações do litoral de Sintra. Terá sido neste sentido que o monarca ordenou que se reunissem meios para que essas estruturas cascalenses entrassem em reparação, coincidindo assim com a altura das informações escritas por Valentim Fernandes, sendo que o documento que o comprova é de 12 de Agosto de 1505 (cf. Borges 2015a: 106-108). Outros sismos ocorridos em anos posteriores, 1512, 1527, 1528 e 1531 (Borges 2015a: 108), poderão ter levado a estragos na estrutura do Alto da Vigia e a consequentes reparos que tenham implicado reformulações.

⁹⁸ Em conjugação com as indicações de Boléo 1940: 40 e passim; Azevedo 1988: 105; Caetano 2000: 14-23; Ribeiro 1995-2007: 607; Ribeiro 2000: 236; Gonçalves 2011: 19; Borges 2012a: 118-119; Borges 2012b: 37-38; Borges 2015b: 152-158.

do Ferro⁹⁹ e até mesmo no contexto comercial regional do Bronze Final¹⁰⁰. Contudo, por agora exploraremos apenas as cronologias romanas.



Figura 7. Foz da ribeira de Colares, praia das Maças (Foto: Marco Oliveira Borges).

Evidências que não podem deixar de ser exploradas em ligação com a ideia de navegabilidade do rio de Colares, bem como de entrada de mercadorias através desse curso de água, prendem-se com os materiais arqueológicos detectados na *villa* romana de Santo André de Almoçageme (fig. 8), nomeadamente os de importação marítima.

Situada actualmente a c. 3 km da foz da ribeira de Colares, esta *villa* é aquela que, até ao momento, foi identificada como estando na posição mais ocidental do mundo romano. Apesar das primeiras recolhas conhecidas de materiais neste local remontarem a 1905, somente na Primavera de 1985 tiveram início escavações arqueológicas de forma metódica, motivadas pela descoberta ocasional de estruturas *in situ* no terreno de exploração agrícola voltado a Sul (“Terreno A”)¹⁰¹ e que abrange uma área aproximada de 1.200 m². Após três campanhas de escavação arqueológica (1985, 1986 e 1987), concluiu-se

⁹⁹ Cf. Boléo 1940: 40.

¹⁰⁰ Cf. Cardoso e Sousa 2014: 366.

¹⁰¹ Sousa 1992a: 85-86.

estar perante um sector exterior ao espaço residencial da *villa*, sendo classificável como olaria de cerâmica de construção e que, em determinado momento, terá funcionado como lixeira, acabando assim por reunir materiais dos vários sectores desse *habitat*¹⁰². Entre todo o espólio recolhido nas três campanhas destaca-se o elevado número de fragmentos cerâmicos (c. 87% do total das peças obtidas), sendo significativa a presença de cerâmica fina de importação¹⁰³. Neste enquadramento, foram detectados materiais provenientes de quatro grandes centros exportadores no “Terreno A”:

1) Norte de África: O conjunto das cerâmicas *terra sigillata* africana (clara A, A/C, C e D) obtidas corresponde a um total de > 95% dos materiais recolhidos (1.378 fragmentos), constituindo esmagadoramente o centro exportador mais representado e quase que detendo a exclusividade da *terra sigillata* detectada neste sector da *villa*.

2) Hispânia: Representa apenas < 3% (= 36 fragmentos), percentagem que é dividida entre a *terra sigillata* hispânica (> 1% = 20 fragmentos) e a *terra sigillata* hispânica tardia (1% = 16 fragmentos)¹⁰⁴. Esta última, detectada em poucas estações portuguesas, pelo menos até 1992, era cerâmica fina de importação produzida na região central do Norte da Península Ibérica, tendo “um circuito comercial essencialmente interior e fluvial”¹⁰⁵.

3) Sul da *Gallia*: Detém somente perto de > 1% (= 19 fragmentos)¹⁰⁶.

4) Mediterrâneo Oriental: Com a presença de *Late Roman C Ware*, detém < 1% (= 9 fragmentos) de toda a cerâmica fina registada no “Terreno A”¹⁰⁷.

Com base na presença de *terra sigillata* sud-gálica, Élvio Melim de Sousa remontou a construção e ocupação desta *villa* ao século II d.C., possivelmente à segunda metade. Contudo, foi ao longo do século III que os índices de ocupação aumentaram consideravelmente, registando o seu apogeu já na segunda metade dessa centúria e mantendo-se constantemente elevados por todo o século IV, conforme deixam perceber as altíssimas percentagens de *terra sigillata* clara C e D¹⁰⁸. O conjunto de *terra sigillata* africana detectada (clara A, A/C, C e D) revela “uma forte e intensa relação entre *Olisipo* e o Norte de África na segunda metade do séc. III d.C. e durante o séc. IV, à qual não estarão alheios, certamente, a grandeza e a poderosa rede de difusão comercial das fábricas norte-africanas, bem como o relevante papel do porto de *Olisipo* na recepção dos respectivos produtos e posterior difusão dos mesmos pelo ocidente da *Lusitânia*,

¹⁰² Sousa 1992a: 85-86.

¹⁰³ Sousa 1992a: 86.

¹⁰⁴ Sousa 1992a: 90.

¹⁰⁵ Cf. Sousa 1992b: 16.

¹⁰⁶ Sousa 1992a: 90.

¹⁰⁷ Sousa 1992a: 90.

¹⁰⁸ Sousa 1992a: 90.

e desde logo pelos seus *Agri*¹⁰⁹. A *villa* romana de Santo André de Almoçageme acabaria progressivamente por entrar em decadência, mas terá sido abandonada apenas em meados do século V d.C., ou até mesmo um pouco depois, a julgar pela detecção de cerâmica do tipo *Late Roman C Ware* e de *terra sigillata* hispânica tardia, sendo estes os materiais cerâmicos de cronologia mais recente que se encontraram até então¹¹⁰. Élvio Melim de Sousa acrescentou ainda que os resultados que se viessem a obter noutros sectores da *villa*, e através da análise de outros materiais, não modificariam substancialmente as conclusões que atrás foram avançadas. Os trabalhos mais recentes parecem confirmar isso mesmo.

Por Almoçageme passaria uma via secundária que fazia ligação com outros povoados da região, incluindo o Mucifal, e que também permitiria o acesso ao porto de Colares.

Outros dados arqueológicos importantes que podem ajudar a compreender melhor a presença romana na área de Colares e a fortalecer a ideia de navegabilidade do rio local durante o Período Romano estão nas ânforas que foram encontradas nas imediações daquele curso de água. Num estudo publicado há pouco mais de trinta anos, Frederico Coelho Pimenta deu a conhecer a seriação dos materiais anfóricos entrados até finais do primeiro semestre de 1983 no Museu Regional de Sintra, todos provenientes de estações arqueológicas daquele concelho. Esses materiais reportam-se a 37 exemplares de ânforas, abarcando uma cronologia datável entre os séculos II-I a.C. e IV-V d.C., ainda que para o caso de 6 diversos fragmentos de ânfora não tenha sido possível atribuir com segurança tais balizas temporais. Os materiais derivam, na sua esmagadora maioria, de recolhas de superfície, de achados fortuitos ou de antigas escavações. Neste sentido, é de salientar a ausência de dados estratigráficos sobre os materiais recolhidos, exceptuando para uma das ânforas encontradas no Faião (fig. 5), tal como para grande parte dos fragmentos provenientes dos trabalhos realizados nas ruínas de Cabanas (S. Marcos)¹¹¹.

Como é sabido, o estudo das ânforas é vital para a compreensão da economia antiga, das dinâmicas e das rotas comerciais, dos ritmos de consumo e dos hábitos alimentares, para além de ser fundamental para a obtenção de indicadores cronológicos¹¹². Não sendo possível explorar todos os dados apresentados por Coelho Pimenta, focaremos, por agora, apenas aqueles que tiveram proveniência de locais situados nas imediações da ribeira de Colares.

No caso do Mucifal (fig. 8), aldeia situada na margem direita da referida ribeira, foram descobertos alguns exemplares completos ou pouco fragmentados de ânforas romanas. A descoberta deu-se na década de 1950 durante a explo-

¹⁰⁹ Sousa 1992a: 90.

¹¹⁰ Sousa 1992a: 90; Sousa 1992b: 17.

¹¹¹ Pimenta 1982-1983: 117-119.

¹¹² Filipe 2008: 302.

ração de um areal localizado à saída Norte do Mucifal¹¹³. No total foram descobertos entre 5 a 7 exemplares, embora no seu estudo o referido autor apenas tenha tido oportunidade de apresentar duas das ânforas ali encontradas, as quais deram entrada no Museu Regional de Sintra em 1981. Uma ou duas, na altura da descoberta, tiveram como destino o Museu Nacional de Arqueologia, enquanto que duas ou três dispersaram-se por colecções particulares¹¹⁴. As duas ânforas provenientes do Mucifal que Coelho Pimenta teve oportunidade de estudar são do tipo Dressel 14 (fabricadas no Vale do Sado), datáveis dos séculos I-II d.C., e estavam vocacionadas para o transporte de pasta de peixe (*garum*). Tinham capacidade para 32-33 litros¹¹⁵.

Embora aparentemente encontradas sem contexto, é muito provável que as ânforas do Mucifal, podendo fazer parte de um número maior do que aquele que foi referido, estivessem associadas ao abastecimento de um *habitat* que terá existido nesta área. Se bem que não se tenha relacionado, já em Agosto e Setembro de 1905, no âmbito de algumas peças arqueológicas que deram entrada no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, também foi referida uma lista de objectos provenientes do Mucifal: 3 mós de pedra, 1 mediano romano de bronze, metade de um cossoiro, 9 machados de pedra, 64 *pondera* de barro e 1 capitel de calcário¹¹⁶. Ao que parece, embora não sendo certo, a descoberta destes materiais terá estado associada à realização de obras públicas, sendo que as evidências detectadas na altura terão levado a uma “exploração archeologica”¹¹⁷. Seja como for, estes materiais indiciam claramente a existência de um *habitat* romano na área do Mucifal (provavelmente uma *villa*¹¹⁸), que, devido à proximidade, poderia estar associado ao porto local (fig. 8). Acrescente-se que o topónimo Mucifal poderá derivar do árabe *mussaffa*, ou seja, “baixada”, “vale inundado”¹¹⁹, dando assim sentido à ideia de que toda a área da várzea de Colares e arredores era inundada pelo mar e acessível à navegação.

Numa outra hipótese, referida oralmente por José Cardim Ribeiro, foi sugerido que as ânforas do Mucifal poderão estar associadas à produção local de preparados piscícolas e à existência de cetárias. À semelhança do que poderá

¹¹³ Pimenta 1982-1983: 135-137.

¹¹⁴ Pimenta 1982-1983: 137.

¹¹⁵ Pimenta 1982-1983: 135-138 e 145-147. De uma forma geral, as ânforas Dressel 14 eram contentores largamente produzidos nas olarias da Lusitânia, mais concretamente no Algarve, nos vales do rio Tejo e do rio Sado, bem como em Peniche, entre meados do século I e inícios do século III d.C. Destinavam-se ao transporte dos preparados de peixe produzidos na Lusitânia, sendo estes contentores uma criação local que posteriormente seria imitada nos centros de produção bética (Filipe 2008: 321).

¹¹⁶ Campos 1906: 284, 287 e 289.

¹¹⁷ Campos 1906: 284 e 287.

¹¹⁸ Sousa e Sepúlveda 1999: 64.

¹¹⁹ Alves 2013: 664.

ter acontecido no vale do Lizandro, é possível que nas margens do antigo rio de Colares tenham existido cetárias, até mesmo a jusante do Mucifal. Faltam trabalhos de prospecção arqueológica ao longo desta área antigamente invadida pelo mar, sendo que a densa acumulação de areia e vegetação presentes nas margens, um pouco a montante da praia das Maças, poderão estar a ocultar importantes vestígios arqueológicos.

Por sua vez, no Lugar do Marcador (Nafarros), próximo do Mucifal e também na margem direita do mesmo curso de água, uma recolha de superfície feita em 1977 permitiu identificar um fragmento de asa de ânfora como sendo do tipo Dressel 20. Com origem na Bética, algures entre os séculos I-II d.C., este tipo de vasilha/contentor destinava-se ao transporte de azeite¹²⁰.

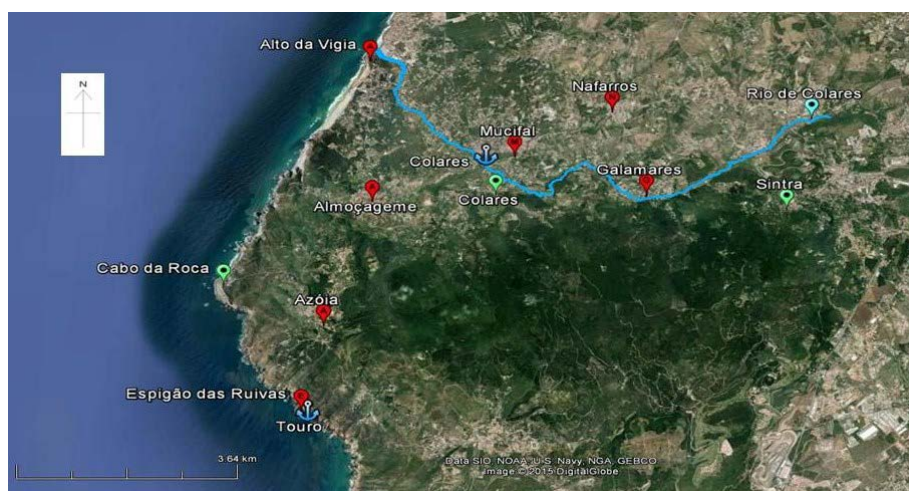


Figura 8. Vista parcial de Sintra com destaque para os principais locais em estudo¹²¹.

3. REDE DE TROCAS COMERCIAIS REGIONAL: INTEGRAÇÃO NO HINTERLAND ABASTECEDOR DE OLISIPO

Como teriam chegado os artigos de importação citados às *villae* e casais agrícolas da área em estudo (inclusive a outros locais dos arredores mas ainda não abordados)? Por via terrestre ou por via marítimo/fluviial? A área ocidental dos *agri olisiponenses*, na qual se insere o território em estudo, seria servida – como já foi evidenciado – por uma rede de caminhos com alguma importância, isto

¹²⁰ Pimenta 1982-1983: 135 e 145. Para além deste fragmento, o arqueólogo indica outros três fragmentos de exemplares de ânfora Dressel 20 recolhidos no concelho de Sintra: Cabanas-São Marcos, Ermidas-Assafora e S. Miguel de Odrinhas (cf. Pimenta 1982-1983: 122, 130 e 138). Mais recentemente, detectaram-se também destes exemplares no Casal do Rebolo, no Telhal e, novamente, em S. Miguel de Odrinhas (vide infra, n. 164).

¹²¹ Seguiu-se o trecho da actual ribeira de Colares como mero indicador do antigo rio. Esse trecho de ribeira, porém, visualizado por imagem de satélite, perde-se na área da Cabriz.

se tivermos em conta a quantidade de vestígios de povoamento ali identificados. Para além da existência de uma rede viária secundária que ligaria os povoados da região entre si, ao mesmo tempo haveria uma conexão dessa mesma rede com a rede de estradas principal e que permitia a comunicação com *Olisipo*¹²². Como complemento, e tanto no caso do rio Lizandro como no de Colares, existiria uma articulação viária com esses cursos de água e portos locais.

Para além de Mafra e de Sintra estarem dotadas de portos e de rios navegáveis, factores que ampliavam e diferenciavam as possibilidades de saída da produção desta região e, por outro lado, de entrada de mercadorias vindas de fora, é preciso ter em conta que o transporte naval tinha maior rapidez e baixos custos quando comparado com o transporte terrestre¹²³. Deste modo, embora os materiais de importação dos sítios referidos – bem como de outros povoados dos arredores – pudessem ter chegado aos actuais territórios de Mafra e Sintra através das vias terrestres que os ligavam a *Olisipo*, em carroças puxadas por animais, parece-nos importante continuar a explorar a hipótese de também terem entrado no território por transporte naval e com apoio nos portos locais.

Tendo em conta que estamos perante uma região com terrenos característicos pela sua fertilidade e pela produção de importantes recursos económicos que também excederiam o consumo local, não esquecendo a importância da exploração aquática, nomeadamente através da pesca, no Período Romano ganharia forma uma rede de trocas comerciais regional em estreita ligação com *Olisipo*¹²⁴, sendo baseada no escoamento da produção agrícola (vinho, azeite, frutos e produtos hortícolas), dos preparados piscícolas (pelo menos no caso do Lizandro) e de outros tipos de mercadorias precisamente através dos rios em estudo. Os portos destes rios seriam de carácter privado, à semelhança do que se pensa para outros casos¹²⁵. É lógico pensar que alguns proprietários mais possantes e senhores das *villae* locais tivessem os seus próprios negócios com navios de média ou pequena dimensão envolvidos no transporte dos produtos até *Olisipo*, sendo que, já no seu retorno, poderiam trazer mercadorias de importação provenientes das mais diversas origens do mundo romano. Provavelmente nem todos os proprietários locais teriam navios que pudessem fazer esse transporte de mercadorias até *Olisipo*, se bem que se possa pensar que os que tivessem permitissem o transporte naval de produtos alheios cobrando determinado valor. Os navios que faziam estas ligações poderiam ser as *caudicariae* (ou *codicariae*),

¹²² Manique 1947: 74-78; Byrne 1993: 41; Mantas 1996: 880-885; Mantas 2003: 22; Cardoso 2004: 135-136; Gonçalves 2011: 18.

¹²³ “Basta recordar que o transporte em carro por terra custava, em média, por cada milha, onze vezes mais que por via fluvial” (Mantas 2004: 439).

¹²⁴ Almeida e Sousa 1996: 214; Gonçalves 2011: 16; Borges 2012a: 118; Borges 2015b: 154-157, 161 e 164.

¹²⁵ Mantas 2004: 436.

barcas fluviais e de cabotagem cuja presença parece vir atestada para o caso de Sines (porto de *Mirobriga*¹²⁶), contribuindo assim para o transporte da produção desta região integrante do *hinterland*¹²⁷ abastecedor de *Olisipo*.

O escoamento por estes rios também deveria abarcar alguns dos materiais extraídos das pedreiras e minas da região¹²⁸, tanto mais que, para o caso do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros, diversos autores referiram sobretudo a importância que teria tido para a saída dos monólitos das pedreiras de Montelavar, Lameiras, Armês (fig. 5) e de Pero Pinheiro¹²⁹. Contudo, no caso das indústrias mineiras romanas, a exploração destes recursos também estava associada a iniciativas municipais e estatais¹³⁰. Ou seja, se no caso da exploração e do escoamento dos produtos agrícolas (e outros) teríamos uma iniciativa de tipo privado, envolvendo os próprios proprietários e senhores das *villae* locais, para o caso dos minérios tal situação torna-se mais discutível, podendo as cidades ou o Estado agir como possesores e exercer directamente a exploração de minas e pedreiras ou arrendá-las a particulares. Porém, também existiam casos na Lusitânia em que as minas, sobretudo as de pequenas dimensões, eram de propriedade privada¹³¹.

Face ao que tem vindo a ser exposto, durante o Período Romano existiria, de facto, uma rede de compra/troca de produtos a nível regional que abrangeria os povoados das áreas destes rios e arredores, isto numa teia de ligações navais com *Olisipo*. No caso de Colares, e muito embora se saiba que anteriormente a 1377 o escoamento da produção sintrense destinado a Lisboa, Sevilha e a outros locais (incluindo ao Mediterrâneo) era feito através do porto de Cascais¹³², até porque o rio colarense por essa altura já não era navegável, para o Período Romano e ainda durante o islâmico¹³³, se bem que Cascais já devesse ter alguma importância sobretudo neste último período¹³⁴, diversa produção seria escoada por esse curso de água. De qualquer forma, é muito provável que o porto cascalense, servindo não apenas as povoações do actual concelho mas também algumas de

¹²⁶ Mantas 1998: 202-203, n. 13; Mantas 2004: 451, n. 66; Bombico 2011: 71.

¹²⁷ Sobre este conceito, igualmente aplicado para o estudo de épocas históricas posteriores, cf. Borges 2016a.

¹²⁸ José de Oliveira Boléo chega a remontar a importância do porto de Colares ao período pré-romano, dizendo que acaso os fenícios não viessem a este local, dado Sintra ser a região mais rica da Estremadura a nível de produtos minerais, era natural que os seus habitantes tivessem que se deslocar até Lisboa a fim de trocar esses produtos (cf. Boléo 1940: 40).

¹²⁹ Saa 1960: 12-14, 17 e 28-29; Ribeiro 1982-1983: 157 e 164-165; Byrne 1993: 42-43 e 46; Almeida e Sousa 1996: 213-214; Sousa e Miranda 2002: 292; Sousa 2007: 305; Gonçalves 2011: 16; Borges 2015b: 155-157.

¹³⁰ Alarcão 1990: 413-417.

¹³¹ Cf. os exemplos aduzidos por Alarcão 1990: 413-417.

¹³² Sobre este assunto e teias comerciais envolvidas, cf. Borges 2012b: 94-102.

¹³³ Caetano 2000: 33-34; Borges 2012a: 126.

¹³⁴ Borges 2012b: 208-209; Borges 2014: 425-426; Borges 2015c: 7-29.

Sintra, bem como o porto da Ericeira, fornecendo mercadorias às localidades de Mafra e evidentemente a alguns locais do presente concelho sintrense, também estivessem inseridos nestas rotinas comerciais romanas que visavam a difusão de produtos pelos *agri olisiponenses*¹³⁵. Na verdade, face às condicionantes a que os rios em estudo poderiam estar sujeitos, podendo ser navegáveis talvez apenas em períodos de preia-mar, o porto da Ericeira e o de Cascais poderão ter tido importância destacada no que respeita à saída e entrada de produtos e ao conseqüente abastecimento desta região. A partir dos referidos portos seria feito o transporte das diferentes mercadorias em carroças puxadas por animais, havendo uma distribuição pelos povoados envolvidos nestas ligações comerciais.

Em todo o caso, pela cronologia dos materiais arqueológicos que temos vindo a referir, e se, de facto, seguirmos a hipótese de que os mesmos tenham chegado ao interior de Mafra e Sintra pelos rios em estudo, então teríamos dois cursos de água a serem usados por navios romanos pelo menos entre os séculos I e V d.C. Todavia, não queremos com este incompleto enquadramento de sítios arqueológicos e materiais de importação identificados tentar demonstrar que todos eles tiveram entrada por estes rios e que só nessa cronologia salientada estes teriam sido navegados. Por um lado, deveria haver uma conciliação ou alternância do transporte marítimo com os abastecimentos terrestres destinados a *Olisipo* e vindos daquela cidade, até consoante a época do ano, não esquecendo ainda a provável importância do porto da Ericeira e do seu congénere de Cascais quanto à chegada de mercadorias e à conseqüente difusão pelo território. É de crer que fossem tidas em conta as melhores épocas do ano para se fazer o transporte por terra e por mar, tentando-se assim evitar os perigos e as dificuldades que as condicionantes atmosféricas e oceânicas poderiam causar à circulação dos meios de transporte envolvidos e que até poderiam levar à destruição ou à perda de mercadorias. Por outro lado, algumas evidências arqueológicas detectadas na região de Sintra são enquadráveis nos séculos II-I a.C. É o caso de certos elementos anfóricos provenientes de Colaride¹³⁶, Ermidas-Assafora (Dressel 1)¹³⁷ e de Cabanas-S. Marcos, sendo que neste último exemplo têm uma classificação neo-púnica (Dressel 18)¹³⁸. Devido à proximidade de Ermidas-Assafora em relação ao rio Lizandro, é possível que os elementos anfóricos aqui detectados possam estar associados a uma entrada no território por este curso de água ou até mesmo pelo porto da Ericeira, sítio por onde terão entrado mercadorias de importação ainda nos séculos II-I a.C.¹³⁹.

A actividade naval lusitana, algo que não tem recebido atenção significativa

¹³⁵ Desenvolveremos este assunto num outro estudo.

¹³⁶ Coelho 2002: 300, 308, 314 e 320.

¹³⁷ Pimenta 1982-1983: 126 e 128.

¹³⁸ Pimenta 1982-1983: 121.

¹³⁹ Vide supra, n. 38-41.

por parte dos investigadores mesmo quando se procura compreender o papel da Lusitânia perante o comércio marítimo externo¹⁴⁰, era comum a outros locais desta região. Além do porto da Ericeira e do rio Lizandro, alguns cursos de água situados no concelho de Mafra poderão ter tido semelhante papel na saída e entrada de produtos no território. Poderá ser o caso do rio Sarafujo e da ribeira de Ilhas, que terão de ser explorados numa oportunidade futura. Ademais, é muito provável que durante o Período Romano algumas enseadas do litoral sintrense, a Norte (Magoito e Samarra¹⁴¹) e a Sul da praia das Maças (praia Pequena¹⁴² e Assentiz¹⁴³), já tivessem alguma importância para a navegação e funcionado como ancoradouro, isto à semelhança do que sabemos pela documentação que começa a surgir a partir da Idade Moderna. É igualmente provável que nas suas imediações possam ter existido *habitats* ou apenas pequenos pontos de apoio à navegação durante a Antiguidade, situação que seria facilitada por condições meteorológicas e oceanográficas mais aprazíveis à fixação costeira do que na actualidade, sendo na altura caracterizadas nomeadamente pela menor intensidade de vento e de agitação marítima. Isso deveu-se à fraca presença de *upwelling* no Ocidente ibérico¹⁴⁴, traduzindo-se esse factor, efectivamente, na parca intensidade da nortada e menor altura das ondas em relação ao que no presente se verifica¹⁴⁵, se bem que não se possa falar numa total ausência de vento¹⁴⁶.

Já para Sul de Sintra, no actual território de Cascais, outros locais (portos e enseadas) terão tido alguma importância para a navegação regional e até de longo curso com destino ao Atlântico Norte e ao Mediterrâneo. É o caso do porto do Touro, limite costeiro Noroeste cascalense e outrora situado no termo de Sintra, estando ladeado do Espigão das Ruivas (poente), sítio arqueológico

¹⁴⁰ Mantas 1998: 199.

¹⁴¹ A área da praia da Samarra, local onde desagua uma ribeira com o mesmo nome e onde existiu povoamento pré-histórico, poderá ter funcionado como ancoradouro no passado, ainda que os relatos orais que o afirmam sejam algo fantasiados (cf. França e Ferreira 1958: 74). O reconhecimento geográfico desta área, aliado ao cruzamento de dados com as evidências e sítios arqueológicos romanos situados um pouco mais para o interior do território, poderá levar a hipóteses interessantes.

¹⁴² Próximo à Ponta do Alconchel, topónimo situado num pequeno promontório a Sul do Alto da Vigia e que separa a praia Pequena da praia Grande mas que tem sido erroneamente colocado no Alto da Vigia, vem representado um forte num mapa de 1756, o qual indica a praia Pequena como área de ancoradouro. O topónimo Alconchel, provavelmente associado a uma ocupação islâmica, permite colocar a hipótese de que o *ribat* do Alto da Vigia ou outras estruturas muçulmanas se estenderiam até ali. A julgar pela proximidade em relação ao famoso santuário romano, não é de excluir que este local também tenha sido ocupado durante o Período Romano. Abordaremos este assunto brevemente.

¹⁴³ Freire 2012: 65; Borges 2015b: 162-163.

¹⁴⁴ Dias 2004: 165 e 167; Soares 2004: 194.

¹⁴⁵ Arruda e Vilaça 2006: 35.

¹⁴⁶ Cf. Avieno 1992: 22 e 47, n. 34.

em que foram exumados materiais romanos e onde existiu uma estrutura que poderá ter funcionado como farol, se bem que o assunto levante várias dúvidas¹⁴⁷. Além disso, a arqueologia tem demonstrado a utilização romana da costa da Guia, com vários cepos de âncora detectados¹⁴⁸, do porto de Cascais e da área terrestre adjacente, com cetárias descobertas e materiais dispersos pelas imediações, não esquecendo outros achados obtidos ao largo da costa¹⁴⁹. Para o caso da Idade do Ferro, foram detectados materiais igualmente no sítio arqueológico flanqueado pelo porto do Touro e, possivelmente, na Guia, onde uma âncora de pedra recolhida ao largo poderá ser desse período¹⁵⁰, ainda que a questão levante sérias reservas. É possível que o porto do Touro, à semelhança do que se pensa para o caso da ribeira de Colares, já estivesse inserido na rotina de passagem dos navios incluídos nos circuitos comerciais do Bronze Final, estes últimos aproveitados pelos fenícios¹⁵¹.

Face a estes dados, torna-se claro que estamos perante uma área geográfica que também precisa de ser explorada com recurso à arqueologia subaquática¹⁵², se bem que para o caso da costa de Sintra¹⁵³ e Mafra, e devido à maior braveza do mar, seja sempre mais difícil de trabalhar do que em Cascais, onde está em curso, desde 2005, o projecto de carta arqueológica subaquática local, ainda que as balizas espaciais do mesmo comecem junto ao cabo da Roca, percorrendo todo o concelho cascalense e terminando já na barra do Tejo, junto a São Julião da Barra¹⁵⁴.

Voltemos à rede comercial regional do Período Romano que temos vindo a referir. Um dos produtos que poderá ter tido destaque de produção no território do actual concelho de Sintra, e sido escoado pelo rio de Colares para *Olisipo*, é o azeite. A partir deste último porto a produção dos *agri olisiponenses* também foi exportada para fora da Lusitânia, como terá sido o caso do azeite¹⁵⁵. Contudo, este é um assunto que tem despertado algumas reservas e dúvidas quando pensado em paralelo com o caso dos alegados armadores olisiponenses asso-

¹⁴⁷ Cardoso e d'Encarnação 1993: 150; Arruda e Vilaça 2006: 44; Carvalho e Freire 2011: 733; Borges 2012b: 39-40. Está para sair um estudo desenvolvido sobre estes locais entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna: Borges 2016b (no prelo).

¹⁴⁸ Freire et al. 2014: 36-43.

¹⁴⁹ Cardoso 2006: 145-150; Carvalho e Freire 2011: 728-731; Cardoso 2013: 9, 17, 30 e 47.

¹⁵⁰ Carvalho e Freire 2007: 6.

¹⁵¹ Borges 2016b.

¹⁵² Sobre o património cultural subaquático romano na costa portuguesa, cf. Bombico 2011.

¹⁵³ Monteiro 2013; Borges 2015b: 164.

¹⁵⁴ Cf. Freire, J., Bettencourt, J., Fialho, A. 2012: 365-368; Fraga et al. 2015: 457-460.

¹⁵⁵ Cf. Ribeiro 1994: 88-90; Cardoso e d'Encarnação 1995: 57-59; Mantas 1998: 225-229; Mantas 2003: 27-28; Guerra 2006: 281; Gonçalves 2011: 20-21.

ciados à exportação do azeite da região¹⁵⁶. Para a área ocidental dos *agri olisiponenses* também chegou a ser apontado um homem da região como estando ligado a *naves caudicariae*¹⁵⁷ (barcas fluviais e de cabotagem¹⁵⁸), sendo um barqueiro¹⁵⁹ ou armador destes navios. O seu nome, *L. Iulius Maelo Caudic(us)* (nascido c. 10 a.C.), vem referido numa epígrafe presente no fontanário de Armês e noutra encontrada em Granja dos Serrões, *villa* situada a c. 12 km (em linha recta) a Nordeste de Galamares. No entanto, uma análise comparativa destas duas epígrafes feita por Cardim Ribeiro permitiu interpretar *CAVDIC* não como abreviatura de *caudicarius* (barqueiro, armador de embarcações), mas sim como *Caudicus*, sendo este o seu provável segundo *cognomen*¹⁶⁰.

A possibilidade de este território ter produzido azeite em quantidade suficiente para exportação tem de ser pensada para uma época mais tardia. No seu estudo sobre o material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra, Frederico Coelho Pimenta indicou 4 fragmentos de ânforas do tipo Dressel 20, todos provenientes de achados com origens geográficas distintas no espaço sintrense¹⁶¹. Com efeito, isto levou à ideia de que o azeite que deu entrada naquele território entre os séculos I-II d.C. teve proveniência exclusiva da Bética, sendo esse o período áureo de fabrico azeiteiro naquela província. Porém, o investigador refere que “o ulterior desaparecimento do referido tipo anfórico, eventualmente não substituído, no território em estudo [Sintra], por recipientes de origem norte-africana, acaso apontará para uma intensa exploração da oliveira nos *Agri Olisiponenses* (ou próximo), pelo menos a partir de inícios do séc. III d.C.”¹⁶².

Assim, o provável incremento da produção de azeite a nível regional teria dispensado a sua importação a partir do referido período. Tal situação é pensável também com base no exemplo do Casal do Rebolo, local onde foram recolhidos vários exemplares de ânforas Dressel 20, estando ausentes – até 2011 – quaisquer contentores de conteúdo oleícola mais tardios¹⁶³. A presença destes contentores com origem na Bética também foi detectada recentemente em trabalhos arqueológicos realizados no Telhal e em S. Miguel de Odrinhas¹⁶⁴.

¹⁵⁶ Cf. Alarcão 1990: 433; Fabião 1993-1994: 240, n. 22; Ribeiro 1994: 88-90; Gonçalves 2011: 20-21.

¹⁵⁷ Vasconcellos 1913: 318 e 321, n. 2.

¹⁵⁸ Mantas 1998: 203, n. 13.

¹⁵⁹ Hübner 1871: 16.

¹⁶⁰ Cf. Ribeiro 1982-1983: 175-181. Sobre este assunto, cf igualmente Alarcão 1990: 433; Mantas 1998: 203; Almeida 2011: 68.

¹⁶¹ Vide supra, n. 120.

¹⁶² Pimenta 1982-1983: 146.

¹⁶³ Gonçalves e Coelho 2007: 2; Gonçalves 2011: 20.

¹⁶⁴ Coelho 2006-2007: 133; Gonçalves 2011: 20. Recentemente, nas imediações do Paço

Para além dos dados apontados e das possibilidades estabelecidas, alguns vestígios arqueológicos dispersos evidenciam a produção de azeite noutras partes do Ocidente olisiponense (Sintra e Cascais)¹⁶⁵. Ademais, os topónimos Chão da Oliva, Olival do Santíssimo, Zambujal, Zambujeiro, etc., permitem perceber que a existência de olivais/zambujais – ainda visíveis nalguns casos – e a possível produção de azeite cobriu uma área mais vasta nos actuais concelhos de Mafra, Sintra e Cascais. É de referir que a longevidade da oliveira estende-se por milénios, sendo o olival considerado a cultura arbórea mais estável que existe¹⁶⁶, podendo na área ocidental dos *agri olisiponenses* ainda subsistir árvores plantadas pelos romanos.

4. CONCLUSÃO

Entre os séculos I-V d.C., e muito provavelmente já antes, terá existido uma rede de comércio naval que fazia fluir pelos rios Lizandro e Colares os navios com mercadorias desta região, envolvidos numa teia de ligações com *Olisipo*, alargando assim as possibilidades e capacidade de transporte para aquele centro urbano, bem como fazendo o sentido inverso. Note-se que esta cronologia coincide precisamente com a ocupação romana do Alto da Vigia conhecida até ao momento¹⁶⁷, área onde existiu o famoso santuário mas que deverá ter tido igualmente outras funcionalidades. Outros cursos de água deste território poderão ter tido semelhante papel e funcionado como espaços portuários, beneficiados pelo avanço do mar para o interior dos vales, pelo que poderemos estar perante uma dimensão ainda mais ampla de movimentação naval fluvio-marítima no Ocidente do *Municipium Olisiponense*.

De uma forma geral, a existência desta rede comercial terá sido outro dos factores que terá potenciado o povoamento e o desenvolvimento sócio-económico da região em estudo, tendo de haver, para além de *villae*, outras formas de ocupação do espaço e estruturas de produção e de apoio às actividades. Os navios que faziam as ligações com *Olisipo* estariam na posse dos proprietários mais possantes e senhores das *villae*, sendo provável até que este fosse um negócio que tivesse chegado a envolver algumas famílias da região. No retorno aos rios Lizandro e Colares os navios trariam os produtos de importação provenientes das mais diversas origens do mundo romano que chegavam a *Olisipo*.

Em todo o caso, são muitas as dúvidas, sobretudo a nível da caracterização da

de Sintra também foram detectados 3 fragmentos de cerâmica que levaram à hipótese de um deles ser um fragmento de parede de ânfora do tipo Dressel 20, mas essa hipótese acabou por ser afastada a favor da ideia de fragmentos de anforetas de cronologia moderna (cf. Coelho 2004-2005: 136-137).

¹⁶⁵ Ribeiro 1994: 88-90; Cardoso e d'Encarnação 1995: 57-59.

¹⁶⁶ Ribeiro 1979: 5.

¹⁶⁷ Cf. Gonçalves 2016: 7, 67, 70 e 90.

ocupação do espaço – havendo com grande frequência apenas dados dispersos, fragmentários e sem contexto –, mas também relacionadas com o trajecto abrangido pelas vias terrestres e a sua ligação com os focos portuários. Acresce o facto de não se saber se na Antiguidade os rios em estudo eram navegáveis a tempo inteiro, sendo possível que fossem apenas durante os períodos de preia-mar, situação que poderá ter feito da Ericeira e de Cascais portos com maior importância no que respeita à saída dos produtos da região, bem como no abastecimento da área ocidental dos *agri olisiponenses* com mercadorias vindas de *Olisipo*.

Apenas o continuar da exploração geográfica do território, do trabalho de sistematização e problematização dos dados arqueológicos da região, bem como de eventuais novas escavações e o cruzamento de dados com a documentação histórica posterior e a toponímia, poderão ajudar a ir mais além no campo das interpretações. A todo este conjunto de actividades que se complementam acrescenta-se a necessidade do recurso a estudos paleoambientais, paleoclimáticos e paleogeográficos, tal como à arqueologia subaquática entre o litoral de Mafra e Sintra, nomeadamente através da prospecção geofísica em pequenas enseadas de abrigo e de apoio à navegação. Ainda que este último seja um trabalho difícil de efectuar de forma sistemática, até devido às razões mais atrás apontadas, não é impossível de levar a cabo, sendo de pensar na elaboração de um projecto de investigação para esta área geográfica, que, aliás, esteve na rota de importantes circuitos comerciais internacionais e foi marcada por diversos naufrágios¹⁶⁸ e ataques de corsários ao longo dos séculos¹⁶⁹.

Um aspecto ainda a salientar é o de que estas relações mercantis romanas a nível regional e as consequentes movimentações navais nesta área terão sido antecedidas por semelhantes actividades que já vinham do Bronze Final e da Idade do Ferro, tendo estes períodos de ser melhor explorados em trabalhos futuros. Por fim, espera-se que o presente estudo possa servir de estímulo para a análise de mais cursos de água outrora navegáveis, de aparente pouca importância ou cuja antiga navegabilidade é praticamente desconhecida, sobretudo por mudanças geomorfológicas drásticas operadas ao longo dos séculos e que dificultam a compreensão de certos espaços. Embora por vezes sejam subvalorizados e alvo de cepticismo exagerado, alguns destes locais tiveram a sua importância em larga diacronia, podendo ter tido alguma utilidade portuária durante o Bronze Final, Idade do Ferro e Período Romano, mantendo-se ainda na Idade Média.

¹⁶⁸ Os mais antigos que se conhecem para a costa de Sintra ocorreram em 1147, pela altura em que as forças cruzadas vieram auxiliar D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa aos mouros (Borges 2013: 126-127).

¹⁶⁹ Borges 2015b: 162-163.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Avieno (1992), *Orla Marítima*. Coimbra.
- Barros, João de (1953), *Crónica do Imperador Clarimundo*. Com pref. e notas de Marques Braga, III. Lisboa.
- Juromenha, V. (1989-1990), *Sintra Pinturesca, ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e seus arredores*. Sintra.
- Santa Anna, F. J. P. (1751), *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, II. Lisboa.

Estudos

- Almeida, J. (2011), *Contributo para o conhecimento das Elites Olisiponenses*, Dissertação de Mestrado em História Antiga. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Almeida, M. J., Sousa, A. C. B. (1996), “O Povoamento Rural Romano no Concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 95: 205-214.
- Almeida, R. A. (1950), “Cheleiros e os seus monumentos”, *Estremadura. Boletim da Junta de Província*, II, XXIV-XXV: 321-324.
- Alarcão, J. (1990), “A Produção e a Circulação de Produtos”, in J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal, I – Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa, 409-441.
- Alves, A. (2013), “Mucifal”, in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa, 664.
- Arruda, A. M., Vilaça, R. (2006), “O Mar Greco-Romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular”, in F. de Oliveira, P. Thiery e R. Vilaça (coord.), *Mar Greco-Latino*. Coimbra, 31-58.
- Assunção, G. (1967), *Mafra. Efemérides do Concelho*. Lisboa.
- Azevedo, J. A. C. (1988), *Velharias de Sintra*, VI. Sintra.
- Blot, M. L. (2003), *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a Arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa.
- Byrne, I. (1993), “A Rede Viária da Zona Oeste do Município Olisiponense (Mafra e Sintra)”, sep. de *Al-Madan*, II, 2: 41-47.
- Boléo, J. O. (1940), *Sintra e seu termo (Estudo Geográfico)*. Lisboa.
- Bombico, S. (2011), *Para uma valorização dos Itinerários Comerciais Romanos do Alto-Império no Atlântico – O papel do Património Cultural Subaquático*, Tese de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. Universidade de Évora.

- Borges, M. O. (2012a), “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I – Em torno do porto de Colares”, *História. Revista da FLUP*, IV, 2: 109-128.
- Borges, M. O. (2012b), *O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira*, Dissertação de Mestrado em História Marítima. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Borges, M. O. (2013), “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques”, *História. Revista da FLUP*, IV, 3: 123-144.
- Borges, M. O. (2014), “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do porto de Cascais”, in A. Cunha, O. Pinto e R. O. Martins (coord.), *Paisagens e Poderes no Medieval Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*. Braga, 409-441.
- Borges, M. O. (2015a), “A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo”, *História. Revista da FLUP*, IV, 5: 93-117.
- Borges, M. O. (2015b), “Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)”, *Actas das Jornadas do Mar 2014. Mar: Uma onda de Progresso*. Almada, 152-164.
- Borges, M. O. (2015c), “O navegador muçulmano Khashkhash e a possível ligação com o topónimo Cascais: problemas e possibilidades”, *Arquivo de Cascais. História, Memória, Património*, 14: 6-29.
- Borges, M. O. (2016a), “Hinterland”, in J. V. Serrão, M. M. e S. M. Miranda (ed.), *E-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa. disponível em <https://edittip.net/2016/02/29/hinterland/>.
- Borges, M. O. (2016b), “A importância do porto do Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna”, *História. Revista da FLUP*, IV, 6 (no prelo).
- Caetano, M. T. (2000), *Colares*. Sintra,
- Campos, M. J. (1906), “Acquisições do Museu Ethnologico Português”, *O Archeologo Português*, XI: 284-295.
- Cardoso, G. (2004) “Acerca das comunicações no Sudoeste do *Ager Olisiponensis*”, in J. Gorges, E. Cerrillo y T. N. Basarrate (ed.), *V Mesa Redonda Internacional Sobre a Lusitania Romana: Las Comunicaciones. Cáceres, Facultad de Filosofia y Letras. 7, 8, y 9 de noviembre de 2002*. Madrid, 135-146.
- Cardoso, G. (2006), “As cetárias da área urbana de Cascais”, *Setúbal Arqueológica*, 13: 145-150.

- Cardoso, G., d'Encarnação, J. (1993), “Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)”, *Al-Madan*, II, 2: 150.
- Cardoso, G., d'Encarnação, J. (1995), “A *villa* romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural”, *Revista de Arqueologia. Assembleia Distrital de Lisboa*, 2: 51-62.
- Cardoso, J. L., Sousa, M. J. (2014), “O Bronze Final na Serra de Sintra”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 361-374.
- Cardoso, J. P. (2013), “Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal [edição *on-line*]”.
- Carneiro, A. (2010), “Em *pars* incerta. Estruturas e dependências agrícolas nas *villae* da Lusitânia”, *Conimbriga*, XLIX: 225-250.
- Carvalho, A., Freire, J. (2007), “Âncora de pedra recolhida ao largo da Guia (Cascais)”, *Al-Madan*, II, 15: 6.
- Carvalho, A., Freire, J. (2011), “Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta”, *Roma y las Provincias: modelo y difusión. XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial*, vol. II. Badajoz, 727-735.
- Coelho, C. (2002), “Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2: 277-323.
- Coelho, C. (2004-2005), “Intervenção arqueológica no Hotel Netto: contributos para o estudo da evolução urbana da Vila Velha de Sintra”, *Arqueologia & História*, 56-57: 123-140.
- Coelho, C. (2006-2007), “Ruínas arqueológicas de São Miguel de Odrinhas: a propósito da campanha de 1997”, *Arqueologia & História*, 58-59: 119-142.
- Coelho, M. H. C. (1989), *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, I. Lisboa.
- Costa, A. F. (1939), *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*. Lisboa.
- Costa, F. (2000), *Estudos Sintrenses*, I. Sintra.
- Daveau, S. (1980), “Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 2: 13-37.
- Dias, J. M. A. (2004), “A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios”, in A. A. Tavares, M. J. F. Tavares e J. L. Cardoso (ed.), *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*. Lisboa, 157-170.

- Diogo, A. M. D., Costa, C. H. (2000), “Notícia de um conjunto de cerâmicas romanas encontradas nos arredores da vila da Ericeira, concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 99: 207-215.
- Diogo, A. M. D., Costa, C. H. (2002), “Notícia do achado da estação romana do Casal Cordeiro, nos arredores da vila da Ericeira (concelho de Mafra)”, *Boletim Cultural* 01: 333-338.
- Diogo, A. M. D., Costa, C. H. (2005), “Materiais arqueológicos provenientes da Lapa da Serra”, *Boletim Cultural* 2004: 412-420.
- Fabião, C. (1993-1994), “O azeite da *Baetica* na *Lusitania*”, *Conimbriga*, 32-33: 219-245.
- Fernandes, P. A. (2009), “Notas sobre o urbanismo da antiga vila de Cheleiros”, *Boletim Cultural* 2008: 27-66.
- Fernandes, P. A., Vilar, M. C. (2009), *Identidades. Património arquitectónico do concelho de Mafra*. Mafra.
- Filipe, V. (2008), “Importação e exportação de produtos alimentares em *Olisipo*: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11, 2: 301-324.
- Fraga, T. M., Fonseca, C., Coelho, I. P., Freire, J., Carvalho, P., Teixeira, A. (2015), “Research in Maritime Archaeology in Portugal: a view of the Past and Present”, in S. Tripathi (ed.), *Shipwrecks around the World. Revelations of the Past*. New Delhi, 450-484.
- França, J. Camarate, Ferreira, O. da Veiga (1958), “Estação Pré-Histórica da Samarra (Sintra)”, sep. de *Comunicações dos Serviços Geológicos*, XXXIX: 61-98.
- Freire, J. (2012), *À Vista da Costa: a Paisagem Cultural Marítima de Cascais*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Freire, J., Bettencourt, J., Fialho, A. (2012) “Sistemas de Informação Geográfica na gestão do Património Cultural Subaquático: a experiência da Carta Arqueológica Subaquática de Cascais”, in *2^{as} Jornadas de Engenharia Hidrográfica*. Lisboa, 365-368.
- Freire, J., Lacerda, M., Gonçalves, J. A., Cardoso, J. P., Fialho, A. (2014), “A navegação romana no litoral de Cascais. Uma leitura a partir dos novos achados ao largo da Guia”, *Al-Madan*, II, 19, I: 36-41.
- Freire, J. P., Passos, C. (1933), *Mafra. Noticia historico-archeologica e artistica da vila e do paço conventual*. Porto.
- Gandra, M. J. (2014), *A freguesia da Carvoeira (Mafra) de lés a lés*. Rio de Janeiro.

- Gandra, M. J., Caetano, A. (1995), “Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 94: 243-306.
- Gonçalves, A. (2011), *A Necrópole Romana do Casal do Rebolo (Almargem do Bispo, Sintra)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, A. (2014), *Alto da Vigia (Colares-Sintra). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2013* [policopiado].
- Gonçalves, A. (2016), *Escavação arqueológica do Alto da Vigia (Colares-Sintra): relatório da intervenção realizada em 2015* [policopiado].
- Gonçalves, A., Coelho, C. (2007), “Intervenção arqueológica no Casal do Rebolo (Sintra)”, *Al-Madan*, II, 15: 1-4.
- Guerra, A. (2006), “Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9, 2: 271-297.
- Gusmão, M. (2010), *Evolução actual do litoral Foz do Lizandro – Malhadinha*, Tese de Mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Hübner, E. (1871) *Noticias Archeologicas de Portugal*. Lisboa.
- Jordão, P., Mendes, P., Gonçalves, A. (2009), *Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos [de 2008]* [policopiado].
- Lopes, F. M. P. (1996), “Quadros sinópticos e mapas relativos aos subsídios para a carta arqueológica do concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 95: 228-257.
- Machado, J. P. (1977), “Porto”, in *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a ed., IV. Lisboa, Livros Horizonte: 406.
- Manique, L. P. (1947), “O castelo de Mafra”, *Estremadura. Boletim da Junta da Província*, II, XIV: 73-83.
- Mantas, V. G. (1996), *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, I, Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Mantas, V. G. (1998), “Navegação, economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética”, *Hvmanitas*, L: 199-239.
- Mantas, V. G. (2003), “O porto romano de Lisboa”, in G. P. Berlanga e J. P. Ballester (coord.), *Puertos fluviales antiguos: ciudad, desarrollo e infraestructuras*. Valencia, 13-29.
- Mantas, V. G. (2004), “Vias e portos na Lusitânia romana”, in J. Gorges, E. Cerrillo y T. N. Basarrate (ed.), *V Mesa Redonda Internacional Sobre a Lusitania Romana: Las Comunicaciones. Cáceres, Facultad de Filosofia y Letras. 7, 8, y 9 de noviembre de 2002*. Madrid, 427-453.

- Marques, A. H. O. (1987), “A Circulação e a Distribuição dos Produtos”, in J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal, IV – Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa, 123-180.
- Matias, C. (2005), “Epigrafia romana de Mafra”, *Boletim Cultural 2004*: 73-131.
- Matta, A. (1981), “Demografia histórica do 1.º quartel do século XVIII. LV – Freguesia do Reguengo da Carvoeira limite do termo de Sintra no séc. XVIII”, *Jornal de Sintra*: 4.
- Mattoso, J., Daveau, S., Belo, D. (2013, 4ª ed.), *Portugal. O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. [Lisboa].
- Monteiro, A. (2014), “O património cultural subaquático da costa de Sintra”, conferência proferida no Hotel Tivoli (Sintra, 2/08/2014).
- Pimenta, F. C. (1982-1983), “Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra”, *Sintria*, I-II, I: 117-150.
- Pires, H. (2014), “Word from the South: a source for *Morkinskinna*?”, *Viking and Medieval Scandinavia*, 10: 173-186.
- Ribeiro, J. C. (1982-1983), “Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*”, *Sintria*, III, I: 151-476.
- Ribeiro, J. C. (1994), “Felicitas Ivlia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*”, sep. de *Al-Madan*, II, 3: 75-95.
- Ribeiro, J. C. (1995-2007), “*Soli aeterno Lvnæ*. Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da serra de Sintra: çum caso complexo de sincretismo?”, *Sintria*, III-IV: 595-624.
- Ribeiro, J. C. (2000), “*Soli aeterno Lvnæ*: o santuário”, *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, 235-239.
- Ribeiro, J. C. (2016), “*Ad Antiquitates Vestigandas*. Destinos e itinerários anti-quaristas nos campos olisiponenses ocidentais desde inícios a meados do século XVI”, in G. G. Germain (coord.), *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafia de tradición manuscrita* (no prelo).
- Ribeiro, O. (1979), “Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, sep. do *Boletim do LAPO*, VII, 2: 9-78.
- Saa, M. (1960), *As grandes vias da Lusitania. O itinerário de Antonino Pio*, III. Lisboa.
- Soares, A. M. M. (2004), “Identificação e caracterização de eventos climáticos na costa portuguesa, entre o final do Plistocénico e os tempos históricos – o papel do radiocarbono”, in A. A. Tavares, M. J. F. Tavares e J. L. Cardoso (ed.), *Evolução geobistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*. Lisboa, 171-199.

- Sousa, A. C. (1998), *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da ribeira de Cheleiros*. Lisboa.
- Sousa, A. C. (2007), “Novas incorporações de velhas recolhas. Fragmentos reencontrados da (Pré) História do Penedo do Lexim”, *Boletim Cultural 2006*: 287-333.
- Sousa, A. C. (2008), “Arqueologia na A 21. Uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007”, *Boletim Cultural 2007*: 411-497.
- Sousa, A. C., Miranda, M. (2002), “Do adro da igreja à Junta de Freguesia de Cheleiros. História de uma intervenção arqueológica de emergência”, *Boletim Cultural 2001*: 283-332.
- Sousa, É. M. (1992a), “Ruínas Romanas de St.º André de Almoçageme”, *Actas do Seminário O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território, 17 a 19 de Março 1989*. Tomar, Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar: 85-91.
- Sousa, É. M. (1992b), “Terra Sigillata Hispânica Tardia da *Villa* de Santo André de Almoçageme (Colares, Sintra)”, sep. de *Artefactos*, I: 16-21.
- Sousa, É. M., Sepúlveda, E. (1999), “Artefactos romanos de seis estações arqueológicas do concelho de Mafra”, *Boletim Cultural 98*: 35-68.
- Vasconcellos, J. L. (1913), *Religiões da Lusitania*, III. Lisboa.
- Vasconcellos, J. L. (1975), *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, VI. Lisboa
- Veiga, E. (1879), *Antiguidades de Mafra*. Lisboa.

(Página deixada propositadamente em branco)

III. PAISAGENS SOCIAIS

(Página deixada propositadamente em branco)

A HELENIZAÇÃO DOS PROCESSOS CULINÁRIOS NO SUL DE PORTUGAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

(The helenization of culinary techniques in South Portugal:
an interdisciplinary approach)

CARMEN SOARES (cilsoares@gmail.com)¹

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

ANA MARGARIDA ARRUDA (a.m.arruda@letras.ulisboa.pt)

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

RESUMO - Neste estudo desenvolve-se uma análise interdisciplinar aplicada a materiais arqueológicos achados em sítios escavados no atual território do sul de Portugal. Procede-se ao cruzamento de informações fornecidas pelos materiais, resíduos faunísticos, carpologia, palinologia e fontes escritas gregas, na medida em que estas permitem aclarar ou reforçar interpretações sugeridas por aqueles. O objecto de estudo circunscreve-se aos processos culinários e utensílios de cozinha encontrados em Castro Marim e Monte Molião do período que vai do séc. V ao III a.n.e. e a literatura de temática culinária helenística (em especial Arquétrato e epigramas da *Antologia Palatina*). O trabalho está organizado em três secções: na introdução procede-se ao estado da arte dos estudos arqueológicos e literários em matéria de práticas culinárias; no ponto dois analisam-se em diálogo as informações arqueológicas dos sítios e os contributos interpretativos das fontes literárias gregas; nas observações finais o principal destaque vai para a confirmação, dada pelo presente estudo, da estreita relação entre o Algarve litoral e o mundo mediterrâneo, em geral, e o greco-helenístico, em particular.

PALAVRAS-CHAVE - práticas culinárias; Sul de Portugal; arqueologia; literatura gastronómica; helenização

ABSTRACT - This study develops an interdisciplinary analysis applied to the data recovered in archaeological southern Portuguese sites. The intersection of the information provided by the ceramic and metal materials, and the fauna, carpology and palynology data and the Greek written sources allow to clarify interpretations suggested by them. The object of this study are the culinary processes and kitchen utensils found in Castro Marim and Monte Molião between V and III centuries BC and the Hellenistic cooking literature (especially Arcestratus and epigrams of the *Palatine Anthology*). The paper is organized in three sections: the introduction proceeds the state of the art

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

of archaeological and literary studies in the field of culinary practices; in section two the dialogue of archaeological information and the contributions of Greek literary sources are analysed; in the conclusions we discuss the close relationship between the Algarve coast and the Mediterranean world in general and the Greco-Hellenistic, in particular.

KEYWORDS - culinary practices; southern Portugal; archeology; culinary literature; hellenization

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo visa potenciar o diálogo interdisciplinar entre a análise dos materiais arqueológicos e das fontes escritas, aplicado ao estudo de caso de achados de sítios escavados no atual território do sul de Portugal. Esta é uma abordagem inédita no panorama da história antiga até à data produzida sobre o universo em apreço, mas que conduz, conforme demonstraremos, a uma avaliação mais completa do que se conhece sobre a influência grega (a partir do século V a.n.e.) nos processos culinários e utensílios de cozinha encontrados em contexto arqueológico (Castro Marim e Monte Molião).

Começemos por apresentar um breve “estado da arte” da investigação que neste domínio se tem produzido na área da arqueologia. Só essa consideração prévia da questão permitirá compreender a necessidade e vantagem de se proceder ao diálogo com fontes de carácter literário.

A investigação arqueológica dos mundos pré-clássicos e clássicos superou, nos últimos anos, as metodologias tradicionais de abordagem. Com efeito, os dados recuperados durante os trabalhos de campo incorporam agora, mesmo para estas cronologias, materiais que, até há pouco tempo, eram sistematicamente desprezados. Os estudos faunísticos, mas também os carpológicos e os palinológicos integram, quase sistematicamente, os trabalhos acerca dos sítios arqueológicos, de forma a obter uma leitura mais integral, de certa maneira holística, das comunidades que habitaram um determinado território, em época proto-histórica e histórica.

Por outro lado, a própria análise de alguns espólios, como as cerâmicas e os metais, já no século passado, foram alvo de processos de investigação que ultrapassavam as simples classificação tipológica e seriação cronológica. As análises de pastas das primeiras e a composição metálica dos segundos permitiram, em grande medida, verificar tendências referentes à circulação de matérias-primas e de artefactos a nível local, regional e trans-regional.

Na última década, outras metodologias, associadas ou não às anteriores, estão a ser sistematicamente praticadas, com vista à obtenção de imagens, cada vez mais nítidas, da realidade. Assim, por exemplo, as análises de resíduos nas

cerâmicas permitem verificar que os conteúdos dos vasos e o estudo das faunas não se limitam à mera identificação das espécies consumidas num determinado sítio arqueológico, quer em termos absolutos quer percentualmente.

No caso concreto das cerâmicas, a própria morfologia dos recipientes tem vindo a ser cada vez mais questionada de acordo com a sua funcionalidade, o que tem fornecido importantes contributos para avaliar a natureza dos alimentos consumidos e a forma de os confeccionar. De facto, a forma dos vasos onde os alimentos são confeccionados tem influência directa no seu sabor e na sua aparência. A espessura das paredes, os diâmetros de bordo e a forma do fundo relacionam-se com métodos de cozedura distintos. O sabor, a aparência e a textura dos alimentos variam também de acordo com a utilização ou não de tampa, ou com um fundo mais ou menos plano.

No que se refere aos textos clássicos, estes têm sido já muitas vezes chamados à colação em diversos estudos, mas quase sempre para discutir questões relacionadas com a geografia antiga e a paleo-etnologia. Outras informações, contudo, podem ser extraídas desses textos, nomeadamente no que diz respeito a actividades quotidianas, como é o caso da preparação e consumo de alimentos.

Os novos procedimentos, associados aos antigos, e analisados em conjunto, podem, de facto, trazer outra luz sobre aspectos que permanecem numa relativa penumbra, concretamente os que se relacionam com a vida quotidiana das comunidades que habitaram num determinado lugar.

Foi justamente com estes pressupostos que partimos para o estudo da alimentação em sítios arqueológicos portugueses fortemente conectados com o Mediterrâneo e que sofreram, a partir do século V a.n.e., processos que podemos designar de helenização, também no que respeita à dieta alimentar.

Os materiais arqueológicos do Castelo de Castro Marim e de Monte Molião, concretamente os da segunda metade do 1º milénio a.n.e., cerâmicos² e metálicos³ directamente relacionados com a preparação dos alimentos, mas também com a forma de os consumir, foram já alvo de uma análise detalhada no que se refere à sua morfologia, cronologia, tratamento das superfícies e funcionalidade.

Entendemos, porém, que as fontes clássicas transmitem informação muito relevante acerca dos mesmos temas e que devem, por isso mesmo, ser tomadas em consideração. É isto porque, certamente, as transformações no processamento e preparação dos alimentos e as mudanças que se introduzem nos repertórios cerâmicos de mesa, e que implicam novas formas de consumo e de comensalidade, não terão chegado ao extremo ocidente de forma isolada, mas farão parte de um processo mais complexo, que se traduz na integração deste território numa verdadeira *koiné* mediterrânea, helenizada.

² Arruda 1997, 1999-2000, 2000, 2003, Arruda e Freitas 2008, Arruda *et al.* 2011, Sousa 2009, Sousa e Arruda 2010, Sousa e Arruda 2013.

³ *Ibidem*; Pereira 2008.

Considerando o período temporal a que se referem os sítios e os achados arqueológicos (séc. V a.n.e.-III a.n.e.), por um lado, e o tema da pesquisa pelo outro (as práticas culinárias), decidimos não apresentar um rastreamento exaustivo dos testemunhos literários gregos desde o séc. VIII a. C. (com os Poemas Homéricos), mas centrarmo-nos em literatura de temática gastronómica dos finais da Época Clássica e do Período Helenístico (sécs. V-IV a.n.e.)⁴. Este enfoque não obsta a que, sempre que se justifique, se recorra a géneros em que a gastronomia é um assunto subsidiário e a autores anteriores ou ligeiramente posteriores a esses limites cronológicos.

Consequentemente, as nossas fontes de estudo são sobretudo trechos do que sobreviveu de um subgénero literário poético que se pode designar por “catálogos gastronómicos”, mas também epigramas dedicatórios fictícios, cujos dedicantes são cozinheiros. Por abordarem uma arte humana tida por menor e, para mais, praticada, no geral, por indivíduos de condição servil, as obras sobre culinária e gastronomia chegaram aos nossos dias todas bastante fragmentadas. Da sua maioria apenas conhecemos os nomes dos autores e os respectivos títulos e assuntos ou uma parte bastante residual da sua globalidade⁵.

Devemos ao labor de um verdadeiro enciclopedista *avant la lettre*, Ateneu de Náucrates (falante grego do Egipto romanizado do séc. II-III d.n.e.) a preservação de parte dessas “migalhas” das “mesas literárias” gregas clássicas e helenísticas⁶. Na sua extensíssima obra (em 8 vols. da recente tradução para inglês da Loeb⁷), significativamente denominada “Sábios à Mesa” (trad. port. do grego *Deipnosophistai*), foram preservados os 60 fragmentos do poema gastronómico do siciliano Arquétrato (séc. IV a.n.e.), que nos fornecem informação vária sobre utensílios e processos de confecção, bem como passos diversos de comediógrafos gregos alusivos à bateria de cozinha⁸.

Séculos mais tarde, Constantino Céfalas, protopapa ou alto funcionário eclesiástico em Constantinopla (séc. X d.n.e.), reuniu numa obra comum, conhecida por *Antologia Palatina* ou *Grega*, três antologias de epigramas mais antigas. É do mais antigo desses florilégios, a *Coroa de Meleagro*, com epigramas escritos

⁴ Para um levantamento exaustivo das fontes escritas gregas para a história da alimentação, vd. García Soler 2001, Dalby 1996 e 2003, Wilkins-Hill 2008, Wilkins-Nadeau 2015.

⁵ Sobre esses livros de culinária, vd. Bilabel 1921, Dalby 1996: 109-111, Soares 2010.

⁶ Sobre a vida e obra do escritor, que representa um grupo de indivíduos eruditos, com hábitos de compra e de colecionismo de livros, de frequência de bibliotecas e de trocas de livros com outros bibliófilos, vd. Rodríguez-Noriega Guillén (1998, introdução à tradução dos livros I e II, em especial as pp. 7-13) e Murray 2015. Para uma visão de conjunto do autor e sua obra, vd. Braund-Wilkins 2000 e Jacob 2013.

⁷ Cf. Olson 2007-2012.

⁸ Para uma tradução do poema do siciliano para português, estudo da transmissão da obra e seus contributos para a história da alimentação na Grécia antiga, vd. Soares 2016. Sobre os utensílios e métodos de confecção em Arquétrato, vd. igualmente Cação 2012.

entre os sécs. VII-III a.n.e. que nos chegam os dois poemas votivos, pretensamente destinados a cozinheiros, que iremos ter por referentes (epigr. 305 e 306 Gow-Page, respectivamente compostos por Leónidas de Tarento, século III a.n.e., e Ariston, século I a.n.e.)⁹.

Além dos achados materiais e das fontes literárias clássicas, foram igualmente tidos em conta os estudos faunísticos concretizados para ambos os sítios algarvios¹⁰. Também as análises que incidiram sobre a carpologia e a palinologia, para o da foz do Guadiana, não podiam ser descartadas no trabalho que nos propusemos realizar.

2. ESTUDO DOS MATERIAIS E CONTRIBUTOS INTERPRETATIVOS DAS FONTES LITERÁRIAS GREGAS

A cerâmica do Castelo de Castro Marim¹¹ e de Monte Molião¹² dos níveis correspondentes à ocupação da chamada 2ª Idade do Ferro cabe em distintas categorias, concretamente de mesa, de transporte, de armazenamento e de cozinha. Entre as primeiras, destacam-se, desde logo, as importações áticas.

Em Castro Marim, as cerâmicas gregas são muito abundantes¹³ e incluem quer *kylikes* (de figuras vermelhas e de verniz negro), quer pratos e páteras, datados dos últimos anos do século V e da primeira metade do IV a.n.e., todos de verniz negro.

O que os textos nos revelam em termos de “taças”, que tanto podiam ser usadas na preparação como no serviço de mesa, é uma certa homogeneização terminológica (mas não tanto funcional, como veremos de seguida). Se é verdade que deparamos, para essa tipologia de objecto, com a designação genérica *skaphis* na comédia de Anaxipo *O tocador de lira*¹⁴, o certo é que esse mesmo nome aparece no epigrama 306 da *Antologia Palatina* (v. 8), mas com uma especificação funcional. Neste caso especifica-se que essa “taça” (ou, como sugere a etimologia da palavra gr. *skaphis* – do verbo *skaphein*, ‘escavar’- esse ‘recipiente fundo’) era destinada a “conter carne” (adj. gr. *kreiidokos*), pelo que em português se adequará a tradução “gamela/alguidar”. Note-se que a língua espelha uma realidade com que os arqueólogos esbarram, quando pretendem “catalogar” as peças encontradas: a multiplicidade de utilizações de um mesmo objecto. No que ao uso linguístico diz respeito, a solução encontrada foi fazer seguir uma denominação genérica de um adjectivo de especificação. Noutros contextos, não é o adjectivo que auxilia a tradução e a identificação de alguma utilização

⁹ A edição do texto grego adoptada é a publicada por Waltz 1931.

¹⁰ Vd. Detry e Arruda 2013.

¹¹ Vd. Arruda 1997, 1999-2000, 2001, 2003, Arruda e Freitas 2008, Sousa 2009, Sousa e Arruda 2010.

¹² Vd. Sousa e Arruda 2010, Arruda *et al.* 2011, Sousa e Arruda 2013.

¹³ Vd. Arruda, 1997 e 2007.

¹⁴ Apud Ateneu 169 b-c.

concreta da peça multi-funcional, mas sim a discriminação do produto que ela contém. Assim, em *Odisseia* (9. 223) significará “talha” (pois serve para recolher o leite); em alguns tratados hipocráticos (séc. V a.n.e.) “copo” de beber ou de medir¹⁵; e em Teócrito (séc. IV-III a.n.e.) “pote” de mel (5.59).

No que se refere a recipientes de beber ou preparação do vinho achados em Castro Marim, verifica-se que são menos frequentes os *krateres* (neste caso pintados com figuras vermelhas), mas também os *skyphoi* e *kantaroí*. Todas estas peças correspondem, portanto, não só às formas mais frequentes em qualquer sítio de consumo, mas, sobretudo, ao que representa a baixela de mesa por excelência: pratos e páteras para comer, *skyphoi*, *kantharoi*, *kylikes*, para beber e *krateres* para misturar o vinho e a água¹⁶. Tal realidade configura, em nosso entender, uma relativa banalização do uso da cerâmica grega no sítio da foz do Guadiana, com a sua utilização frequente e de acordo com os cânones gregos, ainda que certamente apenas em algumas mesas. Parece pois evidente que os produtos consumidos seriam idênticos ao nível da confecção, revelando o assumir de hábitos sociais mediterrâneos, concretamente gregos.

A tipologia de “vasos” (designação genérica para recipientes de servir e beber líquidos) é vasta e diversificada, como se sabe. Do ponto de vista da terminologia registada nas fontes escritas, podemos evocar dois testemunhos exemplificativos dos extremos nesta matéria. À breve identificação das categorias básicas dos vasos, num “canto de banquete” (frg. 1 Diels-Kranz) do poeta arcaico Xenófanes de Cólofon (sécs. VI-V a.n.e.), contrapõe-se o extenso catálogo, por ordem alfabética, de “taças de beber” (genericamente denominadas de *poteria* e *ekpoma*) presente em Ateneu (460b-504e), precisamente denominado de “catálogo de taças” (*katalogos ton poterion*). A esta proliferação de terminologia, compilada por um autor já do séc. III d.n.e, contrapõe-se o minimalismo de formas presentes no texto do poeta arcaico. Aí deparamos com a nomenclatura básica, que inclui o *krater* (vaso para fazer a mistura do vinho com a água), a *kylix* (taça, com asas, para beber o vinho) e a *phiale*¹⁷. Esta última era uma taça sem pé e sem asas, geralmente com um lóbulos central (para colocar um dedo, ajudando a segurá-la), onde se juntava vinho puro com outros líquidos (leite, água, mel, azeite)¹⁸, bebida a ser oferecida aos deuses, vertendo parte dela para o solo e bebendo todos os convivas da mesma taça a porção sobrança.

Da importância que o serviço de taças de beber tinha na vida das populações

¹⁵ Vd. *Das doenças femininas* 1.86 e *Das doenças* 2.64.

¹⁶ Para a classificação das formas dos vasos gregos, vd. Arruda e Freitas, Rocha Pereira 2010 e o arquivo online Beazley (<http://www.beazley.ox.ac.uk/archive/default.htm>).

¹⁷ Cf. trad. de C. Soares para os vv. 1-4: *Agora sim, está o chão puro, e as mãos de todos / e as taças de vinho [gr. kylikes]. Um coloca-nos coroas entrançadas, / outro estende-nos um líquido perfumado numa taça de libações [gr. phiale]. / Também o krater está cheio de boa disposição.*

¹⁸ Vd. Burkert 1993: 153-159.

helenizadas mais abastadas nos dá conta a referência de Ateneu (460d-e), segundo a qual os Gregos possuíam um móvel com a função específica de guardar semelhante louça, cujo nome deriva precisamente de uma das formas mais comuns para beber (*kylix*), o chamado *kylikeion* (que traduziríamos por “aparador”).

Já em Monte Molião, ao invés, as cerâmicas gregas são muito mais raras e mais tardias (meados/segunda metade do século IV a.n.e.), o que se deve justificar pela baixa cronologia da fundação do sítio do barlavento. Não surpreende, pois, a ausência de algumas morfologias, como a dos pratos e páteras, tendo os primeiros sido substituídos na função por outras produções, já de âmbito helenístico, a cerâmica de tipo Kuass, que abaixo se comentará. As formas de cerâmica grega são, porém, também integralmente incluíveis no serviço de mesa, e relacionam-se com o consumo de vinho¹⁹. Trata-se de *skyphoi*, de *kantharoi*, bolsais e de *lagynoi*, os primeiros usados para beber, o último para servir.

Na segunda metade do século IV e no século III a.n.e., o serviço de mesa é constituído, em ambos os sítios, pelas produções helenísticas de tipo Kuass²⁰, que correspondem a uma produção do Extremo Ocidente, que se define, na sua fase inicial, pela imitação de algumas formas do repertório das cerâmicas áticas de verniz negro (Niveau 2003). Mais uma vez, os pratos dominam, mas agora associados a uma pequena tigela de bordo reentrante. Os primeiros cabem essencialmente no tipo “prato de peixe”, de bordo pendente e depressão central no fundo interno, forma abundantemente produzida em Atenas, quer em cerâmica pintada, quer de verniz negro, e exportada também para o Extremo Ocidente, concretamente para os sítios algarvios. A sua utilização à mesa, para consumo de alimentos sólidos, parece evidente, sendo de destacar o facto de a depressão central poder servir para a colocação de um molho ou recolha do molho libertado pelo peixe cozinhado e temperado de azeite (assunto que retomaremos abaixo). A outra forma de prato (tipo I de Niveau) não tem paralelo nos repertórios gregos, devendo referir-se que tem sido aceite o seu uso apenas em contextos rituais²¹. As taças de bordo reentrante (IX de Niveau) pertencem também ao serviço de mesa, destinadas ao consumo de líquidos. Contudo algumas destas, concretamente as de pequena dimensão, podem ter sido usadas para conter molhos, remetendo para uma peça de baixela mencionada na literatura, a “molheira”. Na verdade, deparamos no frg. 9 do poema de Arquéstrato com a referência a um *oxybaphon*. A tradução literal do nome grego indica que se trata de um recipiente próprio para ‘mergulhar, pôr dentro de um líquido’ (vb. gr. *baptein*) alimentos de paladar ‘ácido ou amargo’ (adj. gr. *oxys*). A própria etimologia do objecto denuncia a característica essencial desses molhos que acompanhavam o prato

¹⁹ Vd. Arruda *et al.* 2011: 15-16, Bargão, 2008.

²⁰ Vd. Arruda 1997, 1999-2000, 2000, 2001, Arruda *et al.* 2011, Sousa 2009, Sousa e Arruda 2013.

²¹ Vd. Niveau 2003.

principal ou o antecediam: o gosto intenso²².

Outras cerâmicas foram ainda utilizadas à mesa, concretamente as ditas comuns, sem “verniz”, mas apresentando, por vezes, decoração pintada²³. Os pratos estão presentes nestas produções, maioritariamente importadas da área da baía de Cádiz, mas a forma mais bem representada é a tigela.

Verifica-se, portanto, a existência de um serviço de mesa individual, com prato e taça para beber, mas com a tigela a ter um papel determinante em termos percentuais, representando cerca de 75%.

Da constituição deste serviço de mesa infere-se o incremento do consumo de alimentos sólidos ou semi-sólidos e do seu acompanhamento por molhos, de que quer a depressão central dos pratos de peixe, quer as pequenas tigelas de bordo reentrante são testemunho. O facto de os modelos áticos de figuras vermelhas dos pratos de peixe terem sido decorados com elementos da fauna marítima é também um bom argumento no momento de defender que terão sido maioritariamente destinados ao consumo de peixe, seco ou de salmoura, e parece fazer sentido recordar, neste contexto, o uso da gordura vegetal básica dos temperos da cozinha mediterrânea: o azeite. Em sete fragmentos do poema do siciliano Arquétrato fica bem atestado a utilização do azeite como tempero primordial da alimentação mediterrânea. Vem referido o seu uso para fritar peixe miúdo (frg. 11), assar bodião no forno (frg. 14), grelhar barriga de cação (frg. 24), peixe-cítara (frg. 32), sargo (frg. 37) e bifes de atum (frg. 38), e estufar tremelga (frg. 49). Deste receituário depreendem-se as vantagens de ter um prato que possibilite a reserva do molho que escorre do peixe, o qual seria aproveitado para molhar o pão.

Mas as outras formas de prato, quer áticas de verniz negro quer de tipo Kuass, quer ainda de produção local ou regional podem ter sido utilizadas no consumo de outras proteínas, nomeadamente cárnicas, em princípio consumidas também secas.

Uma outra categoria importante de objetos cerâmicos relativos à alimentação, conforme acima mencionámos, é a das cerâmicas de transporte. A presença massiva de ânforas piscícolas de tipo Maña Pacual A4²⁴ é um bom indicador do consumo destes preparados de peixe em estado semi-sólido. Não é, porém, de descartar que outros contentores, também importados, possam ter transportado carne em conserva. Na verdade a obtenção de peixe e de carne está comprovada localmente, quer por artefactos quer por restos faunísticos, e a sua conservação em salmoura pode, assim, ter sido, também, local. Não se

²² Trata-se de um fragmento muito curto, cuja tradução transcrevemos (Soares 2016): *Às taças com molhos de jacintos-das-cearas e de caules digo adeusinho, bem como a todo o tipo de aperitivos*. O substantivo *oxybaphon* vem aqui traduzido pela perífrase “taça com molho”.

²³ Vd. Sousa 2009, Sousa e Arruda 2010, Arruda *et al.* 2011.

²⁴ Vd. Arruda *et al.* 2006; Arruda *et al.* 2011.

infrira, no entanto, daqui qualquer indicador do predomínio de proteína animal na alimentação dessas populações.

O que se verifica é que o domínio absoluto das tigelas na categoria da cerâmica comum não deixa de obrigar a reflectir sobre o facto de a alimentação destas comunidades radicar essencialmente em sopas ou papas à base de cereais. Estes seriam maioritariamente a cevada, uma vez que o estudo das sementes e frutos carbonizados recolhidos em Castro Marim, compatíveis com a cronologia que aqui tratamos, evidencia um absoluto predomínio desse cereal (95,30 %) frente ao trigo, que não chega a atingir 1%. Os produtos hortícolas completariam a dieta, mas o seu peso é igualmente irrelevante do ponto de vista percentual (4%).

Atentemos, de seguida na confecção propriamente dita das refeições. A preparação dos alimentos consumidos à mesa era realizada em vasos vários, destinados para o efeito. Infelizmente, não foi possível identificar espaços específicos para esta actividade, as cozinhas, como sucede em outras áreas peninsulares, parecendo possível defender uma pluralidade funcional de muitos dos espaços domésticos dos sítios algarvios durante a Idade do Ferro²⁵. Ainda assim, algumas lareiras directamente associadas a compartimentos habitacionais foram identificadas quer em Monte Molião quer em Castro Marim, tendo o último dos sítios oferecido também estruturas que pudemos classificar como fornos culinários²⁶.

A cerâmica de cozinha, como se sabe, engloba duas grandes categorias: preparação a frio e a quente. Entre a primeira, destacam-se os alguidares, muito bem representados em ambos os sítios²⁷, alguns dos quais decorados com bandas pintadas. A função destes recipientes não é ainda completamente clara, mas a sua associação à cozinha, para preparar, a frio, os alimentos, ou mesmo para a sua conservação, em salmoura, é quase actualmente inquestionável.

Um outro tipo de vaso merece destaque, justamente pelo seu significado no contexto da alimentação mediterrânea, o almofariz. A sua função era triturar e amassar cereais e legumes, de forma a permitir a confecção de purés ou “papas”. Outros ingredientes para preparar outras comidas poderiam ser também triturados nos almofarizes. As referências literárias que pudemos rastrear sobre este artefacto cerâmico são muito sugestivas. O almofariz tanto vem referido pelo comum termo *thyeia* (Anaxipo, apud Ateneu 169 b-c), como se menciona a matéria-prima de que é feito, particularmente quando esta evidencia o requinte

²⁵ Aliás, o panorama do mundo helenizado contemporâneo não difere daquele que aqui se descreve para os extremos do mundo ocidental. Segundo Willkins-Hill (2006: 64), apenas os proprietários de residências de maiores dimensões e com pessoal escravo teriam cozinhas. Além disso, em termos de evolução histórica, Dalby informa (2003: 188) que a autonomização de um espaço de confecção de alimentos só se deu do séc. IV a.n.e. em diante.

²⁶ Vd. Arruda e Freitas 2008.

²⁷ Vd. Sousa 2009, Sousa e Arruda 2010.

da peça. É o que sucede no epigrama 306 (v. 8) da *Antologia Palatina*, quando se refere que era feito de “boa pedra” (adj. gr. *eupetros*). Este texto tem ainda a particularidade de nos dar a conhecer a forma dos pilões usados para moer o sal. Um tipo específico vem aí mencionado, o *alotrips* (v. 7), cuja etimologia literalmente significa “moedor de sal”²⁸. Da necessidade deste utensílio com uma finalidade bem particular depreende-se que o sal chegaria em cristais/pedras de tamanhos bem superiores aos atuais, pelo que requeria uma “quebra” suplementar, antes de ser adicionado aos preparados. Tratava-se, além disso, no caso da referência contida nessa fonte literária, de um objecto em que as duas extremidades eram usadas, como se deduz do uso do adjectivo “de duas cabeças” (gr. *diarkanos*, v. 7).

A origem dos almofarizes encontrados em Monte Molião e em Castro Marim pode ser grega, mas a verdade é que, em momentos anteriores, vasos com a mesma função já eram utilizados pelas comunidades mediterrâneas de matriz semita, tendo sido adoptados no extremo ocidente, como é por exemplo ainda o caso de Castro Marim²⁹.

Quanto às panelas, é verdade que são muito numerosas, mas nem sempre é possível distingui-las dos pequenos potes³⁰. De qualquer modo, algumas têm as superfícies com evidentes sinais de utilização ao fogo. São recipientes fechados, de forma geral globular, de pequenas dimensões, onde certamente se cozinhariam os cereais triturados nos almofarizes, e que, depois, eram consumidos, à mesa, nas tigelas, que já tivemos oportunidade de comentar. A carne muito dificilmente seria cozinhada nestas panelas. Os restos faunísticos são sempre de dimensões consideráveis, não sendo, portanto, compatíveis com um corte que tivesse por intenção a sua inserção nestes recipientes de cozinha. Parece, pois, importante deixar registado que o tipo de panela para cozinhar encontrado em Monte Molião e no Castelo de Castro Marim, bem como naturalmente as refeições que dele podemos deduzir, mostra a incorporação no universo mediterrâneo destes sítios. Quer um quer outras se distanciam das realidades observadas noutras latitudes, mais “celtizantes”, onde as panelas evidenciam uma pré-disposição para as fervuras com alto teor de gordura, e cujo resultado tem que ser servido em vasos profundos não havendo praticamente pratos.

Neste caso concreto, as fontes literárias gregas a que temos recorrido não são de grande ajuda. Contudo, devemos deixar registado que a diversidade lexical é grande para referenciar as panelas, situação que se torna clara na discussão das personagens do banquete de Ateneu (169 c-f) a propósito da multiplicidade de nomes que em diversos autores se regista para o mesmo objecto, a panela de barro. Há nada menos do que sete designações distintas para “panela”, todas

²⁸ Na verdade, trata-se de um substantivo composto de ‘sal’ (gr. *als*) e de ‘moer’ (gr. *tribein*).

²⁹ Vd. Arruda 1999-2000.

³⁰ Vd. Sousa 2009, Sousa e Arruda 2010, Arruda *et al.* 2011.

retiradas de comediógrafos áticos, com a particularidade de um mesmo sujeito registar nomes diferentes para a mesma peça³¹. Daqui se depreende que, até a literatura reforça a dificuldade sentida hoje pelos estudiosos em criar terminologias unívocas para as peças encontradas.

Neste mesmo contexto, não deixa de ser de alguma forma surpreendente a ausência de formas específicas destinadas a fritar nos conjuntos cerâmicos da 2ª Idade do Ferro do litoral algarvio. No entanto, também sobre esta matéria, as fontes literárias podem ser em certa medida esclarecedoras de tal “ausência”. É verdade que Ateneu confirma, na citação de um fragmento do poema de Arquétrato (frg. 11), o uso do termo frigideira (*teganon* ou *taganon*), empregue para cozinhar peixe miúdo (frg. 11). É, no entanto, importante reparar que o verbo usado para indicar a confecção é a forma comumente usada com o sentido de “cozinhar a seco” (gr. *optan*). Não se juntou ao peixe miúdo colocado na frigideira o convencional líquido de cozedura (a água), mas uma gordura, o azeite, que, desempenhando a dupla função de tempero e base de cocção, não leva à concepção de um método culinário autonomizado dos únicos dois registados (“cozedura a seco” e “cozedura em líquido”, respectivamente *optan* e *epsein*). Em suma, a ausência em contexto arqueológico de utensílios específicos para fritar pode ser entendida, não como um sinal de uma culinária menos evoluída do ponto de vista das técnicas, mas como um indício de um processo, ainda em curso, de autonomização de métodos de preparo. Aliás, que a fritura veio a ser reconhecida como um método culinário mais apreciado e requintado, sugere-o outra fonte literária. Trata-se de um trecho de uma peça perdida do comediógrafo Platão (séc. IV a.n.e.), intitulada *Fáon*, em que se faz um elenco de recipientes usados para cozinhar alimentos. Deste passo depreende-se a superioridade do apreço gastronómico da fritura em relação à cozedura ou estufado, graças à seguinte afirmação de uma personagem da peça: “uma ççarola (*lopas*) não está mal! Mas a frigideira (*taganon*) é melhor”.

Aliás, como se sabe, o azeite foi não só abundantemente importado, o que se deduz pela presença, muito significativa, de ânforas oleícolas, como é o caso das de tipo Tiñosa³², como terá sido produzido localmente, a avaliar pelos 25% de restos de madeira de *olea europaea* identificados em Castro Marim. Este azeite, que aparentemente não teria servido para fritar, terá sido utilizado para a iluminação (as lucernas são frequentes nestes contextos), para conservar e para temperar.

Tendo em consideração este trem de cozinha e a baixela de mesa e, por outro lado, os vestígios faunísticos encontrados, que incluem restos de mamí-

³¹ Os termos empregues são: *khytra* (uma denominação bastante comum, conforme se percebe da sua utilização tanto no epigrama 305 como no 306 da *Antologia Palatina*), *cacaba*, *cacabo*, *batanion*, *patanion*, *lopas*, *aggeion*.

³² Vd. Arruda 2000, 2001 e 2003, Arruda *et al.* 2011.

feros, de aves, de peixes e de moluscos, há que considerar várias possibilidades, no momento de discutir a forma como estes alimentos foram confeccionados e consumidos.

Como já atrás se fez referência, o peixe e a carne, que quase seguramente não foram cozinhados nas panelas encontradas nos sítios arqueológicos que temos vindo a tratar, podem ter sido comidos secos ou em salmoura, havendo dados textuais que facilitam esta interpretação, uma vez que atestam a prática na Grécia antiga. É o caso do retrato d’“O Descarado”, de Teofrasto (Atenas, séc. IV a.n.e.), em *Caracteres* 9, passo em que o autor menciona que esse tipo de pessoa, quando faz um sacrifício (de carne) aos deuses, vai comer a casa de outros, colocando a carne do sacrifício na salgadeira (o que em grego se diz simplesmente: “a carne enterra-a por completo no sal”, cf. 9 §2)³³. Quanto à salga de peixe, possuímos informação literária mais extensa. Começando por Arquétrato, ficamos a saber que as espécies piscícolas conservadas em sal eram o atum e a cavala (frg. 39), capturadas na região do Mar Negro, centro produtor afamado, situado a Oriente. Mais: percebemos que havia níveis distintos de salga, uma vez que o poeta elogia (nesse mesmo passo) o gosto da cavala apenas salpresa (isto é, de meia-salga – gr. *hemitarikhos*, ou seja com apenas três dias de sal). Outro dado interessante prende-se com os recipientes de conserva, que podem ser de dois formatos: ânfora (gr. *amphoreus*) e pote (gr. *bikos*). Este difere daquela por apresentar um bojo e um gargalo maiores, ainda que tenha menos altura, sendo provável que o termo grego se use como sinónimo de *stamnos* e de *keramion*³⁴. Daí que o poeta tenha dito que a posta de atum se cortava para ser ‘colocada a conservar em sal [gr. *tarikheusthai*] dentro de potes [gr. pl. *bikoi*]’ (frg. 40). Ao passo que a ânfora se enchia com ‘água salgada’ (gr. *halmyron hydor*), na qual se depositavam as cavalas destinadas à ‘meia-salga’ (gr. *hemitarikhos*). Tanto um recipiente como o outro destinavam-se a armazenar as conservas e no geral eram vendidos e levados para casa juntamente com o produto, uma vez que a sua função é de contentores (antepassados das modernas embalagens)³⁵.

Também Eutidemo (Atenas, sécs. IV-III a.n.e.), autor de uma obra especializada em conservas em sal, precisamente intitulada *Dos salgados* (gr. *peri tarikhon*, apud Ateneu 116 a-b), vem mencionado por Leónidas, uma das personagens dos *Sábios à mesa*, como autor da indicação de que o peixe mais adequado ao processo de conserva em sal era o peixe que os pescadores chamavam “queixada” (alusão provável ao esturjão). No mesmo livro refere ainda o hábito, no canal de acesso ao acima mencionado Mar Negro, ou seja, no Bósforo, de se praticar a salga de peixe sob a forma de tassalhos da barriga, de formato quadrangular. Ao que se

³³ Para a tradução completa da obra de Teofrasto, vd. Silva 2014.

³⁴ Vd. Olson-Sens 2000: 164.

³⁵ Sobre o uso das ânforas na cozinha grega, vd. Sparkes (1962: 124), que esclarece que os gargalos podiam ser selados com rolhas de cortiça.

deduz destas fontes escritas, o esturjão era salgado tanto inteiro quanto às postas.

Note-se ainda que, no Livro IV das *Histórias* de Heródoto (cap. 53 §3), um autor anterior (do séc. V a.n.e.), deparamos com idêntica alusão à riqueza dessa mesma região do Mediterrâneo oriental em termos de salga de peixe, pois, quando o historiador menciona as dádivas do rio Borístenes (actual Dnieper), alude à abundância de sal da sua foz, usado para salgar peixes de grande calibre e sem espinhas (adjectivação entendida como metáfora de esturjões ou antáceos)³⁶. Mas, voltando a Eutidemo, recorde-se que o autor menciona como especialidades de salga o atum, o peixe-espada e a cavala, para Bizâncio, e a cavala, para a pequena cidade de Paros (na ilha grega com o mesmo nome).

Todavia importa-nos, sobretudo, ressaltar que a literatura confirma essa prática conserveira para as regiões ocidentais da Europa. Neste âmbito é particularmente interessante a alusão de Ateneu (316c) a importações de “triângulos” de atum transportados em ânforas de Cádiz (na Península Ibérica)³⁷ e de Tarento (no sul de Itália):

As ondas iónias um Brútio ou Campano as há-de atravessar, transportando de Cádiz ou da sagrada Tarento triângulos de atum, os quais, acondicionados em potes, se servem, alternadamente, ao início das refeições.³⁸

Repare-se que o termo grego usado para o vaso cerâmico é *stamnos*, precisamente um sinónimo do *bikos* mencionado em Arquéstrato.

Quanto ao lugar dessas conservas nos serviços de mesa, depreende-se que tanto cabiam nas entradas, como serviam de prato principal. A explicação para a presença das conservas entre os aperitivos (ou seja em começo de refeição) aparece mais adiante em Ateneu (120d), pela boca de uma das suas personagens, Dafno, que indica que as conservas de peixe salgado estimulam o apetite. No poema de Arquéstrato, porém, são incluídas no serviço principal da refeição (frgs. 39 e 40).

Também os textos de literatura dietética, conhecidos por *Tratados de saúde* (gr. *ta hygieina graphomena*), contêm menções ao consumo de salgadas de peixe. Diocles de Caristo (Eubeia, séc. IV a.n.e.) faz a apologia do atum como o melhor dos peixes salgados; porém Hicésio (séc. I a.n.e.) indica que essa mesma

³⁶ Para trad. portuguesa do livro IV das *Histórias* de Heródoto, vd. Silva-Guerreiro 2000.

³⁷ São numerosos os lugares que Estrabão, autor dos sécs. I a.n.e-I d.n.e., há-de indicar na Península Ibérica como centros produtores de salga de peixe (Málaga, 3.4.2; Ex, actual Almuñecar, Granada, 3.4.2; Menlária, actual Tarifa, Cádiz, e Belónia, Cádiz, 3.1.8; Cartagena, 3.4.6). Particular destaque merece o passo em que, referindo-se às indústrias de salga de peixe das regiões da Turdetânia e para lá das Colunas de Hércules, i.e., da costa atlântica do actual território português (3.2.6), o geógrafo declara que essa produção não é inferior à da região do Mar Negro, particularmente louvada nas fontes gregas por nós consideradas neste estudo.

³⁸ Trad. de C. Soares.

espécie é sempre indigesta (apud Aeneu 116e). Dífilo de Sifnos (séc. III a.n.e.), por seu turno, dá-nos conta de que se fazia salga de peixes de mar, rios e lagos, que se tratava de um alimento seco, de fácil digestão e estimulante do apetite (apud Ateneu 120e), além de mencionar categorias e espécies de peixes salgados. O mesmo médico fornece ainda uma informação reveladora quanto à técnica de retirar o sal extra do peixe de conserva: “É necessário lavar todos os peixes salgados até a água se tornar inodora e doce” (apud Ateneu 121c).

Também as comédias atenienses apresentam dados reveladores nesta matéria, a saber: Antífanos (séc. IV a.n.e.), na comédia *Deucalião*, menciona o atum de conserva de Cádiz (apud Ateneu 118d); Nicóstrato ou Filetero, na peça *Antilo*, mencionam uma posta da barriga de peixe salgado de Cádiz (gr. *Gadeirikon th'hypogastrion*, apud Ateneu 118e). Nesse mesmo género literário encontramos também várias menções aos vendedores de conservas (em sal), profissão precisamente denominada pelo substantivo composto por justaposição de ‘conserva’ (gr. *tarikhos*) e ‘vendedor’ (gr. *polos*), ou seja o ‘vendedor de conservas (gr. *tarikhopoles*)³⁹.

Mas quer a carne quer o peixe podem ter sido ainda preparados através de outros processos culinários. Alguns, poucos, restos de fauna, sobretudo mamalógica, têm indícios de exposição directa ao fogo, podendo admitir-se que o método de cozedura utilizado foi o grelhado⁴⁰. Sobre a existência de fogareiros e de grelhas há dados, quer textuais quer iconográficos e coroplásticos, percebendo-se a existência no mundo grego de fornos portáteis, de pequenas dimensões, o *klibanos*, que se colocava sobre fogareiros (precisamente denominado de ‘braseiro’, gr. *anthrakia*)⁴¹. No entanto, nenhuma grelha, nem nenhum destes fornos e fogareiros portáteis foram encontrados nos sítios em estudo. Aliás, deduz-se dos achados que os grelhados terão sido relativamente raros nos sítios algarvios.

Todavia a existência documentada de fornos domésticos de tipo *tannur* em Castro Marim e escavados na rocha em Monte Molião⁴² indica a preparação de alimentos nestes equipamentos, nomeadamente do peixe, da carne e também do pão. A avaliar pelo estado de conservação da grande maioria dos restos ósseos, terá sido talvez esta a forma preferencial de os preparar, a par, muito possível-

³⁹ Cf. Antífanos, na comédia *O Cabeleireiro* e Aléxis, nas peças *O Diadema* e *Os Cofres* (apud Ateneu 120a).

⁴⁰ Vd. Detry e Arruda 2013.

⁴¹ O *klibanos* tem a forma de uma panela de barro, com testo apresentando furos, para libertação do calor (pelo que em latim esse método de cozedura se veio a chamar *sub testu*). Este colocava-se dentro de um buraco escavado na terra, envolto em brasas. Na base da panela-forno podiam pôr-se folhas, sobre as quais se depositavam os alimentos. Sobre o aparecimento destes fornos em contexto arqueológico romano, o qual ajuda a compreender em retrospectiva o seu uso entre os Gregos, leiam-se Cubberley 1995 e Cubberley-Lloyd-Roberts 1988.

⁴² Arruda *et al.* 2011.

mente, da conservação através do sal.

Ainda na cozinha, os vasos de armazenamento marcavam presença. São habitualmente altos, fechados e globulares. Muitos apresentam as superfícies pintadas com bandas vermelhas e pretas, ou mesmo motivos serpentiformes e zigzagueantes⁴³. Os conteúdos podem ser líquidos ou colóides (vinho, mel, azeite), ou sólidos (carnes e peixes em conserva), para consumo em diferido, ou para usar de forma mais imediata, como seria o caso do leite, da fruta ou mesmo de pratos já cozinhados. Ainda no que se refere aos contentores de armazenamento, neste caso, de líquidos, destaca-se a presença, em Castro Marim, de “barris”⁴⁴, que estariam suspensos nas “despensas”. A forma não é comum no Sudoeste peninsular, mas a região valenciana tem proporcionado vários exemplares.

Atentemos, de seguida, na bateria de cozinha metálica. Conforme estudos anteriores⁴⁵, alguns artefactos de bronze, recolhidos, sobretudo, em Castro Marim, podem igualmente relacionar-se com a preparação de refeições. Do conjunto destacam-se, desde logo, os espetos, um dos quais completo. Trata-se de modelos evoluídos, que podem datar genericamente dos séculos V a III a.n.e.

Note-se que as fontes escritas são bastante abundantes e explícitas em termos de informação complementar sobre estes utensílios de cozinha. Quanto às formas, a própria terminologia usada pelos autores é esclarecedora da variedade. Ou seja, além da denominação genérica *obelos*, que poderia ser aplicada aos espetos de média dimensão, regista-se o diminutivo *obeliskos*, para o tamanho mais pequeno. Quando se quer indicar um espeto para maiores volumes de carne, usa-se um adjetivo com esse valor, a saber ‘que trespassa um boi [de uma extremidade à outra]’ (gr. *bouporos*). No epigrama 306 da *Antologia Palatina*, entre os numerosos “objetos identificativos da profissão” (gr. *symbola tekhnas*, v. 9) do dedicante, o cozinheiro “Fagulha” (gr. *spinther*), contam-se os *obeloi*. Arquês-trato, por seu turno, nas receitas de grelhado do peixe *aulopias* (frg. 34) e da lebre (frg. 57), atendendo às dimensões das peças cozinhadas, emprega a designação “pequeno espeto” (*obeliskos*), como faz Aristófanes, na comédia *Acarnenses*, ao mencionar tordos assados (v. 1007). Já os espetos de dimensão adequada a peças/animais de grande porte são usados em contextos menos comuns: na “cozinha sacrificial” de um ser gigantesco, como o Ciclope da peça homónima de Eurípides (vv. 303-4)⁴⁶; como oferenda votiva ao deus Apolo em Delfos, assumindo os espetos um sentido simbólico-religioso e sem função culinária (Heródoto

⁴³ Vd. Sousa 2009, Sousa e Arruda 2010, Arruda *et al.* 2011.

⁴⁴ Vd. Arruda e Freitas 2008.

⁴⁵ Vd. Pereira 2008.

⁴⁶ Como esclarece Ulisses ao Ciclope, *não é costume [dos mortais] encher a pança e a boca com os seus [dos hóspedes] membros cravados em espetos de assar bois – como tu fazes* (trad. de Soares 2009).

2.135.4)⁴⁷. Este passo revela, porém, o interesse particular de identificar o metal de que eram feitos: o ferro, matéria, como se sabe, particularmente adequada à exposição ao fogo. Em termos de utilização na cozinha, conclui-se que os espetos vêm referidos tanto para grelhar peixe como carne.

Repare-se que o contexto de recolha dos *obeloi* de Castro Marim é também ritual⁴⁸, pelo que a presença destes artefactos no sítio pode conotar-se mais facilmente com actividades de tipo religioso do que com as quotidianas. Ainda assim, o consumo de carne grelhada no espeto foi praticado no sítio, mesmo que em âmbito distinto daquele sobre o qual o nosso trabalho incide.

No mesmo sentido podem ser interpretadas as asas de um coador, artefacto também relacionado com banquetes rituais, e que serve para alterar sabores através da filtragem de líquidos e em alguns casos de substâncias sólidas, e de um jarro com asa sobre-elevada, colo troncocónico e corpo arredonda (*olpes*), ambos em estreita relação entre si e com o consumo ritual do vinho⁴⁹. As duas peças, de bronze, têm origem, pelo menos no que diz respeito aos modelos originais, na Étruria e na Grécia.

Também de origem etrusca é o ralador de queijo, objecto muito comum na cozinha grega (gr. *knestis*, *tyroknestis*⁵⁰ ou *kybellis*), além de muitas vezes associado a actividades de carácter ritual, não só pelas referências literárias, mas também pelos próprios contextos, santuários, onde maioritariamente tem sido recuperado⁵¹. Porém fontes escritas atestam o uso muito comum de queijo ralado em contextos culinários profanos. A ele faz menção Leónidas de Tarento no epigrama 305 da *Antologia Palatina* (v. 6); também Arquéstrato supõe o recurso a esse utensílio, ao indicar a adição de queijo ralado ao tempero do estufado de tremelga (frg. 49); sem esquecer o seu uso na preparação de vinho condimentado, conforme testemunho da *Ilíada*⁵².

Por fim, resta-nos referir que quer em Castro Marim quer em Monte Molião foram recolhidos artefactos cortantes de tipo faca afalcatada, e que se relacionam

⁴⁷ Cf. trad. de C. Soares: *Com um décimo da sua fortuna [Rodópis] mandou fazer muitos espetos de ferro para usar com carne de vaca, tantos quantos lhe permitia esse décimo, e enviou-os para Delfos, os quais ainda hoje estão amontoados atrás do altar que consagraram os cidadãos de Quíos, mesmo em frente ao templo.*

⁴⁸ Vd. Pereira 2008, Arruda *et al.* 2009.

⁴⁹ Vd. Pereira 2008.

⁵⁰ Repare-se que este nome composto é o termo que verdadeiramente identifica o 'ralador [gr. *knestis*] de queijo [gr. *tyros*]'.

⁵¹ Aliás, o contexto castromarinense foi já devidamente associado a um local de culto (vd. Arruda *et al.* 2009).

⁵² Descrição da preparação pela serva de Nestor do vinho a servir aos convidados do seu senhor (*Ilíada* 11. 638-640): *Nesta taça, a mulher semelhante às deusas misturou / vinho de Pramno, e por cima ralou queijo de cabra / com um ralador de bronze; e polvilhou depois a branca cevada* (trad. de Frederico Lourenço 2005).

com a confecção, mas também com o consumo, de alimentos⁵³. As lâminas são de ferro, e teriam cabos de madeira a que se ligariam através de rebites.

3. OBSERVAÇÕES FINAIS

A ligação do Algarve litoral ao Mediterrâneo durante a Idade do Ferro, e muito especificamente entre a que se desenvolveu entre o século V e os inícios do II a.n.e., foi já por diversas vezes presumida e assumida, tendo por base apenas estudos de arqueologia tradicional, sobretudo através da análise das características tipológicas dos espólios importados e das suas relações percentuais com a produção local, mas também das arquitecturas e das técnicas construtivas⁵⁴.

Mas o trabalho que agora pudemos concretizar, muito mais globalizante na abordagem e com outro questionário, permitiu ir mais longe na verificação dessa estreita relação com o mundo mediterrâneo, em geral, e greco-helenístico, em particular. O diálogo com fontes escritas de temática gastronómica permitiu confirmar a “helenização” dos processos alimentares indiciada ou claramente revelada pelos achados arqueológicos do sul de Portugal sob análise.

Sabemos que os utensílios destinados à confecção de alimentos têm efeitos directos no resultado e aspecto final das refeições, no que se refere à textura, ao sabor e ao cheiro, condicionando também a baixela de mesa, que deve adaptar-se, obrigatoriamente, aos tipos de alimentos e à forma como foram preparados e como se apresentam na mesa⁵⁵. Essa relação simbiótica entre uns e outros evidencia que as comunidades humanas que habitaram no litoral algarvio durante a chamada segunda Idade do Ferro “comiam à grega”, e as formas e decorações cerâmicas e a utilização de artefactos concretos não representaram meras adopções decorrentes de estéticas alógenas, mas, pelo contrário, significaram transformações culturais e sociais profundas, que implicaram práticas de comensalidade e formas de confeccionar os alimentos externos, mesmo que em alguns aspectos estas últimas encaixem em tradições culturais anteriores.

BIBLIOGRAFIA

- Arruda, A. M. (1997), *A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim*. Lisboa.
Arruda, A. M. (1999-2000), *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el Centro y sur de Portugal*. Barcelona.

⁵³ Vd. Pereira 2008.

⁵⁴ Vd. Arruda 1997, 1999-2000, 2001, 2005, Arruda *et al.* 2011, Sousa 2009; Sousa e Arruda 2010.

⁵⁵ Vd. García Vargas e García Fernandez, 2014.

- Arruda, A. M. (2000), “As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio Ocidental dos séculos V a III a.C.”, in *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz, 727-735.
- Arruda, A. M. (2001), “Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado”, in *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa, 69-98.
- Arruda, A. M. (2003), “A Idade do Ferro no Castelo de Castro Marim através das importações cerâmicas”, *Xelb* 4: 70-88.
- Arruda, A. M. (2005), “O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século”, *O Arqueólogo Português* 4. 23: 9-156.
- Arruda, A. M. (2007), “Cerâmicas gregas encontradas em Portugal”, in *Vasos Gregos em Portugal - Aquém das Colunas de Hércules*. Lisboa, 135-140.
- Arruda, A. M. Sousa, E.; Pereira, C.; Lourenço, P. (2011), “Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal)”, *Contínbriga* 50: 5-32.
- Arruda, A. M., Freitas, V. (2008), “O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e.”, in Jiménez Avila (ed.), *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época postorientalizante (Anejos de AEspA, XLVII)*. Madrid, 429-446.
- Arruda, A. M., Freitas, V., Oliveira, C., Sousa, E., Lourenço, P. Carretero, P. (2009), “Castro Marim: um santuário pré-romano na foz do Guadiana”, in P. Mateos, S. Celestino, A. Pizzo, T. Tortoza (eds.) *Santuarios, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental (Anejos de AEspA, XLV)*. Mérida, 79-88.
- Arruda, A. M., Viegas, C., Bargão, P., Pereira, R. (2006), “A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana”, *Setúbal Arqueológica* 13: 153-176.
- Bargão, P. (2008), “Intervenção de emergência na Rua do Molião: primeiras leituras”, *Xelb* 8. 1: 169-190.
- Bilabel, F. (1921), ‘Kochbücher’, in G. Wissowa et alii, *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumwissenschaft*. Stuttgart.
- Braund, D., Wilkins, J. (2000), *Athenaeus and His World. Reading Greek Culture in the Roman Empire*. Exeter.
- Burker, W. (1993), *Religião grega na época clássica e arcaica*. Lisboa.
- Cação, E. (2012), “Preparação e confeção dos alimentos e utensílios de cozinha nos fragmentos de Arquétrato de Gela”, in C. Soares e P. B. Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na Antiguidade*. Coimbra, 49- 55.

- Cubberley, A. L. (1995), "Bread-baking in Ancient Italy. *Clibanus* and *sub testu* in the Roman world: further thoughts", in J. Wilkins, D. Harvey, M. Dobson (eds.), *Food in Antiquity*. Exeter, 55-68.
- Cubberley, A. L., Lloyd, J. A., Roberts, P. C. (1988), "*Testa* and *clibani*: the baking covers of Classical Italy", *Papers of the British School at Rome* 56: 98-119.
- Dalby, A. (1996), *Siren Feasts. A History of Food and Gastronomy in Greece*. London and New York.
- Dalby, A. (2003), *Food in the Ancient World. From A to Z*. London and New York.
- Detry, C., Arruda, A. M. (2013), "A fauna da Idade do Ferro e época romana de Monte Molião: continuidades e rupturas na dieta alimentar", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16: 213-226.
- García Fernández, F. J., García Vargas, E. (2014), *Comer a lamoda. Imitaciones de vajilla de mesa em Turdetânia y la Bética ocidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona.
- García Soler, M. J. (2001), *El arte de comer en la antigua Grecia*. Madrid.
- Jacob, Ch. (2013), *The Web of Athenaeus*. Washington.
- Lourenço, F. (2ª ed. 2005), *Homero. Ilíada*. Lisboa.
- Murray, O. (2015), "Athenaeus the encyclopedist", in J. Wilkins and R. Nadeau (eds.), *A Companion to Food in the Ancient World*. Malden, Oxford, 30-42.
- Niveau, A. M. (2003), *Las Cerámicas Gaditanas "Tipo Kuass". Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica*. Cádiz.
- Olson, S. D. (2007-2012), *Athenaeus. The Learned Banqueters*. Harvard.
- Olson, S. D., Sens, A. (2000), *Archestratos of Gela. Greek Culture and Cuisine in the Fourth Century BCE*. Oxford.
- Pereira, T. (2008), *Os artefactos metálicos do Castrelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em época romana*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- Rocha Pereira, M. H. (2010), *Greek Vases in Portugal*. Coimbra.
- Rodríguez-Noriega Guillén, L., *Banquete de los Eruditos*. Libros I-II (1998), Libros III-V (1998), Libros VI-VII (2006); Libros VIII-X (2006); Libros XI-XIII (2014). Madrid.
- Silva, M. F. (2014), *Teofrasto, Caracteres. Tradução do grego, introdução e comentário*. Coimbra.
- Silva, M. F., Guerreiro, C. A. (2000), *Heródoto, Histórias, livro 4º. Introdução, versão do grego e notas*. Lisboa.
- Soares, C. (2009), "Ciclope. Introdução, tradução do grego e notas" in *Eurípides. Tragédias I*. Introdução geral de Maria de Fátima Sousa e Silva. Lisboa, 23-108.

- Soares, C. (2010), “História da alimentação na Antiguidade Clássica: os primeiros Livros de Culinária”, *Boletim de Estudos Clássicos* 54 (Dezembro): 43-52.
- Soares, C. (2016), *Arquêstrato*, Iguarias do Mundo Grego. *Guia Gastronómico do Mediterrâneo Antigo*. Coimbra.
- Sousa, E. (2009), *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa.
- Sousa, E., Arruda, A. M. (2013), “A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos)”, in *Arqueologia em Portugal, 150 depois. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, 651-660.
- Sousa, E., Arruda, A.M. (2010), “A gaditanização do Algarve”, *Mainaké* 32. 2: 951-974.
- Sparkes, B. A. (1962), “The Greek kitchen”, *Journal of Hellenic Studies* 82: 121-137.
- Waltz, P. (1931), *Anthologie grecque. Première partie. Antologie palatine*. Tome III (Livre VI). Paris.
- Wilkins, J. M. and Hill, S. (2008), *Food in the Ancient World*. Malden; Oxford; Carlton.
- Wilkins, J. M., Nadeau, R (eds.) (2015), *A Companion to Food in the Ancient World*. Malden; Oxford.

LAS MUJERES DEL NOROESTE PENINSULAR EN LOS PROCESOS DE IMPLANTACIÓN Y ADAPTACIÓN AL MUNDO ROMANO

(Women from North-western Peninsula in the Romanization process)

MÓNICA GONZÁLEZ SANTANA (mokasantana@gmail.com)
Universidad de Oviedo

SILVIA MEDINA QUINTANA (silmequin@gmail.com)
Universidad de Córdoba
Grupo Deméter: Maternidad, género y familia

RESUMEN - El proceso de romanización del noroeste de Hispania ha sido un tema controvertido en la investigación histórica. En el presente texto pretendemos revisar dicho proceso de romanización mediante una visión interdisciplinar que aúne el análisis de los textos antiguos, de la arqueología y de la epigrafía, bajo la metodología de investigación propia de los estudios de género. Nos centraremos en las mujeres que vivieron en el territorio de la actual Asturias y zonas cercanas como Galicia, León o el Norte de Portugal, para analizar la implantación del modelo romano en esta zona.

PALABRAS CLAVE - mujeres; género; romanización; noroeste hispano

ABSTRACT - The Romanization of Hispania has been a controversial issue for decades in the historical research. The aim of this paper is to revise the Romanization process focusing on women and taking into account different sources such as Latin texts, Archaeology and Epigraphy. This interdisciplinary approach will provide a global perspective about the Romanization in the North-Western Peninsula through women who lived in these territories.

KEYWORDS - women; gender; Romanization; north-western Peninsula

1. INTRODUCCIÓN

En una primera lectura, el marco geográfico de nuestro estudio puede parecer algo difuso, ya que “el Noroeste peninsular” no alude a ninguna demarcación administrativa de época romana. Sin embargo, la selección de este espacio responde a aspectos metodológicos y a la consolidación de tierras galaicas, astures y cántabras como una entidad que, pese a las diferencias, configura una realidad lo suficientemente homogénea para considerarla como un todo¹ (ver Imagen 1). En cuanto al marco temporal, nos hemos inclinado por centrar el presente artículo en torno a las guerras astur-cántabras, a finales del siglo I a.C., como momento de confrontación entre ambas sociedades: la indígena y la

¹ En este punto seguimos a investigadores como Alfonso Fanjul y Luis R. Menéndez (2004).

romana. No obstante, hemos hecho alusión a épocas anteriores y posteriores, para arrojar luz sobre esta etapa de cambio.



Figura 1. Mapa del noroeste peninsular con los lugares mencionados en este artículo. (Fuente: Google Earth).

El objetivo principal de nuestra investigación es conocer cómo vivieron las comunidades del noroeste peninsular ese proceso de implantación y adaptación al mundo romano. Para ello, recurriremos a la información ofrecida por diversas disciplinas, como la arqueología, la epigrafía y la filología, en un intento de ofrecer una visión global o, al menos más completa, de la romanización. Para lograr este planteamiento interdisciplinar, es imprescindible recurrir al enfoque de los estudios de género, pues será a través de las mujeres como nos acercaremos a las comunidades prerromanas.

Analizaremos la imagen que algunos autores ofrecieron de estos pueblos porque, justamente, en el proceso de legitimación de la conquista, se forjaron algunos estereotipos femeninos que han seguido vigentes hasta fechas recientes. Igualmente, repasaremos la información suministrada por la epigrafía, que

ofrece testimonios de mujeres que vivieron en sociedades plenamente romanizadas, aunque con presencia de elementos indígenas. Evidentemente, también la información arqueológica sobre el uso de espacios y división social en los poblados castreños ilustra los cambios y las pervivencias experimentados por estas sociedades en el transcurso de su incorporación al Imperio romano. Por tanto, con este trabajo combinado buscamos una perspectiva capaz de introducir nuevas vías de análisis, interrogantes y posibles respuestas para un proceso complejo como fue la romanización en los territorios septentrionales de la península ibérica.

2. LA CONSTRUCCIÓN DE UN MODELO HISTORIOGRÁFICO. MUJERES, BARBARIE Y ROMANIZACIÓN

Los autores latinos narraron la conquista de los territorios galaicos, astures y cántabros ofreciendo una visión legitimadora del poder romano basada en la supuesta inferioridad de estos pueblos respecto a la civilizada sociedad mediterránea. Sin embargo, algunas de las ideas que arrojaron, y que abordaremos en el siguiente apartado, pervivieron hasta fechas recientes.

Así, uno de esos mitos es el pretendido igualitarismo de las comunidades del Noroeste peninsular². Estudios de referencia de los años sesenta y setenta reflejaban estas sociedades como grupos sin jerarquías, sin divisiones sociales, donde no se apreciaban diferencias de género ni de clase. Autores como Estrabón pretendían demostrar la complejidad y superioridad de una cultura, la romana, frente a la sencillez de la indígena, modelo que fue asumido y reinterpretado a tenor de los testimonios arqueológicos. Los estudios arqueológicos que se vienen realizando desde los años 80, como los de Carmen Fernández Ochoa, Alberto Balil Illana o Gerardo Pereira Menaut, entre otros y otras³, han demostrado sobradamente lo erróneo de entender una romanización escasa en el norte peninsular (teoría que se mantuvo durante mucho tiempo y que, pese a estar superada, aún cuenta con ciertos apoyos dentro del mundo de la investigación)⁴. De igual forma, corrientes vinculadas al postcolonialismo ofrecen desde hace décadas una renovada forma de entender la política imperialista romana y los procesos de conquista y asimilación, muy alejada, como es natural, a la imagen ofrecida por los autores clásicos y la historiografía tradicional⁵.

Otro ejemplo ilustrativo, y sobre el que volveremos posteriormente, es la consideración de las mujeres norteñas. Estrabón, entre otros, presentó a los pueblos septentrionales –cántabros, astures y galaicos– como sociedades prácticamente matriarcales, en oposición a la división de los roles de género existente

² Fernández-Posse y Sánchez-Palencia 1997.

³ Vd. Fernández Ochoa y Morillo Cerdán 2007; González Santana 2013.

⁴ Vd. Fernández Ochoa y Morillo Cerdán 2007.

⁵ Vd. Webster y Cooper 1996; Gardner 2013.

en la tradición grecorromana con el objetivo, como ya se expuso, de legitimar la conquista⁶. Por este motivo, cuando se analizan las unidades domésticas y el papel que las mujeres juegan en la economía familiar, se llega a la conclusión, nuevamente, de que no hay jerarquías, pues no hay diferencias visibles entre las actividades (agrícolas, ganaderas...) desempeñadas por los varones y por las mujeres⁷.

Este hecho fue aceptado por la mayoría de las investigaciones de las pasadas décadas, que oscilaron entre la defensa de un matriarcado más o menos claro al principio de esta línea de investigación y un matrilinealismo o matrilocalismo matizado en los años siguientes, donde, en cualquier caso, se aceptaba cierta consideración social positiva respecto a las mujeres⁸. A partir de ese momento la atención a los discursos de género se introdujo en el debate sobre indigenismo y romanización, igualitarismo y jerarquización, que había sido protagonista de los estudios históricos en las décadas precedentes⁹.

La idea que defiende Estrabón, y que recuperará siglos después Bachofen en su famosa obra sobre el matriarcado, alude a una explicación evolucionista de las sociedades. Es decir, en un estado primigenio de la evolución comunal hay un proceso en el que el poder recae en las mujeres; es la etapa del matriarcado, equiparable a una fase de caos, que dará paso a la civilización, al orden patriarcal. En esta línea explicativa, las comunidades del noroeste estarían en ese estadio de desorden regido por un poder femenino, al que pondría fin la conquista romana instaurando el civilizado orden patriarcal¹⁰.

3. LA CREACIÓN DE UN MITO. MUJERES, PODER Y POLÍTICAS DE CONQUISTA

Cuando el aparato militar romano encara la última fase de la conquista peninsular; cuando la dimensión de la contienda sobrepasa las expectativas y los “montañeses del Norte” se constituyen en la última resistencia al poder imperial. Es ahí, en ese contexto de inesperadas derrotas, el momento en el que de la

⁶ Vd. González Santana 2010.

⁷ Vd. González Santana 2013.

⁸ Vd., entre otros, Lomas Salmonte 1989 y 1998, Rubio Hernansáez 1997 y Llinares García 2012. Narciso Santos Yanguas señala que la sociedad astur “concedía una preeminencia destacada a la mujer, como nos afirma Estrabón... De acuerdo con ello, en el marco de la sociedad castreña nos encontramos con una cuestión, todavía sin resolver por completo, relacionada con la existencia de matrilocalismo o matrilinealismo, a nuestro modo de ver identificada equivocadamente por parte de algunos investigadores de nuestro siglo con un régimen matriarcal” (2006: 279).

⁹ Vd. Fernández-Posse 2000.

¹⁰ Al respecto de esta justificación evolucionista, Vd. Cohen 2011 e Iriarte 2002. Y en relación a la construcción de lo femenino como alteridad en el mundo griego, Vd. Loraux 2004.

necesidad surge el mito y del mito nace la legitimación de la guerra¹¹.

No van a ser “inocentes” las manos que describan y reescriban a las poblaciones del norte peninsular. En esas manos encontramos el discurso del dominador y, por lo tanto, recuperamos el pensamiento clásico como el soporte ideal capaz de justificar la conquista armada. No se trata, pues, de atender únicamente a una inquietud intelectual. Estrabón sabe por qué, para qué y para quién escribe, y es esa claridad de objetivos la que hace que el geógrafo griego nos haya legado uno de los mitos más enraizados en el subconsciente del género humano. El mito del matriarcado.

Decíamos que Estrabón, al igual que Silio Itálico o Justino, no construye un relato inocente. En el poso de la variedad geográfica descrita subyace la articulación de un discurso basado, entre otras cosas, en la polaridad y la alteridad¹². Se crea una imagen – la de la bárbara- y un estado – el matriarcal- para definir el grado de barbarización en el que viven las poblaciones del Norte peninsular. De ahí la oposición constante entre lo negativo y lo positivo, lo público y lo privado, lo civilizado y lo atrasado.

En el *Económico*, Jenofonte reconoce las virtudes del espacio público como centro del desenvolvimiento y representación masculina, dejando el espacio privado para el quehacer de las mujeres, sin más representación que el reconocimiento como buenas esposas, madres e hijas¹³. En esa misma línea se manifiestan Platón en el *Menón*, Esquilo en los *Siete contra Tebas* o Eurípides en las *Heráclidas*. Son algunos ejemplos de la división espacial que el pensamiento clásico consolidó a través de la literatura, la filosofía, las leyes o la religión¹⁴. El hombre ligado a lo exterior, a lo público, al tiempo; la mujer sedente, recogida en el interior del hogar, permanece tranquila, inmutable¹⁵. El hombre es reconocido en el honor del gobierno y la guerra; la mujer es reconocida en el honor del parto. Es este, para la mentalidad greco-latina, un mundo ordenado y es precisamente ese orbe, el que van a enfrentar, en el discurso de la conquista, al peligroso caos del ónfalos bárbaro.

Por eso no resulta extraño que se aluda a ciertas celebraciones o “festines familiares” (Strab., 3, 3,7) en los que el vino se consume sin mezclar y en grandes cantidades, las personas participan sentadas pero también bailando, exaltadas

¹¹ Un claro ejemplo de la justificación de la conquista lo tenemos en las palabras del propio Estrabón cuando afirma que “No obstante, en la actualidad el mal es menor gracias a la paz reinante y a la llegada de los romanos; en los lugares en los que no se dan estos elementos conservan un carácter feroz y brutal, sin contar con que esta disposición natural entre una parte abundante de ellos ha podido verse aumentada por la aspereza del país y el rigor del clima” (3,3,8).

¹² Vd. los trabajos Nicole Loraux, Jean Pierre Vernant y Pierre Vidal-Naquet, entre otros.

¹³ Vd. Mirón 2004.

¹⁴ Vd. González Santana 2010.

¹⁵ Vd. Iriarte 2002.

por la ausencia de un *symposiarka* y la presencia de mujeres más allá de las útiles *hetarias*. No hay una búsqueda del placer del alma, del *logos*, sino una simple degeneración cuyo objetivo es la *mania* destructiva y, por lo tanto, el caos¹⁶. De ahí la expresa mención, por parte de Estrabón, de este episodio que no es una anécdota, para dejar claro el desastre que supone el salvajismo en el que viven unas poblaciones que permiten la embriaguez y la *hybris* de sus mujeres y que éstas participen de un espacio reservado a los *thiasos*¹⁷.

De igual modo, no es anecdótica el uso de la expresión *andreia* como una de las características que definen tanto a los hombres como a las mujeres del norte. La valentía con la que las dota, nos eleva a un paisaje estructurado en la mentalidad griega desde las montañas de Albania: el mundo de las míticas Amazonas. Aquellas que ya aparecen en la *Iliada* y que “van asociadas no solo a un epíteto tan poco femenino, sino, como mostró hace tiempo Vidal Naquet, a significar un verdadero paralelo invertido de la normalidad, que pretende conjurar cualquier intento de asunción del poder por las mujeres...”¹⁸. Si bien es cierto que Estrabón, al contrario que Antonio Diógenes, no presenta a galaicas, astures o cántabras empuñando directamente las armas, no es menos cierto que hace de ellas compañeras eventuales de la defensa de estas poblaciones gracias, precisamente, a esa *andreia* que las redefine y las aleja de la virtud principal de la mujer griega: la *sophrosyne*. De nuevo, las mujeres sobrepasan el límite del hogar para inmiscuirse en otro de los marcos de actuación y representación masculina: la guerra y la valentía.

En esa misma línea hemos de mencionar el hecho, no menos inocente, de indicar la costumbre por la cual el parto se realiza sin dolor, frecuentemente en plena labor; y si el evento tiene lugar en el ámbito del hogar, poco dura el descanso materno ya que las mujeres ceden el lecho a sus maridos para que sean éstos los que se encarguen del cuidado de los recién nacidos. Hemos de tener en cuenta que una mujer griega encuentra el sumun de su existencia en el parto. El esfuerzo de la futura madre durante el alumbramiento, en el hogar, es comparable al esfuerzo del guerrero en el espacio público de la batalla. Estamos hablando del *potnos*, por el que unos y otras se diferencian del mundo animal. De ahí el descanso merecido del guerrero y el descanso no menos merecido de la parturienta. Es por eso que, cuando Estrabón habla del parto sin dolor, sin *potnos*, en plena labor, no solo trata de animalizar a las bárbaras, sino que, de

¹⁶ Vd. Bermejo 1994.

¹⁷ Otro ejemplo de la utilización de lo femenino en las fuentes es el de Aristóteles (*Pol.*, 12-69.b.26). El autor pone como ejemplo a los celtas, un pueblo bárbaro y remoto expuesto a una climatología adversa, con un sistema político que permite que las mujeres caigan en los excesos, el desenfreno y la molicie.

¹⁸ Vd. Alfaro 2000.

nuevo las sitúa más allá del hogar¹⁹. Esta imagen de usurpación de lo público se vería reforzada al señalar la costumbre por la cual las mujeres ceden el lecho a sus maridos. La *coovada* representa el reconocimiento paterno del nuevo miembro familiar, pero este reconocimiento se hace, al contrario que en Roma, dentro del ámbito del hogar, de la familia, y es ese hecho puntual el que utiliza nuestro autor para, una vez más, contraponer lo bárbaro y lo civilizado, lo privado y lo público, lo femenino y lo masculino, la *mater* y el *pater*²⁰. Será la imagen de la *mater* la que maneje a la hora de relatar alguno de los episodios más escabrosos de las guerras “astur-cántabras”²¹.

Escogidas las palabras y convenientemente entrelazados los hechos, de nuevo, se desdibujan las relaciones de poder que pudieran haber existido en el seno de estas poblaciones. Es decir, se apunta a la potestad que ambos sexos ostentan a la hora de dar muerte a sus congéneres. Una potestad claramente identificada con el varón en la literatura y los mitos griegos, entre otros; un derecho claramente definido en la legislación romana²². De ahí que, entre líneas, podamos escuchar los latidos del vengativo corazón de Medea y, con ellos, el peligro que representa el poder cuando éste cae en manos femeninas. Las mujeres sobrepasarían, una vez más, el límite del hogar para inmiscuirse en otro de los marcos de actuación y representación masculina: el derecho sobre la vida y la muerte.

En esta misma tesitura nos movemos a la hora de valorar el hecho de que, según el geógrafo de Amasia, son las mujeres las que heredan y las que se ocupan de casar a sus hermanos. Que las mujeres heredasen no constituía, de por sí, un hecho reprobable o censurado en la sociedad clásica. Es más, el derecho romano recoge y ampara esta posibilidad. Ahora bien, mencionar únicamente a las mujeres “facilita” la impresión de estar ante una transmisión de bienes matrilineal, que dejaría a los varones fuera del sistema de herencias y por tanto, de la economía generada en esta clase de movimientos²³. De igual modo, el hecho

¹⁹ De la animalización de las mujeres bárbaras nos da cuenta Nicole Loraux (2004) cuando habla de Diodoro o Estrabón y el hecho de que aludan al parto sin dolor en aquellas sociedades en las que las mujeres trabajan, no por el hecho de trabajar –pocas griegas quedarían eximidas– sino por el hecho de no practicar una adecuada división del trabajo por sexos. De ahí la recurrente generalización que de los pueblos bárbaros hacen los distintos autores, como el hecho de “bañar a los que nacen en un río frío, y entre otro, envolverlos en poco abrigo, como hacen los celtas” (Polibio 1336 a 18).

²⁰ En palabras de M^a Carmen Lázaro “la organización familiar romana se circunscribe en torno a la posición de poder que respecto a todos los miembros de la familia ocupa el *pater familias*” (2002:178).

²¹ Strab. 3, 4, 17-18.

²² Cabe recordar aquí las palabras de Sarah Pomeroy cuando afirma que “la debilidad tanto física como mental (*infirmitas sexus* y *levitas animi*) eran principios que subyacían en la teoría legal romana que obligaba a todas las mujeres a estar bajo la custodia de un hombre” (1999: 172)

²³ Siguiendo a Jack Goody (2009), Estrabón dejaría fuera de la naturaleza bárbara la

de que sean las mujeres las que casen a sus hermanos, más allá de trasladarnos al escenario de las relaciones fraternales, nos eleva al argumentario de que son ellas las que controlan las relaciones políticas derivadas de los acuerdos matrimoniales. Por eso, en ambas pinceladas, Estrabón deja ver cómo las mujeres del norte peninsular, una vez más, han dejado atrás las puertas del hogar para hacerse con el poder que supone el control del espacio económico y político²⁴. De esta forma, contrapone el modelo romano basado en la autoridad del *pater familias* con el supuesto dominio familiar y público ejercido por las mujeres norteñas.

En definitiva, las manos que describieron y reescribieron a las poblaciones del norte peninsular no fueron inocentes. Seguramente no mintieron pero convenientemente escogieron y modelaron los hechos. Comerían bellotas, pero aludir únicamente a este fruto lleva a pensar no solo en la pobreza extrema de estas poblaciones, sino en el hecho de que las mujeres quedaban exentas de pasar la vida entre pucheros. El discurso del dominador es el discurso de la justificación y legitimación del dominio. Y el dominio pasa por articular un escenario capaz de proyectar, en la mente de la persona a la que se pretende convencer, la amenaza real de un mundo capaz de desestabilizar el orden conocido. Y el mayor elemento desestabilizador es el poder femenino de ahí su utilización en las políticas de conquista.

4. ADAPTACIONES A UN MODELO. CAMBIOS Y CONTINUIDAD A TRAVÉS DE LA ARQUEOLOGÍA

Alimentado el mito e instaurada la paz, cabe ahora preguntarse en qué medida las distintas poblaciones se fueron adaptando al modelo patriarcal romano y, por lo tanto, si hubo una verdadera ruptura o, por el contrario, una redefinición del poder masculino. Somos conscientes de que la guerra no genera parámetros de respeto por la vida humana; el choque hubo de ser brutal y la pérdida del control territorial afectaría a la propia estabilidad social y cultural de unas poblaciones mermadas, que verían cómo las estructuras de poder habrían de renegociarse. Es decir, el caos de la contienda provocaría la ausencia de un poder estructural capaz de frenar la movilidad de capital social tanto a nivel político, como económico o grupal²⁵. De ahí la generación de nuevas relaciones y resistencias al poder anterior pero también al del conquistador²⁶. Y en el desarrollo de esas nuevas relaciones y resistencias, las mujeres – consideramos- participaron activamente. Teniendo en cuenta esta posibilidad, la cuestión pasa por averiguar si es factible rastrear esos procesos a nivel material.

transmisión de derechos de pertenencia al grupo (sistema cognaticio), de cargos (patrilineal) y de bienes (linaje atenuado).

²⁴ Vd. González Santana 2013.

²⁵ Vd. Bourdieu 1986.

²⁶ Vd. Foucault 1992, 1999.

Hacíamos mención a la pérdida del control territorial, un hecho que va más allá de lo puramente físico para inmiscuirse en el espacio de lo ideológico a través del concepto de territorio como recurso explicativo de una realidad construida socialmente en directa relación con la estructuración de relaciones de poder²⁷. Sabiendo esto, la cuestión pasa por averiguar en qué medida podemos rastrear en el espacio la expresión material de dicha conformación ideológica²⁸. Así pues, planteamos el estudio de la construcción del paisaje social a través de los espacios desde los siguientes supuestos básicos que incluyen el género como categoría de análisis:

1. Si existe una división de espacios y si podemos definir lo público a través de los restos materiales.

2. Si se puede hablar de “apropiación” de los ámbitos de representación pública por parte de un sector de la población ya sea a partir del sexo, la edad o el estatus.

3. Cómo se construyen las fronteras o límites de los distintos espacios, entendiendo fronteras no en un sentido puramente físico, sino como construcción social.

En las últimas décadas, las campañas de excavación llevadas a cabo en el noroeste peninsular han sacado a la luz la creación, durante las Edades del Bronce y el Hierro, de recintos reconocidos como “acrópolis” en los que se documenta, a través de los restos materiales aparecidos, un uso público del espacio relacionado con el almacenaje, actividades metalúrgicas y/o rituales²⁹. Ejemplos como los del Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias, España) o A Santinha (Amares, Braga, Portugal) ponen de relieve la delimitación de estos recintos mediante cierres perimetrales que los separan del resto del poblado, manifestando la profusa diferenciación de la que fueron objeto³⁰. Contamos, pues, con la existencia de zonas no residenciales, integradas pero a la vez separadas de las áreas domésticas, que buscan cierta proximidad con la entrada al poblado y de clara proyección pública. De ahí la monumentalización y visibilización operantes³¹. A grandes rasgos, el nacimiento de espacios que superan lo cotidiano para convertirse en ámbitos públicos de representación del poder, reflejaría los procesos de construcción y articulación del poder. La cuestión pasa ahora por averiguar si el acceso al poder y la representación pública estaban o

²⁷ Vd. Ricoeur 1999.

²⁸ Teniendo en cuenta que “the type of space a boundary partitions depends on the culture and time period it occurs and can range from inner-outer and public-private space to sacred-profane and to ours-theirs” (Kent, 1993:2)

²⁹ Vd. Bettencourt 2001.

³⁰ Vd. Villa 2003.

³¹ Vd. González Santana 2013.

no en manos de toda la comunidad³². En ese sentido, hemos de mencionar la aparición de ciertos objetos de carácter ritual como el gran escudo de la “cabaña comunal del Chao Samartin”, los calderos rituales, los bronceos sacrificiales del Instituto de Valencia de Don Juan (León), del Museo Arqueológico Nacional (Madrid) o del Museo de Pontevedra (Galicia), entre otros, y la famosa estatuaria galaico-lusitana. Objetos cuya funcionalidad y representación plástica nos trasladan al mundo de la defensa territorial y la ritualidad guerrera³³. De esta forma, se crean espacios y materiales que superan lo doméstico representando al poder a través de su proyección pública³⁴.

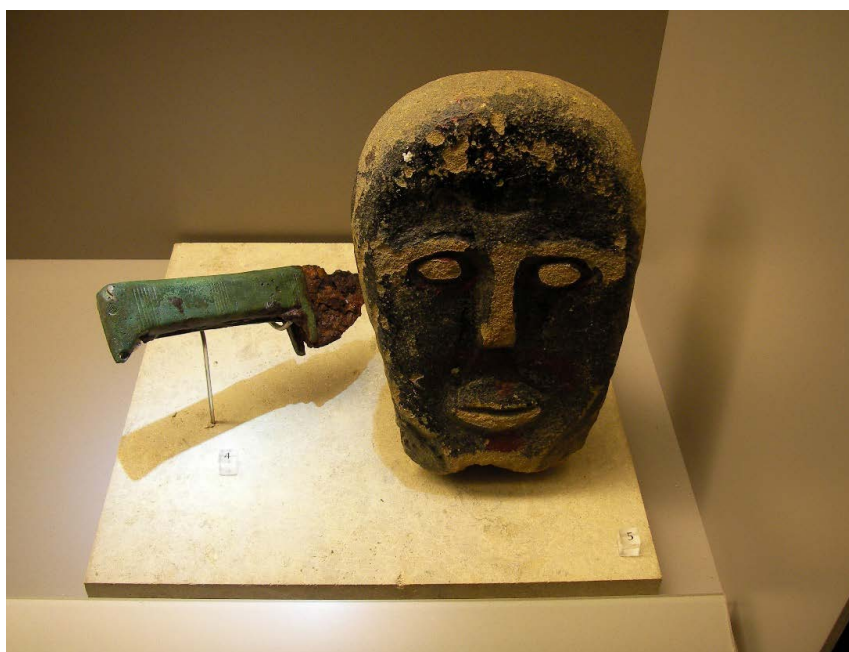


Figura 2. Cuchillo ritual de hierro con mango de prótomo de bóvido en bronce (Corporales, Huerña, municipio de Luyego - León, España)³⁵ y cabeza de rasgos esquemáticos en arenisca (Bárcena del Bierzo, León, España). Museo de León, España. (Fotografía: Mónica González Santana)³⁶.

³² Vd. Ayán 2003.

³³ Vd. Armada, 2008.

³⁴ Vd. Balandier, 1994.

³⁵ Vd. Sánchez-Palencia, J. y Fernández-Posse, M. D (1985).

³⁶ Según información facilitada por el Museo de León, la cabeza de arenisca fue hallada por un vecino de la zona en 1975, en una propiedad que tenía en el monte a un kilómetro de Bárcena. El cuchillo procede de la excavación realizada por Claude Domergue y Thierry Martin (1977) en Huerña; ambos autores vinculan el cuchillo con La Tène III; su consideración

En la más que reconocida “Diadema de Moñes” (Piloña, Asturias) se puede observar la puesta en escena de una ideología definida desde el poder. De esta forma, aparecen una serie de personajes incluidos en una ambientación acuática acompañados de distintos animales. El análisis de la indumentaria y los objetos que portan nos traslada a, lo que parece, la existencia de dos grupos, por un lado los personajes armados –caballería e infantería– que exaltarían el control y el poder de la guerra y, por otro lado, los personajes que portan objetos rituales que evidenciarían el control y el poder del mundo cultural. En general, pues, se observa la estructuración de un contexto en el que se aúna el mundo de la guerra con la formación y el destino del guerrero, mediante la representación de su apoteosis. Una apoteosis de doble lectura: tránsito al Mas Allá y/o tránsito de la niñez a la vida adulta, de ahí la ambientación acuática. Es decir, en la diadema quedaría plasmado como los niños-infantes, una vez superados los rituales de paso se incorporan a la vida adulta como caballeros, insistiendo en la transmisión de una idea: poder- hombre-guerrero³⁷.



Figura 3. Reproducción “Diadema de Moñes” Museo Arqueológico de Asturias (Fotografía de Ramiro Menéndez Méndez).

De esta forma, e independientemente del soporte utilizado, observamos como el propósito final, común a la ejecución de este tipo de manifestaciones artísticas, fue la transmisión y difusión de un sistema de valores en el que, el

como cuchillo ritual se puede establecer por comparaciones con otros hallazgos, como el de Mont Beuvray (Almagro-Gorbea y Gran-Aymerich, 1991). Agradecemos sinceramente a Luis Alfredo Grau Lobo, director del Museo de León, su amabilidad y disposición a la hora de facilitarnos la información relativa a estas piezas.

³⁷ Vd. González Santana 2013.

control de la guerra y del mundo cultural primaban como fórmulas de acceso al poder público. Fórmulas de apropiación y restricción utilizadas por un sector de la población: los hombres guerreros.

Con lo expuesto, la factura, funcionalidad y carácter simbólico de ciertos espacios y objetos nos trasladan a la configuración de una estructuración del poder definida, entre otras cosas, por razones de género³⁸. Por tanto, estamos ante una etapa en la que la consolidación del poder se tradujo en la construcción de un modelo de desigualdad entre hombres y mujeres. Un modelo que se va a ver reforzado con la llegada romana y que podemos rastrear, perfectamente, en la adaptación urbanística que sufrieron castros como el Chao Samartin: reinterpretación de los espacios de representación del poder masculino (*fora*). Es decir, lo que se observa es la consolidación de una tendencia y la fusión de dos modelos patriarcales. Una situación que se puede rastrear, a su vez, a través de la epigrafía.

5. ADAPTACIONES A UN MODELO. PERVIVENCIA Y TRANSFORMACIONES A TRAVÉS DE LA EPIGRAFÍA

Si bien el recurso a fuentes epigráficas tiene ciertas limitaciones y su utilización en las investigaciones históricas debe siempre sumarse a otro tipo de testimonios, es indudable la capacidad de las inscripciones para ilustrar la complejidad social de la sociedad romana. De esta forma, analizar la epigrafía permite conocer no solo la información que aparece en dicho soporte, sino acercarse a la sociedad en la que fue generada la inscripción, conocer el contexto y las causas de su construcción³⁹. En este sentido, un elemento característico de la cultura latina, como es la epigrafía, se vio implantado en los territorios conquistados escaso tiempo después de la contienda, tal como sucede en el caso del Noroeste peninsular. No es necesario recordar en este punto que el número de manifestaciones procedentes de esta zona de Hispania es inferior al que se puede registrar en otras localizaciones peninsulares, debido a la diversidad del proceso de romanización y a sus particularidades, lo que no implica, como en algunos momentos se pretendió, la ausencia de culturización romana⁴⁰.

Tradicionalmente se ha pretendido utilizar la epigrafía vadiniense para ilustrar algunas de las prácticas comentadas con anterioridad, como la coovada o el avunculado y, en última instancia, ese supuesto matriarcado de las poblaciones norteñas al que también aludimos previamente.

Partiendo de un análisis de inscripciones vadinienses recuperadas tanto en territorio asturiano como leonés, y que datan de los siglos I y II d.C., se aprecia la importancia de la filiación paterna y de la *origo*. Las comunidades del noroeste

³⁸ Vd. Ruibal 2003.

³⁹ De Francisco Olmos 1998; Bodel 2001.

⁴⁰ Sastre Prats 2004.

hispano, una vez romanizadas, adoptaron la epigrafía latina como un medio de expresar su vinculación al territorio y la importancia de los lazos familiares, al igual que sucedía en el caso de la población romana.

Ente el medio centenar de inscripciones vadinienses examinadas no hay presencia de filiación femenina, es decir, que las personas fallecidas no se hacen descender de mujeres, sino de varones. Cabe pensar que si el matrilinealismo hubiese existido en época prerromana, la vinculación con las familiares estaría presente en algún caso, aunque fuese minoritario⁴¹. Las mujeres eran, igual que en la sociedad romana, transmisoras de bienes y derechos a los varones, y no parecen haber gozado de ninguna condición especial, como pretendían los narradores de la conquista.

Junto a estas consideraciones, la onomástica de las inscripciones vadinienses refleja el uso de nombres tanto indígenas como latinos. En concreto, hay varios testimonios donde los tíos maternos aparecen con nombre romano mientras que son los sobrinos y padres quienes presentan un nombre indígena. Este hecho desmonta otro de los argumentos en los que se basaba el mito del matrilinealismo en las sociedades preromanas: el avunculado. Además, no conviene olvidar el papel que las mujeres tenían en la sociedad romana como transmisoras de derechos y propiedades, y los lazos sanguíneos y matrimoniales que articulaban dentro de la familia romana⁴².

Respecto a la práctica de la coovada, no estaría demostrando la preeminencia femenina sino que, al contrario, sería el testimonio de la autoridad paterna mediante el reconocimiento de la descendencia legítima, produciéndose una “redefinición cultural y simbólica para organizar la jerarquización ideológica de los espacios”⁴³. Una costumbre que, pese a la aparente contradicción, encajaba adecuadamente en el modelo romano del *pater familias*.

Otra consideración al respecto de la epigrafía, no ya vadiniense, sino de los diversos pueblos galaicos, cántabros y astures en general, es el hecho de un panteón indígena que asimila con facilidad, aparentemente, las divinidades romanas. Pese a las diferencias lógicas que pudiera haber entre la religión grecorromana y la indígena, el sincretismo que se refleja en los epígrafes alude a una concepción patriarcal que fue remodelada con las nuevas divinidades. Y aun reconociendo las dificultades de adentrarse en las religiones prerromanas, puesto que todas las manifestaciones nos llegan tamizadas por la visión romana, parece lógico deducir que las sociedades norteñas no eran, por tanto, adoradoras de una diosa madre primigenia, sino que tendrían bastante similitudes con dioses como Júpiter y Marte.

⁴¹ González Santana 2010. Somos conscientes de que el matrilinealismo no supone matriarcado, pero ha sido utilizado como argumento para hablar de una reminiscencia matriarcal y por ello desmontamos su existencia (Jack Goody, 2009).

⁴² Hallet 2014: 308-312.

⁴³ Amorós 1994: 24.

Junto a la epigrafía vadiniense hay otros testimonios que indican la romanización efectiva del noroeste peninsular y la aceptación de un modelo que, en lo que a división de roles de género se refiere, no distaba tanto de la estructura indígena como Estrabón y los ideólogos latinos pretendían hacer creer. Así, encontramos epígrafes de trabajadoras, evergetas y herederas que están insertas, como en cualquier parte del Imperio, en las estructuras socioeconómicas propias del sistema romano; las tradiciones indígenas anteriores perviven, pero es evidente que el modelo romano está asentado⁴⁴.

Un ejemplo epigráfico de esa romanización de los territorios norteños, a través de testimonios de mujeres, es el de la peluquera Philtates, de sesenta y ocho años, cuya inscripción funeraria procede de *Lucus Augusti*, la actual ciudad de Lugo. Este epígrafe está fechado en el siglo III d.C., por lo tanto, la conquista pertenecía a un pasado lejano y el grado de implantación del sistema romano era considerable.

D(is) · M(anibus)
 Phil·ta·tes
 or·na·tricis
 C[- - -iae]
 Cattunillae
 c(larissimae) · f(eminæ)
 do·mo · August(is)
 Tau·ri·nis Taurinensis?
 con·ser·vi·
 Eius⁴⁵

Mediante este testimonio queremos poner de manifiesto la “normalidad” de la vida romana en el noroeste peninsular, donde se aprecia el recurso a inscripciones epigráficas en latín y la presencia de oficios propios de la vida urbana. Igualmente, la alusión a la esclavitud con el término *conserui*, en referencia a la dedicación del epígrafe, indica que el sistema esclavista había sido asumido en esta zona, si bien desconocemos si existía previamente o no. Es significativa también la referencia a una *clarissima femina*, lo que pone de manifiesto la existencia en la ciudad de *Lucus Augusti* de personajes de la elite con un alto grado de representatividad social.

Otro ejemplo epigráfico de la incorporación de estructuras romanas entre la población norteña lo encontramos en una inscripción procedente de León, donde se menciona a una mujer como heredera: *Amnia Arocia*.

⁴⁴ Respecto a la presencia femenina en el registro epigráfico hispano, Vd. Medina Quintana 2014.

⁴⁵ *AE* 1976, 311; *AE* 1978, 430.

L(ucio) Aemil
io Ammi f(ilio)
Q(uirina) Valen
ti an(norum) XXIIIX
Ammia
Arocia
h(eres) f(aciendum) c(uravit)⁴⁶

El hecho de que Amnia Arocia sea incluida como heredera en este testimonio indica la asimilación de las costumbres jurídicas romanas. Al mismo tiempo, es ilustrativa la onomástica que aparece en la inscripción, puesto que Ammio y Ammia Arocia se remontan a esa pasado indígena mientras que el fallecido, *Lucius Aemilius Valens*, muestra trianomina y se vincula a la tribu Quirina. Además, el propio epitafio contiene iconografía característica de la tradición astur, como son los astros solares.

En esta misma línea contamos con otro ejemplo de heredera, Valeria Primula, en este caso procedente de la región del Bierzo, quien dedica el monumento a *Gaius Valerius* junto a otro coheredero, por indicación de aquel en su testamento.

D(is) M(anibus) S(acrum)
G(aius) Valerius Soldus
ueter(anus) leg(ionis) VII Ge(minae)
ann(orun) LXX
L(ucius) Domitius Aplonius et
Valeria Primula
Heredes
ex testamento f(aciendum) c(urauerunt)
h(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis)⁴⁷

Es significativo que se mencione a un legionario perteneciente a la *Legio VII Gemina*, pues el ejército y los soldados fueron, precisamente, uno de los principales elementos en el proceso de implantación del sistema romano a lo largo del Imperio.

Para finalizar, aludimos a un ejemplo perteneciente a la elite social. Se trata de una mujer, *Domitia Presilla*, que realizó un acto de evergetismo en el siglo II d. C.

⁴⁶ CIL II 2675.

⁴⁷ AE 1946, 195.

L(oco) p(ublico) f(acto)
Dom(itia) Pressil[la cur(antibus)]
lib(ertis) D(omitio) A[ttico et]
Ael(io) [- - -]
fec[it opus - - -]
L(oco) p(ublico) f(acto)
Dom(itia) Pressilla
effecit opus p(ontis) cu(raverunt)
[lib(erti)] Dom(itius) A[ttic]us et
[- - -] XX⁴⁸

En la inscripción se recoge cómo esta dama, perteneciente a la destacada familia de los *Domitii*, sufragó la construcción de un puente en la actual ciudad de León. Lo interesante de este testimonio, en relación a la implantación del modelo romano, es señalar en este territorio la presencia de prácticas de un marcado carácter cívico, como es la beneficencia pública realizada por evergetas⁴⁹.

Por último, volvemos a señalar, nuevamente, que las diferencias en el número de registros epigráficos entre esta zona y otras regiones de Hispania, no indica una menor romanización, sino que se explica, entre otros factores, por las estructuras previas a la conquista y por la particularidad de la metodología epigráfica.

6. CONCLUSIONES

A lo largo de este artículo hemos recurrido a fuentes literarias, epigráficas y arqueológicas para acercarnos al proceso de implantación del mundo romano en el noroeste de la península ibérica, y a la forma de adaptación al mismo que tuvieron las comunidades indígenas de esos territorios. Se trata de una visión interdisciplinar que, como novedad, pone el objetivo en las mujeres como protagonistas de dicho proceso.

La forma en que los autores latinos recurrieron a la supuesta inversión de los roles de género para legitimar la conquista, la presencia de las actividades femeninas en el registro material de los poblados castreños o los testimonios epigráficos de mujeres de distinta consideración social han servido para interpretar la implantación del modelo romano en el noroeste peninsular.

Pese a la imagen dada por la literatura antigua o la historiografía de décadas pasadas, ambas envueltas en el halo del mito matriarcal, las diferencias de género están atestiguadas en ambas culturas. Tanto la romana como la cántabra, astur o galaica son sociedades patriarcales, en ningún caso con preeminencia

⁴⁸ *CIL* II 5690.

⁴⁹ Sobre el evergetismo en Hispania, Vd. Melchor Gil (1999). En relación a la beneficencia ejercida por las mujeres, Vd. Melchor Gil (2009) y Martínez López (2011), entre una amplia bibliografía relacionada con este tema.

femenina, de ahí que Roma tuviera un campo de cultivo favorable para implantarse, proceso favorecido, a su vez, por la adaptación del sistema romano a ciertas estructuras indígenas.

En definitiva, la presencia de Roma supuso la llegada de un modelo socio-cultural al noroeste peninsular que estas poblaciones adoptaron para configurar un esquema de simbiosis que permitiera la re-negociación de las relaciones entre ambos sexos.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes Autores Clásicos

- Esquilo, “Los siete contra Tebas”, *Tragedias. Vol. II*, (Trad. y notas de Bernardo Perea), Madrid, 1986, 1ª y 2ª reimpresión, Gredos.
- Estrabón, *Geografía. Libros III-IV*, (Introd., trad. y notas de María José Meana y Francisco Piñero), Madrid, 2006, Gredos.
- Eurípides, *Tragedias. Vol. I*, (Introd., trad. y notas de Alberto Medina y Juan Antonio López Pérez), Madrid, 1983, Gredos.
- Justino, *Epítome*, (Introd., trad. y notas de J. Castro Sánchez), Madrid, 1995, Gredos.
- Jenofonte, “Recuerdos de Sócrates”, *Económico. Banquete. Apología*. (Introd., trad. y notas de Juan Zaragoza Botella), Madrid, 1993, Gredos.
- Platón, “Menón”, *Diálogos. Vol. II*, (Introd., trad. y notas de J. Calonge, E. Acosta, Francisco Jolueri y Jose Luis Calvo), Madrid, 1981-1988, Gredos.
- Silio Itálico, *La guerra Púnica*, (Ed. y trad. Joaquín Villalba), Madrid, 2005, Akal.

Estudios

- Alfaro, C. (2002), en M. García, y M. Alamar, (eds.), *Actas del III y IV Seminarios de Estudios sobre la Mujer en la Antigüedad. Valencia, 28-30 abril 1999 y 12-14 abril 2000*. Valencia.
- Almagro-Gorbea, M. y Gran-Aymerich, J. (1991), “El estanque monumental de Bibracte (Mont Beuvray, Borgoña)”, *Complutum Extra*, 1: 1-248.
- Amorós, C. (1994), *Feminismo, igualdad y diferencia*. México.
- Amorós, C. (2005), *La gran diferencia y sus pequeñas consecuencias... para las luchas de las mujeres*, Serie Feminismos. Madrid.
- Armada, X. (2008), “¿Carne, drogas o alcohol? Calderos y banquetes en el bronce final del Península Ibérica”, *CPAG*, 18:125-162.

- Ayán, X. (2003), "Arquitectura como tecnología de construcción de la realidad social", *Arqueología de la Arquitectura*, 2:17-24.
- Balandier, G. (1994), *El poder en escenas. De la representación del poder al poder de la representación*. Barcelona.
- Bermejo, J. (1994), *Mitología y mitos de la Hispania prerromana I*. Madrid.
- Bettencourt, A. (2001), "O Povoado da Santinha, Amares, Norte de Portugal nos finais da Idade do Bronze", *Cadernos de Arqueología*, vol.12.
- Bodel, J. (2001) (ed.), *Epigraphic Evidence: Ancient History from Inscriptions*. London-New York.
- Bourdieu, P. (1986), "The forms of Capital" in J. Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York, 241-258.
- Cohen, C. (2011), *La mujer de los orígenes*. Madrid.
- Covas, M^a I. y Prieto, M^a P. (1999), "Introducción a la cerámica prehistórica y protohistórica en Galicia". *TAPA*, 17.
- De Francisco Olmos, J.M^a. (1998), "La nueva epigrafía. Inscripción y sociedad. Aproximación a un estudio global del epígrafe". *Revista General de Información y Documentación*, vol. 8 - nº 2: 219-239.
- Domergue, C. y Thierry, M. (1977), "Minas de oro romanas de la Provincia de León II", *Excavaciones arqueológicas de España* 94: 23, lam.6.
- Fábregas, R. (2006), "Nuevas perspectivas sobre el espacio doméstico en la prehistoria reciente del NO: el poblado de Os Remedios (Moaña, Pontevedra)", *Zephyrus*, 59: 257-273.
- Fanjul, A. y Menéndez Bueyes, Luis R. (2004), *El complejo castreño de los Astures transmontanos*. Salamanca.
- Fernández Ochoa, C. y Morillo Cerdán, A. (2007), "Astures y romanos: claves para una interpretación historiográfica de la romanización de en Asturias", in J. Fernández-Tresguerres (coord) *Astures y romanos en el Principado de Asturias: nuevas aportaciones y perspectivas*. Oviedo, 11-26.
- Fernández-Posse, M^a.D. y Sánchez Palencia, F.J. (1997), "Las comunidades campesinas en la cultura castreña", *Trabajos de Prehistoria*, 55, 2: 127-150.
- Ferreira de Almeida, C. (1984), "A casa castreja", *Memorias de Historia Antigua*, VI: 35-42.
- Foucault, M. (1992), *Microfísica del poder*. Madrid.
- Foucault, M. (1999), *Estrategias de poder*. Barcelona.
- Gardner, A. (2013), "Thinking about Roman Imperialism: Postcolonialism, Globalisation and Beyond?", *Britannia*, 44: 1-25.
- González Ruibal, A. (2003), *La experiencia del otro. Una introducción a la etnoarqueología*. Madrid.

- González Santana, M. (2010), *Las Mujeres del Noroeste Hispano en los Textos Grecolatinos. El mito de la Bárbara y las revisiones desde la arqueología y la epigrafía*. Avilés.
- González Santana, M. (2013), *Relaciones de poder en las comunidades protohistóricas del noroeste peninsular. Espacios sociales, prácticas cotidianas e identidades de género*. Oviedo.
- Goody, J. (2009), *La evolución de la familia y el matrimonio en Europa*. Barcelona.
- Hallet, J. (2014), *Fathers and Daughters in Roman Society: Women and the Elite Family*. Princeton.
- Hernando, A. (2002), *Arqueología de la identidad*. Madrid.
- Iriarte, A. (2002) *De amazonas a ciudadanos. Pretexto gineocrático y patriarcado en la Grecia Antigua*. Madrid.
- Kent, S. Ed. (1993) *Domestic architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge.
- Kent, S. Ed. Coord (1998). *Gender in African Prehistory*. Londres.
- Lázaro, M^a C. (2002), “La situación jurídica de las hijas de familia en el sistema sucesorio romano hasta el siglo I a. C”, *Actas del tercer y cuarto seminarios de estudios sobre la mujer en la antigüedad*. Valencia, Sema III-IV.
- Llinares García, M^a.M. (2012), *Los lenguajes del silencio. Arqueologías de la religión*. Madrid.
- Lomas Salmonte, F.J. (1989), *Asturia prerromana y altoimperial*. Gijón.
- Lomas Salmonte, F.J. (1998), “Vigencia de un modelo historiográfico: De las sociedades gentilicias en el Norte peninsular a las primeras formaciones feudales”, en *Romanización y reconquista en la Península Ibérica: nuevas perspectivas*, 103-116.
- Loraux, N. (2004), *Las experiencias de Tiresias. Lo masculino y lo femenino en el mundo griego*. Barcelona.
- Maya, J. L. (1983), “La cultura castreña asturiana: de los orígenes a la romanización”, *Indigenismo y Romanización en el Conventus Asturum*, Oviedo.
- Martínez López, C. (2011), “*Amantissima civium suorum*: Matronazgo cívico en el occidente romano”, *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, 7: 1, 5-40.
- Melchor Gil, E. (1999), *La munificencia cívica en el mundo romano*. Madrid.
- Melchor Gil, E. (2009), “Mujeres y evergetismo en la Hispania romana”, en J. F. Rodríguez Neila (cur.), *Hispania y la epigrafía romana. Cuatro perspectivas*. Faenza, 133-178.
- Mirón, D. (2004), “El análisis de las unidades domésticas de producción y reproducción en el estudio de la economía antigua”, *Gerión*, 22,1: 61-79.

- Parceró, C. y Ayán, X. (2007), “Almacenamiento, unidades domésticas y comunidades en el noroeste prerromano”, en R. García y D. Rodríguez (coords.), *Sistemas de almacenamiento entre los pueblos prerromanos peninsulares*. Cuenca.
- Pomeroy, S. B. (1999), *Diosas, ramerías, esposas y esclavas. Mujeres en la Antigüedad clásica*. Madrid.
- Rey, J. (1991), *Yacimientos castreños en la vertiente atlántica. Análisis de la cerámica indígena*, Tesis doctoral, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Ricoeur, P. (1999) *Ideología y Utopía*. Barcelona.
- Rubio Hernansáez, L. (1997), “Los astures y los inicios de la monarquía astur”, *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*, 14: 299-322.
- Sánchez-Palencia, J. y Fernández-Posse, M. D. (1985), *La Corona y el Castro de Corporales I. Truchas (León). Campañas de 1978 a 1981*. Madrid.
- Santos Yanguas, N. (2006), *Asturias, los astures y la cultura castreña*. Oviedo.
- Sardá, S. (2010), “El giro comensal: nuevos temas y nuevos enfoques en la protohistoria peninsular”, *Herakleion*, 3: 37-65.
- Sastre Prats, I. (2004), “Grupos dominantes y control social. Epigrafía funeraria y votiva del Noroeste hispano”, in J. Alvar Ezquerro y L. Hernández Guerra (coords.), *Jerarquías religiosas y control social en el mundo antiguo*. Girona, 371-380.
- Vernant, J-P. (1982), “Introduction”, in G. Gnoli et J.-P. Vernant (coord.), *La mort, les morts dans les sociétés anciennes*. Cambridge, 5-15.
- Vernant, J-P. (2001) *Mito y pensamiento en la Grecia antigua*. Barcelona.
- Vidal-Naquet, P. (1983), *Formas de pensamiento y formas de sociedad en el mundo griego. El cazador negro*. Barcelona.
- Villa, Á.y L. Cabo (2003), “Depósito funerario y recinto fortificado de la Edad del Bronce en el Castro del Chao Samartín: argumentos para su datación”, *Trabajos de Prehistoria*, 60, 2: 143-151.
- Villa, Á.y L. Cabo (2009), “¿De aldea fortificada a *Caput Civitatis*? Tradición y ruptura en una Comunidad Castreña del siglo I D.C: El Poblado de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias)”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología UAM*, 35:7-26.
- Webster, J. & Cooper, N.J. (2006), *Roma imperialism : post-colonial perspectives*. Leicester.

ECONOMIA E SOCIEDADE DE *BRACARA AVGVSTA*.

A CONSTRUÇÃO: OS AGENTES E OS ARTESÃOS¹

(Economy and society of *Bracara Augusta*. Construction: agents and craftsmen)

JORGE MANUEL PINTO RIBEIRO (joribeiro@portugalmail.pt)²

Universidade do Minho

LAB2PT

RESUMO - As construções e os materiais são o produto de um contexto socio-político específico, constituindo assim expressões das sociedades que os produziram. *Bracara Augusta* conheceu, desde a sua fundação, um protagonismo crescente, caracterizado por importantes funções administrativas e religiosas, passando, nomeadamente, de capital conventual a capital da província da *Gallaecia*, entre 284 e 288-289, e transformando-se na capital do reino suevo, em 411. Este crescimento político gradual foi acompanhado de uma actividade económica significativa, constante, mesmo no período mais conturbado dos séculos IV e V. Esta abordagem transporta-nos ao universo da economia, do mundo social do trabalho, da inovação e das modas. Procuraremos identificar os indivíduos que estão por de trás desse dinamismo, frequentemente denunciados pelas estruturas e materiais que produziram, apreciaram e/ou adquiriram. Com efeito, os edificadas, bem como os materiais de construção, exibem em alguns raros casos os nomes dos artífices, ou marcas que revelam a mão e a mestria do seu fabricante ou o gosto do seu consumidor/utilizador, falando-nos dos vários modos de viver a cidade.

PALAVRAS-CHAVE - *Bracara Augusta*; sociedade; economia; agentes construtivos; materiais

ABSTRACT - Construction and materials are the product of a specific socio-political context, constituting thus expressions of the societies that produced them. As an administrative and religious centre *Bracara Augusta*'s importance increased throughout the Roman Period and Late Antiquity, from the 1st to the 6th century AD. The city upgraded from *conventus* capital to provincial capital between 284 and 288-289 AD. and in 411 becomes the headquarters of the Suebic Kingdom. The growing political and economic importance of the city was matched by an increasing economic activity, even throughout the troubled period of the 4th and 5th centuries.

The approach explored in this paper transports us to the world of economy, innova-

¹ Este trabalho teve o apoio financeiro do Projeto UID/AUR/04509 e da FCTMEC através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020.

² Bolseiro de pós-doutoramento da FCT- SFRH/BPD/79511/2011 Investigador do Projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010.

tion, fashion and to the social sphere of labour. We will try to identify individuals who directly relate to this dynamism through the information that lies behind the structures and materials they produced, appreciated and/or bought. Indeed, constructions and building materials occasionally display the craftsmen names or their makers' marks which reveal the hand and the mastery of its manufacturer or the taste of its consumer/user, showing us different ways of living de city.

KEYWORDS - *Bracara Augusta*; society; economy; constructive agents; materials

1. INTRODUÇÃO

Vamos neste artigo abordar o tema dos agentes responsáveis pela construção de *Bracara Augusta*, chamando a atenção para a sua importância na economia da cidade. Trata-se assim de indivíduos, ou grupos de indivíduos, representando vários ofícios, que ocupam um determinado lugar na cidade, ou no seu território, mas também na sociedade. Iremos enunciar aspectos relacionados com a sua organização, as suas condições de trabalho, as suas tarefas e qualidades.

A construção foi uma das actividades económicas mais dinâmicas da cidade, envolvendo um grande número de agentes e de artesãos, provavelmente organizados em *collegia*, dedicados à produção dos diversos materiais destinados à construção ou manutenção dos edifícios. Este dinamismo construtivo mantém-se no Baixo-Império, onde se destaca a construção da muralha, mas igualmente remodelações importantes nos grandes edifícios públicos e nas *domus* da cidade, facto que deveremos relacionar com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da nova província da *Gallaecia*.

2. O ARTESÃO NA ANTIGUIDADE

“[...] o maior conhecimento artesanal, a aplicação intensa, o saber e a reserva caracterizavam-no, ele que os grandes artesãos sempre qualificaram de mestre. Ninguém foi mais sábio, ninguém o conseguia ultrapassar, ele que sabia construir máquinas hidráulicas ou dirigir o fluxo das águas [...]”³. Este texto gravado num sarcófago da 2ª metade do século II/ inícios do III, pertencente a *Q. Candidus Benignus, faber tignarius* de Arles, é um dos raros documentos que nos fala do trabalho e do estatuto do artesão na Antiguidade, figurando nele bem explícito o orgulho profissional daquele artesão. Trata-se de um documento de primeira importância, citado por vários autores⁴, pelo valor das informações que revela, demonstrando claramente o orgulho do indivíduo em exercer uma determinada profissão, em dominar uma arte e em ter tido sucesso pela via do trabalho, passando assim a pertencer ao nível superior do povo.

³ Tran 2011: 119.

⁴ Tran 2011: 119.



Figura 1. Representação de uma obra (©MDDS).

Até bem recentemente, pouco se sabia sobre os trabalhadores da Antiguidade, em particular devido ao reduzido investimento no seu estudo, motivado pela menor importância atribuída a esse tipo de actividades, mas também pela escassez das fontes que os referem. Nos últimos anos, têm surgido várias contribuições chamando a atenção para o papel que assumiam na sociedade. Sabemos que os agentes construtivos da Antiguidade organizavam-se frequentemente em *collegia* de artesãos, associações profissionais pluri-funcionais⁵, identificados em Roma mas também nas províncias, como na Gália, onde foram atestados em diversas cidades⁶. A este propósito, em Braga conhece-se uma inscrição da época de Cláudio, proveniente da capela de Santa Ana, dedicada a *Caius Caetronius Miccio*, pelos cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta*⁷. Esta inscrição, relacionada com a actividade comercial, é duplamente importante, porque para além de informar sobre a dimensão da cidade como “mercado”, sugere ainda a existência desses *collegia*.

Trata-se assim de um grupo muito complexo, onde figuram indivíduos com estatutos muito variados, a todos os níveis, social, jurídico e mesmo no próprio trabalho, alguns imensamente ricos, outros muito pobres⁸, que exerciam a sua

⁵ Tran 2007: 597.

⁶ *Aquae Sextiae, Nikaia, Lugdunum e Lutetia*, entre outras.

⁷ Alföldy 1966: 366-372; Martins et al. 2012: 46.

⁸ Tran 2010: 195.

actividade em espaços específicos das cidades, frequentemente discretos, sendo legíveis através da epigrafia, de alguns textos literários e da arqueologia, por via das suas realizações.

3. *BRACARA AUGUSTA*

Bracara Augusta foi fundada *ex novo* por Augusto no fim das guerras cantábricas. Atribui-se uma origem civil da cidade, com os povos indígenas da região a constituírem a principal base do seu povoamento⁹. A construção terá sido uma das actividades económicas mais dinâmicas, envolvendo um grande número de agentes e de artesãos, praticamente em todas as épocas.

A cidade foi implantada num local que exibia já no século I a.C. um grande vigor económico, talvez responsável pela criação de uma rede de castros hierarquizada, alguns dos quais de grande dimensão¹⁰. Na época fundacional, parece apresentar uma forte actividade construtiva, traduzida numa ocupação clara de diferentes espaços da mesma¹¹. O aspecto global da *Bracara Augusta* nessa época seria de uma cidade contemplando alguns edificadas em pedra e um grande número de construções em materiais perecíveis¹².

Será somente a partir do período Flávio, e ao longo do século II, que a cidade adquire uma arquitectura verdadeiramente em pedra, beneficiando de um programa de obras monumentais. Assiste-se assim a um aumento substancial da actividade edilícia, a cidade atingindo a máxima ocupação da área planificada¹³. São construídos vários edifícios públicos e privados¹⁴, assim como todo um conjunto de equipamentos artesanais, no essencial oficinas cerâmicas e vidreiras¹⁵.

Quanto à população, esta seria formada por cidadãos romanos com origem indígena, que adquiriram a cidadania através do desempenho de cargos, cidadãos romanos originários de outras regiões, libertos, alguns dos quais públicos, e escravos, muitos dos quais artesãos¹⁶.

No Baixo-Império, a cidade mantém uma dinâmica construtiva importante,

⁹ Martins et al. 2012: 32.

¹⁰ Martins et al. 2012: 33.

¹¹ Tais como as zonas arqueológicas do ex Albergue Distrital, das Cavalariças, ou ainda a Colina da Cidade.

¹² Martins 2009: 45.

¹³ Martins et al. 2012: 47.

¹⁴ Vários complexos termas (termas do Alto da Cidade, termas da rua D. Afonso Henriques, *balneum* público das Carvalheiras), teatro, anfiteatro (referido pelos eruditos bracarense, séc. XVII/ XVIII, que o situam na paróquia de S. Pedro de Maximinos), *domus* das Carvalheiras.

¹⁵ Designadamente uma área de olaria em Maximinos, uma área vidreira na casa do Poço e outra no Fujacal (séc. I – séc. IV).

¹⁶ Martins et al. 2012: 54.

provavelmente relacionada com a promoção a capital da nova província da *Gallaecia*¹⁷. Destacam-se a construção da muralha assim como remodelações em numerosos edifícios públicos e privados.

4. AGENTES CONSTRUTIVOS

Os processos construtivos das obras públicas na Antiguidade envolvem três grandes grupos de agentes: os agentes políticos, que tomam as decisões, os agentes financeiros, que asseguram os meios necessários à realização das obras, e os indivíduos directamente relacionados com a execução das mesmas, seja ele na construção ou nas actividades subsidiárias.

Estes subdividem-se *grosso-modo* em três conjuntos: o grupo dos que dirigem ou exercem algum cargo de responsabilidade, o grupo dos trabalhadores e artesãos e todos os indivíduos associados a actividades subsidiárias do sector da construção.

4.1. Os artesãos bracarenses

Os nomes de alguns desses indivíduos chegaram até nós, por via das suas epígrafes ou das marcas que deixaram em algumas das peças que fabricaram. Conhecem-se assim um *Titus Flavius Graptus*, relacionado com o trabalho do chumbo, um *Agathopous* e um *Zethus*, escravos de *Titus Satrius*, cuja actividade suscita algumas dúvidas, possivelmente ferreiros, carpinteiros ou mosaístas; um *Saturninus* ligado ao fabrico de *tegulae*; *Pirus* e *Sabinus*¹⁸, eventualmente proprietários de olarias; finalmente *Reburinus* e *Marcus Pelcius*, associados não à cidade mas ao seu território, trabalhadores da pedra.

4.2. Os arquitectos - *architecti*

Pierre Gros indica que o arquitecto não é visto, pelos gregos, como um criador de formas, mas sim como um técnico, tal como é sugerido pela própria etimologia da palavra: *architekton*= mestre carpinteiro¹⁹. Os arquitectos, indivíduos dotados de conhecimento enciclopédico, segundo Vitruvius, exerciam uma profissão de grande exigência, embora com reduzido peso social, e com pouca retribuição final²⁰, representando apenas um dos elementos, e não o mais importante, do processo construtivo, o seu nome muitas vezes nem aparecendo nos textos²¹.

Deviam ser capazes de elaborar a planta de um edificado e de dirigir as suas respectivas obras²².

¹⁷ Martins et al. 2012: 57.

¹⁸ Representados pelos genitivos *Piri* e *Sabini*. Morais 2005: 144.

¹⁹ Gros 1983: 450.

²⁰ Taylor 2006: 15.

²¹ Gros 1983: 432.

²² Vogler 2011: 192.

Pouco sabemos sobre os arquitectos que trabalharam em *Bracara Augusta*, no entanto, a complexidade e o rigor evidenciados por alguns edifícios comprovam a sua presença. Seria o caso das construções que integravam o *forum* da cidade, denunciadas por um conjunto de grandes bases monumentais encontradas nas proximidades do mesmo; do teatro ou ainda do anfiteatro, entre outros.

A avaliar pela correspondência de Plínio com Trajano, esta figura era abundante nas províncias. Com efeito, numa das suas cartas, Plínio, na qualidade de governador da Bitínia, pede o envio de arquitectos ao imperador, o qual responde que recorra aos arquitectos locais, uma vez que não há província que não os tenha²³.

4.3. Os mecânicos - *machinatores*

Constituem os agentes responsáveis pelo desenho e pela construção das máquinas usadas para o levantamento de pesos e deslocação de cargas. Estas tinham várias aplicações possíveis, quer em obra, quer no cais para movimentar mercadorias. As características próprias de determinadas obras assim como o peso de certos elementos exigiam a utilização dessas máquinas, cujos exemplares mais complexos permitiam o levantamento de pesos de cerca de 11 toneladas, como é o caso da grua representada no túmulo dos *Haterii*²⁴.

Em Braga, a sua actividade é denunciada pelas marcas de prensão documentadas no grande aparelho usado na construção, visíveis em vários edifícios como, por exemplo, nos muros em *opus quadratum* do teatro.



Figura 2. Representação de uma machina (©MDDS).

²³ Durán Fuentes 2004: 138.

²⁴ Bérenger 2006: 519.

4.4. Os agrimensores – *agrimensores/gromatici*

Trata-se de uma arte fundamental na construção e no urbanismo romano, praticada desde muito cedo pelos egípcios, que mediam anualmente as propriedades cujos limites tinham sido apagados pelas cheias do Nilo²⁵.

Era exercida por indivíduos altamente especializados cuja importância vai em modo crescente, alcançando no Baixo-Império por vezes o estatuto de *clarissimus*, associado a indivíduos com grande prestígio²⁶.

Na verdade, os romanos fizeram desta disciplina um dos fundamentos do seu império: possuir e como tal delimitar a terra. Por esse motivo é que encontramos centurições tanto na Península Itálica como no norte de África²⁷.

Trata-se de profissionais reunidos em corporações, dividindo-se em quatro grandes categorias: os *mensores* militares, os *mensores* imperiais, os *mensores* dos governos locais e os *mensores* independentes²⁸.

Estariam presentes na cidade desde os seus primeiros anos de vida, conforme o comprova o próprio plano ortogonal que está na sua base. Terão igualmente que ser relacionados com o traçado dos aquedutos, tendo sido detectados dois, e outros referenciados pelos eruditos da cidade²⁹, bem como com a construção dos grandes edifícios públicos dos quais o teatro e o anfiteatro constituem os melhores exemplos. A sua contribuição deixou igualmente marcas evidentes no espaço rural administrado por *Bracara Augusta*, onde foram detectados vários indícios de uma centurição que deverá estar associada à fundação da cidade e à projecção dos seus eixos estruturadores³⁰. Este processo deverá ser entendido no quadro do controlo e da apropriação privada da terra anteriormente comunal³¹.

4.5. Os construtores – *redemptores, structores e fabri*

Os *redemptores* remetem para os construtores frequentemente adjudicatários de obras públicas, mas que também assumem obras privadas. Quando necessário, formam sociedades, *publicani*³², para concorrer às mesmas. A colaboração com os poderes públicos era frequentemente um meio de enriquecimento e de aumento de prestígio social, ligação largamente documentada. Frontino, a título de exemplo, na sua obra sobre os aquedutos de Roma, indica que os serviços

²⁵ Marcotte 2005: 150.

²⁶ Recalde 2003: 7.

²⁷ Guillaumin 2005: 4.

²⁸ Chouquer et Favory 1993: 256.

²⁹ Martins et al. 2012: 48.

³⁰ Carvalho 2008.

³¹ Carvalho 2008: 422.

³² *Publicanus* deriva de tornar público. *Societates Publicanorum*. Mar 2008: 184; Defour 2010.

das águas atribuem alguns trabalhos a *redemptores*³³. Dois monumentos itálicos revelam os nomes de dois desses empreiteiros, que certamente prosperaram com a sua actividade. Um primeiro corresponde ao túmulo de *Quintus Haterius Tychichus*, que participou na construção de edifícios públicos sob os flávios, nomeadamente vários arcos de triunfo, o anfiteatro flávio e um templo³⁴. O segundo, algo mais modesto, chegou aos nossos dias sob a forma de um relevo, que refere um *Luceius Peculiaris*, que terá participado na construção do teatro de Cápua³⁵.

Os *structores*³⁶, pedreiros, estão associados à construção em alvenaria e ao pequeno aparelho, podendo eventualmente erguer muros em tijolo. Talham as pedras, levantam os muros com argamassa e realizam o acabamento das juntas. Podiam assimilar-se aos *redemptores*, surgindo como responsáveis das obras, situação que se verifica no norte de África, onde a epigrafia³⁷ documenta vários indivíduos que se designam como *structores*, não sendo explicitamente designados como adjudicantes das obras, embora na verdade tivessem esse estatuto³⁸. Tecnicamente inferiores aos canteiros, a sua arte não deixa de exigir uma grande habilidade, na escolha do material, na sua colocação e no fabrico da melhor argamassa, elemento chave para aumentar a resistência do aparelho e proporcionar a *perpetuitas* do conjunto³⁹.

A abundância de construções detectadas envolveu certamente a presença de numerosos redemptores e *structores*, auxiliados por trabalhadores indiferenciados (*fabrii*) e aprendizes, alguns muito habilidosos, tendo em conta a qualidade dos paramentos preservados e a importância da arquitectura de granito. É evidente o trabalho de indivíduos conhecedores da matéria-prima local, das suas propriedades e da sua melhor aplicação, saber e experiência acumulados e herdados de tradições mais antigas. Na observação dos muros, denotam-se escolhas em consciência, como a colocação específica dos elementos maiores nos embasamentos ou na zonas mais sensíveis dos paramentos, ou ainda a colocação de elementos de tamanho médio nos alçados, de forma a garantir a melhor coesão com a argamassa.

4.6. Os canteiros - *lapidarii*

Consideraremos neste ponto os trabalhadores da pedra que realizam trabalhos geométricos, diferentes dos escultores, que tratam dos elementos decorativos.

³³ Saliou 2008: 17.

³⁴ Bérenger 2006: 518.

³⁵ Morel 2011: 201.

³⁶ Responsáveis pela *structura*, o grosso da obra. Existe em Roma uma única inscrição que refere um *collegium structorum* (Dessaes 2011: 49).

³⁷ Embora as referências a profissões sejam no geral bastante escassas. Tran 2008: 327.

³⁸ Tran 2008: 329.

³⁹ Dessaes 2011: 44.

O trabalho do grande aparelho pressupõe talhadores muito especializados. Trata-se de uma profissão dura e por vezes perigosa. Aliás, na Idade Média, nas grandes obras, como as catedrais, estes artífices recebem um salário superior ao dos restantes artesãos e até mesmo um prémio quando as tarefas envolviam subir em andaimes.

Como referimos, *Bracara Augusta* apoia-se fundamentalmente numa arquitectura de granito, pelo que os trabalhadores da pedra devem ter assumido uma grande importância. Realizaram os silhares e os elementos em grande aparelho que conferiam imponência e resistência aos grandes edifícios públicos.

Conhecem-se dois canteiros que trabalhariam na área controlada por *Bracara Augusta*, um primeiro, *Reburinus Lapidarius*, referenciado numa inscrição votiva encontrada no concelho de Vizela, datada do século II ou III⁴⁰, e outro, *Marcus Pelcius*, cujo nome consta de numa lápide de natureza funerária, encontrada no concelho de Viana do Castelo, com cronologia do século I ou II⁴¹.

4.7. Os carpinteiros de obra – *tignarii e pristae*

Construíam os vigamentos dos telhados, mas também os sobrados em madeira, os andaimes e as estruturas provisórias de suporte das abóbodas. Alguns eram muito especializados, sendo considerados por determinados autores como os verdadeiros heróis anónimos da arquitectura romana⁴². Com efeito, os *pristae*, em particular, estavam especializados no desenho e na armação de cimbres, tarefas que exigiam um conhecimento profundo da tolerância das madeiras e dos procedimentos de montagem mais adequados.

Seriam muito solicitados em Braga, dada a quantidade de telhados e de estruturas abobadadas documentados, bem como devido às grandes necessidades em madeira da construção pública e privada.

4.8. Os telhadores – *scansores*

Construída a carpintaria de madeira, os telhados seriam revestidos com *tegulae* e *imbrices*, o que parece ser norma nas construções bracarense. Esta tarefa seria realizada pelos *scansores*. A diversidade dos materiais detectados em contexto de escavação parece sugerir o trabalho de uma importante mão de obra, possivelmente ligada à produção oleira em geral.

4.9. Os escultores – *sculptores*

Trata-se de uma profissão que contemplava uma grande responsabilidade derivada do custo da matéria-prima, maior ainda quando se tratava de pedra importada. Com efeito, um simples erro de talhe podia levar à inutilização de

⁴⁰ Redentor 2011: 283.

⁴¹ Redentor 2011: 284.

⁴² Taylor 2006: 187.

todo o bloco trabalhado⁴³.

Conseguimos detectar em Braga cerca de 350 elementos arquitectónicos, que representam naturalmente apenas uma amostra das peças produzidas. Alguns exibem um trabalho muito elaborado, revelando a participação de artesãos experientes. Na verdade, a realização em granito de elementos pensados para um material mais fácil de trabalhar comprova a existência de uma mão de obra conhecedora dos modelos clássicos, mas também suficientemente experiente e habilidosa para aplicá-los a este material.

4.10. Os mosaístas - *tesselarii*

Trata-se de uma profissão muito antiga em que os artistas aplicam tesselas de natureza variada sobre um suporte fresco, criando composições decorativas. É sem dúvida uma tarefa longa e frequentemente delicada, que implica a participação de equipas formadas por distintos indivíduos: o *calcis coctor*, que prepara a cal, o *pavimentarius*, que prepara o suporte, o *pictor imaginarius*, que propõe o desenho, o *pictor parietarius*, que o aplica no solo ou na parede, o *musearius*, que coloca as peças nas composições mais delicadas, e ainda o *tesselarius* que se encarrega das partes *a priori* mais simples.

Os mosaicistas raramente assinavam as suas obras mas deixaram-nos em Braga numerosos indícios da sua actividade. Foram assim encontrados mosaicos em vários locais, no essencial habitações privadas e espaços termais (Figura 3). Trata-se de composições de vários tipos, revelando, em alguns casos, artistas bastante experientes, que estão presentes na cidade no Alto-Império mas igualmente nas épocas mais tardias, atestados por composições dos séculos III, IV e posteriores.



Figura 3. Fragmentos de mosaicos recolhidos na ZA da rua Afonso Henriques, nº 20-28 (©MDDS).

4.11. Os pintores - *pictores*

Estes artesãos, frequentemente itinerantes, veiculavam as modas da época, primeiramente apreciadas em Roma e na Península Itálica. Não tinham por

⁴³ Mar 2008: 183.

hábito assinar as suas obras. No vasto conjunto dos frescos de Pompeia, por exemplo, conhece-se apenas uma excepção: *Lucius pixit*, numa pintura do biclínio da *domus* de *Octavius Quartio*, situada no quarteirão do anfiteatro⁴⁴. Trata-se de uma arte bastante exigente em mão de obra, quer para a elaboração dos níveis preparatórios sobre os muros, quer para a preparação das próprias pinturas, que, no Baixo – Império, seria essencialmente escrava⁴⁵. Havia várias categorias de pintores. Sabemos, pelas fontes, que aqueles que elaboravam as composições eram melhor pagos do que aqueles que as aplicavam nas paredes⁴⁶.

Em Braga conhecemos-los através dos vestígios das suas obras, que funcionavam como uma pele que decorava e protegia as paredes de algumas *domus* da cidade, como a casa identificada nas ruas Frei Caetano Brandão (183-185) e Santo António das Travessas (20-26) (Figura 4), bem como de edifícios públicos, como o teatro.



Figura 4. Fragmentos de pinturas recolhidos na *domus* da rua Frei Caetano Brandão e de Santo António das Travessas (©MDDS).

4.12. Os oleiros e os telheiros - *figuli e laterarii*

Os oleiros trabalhavam a argila, fabricando as cerâmicas, mas igualmente as telhas e tijolos tão necessários na construção. Alguns destes trabalhadores são identificáveis por via da sua assinatura nas peças que produziram, ou então pelos seus cognomes, que denunciam a sua actividade, tais como uns indivíduos da *gens Licinia* que exibem os *cognomina imbrex* e *tegula*, telha semi-cilíndrica e telha plana, demonstrando a perfeita assimilação de indivíduos ou famílias a uma profissão⁴⁷.

Esta actividade deve ter constituído um dos polos de desenvolvimento da cidade, sendo atestada pela grande quantidade de materiais cerâmicos exumados nas escavações. Foram ainda identificadas algumas marcas, possivelmente associadas a fabricantes ou proprietários de oficinas. Assim conhe-

⁴⁴ Sauron 2011: 66.

⁴⁵ Vogler 2011: 193.

⁴⁶ O édito de Diocleciano refere 150 denários diários para o *pictor imaginarius* e 75 para o *pictor parietarius*.

⁴⁷ Morel 2011: 209.

ce-se um *Camalus* e um *Saturninus*, relacionados com a produção de *tegulae*, material fácil de fabricar mas delicado de transportar e manipular, dado o seu peso e fragilidade. *Publius Domitius*, *Octavius*, *Bassus* e *Lucretius*, cujas marcas foram identificadas em lucernas⁴⁸, ou ainda os indivíduos representados pelos genitivos *Piri*, *Sabini* e pela abreviatura *SIL*⁴⁹, podem também ter fabricado materiais de construção. Trabalhariam na própria cidade e nas cercanias da mesma, conforme o sugerem os quatro fornos descobertos até aos dias de hoje⁵⁰.

4.13. Os artesãos da metalurgia – *ferrarii* e *plumbarii*

Os trabalhos relacionados com a arte do fogo eram fundamentais na construção, proporcionando a componente metálica das ferramentas, assim como todo o tipo de elementos de fixação utilizados. Pesquisas efectuadas sugerem o trabalho de pequenas equipas, com dois ou três homens, em espaços reduzidos, laborando na penumbra, de modo a controlar a fusão dos metais, em lojas viradas para a rua⁵¹. Oficinas, maiores e mais exigentes, dependendo de grandes fornos, por exemplo, e bastante mais poluentes, localizavam-se nas periferias dos centros urbanos.

A sua presença em Braga é revelada pela descoberta em vários locais de cadinhos associados ao trabalho do ouro⁵² e do bronze⁵³. Estes elementos sugerem a existência de oficinas nas proximidades do *forum*, num contexto do século I, espaços simples, realizados muito provavelmente com materiais perecíveis⁵⁴, onde trabalhavam e viviam os primeiros ferreiros da cidade.

Uma destas oficinas poderia eventualmente ser propriedade de um cidadão romano chamado *Titus Satrius*, identificado, juntamente com dois escravos, *Agathopous* e *Zethus*, numa estela decorada com ferramentas que parecem-nos estar relacionadas com o trabalho do metal⁵⁵ (Figura 5).

Estes artesãos colaborariam igualmente no programa decorativo da cidade,

⁴⁸ Morais 2005: 366.

⁴⁹ Morais 2005: 144.

⁵⁰ Em 2009, foi identificado, nos terrenos do novo hospital de Braga, um forno seguramente associado à cozedura de tégulas. Para além deste, existem vários testemunhos de outros fornos na cidade: um descoberto na rua dos Falcões (nº 8-10) e vestígios de outro na Avenida da Imaculada Conceição, ambos correspondendo a escavações da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. Há ainda referências, da autoria do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, a outro forno detectado aquando da abertura da rua Santos da Cunha em 1955.

⁵¹ Chardron-Picault 2011: 156.

⁵² Zonas arqueológicas das Cavalariças, ZA das Ruas Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas.

⁵³ Zonas arqueológicas do ex Albergue Distrital, das Cavalariças e do Cardoso da Saudade.

⁵⁴ Martins et al. 2012: 45.

⁵⁵ Martins et al. 2012: 55.

como o comprova uma pata de cavalo em bronze, pertencente a uma estátua equestre, descoberta na *domus* das Carvalheiras⁵⁶.



Figura 5. Estela de *Agathopous* (©MDDS)⁵⁷.

Dentro da presente categoria de trabalhadores, destacaremos os *plumbarii*, que trabalhavam o chumbo, fabricando nomeadamente os tubos que constituíam os sifões dos aquedutos ou ainda aqueles que integravam a rede de abastecimento de água das cidades. Esta actividade muito antiga, de grande exigência técnica, desenvolvida por várias civilizações⁵⁸, implica a presença de artesãos altamente especializados. Na verdade, a realização de tubos, frequentemente de grande diâmetro, é improvável sem um domínio desse material, além de que na época não existiam as ferramentas que temos hoje para aquecer e soldar o chumbo (as placas de chumbo eram enroladas em volta de um elemento de secção circular, em madeira por exemplo, e as juntas era marteladas ou revestidas com uma soldadura feita de tiras do mesmo material⁵⁹). O mesmo se poderá dizer da colocação dessas condutas, realizada com elementos frágeis e pesados. Por outro lado, para além do fabrico dos canos, cabia-lhes igualmente tarefas de manutenção da rede. Com efeito, estes tubos eram submetidos a pressões de água muito elevadas, podendo levar à sua explosão, pelo que era necessário proceder a frequentes reforços da zona das soldas/ juntas ou mesmo à substituição das peças⁶⁰.

⁵⁶ Morais 2002: 230.

⁵⁷ Redentor 2011: 138, 139.

⁵⁸ Egipto, Persia, Mesopotâmia.

⁵⁹ Martins e Ribeiro 2012: 27.

⁶⁰ Vogler 2011: 195.



Figura 6. Fistula das Carvalheiras (©MDDS).

Esta actividade estava presente em Braga desde muito cedo, conforme o comprova uma *fistula* identificada na *domus* das Carvalheiras (Figura 6), representando a certamente complexa rede hidráulica da cidade. A *fistula* referida exhibe uma inscrição, provavelmente o nome do seu fabricante, ou talvez do proprietário da oficina: *Titus Graptus F(ecit)*. Existiriam assim oficinas dedicadas ao trabalho do chumbo, seguramente localizadas fora do centro urbano, tendo em conta o espaços que exigiam para armazenar os materiais. Mesmo se a história não reteve o nome deles, se considerarmos a quantidade de espaços termais descobertos em *Bracara Augusta*, deviam ser muitos os artesãos e os aprendizes associados ao trabalho do chumbo que laboravam na cidade.

4.14. Trabalhadores das pedreiras - *metallarii*

Por *metallarii* entende-se os trabalhadores das minas mas também os das pedreiras, ambos executando um trabalho árduo e perigoso. Na pedreira eram realizadas várias tarefas, desde a extracção dos blocos, o corte da pedra, da responsabilidade dos *serrarii*, um primeiro desbaste da mesma, ao seu transporte.

A análise dos granitos que integram os vários edifícios estudados em *Bracara Augusta* permitiu a individualização de pelo menos cinco variantes, o que implicaria a existência de várias pedreiras em actividade, algumas delas em simultâneo. Associado às mesmas, temos que considerar uma mão de obra importante, que contemplaria certamente numerosos escravos.

4.15. Os vidreiros - *vitriarii*

A utilização do vidro constitui uma raridade e um luxo na Antiguidade e isso sensivelmente até ao século XV, embora Pompeia tenha revelado vários elementos realizados neste material⁶¹. A primeira referência escrita a vidros de

⁶¹ Vogler 2011: 195.

janela encontramos-a no século IV, em *Lucius Caelius Firminius Lactancius* (240-320), autor que viveu sob Diocleciano e Constantino, cujos pensamentos filosóficos devem ser entendidos num contexto tempestuoso de convivência entre noções pagãs e cristãs. Numa das suas obras, afirma que “a nossa alma vê e distingue os objectos pelos olhos do corpo, como por janelas revestidas de vidro ou de pedras speculares”⁶², comprovando o uso deste material na construção, naquela época, a par do *lapis specularis*, um tipo de gesso transparente.

Em Braga, a actividade dos vidreiros é atestada quer pelas oficinas identificadas como pela vidraça recolhida em algumas intervenções arqueológicas realizadas, nomeadamente nas termas do Alto da Cidade e nas zonas arqueológicas das Carvalheiras e das Cavalariças. Estes indivíduos trabalhariam em oficinas localizadas na periferia da malha urbana, como aquelas identificadas na Casa do Poço (séc. I/II), na zona do Fujacal (perto da muralha), na rua de S. Geraldo (estas duas com cronologia mais tardia, cerca dos séc. III-V, com Mário Cruz a sugerir que poderiam pertencer a um bairro artesanal de produção de vidro, com várias oficinas) ou ainda no antigo quarteirão dos CTT, onde foi identificada uma oficina com dois fornos⁶³.

4.16. Os engenheiros hidráulicos – *aquarii/aquae libratores*

Designa os especialistas da hidráulica, muitas vezes militares, conhecedores da arte de construção dos aquedutos⁶⁴ e das fórmulas de cálculo da pendente da água nas condutas⁶⁵, que elaboravam o encaminhamento da água desde as nascentes às cidades. Tal como indica Chantal Vogler, “esses cálculos não eram fáceis de realizar, exigindo o recurso à trigonometria e ao teorema de Pitágoras, além de que o zero e a vírgula ainda não tinham sido inventados, pelo que era impossível recorrer à álgebra”⁶⁶. Estudos recentes demonstram que esses indivíduos apresentavam conhecimentos em hidráulica muito avançados e que eram capazes de implementar sistemas muito sofisticados comportando bacias de regulação, cascatas de poços de ruptura (que permitiam descer drasticamente a cota da água) e sargetas⁶⁷.

Desconhecemos os nomes dos engenheiros hidráulicos que trabalharam em Braga, no entanto os vários aquedutos que abasteceriam a cidade, documentados

⁶² Perrin 1981: 100.

⁶³ Martins et al. 2012: 55, 60.

⁶⁴ O custo de um aqueduto era extremamente elevado, não respeitando qualquer lógica económica, podendo implicar valores na ordem de 1 a 3 milhões de sestércios por km (Chanson, 2002: 43, *apud* Hodge).

⁶⁵ Vogler 2011: 195.

⁶⁶ Vogler 2011: 195.

⁶⁷ Chanson 2002: 43.

por referências escritas⁶⁸ bem como pela Arqueologia⁶⁹, são prova da sua presença.

De referir que os revestimentos internos destas construções, em *opus signinum*, exigiam capacidades técnicas particulares, apenas realizáveis por trabalhadores habilidosos e conhecedores da arte⁷⁰.

4.17. Outros agentes

Será igualmente oportuno considerar toda uma série de indivíduos cuja actividade está de perto ligada ao sector da construção. Entram nessa categoria os vários tipos de transportadores (*carpentarii, lenuncularii, raedarii*), os madeiros (*tignarii*), que laboravam nas florestas, mas também, com maior incidência no Baixo-Império, uma série de trabalhadores ligados a tarefas de demolição, recuperação e reutilização. Com efeito, alguns dos sítios estudados revelam, à semelhança daquilo que é proposto para outras cidades⁷¹, evidências do desenvolvimento da prática de reutilização de elementos em pedra, arquitectónicos e decorativos, que deve ter levado à formação de um grupo de indivíduos especializados nesse domínio.

Haverá igualmente que contemplar a mão de obra não profissional e a contribuição pecuniária das elites municipais. No mundo romano era comum as cidades exigirem dos seus habitantes, ou dos vizinhos de certas obras, a sua contribuição em dias de trabalho gratuitos para a construção ou manutenção de determinadas obras: *munera*, prática atestada na Península Itálica, na Hispânia (*Lex de Urso, Lex Flavia Municipalis*) e no norte de África.

O documento mais antigo é a Tábua de Heracleia, que nos situa no sul da Itália na época de César. Refere, entre outras disposições, que a manutenção das vias públicas é da responsabilidade dos moradores, em frente à sua habitação⁷². Na Hispânia, conhecem-se uma série de documentos, como a *lex de Urso*⁷³ e a *lex flavia municipalis*⁷⁴, que informam sobre a organização desses labores particulares. O primeiro prevê que todos os cidadãos e moradores da colónia contribuam com cinco dias de trabalho gratuitos e três dias de trabalho de um par de animais de tração por ano. O segundo é semelhante mas fala também de

⁶⁸ D. Rodrigo da Cunha (1634) refere um aqueduto que abasteceria a cidade romana, captando a água de uma das nascentes do rio Ave. Jerónimo Contador de Argote (1732-34) refere igualmente a existência de aquedutos que abasteciam a cidade romana.

⁶⁹ Martins e Ribeiro 2012: 16.

⁷⁰ Chardron-Picault 2011: 159.

⁷¹ Chardron-Picault 2011: 158.

⁷² Nicolet 1987: 3.

⁷³ Lei colonial de Urso (*lex Vursonensis*), que organiza a vida da colónia romana de Urso da Bética.

⁷⁴ Lei dos municípios flavianos da Bética que estrutura a vida das povoações dotadas do estatuto de município latino, sob os Flávios, englobando cidadãos romanos e não cidadãos.

trabalhos de construção (*opus*) e não só de *munitio*⁷⁵. A colaboração dos habitantes é igualmente atestada em vários locais do norte de África, através de inscrições, como em Auzia, em 230, na sequência da construção de um mercado e de pórticos; em Tingad para a realização de obras nas termas; ou ainda em Bisica, nos inícios do séc. IV, para a renovação do templo de Vénus (a inscrição refere o *labor totius populi*)⁷⁶.

Uma vez que o trabalho gratuito podia não ser suficiente, há também testemunhos da contribuição monetária das elites municipais⁷⁷.

Por outro lado, poderia haver igualmente a colaboração de trabalhadores especializados, cujo saber seria sem dúvida indispensável⁷⁸.

4.18. Origens e estatutos

A população dedicada à actividade da construção seria maioritariamente formada pela população indígena e pelos seus descendentes, com um papel de destaque das elites, que constituiriam os principais encomendadores das obras. Alguns, à semelhança daquilo que parece verificar-se no comércio, poderão ter enriquecido por essa via, atingindo cargos políticos ou religiosos de alguma importância⁷⁹.

As intervenções levadas a cabo na cidade, nos últimos 40 anos, documentam a presença de cidadãos romanos, alguns originários de outras cidades da Hispânia, muitos dos quais certamente indígenas promovidos. Os libertos, alguns públicos, formariam também parte do grupo dos artesãos. Igualmente numerosos seriam os escravos, referidos pela epigrafia, laborando nas várias oficinas e obras, bem como nas pedreiras⁸⁰.

5. ELEMENTOS CONCLUSIVOS

As grandes obras, quer públicas, quer privadas, implicavam investimentos imensos, grande parte dos mesmos dedicados aos programas decorativos, conforme pode ser verificado no estudo de Ricardo Mar e de Patrizio Pensabene para o caso do *forum* provincial de Tarraco⁸¹. O custo da mão de obra constituía igualmente uma parte considerável do montante total das obras. No caso dos privados, muitas das casas estudadas evidenciam acabamentos luxuosos, realizados por artistas experientes e habilidosos, certamente bem pagos. O Édito

⁷⁵ Saliou 2008: 23; Tran 2008: 332.

⁷⁶ Tran 2008: 331.

⁷⁷ Tran 2008: 332.

⁷⁸ Tran 2008: 332.

⁷⁹ Ver o caso dos *Lucretii*, família de oleiros bem sucedida que conseguiu por via do comércio afirmar-se a nível social, político e possivelmente religioso (Morais 2005: 368).

⁸⁰ Martins et al. 2012: 53-55.

⁸¹ Mar e Pensabene 2010.

de Diocleciano dá-nos algumas referências de salários para os diferentes ofícios aqui abordados. Para um trabalhador comum indica o valor de 50 denários por dia, valor que pode atingir o triplo para o caso do *pictor imaginarius*, que equivale a seis dias de trabalho de um jornaleiro rural.

Registamos na cidade a presença, em todas as épocas, de uma mão de obra diversificada, com diferentes graus de especialização, correspondendo naturalmente a desiguais condições de vida e de trabalho. A construção representaria uma das actividades mais dinâmicas, empregando uma grande parte da população, com picos nas grandes obras, como seria o caso da muralha tardia, e uma repercussão importante na economia de *Bracara Augusta*. Alguns aspectos seriam regulamentados pela administração, como a atribuição de obras, através de contratos estabelecidos com os *redemptores*, ou ainda a produção de materiais de construção, como os tijolos ou os tubos de chumbo. Finalmente, julgamos ser possível, por esta via, confirmar o poderio económico de *Bracara Augusta* e de alguns dos seus habitantes.

Nota

As imagens que ilustram o texto pertencem ao arquivo do Museu D. Diogo de Sousa (Braga), pelo que agradecemos à Dra. Isabel Silva, directora do museu, a cedência das mesmas.

As figuras 1 e 2, em particular, correspondem a fotografias de duas maquetes realizadas por Filipe Antunes. Trata-se de elementos que integram um conjunto mais vasto, do mesmo autor, exposto na entrada da referida instituição.

BIBLIOGRAFIA

- Alföldy, G. (1966), “Um *cursus* senatorial de *Bracara Augusta*”, *Revista de Guimarães*, LXXVI, nº 3-4: 363-372.
- Bérenger, A. (2006), “Le statut de l’invention dans la Rome impériale: entre méfiance et valorisation”, in M.S. Corcy, C. Douyère-Demeulenaere, L. Hilaire-Pérez (ed.), *Les archives de l’invention. Écrits, objets et images de l’activité inventive*. Toulouse, 513-525.
- Carvalho, H. P. (2005), *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Chanson, H. (2002), “Certains aspects de la Conception hydraulique des aqueducs romains”, *La Houille Blanche* 6/7: 43-57.

- Chardron-Picault, P. (2011), “L’apport de l’archéologie à la connaissance de la vie des artisans en Gaule. L’exemple de *Augustodunum*”, in J.P. Morel (ed.), *Les travailleurs dans l’antiquité: statuts et conditions*. Paris, 154-172.
- Chouquer G. et Favory F. (1993), “*De arte mensoria*, du métier d’arpenteur. Arpentage et arpenteurs au service de Rome”, *Histoire & Mesure* vol. 8 n° 3-4: 249-284.
- Defour, G. (2010), “Les *societates publicanorum* de la République Romaine: des ancêtres des sociétés par actions modernes?”, *Revue Internationale des droits de l’Antiquité* LVII: 145-195.
- Dessales, H. (2011), “Les savoirs faire des maçons romains, entre connaissance technique et disponibilité des matériaux. Le cas pompéien”, in N. Monteix et N. Tran (ed.), *Les savoirs professionnels des gens de métier. Études sur le monde du travail dans les sociétés urbaines de l’empire romain*. Naples, 41-63.
- Durán-Fuentes, M. (2004), “Técnica y construcción de puentes romanos”, in R. Alba, I. Moreno Gallo y R. Gabriel Rodríguez (ed.), *Elementos de ingeniería romana: Congreso europeo “Las obras públicas romanas”*. Tarragona, 135-155.
- Gros, P. (1983), “Statut social et rôle culturel des architectes (période hellénistique e augustéenne)”, in *Architecture et société. De l’archaïsme grec à la fin de la République*. Actes du Colloque international organisé par le Centre national de la recherche scientifique et l’École française de Rome (Rome 2-4 Décembre 1980). Rome, 425-452.
- Guillaumin, J. Y. (2005), *Les arpenteurs romains, Tome 1, Hygin le gromatique – Frontin*. Paris.
- Mar, R. (2008), “La construcción pública en las ciudades hispanas. Los agentes de la construcción”, in S. Camporeale, H. Dessales, A. Pizzo (ed.), *Arqueología de la construcción I. Los procesos constructivos en le mundo romano: Italia y provincias occidentales*. Mérida, 175-190.
- Mar, R. e Pensabene, P. (2010), “Finanziamenti dell’edilizia pubblica e calcolo dei costi dei materiali lapidei: il caso del Foro Superiore di Tarraco”, in S. Camporeale, H. Dessales, A. Pizzo (ed.), *Arqueología de la construcción II. Los procesos constructivos en le mundo romano: Italia y provincias orientales*. Madrid-Mérida, 509-537.
- Marcotte, D. (2005), “Aux 4 coins du monde, la Terre vue comme un arpent”, in D. Conso, A. Gonzales et J.-Y. Guillaumin (ed.), *Les vocabulaires techniques des arpenteurs romains*. Besançon, 149-156.
- Martins, M. (2009) “*Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo”, in D. Dopico, P. Rodriguez Álvarez, M. Villanueva (ed.), *Do Castro à cidade. A romanização na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*. Lugo, 181-211.

- Martins, M. e Ribeiro, M.C. (2012), “Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar”, in M. Martins, I. Vaz de Freitas, M. I. Del Val Valdivieso (ed.), *Caminho da Água. Paisagens e usos na longa duração*. Braga, 9-52.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Braga, C. (2012), “Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer”, in M.C. Ribeiro e A. Melo (ed.), *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*. Braga, 29-68.
- Morais, R. (2002), “O tesouro romano, em prata, de *Bracara Augusta*”, *Conimbriga* XLI: 219-235.
- Morais, R. (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga.
- Morel, J.P. (2011), “Paroles de travailleurs antiques, le dit, l’écrit, le montré”, in J.P. Morel (ed.), *Les travailleurs dans l’antiquité: statuts et conditions*. Paris, 200-216.
- Nicolet, C. (1987), “La table d’Héraclée et les origines du cadastre romain”, in *L’Urbs : espace urbain et histoire (Ier siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.)*. Actes du colloque international de Rome (8-12 mai 1985). Rome, 1- 25.
- Perrin, M. (1981), *L’homme antique et chrétien. L’Anthropologie de Lactance, 250-325*. Paris.
- Recalde, J. M. (2003), *Consideraciones sobre la agrimensura romana*. Buenos Aires.
- Redentor, A. (2011), *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (pars occidentalis). Percursos pela sociedade de Bracara na época romana*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Saliou, C. (2012), “Le déroulement du chantier à Rome et dans le monde romain durant la période républicaine et le Haut Empire: une approche juridique”, in S. Camporeale, H. Dessales, A. Pizzo (ed.), *Arqueología de la construcción III. Los procesos constructivos en el mundo romano: la economía de las obras*. Madrid - Mérida, 175-190.
- Sauron, G. (2011), “Les peintres décorateurs au service de l’aristocratie romaine à la fin de la République”, in J.P. Morel (ed.), *Les travailleurs dans l’antiquité: statuts et conditions*. Paris, 66-76.
- Taylor, R. (2006), *Los constructores romanos*. Madrid.
- Tran, N. (2007), “Le «procès des foulons». L’occupation litigieuse d’un espace vicinal par des artisans romains”, in *MEFRA Antiquité* 119/2: 597-611.
- Tran, N. (2008), “Les cités et le monde du travail urbain en Afrique romaine”, in C. Berrendonner, M. Cébeillac-Gervasoni, L. Lamoine (ed.), *Le quotidien municipal dans l’empire romain*. Clermont-Ferrand, 327-342.

- Tran, N. (2010), “L’apprentissage et le statut du travail des artisans en Gaule romaine”, in P. Chardron-Picault (ed.), *Aspects de l’artisanat en milieu Urbain: Gaule et Occident romain*. Dijon, 195-200.
- Tran, N. (2011), “Les gens de métiers romains: savoirs professionnels et supériorités plébéiennes”, in N. Monteix et N. Tran (ed.), *Les savoirs professionnels des gens de métier. Études sur le monde du travail dans les sociétés urbaines de l’empire romain*. Naples, 19-133.
- Vogler, C. (2011), “Les métiers de la construction et les métiers d’art dans la législation romaine du IV^e siècle”, in J.P. Morel (ed.), *Les travailleurs dans l’antiquité: statuts et conditions*. Paris, 188-199.

(Página deixada propositadamente em branco)

**TORRE VELHA DE CASTRO DE AVELÃS (BRAGANÇA).
RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS E NOVIDADES EPIGRÁFICAS**

(*Torre Velha* de Castro de Avelãs (Bragança).

New archaeological results and epigraphical novelties)

ARMANDO REDENTOR (arendentor@gmail.com)

Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património
CEAACP - Universidade de Coimbra

CLARA ANDRÉ (c.machaqueiro@sapo.pt)

Câmara Municipal de Bragança

MIGUEL C. COSTA (cipriano1969@hotmail.com)

Arqueólogo

PEDRO C. CARVALHO (pedrooak@gmail.com)

Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património
CEAACP - Universidade de Coimbra

SOFIA TERESO (sofiatereso@gmail.com)

Centro de Investigação em Antropologia e Saúde
Universidade de Coimbra

RESUMO - A Torre Velha de Castro de Avelãs (Bragança) surge na bibliografia arqueológica desde os finais do século XIX. Diversos investigadores contemporâneos atribuem-lhe a capitalidade da *ciuitas Zoelarum*, a qual, na Antiguidade, se enquadrou no *conuentus Asturum* (*prouincia Hispania citerior*).

Após as escavações realizadas em finais do século XIX, sob o patrocínio da Sociedade Martins Sarmento – cujos resultados apenas vagamente se conhecem, à falta das plantas que detalhavam as intervenções realizadas e dos materiais então exumados –, apenas em 2012-13 se voltaram a realizar trabalhos de escavação arqueológica no local, no quadro de uma parceria estabelecida entre o Município de Bragança e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

É de alguns dos principais resultados arqueológicos obtidos nas recentes campanhas que se pretende dar nota, bem como de algumas novidades epigráficas resultantes da identificação de inscrições inéditas que reforçam o *corpus* relacionado com este sítio localizado na depressão tectónica de Bragança.

PALAVRAS-CHAVE - *ciuitas Zoelarum*; *conuentus Asturum*; Torre Velha; Arqueologia; Epigrafia; época Romana

ABSTRACT - The Torre Velha (Old Tower) of Castro de Avelãs, in Bragança, Portugal, first appears in the archaeological literature in the late nineteenth century. Several contemporary researchers have associated this archaeological site with the *ciuitas Zoelarum*, which in antiquity was included within the *conuentus Asturum* (*prouincia Hispania citerior*).

The results of the first excavations, carried out in the late nineteenth century under the sponsorship of the Martins Sarmiento Society, are only vaguely known, because of missing field sketches detailing the archaeological activity as well as the missing excavated materials. It was only in 2012-13 that further archaeological excavations were performed at the site, as part of a partnership between the Municipality of Bragança and the Faculty of Arts and Humanities, University of Coimbra.

This paper presents some of the archaeological results from the recent campaign and some epigraphic news resulting from the identification of unpublished inscriptions, which support the *corpus* related to this archaeological site, located in the tectonic depression of Bragança.

KEYWORDS - *ciuitas Zoelarum*; *conuentus Asturum*; Torre Velha; archaeology; epigraphy; Roman times

1. INTRODUÇÃO

O sítio da Torre Velha, em Castro de Avelãs (Bragança), é um dos mais referenciados (se não é mesmo o mais referenciado) na bibliografia arqueológica do nordeste transmontano. Este destaque resulta do facto de a Torre Velha ser habitualmente identificada como capital dos Zoelas (*Zoelae*¹). Os achados que têm sido aqui efetuados, desde aqueles revelados pelas escavações de José Henriques Pinheiro (1887) em finais do séc. XIX² aos que foram dando corpo a um significativo conjunto de epígrafes, com destaque para a dedicatória pela *ordo Zoelarum* ao deus *Aerno*³, têm sustentado esta proposta relativa à capitalidade política dos Zoelas em época romana.

Os Zoelas (ou Zelas), localizáveis genericamente no nordeste transmontano (e seguramente na depressão de Bragança), são, de acordo com Plínio-o-Velho, um dos 22 povos integráveis no grupo dos Ástures Augustanos⁴. A conhecida *Tabula* (ou Pacto) de Astorga que faz referência a este povo⁵ denuncia uma organização social com base em *gentilitates* integradas numa *gens*, a *Zoelarum*, tendo

¹ Costa 1959: I, 136; Alarcão 1988a: II, 39; 1988b: 57 e 96; 1990: 373; Lemos 1993: Ib, 495-497.

² Pinheiro 1888.

³ *CIL* II 2606; *ERRB* 1.

⁴ Plin., *NH*, 3.28.

⁵ *CIL* II 2633.

esta comunidade política constituído uma *ciuitas* do *conuentus Asturum*.

A centralidade do sítio também encontra acolhimento no facto deste poder corresponder a um importante nó viário. Com efeito, por Castro de Avelãs passaria também a *uia XVII* do *Itinerário de Antonino* (Fig. 1). O achado neste lugar de dois miliários – um de Augusto (2 a.C.)⁶ e outro de Caracala (213-214)⁷ – atestará a passagem desse eixo viário que, entre *Asturica Augusta* e *Bracara Augusta*, cruzava toda esta região do Noroeste peninsular. Neste ponto entroncariam os dois ramais da *uia XVII* que ligariam *Aquae Flaviae* (Chaves) à região de Bragança. Alguns autores, com base nesta posição estratégica, têm inclusivamente considerado a possibilidade de Castro de Avelãs também incorporar uma estação de muda que serviria os correios e transportes vinculados à administração imperial – propondo que este lugar poderá corresponder à *mansio* (mencionada no *Itinerário de Antonino*) de *Roboretum*⁸.

À *ciuitas* dos *Zoelae*, na época sueva, poderá ter sucedido o *pagus Brigantia*, mencionado no *Parochiale Sueuum*⁹. Entre a lista de bispados e respetivas paróquias apresentada no *Parochiale* (redigida pouco antes de 585 d.C.) conta-se o *pagus* suevo de *Brigantia*, cuja sede, como tem sido proposto, se poderia situar em Castro de Avelãs.

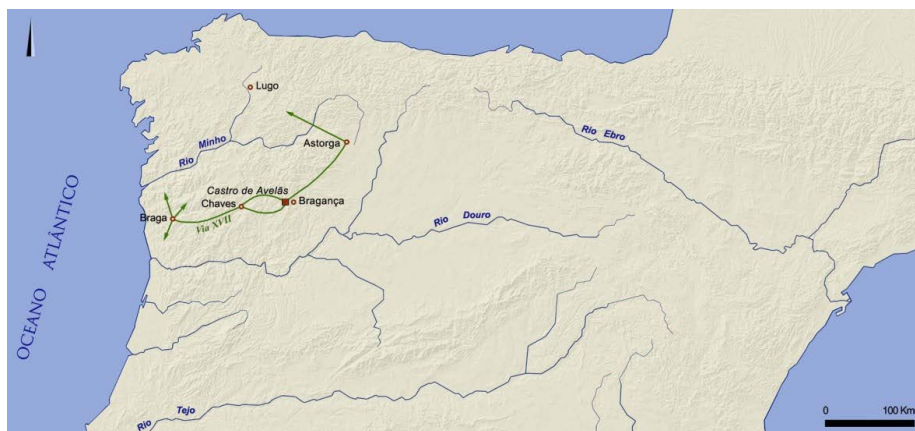


Figura 1. Localização da Torre Velha no percurso da *uia XVII* do *Itinerário de Antonino*.

⁶ *ERRB* 127.

⁷ *ERRB* 129.

⁸ Lemos 1993: Ib, 308; 2009.

⁹ Alarcão 2001: 35; Fernandes 1997: 63.

2. RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS

Os resultados da investigação efetuada entre 2012 e 2015 apontam claramente para a importância do local¹⁰. Tanto a considerável extensão dos vestígios, talvez ocupando cerca de 3 hectares, como a ampla diacronia de ocupação que revelam, balizada pelo menos entre o séc. I d.C. e o séc. XII, concorrem para afirmar a sua centralidade, também em face da ausência de outros contextos arqueológicos nesta região transmontana que revelem uma idêntica amplitude. Por seu lado, quer a ocupação romana, que se estende claramente entre os séculos I-IV, documentada por um registo material algo significativo, quer a da Antiguidade Tardia (e Alta Idade Média), revelada também pelos restos de um edifício que julgamos poder corresponder a uma primitiva igreja paroquial (cuja datação parece centrar-se nos séc. V-VII) e por uma ampla necrópole alto-medieval associada¹¹, constituem aspetos que não podem deixar de ser devidamente destacados no quadro da problemática que este sítio suscita.

Tendo em conta os resultados das escavações arqueológicas efetuadas nos últimos anos, poderemos, desde já, referir – de forma muito resumida¹² – que o local não revelou contextos integráveis na Idade do Ferro (ou outros ainda mais recuados) e que o início da ocupação romana se pode fixar, por agora, em meados do séc. I d.C. / inícios da segunda metade do séc. I d.C. Com efeito, para além da ausência de níveis pré-romanos (ainda que uma ou outra peça proto-histórica tenha aparecido, mas em contexto romano), até ao momento os níveis mais antigos documentados no local podem ser considerados flavianos, não se registando, portanto, contextos que possam ser considerados augustanos ou júlio-claudianos. Na verdade, há alguns materiais que podem apresentar uma cronologia de produção da primeira metade do séc. I d.C., mas estes, para além de serem claramente residuais, surgem já claramente em contextos da segunda metade do séc. I. Tal não significa que, definitivamente, a Torre Velha corresponda a uma fundação romana *ex nouo* e que, inclusive, tenha sido somente ocupada a partir das décadas de 50/70 dessa primeira centúria. Significa apenas que, até ao momento, nas áreas específicas em que abrimos sondagens (várias e espacialmente distanciadas), os contextos estratigráficos mais antigos datam já de meados ou talvez dos inícios da segunda metade do séc. I d.C.

Desta fase inicial, desde logo, datarão dois dos edifícios romanos identifi-

¹⁰ O plano de investigação arqueológica na Torre Velha de Castro de Avelãs (coordenado por Pedro C. Carvalho e Clara André) foi executado em 2012 e 2013, no quadro de um protocolo celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o Município de Bragança. Os trabalhos de escavação no local e outros estudos laboratoriais foram retomados em 2015, ao abrigo dessa mesma pareceria entre a CMB e a FLUC, mas agora também com o importante suporte da **Fundação Calouste Gulbenkian** – que distinguiu este projecto em 2014 num concurso nacional para apoio a projectos na área da Arqueologia (2014-2016).

¹¹ Tereso *et al.* 2015.

¹² A publicação integral dos resultados deste plano de investigação será entretanto efetuada.

cados em escavação. De um deles, situado nas terras mais baixas, na parte mais oriental (quadrante sudeste) da Torre Velha, restam as sólidas fundações, sendo talvez de âmbito privado, objeto de alterações no Baixo-Império¹³. O outro, descoberto na parte mais elevada e ocidental deste local, face às suas dimensões e características construtivas (e à sua implantação numa zona que consideramos central do sítio), parece poder inscrever-se no âmbito da arquitetura pública.



Figura 2. Perspetiva das fundações de um “edifício flaviano”: sondagens AA AB 40 42 – quadrante sudeste da Torre Velha (© P. C. Carvalho).

O conjunto de materiais de época romana recolhido até ao momento é significativo. As escavações efetuadas em 2013 e 2015 ampliaram consideravelmente – sobretudo em termos de material alto-imperial – aquele descoberto em 2012, objecto entretanto de publicação¹⁴. O estudo crono-tipológico dos materiais mostra a prevalência de vários fabricos de cerâmica comum (de cozinha e de armazenamento), alguns produzidos inclusivamente na própria região de Bragança e outros em paragens mais distantes, como *Lucus Augusti*, revelando os fabricos locais ou regionais um repertório formal que, em alguns casos, remete claramente para produções de tradição indígena. Mas as peças importadas também estão presentes de forma numerosa. Entre estas produções de cerâmica fina destaca-se a *terra sigillata* hispânica e a hispânica tardia (ambas, maioritariamente,

¹³ A componente habitacional da Torre Velha no Baixo-Império, assim como durante um período largo da Antiguidade Tardia, encontra-se documentada em vários pontos deste local, seja na sua parte central mais a norte, seja no seu limite mais oriental.

¹⁴ André *et al.* 2014.

dos ateliers do vale do Ebro, surgindo com muito menos frequência as do vale do Douro), sendo muito escassos (mas surgem aqui pela primeira vez representados) os fragmentos de *sigillata* gálica e de *sigillata* africana A e D. Ao mesmo tempo, entre as cerâmicas finas, encontram-se algumas peças produzidas em Lugo (cerâmica de engobe vermelho) e Braga (lucernas), para além de alguns exemplares provenientes do vale do Tera (Zamora), incluindo cerâmicas de paredes finas da oficina de Melgar de Tera¹⁵.



Figura 3. Fragmentos de *sigillata* da primeira fase da produção hispânica: o primeiro, possivelmente, de uma Drag. 29; o segundo, com marca, aparentemente de *Lucius Sempronius*, um oleiro de Trício (© P. C. Carvalho).

Sobre os materiais cerâmicos uma outra nota pode ainda ser sublinhada: após vários meses de trabalhos, não se recolheu em escavação nenhum fragmento de ânfora. Esta situação parece denunciar não tanto a ausência, ou o não consumo, dos produtos que as ânforas habitualmente transportavam, mas antes o seu transporte desde as zonas costeiras até às regiões interiores (através da *uia XVII* do *Itinerário de Antonino*) num outro tipo de contentores, como os odres e os barris, mais propícios ao transporte a longas distâncias para regiões interiores por via terrestre. Mas também abre a possibilidade de uma produção regional de vinho e/ou azeite desde época antiga, sobretudo na Terra Quente do

¹⁵ Devido à falta de estudos ceramológicos sobre conjuntos exumados nas intervenções arqueológicas no Nordeste Transmontano, em geral, e na região de Bragança, em particular, o conjunto de materiais cerâmicos recolhido na Torre Velha assumir-se-á também como uma autêntica referência para compreender a economia e o comércio desta zona do Noroeste peninsular na época romana.

Nordeste transmontano, não tornando necessária, se assim for, uma importação significativa deste tipo de produtos desde outras paragens muito distantes.

Os artefactos metálicos estão representados por algumas peças funcionalmente diferenciadas que podem mesmo indiciar certas atividades. Neste conjunto de peças encontram-se fragmentos de objetos de adorno e uso pessoal (incluindo fíbulas), objetos de *toilette*, utensílios domésticos, alfaias agrícolas, ferramentas e ferragens. Entre as moedas passíveis de leitura, encontra-se um asse hispânico de Tibério, um dupôndio de Trajano, um possível asse de Adriano, um *antoninianus* de Galieno, dois *antoniniani* de Cláudio II, um *Diuo Claudio* e um *AE3* de Graciano. Outros materiais têm sido encontrados - desde os vidros, aos pesos de tear, passando pela cerâmica de construção (ainda que as *tegulae* e *lateres* não sejam abundantes neste sítio) -, reservando-se para outra publicação o estudo circunstanciado de todos os materiais da Torre Velha, devidamente contextualizados em termos estratigráficos e relacionados com as estruturas associadas e fases de ocupação do sítio.

Seja como for, e tendo em conta o conjunto de material recolhido em contexto estratigráfico, poderemos desde já adiantar que, antes de meados do séc. I (ou mesmo do período flaviano), o sítio da Torre Velha parece ainda não integrar os circuitos comerciais do Império. Só na passagem para a segunda metade do séc. I d.C. é que Castro de Avelãs parece claramente figurar entre os principais centros de consumo desta região interior do Noroeste peninsular - fenómeno que acompanhará e enquadrará o momento em que arqueologicamente se regista neste lugar um impulso construtivo (ou mesmo fundacional)?

Uma última nota neste ponto relativo aos resultados arqueológicos para referir que a investigação tem sido ainda desenvolvida no campo da arqueologia e antropologia funerária alto-medieval. A identificação de uma necrópole, com sepulturas datadas por radiocarbono entre os séc. VI e XII/XIII, estendendo-se por uma vasta área (pelo menos com 0,5 hectare), e as análises laboratoriais subsequentes, têm permitido trilhar os caminhos da paleobiologia, desde logo mediante estudos morfológicos e paleopatológicos, incluindo a diagnose sexual e a estimativa da idade à morte dos indivíduos exumados¹⁶. Mas as análises químicas e moleculares, que foram efetuadas em laboratórios internacionais de referência, têm também permitido a recolha de dados e a discussão de questões no âmbito da paleogenética (ADN antigo) e das paleodietas (análises de isótopos estáveis de carbono e de azoto), estando ainda previstas análises de isótopos de estrôncio, oxigénio e carbono, para aprofundar o estudo em torno da mobilidade populacional¹⁷.

3. NOVIDADES EPIGRÁFICAS

¹⁶ Tereso *et al.* 2015.

¹⁷ Tereso *et al.* 2015.

Apresentam-se, sumariamente, cinco novas epígrafes procedentes de Castro de Avelãs. Duas delas foram identificadas no decurso dos trabalhos de escavação realizados na Torre Velha em 2012 e encontravam-se em reaproveitamento numa sepultura (sep. 18/[UE.49]) integrada em necrópole de cronologia alti-medieval (séc. VI/VII-X/XI), correspondente a covacho de formato retangular, contornado na sua totalidade por lajes de xisto, configurando caixa, com cobertura lajeada, na qual se reutilizaram.

Uma outra epígrafe foi identificada nesta mesma altura na sequência de um testemunho de um particular que relata à equipa estar na posse de uma inscrição, que conservava na sua residência, em Bragança, procedente desta mesma aldeia. Apesar de não serem conhecidas as circunstâncias exatas do seu aparecimento, é credível o seu reporte à Torre Velha.

Uns anos antes, concretamente em 2006, na intervenção arqueológica levada a cabo nas ruínas do mosteiro beneditino, datável do século XII (ou ainda do XI)¹⁸, situado em plena aldeia, trabalhos realizados pelo IPPAR (Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico), sob orientação técnico-científica de Ricardo Teixeira e Helena Marçal (Arqueologia & Património), havia-se já exumado uma estela incompleta que também surgiu em reaproveitamento nas estruturas postas a descoberto em área adjacente à Igreja de Castro de Avelãs¹⁹, as quais revelaram o claustro, bem como as alas e dependências do mosteiro. Refira-se não ser inédita a situação de reaproveitamento de materiais romanos nas estruturas medievais do mosteiro, podendo citar-se outras epígrafes cuja identificação com elas se relaciona²⁰ e, inclusive, uma que continua em reaproveitamento na torre sineira²¹.

Junta-se, ainda, a este conjunto, um pequeno fragmento sem inscrição. Foi identificado por um dos signatários [C. A.] no pátio de uma casa da aldeia, no decurso de 2005, tendo sido descoberto, no ano anterior, aquando da abertura de uma vala no interior da própria aldeia de Castro de Avelãs.

3.1. Ara funerária de *Celer Licini*

Ara funerária ([55,5]x25,5x14,5), de granito, de formato prismático (*grosso modo* paralelepípedo), por quase não apresentar dimensionamento diferenciado entre o capitel (10,1/9,6x25,5x14,5), o fuste ([44,7/36,5]x23,7x13,6) e, possivelmente, a base, embora não seja asseverável que esta se cingiria ao prolongamento do fuste, pelo facto de a peça estar fraturada na parte inferior. No atinente

¹⁸ Sobre o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs: Oliveira 1991; Afonso 2002 e Fernandes 2012.

¹⁹ Redentor *et al.* 2016.

²⁰ *ERRB* 3, 14 (igreja), 31 (igreja), 60 (residência paroquial) e 138. Embora de forma hipotética, a mesma origem é, ainda, admissível para *ERRB* 1, 114 e 122.

²¹ *ERRB* 87.

ao capitel, este determina-se essencialmente pelo cimásio, rematado por *foculus* circular, encaixado entre esboços de *fastigia* de perfil arredondado, moldados nas faces anterior e posterior, e flanqueado por par de *puluilli* pouco desenvolvidos e, presentemente, com as extremidades esboroadas. A faixa que medeia entre a base destes elementos estruturais (*puluilli* e *fastigia*), balizada na face anterior por sulco, e as linhas auxiliares, que enquadram o texto nesta mesma face, constitui discreta cornija.

CELER
LICINI
A(nnis) V(ixit) · LVI

Céler, de Licino, viveu 56 anos.

Assim, a inscrição ocupa o lado anterior do fuste ([44,7/36,5]x23,7), distribuída por três regras ostensivamente definidas por quatro linhas auxiliares horizontais de gravação vincada, criando artifício estético que acentua o setor medial do suporte. O grão médio a grosso do granito impôs claros constrangimentos à gravação, bem evidenciados, por exemplo, pela necessidade de alargar o último espaço interliteral da primeira e segunda linhas ou mesmo pela opção em gravar com II os EE.

O conteúdo escrito corresponde ao epitáfio de defunto de estatuto jurídico peregrino, falecido com 56 anos. Tanto o seu idónimo, *Celer*, como o nome do pai, *Licinus*, são antropónimos latinos. A representação hispânica do idiónimo é forte, seja nesta função, seja como cognome²², sobretudo na Lusitânia²³. Tem, todavia, representação em *Asturica Augusta*²⁴, *Legio*²⁵ e nas proximidades de *Aquae Flaviae*²⁶, ainda que não constasse no território que se vem atribuindo aos Zoelas. Quanto ao patronímico, apesar de se perceber ser antropónimo menos frequente²⁷, tem já comprovação no território zoela, documentado, também, nessa função²⁸. É de realçar que, do ponto de vista semântico, detém significado

²² Abascal 1994: 322-323.

²³ Para este âmbito territorial específico, Grupo Mérida 2003: 138-139, mapa 85.

²⁴ *CIL* II 2639 + *ERPL* 148, integrando nomenclatura de um brácaro, veterano da *legio II Adiutrix*.

²⁵ *ERPL* 182.

²⁶ *CIL* II 2609. Esta inscrição é erroneamente reportada a Casto de Avelãs por Abascal 1994: 322.

²⁷ Abascal 1994: 400.

²⁸ Em inscrição (*AE* 1982, 573 = *ERRB* 41) aparecida nos Quatro Caminhos, no lado norte da cidade de Bragança, e, ainda, numa outra de Duas Igrejas (Mourinho 1986: 33, n.º 24).

próximo ao do popular nome indígena *Reburrus*²⁹, aspeto que poderá justificar o seu aparente sucesso neste contexto geográfico, em resultado de um mecanismo de tradução. O modo de menção da idade e o próprio tipo de suporte indiciam cronologia posterior aos inícios do século II, ainda que o facto de se utilizar o nominativo na identificação do defunto possa centrar nesta centúria o monumento.



Figura 4. Ara funerária de *Celer Licini* (© A. Redentor).

3.2. Fragmento de estela funerária dupla

Fragmento de estela funerária dupla ([56,7]x[46,1]x12), de granito, da qual se conservam incompletos os campos epigráficos, plausivelmente correspondentes à secção medial da face anterior deste suporte, e uma parte da metade esquerda do registo que lhes subjaz. Esta fração do suporte encontra-se superiormente recortada em arco e com fratura diagonal em baixo, permanecendo intacta, no respeitante às faces laterais, apenas uma parte da do lado esquerdo.

As cartelas, rebaixadas e de formato retangular verticalizado ([24,5]x[23] e [20,7]x[11,8]), estão separadas por banda com sulco central, à semelhança do que acontece no rebordo da estela que as delimita lateralmente, bem como aos

²⁹ Kajanto 1965: 236.

motivos de índole arquitetónica que integram a ornamentação do registo inferior.

Esta é formada por representação de arcaria e iconografia astral. Alinhado com o lado exterior da cartela da esquerda, arco de volta redonda rebaixado, havendo, ainda, vestígios de um outro mais ou menos coincidente com o eixo central da face da estela, indiciando uma composição de três vãos. Sobre esta, figuraria par de semicírculos incisos correspondentes a representações de crescentes de pontas voltadas para cima, em posição interpolada com os vãos, conforme exemplifica o que se preserva na metade esquerda. Em face do conhecimento disponível sobre a tipologia das estelas funerárias da região³⁰, é altamente provável que o registo das cabeiras, imediato ao limite superior das cartelas, fosse marcado por motivos de temática astral (roda de raios curvos e esquadros).

a)

[D(is) M(anibus)]?
[C]AIN(oni)
MAX(imi?)
AN(norum)· LX
S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(euis)

Aos deuses Manes (?). A Cenão, de Máximo (?), de 60 anos. Que a terra te seja leve.

b)

[D(is) M(anibus)]?
[---]
LV[C.(---i)]
AN(norum) [..]
S(it) · [T(ibi) · T(erra) · L(euis)]

Aos deuses Manes (?). A [---], de Luc[---], de [---] anos. Que a terra te seja leve.

Os dois epitáfios encontram-se incompletos, estimando-se que originalmente existissem cinco linhas de texto em cada cartela, conforme se depreende do registo conservado na da esquerda, bem como do seu formato, uma vez que na da direita apenas resta menos de meia dúzia de letras.

No epitáfio que se conserva mais íntegro, identifica-se defunto de estatuto, plausivelmente, peregrino, falecido com 60 anos: *Caino*, o qual, contrariamente ao pai, supostamente *Maximus* – ainda que a abreviatura possa encobrir forma antroponímica afim –, ostenta nome de origem indígena. O estado de conser-

³⁰ Cf. Redentor 2002: 196-205.

vação da cartela do lado direito não permite a restituição do nome do defunto, nem da idade de falecimento. Uma fórmula funerária corrente, que ordinariamente se apresenta por meio das siglas S. T. T. L., surge a rematar ambos os epitáfios. Possivelmente, também ambos os textos estariam encabeçados pela consagração aos deuses Manes. Este facto, associado à utilização da fórmula final S. T. T. L., permite considerar a estela datável do século II ou inícios do III, mas não posteriormente, considerando o muito provável estatuto jurídico dos defuntos: *peregrini*, apesar da abreviatura dos antropónimos. Esta convicção baseia-se no facto de a abreviatura da primeira forma antropónimica do texto da cartela da esquerda facilmente se enquadrar com um antropónimo indígena tipicamente lusitano com representação no âmbito regional³¹, ainda que a grafia com *-i-*, claramente atestada no interior da Lusitânia, seja inédita a norte do Douro. Concomitantemente, resulta menos evidente um eventual desdobramento em função de um gentílico, ainda que se reconheça a existência do *nomen* latino *Caenius*³², aparentemente indocumentado na Hispânia³³. O antropónimo latino que, dubitativamente, se sugere para o patronímico é dos mais difundidos na Hispânia³⁴.



Figura 5. Fragmento de estela funerária dupla (© A. Redentor).

³¹ Abascal 1994: 308-309; Untermann 1965: 79-80, mapa 22; Grupo Mérida 2003: 125-126, mapa 65; Vallejo 2005: 238-242.

³² Solin e Salomies 1988: 40.

³³ *OPEL* 2: 18; Abascal 1994. Recente revisão de um altar dedicado às *Nymphae* (*CIL* II 2457a e 5572a + Redentor 2017: II, 91-92, n.º 106), associado à estância termal de Caldelas, Vila Verde, admite a documentação de um gentílico *Caenius*, ainda que considerando ser resultado de mecanismo formação patronímica, relacionando-o, assim, com a forma idionímica indígena (Redentor 2017: I, 180).

³⁴ Abascal 1994: 422-423, verificando-se que, conjuntamente com a forma feminina, ocupa, neste arrolamento, a quarta posição em termos de frequência de cognomes e nomes únicos.

3.3. Estela funerária de *Tritia Magatoutif*.

Estela funerária ([67]x33x11), de granito, de cabeceira semicircular e estrutura ornamental tripartida, incompleta na parte basal. A cabeceira é preenchida por roda de seis raios curvos de orientação sinistrorsa e orifício central, esculpida em relevo plano, sendo, superior e lateralmente, enquadrada pelo rebordo perimetral, que se encontra lascado no lado esquerdo e bastante desfeito em cima. Pela parte inferior, o motivo central é flanqueado por dois emblemas angulosos em forma de esquadro. Subjaz-lhe cartela retangular, rebaixada, a que se segue, completando a organização ornamental, representação, incompleta, de par de vãos, de conformação degenerada em forma de palmatória.

D(is) M(anibus)
TRITIAE
MAGATOV
TI · F(iliae) · AN(norum) · IX
S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(euis)

A Trícia, filha de Magatouto, de 9 anos. Que a terra te seja leve.

Trata-se de epitáfio referente a uma menina de nove anos e de estatuto peregrino. Quer a fórmula de abertura, quer a de clausura foram gravadas no exterior do campo epigráfico (24,5x17): a consagração aos Manes, no espaço que medeia entre os emblemas angulosos que fecham a ornamentação da cabeceira, e a fórmula S. T. T. L., na parte superior do registo basal, com as três primeiras siglas entre os dois vãos aí representados e a sigla final separada, depois do da direita. As três linhas de texto que a cartela acolhe encontram-se paginadas com alinhamento simultâneo à esquerda e à direita. Na separação de palavras, siglas e números recorreu-se a pontuação.

A antroponímia associada à nomenclatura da defunta é indígena, sendo que o patronímico constitui um hápax. *Tritia* é nome bastante bem representado na Astúria meridional, onde se incluem as terras transmontanas do Nordeste, sendo integrável no repertório lusitano-ásture³⁵. A sua base etimológica remonta à forma indo-europeia **trei-* “três”³⁶, também repercutida na antroponímia gálica³⁷.

Também o patronímico, *Magatoutus*, que se afigura como nome composto, atrai ressonâncias gálicas. É que a base *Tout-* está bastante difundida na onomástica e léxico comum da Gália³⁸, mas tem igualmente evidência na

³⁵ Albertos 1966: 233-234 e mapa 8; Vallejo 2005: 435.

³⁶ *IEW*: 1090.

³⁷ *GPN*:378-380; *DLG*: 303.

³⁸ *GPN*: 266-269; *DLG*: 295.

área lusitano-ásture³⁹ e a investigação admite a sua relação com o indo-europeu **teu-* “inchar”⁴⁰ de cuja ampliação resulta **teuta* “povo”⁴¹. A primeira parte deste nome parece alinhar-se com a antroponímia hispânica de base *Mag-* / *Mac-*, eventualmente procedente de **még-h₂-* / **mag-* “grande”⁴², com consistente incidência no extremo do Nordeste lusitano e no Sul da Astúria, como *Macanus/-a* e *Maganus/-a*⁴³.

A datação da inscrição corresponderá ao século II ou início do século III, tendo em vista o estatuto jurídico da defunta e o facto de o seu nome surgir em dativo, associado à consagração aos Manes e à fórmula final S. T. T. L.



Figura 6. Estela funerária de *Tritia Magatouti* f. (© P. C. Carvalho).

3.4. Estela funerária de *Cloutius Doci*

Estela de cabeceira semicircular, de dimensão contida, a que não será alheio o facto de ser talco a matéria do suporte, mas incompleta ([40]x24,5x9). A sua estrutura tipológica apresenta-se constituída por dois campos rebaixados, delimi-

³⁹ Albertos 1966: 232-233; Vallejo 2005: 429-430.

⁴⁰ *IEW*: 1080.

⁴¹ *IEW*: 1084.

⁴² *IEW*: 709.

⁴³ Albertos 1966: 141; Vallejo 2005: 337-341.

tados pelo rebordo da face anterior do suporte. O superior (22,5x16,5), de configuração semicircular alongada, correspondendo à cabeceira, contém o essencial da inscrição. O que lhe subjaz ([5,5]x15,5) terá tido formato quadrilateral, mas encontra-se incompleto, conservando-se apenas a uma fração da sua parte superior.

CLOVTI
DOCI
MONVM(entum)

Monumento de Clúcio, de Dócio.

O texto gravado no campo superior aparece disposto em três linhas ligeiramente descendentes, indiciando não ter havido um prévio trabalho de paginação, algo que pode dever-se ao facto de a ductilidade do suporte se proporcionar para um trabalho menos técnico. É verosímil que a parte superior do segundo campo possa ter sido igualmente epigrafada: ténues vestígios de traços podem apontar nesse sentido, mas não é possível uma pronúncia positiva ao não se discernir, com total segurança, coerência alfabética nesses indícios.

O conteúdo textual é bastante simples, afirmando estar-se em presença de monumento funerário de um indígena de estatuto peregrino: *Cloutius Doci*. Tanto o idionimo do defunto como o seu patronímico são antropónimos indígenas e com forte presença em território zoela, tendo ambos, inclusive, presença na primeira parte do Pacto de Astorga⁴⁴. O nome *Docius* tem sido considerado representante típico da área ásture⁴⁵, com forte presença na área zoela⁴⁶. Quanto ao nome *Cloutius*, é também evidente uma forte presença na área ásture meridional e no Nordeste lusitano, com alguma extensão à área calaica⁴⁷, encontrando-se bem testemunhado na região transmontano-zamorana ocidental⁴⁸.

A simplicidade do epitáfio, com utilização do genitivo na indicação do nome do defunto, o estatuto jurídico deste, associados ao esquema tipológico da estela e à paleografia permitem admitir uma datação no século I, não anterior, todavia, aos inícios dos seus meados⁴⁹.

⁴⁴ CIL II 2633.

⁴⁵ Untermann 1965: 21 e 104-105, mapa 37; Vallejo 2005: 300-303.

⁴⁶ Redentor *et alii* 2016.

⁴⁷ Vallejo 2005: 283.

⁴⁸ Redentor *et alii* 2016.

⁴⁹ Redentor 2002: 211. Há conhecimento de uma utilização bastante precoce do termo *monumentum* associado às inscrições funerárias hispânicas (*u. g.* CIL II 528, de *Emerita Augusta*, datável de finais do século I a. C. ou nos inícios do seguinte, conforme aponta Edmondson 2006: 205-207), embora se venha assumindo que este uso epigráfico se generalize apenas a partir de meados do século II (Iglesias e Ruiz 1998: 73).



Figura 7. Estela funerária de *Cloutius Doci* (© A. Redentor).

3.5. Cabeceira de estela funerária

Fragmento de estela funerária ([54]x52x20), de granito, correspondente a cabeceira semicircular, cujo topo se encontra fraturado, afetando o principal motivo decorativo que acolhe. Lavrados em relevo plano, apresenta roda de treze raios curvos de orientação dextrorsa incerta em círculo e, em posição subalterna, par de emblemas angulosos em forma de esquadro de extremidades bífidas, mais ou menos alinhados com o motivo astral superior e a flanquear tridente inciso, posicionado no eixo central da face da estela.

O tipo de monumento e a ornamentação comprovam o caráter funerário da peça, apesar de não se conservar qualquer vestígio da inscrição que se lhe associaria.

Os elementos decorativos da cabeceira, nomeadamente a roda de raios curvos em associação a emblemas angulosos e o tridente, remetem para a possibilidade de ter pertencido a suporte integrável no grupo VI da tipologia de estelas funerárias ensaiada em *ERRB*⁵⁰, com esquema decorativo tripartido, no qual a cabeceira não surge individualizada por superfície rebaixada, e que se comple-

⁵⁰ Redentor 2002: 199-205.

taria com campo epigráfico ([5,5]x[20]) quadrilateral e representação de arcaria no registo inferior.

Pelo facto de o tridente andar associado a emblemas angulosos e, inclusive, a crescentes não se deixa de equacionar ter tido um simbolismo relacionado com o mundo cósmico⁵¹.

Tendo em atenção a possibilidade de inserção tipológica acima enunciada, enquadrar-se-ia nos séculos II-III.



Figura 8. Cabeceira de estela funerária (© A. Redentor).

4. NOTAS FINAIS

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos últimos anos na Torre Velha, em Castro de Avelãs, mostram que este espaço foi ocupado pelo menos entre o séc. I d.C. e o séc. XII. Em época romana, face aos resultados até ao momento obtidos, a ocupação inicial deste lugar parece inscrever-se em meados do séc. I d.C. / inícios da segunda metade do séc. I d.C. – a sequência estratigráfica registada, com os materiais datáveis associados que contextualizam também certas áreas edificadas, revela-o sem grandes dúvidas.

A natureza de alguns desses achados – cronologia e tipo de construção – não

⁵¹ Redentor 2002: 242-243.

pode deixar de trazer à colação a inscrição honorífica de Gostei⁵², quando alguns autores referem que esta epígrafe poderá sugerir o reconhecimento da *ciuitas Zoelarum* em meados do séc. I d.C. Efetivamente, esta dedicatória ao imperador Cláudio, gravada aparentemente num bloco paralelepípedo⁵³, é considerada por F. S. Lemos como um possível cipo erigido no *forum* de um aglomerado urbano, sustentando a hipótese de a Torre Velha ter sido reconhecida como sede de *ciuitas* sob este imperador, o que seria confirmado pela epígrafe⁵⁴.

Recentemente, A. Redentor⁵⁵ admitiu que à luz da *Tabula* de Astorga⁵⁶ se terá produzido, entre o início do século I (27 d.C.) e os meados do século seguinte (152 d.C.), um aprofundamento político no território zoela com a aplicação coerente, em termos institucionais e administrativos (para além da dimensão territorial), do modelo romano da *ciuitas*, ainda que determinadas unidades organizativas continuassem estruturadas dentro desta nova realidade, que tem, relativamente a elas, um papel aglutinante e assimilador, questionando-se quanto à eleição da *caput ciuitatis* em fase claudiana (41-54 d.C.) e a eventuais acertos territoriais. Hipótese que, como refere, estaria em linha com comprovadas ações de delimitação de territórios da época de Cláudio em contexto ásture, como, por exemplo, o estabelecimento, por meio de *termini*, dos limites entre os *prata* da *cohors IV Gallorum* e os territórios das *ciuitates Luggonum* e *Beduniensium* ou entre o território desta e os *prata* da *legio X*. E com este horizonte temporal aponta também, a sul do Douro, outras demarcações conhecidas, pelos *termini* de Goujoim e Balsemão, datadas do imperialato de Cláudio, ainda que estes possam representar respostas diferenciadas em termos de delimitação territorial⁵⁷.

O conjunto de epígrafes que ora se apresenta cobre um aro cronológico extenso, apontando para uma ocupação contínua dentro do período alto-imperial, ainda que esta seja efetivamente mais antiga que aquela que propomos através destas epígrafes.

Como se foi referindo aquando da apresentação de cada uma das peças, as propostas de datação avançadas permitem construir um relato de ocupação entre os meados da primeira centúria e os inícios da terceira.

Não se encontram, todavia, identificados os ambientes funerários corres-

⁵² Esta inscrição (= *CIL* II 6217; Lopo 1987: 46) foi encontrada por José Henriques Pinheiro (1888; 1889) na igreja de S. Cláudio, entre as aldeias de Gostei e Formil, numa localização bastante próxima da Torre Velha (c. de 1,5 km). Sobre esta inscrição e o que representa: *CIL* II 6217; Tranoy, 1980: 590-592; *ERRB* 12.

⁵³ Encarnação 1993: 321.

⁵⁴ Lemos 1993: Ib, 388.

⁵⁵ Redentor 2017: I, 398-399.

⁵⁶ *CIL* II 2633.

⁵⁷ Vaz 2007: 69.

pondentes à fase alto-imperial, mas a epigrafia associada ao sítio anteriormente conhecida já apontava para uma diacronia de ocupação que englobava o século I d. C., apesar de haver ainda a considerar a existência de um miliário augustano que é datável de 2 a.C.⁵⁸

Da análise do conteúdo dos novos epitáfios reportados à Torre Velha ressalta o facto de todos eles serem referentes a defuntos com o estatuto de *peregrini*: *Cloutius Doci*, *Celer Licini*, *Tritia Magatouti f.*, bem como *Caino Maximi(?)* e um outro cujo nome não é possível restituir, [---] *Luc.*[---].

Esta constatação, todavia, apenas reforça a tendência do cenário social esboçado pelo *corpus* já conhecido e que constava de 20 inscrições – com exceção de duas inscrições votivas⁵⁹, de uma ara de classificação indeterminada⁶⁰ e dois miliários⁶¹, as restantes 15 peças são de natureza funerária⁶².

Este conjunto permitia particularizar com relativa segurança 13 indivíduos, dos quais o número de peregrinos (46,15%, correspondente a 6 indivíduos) já ultrapassava o de cidadãos romanos (30,77%, correspondendo a 4 indivíduos), havendo ainda um núcleo de estatuto servil (23,08%, correspondendo a 3 indivíduos).

Quatro das novas epígrafes permitem incrementar o número de *peregrini*, saldando-se em 11 os indivíduos com este estatuto (61,11%), ampliando-se a diferença para com os cidadãos romanos (22,22%) e escravos (16,67%).

Torna-se evidente a superioridade numérica da população peregrina documentada na epigrafia da Torre Velha de Castro de Avelãs relativamente aos restantes estatutos jurídicos, sendo que esta constatação se encontra alinhada com o panorama reconhecível à escala da *ciuitas*⁶³. Não obstante, esta é uma realidade documental que suscita reflexão, até porque, em face do paradigma urbano da *ciuitas* romana, seria espectável encontrar no contexto da Torre Velha uma maior expressão das estruturas onomásticas quirritárias, considerando os foros de capitalidade que se lhe veem atribuindo. Em termos comparativos, os dados mais recentes referentes à parte ocidental do *conuentus Bracarum*, por exemplo, deixam claro que o número de indivíduos com expressão quirritária documentados no registo epigráfico é superior ao de *peregrini*, evidenciando um maior impacto da cultura epigráfica entre os primeiros⁶⁴.

Todavia, no caso que nos ocupa, a questão deve ser vista à escala geral da *ciuitas*, considerando que se estará num contexto eminentemente rural⁶⁵, com

⁵⁸ *CIL* II 6215 + *ERRB* 127.

⁵⁹ *ERRB* 1 e 3.

⁶⁰ *ERRB* 138.

⁶¹ *ERRB* 127 e 129.

⁶² *ERRB* 14, 20, 23, 31, 32, 60, 64, 65, 75, 87, 96, 101, 114, 121 e 122.

⁶³ Sastre 2002: 48, gráfico 3; Redentor 2002: 245.

⁶⁴ Redentor 2017: I, 168.

⁶⁵ Redentor 2002: 251; Sastre 2002: 48.

uma malha de povoamento hierarquizada, mas, simultaneamente, descentralizada⁶⁶, situação que entendemos contribuir para atenuar tendências de concentração das elites políticas nos assentamentos principais, considerando que três núcleos mais destacados parecem polarizar a ocupação: Torre Velha de Castro de Avelãs, Castelar de Picote e Villalcampo⁶⁷. A epigrafia, em boa medida, revelará a existência de proprietários distribuídos pelos novos tipos de assentamentos que conhece a época romana (povoados romanos, casais e *uillae*), dedicados à exploração da terra que acumulam excedentes⁶⁸. Não obstante, será significativo que tanto a epigrafia funerária, como a votiva se associem aos núcleos de povoamento principais, incluindo a Torre Velha de Castro de Avelãs, a *uici* e a povoados romanos⁶⁹.

Torna-se legítimo equacionar, à semelhança de I. Sastre⁷⁰, a possibilidade de, eventualmente, as famílias melhor situadas nos círculos de poder tecidos pela administração não serem as mais bem representadas pela epigrafia local, ainda que seja difícil admitir que tal se acomode a uma questão de medição do valor real da cidadania romana, uma vez que as fronteiras jurídicas entre *ciues* e *peregrini* estão muito bem balizadas, delimitando os possíveis raios de ação e de afirmação política no quadro cívico e no contexto conventual, mormente a partir do momento em que o *ius Latii* é atribuído a toda a *Hispania*.

Na realidade, o uso da tecnologia da escrita por parte de setores sociais que detiveram algum tipo de preponderância, seja social, económica ou política, foi importante meio de afirmação e domínio. Mas será acertado considerar que a massa populacional peregrina foi socioeconomicamente diversificada e bem mais ampla que o setor que granjeou a naturalização através das vias que o permitiam, fosse uma excecional atribuição por parte do imperador, o ingresso nos corpos militares auxiliares ou a via do exercício das magistraturas locais a partir do período flaviano⁷¹.

Em parte, este cenário poder-se-á também explicar, decerto, por uma marcante ausência de imigração itálica (visível, por exemplo, na falta de determinados *nomina* de feição característica relacionáveis com esses fluxos), como ocorreu em latitudes mais meridionais da península, onde o processo de integração no domínio romano foi bem mais precoce⁷².

No que à epigrafia do arqueossítio da Torre Velha respeita, e concretamente

⁶⁶ Lemos 1993: Ib, 496-497; Sastre 2002: 47.

⁶⁷ Lemos 1993: Ib, 496-497.

⁶⁸ Lemos 1993: Ib, 451-452.

⁶⁹ Lemos 1993: Ib, 472-474.

⁷⁰ Sastre 2002: 56.

⁷¹ Redentor 2002: 244.

⁷² Le Roux 2010: 51-113. Sobre o reflexo onomástico da emigração itálica, concretamente em território lusitano, Navarro 2000: 281-297.

ao retrato social que a partir dela se esboça, será ainda de ter em atenção não só a hierarquização do povoamento no contexto alargado da *ciuitas*, mas também a descentralização do povoamento em termos regionais, em torno deste assentamento localizado na depressão de Bragança, onde *Aerno*, a divindade que terá tido uma dimensão tutelar relativamente ao povo Zoela⁷³, terá tido um lugar de culto oficial. Esta descentralização do povoamento pelo território decerto terá contribuído para a atomização do cenário de representação política no palco específico de uma plausível *caput ciuitatis*, que o poderá ter sido em jeito mais formal do que efetivo.

BIBLIOGRAFIA

- Abascal Palazón, J. M. (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia-[Madrid].
- Alarcão, J. (1988a), *Roman Portugal*, vol. II, fasc 1. Warminster.
- Alarcão, J. (1988b), *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.
- Alarcão, J. (1990), “O reordenamento territorial”, in J. Alarcão (coord.), *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa, 352-382.
- Albertos Firmat, M. de L. (1966), *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca.
- Année Epigraphique*, L. Paris (= AE).
- Afonso, A. M. (2002), *O mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna (1500-1538)*. Cascais.
- Almeida, J. M. (1966), “Varia epigráfica”, *Revista de Guimarães* 76:3-4: 339-358.
- André, C., Carvalho, P. C., Costa, M., Fernández, A. e Tereso, S. (2014), “Cerâmicas romanas da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança), primeira síntese”, in R. Morais, A. Fernández e M. J. Sousa, eds., *Monografias Ex Officina Hispana, II: as produções cerâmicas de imitação na Hispânia*, Tomo 1. Porto, 573-586.
- Bragado Toranzo, J. M. (1991), *Fuentes literárias y epigráficas de la provincia de Zamora y su relación con las vías romanas de la cuenca del Duero*. León.
- Costa, A. J. (1959), *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 2 vols. Coimbra.
- Delamarre, X. (2003), *Dictionnaire de la langue gauloise: une approche linguistique du vieux-celtique continental*. Paris. (= DLG).

⁷³ Tranoy 1981: 296; Le Roux 1992: 179-180; Redentor 2006: 258-259.

- Edmondson, J. (2006), *Granite Funerary Stelae from Augusta Emerita*. Mérida.
- Encarnação, J. d' (1993), "Arqueologia e epigrafia: uma complementaridade a potenciar" in V. O. Jorge (coord.), *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de outubro de 1993): actas*, vol. 1. Porto, 313-327.
- Evans, D. E. (1967), *Gaulish Personal Names: a Study of some Continental Celtic Formations*. Oxford (= GPN).
- Fernandes, A. A. (1997), *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Arouca.
- Fernandes, P. A. (2012), "O estranho caso de uma igreja de tijolo", *Revista Monumentos* 32: 84-95.
- García Martínez, S. M. (1996), *La romanización de los Conuentus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: su estudio epigráfico*. León.
- Grupo Mérida (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida-Bordéus.
- Hispania Antiqua Epigraphica: suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*. Madrid (= HAE).
- Hispania Epigraphica*. Madrid (= HEP).
- Hübner, E. (1869), *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- Hübner, E. (1892), *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Berolini (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- Iglesias, J. M., Ruiz, A. (1998), *Epigrafía romana de Cantabria*. Bordeaux-Santander.
- Kajanto, I. (1965), *The Latin Cognomina*. Helsinki.
- Lemos, F. S. (1993), *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga (tese de doutoramento policopiada).
- Le Roux, P. (1992), "Deus Aernus: CIL, II, 2607 = 5651 reconstitué", *Conimbriga* 31: 173-180.
- Le Roux, P. (2010), *La péninsule Ibérique aux époques romaines (fin du III^e s. av. n. è. – début du VI^e s. de n. è.)*. Paris.
- Lopo, A. P. (1987), *Apontamentos arqueológicos*. Braga.
- Lörincz, B. (1999), *Onomasticon Prounciarum Europae Latinarum*. Wien, Vol. 2: *Cabalicus – Ixus* (= OPEL 2).
- Morán Bardón, C. (1944), "Vestigios romanos y visigodos", *Archivo Español de Arqueología* 17: 56, 240-251.
- Mourinho, A. M. (1986), "Epigrafia latina de entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947", *Brigantia* 6 (1-3): 3-36.

- Navarro Caballero, M. (2000), “Notas sobre algunos gentilicios romanos de Lusitania: una propuesta metodológica acerca de la emigración itálica”, in J.-G. Gorges, T. Nogales Basarrate (eds.), *Sociedad y cultura en Lusitânia romana: IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida, 281-297.
- Oliveira, C. P. (1991), “O Mosteiro Beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região bragançana”, *Brigantia* 11 (1-2): 33-46.
- Pinheiro, J. H. (1888), “Relatório sobre as ruínas descobertas junto da povoação de Castro d’Avelãs no mez de fevereiro de 1887 e sobre o reconhecimento que nas referidas ruínas fez José Henriques Pinheiro por conta da Sociedade Martins Sarmento”, *Revista de Guimarães* 5 (2): 72-96.
- Pinheiro, J. H. (1889), “Duas inscrições romanas inéditas”, *Revista de Guimarães* 6 (2): 53-57.
- Pokorny, J. (1959), *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. Bern-München (= *IEW*).
- Rabanal Alonso, M. A., García Martínez, S. M. (2001), *Epigrafía romana de la provincia de León: revision y actualización*. León (= *ERPL*).
- Redentor, A. (2002), *Epigrafia romana da região de Bragança*. Lisboa (= *ERRB*).
- Redentor, A. (2006), “Manifestações religiosas e onomástica na *civitas Zoelarum*”, *Conimbriga* 45: 253-273.
- Redentor, A. (2017), *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácaro da época romana*. Tese de Doutoramento, Coimbra, 2 vols.
- Redentor, A., Marçal, H., Teixeira, R., (2016), “Nova estela funerária de Castro de Avelãs (*conuentus Asturum*)”, *Ficheiro Epigráfico* 135: nº 564.
- Sastre Prats, I. (2002), *Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del conventus Asturum durante el Alto Imperio*. Madrid.
- Solin, H., Salomies, O. (1988), *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim [etc.], Olms.
- Tereso, S., Brito, A., Umbelino, C., Cipriano, M., André, C., Carvalho, P. C. (2015), “O espaço funerário alto-medieval da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança)”, *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário, Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição (Évora, 29 de abril a 1 de maio de 2013)*, Évora: 297-306.
- Tereso, S.; Brito, A., Umbelino, C., Cipriano, M., André, C., Carvalho, P. C. (2015), “Arqueologia funerária alto medieval da Torre Velha (Castro de Avelãs, Bragança)”, in J. Quirós Castillo (coord.), *Quiénes fueron, qué fueron y qué hacían. Identidad y arqueología funeraria entre los siglos V y VIII*. Vitoria-Gasteiz, 145-160.

- Tranoy, A. (1980), “Le pseudo-milliaire de S. Cláudio (Gostei - Bragança) et les limites orientales du *conuentus Bracarum*”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (4): 589-594.
- Tranoy, A. (1981), *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris.
- Untermann, J. (1965), *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid.
- Vallejo Ruiz, J. M. (2005), *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz.
- Vaz, J. L. I. (2007), *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*. Lamego.
- Vives, J. (1971-1972), *Inscripciones latinas de la España Romana: antología de 6.800 textos*. Barcelona, 2 vols. (= *ILER*).

UMA REFLEXÃO SOBRE A EPIGRAFIA CLÁSSICA DA BEIRA INTERIOR COM O AUXÍLIO DOS SIG

(Considerations on classical epigraphy of the Beira Interior (Portugal) using GIS)

MARCOS OSÓRIO (arkmarcos@hotmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEAACP e Município do Sabugal

RESUMO- Partindo dos vários achados epigráficos da Beira Interior, consultados em diversos catálogos e publicações, e tendo ainda em conta os abundantes estudos do povoamento romano deste território, produzimos uma abordagem específica a estes importantes testemunhos da romanização através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), numa reflexão que cruza fontes epigráficas, metodologias de arqueologia espacial e recursos computacionais.

Com as conclusões obtidas da aplicação destas ferramentas informáticas à problemática das práticas epigráficas na região entre os rios Douro e Tejo, discutem-se algumas questões relativas à dispersão destes achados epigráficos, à sua categorização por tipologias, definindo eventuais áreas de cultos e de ritos fúnebres, e promovendo a sua articulação com os núcleos habitados, as unidades territoriais e as vias de comunicação, com vista à caracterização das populações locais, segundo as suas particularidades económicas, culturais e étnicas.

PALAVRAS-CHAVE - SIG; análise espacial; epigrafia clássica; Beira Interior; povoamento romano

ABSTRACT - Starting from the numerous epigraphic findings of Beira Interior in many catalogues and publications and taking into account several studies on the roman settlement of this territory, we produced a specific approach to these important testimonies of Romanization through the Geographic Information Systems (GIS), a reflection crossing epigraphic sources, spatial archaeology methodologies and computational resources.

With the conclusions drawn from the application of these computer tools to the problems of epigraphic practices in the region between Douro and Tejo rivers, we discuss some issues related to the dispersion of these epigraphic findings, their categorization by types, defining possible areas of cults and funeral rites, and promoting their articulation with the inhabited centers, the territorial units and the roads, for the characterization of local communities, according to their economic, cultural and ethnic characteristics.

KEYWORDS- GIS; spatial analysis; classical epigraphy; Beira Interior; roman settlement

Este trabalho vem no seguimento de outros contributos desenvolvidos para a Antiguidade Clássica da Beira Interior com o auxílio dos SIG (Osório, no prelo), procurando reunir e analisar com estes meios informáticos a abundante informação dispersa que tem sido apresentada pelos investigadores em inúmeras publicações. Há já algum tempo que ambicionávamos fazer uma abordagem à epigrafia da região com esta metodologia digital de trabalho. Embora não tenha sido possível realizar para esta apresentação mais do que estas análises ao fenómeno, por limitação de tempo e espaço, deixamos aqui algumas reflexões gerais sobre o tema, que poderão sofrer mais desenvolvimentos, em futuras oportunidades.

Naturalmente que a 1ª fase do trabalho consistiu na consulta, durante alguns meses, dos antigos catálogos até às publicações mais recentes de epigrafia clássica para conseguir proceder à rigorosa georreferenciação do grande volume de achados epigráficos já publicados nos vários municípios dos distritos da Guarda e de Castelo Branco. Por vezes a informação era insuficiente ou omissa para a sua exata localização no mapa, havendo também naturais repetições, por vezes contraditórias, por vários registos bibliográficos.

Não foi nossa intenção prestar-nos a este labor apenas para produzir a mera cartografia dos achados, mas pretendeu-se criar uma base de dados geográfica para ser trabalhada nesta, e em próximas abordagens, prevendo os necessários campos descritivos na tabela associada aos pontos cartografados e com esses dados sistematizados produzir algumas análises espaciais ao conjunto epigráfico. Ambicionávamos relacionar, de uma forma inédita, estes elementos recolhidos com a informação de cariz geológico e com o contexto arqueológico conhecido dos cadastros de povoamento romano existentes. As questões específicas do domínio do estudo epigráfico não foram aqui examinadas em detalhe por não ser esse o propósito deste trabalho e porque a nossa competência não o permitia. Aquilo que se pretendia era a visão de conjunto, inserida no espaço de estudo.

Foram integradas no sistema informático 521 inscrições provenientes destes dois distritos entre o rio Douro e o rio Tejo (Fig. 1). Para efeitos do estudo pretendido, incluíram-se as anepígrafas e excluíram-se as que estão nos museus regionais com proveniência desconhecida, pois estão espacialmente descontextualizadas. Também as inscrições paleocristãs tardias e os miliários não foram considerados neste texto, embora estes últimos mereçam uma abordagem particular noutro local.

É um bom lote de testemunhos epigráficos e um dos melhores do território português, pelo grande número de achados e pela elevada qualidade dos exemplares documentados. Contudo, temos consciência das limitações deste levantamento e que ele terá as suas lacunas, embora se aproxime bastante daquilo que será o *corpus* epigráfico conhecido neste território português.

Estas concentrações justificam-se, por um lado, por serem alguns dos lugares de maior importância na região durante o período romano, correspondendo às primitivas capitais de *civitates*, aos *vici*, aos locais de residência dos indivíduos de maior *status*, bem como a locais de culto atestado arqueologicamente e onde decorriam atos relevantes de interesse público/coletivo (Carvalho, 2007: 516). Mas pode suceder que em determinadas situações este fenómeno se deva apenas a condições especiais de preservação dos monumentos, em contraste com outros sítios com a mesma potencialidade, como por exemplo o assentamento da Póvoa do Mileu (Guarda) e a *civitas* de Almofala, onde o paradeiro das eventuais epígrafes que existiram é desconhecido. No primeiro caso, desconfiamos do seu contínuo reaproveitamento nas edificações medievais e modernas da cidade da Guarda, e no último, a sua remoção para a construção de outros monumentos militares e religiosos do primitivo concelho medieval de Castelo Rodrigo.

As áreas vazias, em contrapartida, também se explicam pela escassez de campanhas de prospeção, em detrimento de outras zonas onde sabemos que foram desenvolvidos projetos de recolha e publicação contínua, condicionando significativamente esta amostra e as consequentes conclusões. O trabalho desenvolvido na região por determinados investigadores de renome reflete-se na maior abundância de achados atestados nas suas áreas de intervenção.

Seria pertinente verificar agora se esta dispersão de elementos epigráficos teria alguma correspondência no terreno com as manchas de povoamento romano conhecidas. Isso seria fundamental para avaliar o rigor dos levantamentos de campo ou, numa outra vertente de análise, para detetar a existência de pautas de produção epigráfica distintas da ocupação humana do território, ao longo dos primeiros séculos da nossa Era.

Para isso, recorreremos ao mapa de densidade de vestígios romanos apresentado no Simpósio Internacional da Guarda, em 2013 (Osório, no prelo), cingido apenas à região a oriente da serra da Estrela, ao qual sobreposemos então os achados epigráficos deste estudo (Fig. 3). Aí, constata-se que diversas inscrições aparecem em áreas com povoamento reduzido e, em contrapartida, as zonas de maior densidade ocupacional não têm uma correspondência direta, em termos quantitativos, com as inscrições recolhidas: encontra-se, neste último caso, o sector entre Celorico da Beira e Trancoso, a raia do concelho do Sabugal, a área em torno da Torre de Almofala e as terras ao longo do troço superior da ribeira da Meimoa.

Parece pouco compreensível que em zonas de intensa prospeção e levantamento de ocorrências de cronologia romana, como por exemplo sucedeu nesta mesma bacia da ribeira da Meimoa (Carvalho *et alii*, 2002), não se tenha identificado uma quantidade equiparável de monumentos epigráficos por toda a área. Esta circunstância explica-se fundamentalmente pela matriz do povoamento que aí se regista. É natural que as áreas que evidenciam grandes concentrações de

granjas, casais ou tugúrios não tenham de exibir abundante epigrafia associada, pelas suas características mais sóbrias (Carvalho, 2007: 524). Os residentes neste tipo de assentamentos não reuniam condições socioeconómicas que permitissem encomendar epitáfios para os seus familiares falecidos (Alarcão, 1989: 306).

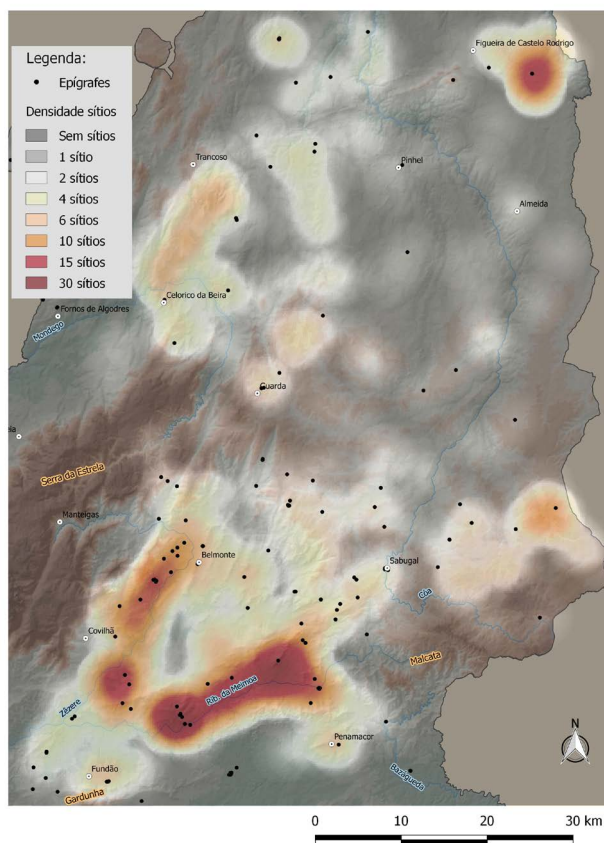


Figura 3. Mapa da densidade de povoamento romano e localização dos achados epigráficos na região a oriente da serra da Estrela

Temos ainda de ter em conta, em prejuízo destas análises, a circunstância de, ao contrário dos sítios arqueológicos que não se movem, as epígrafes serem transportadas para outros locais e grande parte delas ser retirada do seu primitivo assento. Conhecemos nesta região relatos da remoção de inscrições para mais de 10 km de distância e são inúmeros os exemplos de monumentos reutilizados nos aglomerados urbanos e nas ermidas, distantes do seu local de origem (Carvalho, 2007: 531). A quantidade elevada de descobertas epigráficas em imóveis religiosos cristãos de cronologia medieval e moderna mostra isso mesmo: numa

pesquisa muito rápida à nossa base de dados registámos pelo menos 40 casos nesta região e só em situações pontuais esses edifícios assentam sobre sítios romanos.

Aferindo melhor a relação da epigrafia clássica com os assentamentos desta cronologia na Beira Interior, quisemos avaliar que tipo de correlação existiria especificamente com as *villae* assinaladas nesta parte do território (Fig. 4). Esta é a unidade agrícola vital no quadro económico do Império Romano e constitui o canal de penetração da romanização no mundo rural, destacando-se das restantes pela sua pujança arquitetónica, pela qualidade dos *ornamenta* que apresenta e pelos achados de valor que revela, sendo a epigrafia uma das principais manifestações desse prestígio.

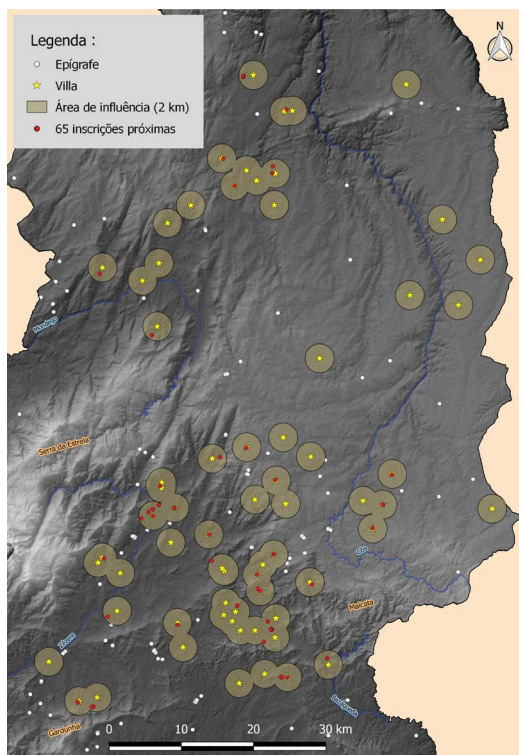


Figura 4. Localização das villae e das respetivas epígrafes existentes dentro de uma área de influência de 2 km.

Para esta pesquisa, considerámos uma área de influência em torno das 68 *villae* da nossa amostra (a oriente da serra da Estrela), com um valor meramente representativo de 2 km de raio, para contabilizar quantas epígrafes se inscrevem nas suas imediações. Obtivemos 65 inscrições nas proximidades (26 eram funerárias e 33 eram votivas), das quais 14 foram encontradas na própria estação arqueológica.

três capitais meridionais coincidem com bolsas de concentração de epígrafes, enquanto as sedes nortenhas estão associadas a manchas menos intensas.

Justifica-se fazer algumas reflexões de natureza político-administrativa a estes dados que expliquem estas diferenças entre o Sul e o Norte. Parece deduzir-se que os municípios meridionais manifestam maior desenvolvimento económico e cultural, e ostentam, em consequência, maior número de testemunhos epigráficos como reflexo dessa prosperidade, enquanto nas terras mais a norte a epigrafia não granjeou tanta popularidade, à semelhança de outras regiões peninsulares.

Para analisar estes dados num enquadramento administrativo julgou-se pertinente proceder, também, ao exercício dos Polígonos de Thiessen, tendo estas capitais como centros do respetivo cálculo. Este exercício de análise espacial define teoricamente as hipotéticas jurisdições territoriais destas *civitates*, assinalando os limites equidistantes das sedes. Para adensar a malha, foram adicionadas a cidade romana de Bobadela (Oliveira do Hospital), a poente da serra da Estrela, e Iruña (Fuenteguinaldo), já em território espanhol. Os resultados obtidos com o procedimento são satisfatórios e concordantes com a realidade geográfica envolvente, como tivemos oportunidade de discutir anteriormente (Osório, no prelo).

Ao assinalar essas demarcações geométricas sobre a mancha de densidade epigráfica, constatamos que as inscrições distribuem-se a ritmos diferentes por cada polígono, parecendo que algumas coletividades deram menor expressão à escrita na pedra do que outras (Fig. 6). É o caso da *civitas* dos *Cobelci*, centrada na Torre de Almofala, que é muito pobre em epigrafia, tal como a outra unidade administrativa mesetenha sediada em Iruña. Várias explicações podem ser aventadas para estes dois casos: os monumentos ainda não apareceram ou já se perderam, poderiam ter sido fabricados em materiais perecíveis (algo que se adivinha pelo estudo das decorações das estelas transmontanas: *apud* Redentor, 2002: 204, nota 10) ou simplesmente não constituía uma prática habitual dessas comunidades, provavelmente porque os canais de difusão da romanização não teriam chegado com a mesma força a essas faixas periféricas do território, como também aconteceu na região a ocidente de Castelo Branco.

A cartografia dos achados, para além de salientar a inexistência de uma distribuição regular da epigrafia pelas *civitates* formadas pela ferramenta digital, realça ainda uma anómala intensidade de ocorrências no corredor compreendido entre Idanha-a-Velha e Orjais. A região entre estas duas capitais parece constituir um espaço privilegiado de desenvolvimento económico e sociocultural, onde pontuam diversos *vici* (Fig. 5), assemelhando-se àquilo que poderíamos denominar atualmente como uma espécie de comunidade interurbana.

2. OS SUPORTES

Debruçando-nos agora sobre outros parâmetros deste *corpus*, como o material de suporte epigráfico, verificamos que cerca de 96% das epígrafes são executadas em granito, muito abundante na Beira Interior, onde existiriam inúmeras pedreiras que abasteceriam as oficinas epigráficas. Atestam-se apenas 6 inscrições gravadas em xisto, 15 exemplares em mármore e um em calcário. Estes dois últimos correspondem a recursos importados de fora desta região.

Olhando para a localização destes suportes epigráficos na carta geológica da Beira Interior podemos ver que os monumentos aparecem maioritariamente nas zonas granitóides e os exemplares em xisto surgem apenas nas grandes manchas de solos xistosos: a estela de Mós do Douro em Foz Côa, e a sul, os achados da Sertã na serra de Alvelos e a inscrição rupestre junto ao Tejo (Fig. 7).

Constata-se ainda neste mapa que as epígrafes em granito descobertas em zonas de substrato xistoso aglomeram-se tendencialmente na periferia imediata das manchas de granito, não se afastando muito dessas zonas de contacto, salvo raras exceções (Fig. 7). Este facto deve-se ao elevado custo de transporte dos monumentos de granito para regiões distantes dessa matéria-prima, diminuindo aí em quantidade e favorecendo a escolha de outros suportes líticos.

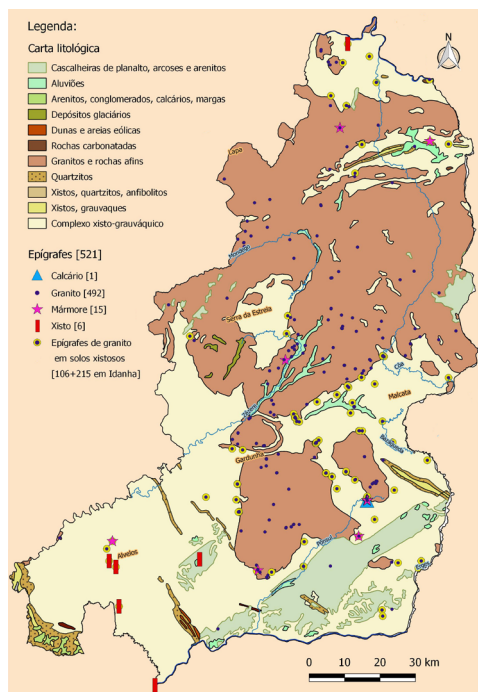


Figura 7. Localização dos diferentes tipos de suportes líticos das inscrições sobre a carta geológica da Beira Interior.

Quanto às peças em mármore, vindas fundamentalmente do Sul de Portugal, registam-se 7 epígrafes funerárias, 3 votivas e 5 indeterminadas, e distribuem-se de modo uniforme pelo território, sem denotar maior incidência do fenómeno em determinadas áreas, salvo a concentração previsível de 7 em Idanha-a-Velha.

Esta regularidade parece explicar-se ao associarmos estes achados aos centros urbanos de 1ª categoria entre o Tejo e o Douro, onde notamos que o mármore aparece praticamente nesses núcleos ou na sua vizinhança (Fig. 8). Isso acontece em Idanha-a-Velha, Orjais e Marialva, bem como nas proximidades de Almo-fala (reutilizado no Convento de Santa Maria de Aguiar) e em Castelo Branco. Apenas a Póvoa do Mileu não revela qualquer peça marmórea epigrafada no local ou nas imediações. Em contrapartida, a ábula anepígrafa de Oleiros e a placa funerária da Senhora do Almortão, feitas em mármore, são os únicos exemplares identificados em zonas periféricas às capitais.

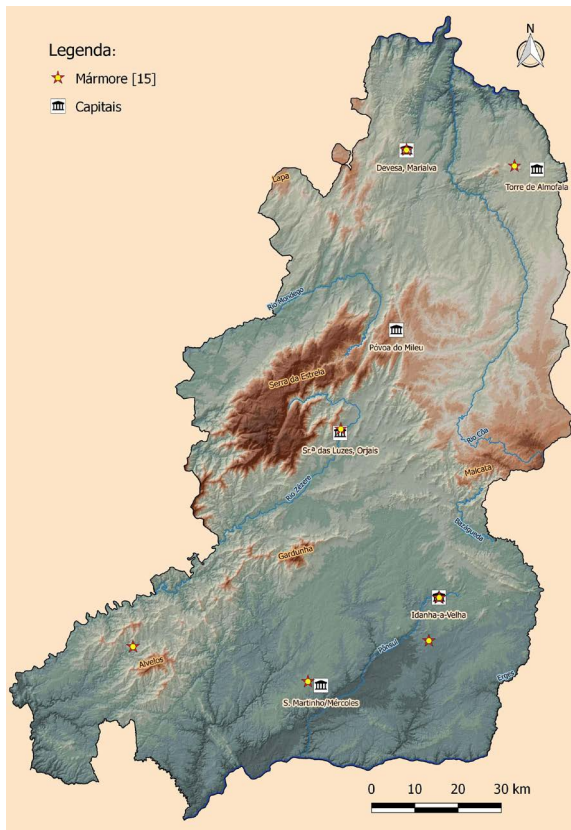


Figura 8. Dispersão pelo território dos monumentos em mármore.

As belas epígrafes em mármore afiguram-se (pelo menos nesta região onde ele é inexistente) como bons indicadores da presença ou proximidade de uma capital de *civitas*, devido ao valor económico que pressupõe a sua posse e ao consequente prestígio que representam, só ao alcance de algumas elites urbanas (Ferreira, 2004: 39).

3. ÁREAS DE CULTO, DE RITOS FÚNEBRES E DE ONOMÁSTICA NA BEIRA INTERIOR

Analisando agora a distribuição das epígrafes de acordo com a sua natureza funcional verifica-se que os textos de índole funerária ou religiosa são predominantes em relação às outras categorias, respetivamente 271 e 215 exemplares, com vantagem dos epitáfios em relação aos votos sagrados, como é habitual, embora sem a desproporção observada a norte, na região transmontana (Redentor, 2002: 193) ou no *Conventus Pacensis*, a sul (Encarnação, 1984). Este vigor da epigrafia votiva com um número de exemplares próximo da epigrafia funerária verifica-se também mais para oeste desta região, na *civitas* de Viseu (Vaz, 1997: 177-278).

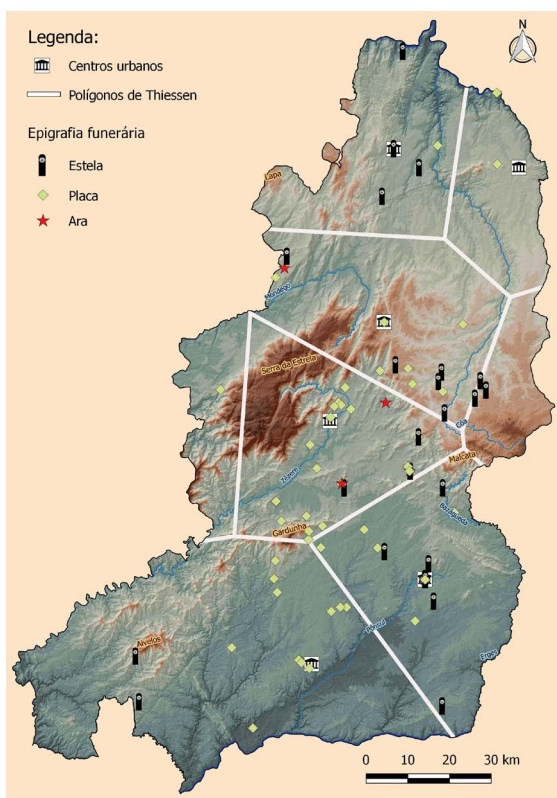


Figura 9. Dispersão pelo território dos três principais tipos de monumentos funerários

Começando esta reflexão pelas inscrições funerárias, seria interessante analisar a distribuição espacial das ocorrências dos tipos de suporte mais comuns neste território: as estelas e as placas (Fig. 9). Enquanto as primeiras teriam uma elevada filiação indígena (Encarnação, 1984: 813 e 826), as outras revelariam já um maior pendor clássico. A cartografia obtida permite concordar com raciocínios anteriores sobre a tendência de as estelas aparecerem em zonas mais afastadas dos centros urbanos, ao contrário das placas molduradas que têm preferência pelas áreas de maior fulgor da romanidade (*Idem*: 823). Somente dois centros urbanos possuem estelas, estando elas completamente ausentes da envolverência das restantes capitais de *civitates*. Verifica-se também que determinadas zonas com presença de estelas ignoram o fenómeno das placas e, pelo contrário, as placas abundam onde as estelas não foram erguidas. Só pontualmente elas coexistem.

Foram assinaladas neste território pelo menos 50 estelas, sendo minoritárias em relação às 145 placas descobertas (das quais 91 procedem de Idanha-a-Velha: embora haja alguma dificuldade em diferenciá-las do tipo designado por “bloco”). São notórias duas regiões de maior domínio das estelas no mundo funerário: Idanha-a-Velha que tem cerca de 26 exemplares e a bacia do Alto Côa, com 7 achados assinalados. Neste último caso, deve-se à forte afinidade que a região demonstra com o mundo indígena da Meseta, que se repercute em outras manifestações materiais como a cerâmica (Osório, 2009: 100-101) e as fíbulas (Ponte, 2014: 13). Este panorama cultural de feição autóctone tem continuidade imediatamente a norte do Douro, na região leste transmontana (Redentor, 2002: 204), e a sul do Tejo, no nordeste alentejano (envolverência de Marvão) (Encarnação, 1984: 822 e 826). Também na Beira Alta, mais propriamente na *civitas* de Viseu, as estelas aparecem em termos quantitativos praticamente a par das placas (Vaz, 1997: 225-272).

Quanto às aras funerárias, elas são meramente residuais, aparecendo apenas 5 vezes. Apesar de poder haver mais casos que não foram bem identificados como tais, é uma prática pouco frequente nesta região (Ferreira, 1984: 39).

Relativamente à epigrafia votiva, ela está presente em todo o território, mas com maior pujança na zona entre Castelo Branco, Idanha-a-Velha e Orjaís (Fig. 10). E enquanto nem todas as sedes de *civitates* possuem suportes de teor funerário, o que é deveras incompreensível, os formulários de natureza religiosa estão presentes em todas as capitais. Cabe perguntar onde param as lápides dos habitantes da Torre de Almofala ou da Póvoa do Mileu? Uma vez mais julgamos que esta circunstância se deve simplesmente à falta de prospeção ou à existência de ritos fúnebres diferentes que não deixaram testemunhos materiais visíveis.

São também frequentes os casos em que deparamos com mais de 6 inscrições votivas juntas, dedicadas a uma mesma ou a distintas divindades. Estes focos cartografados não coincidem com os grandes núcleos populacionais, o que leva

a interpretá-los como santuários particulares de culto, afastados dos principais centros urbanos (como o Cabeço das Fráguas) ou nas suas imediações (como Monsanto e o templo de Orjais).

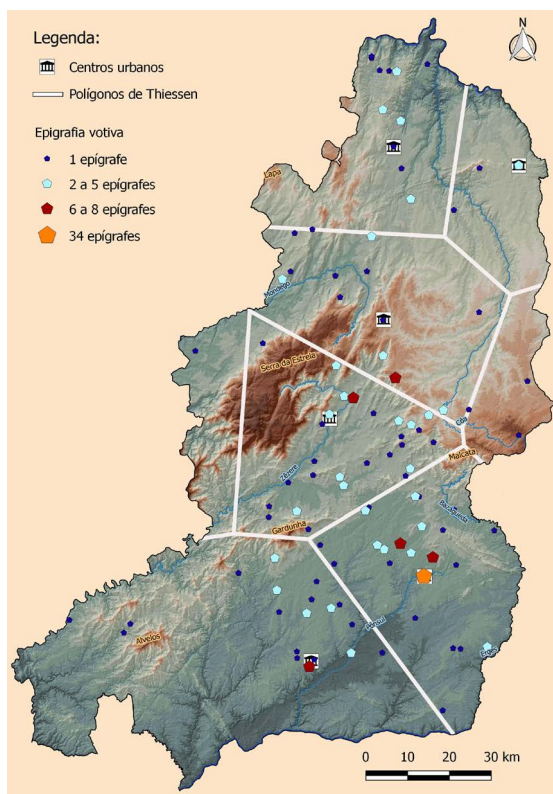


Figura 10. Dispersão pelo território dos monumentos votivos.

O programa *Quantum GIS* que usámos como plataforma de trabalho para esta reflexão tem boas potencialidades tridimensionais, convertendo superfícies digitais do terreno em modelos 3D, o que possibilita a obtenção de algumas panorâmicas inéditas destes principais locais de culto ancestral na Beira Interior. Sendo ambos pontos elevados que constituem referências paisagísticas na envolvente, com a execução destas simulações ampliamos a capacidade analítica ao seu enquadramento geográfico.

É o caso do templo de Orjais (concelho da Covilhã), onde ainda se preservam as estruturas de um ou mais edifícios e onde se testemunha uma boa quantidade de aras nas proximidades, duas dedicadas a *Banda Brialeacui* e quatro a Júpiter (Fig. 11), cultos que se defende terem sido prestados nesse espaço (Alarcão *et alii*, 2013: 77).

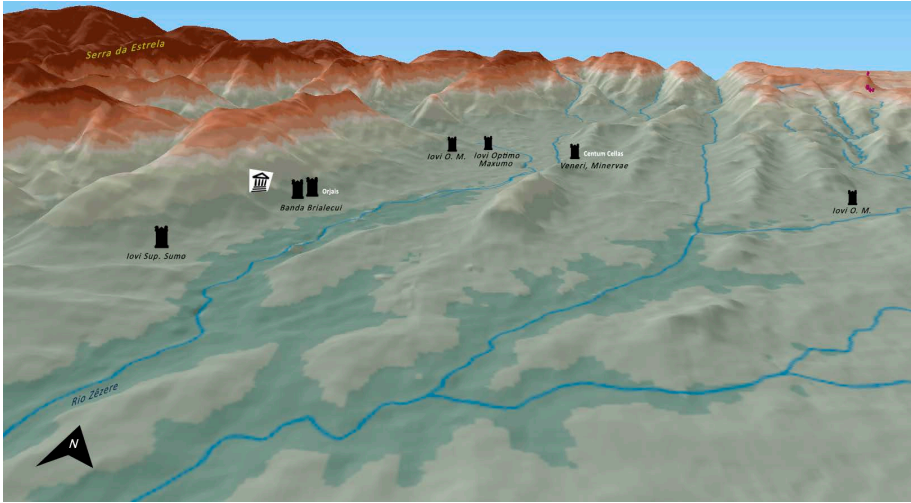


Figura 11. Panorâmica da envólvecia ao templo de Orjais e a dispersão das epígrafes votivas.

Monsanto seria outro local de devoção antiga, conforme se deduz da sua raiz toponímica anterior aos primeiros tempos da reconquista medieval destas terras. Em torno deste imponente relevo, próximo de Idanha-a-Velha, ergueram-se altares a diversas divindades clássicas e indígenas, não podendo dizer-se qual delas estaria associada ao monte sagrado (Fig. 12). *Reva* ou *Marati Boro* parecem ser fortes candidatos: o primeiro pela sistemática ligação aos montes peninsulares (Untermann, 2002: 69) e o segundo pela sua presença exclusiva aqui.

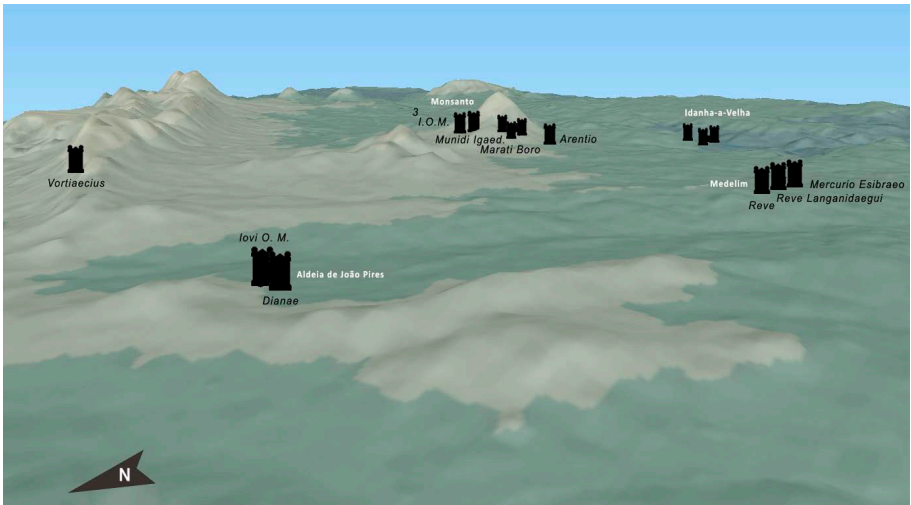


Figura 12. Panorâmica da envólvecia ao relevo de Monsanto e a dispersão das epígrafes votivas.

Outro sítio emblemático semelhante a este é o Cabeço das Fráguas, pela famosa inscrição rupestre que aí perpetuou um ritual de sacrifício animal a 5 divindades indígenas (Curado, 2002; Untermann, 2010; Ribeiro, 2014). Na base desse relevo foram recolhidas 4 aras dedicadas a uma das divindades presentes na inscrição do monte, a *Laepo* (e mais algumas anepígrafas), que provam a existência de um centro de culto.

Nem sempre é possível determinar qual a divindade cultuada nas epígrafes, por estas se encontrarem incompletas ou por apresentarem dificuldades de leitura. Trabalhamos com dados muito incertos que geram alguma relutância na sua interpretação e no estabelecimento de quaisquer conclusões. Todavia, em termos de análise espacial, é possível examinar a distribuição dos cultos indígenas e das devoções clássicas para verificar se existe algum padrão, procurando ainda perceber se os centros urbanos de maior desenvolvimento sócio-económico exerceram alguma influência nos cultos das comunidades (atribuindo uma área de influência com raio aleatório de 15 km), por oposição às zonas mais isoladas e afastadas dos aglomerados.

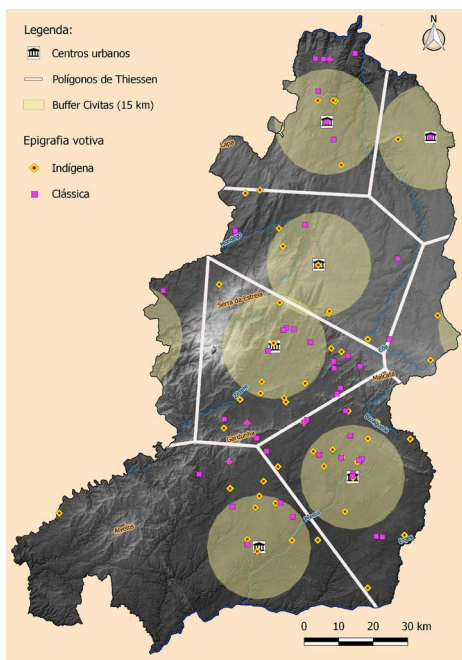


Figura 13. Dispersão pelo território dos cultos indígenas e clássicos.

Aquilo que se pode deduzir do mapeamento dos cultos clássicos e indígenas é que ambos estavam bem difundidos por todo o território, tendo em consideração a quantidade de epígrafes votivas assinaladas (Fig. 13). Percebe-se ainda

que as capitais administrativas não atraem os cultos, nem sequer as dedicatórias clássicas em especial. Ambas coexistem em espaços urbanos e em zonas rurais. O polígono da *civitas* de Orjais é o que reúne mais monumentos religiosos por todo o território, a par de Idanha-a-Velha, onde se reúne maior quantidade de inscrições votivas na própria sede.

Devemos ter em consideração que o mapa assinala cultos praticados ao longo de vários séculos e que vistos em simultâneo não permitem entender a evolução das práticas religiosas e a lógica espacial da sua distribuição ao longo do tempo. Tendo em conta as cronologias propostas pelos epigrafistas para cada inscrição, essa análise espacial não é inviável, mas não constituiu prioridade de trabalho para este texto.

Poderíamos produzir cartografia específica para cada diferente culto, todavia por agora versaremos especialmente a dispersão das aras erguidas a Júpiter (assinaladas 34 vezes), que mostra maior incidência na faixa entre Idanha-a-Velha e Orjais. Sendo a divindade máxima do panteão clássico ela foi venerada em algumas capitais – Marialva, Almofala, Idanha-a-Velha e perto de Orjais (no seu templo), como seria habitual, faltando nas outras (Fig. 14). A sua devoção tanto se regista na órbita de influência das urbes romanas como fora delas, pois a divindade tanto ganhou vínculo urbano, como rural.

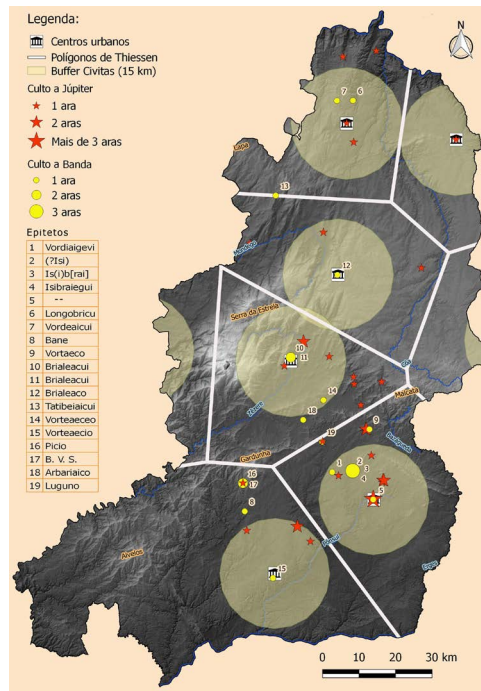


Figura 14. Dispersão pelo território dos cultos a Júpiter e a Banda.

O culto indígena que merece um comentário neste texto são as divindades do grupo *Band-*, por serem muito abundantes e frequentemente estudadas nesta região, com 18 exemplares já devidamente identificados, associados a vários epítetos tópicos ou funcionais (Fig. 14). A cartografia destes achados epigráficos volta a destacar a grande concentração de exemplares na região que se estende entre Idanha-a-Velha e Orjais, onde se regista maior número de consagrações, numa disposição territorial muito semelhante à de Júpiter. Tem também a particularidade de estas divindades indígenas só aparecerem nas quatro capitais meridionais – Castelo Branco, Idanha-a-Velha, Orjais e Póvoa do Mileu, embora a sua devoção se estenda para as terras da bacia do Douro (Fig. 14).

Poderíamos ter produzido muitos outros exercícios de análise espacial para retirar mais conclusões sobre a epigrafia da Beira Interior, mas trataremos apenas de um caso aplicado à onomástica, analisando a dispersão pelo território do antropónimo *Tanginus/Tancinus*, muito frequente nesta região (Prósper, 2002: 107). A figura 15 permite ver que as 39 inscrições onde a antroponímia foi identificada revelam como áreas de maior preferência a região do Alto Côa (com 8 menções) e a zona da Capinha/Tapada de S. Pedro (com 4 indivíduos mencionados), para além dos 15 exemplares existentes na capital dos *Igaeditani*. Todas as *civitates* enumeram na sua população indivíduos com este nome pessoal, exceto a dos *Cobelci*, embora o enorme volume de achados em Idanha-a-Velha a converta na residência preferida deste antropónimo.

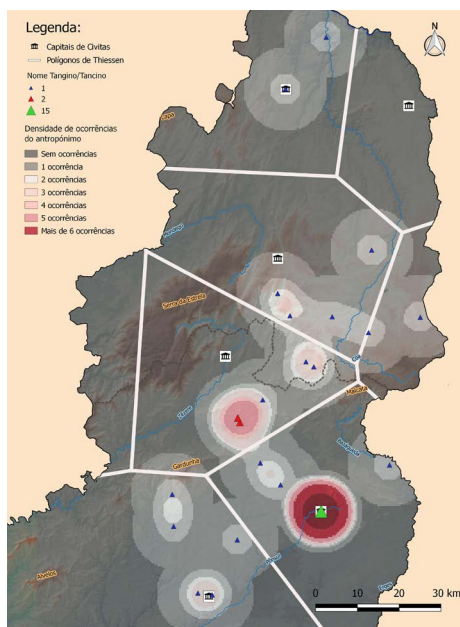


Figura 15. Dispersão pelo território do antropónimo Tangino/Tancino.

Para concluir esta reflexão, introduzimos um último elemento de enquadramento das epígrafes que é a rede viária antiga. Sobre este assunto muito haveria a dizer e terá necessariamente de voltar a ser analisado em próximas ocasiões, com o auxílio dos miliários. Por agora, a questão fundamental era saber se existia alguma relação direta entre as áreas de maior concentração epigráfica e os principais percursos romanos da Beira Interior.

Ao traçarmos as propostas viárias do Professor Jorge Alarcão (2013: 17), que atravessam este território no sentido norte-sul, constatamos que, de facto, elas coincidem com as bolsas de maior concentração epigráfica (Fig. 16). Agora entendemos melhor a referida disposição sequencial destas manchas na cartografia, como estando relacionadas com os eixos de passagem desses caminhos. As povoações e estações viárias atravessadas por estes corredores foram naturalmente influenciadas pelo fenómeno da escrita na pedra e as vias foram veículos importantes de difusão da aculturação romana nas comunidades indígenas.

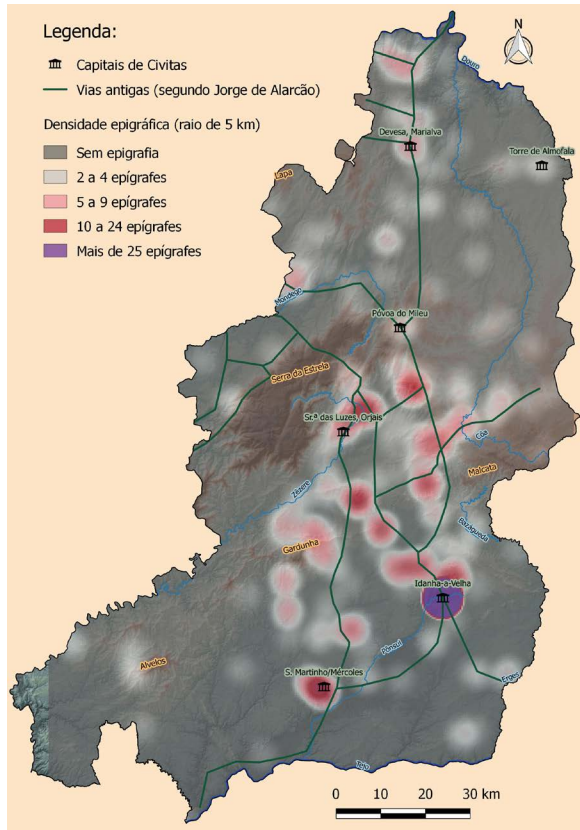


Figura 16. Rede viária romana da Beira Interior sobre a superfície de densidade epigráfica.

Concluimos estas considerações afirmando que qualquer análise espacial em ambiente SIG, como as que aqui foram mostradas, é um auxiliar importante na investigação, pois faculta interpretações únicas para o estudo do fenómeno epigráfico e do respetivo povoamento romano da Beira Interior. A representação gráfica promove raciocínios que de outra forma não se formulariam durante o processo de reflexão. Este inventário epigráfico da Beira Interior constitui uma informação espacial fantástica que será constantemente ampliada com novos achados e que possibilitará a realização de muitas outras análises em próximas oportunidades.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (1988) - *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América [Fórum da História; 1].
- Alarcão, J. de (1989) - Geografia política e religiosa da civitas de Viseu. *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu* [Coleção Ser e Estar: 2]. Viseu, p. 305-314.
- Alarcão, J. de (1990) - Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In *Les Villes de Lusitanie Romaine: Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, 8-9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), p. 21-34.
- Alarcão, J. de (1995) - Aglomerados urbanos secundários romanos de entre Douro e Minho. *Biblos*. Coimbra. 71, p. 387-401.
- Alarcão, J. de (2001) - Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 293-349.
- Alarcão, J. de (2013) - *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*. Coimbra: CEAUCP.
- Alarcão, J. de; Carvalho, Pedro C.; Madeira, José Luís; Osório, Marcos (2013) - O templo romano de Orjais (Covilhã) e a sua bacia de visão. *Conimbriga*. Coimbra. 52, p. 67-128.
- Almeida, F. de (1956) - *Egitânia: história e arqueologia*. Lisboa: Universidade.
- Barata, L.; Leitão, M. (1982) - Breves notas para um catálogo da epigrafia romana de Penamacor. In *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (5, 6 e 7 de Outubro de 1979)*. Penamacor: ARCINPE (Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor), p. 101-116.

- Carvalho, P. C. (2003) – O Templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural. *Conimbriga*. Coimbra. 42, p. 153-182.
- Carvalho, P. C. (2005) – Identificação e representação espacial das capitais de *civitates* da Beira Interior. In *Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 155-169.
- Carvalho, P. C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e Exploração do território na época Romana* (Conimbriga; Anexos 4). Fundação/Coimbra.
- Carvalho, P. C. (2010) – A caminho do Douro na época romana. Da capital da “*ciuitas Igaeditanorum*” aos “*territoria*” dos “*Lancienses*”, “*Araui*”, “*Meidubrigenses*” e “*Cobelci*”. In *Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos “sin pasado”. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero* (Eds. N. Cubas Martín, D. Hidalgo Rodríguez e M. Salinas de Frías). Aquilafuente. 171. Ed. Universidad de Salamanca, p. 125-138.
- Carvalho, P. C. (2011) - Pela Beira Interior no século I d.C. Das capitais de *ciuitates* aos *uici*, entre o Ponsul e a Estrela. In Miguel Rodrigues; Alexandra Lima e André Santos (coords.). *Actas do V Congresso de Arqueologia - Interior Norte e Centro de Portugal*. Porto: DRCN, p. 317-334.
- Carvalho, P. C.; Ribeiro, C. A.; Silva, R. C. da; Almeida, S. O. (2002) - Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimosa – Fundação (1.^a campanha de prospecção intensiva). *Conimbriga*. Coimbra. 41, p. 127-152.
- Coixão, A. S.; Encarnação, J. D' (1997) - *Foz Côa romana: notas epigráficas*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
- Curado, F. P. (1979) - Epigrafia das Beiras. *Conimbriga*. Coimbra. 18, p. 139-148.
- Curado, F. P. (1985) - Epigrafia das Beiras (notas e correcções). *Beira Alta*. Viseu. 44:4, p. 641-655.
- Curado, F. P. (2002) – A ideologia tripartida dos indoeuropeus e as religiões de tradição paleohispânica no Ocidente peninsular. In José Cardim Ribeiro (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 71-77.
- Encarnação, J. d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Encarnação, J. d' (1997) - Epigrafia e território. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II: Historia Antigua*. Madrid. 10, p. 79-89.
- Encarnação, J. d' (1998) - *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

- Fernandes, L. S.; Ferreira, M.^a C.; Osório, M.; Perestrelo, M. S. (2006) – Vicus e Castellum na Provincia Lusitania. Notas epigráficas e arqueológicas. *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 165-198.
- Ferreira, A. P. R. (2004) - *Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Garcia, J. M. (1979) - Epigrafia e romanização de Castelo Branco. *Conimbriga*. Coimbra. 18, p. 149-167.
- Garcia, J. M. (1984) - *Epigrafia Lusitano-romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Tavares Proença Júnior.
- ILLER = VIVES, José (1971-72) - *Inscripciones latinas de la España Romana: antología de 6800 textos*. Barcelona: Universidad.
- Jalhay, E. (1950) - Inscrições romanas do Museu da Guarda. *Brotéria*. Lisboa. 50, p. 560-572.
- Lambrino, S. (1965) - Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2^a série, 3, p. 5-73.
- Osório, M.(2006) – *O povoamento romano do Alto Côa* (Territoria; 1). Guarda: Câmara Municipal.
- Osório, M. (2009) - A Idade do Ferro no Alto Côa: os dados e as problemáticas. In Primitivo Sanabria Marcos (Ed). *Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa - Alto Alentejo - Cáceres* (Memorias; 9). Museo de Cáceres, p. 95-115.
- Osório, M. (no prelo) – Mapeando o mundo romano a oriente da serra da Estrela. Actas do Simpósio Internacional “*Sociedade, Cultura e Economia nas regiões serranas da Hispânia Romana*”. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos e ARA.
- Ponte, S. da (2014) - *Um núcleo diverso de fíbulas do concelho do Sabugal (Região do Alto Côa)*. *Sabucale*. 3. Sabugal, p. 7-21.
- Prósper, B. M. (2002) - *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad (Acta salmanticensia. Estudos filológicos; 295).
- Ramírez Sánchez, M. (2011) - La epigrafía, de ciencia auxiliar a ciencia histórica. *Boletín del Archivo Histórico Provincial de Las Palmas*. 2, p. 11-33.
- Redentor, A. (2002) – *Epigrafia romana na região de Bragança* [Trabalhos de Arqueologia, 24]. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Repas, F. (2001) - *Religião na Beira Interior ao Tempo dos Romanos (Subsídios para o seu Estudo)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada. Coimbra: Faculdade de Letras.

- Ribeiro, J. C. (2014) - 'Damos-te esta ovelha, ó Trebopala!': a invocatio lusitana de Cabeço das Fráguas. *Conimbriga*. 53. Coimbra, p. 99-144.
- Sá, A. M. (2007) - *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova: Município.
- Untermann, J. (2002) - A Epigrafia em língua lusitana e sua vertente religiosa. In José Cardim Ribeiro (coord.) - *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 67-70.
- Untermann, J. (2010) - Las divinidades del Cabeço das Fráguas y la gramática de la lengua lusitana. In *Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto*. [Iberografias; 6]. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 81-88.
- Vasconcelos, J. L. de (1928-29) - Epigrafia do Museu Etnológico (Belém). *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1ª série, 28:1, p. 209-227.
- Vaz, J. L. da I. (1977) - Inscrições romanas do Museu do Fundão. *Conimbriga*. Coimbra, 16, p. 1-31.
- Vaz, J. L. da I. (1978) - Inscrições romanas do Museu do Fundão: adenda. *Conimbriga*. Coimbra, 17, p. 60-61.
- Vaz, J. L. da I. (1997) - *A civitas de Viseu: espaço e sociedade*. Coimbra: CCRC.
- Velázquez Soriano, I. (2008) - Los estudios epigráficos. Cuestión de métodos interdisciplinares. *Pyrenae*, 39: 1, p. 7-41.
- Vives, J. (1971-1972) - *Inscripciones latinas de la España Romana*. Barcelona: Universidad.
- Wheatley, D.; Gillings, M. (2002) - *Spatial technology and archaeology: the archaeological applications of GIS*. New York: Taylor and Francis.

FLUX, PÔLES, RÉSEAUX ET AIRES D'INFLUENCE.
L'EXEMPLE DE LA *CIVITAS IGAEDITANORVM*
(Flow, hubs, network and urban influence. The example of the
civitas Igaeditanorum)

SUSANA MARCOS (marcos.susana@hotmail.fr)
Université de Perpignan - Via Domitia, Département d'Histoire
CRESEM
EA 7397

RÉSUMÉ - Aborder la Lusitanie romaine à la lumière de notions géographiques permet de mettre les outils conceptuels des géographes au service de l'analyse historique. Partant du constat du traditionnel cloisonnement de nos disciplines, l'objectif est d'allier la vision historique à l'œil du géographe. La représentation cartographique des échanges dans leur plus grande diversité, à la fois matériels et humains, est alors un vecteur privilégié pour déterminer les contacts et les liens qui existent d'ailleurs ou non, entre les *civitates* de la province, pour en dégager les flux, caractériser ainsi les aires d'influence respectives et identifier leur impact dans la constitution d'éventuels réseaux. L'étude de cas choisie, la *civitas Igaeditanorum*, est l'occasion de s'interroger sur une cité de l'intérieur, remarquable à plus d'un titre. Analysées, superposées les unes aux autres, leurs données peuvent être comparées à travers la somme de cartes élaborées à de multiples échelles. Indépendamment de tout statut juridique, l'importance de ces pôles se mesure dans leurs relations avec les autres : par leur capacité d'attraction d'abord, tout autant que par leur influence et leur capacité de rayonnement sur les espaces qui les entourent, ensuite. Ainsi se dessine un nouveau réseau de relations au sein de la Lusitanie.

MOTS CLÉS - *Civitas Igaeditanorum*; échanges; migrations; évergétisme; lien social; flux; polarisation; réseaux; épigraphie; cartographie

ABSTRACT - Contrary to a traditionally separate approach, this paper aims at combining the historic methodology with the geographer's point of view. Indeed, the use of geographic tools such as mapping casts a new light on the historic analysis of Roman Lusitania. Mapping the material and human exchanges between the *civitates* of the *provincia* is the better way, first to identify and assess their relationships; second, to draw from exchanges flows; and finally to outline their respective area of influence and identify their role in the creation of possible networks. The case study of *civitas Igaeditanorum* is a good opportunity to explore an interior city, outstanding in many ways. The data can be cross-analysed thanks to different multiscale maps. They show relationships between the hubs, different from their juridical statute: first by their attraction capacity, and then by their ability to influence the surrounding spaces at

the same time. In that way appears a new network of relationships inside the young Roman Lusitania.

KEYWORDS - *Civitas Igaeditanorum*; exchanges; migrations; evergetism; social relationship; flow; area of influence; network; epigraphy; cartography

Aborder la Lusitanie romaine à la lumière de notions géographiques, c'est mettre les outils conceptuels des géographes au service de l'analyse historique, et passer au-delà du traditionnel cloisonnement de ces deux disciplines. C'est à travers ce prisme bien particulier que nous avons choisi d'aborder les relations entre les cités de Lusitanie au moment même où s'organise l'Empire¹ et dont la *civitas Igaeditanorum* est particulièrement représentative. Moment de rupture, c'est cette réorganisation qui en rend l'étude d'autant plus pertinente. D'ailleurs, la province administrative romaine est un cadre nouveau dont le découpage ne correspond à aucune réalité préexistante: tout est donc à construire. En parallèle, c'est tout un maillage d'unités administratives diverses, fondé sur le modèle de la *civitas*, qui est mis en place sur l'ensemble de la *provincia*, et qui crée une hiérarchie juridique, elle aussi nouvelle. De ce fait, nous sommes amenés à nous interroger sur la manière dont se construisent les relations que ces cités entretiennent désormais les unes avec les autres: comment ces échanges participent-ils et augurent-ils de la place de chacune au sein de la province? La représentation cartographique des échanges, considérés dans leur plus grande diversité -à la fois matériels mais aussi humains- constitue un vecteur privilégié pour déterminer les contacts et les liens qui existent -d'ailleurs ou non- entre les *civitates* lusitaniennes. Analysées, superposées les unes aux autres, les données archéologiques et épigraphiques peuvent être croisées et comparées, notamment à travers la multiplication de cartes élaborées à différentes échelles. L'objectif est de dégager les flux, c'est-à-dire la nature, le sens et l'importance de ces échanges de manière à, dans un second temps, identifier ainsi la création de véritables réseaux dans diverses cités et mesurer leur impact dans la constitution d'éventuelles aires d'influence de ces dernières. Le poids de ces pôles se mesure en effet dans leurs relations avec les autres communautés: par leur capacité d'attraction d'abord, notamment en termes d'activités économiques ou de population, tout autant que par leur influence et leur capacité de rayonnement ensuite, sur les espaces qui les entourent. Il s'agit donc d'allier la vision historique à l'œil du géographe. Cité remarquable à plus d'un titre, c'est l'exemple de la *civitas Igaeditanorum* qui illustrera notre propos et permettra d'envisager chacun de ces aspects de la réflexion.

Faute de sources témoignant d'un peuplement préromain, comme l'ont d'ailleurs réaffirmé les fouilles du centre civique menées en 2007-2008 par

¹ Marcos 2013.

P. Carvalho², on accepte généralement pour cette cité une fondation *ex nihilo* de C. Norbanus Flaccus, aux environs des années 35 av. J.-C.³. De façon tout à fait surprenante, cette petite communauté apparaît très tôt dans l'épigraphie lusitanienne, connue par une inscription de marbre témoignant du don d'une horloge⁴:

AE, 1961, 349 = 1967, 144 = 1992, 951; *HEp*, 2, 770 :

Q(uintus) Iallius Sex(ti) f(ilius) Papi(ria) Augu(stanus ?), / *orarium donavit Igaeditanis, l(oco) a(ccepto) f(ecit) per mag(istros) / Toutoni(um) Arci f(ilium)*, / *Malgeini(um) Manli f(ilium)*, / *Celti(um) Arantoni f(ilium)*, / *Ammini(um) Ati f(ilium)*, / *L(ucio) Domitio Aenobarbo*, / *P(ublio) Cornelio Scipione co(n)[s(ulibus)]*.

La mention consulaire nous renvoie à une datation haute de 16 av. J.-C., que confirme d'ailleurs un certain archaïsme de l'anthroponymie. Nous serions donc en présence de l'un des textes les plus anciens de la période romaine pour la Lusitanie. La mention de la tribu *Papiria* dans laquelle est inscrit l'évergète *Q. Iallius Augustanus* (?) -dont nous ignorons tout par ailleurs- indique bien qu'il n'est pas originaire de la *civitas Igaeditanorum*, qui relève de la *Quirina*, mais que c'est un citoyen d'*Augusta Emerita*. À une date si précoce, il ne peut s'agir que de l'un des tout premiers colons. Mais alors, quel fut son lien avec les *Igaeditani*? Détenait-il là des intérêts économiques, par exemple liés aux activités minières, ou bien a-t-il agi en tant que représentant d'*Augusta Emerita*? D'ailleurs, le nom des quatre magistrats en charge d'accepter le don, préfigurent non seulement les futurs *quattuoviri* chargés de l'administration municipale romaine, mais leur mention confirme surtout le caractère officiel de l'acte évergétique. Quelles que soient les motivations d'un tel acte, il est évident que l'introduction d'un *horologium* dans la vie publique de la communauté dès cette époque marque l'instauration de certaines pratiques sociales romaines: la communauté serait dorénavant régulée par la même heure que celle de la colonie éméritaine. Elle symbolise ainsi et renforce l'idée que le développement de la *civitas* est liée à la volonté impériale et qu'elle appartient à la sphère d'influence d'*Augusta Emerita*, cité avec laquelle elle entretient sans doute des liens étroits, au moment même où cette dernière est en passe d'être promue au rang de *caput provinciae*, après la tripartition de la péninsule et la création de la nouvelle province de Lusitanie. Cette première étape fondationnelle aurait été suivie de la constitution de la cité stipendiaire à une date ultérieure: c'est ce qu'attestent d'une part les fouilles archéologiques du centre civique⁵, et d'autre part les *termini Augustales* -ce qui

² Carvalho 2009: 117-120; 125.

³ Mantas 1988: 418-420; 2006: 56-59.

⁴ Mantas 1988. Cf. également Étienne 1992 ou plus récemment Encarnação 2015.

⁵ Fouilles de 2007-2008. Cf. Carvalho 2009.

expliquerait aussi qu'elle ne soit citée par Pline l'Ancien. L'évolution chronologique des sources dont nous disposons mérite à ce propos une attention particulière: en 16 av. J.-C., l'évergésie s'adresse à une communauté d'habitants, les *Igaeditani*; la notion de *civitas* n'est pas employée dans la dédicace. Le terme n'apparaît pour la première fois dans l'épigraphie que plus tard, entre 3 et 4 ap. J.-C., dans une dédicace à Caius Caesar:

AE, 1961, 246 = 350:

C(aio) Caesari Augusti f(ilio), / pontif(ici), co(n)s(uli), imp(eratori) / principi iuventutis, / civitas Igaedit(anorum).

Les *termini Augustales* de la *civitas Igaeditanorum*, qui fixent les limites de la cité, nous en disent davantage. C'est de cette manière et à ce moment que se constitue la cité en tant que telle: ses limites sont fixées et son centre urbain témoigne de cette réorganisation impériale. C'est dans les années qui suivent la conquête que se diffuse le modèle de la *civitas* ainsi que les opérations de recensement, de bornage, de délimitation et de répartition des terres qui y sont liées⁶. Le but de celles-ci est d'éviter les disputes territoriales et de définir le territoire sur lequel les magistrats locaux exercent leur juridiction et prélèvent l'impôt, car ces bornes séparent les territoires de deux ou plusieurs communautés: ainsi, le remodelage de l'espace civique peut, dans certains cas, entraîner des contentieux avec la cité limitrophe. Pour ce faire, la ligne de démarcation entre chaque communauté doit être correctement tracée et signalée, visible et compréhensible pour, et par tous. L'épigraphie dite «des limites» est particulièrement révélatrice de ces questions de bornage et de concurrence pour l'espace, car à travers ces textes, il nous est permis de considérer les rapports de voisinage que la cité entretenait avec les autres. Zone de contacts ou zone de conflits ? Deux inscriptions fixant les limites de la *civitas Igaeditanorum* sont aujourd'hui connues (Fig. 1):

⁶ Nicolet 1988; Chouquer & Favory 1992; Moatti 1993; Dilke 1995 ainsi que Cortés Bárcena 2013.

Références	Lieu de découverte	Inscription	Cités concernées	Datation
CIL, II, 460	Salvador, Penamacor	<i>Imp(erator) Caes(ar) Aug(ustus), pont(ifex)/ max(imus), trib(unicia) pot(estate) XXVIII/, co(n)s(ul) XIII, pat(er) patr(iae), / term(inus) Aug(ustalis) inter Lanc(ienses)/ Opp(idanos) et Igaedit(anos).</i>	- <i>Lancia</i> - <i>Oppidana</i> - <i>Civitas Igaeditanorum</i>	Auguste 5/6 ap. J.-C.
AE, 1976, 273 (HEp, 14, 424)	Pêro Viseu	<i>Imp(erator) Caesar Aug(ustus), pontifex / max(imus), trib(unicia) potest(ate) XXIIIIX, co(n)s(ul) XIII, / pater patriae, terminus Augustalis / inter Lancienses et Igaeditanos.</i>	- <i>Lancia</i> - <i>Civitas Igaeditanorum</i>	Auguste 4/5 ap. J.-C.

Figure 1. Les *termini Augustales* de la *civitas Igaeditanorum*.

Si la catégorie juridique des *civitates* concernées n'est jamais indiquée, les textes identifient clairement les cités voisines et limitrophes de la *civitas Igaeditanorum*: *Lancia* d'une part, et *Lancia Oppidana* d'autre part⁷. Qui plus est, la titulature impériale (vingt-sept et vingt-huitième puissances tribuniciennes, treizième consulat d'Auguste) permet de dater, de façon assurée, chacune de ces opérations de délimitation des années 4 à 6 ap. J.-C. C'est une donnée absolument fondamentale. En effet, malgré les aléas des découvertes que nous ne pouvons ignorer, la répartition géographique des *termini Augustales* découverts à l'échelle provinciale (Fig. 2) nous montre une opération d'ensemble menée par les autorités romaines entre le Douro et le Tage, précisément à cette même époque : sept des quatorze exemplaires des attestations qui nous sont parvenues datent avec certitude des années 4 à 6 ap. J.-C.⁸. Par conséquent, et de façon tout à fait explicite, cette entreprise témoigne d'une véritable volonté impériale de donner une assise territoriale et juridique aux populations dans cette région conquise et maîtrisée plus récemment.

⁷ Sur la question des *Lancienses*, objets de nombreux débats, voir notamment la synthèse de Guerra 2007.

⁸ Marcos 2013.

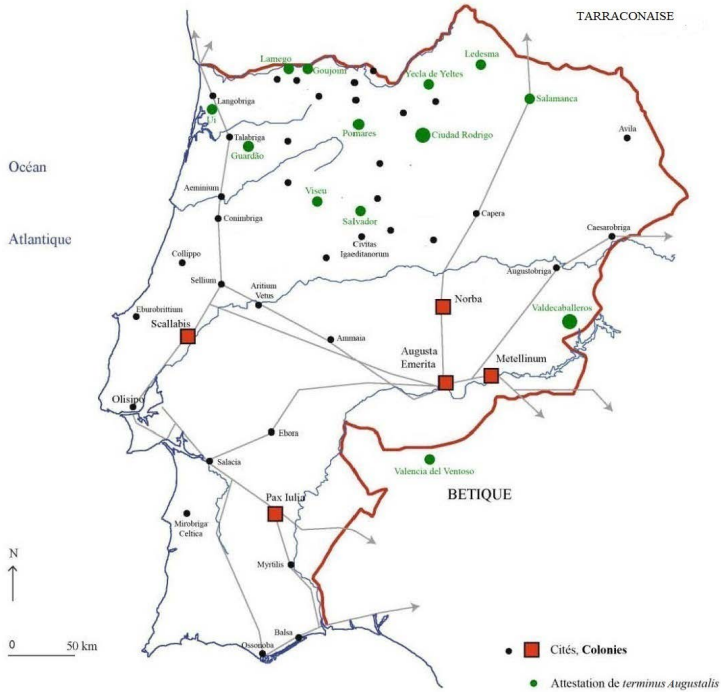


Figure 2. Répartition géographique des *termini Augustales* de Lusitanie.

Si dès le départ la *civitas Igaeditanorum* est conçue et pensée comme un poste avancé de l'administration impériale vers l'intérieur nord de la Lusitanie, c'est son développement économique qui reflète la progressive affirmation de la cité : ce sont les sources archéologiques qui témoignent de l'importance et des directions de ces flux. Elles permettent de comprendre quelle est la place de la cité au sein de la province. Comme l'a montré l'analyse de C. Banha des amphores romaines retrouvées dans les années 1950-1960 dans le centre urbain⁹ (Fig. 3), les importations de vin, d'huile et de produits piscicoles proviennent initialement de la péninsule Italique et de Bétique, pour l'essentiel¹⁰. En ce sens, la *civitas Igaeditanorum* est pleinement intégrée au réseau commercial romain de longue distance. Néanmoins, la consommation de ces types de produits en Lusitanie connaît une telle croissance que la production péninsulaire devient nettement dominante avec 87 % de l'ensemble¹¹. Au I^{er} s.-début du II^{ème} s., les amphores Dressel 14, principaux contenants des préparatifs piscicoles du Haut-Empire, sont tout autant produites en Bétique qu'en Lusitanie, au point qu'à

⁹ Banha 2010.

¹⁰ Confirmé par Carvalho 2009: 123.

¹¹ Banha 2010: 258-262; 270.

partir du II^{ème} s., les productions hispaniques d'huile et de vin se développent et s'épanouissent au détriment des importations¹². Concernant les productions lusitaniennes de Dressel 14 et 7/11 retrouvées sur le site de la *civitas Igaeditanorum*, presque toutes les céramiques proviennent des ateliers de Morraçal de Ajuda, à Peniche.

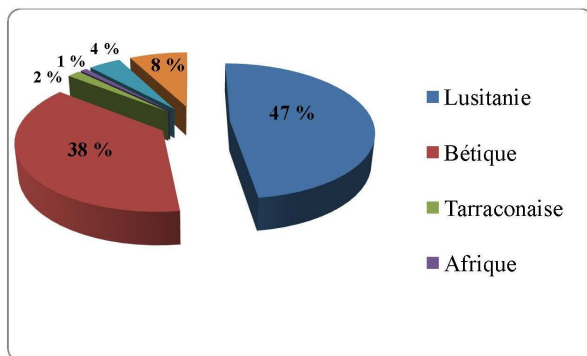


Figure 3. Provenance des amphores retrouvées dans la *civitas Igaeditanorum*.

Cet atelier de production d'amphores est l'un des plus anciens en Lusitanie : l'activité de salaison, dont la production est diversifiée, est attestée dès l'époque augustéenne et perdure jusqu'au III^{ème} siècle. Ce qui est particulièrement intéressant, c'est que grâce aux céramiques et aux marques d'amphores retrouvées *in situ*¹³ -celles de L. Arvenius Rusticus, propriétaire ou *offinator* d'un des ateliers locaux- il est possible de retracer partiellement le réseau de diffusion et de circulation de ces produits qui ont été identifiés sur d'autres sites lusitaniens (Fig. 4). En effet, ces produits de la côte atlantique sont distribués dans l'intérieur de la province. La direction des flux indique clairement une consommation et une commercialisation avant tout locale et régionale. C'est sur l'île de Berlenga, qui se trouve juste en face du site, que seraient conditionnées les productions de *garum* et autres produits piscicoles: 82 % de l'ensemble céramique retrouvé provient de ces fours. Grâce à ces sources archéologiques, nous pouvons ainsi suivre les chemins de commercialisation et d'échanges de ces produits. Ainsi, à un degré moindre, la même situation se retrouve dans la *civitas* de *Scallabis*¹⁴, qui non seulement a une forte capacité productive, mais dispose aussi de nombreux entrepôts. Point de rupture de charge du Tage, la cité joue de cette manière le rôle de centre de redistribution et fait le lien avec l'intérieur de la province:

¹² Banha 2010: 272. La même évolution se retrouve à *Conimbriga*, *Sellium* et *Balsa*. Cf. Banha 2010: 209 pour les références.

¹³ Cardoso *et alii* 2006: 270-271.

¹⁴ Arruda *et alii* 2006: 237; 243 pour le timbre.

entre autres, vers *Augusta Emerita*¹⁵ et ensuite la *civitas Igaeditanorum*¹⁶, les deux principaux centres de consommation où ces mêmes céramiques ont été retrouvées, y compris dans plusieurs *villae* comme celle de Meimoa - Penamacor. La facilité de transport qui rend l'atelier de production lusitanien plus proche de ces centres de consommation et de redistribution, tant par voie fluviale que terrestre, explique en grande partie l'approvisionnement de celles-ci auprès d'un producteur régional.

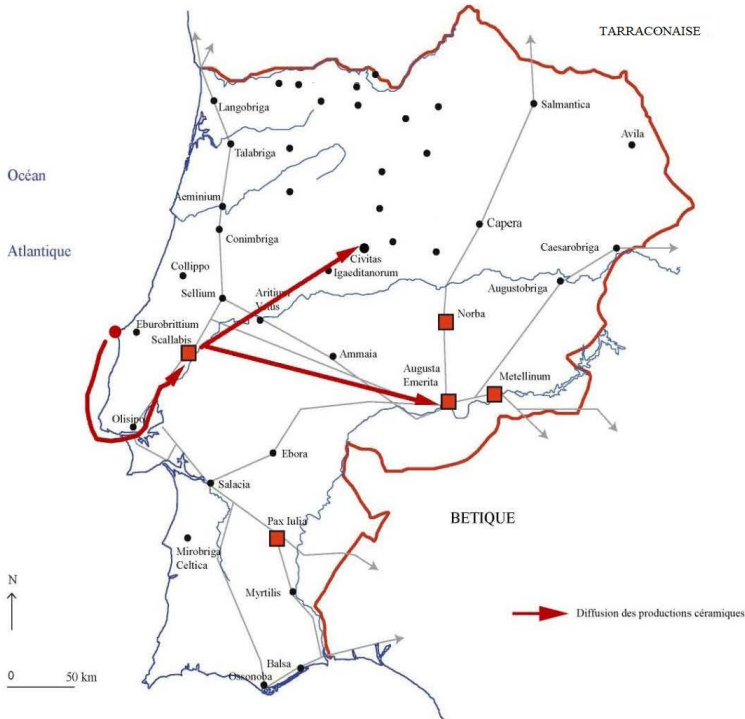


Figure 4. Diffusion des produits de l'atelier de Morraçal de Ajuda (Peniche).

Comme C. Banha¹⁷, nous pensons que la forte présence des amphores importées de la péninsule Italique et de Bétique en début de période suggère un fort investissement institutionnel dans l'installation et la consolidation de la *civitas Igaeditanorum* -hypothèse que nous avons déjà pu vérifier par ailleurs. Cet aspect ne fait que renforcer l'idée avancée avec la mise en place de *termini Augustales* en 4/5 ap. J.-C.: dès sa fondation, la *civitas* est conçue comme une unité structurante du territoire entre Tage et Serra da Estrela. À ce titre, il est même probable

¹⁵ D'après Bustamante Álvarez 2011: 36, il s'agit notamment d'amphores Dressel 14.

¹⁶ Banha 2010: 258-262.

¹⁷ Banha 2010: 276.

que la cité ait assumé le rôle et la fonction de redistribution de ces produits dans les espaces de toute cette région intérieure. De même, les liens étroits qui l'unissent à *Augusta Emerita* sont doublés d'un lien économique tout aussi fort. Ainsi, la *civitas* appartient à un cercle d'échanges, une zone d'influence dominée par la *caput provinciae*. Au contraire, à partir du II^{ème}-III^{ème} s., la suprématie d'*Augusta Emerita* dans l'approvisionnement de la *civitas Igaeditanorum* semble avoir été disputée par d'autres centres producteurs : la présence d'amphores de préparations piscicoles produites dans la vallées du Tage et du Sado devient écrasante. Progressivement se mettent en place des réseaux d'échanges qui évoluent et définissent d'autres zones d'influence. La *civitas Igaeditanorum* reflète ainsi le passage de la prédominance initiale de la capitale provinciale à la concurrence d'autres *civitates* particulièrement dynamiques, liées aux estuaires producteurs, tout comme elle reflète aussi l'évolution des liens commerciaux, des flux d'échanges régionaux, entre le nord de la province et la voisine Bétique au sud, ou encore le lien entre façade atlantique et l'hinterland lusitanien.

Si ces flux permettent d'évaluer les zones d'influence des cités respectives, elles sont surtout l'occasion d'estimer leur réelle capacité de rayonnement et, par là même, la place qui est la leur dans le monde civique de la Lusitanie romaine. De la même manière, la mobilité des habitants illustre la capacité d'attraction des *civitates* de la province : la représentation cartographique de ces mouvements est révélatrice de la polarisation exercée par chacune des cités¹⁸. Bien évidemment, il nous faut être conscients de la difficulté de distinguer les migrations - qui impliquent avant tout un changement effectif de résidence - de la mobilité plus ponctuelle, et ce d'autant plus que, plus nous descendons dans la pyramide sociale, moins nous disposons de documentation et d'information. De même en est-il pour l'évolution chronologique de ces mouvements, que nous ne pouvons précisément dater que trop occasionnellement. Toutefois, à travers l'étude de cet échantillon épigraphique, il est possible de dégager à l'échelle de la province des pôles de plus ou moins grande importance qui attirent les populations (Fig. 5), et de loin dominés par *Augusta Emerita*, dont l'aire d'influence dépasse même les limites de la Lusitanie. De façon tout à fait remarquable, la *civitas Igaeditanorum* apparaît au cœur de ces flux migratoires: sans comptabiliser les migrants venus de l'extérieur de la province lusitanienne -eux aussi relativement nombreux-, la cité constitue le deuxième pôle d'attraction de la province, placée juste derrière la *caput provinciae*, dont elle cumule environ la moitié des flux. Cette polarisation est d'autant plus forte qu'elle ne peut s'expliquer par son statut juridique et d'éventuelles fonctions administratives. Nos sources ne nous précisent pas ce qui a motivé ce changement de résidence et nous ne savons quasiment rien des profils sociologiques ou professionnels de ces individus. Mais, tout comme

¹⁸ Nous renvoyons à notre travail de doctorat pour le détail de la démarche et la méthodologie adoptée pour identifier ces migrants. Cf. Marcos 2013: 195-200.

encore aujourd'hui, si ces populations acceptaient le changement de vie que cela impliquait, elles cherchaient sans doute à en améliorer leurs conditions: de ce fait, l'économie fut probablement le moteur principal de telles dynamiques migratoires.

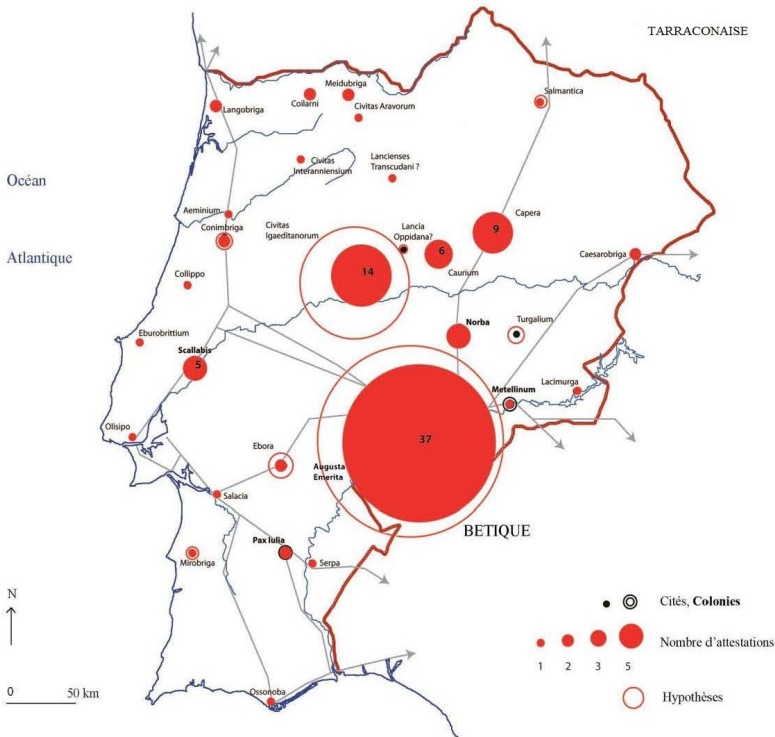


Figure 5. Les pôles d'immigration ou l'attractivité des cités.

Quinze cas d'immigration intra-provinciale ont pu être identifiés dans la *civitas Igaeditanorum* (Fig. 6). S'il est vrai que nous ne travaillons qu'à partir d'un échantillon relativement réduit de témoignages¹⁹, plusieurs remarques peuvent néanmoins être faites. Tout d'abord, nous pouvons constater un lien particulier avec les cités voisines les plus proches: *Lancia Oppidana* et celle des *Tapori*. Pour chacune, nous connaissons trois migrants²⁰ installés dans la *civitas Igaeditanorum*. De la même manière, les relations de la cité avec le nord de la province

¹⁹ Marcos 2013: 202-205, tableau V. 6: «Attestations de migrants à l'intérieur de la province de Lusitanie».

²⁰ *AE*, 1990, 508; *HEp*, 4, 1039 = 5, 988 d'une part; par ailleurs *AE*, 1961, 360 (*HAE*, 108) = *AE*, 1967, 147 (*ILER*, 5355) et *HAE*, 1088 (*ILER*, 5356). En ce qui concerne les *Tapori*: *HAE*, 1109 et *AE*, 1955, 97; *ILER*, 4577; *HAE*, 412 = *AE*, 1960, 188; *HAE*, 2025.

sont multiples: les différents cas d'immigration proviennent de communautés comme celles de la *civitas* des *Interannienses*, *Salmantica*, *Meidubriga*, ou encore les *Paesuri*. Pour ce qui est des deux immigrés venant d'*Augusta Emerita*, appartenant d'ailleurs à une seule et même famille²¹, ils ne font que confirmer le lien précoce et constant déjà évoqué entre les deux cités. Enfin, nous ne pouvons manquer d'observer que des flux humains remarquables unissent la *civitas Igaeditanorum* à celle de *Clunia*²², située en Tarraconaise, au nord-est de la Lusitanie : ces migrants représentent à eux seuls un quart des étrangers connus dans la *civitas*²³. Si nous n'avons malheureusement pas de preuve confirmant le lien de cause à effet, nous savons que la *civitas Igaeditanorum* fut un centre minier important, comptant pas moins de trois mines d'or considérables : Río Ponsul, Monfortinho et Meimoa²⁴. Pline l'Ancien, *Nat.* 33. 78, notamment, indique que les mines d'or de Galice, d'Asturies et de Lusitanie, exploitées par la force hydraulique, produisaient 20 000 livres d'or par an. Par ailleurs, autre indice révélateur : c'est dans cette même cité des *Igaeditani* que T. Claudius Rufus remercie Jupiter Optimus Maximus de lui avoir fait trouver pas moins de cent vingt livres d'or²⁵. L'importance et la richesse des mines de la *civitas* n'a pu être que notoire, tel un eldorado antique dont l'exploitation impériale a pu nécessiter l'appel d'une main-d'œuvre nombreuse, trouvée et venue des régions mentionnées plus haut. Ce qui explique sans doute le rayonnement particulier de ce pôle économique. Malgré la modestie du statut juridique de la *civitas Igaeditanorum*, il est donc indéniable que celle-ci est un véritable noyau de polarisation qui exerce son attractivité dans tout l'intérieur lusitanien, voire au-delà, et ce même si les raisons profondes nous intriguent encore. Impulsée par la volonté impériale, la *civitas Igaeditanorum* est une construction romaine, sans doute motivée par la présence de mines dans la région. Cette analyse de flux, aussi bien économiques qu'humains, permet ainsi de définir la capacité d'attraction de la *civitas* et de déterminer, par la même occasion, jusqu'où s'étend sa zone d'influence. C'est cette capacité de rayonnement qui traduit, au regard des autres, la place prise par la *civitas Igaeditanorum* en Lusitanie.

²¹ *HAE*, 1119; *ILER*, 5314.

²² Cf. Gómez Pantoja 1999: 99-101; 2007: 347-353 pour une étude de la dispersion de ces populations ainsi que leurs destinations privilégiées.

²³ Haley 1991: 55.

²⁴ Domergue 1990: 208 et plus récemment Sánchez-Palencia & Pérez García 2005.

²⁵ *CIL*, II, 5132 (*ILER*, 32) Idanha-a-Velha.

L'importance de ce financement est d'autant plus fondamentale que chacun de ces temples étaient probablement situé à l'entrée du forum²⁸, au cœur même de la *civitas*. C'est ainsi, pour l'évergète, se placer au centre de la communauté. Cette hypothèse est confortée par les résultats des dernières fouilles archéologiques du centre civique²⁹, qui a été construit en plusieurs étapes successives: la construction de ces édifices pourrait correspondre à l'une d'entre elles. Or, les témoignages épigraphiques nous informent que c'est précisément le même homme qui érige à Bobadela deux autres temples là aussi : celui dédié au Génie du municipes et un second à la Victoire :

CIL, II, 401 :

Genio municipi(i) templum, / C(aius) Cantius Modestinus, / ex patrimonio suo.

CIL, II, 402 :

Victoriae templum, / C(aius) Cantius Modestinus, / ex patrimonio suo.

Malheureusement, nous ignorons les motivations profondes de ces dépenses extraordinaires et particulièrement coûteuses, et ce à fortiori dans les deux cités distinctes. Néanmoins, cela en dit long sur le pouvoir économique de C. Cantius Modestinus et le prestige social qui en découle ou qu'il escomptait: la dépense des quatre temples construits *ex patrimonio suo* a été estimée à 200 000-280 000 sesterces³⁰. Comportement essentiellement urbain, l'évergétisme est un moyen de consolider et d'appuyer les aspirations politiques de ces élites qui cherchent à légitimer ainsi leur position dans l'ordre social et à gagner en *dignitas*. Vraisemblablement, ce but devait donc être celui recherché par C. Cantius Modestinus, et ce dans les deux cités. En parallèle, il participe de cette manière à la monumentalisation des cités récemment élevées au rang de *civitas*. Comme l'a proposé V. Mantas³¹, nous croyons que ce citoyen Igaeditain a vraisemblablement pu avoir des intérêts économiques également à Bobadela, peut-être liés -ici aussi- à l'exploitation de l'or, par exemple dans les mines de Eira dos Mouros et de Povorais que nous connaissons. Les relations de ce notable dépassaient sans aucun doute les limites locales, où il était bien connu (puisque'il ne juge pas utile d'indiquer sa filiation). Sa richesse, reflétée dans la capacité qui est la sienne à offrir à la communauté quatre temples, autorise à voir en lui un personnage d'envergure provinciale³²: l'ascension de sa carrière aurait-elle pu le mener

²⁸ Cf. Mantas 1988: 427-432 et Alarcão 2002-2003: 162-163.

²⁹ Carvalho 2009: 123-124.

³⁰ Mantas 2002: 233.

³¹ Mantas 1983: 244; 2002: 232.

³² L'analyse de la diffusion du gentilice *Cantius* dans la péninsule Ibérique et le reste de l'Empire indique, d'après Mantas 1983: 239-240, que les *Cantii* détiennent généralement un statut et pouvoir économique au-dessus de la moyenne.

à la *caput provinciae*, d'où il jouerait le rôle de *benefactor* de ces deux cités en question³³? Probablement, et ce d'autant plus lorsque nous savons les liens qui unissent *Augusta Emerita* à la *civitas Igaeditanorum*. Ce qui est évident, c'est que par son comportement, un seul et même personnage, C. Cantius Modestinus³⁴, met en relation et lie Bobadela et la *civitas Igaeditanorum*: ainsi s'ébauchent des réseaux familiaux.

De fait, il est tout à fait révélateur de constater que les relations étroites entretenues entre la *civitas Igaeditanorum* et Bobadela semblent être doublées par les liens tissés par d'autres familles de l'élite locale. Contacts et échanges sont multiples. Pour revenir à Bobadela en effet, une flaminique, Iulia Modesta, est bien connue pour avoir financé la réfection des portes de la ville – autre acte évergétique sur le forum de la cité – dont le formulaire de la dédicace rappelle d'ailleurs celles de Modestinus. De plus, nous savons grâce à une autre inscription qu'elle est mariée à un flamine provincial, S. Aponus Scaevus Flaccus:

CIL, II, 397 (*ILER*, 6080; *HEp*, 13, 976), aujourd'hui disparue :

--- / *splendidissimae civitati*, / *Iulia Modesta flaminicae* / [*ex patrimonio portas refecit ?*].

Nouvelle lecture : *Has portas et porticus refecit et donavit / splendidissimae civitati. Iulia Modesta / flaminica provinc(iae), ex patrimonio suo.*

CIL, II, 396 (*ILER*, 463) :

Pietati sacrum. / Iulia Modesta, ex patrimonio suo in honorem gentis / Sex(ti) Aponi Scaevi Flacci mariti sui, flaminis provinc(iae) / Lusit(aniae), et in honorem gentis Iuliorum parentum suorum.

Autant dire que ce couple appartient à la plus haute élite locale, voire provinciale. Or, et comme l'a déjà remarqué V. Mantas³⁵, nous connaissons précisément dans la *civitas Igaeditanorum* un homme dont l'onomastique est très proche de celle de la prêtresse du culte impérial de Bobadela, L. Iulius Quir. Modestus:

HAE, 1138; *ILER*, 1772 :

Iuliae / Varillae / Celeris f(iliae), / L(ucius) Iulius Quir(ina tribu) / Modestus, /

³³ Mantas 1988: 404, repris par Andreu Pintado 2006: 40.

³⁴ Rappelons que deux autres inscriptions pourraient attester du nom du même personnage et ainsi être rattachées, de façon tout à fait hypothétique, au même dédicant. L'une est dédiée à Diane en Bétique: *CIL* II2/7, 865 (*AE*, 1986, 319; *HEp*, 1, 94 = *AE*, 1999, 902; *HEp*, 2, 31 = *HEp*, 9, 89) Herrero del Duque, *praefectura d'Ucubi* : *C(aius) C(- - -) Mo/destin/us Dea/nae(!) v(otum) / l(ibens) a(nimo) s(olvit)*; l'autre à Liber et Libera dans la *praefectura d'Augusta Emerita* : *HEp*, 3, 136; *HEp*, 5, 234; *AE*, 1999, 884 (*HEp*, 9, 254) : *G(aius) C(- - -) M(- - -) / Libe/rae // et Li/ber[o] / a(nimo) l(ibens) [s(olvit)]*.

³⁵ Mantas 2002: 232.

*uxori statuam / cum basi f(aciendam) c(uravit). / Iulia Amoena / Sabini f(ilia)
mate[r] / auravit.*

L'inscription en question, gravée sur une stèle de granit imposante, nous indique qu'il rend hommage à son épouse défunte en lui élevant une statue que la mère de celle-ci, Iulia Amoena, fait recouvrir d'or. Une fois de plus, c'est dire tout le poids économique de cette famille, très probablement là encore lié à l'exploitation des mines d'or de la région. Si aucune preuve formelle ne vient pour le moment étayer cette hypothèse, il y a, à notre avis, de fortes chances pour que la flaminique Iulia Modesta appartienne aux mêmes *Iulii Modesti* attestés dans la *civitas Igaeditanorum* à la fin du I^{er} s. La coïncidence serait trop grande de trouver deux membres de l'élite locale, à l'onomastique si proche, dans deux cités qui entretiennent des relations si étroites par ailleurs. Enfin, si l'inscription de L. Iulius Modestus est généralement datée de la fin du I^{er}-début du II^{ème} s., pour Iulia Modesta la date de 100 est généralement donnée comme limite *post quem*. Au regard des fonctions et de leur puissance économique et sociale respectives, les deux personnages ont pu, par conséquent, être contemporains, ou du moins exister à des dates assez proches. Par ces divers exemples, nous pouvons observer comment différents membres des élites démultiplient les liens entre les deux cités et renforcent les relations entretenues entre la *civitas Igaeditanorum* et Bobadela³⁶. Bien entendu, la présence d'une même *gens* dans des cités distinctes de Lusitanie n'est pas une preuve en soi des relations entre les porteurs d'un même nom, et ce d'autant plus que l'amplitude chronologique envisagée est grande. Toutefois, s'il faut savoir nuancer sa valeur, l'onomastique est un indice des déplacements de ces nouveaux arrivés en Lusitanie vers d'autres *civitates*, tout comme des liens que ces dernières ont pu nouer entre elles. Très rapidement, les élites italiques récemment installées en Lusitanie trouvent des intérêts dans d'autres cités avec lesquelles elles développent leurs affaires. À cette fin, elles implantent des affranchis dans d'autres cités³⁷. Ici, il est bien évident que tant les *Cantii* que les *Iulii* doublent les liens entre les deux cités. Les déplacements de l'époque étant plus difficiles et surtout moins rapides, c'est avec l'élite des *civitates* voisines que les relations se nouent. De même, afin de conforter leurs intérêts économiques, l'alliance matrimoniale crée ou consolide des solidarités tout aussi efficaces que la consanguinité qui se prolongent dans le temps, et qui étendent le réseau de soutien. Ce sont elles qui créent des ponts avec d'autres *civitates* de la province. Les relations personnelles et les liens familiaux sont le pivot des relations entre cités. Ainsi, la mise en place de relations

³⁶ Mantas 1983: 243 ainsi que Fernandes 1996: 167-168. Si certaines voient en Bobadela le centre de la *civitas* des *Tapori*, il faudrait qui plus est ajouter à ces données les migrations de population déjà évoquées plus haut.

³⁷ Marcos 2013: 372-374.

créé des réseaux, qui organisent, ou réorganisent, la hiérarchisation de l'espace régional: les enjeux sociaux sont les vecteurs des relations entre les *civitates*, les moteurs qui interagissent sur les flux et les facteurs de polarisation.

Au terme de cette étude, il apparaît une fois de plus clairement que la *civitas Iageditanorum* est l'un des premiers centres politico-administratifs de la toute jeune province de Lusitanie, constat que confirme d'ailleurs son progressif développement urbanistique. Poste avancé de l'administration impériale vers l'intérieur nord de la Lusitanie, la cité est pleinement intégrée aux rouages de l'Empire et à ses circuits, et ce de façon très précoce. Au final, située sur un axe structurant nord/sud qui a peut-être déterminé le choix stratégique de sa localisation, la *civitas Igaeditanorum* dispose de mines extrêmement riches qui font sa richesse et expliquent probablement sa forte attractivité sur le nord lusitanien et péninsulaire. Ce sont à la fois son importance géostratégique, son poids économique et sa situation de polarisation régionale qui ont motivé le fort investissement des autorités impériales, raison pour laquelle elle est unie à la *caput provinciae* de façon plus étroite. À son tour, c'est cet investissement qui a favorisé et impulsé un plus fort rayonnement de la cité. À travers cette étude de cas et la démarche que nous avons suivie, nous voyons nettement se dégager certains nœuds urbains qui polarisent un espace plus ou moins proche. Vecteurs des échanges, les voies de communications, les routes tout autant que les fleuves, sont les axes structurants de l'espace. Ainsi reliés les uns aux autres, ces pôles entretiennent des liens parfois privilégiés avec d'autres communautés, et ce de façon tout à fait indépendante de leur statut juridique. Par conséquent, l'aire d'influence de chaque cité est proportionnelle à sa capacité de polarisation, tant des hommes que des biens. C'est la notion de rayonnement de la *civitas* qui est ici en jeu. De toute évidence, une lecture géographique des sources historiques est indispensable à une compréhension renouvelée de la province lusitanienne. Plus que jamais, l'espace est le théâtre du pouvoir.

BIBLIOGRAPHIE

- Alarcão de, J. (2002-2003), "A *Splendidissima civitas* de Bobadela (Lusitânia)", *Anas*, 15-16: 155-180.
- Andreu Pintado, J. (2006), "Munificencia y promoción política de las élites hispanas en época flavia : ideología y procedimientos", in J. Fr. Rodríguez Neila & E. Melchor Gil (eds.), *Poder central y autonomía municipal : la proyección de las élites romanas en Occidente*. Cordoue, Grupo Ordo, 385-415.

- Arruda, A. M., Viegas, C. & Bargão, P. (2006), “Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém”, *Setúbal Arqueológica* 13 : 233-252.
- Banha, C. (2010), “As ânforas romanas de Idanha-a-Velha (*civitas Igaeditanorum*)”, *Materiaes* : 237-298.
- Bustamante Álvarez, M. (2011), *La cerámica romana en Augusta Emerita en la época Altoimperial. Entre el consumo y la exportación*. Mérida, Instituto de Arqueología, Colección de Estudios Históricos de la Lusitania *Ataecina*.
- Cardoso, G., Rodrigues, S. & Sepúlveda de E. (2006), “A olaria romana de Peniche”, *Setúbal Arqueológica* 13 : 253-278.
- Carvalho, P. (2009), “O forum dos *Igaeditani* e os primeiros tempos da *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, Portugal)”, *Archivo Español de Arqueología* 82 : 115-131.
- Chouquer, G. & Favory, Fr. (1992), *Les arpenteurs romains. Théorie et pratique*. Paris, Éditions Errance.
- Cortés Bárcena, C. (2013), *Epigrafía en los confines de las ciudades romanas: los termini publici en Hispania, Mauretania y Numidia*, L'Erma di Bretschneider, Rome.
- Dilke, O. A. W. (1995), *Les arpenteurs de la Rome antique*. Sophia-Antipolis, Éditions APDCA.
- Domergue, Cl. (1990), *Les mines de la péninsule Ibérique dans l'antiquité romaine*. Rome, CEFR 127.
- Edmondson, J. (2004), “Inmigración y sociedad local en *Augusta Emerita*, 25 a.C. - 250 d.C.”, in J.-G. Gorges, E. Cerrillo Martín & T. Nogales Basarrate (eds.), *V Mesa Redonda internacional sobre Lusitania romana : Las Comunicaciones*. Mérida, Museo Nacional de Arte Romano, 321-408.
- Encarnação, J. (2015), “Roma e Lusitânia : dois poderes paralelos?”, in G. Bravo & R. González Salinero (eds.), *Poder Central y Poder Local: Dos Realidades Paralelas en la Órbita Política Romana ?*, 19-30.
- Étienne, R. (1992), “L'horloge de la *ciuitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie”, *Revue des Études Anciennes* 94/3-4: 355-362.
- Fernandes, L. S. (1996), *A Presença da mulher na epigrafia romana do Conventus Scallabitanus*. Mémoire de master manuscrit, soutenance à l'Université de Lettres de Porto.
- Gómez Pantoja, J. (1999), “Historia de dos ciudades : *Capera* y *Clunia*”, in J.-G. Gorges & Fr. G. Rodríguez Martín (eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, Collection de la Casa de Velázquez 65, 91-108.

- Gómez Pantoja, J. (2007), “Una tierra de emigrantes”, in M. Navarro & J. J. Palao Vicente (eds.), *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine*. Bordeaux, Études Ausonius, Hors Série *Saldvie*, 341-353.
- Guerra, A. (2007), “Sobre o território e a sede dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas”, *Conimbriga* 46: 161-206.
- Haley, E. (1991), *Migration and economy in Roman Imperial Spain*. Barcelona, Universitat de Barcelona, Bellaterra.
- Mantas, V. (1983), “Evergetismo e culto oficial : o construtor de templos C. Cantius Modestinus”, in M. Mayer (ed.), *Religio deorum. Actas del Congreso Internacional de Epigrafía*. Barcelone, AUSA, 227-250.
- Mantas, V. (1988), “*Orarium donavit Igaeditanis* : epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana”, in G. PEREIRA MENAUT (ed.), *Actas del I^{er} Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Vol. II. Santiago de Compostela, 415-439.
- Mantas, V. (2002), “C. Cantius Modestinus e os seus templos”, in J. Cardim Ribeiro (ed.), *Religiões da Lusitânia : Loquuntur Saxa*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 231-234.
- Mantas, V. (2006), “Cidadania e Estatuto Urbano na *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha)”, *Biblos* 4, 2^a serie : 49-92.
- Marcos, S. (2013), *Les relations entre les cités de Lusitanie au Haut-Empire*, thèse de doctorat manuscrite, soutenance à l'Université de Bourgogne.
- Moatti, Cl. (1993), *Archives et partage de la terre dans le monde romain (II^{eme} siècle avant-I^{er} siècle après J.-C.)*. Rome, CEFR 173.
- Navarro Caballero, M. & Ramírez Sádaba, J. L. (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Paris, Grupo Mérida, Fundación de Estudios romanos, Éditions Ausonius.
- Nicolet, Cl. (1988), *L'Inventaire du monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*, Paris, Fayard.
- Sánchez-Palencia, F.-J. & Pérez García, L. C. (2005), “Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges / Erjas y Bazágueda (*Lusitania*): la zona minera de Penamacor-Meimoa”, in *Actas das 2^{as} Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, 267-307.

**O MOSAICO FIGURATIVO DO *TRICLINIUM* DA
CASA DA MEDUSA (ALTER DO CHÃO)**
(The figurative mosaic of the *triclinium* of the
House of the Medusa [Alter do Chão])

JORGE ANTÓNIO (jorge.antonio@cm-alter-chao.pt)
Câmara Municipal de Alter do Chão

RESUMO - O mosaico figurativo identificado no *triclinium* da Casa da Medusa, datado da primeira metade do séc. IV, revela-se fonte documental de particular relevância, sendo que constitui manifesto reflexo de enriquecimento, de poder, de cultura e de *status* do *dominus*, que pertenceria provavelmente à aristocracia de *Abelterium*. Este quadro traduz, genericamente, a tendência das elites sociais do Baixo-Império, onde o poder da imagem assume particular destaque, através do recurso a programas decorativos sumptuosos usados pelos *domini* nas suas residências.

A cena representada, de clara influência oriental, corresponde a um *unicum*, pois não há registo de semelhante temática em todo o repertório musivo do Império Romano. Não se trata de mera preocupação nos pormenores de execução, mas de um perfeccionismo extremo, patente no realismo e esmerado detalhe, só possível graças à desmesurada mestria do *pictor* e à exigência, cultura, gosto refinado e poder económico do promotor.

PALAVRAS-CHAVE - Alexandre; Poro; Hidaspes; Zeus; Oceano; Medusa

ABSTRACT¹ - The figurative mosaic identified in the *triclinium* of the House of the Medusa, dating from the first half of the 4th century, proves to be a documentary source of particular relevance, and is a manifest reflection of enrichment, power, culture and status of the *dominus*, which probably belonged to the aristocracy of *Abelterium*. This table reflects, generally, the trend of the social elites in the Late Roman Empire, when the power of the image is particularly highlighted by the *domini* through the use of sumptuous decorative programs in their homes.

The scene depicted shows a clear oriental influence and has similar recorded wherever by the repertoire of mosaics of the Roman Empire. This does not merely concern the implementation details, but an extreme perfectionism, evident in realism and painstaking detail, only possible thanks to unbridled mastery of *pictor* and the requirement, culture, refined taste and economic strength of the promoter.

KEYWORDS - Alexander; Porus; Hydaspes; Zeus; Ocean; Medusa

¹ Agradecimento a Maria de Jesus Duran Kremer.

1. INTRODUÇÃO

O estudo que se apresenta no âmbito deste artigo resulta de um profundo trabalho de investigação interdisciplinar, realizado em colaboração entre várias áreas de estudo, tais como a arqueologia, história antiga, história da arte, conservação e restauro, pintura mural, desenho/topografia e informática², no intuito de compreender tanto quanto possível a cena representada e a execução técnica da mesma.



Figura 1. *Abelterium* (As províncias e os conventos da Hispânia, Jorge de Alarcão, 1988)³.

No mosaico figurativo (painel 42.7) do *triclinium* da Casa da Medusa⁴, em Alter do Chão (*Abelterium*, Fig. 1), está representada a cena mais emblemática da Batalha do Rio Hidaspes⁵, ocorrida em Maio de 326 a.C. e que opôs Alexandre III da Macedónia a Poro, rajá de Paurava, e caracteriza-se, genericamente, pela qualidade técnica e artística e riqueza cromática, pelo *horror vacui* e bom estado de conservação.

² A análise de diagnóstico e os trabalhos de conservação e restauro, pintura mural, desenho/topografia e informática foram efectuados pela empresa Arqueohoje, no âmbito de um projecto de valorização apresentado ao QREN, pela Câmara Municipal de Alter do Chão.

³ Agradecimento a Filomena Barata.

⁴ António 2014.

⁵ António 2015a.

2. EXECUÇÃO DO MOSAICO

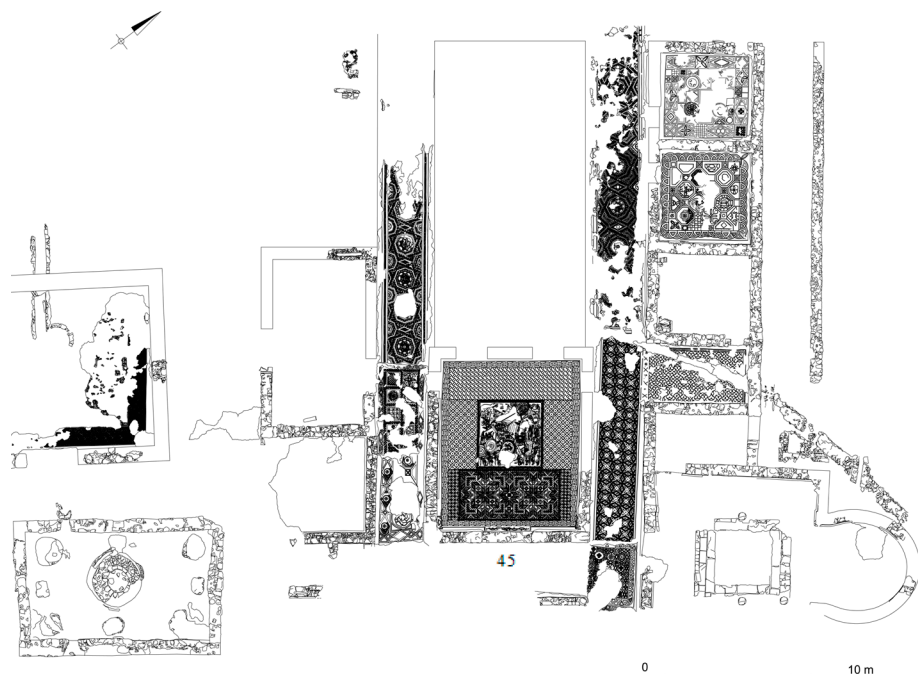


Figura 2. Casa de Medusa (Ó CMAC).

O *triclinium* foi edificado no interior do jardim do *peristylum*, no âmbito da reformulação arquitectónica efectuada na primeira metade do séc. IV, ocupando parte do espaço verde da casa e eventualmente substituindo uma fonte⁶. Qualquer uma destas hipóteses poderá ser atestada aquando da realização de futuras campanhas de escavações, uma vez que o jardim do pátio interior ainda não foi intervencionado.

A área determinada para representar a cena escolhida pelo *dominus* corresponde ao braço vertical do T da composição T + U, ocupando, sensivelmente, o centro da sala, ficando esta virada para o lado oposto à entrada inicial do *triclinium*, projectando-se para os leitos onde se reclinavam os convivas, podendo estes, desta forma, contemplar Alexandre e a rendição de Poro, em toda a sua plenitude. Ocupa cerca de 9 m² (3,05 m por 2,94 m) dos 53 m² (6,60 m por 8,01 m) do pavimento total da sala de jantar, sendo ainda envolvida por moldura geométrica (16 cm).

Na execução da cena representada e no intuito de cumprir rigorosamente o

⁶ António 2014; António 2015a.

ambicioso projecto decorativo⁷, os tesselários recorreram à pedra (calcário, grés e mármore) e à pasta vítrea, utilizando uma policromia bastante variada⁸. Porém, apesar da enorme paleta de cores, na pedra predominam os tons “terra”, designadamente *bordeaux*, ocre, laranja e amarelo e na pasta vítrea o azul e o amarelo/verde.

<i>Tesserae</i>	Cor	Material	Elemento
Pedra	Bordeaux Ocre Laranja Amarelo	Corpo	Corpos
		Couro	Calçado
			Indumentária
		Madeira	Hastes dos dardos
		Caule	Palmeira
Terra	Margem do rio		
Pedra	Verde	Elementos vegetais	Louro
			Palmeira
			Limos
Pedra Vidro	Azul	Metal	Cnémides de Alexandre
			Elmos
			Couraças
			Cnémides de Poro
			Extremidades dos dardos
Pedra	Branco	Água	Leito do rio
			Ondas
			Barba
			Mamilos
Vidro	Azul		<i>Cantharus</i>

Figura 3. Quadro esquemático.

Enquanto as cores “terra” foram usadas para representar o corpo dos personagens, o couro do calçado, parte da indumentária, a madeira das hastes dos dardos e a margem do rio, o verde foi utilizado para os elementos vegetais, tais como o louro do escudo de Alexandre e a folhagem da palmeira, segurada pelo deus-rio Hidaspes. Para o metal recorreu-se duplamente ao verde (cnémides de Alexandre) e ao azul (extremidades dos dardos). Por fim, na representação da

⁷ Para melhor compreender o projecto decorativo do *triclinium*, importa estudar o estuque pintado recolhido, aquando da escavação levada a efeito.

⁸ Pedra: branco, ocre, amarelo, rosa, laranja, *bordeaux*, verde e azul; Pasta vítrea: amarelo, laranja, *bordeaux*, castanho, verde e azul.

água foi utilizado simultaneamente o branco e o azul: Branco para o leito do rio indiano, o qual corre, em pano de fundo, atrás dos monarcas e restantes soldados, a ondulação sob o deus-rio e a que brota dos mamilos e da barba de Oceano, azul para a água vertida a partir do vaso, colocado sob a mão direita do deus-rio, a qual representa a nascente do Hidaspes.

Relativamente à dimensão, as *tesserae* possuem tamanhos que oscilam entre 0,4 e 1,4 cm, embora a forma, maioritariamente cubica, tenha sido, por vezes, ajustada ao preenchimento das formas, previamente desenhadas pelo *pictor imaginarius*.

A diversificação de materiais, cores, dimensões e formas utilizadas nas tesselas, possibilitaram, por um lado, representar minuciosamente a cena em causa, no que concerne à fisionomia, músculos, indumentária, armamento dos personagens e enquadramento cénico, no seu todo. Por outro lado, proporcionaram o recurso à perspectiva, onde se destaca a hierarquização dos monarcas e consequentemente dos soldados dispostos atrás de cada um destes, à sombra, não só registada no chão, entre os pés dos soldados frígios, bem como na lâmina dos dardos e ao movimento, relativamente aos guerreiros do canto superior direito.

Em síntese, face ao exposto, constatamos que a qualidade técnica e artística conseguida neste mosaico resulta da existência de um *dominus* culto e abastado e da perícia dos *ateliers*. Tal com veremos adiante, o conhecimento das fontes pelo comanditário e a sequente selecção precisa da cena da batalha, limitou a intervenção do *pictor imaginarius* no processo criativo.

Ainda no que concerne à feitura do mosaico importa tecer algumas considerações pertinentes, sendo que se revelam fundamentais para melhor compreender a origem das oficinas implicadas na execução do pavimento do *triclinium*.

A cena representada constitui um *unicum*, na medida em que não se conhece temática idêntica no panorama da musivária romana, sendo raras, inclusive, as representações de Alexandre⁹. Destas, apenas o mosaico da Casa do Fauno (Pompeia), exposto actualmente no Museo Archeologico Nazionale di Napoli retrata uma cena bélica, a Batalha de Isso, o confronto de Alexandre com Dario. Se relativamente ao mosaico pompeiano não restam dúvidas em tratar-se de uma reprodução feita a partir de uma pintura¹⁰, já relativamente a Alter do Chão é uma questão que carece de maior discussão.

O painel pode ter sido executado no local, ou seja, na própria Casa da Medusa, o que certificaria, mais uma vez, a itinerância de *ateliers*, embora não seja de descartar a hipótese de ter sido efectuado em qualquer parte do Império Romano e posteriormente montado na residência. Esta questão coloca-se pelo facto de não descartarmos a hipótese da existência de técnicas distintas de execução verificadas no painel figurativo e nos restantes painéis geométricos,

⁹ António 2015a: 69.

¹⁰ Dunbabin 2002: 41.

que compõem o pavimento do *triclinium*. Se consideramos a coexistência de técnicas distintas, consideramos, obviamente, a presença de equipas diferenciadas de operários na execução do pavimento.

Apesar da notória influência oriental, os erros de execução¹¹ detectados e a existência de técnicas distintas, as quais evidenciam graus de experiência diferenciados, inclusive na execução do próprio mosaico figurativo, podem eventualmente corroborar a autoria por parte de uma oficina provincial, menos especializada, se comparado este mosaico com trabalhos norte africanos ou orientais.

Relativamente ao estado de conservação, de referenciar que o mosaico chegou aos nossos dias em boas condições, apesar das inúmeras lacunas identificadas, fundamentalmente localizadas no escudo e pé de Alexandre, entre as duas figuras do lado esquerdo, na face de Hidaspes e no escudo do soldado do lado direito do painel. Além destas falhas no pavimento, na análise de diagnóstico realizada, identificaram-se concreções calcárias e argilosas superficiais, contaminações micro biológicas de fungos, líquenes e musgos. Durante os trabalhos de conservação e restauro levados a cabo verificou-se que o *tessellatum* possuía uma base de assentamento rudimentar em argamassa, proporcionando o surgimento de fracturas e abatimentos. De facto, a fotogrametria realizada na sala de representação comprovou abatimento do pavimento, no sentido Este – Oeste.

Porém, a consecução dos trabalhos de conservação e restauro que consistiram, genericamente, em limpeza, estabilização, restauro e preenchimento de lacunas, resultou em melhorias consideráveis no *tessellatum*, não só do ponto de vista estrutural, como do ponto de vista visual, sendo que permitiram melhor compreensão da cena representada.

3. ANÁLISE ICONOGRÁFICA

As personagens que compõem a cena representada foram inseridas num cenário que pretende reproduzir o local onde ocorrera o encontro de Alexandre com Poro, o mesmo onde sucedera a batalha, a margem oriental do rio Hidaspes. Enquanto o plano inferior, desenhado a *tesserae* ocre, representa a margem do rio, limitada pela linha irregular traçada transversalmente junto aos pés de Alexandre e dos restantes soldados, o plano superior, definido a branco, reproduz o leito do flúmen indiano.

Esta composição cénica, constituída por inúmeras figuras humanas e divinas e por expressivo e diversificado armamento, traduz-se em *horror vacui*, igualmente patente em painéis geométricos da casa (painéis 27.1 e 45.1), onde se regista notório barroquismo polícromo no preenchimento intensivo dos pavimentos. Estes mosaicos, que decoram corredores do *peristylum*, são datáveis dos sécs. III-IV, enquadráveis cronologicamente na datação proposta para o *tessellatum* figurado¹².

¹¹ António 2015a: 64.

¹² António 2015b: 40-42 e 44.



Figura 4. Painel figurativo (Ó CMAC).

Se por um lado a secção inferior é ocupada pelas divindades marinhas, Oceano e Hidaspes, dispostas simetricamente em cada um dos cantos, o restante painel, centrado no escudo da Medusa, é dividido por quatro figuras, dispostas em cada um dos flancos, com Poro ajoelhado aos pés de Alexandre. Como tal, o *horror vacui* aqui registado, traduz-se numa imagem coesa e equilibrada.

A universalidade histórica de Alexandre e a enorme carga ideológica que encerra, aliadas à vitória no Hidaspes, reflectem-se no indiscutível protagonismo que lhe foi dado na cena aqui retractada. O herói macedónio destaca-se dos demais personagens pela sua imponência, consequência do armamento que ostenta, designadamente a couraça, mas sobretudo o elmo e o escudo.

De acordo com Plutarco¹³, era facilmente reconhecido pela plumagem de penas brancas que ornamentava cada lado do elmo, obra de Teófilo, mas apesar de ser de ferro, brilhava como se fosse feito de prata pura. Na imagem desenhada

¹³ Almeida 1980: 307 e 325. Plut. *Alex.* 16. 4, 32. 5.

no *triclinium* da Casa da Medusa, possui duas penas laterais e duas no topo, centradas com um enorme penacho tombado para trás.



Figura 5. Mosaico da Batalha de Issos (Ó Nick Thompson, 2006).



Figura 6. Sarcófago do Museu Arqueológico de Istanbul (Ó Ronald Slabke, 2012).



Figura 7. Medalhão de Poro (Ó Ancient Art Pro, 2011).

Embora no mosaico da Batalha de Isso (Fig. 5) não ostente elmo, no baixo-relevo do sarcófago do Museu Arqueológico de Istambul (Fig. 6), bem como em inúmeras moedas cunhadas com a sua esfinge, possui capacete em forma de leão. Constata-se que o uso deste tipo de elmo traduz-se na cabeça sobrelevada do monarca macedónio, tal como se pode comprovar na Casa da Medusa. Já no medalhão de Poro (Fig. 7), Alexandre ostenta um elmo frígio com penacho. Neste mesmo medalhão, salientemos outras semelhanças com a representação do *tesselatum* de Alter do Chão, designadamente o dardo e os gémeos, bem pronunciados.

Plutarco¹⁴ refere também que Alexandre era igualmente identificado pelo seu escudo, recolhido no templo de Atena em Ílion e que, de acordo com Arriano¹⁵, sempre levava em batalha. De facto, na mão esquerda segura um enorme escudo circular¹⁶, em cujo centro se dispõe a cabeça de Medusa¹⁷, da qual podemos vislumbrar vestígios das serpentes que saíam da sua cabeleira. A Górgona está rodeada por dois círculos, sendo que o mais interior (6 cm espessura) apresenta um *degradé* de vermelho, laranja e *bordeaux* e o exterior (11,5 cm de espessura), uma grinalda de três folhas de louro, em fundo branco. Esta representação da Medusa revela-se um excelente exemplo da “humanização” sofrida por esta ao longo do tempo, tornando-se gradualmente menos terrífica e adoptando cada vez mais um papel apotrópaico e profilático.

Na couraça de Alexandre podemos vislumbrar uma segunda medusa, embora de forma ténue, mais precisamente a cabeleira vermelha e laranja, parcialmente tampada pelo *balteus*. Também na armadura do mosaico da Batalha de Isso, o monarca macedónio possui uma Medusa, embora mais destacada que a de Alter do Chão.

¹⁴ Almeida 1980: 307. Plut. *Alex.* 16. 4.

¹⁵ Guzmán Guerra 1982a: 150. Arr. *An.* 6. 3.

¹⁶ A ligeira deslocação para a esquerda dá-lhe um formato oval (84 cm x 76 cm).

¹⁷ Exemplos hispânicos de mosaicos com a Medusa no interior de círculos: Carmona, Córdoba, *Tarraco* e Málaga (Marbella).

Com as armas dispostas no ch3o, semi-flectido e de bra3os entendidos, em sinal de rendi33o, est3 Poro. Usa coura3a, a qual, segundo Arriano¹⁸, era de extraordin3ria resist3ncia. Veste saiote e usa cn3mides, tal como Alexandre, sendo o dardo igual ao carregado pelo monarca maced3nio e restantes guerreiros, assim como as espadas dos militares do canto superior direito, a julgar pela bainha. Outras semelhan3as registadas com estes 3ltimos relacionam-se com os elmos, tamb3m cerrados e com penacho ca3do para tr3s. No que concerne aos escudos circulares, mais uma vez semelhantes, por3m com maior riqueza policroma comparativamente aos transportados pelos soldados fr3gios, onde predomina o branco. Relativamente 3s botas, igualmente similares 3s cal3adas pelos militares dispostos atr3s de si, definem-se, grosso modo, por linhas paralelas, 3 excep33o da levada pelo soldado do meio, no p3 direito, constitu3da por tiras cruzadas.

In3meros autores cl3ssicos, tais como Plutarco¹⁹, Diodoro de Sic3lia²⁰ e Arriano²¹, aludem aos ferimentos sofridos por Poro no campo de batalha, pelo que ter3 perdido muito sangue. A este respeito refira-se a mancha de tesselas rosa que se define 3 sua frente, tratando-se, eventualmente, de uma alus3o a este facto.

Alexandre 3 precedido por tr3s soldados, cujos gorros nos permitem identific3-los como fr3gios. Vestem t3nica *manicata* curta e apertada na cintura e *anaxyrides*. Os tr3s magos do mosaico parietal da Basilica di Sant'Apollinare Nuovo, em Ravena, datado de 3poca bizantina (s3c. VI), vestem tamb3m cal3as justas, as quais se destacam pela riqueza de padr3es e policromia. Ainda relativamente 3 indument3ria refira-se que cal3am botas e mantos de cor vermelha e laranja, presos por uma f3bula postada no ombro direito, tombados sobre as costas, 3 semelhan3a dos guerreiros dispostos no canto oposto. A julgar pelo expresso pelas fontes cl3ssicas²², tratar-se-3 dos Companheiros que o seguiram at3 Poro, quando o indiano M3roe o trazia 3 sua presen3a.

No canto superior direito destaca-se a figura do centro, n3o s3o por estar na dianteira assim com pela m3o direita estendida frente ao escudo de Alexandre. Eventualmente tratar-se-3 de M3roe, amigo do monarca indiano, incumbido por Alexandre de trazer Poro junto de si, tal como refere Arriano²³. Estes soldados, de tez aparentemente mais escura, est3o em movimento, alus3o 3 miss3o que lhes fora atribu3da pelo l3der maced3nio.

No que respeita 3s divindades aqu3ticas, recostadas em cada um dos

¹⁸ Guzm3n Guerra 1982a: 110. Arr. *An.* 5. 5.

¹⁹ Almeida 1980: 351. Plut. *Alex.* 60. 7.

²⁰ Oldfather 1989: 377. Diod. 17. 6.

²¹ Arr. *An.* 5. 5.

²² Guzm3n Guerra 1982a: 111. Arr. *An.* 5. 1.

²³ Guzm3n Guerra 1982a: 111. Arr. *An.* 5. 7-8.

cantos na parte inferior do painel, dispõem-se o deus Oceano, no lado direito e o deus-rio Hidaspes, à esquerda. O primogénito dos Titãs, *pater rerum*, de acordo com Virgílio²⁴, apresenta-se de corpo inteiro, representação pouco usual em contexto hispânico, de indiscutível influência oriental²⁵, entre as quais se incluem o mosaico cosmológico emeritense da Casa del Mitreo e o mosaico da *villa* romana de La Milla del Río (León). São exemplos localizados longe da costa, o que certifica que as representações do deus Oceano, tal com se atesta no Norte de África, não eram exclusivamente costeiras, durante o Baixo-Império²⁶.

Oceano apresenta iconografia tradicional, ou seja, um homem idoso e de barba abundante da qual escorre água, à semelhança do que se verifica nos mamilos, rodeados por algas, cujos salpicos podemos constatar no manto azul que lhe cobre os membros inferiores. Possui enormes olhos abertos e várias antenas de crustáceo que emergem da cabeleira, destacando-se as duas centrais, de maiores dimensões, comparáveis a cornos. Embora normalmente sejam os tritões que possuem cornos, Oceano também é retractado, por vezes, de igual modo, servindo de exemplo as representações do Titã no mosaico da *Horrea Agrippiana* (Roma)²⁷, do *frigidarium* das Termas de Nasr Allah (Tunisia)²⁸ e da *Villa Romana de Carranque* (Toledo), entre muitos outros. De referir que P. Vouëte utiliza o adjectivo *Kéras-phoros* – que tem chifres – para qualificar Oceano²⁹. Em contexto hispânico, além da Casa da Medusa, também no mosaico de *Tarraco*, actualmente em exposição no Museu Arqueológico de Tarragona, Oceano surge associado à Górgona³⁰.

Apesar da face destruída do deus-rio Hidaspes, antevemos as pestanas e diversas antenas de crustáceo que emergem da cabeleira. Possui um manto de tesselas brancas, azuis e verdes, que lhe cobre um dos ombros e os membros inferiores, vislumbrando-se o pé esquerdo e os genitais. No tronco superior constatamos a existência de limos em redor do mamilo direito. Segura na mão esquerda uma palmeira, alusão ao arvoredado constituído por vários tipos de árvores, existente nas margens e nas ilhas onde ocorreu a peleja³¹. Pousa a mão direita sobre um *cantharus* tombado que verte água que corre na direcção de Oceano, provocando ondulação, bem definida sob as suas vestes.

Vários são os deuses-rio associados a vasos e elementos vegetais, pelo que

²⁴ Silva 2008: 127. Verg. G. 4. 382.

²⁵ Guardia Pons 1992: 306-307.

²⁶ López Monteagudo 2011: 289.

²⁷ Grandi e Chini 2005: 60, fig. 4.

²⁸ Ennaïfer e Lazreg 2005: 522, fig. 4-5, 526, fig. 7.

²⁹ Ennaïfer e Lazreg 2005: 525, nota 17.

³⁰ López Monteagudo 2011: 293.

³¹ Guzmán Guerra, 1982a: 98. Arr. An. 5. 1.

importa citar alguns exemplos. Em contexto hispânico³², o deus-rio Asopo segura na mão esquerda um ramo com o qual toca numa rocha (Itálica, finais do séc. II – inícios do III) e Eufrates sustem com a mão direita um talo de rosa (mosaico cosmológico de Mérida, Época Antonina). Fora da Hispânia³³, o deus-rio do mosaico dos barcos de Althiburos (Tunísia, primeira metade do séc. III d.C.) agarra um ramo de oliveira e Eurotas, no pavimento do *peristylum* da *Villa Mediana* (Niš, Sérvia), segura um enorme ramo com a mão esquerda e sob o braço um vaso tombado verte água frontalmente.



Figura 8. Raio de Zeus (Ó CMAC).

Além da tríade marinha patente no painel figurativo, é necessário ter em linha de conta a presença de Zeus no pavimento do *triclinium*, o pai divino de Alexandre, sendo a este que o soberano macedónio devia a vitória no Hidaspes, imortalizada no medalhão que o consagra como rei da Ásia³⁴. Tal como se pode constatar no decadracma de prata (Fig. 6), Alexandre segura na mão direita o raio de Zeus, enquanto é coroado por Nike.

Zeus constitui outras das deidades presentes na sala de representação, à semelhança de Oceano e Medusa, recuperadas do repertório clássico. Deste modo, embora ausente do painel figurativo, assevera-se indissociável da cena representada. A sua presença manifesta-se através do raio (Fig. 8 e 9), uma das manifestações do seu poder, estrategicamente colocado junto à entrada inicial da sala de jantar, cujo acesso se fazia pelo corredor 45. Está inserido num painel rectangular de duplo filete azul, sendo constituído por dois florões nas extremidades e envolto num cordão vermelho, intercalado por *chevrons*, unido ao centro com um laço vermelho e azul, em fundo branco (painel 42.1)³⁵. Também na *Villa Romana de Torre de Palma*³⁶, situada em Vaiamonte, Monforte, foi identificado o raio de Zeus na soleira da porta de ligação entre dois compartimentos. Todavia bícromo e mais pobre na execução.

4. INTERPRETAÇÃO DA CENA REPRESENTADA

Ao representar no *triclinium* da sua residência um acontecimento histórico

³² San Nicolás Pedraz 2004-2005: 316-320.

³³ López Monteagudo 2011: 287-302.

³⁴ Hammond 2004: 167.

³⁵ António 2015b: 46-48.

³⁶ Lancha e André 2000: 225-230, Pl. XLI-LXXX.

de cariz bélico, protagonizado por Alexandre, o Grande, o *dominus* da Casa da Medusa indicia as suas origens militares. Tratando-se de uma contenda ocorrida na Ásia, eventualmente corresponderá à comemoração de uma triunfo militar do proprietário, sucedido no extremo oriental do Império Romano, comparando-se a Alexandre e à vitória e consequente glória conseguida por este, contra os bárbaros indianos. Como tal, através da representação da batalha, numa clara atitude de ostentação, para impressionar os seus ilustres convidados, o dono exaltava a sua *virtus*, a vitória e o triunfo sobre a morte, tal como o conquistador asiático, que lhe serviu de modelo. Simultaneamente, exaltava Roma, pela vitória sobre os seus inimigos, o triunfo da ordem sobre o caos, como garante da civilização.

Alexandre Magno foi adoptado como modelo de carreira político-militar, não só pelos seus sucessores, bem como por altos dignitários militares e imperadores romanos, desde os tempos da República ao Baixo-Império. Vários foram os autores clássicos, tais como Plutarco (*Vidas Paralelas*)³⁷, Arriano (*Anábasis de Alexandre Magno*)³⁸, Suetónio (*Os Doze Césares*)³⁹ e Diodoro de Sicília (*Biblioteca Histórica*)⁴⁰, entre muitos outros, que lhe dedicaram obras, as quais perduraram até aos nossos dias. Embora a tradição helénica tenha sido adoptada ideologicamente por Roma, a *imitatio alexandrii* prevalece do ponto de vista militar – Alexandre como arquétipo do conquistador, o conquistador universal – em detrimento da faceta de mecenas e de homem culto.

Além de militar, o *dominus* da Casa da Medusa terá tido, seguramente, competências acrescidas na administração local do império, à semelhança com o que ocorria, designadamente, com os *possessores*, *negotiatiores* e *navicularii*, na gestão administrativa e financeira das cidades da Bética⁴¹.

Se por um lado o *tesselatum* figurativo revela uma clara manifestação de poder militar e político, por outro, este elemento da elite social de *Abelterium* não se inibiu de mostrar a sua abastada condição financeira, ao pagar a execução de uma obra desta dimensão e de qualidade técnica e artística inegável.

O *status* do comanditário, enquanto membro da aristocracia tardo-antiga abelteriense, manifesta-se, também, pelo elevado nível cultural que possuía, pois torna-se evidente o conhecimento que este detinha das fontes históricas, na reprodução da cena da batalha. Aliás, o estudo epigráfico de *Abelterium* comprova, de facto, manifesto nível cultural⁴² da população local. Desde logo, o dono da Casa da Medusa, não só não seria indiferente ao carisma do herói mace-

³⁷ Almeida 1980.

³⁸ Guzmán Guerra 1982ab.

³⁹ Simões 2007.

⁴⁰ Goukowsky 1978; Oldfather 1989.

⁴¹ López Monteagudo 2002: 258.

⁴² Encarnação 2014: 43-48.

dónio, para todos os efeitos uma figura histórica dotada de todas as virtudes, como seria admirador do legado cultural helénico, já referido por Katherine Dunbabin, relativamente ao proprietário da Casa do Fauno⁴³. O conhecimento pormenorizado das fontes escritas possibilitou a selecção criteriosa de uma cena específica da refrega, mais concretamente, a rendição de Poro, de inegável significado simbólico, a qual encaixava na perfeição, do ponto de vista ideológico, na manutenção da ordem estabelecida por Roma e dos ideais do Império que o *dominus* fazia questão de exhibir.

Alexandre III da Macedónia é utilizado pelo *dominus* como modelo para representar a vitória da civilização sobre a barbárie, à semelhança do que fizera Roma, igualmente por via militar, a ordem sobre o caos levada pelo herói helénico até aos confins da Índia e por Roma até ao extremo Ocidente. A este respeito importa mencionar dois modelos em que o soberano helénico se inspirava, Hércules e Dioniso. Os altares levantados por Alexandre no Hispânis, ou seja, no limite oriental do Império Macedónio, são equiparáveis aos Pilares erguidos por Hércules (Colunas de Hércules)⁴⁴, no extremo Ocidente. Relativamente a Dioniso, também considerado o deus da civilização⁴⁵, triunfara igualmente a Oriente, helenizando os indianos, isto é, civilizando os bárbaros e fixando novos limites do mundo conhecido, igualável a Roma⁴⁶ nas suas conquistas militares.

Além de Hércules e Dioniso, Alexandre era também grande admirador de Aquiles e da *Iliada*, sendo tratado pelo nome do herói grego, pelo pedagogo Lisímaco de Acarnânia⁴⁷ e colocava sempre um exemplar da obra debaixo do travesseiro, a “*Iliada do Cofre*”, corrigida por Aristóteles, considerando-a um tesouro da virtude militar⁴⁸.

Como tal, as pretensões imperialistas de Roma têm como modelo de referência as conquistas e a colonização levadas a cabo por Alexandre⁴⁹, o herdeiro universal do Império Persa. Estas façanhas possibilitaram a união do Ocidente com o Oriente⁵⁰, tornando-o universal, *kosmokrator*, o governador do mundo, pelo que tem subjacente a ideia de conquista do mundo e de Império Universal. De facto, o confronto entre o Ocidente e o Oriente está patente no mosaico, através da conquista de um povo e de um território, o triunfo militar macedónio na Índia, ocorrido nos confins da terra habitada, a *oikoumene*.

O *dominus*, ao identificar-se com o líder macedónio, um homem de grandes

⁴³ Dunbabin 2002: 43.

⁴⁴ Hammond 2004: 168.

⁴⁵ San Nicolás Pedraz 1997: 404.

⁴⁶ Neira Jiménez 2009: 35.

⁴⁷ Almeida 1980: 297. Plut. *Alex.* 5. 5.

⁴⁸ Almeida 1980: 299. Plut. *Alex.* 8. 2.

⁴⁹ Corral Corredoira 2004: 47-48.

⁵⁰ Olaguer-Feliú y Alonso 1995: 9-10.

virtudes e de enorme carisma, também ele era o *kosmokrator*, nas suas propriedades privadas, enquanto proprietário terra tenente, e no exercício do poder imperial, na administração local, em *Abelterium*.

Apesar da derrota e da rendição de Poro, na sequência da conquista de Paurava, façanha que torna Alexandre senhor da Ásia, não nos parece plausível a submissão do soberano indiano, uma vez que o macedónio, aquando do encontro de ambos, o tratou de igual para igual, como um rei, sendo-lhe incluso devolvido e alargado o reino com novos territórios⁵¹, numa clara demonstração de justiça, equidade, razão, nobreza e sabedoria. De acordo com Séneca, a *clementia*⁵², a mais humana das virtudes, torna os homens divinos e, paradoxalmente, mais humanos. Sustentando a tese de que o proprietário conhecia as fontes escritas e que teve um papel activo no processo produtivo, também neste quadro de pensamento terá tido a pretensão de igualar-se ao governante macedónio.

Contudo, o projecto decorativo definido para o *triclinium* permite-nos uma leitura mais ampla que importa aqui explicar (Fig. 9 e 10). A partir dos leitos, dispostos em três dos lados do painel figurativo, os convivas visualizavam o raio de Zeus, estrategicamente colocado no topo da sala – a sala do filho de Zeus – mais precisamente, no pavimento junto à porta que necessariamente transpunham para aceder ao interior do salão. Zeus, além de deus providencial, rei dos homens e dos deuses e de manter a ordem e a justiça no mundo, era o garante do poder real e da hierarquia social e tinha a incumbência de purificar os assassínios da mácula do sangue e de assegurar o respeito dos deveres devidos aos hóspedes⁵³.

Como tal, a deidade mais importante do Panteão helénico, assume enquadramento perfeito, não só tendo em conta que se trata de uma sala de representação, bem como pela presença de Alexandre e pelo carácter simbólico da cena esboçada.

Já no painel figurativo, duas divindades marinhas, com associações geográficas opostas, a Medusa, associada ao extremo Ocidente, pois de acordo com a mitologia era o local onde vivia⁵⁴ e o deus-río Hidaspes, associado ao Oriente, onde se localiza, no subcontinente indiano. O deus Oceano, a personificação das águas que cercavam o Mundo⁵⁵, faz a união destes opostos, ou seja, a união do extremo ocidental do Império Romano com o extremo oriental do Império Macedónio, para todos os efeitos, o mundo conquistado e civilizado por Roma e por Alexandre. No centro desta elaborada composição cénica, vitorioso e imponente, o filho de Zeus, o *kosmokrator*, Alexandre Magno.

⁵¹ Almeida 1980: 351. Plut. *Alex.* 60. 8.

⁵² Codoñer 1988: 17-18 e 47. Sen. *Cl.* 1. 2, 1.5.

⁵³ Grimal 1992: 469.

⁵⁴ Grimal 1992: 187.

⁵⁵ Grimal 1992: 335.

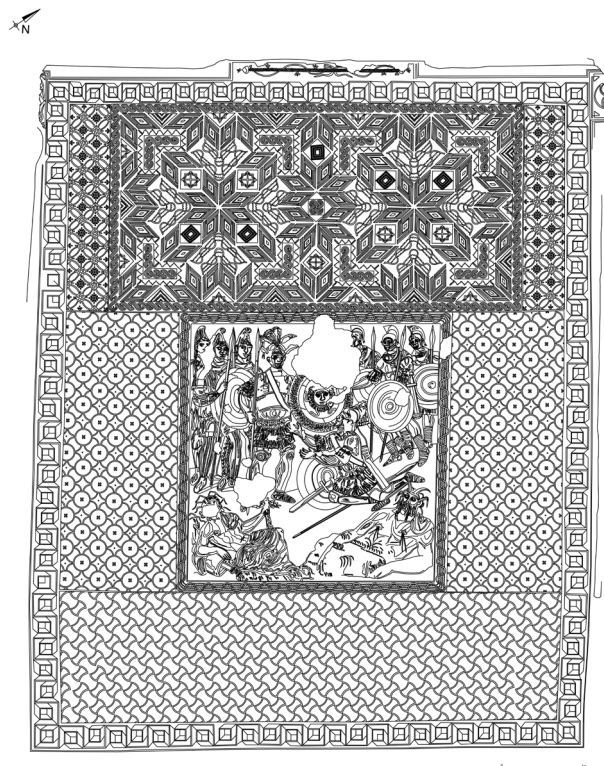


Figura 9. Pavimento do *triclinium* (Ó CMAC).

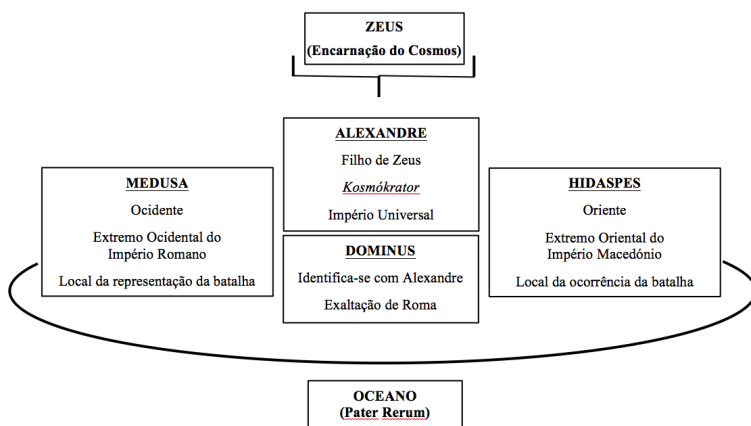


Figura 10. Esquema interpretativo.

5. CONCLUSÃO

O mosaico de Alexandre, o Grande, do *triclinium* da Casa da Medusa, em Alter do Chão, datado da primeira metade do séc. IV, constitui a única representação do herói macedónio em território hispânico. O estado de conservação e a qualidade técnica e artística que apresenta e o facto de se encontrar *in situ*, tornam este pavimento inegavelmente singular, no repertório musivo romano.

Na sequência do trabalho de investigação em curso, foi possível definir com maior clareza o projecto decorativo da casa, sendo que o *tesselatum* em apreço revela claramente influência oriental. A julgar pela figura histórica representada, bem como pela cena criteriosamente seleccionada pelo comendatário, como levados a crer que o *dominus*, um aristocrata abelteriense, seria um militar, eventualmente com funções acrescidas na administração de *Abelterium*.

Alexandre é adoptado como modelo de referência político-militar, por este abastado membro da elite local, um homem de grande cultura, que ostensivamente exaltou os ideais do Império, através de um programa decorativo sumptuoso na sua residência.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (1988), *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa.
- Almeida, J. (1980), “Vida de Alexandre. Plutarco”, in *Figuras do Passado*. Porto, 291-364.
- António, J. (2015a), “Alexandre o Grande e a Batalha de Hidaspes. O mosaico do triclinium da Casa de Medusa”, *Abelterium* II.I: 52-71.
- António, J. (2015b), “Mosaicos geométricos da Casa de Medusa”, *Abelterium* II.I: 39-51.
- António, J. (2014), “A Villa Romana da Casa de Medusa”, *Abelterium* I: 10-21.
- Codoñer, C. (Trad.) (1988), *Sobre la Clemencia. Lucio Anneo Séneca*. Madrid.
- Corral Corredoira, P. (2004), “El mar en el fin del mundo: Océano en la musivaria de Gallaecia”, *Gallaecia* 23: 35-56.
- Dunbabin, K. (2002), *Mosaics of the greek and roman world*. Cambridge.
- Encarnação, J. (2014), “A população romana de Alter do Chão”, *Abelterium* I: 43-48.
- Ennaïfer, M., Lazreg, N. (2005), “Les mosaïques des thermes de Nasr Allah (Tunisie)”, *La Mosaïque Gréco-Romaine*, IX, 1: 519-531.
- Goukowsky, P. (Trad.) (1978), *Bibliothèque Historique. Diodoro de Sicile XVIII*, Paris.

- Grandi, M., Chini, P. (2005), “Osservazioni sul repertorio del mosaico bianco nero di II-II secolo a Roma”, *La Mosaïque Gréco-Romaine*, IX, 1: 55-65.
- Grimal, P. (1992), *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Carnaxide.
- Guardia Pons, M. (1992), *Los mosaicos de la Antigüedad Tardía en Hispania. Estudios de iconografía*. Barcelona.
- Guzmán Guerra, A. (Trad.) (1982a), “Anábasis de Alejandro Magno. Arriano” in *Biblioteca Clásica Gredos*, 50, IV-VIII. Madrid.
- Guzmán Guerra, A. (Trad.) (1982b), “Anábasis de Alejandro Magno. Arriano” in *Biblioteca Clásica Gredos*, 49, I-III. Madrid.
- Hammond, N. (2004), *The Genius of Alexander the Great*. London.
- Lancha, J., André, P. (2000), “La Villa de Torre de Palma”, in *Corpus des mosaïques romaines du Portugal. Conventus Pacensis*, II, 1. Lisbonne.
- López Monteagudo, G. (2011), “La iconografía del dios Oceano en los mosaicos hispano-romanos”, in *O mosaico romano nos centros e nas periferias. Originalidades, influências e identidades. X Colóquio do Mosaico Greco-Romano*. Conimbriga, 287-302.
- López Monteagudo, G. (2002), “Mosaicos romanos y elites locales en el N. de África y en Hispania”, *AEspA* 75: 251-268.
- Neira Jiménez, M. (2009), “La imagen en los mosaicos romanos como fuente documental acerca de las elites en el Imperio Romano. Claves para su interpretación”, *Estudos da Língua(gem)* 7, 1: 11-53.
- Olague-Feliú y Alonso, F. (1995), “Alejandro Magno y la arquitectura de ostentación”, *Anales de Historia del Arte* 5: 9-18.
- Oldfather, C. (Trad.) (1989), “Lybrary. Diodorus Siculus”, in *Diodorus of Sicily in Twelve Volumes*, VII, XVII. Cambridge.
- Rolfe, J. (Trad.) (1935-1940), *Rerum Gestarum. Ammianus Marcellinus*, III, XXVIII. Cambridge.
- San Nicolás Pedraz, M. (2004-2005), “Seres mitológicos y figuras alegóricas en los mosaicos romanos de Hispania en relación con el agua”, *Espacio, Tiempo y Forma*. II, Historia Antigua, t. 17-18: 301-333.
- San Nicolás Pedraz, M. (1997), “Iconografía de Dióniso y los Indios en la musivaria romana. Origen y pervivencia”, *Antigüedad y Cristianismo* 14: 403-418.
- Silva, A. (2008), “Geórgicas”, in Silva, A. (trad.), *Bucólicas, Geórgicas, Eneida. Virgílio*. Lisboa, 51-134.
- Simões, J. (Trad.) (2007), *Os doze céares. Suetónio*. Lisboa.

NUEVAS REPRESENTACIONES DE PÚGILES EN LA *MVSIVARIA*
TARDO ANTIGUA: EL CASO DE LA VILLA ROMANA DE NOHEDA
(New Representations Of Boxers In The Late Antiquity:
The Roman Villa at Noheda)

MIGUEL ÁNGEL VALERO TÉVAR (MiguelAngel.Valero@uclm.es)
Universidad de Castilla-La Mancha

RESUMEN - En la *villa* romana de Noheda son varias las estructuras exhumadas, pero destaca la denominada Sala Triabsidada, de imponentes dimensiones - 290,64 m₂- y una compleja articulación arquitectónica, a las que se suma una cuidada ornamentación, compuesta por extraordinarios mosaicos figurativos, un zócalo de mármoles importados, vistosas pinturas murales y un excepcional aparato escultórico distribuido por la estancia. El mosaico romano tiene multitud de figuras –algunas superiores a la escala real- agrupadas en grupos escénicos, distribuidas en seis bandas figurativas independientes pero interrelacionadas entre sí. Su originalidad reside en la combinación de alegorías mitológicas, alusiones a los géneros literarios y teatrales, y la representación de diversos *ludi*. Es precisamente en éstos últimos donde desatacan las imágenes de púgiles y atletas, en diversos momentos de la competición, que son abordados en el presente artículo.

PALABRAS CLAVE - Villa romana; *triclinium*; mosaico romano; estilo narrativo; *ludi*; púgiles; atletas

ABSTRACT - In the Roman villa in Noheda there are many structures that have been excavated, but the most distinguished is the so-called Sala Triabsidada, with its impressive dimensions (290.64 m²) and its complex archeological articulation, to which one can add its carefully crafted decoration, composed of extraordinary figurative mosaics, a skirting board made out of imported marble, attractive painted murals, and exceptional sculptures throughout the room.

The Roman mosaic contains a multitude of figures – some life-size – in scenic groups, distributed in six independent, but interrelated, rectangular bands. Its originality is exemplified through the combination of themes, with mythical allegories, allusions to literary and theatrical genres, and representations of diverse *ludi*. It is exactly in these pieces where we can see the images of boxers and athletes, at various times of the competition, which are addressed in this article.

KEYWORDS - Roman villa; *triclinium*; roman mosaic; narrative style; *ludi*; boxers; athletes

1. INTRODUCCIÓN

El yacimiento arqueológico de Noheda se ubica en la provincia de Cuenca en el centro de la Península Ibérica, siendo conocido desde antiguo¹, si bien la existencia del mosaico figurado fue documentada en los años 80 del siglo pasado con motivo de los trabajos agrícolas que se estaban efectuando en la parcela.

El complejo arqueológico fue declarado Bien de Interés Cultural en 2012, principalmente por los mosaicos descubiertos en él², aunque no es solo la etapa tardoantigua la que cuenta con evidencias antrópicas, si bien es justo reconocer que es hasta el momento la mejor documentada.

Las excavaciones arqueológicas comenzaron a finales de 2005 demostrándose rápidamente la relevancia del yacimiento, lo que motivó que a partir del año siguiente, la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha asumiese las responsabilidades de la investigación, incluyéndola dentro de su programa de Excavaciones Sistemáticas lo que facilitó el desarrollo de las investigaciones hasta 2010, momento en que la Excma. Diputación de Cuenca asumió una buena parte de la financiación de las intervenciones³. Además siempre se ha contado con la hospitalidad e implicación del pueblo de Villar de Domingo García.

En este periodo de tiempo se han exhumado algunas estructuras pertenecientes a la *pars rustica* del complejo rural, así como un sector de la *pars urbana*, integrado por varias dependencias del *balneum* y diversas estancias del edificio residencial. Es en este último donde destaca la denominada Sala Triabsidada, no sólo por sus imponentes dimensiones -de 290,64 m²-, y su compleja articulación arquitectónica, sino porque en ella se ha descubierto el extraordinario pavimento del cual forman parte las escenas alusivas a los *ludi* pugilísticos que son objeto de la presente publicación.

La *villa* romana de Noheda se sitúa a 500 m. al noroeste de la localidad del mismo nombre, pedanía del Villar de Domingo García. Ubicada junto a la

¹ Larrañaga 1966: 438; Abascal 1982: 68; Palomero 1985: 169.

² Valero 2009: 54; 2010: 6; 2011: 91-105; 2013: 307; 2014a: 525; 2014b: 54-60; 2014c: 81 ss.; 2015a; 2015b: 1347 ss.; Valero y Gómez 2013: 87 ss.

³ Nuestro agradecimiento a la Consejería de Educación, Cultura y Deportes de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha y a la Excma. Diputación de Cuenca por el apoyo institucional y económico que nos vienen dispensando a lo largo de estos años y que resulta vital para el mantenimiento y correcto desarrollo de un proyecto de investigación que está deparando relevantes resultados científicos tal y como avala la ya abultada nómina de publicaciones disponible sobre el yacimiento y su repercusión sobre el conocimiento de la Antigüedad Tardía en la región.

El presente trabajo se inscribe dentro del Proyecto de Investigación Conservación Preventiva de los Mosaicos Romanos de la Villa Romana de Noheda (Cuenca), del lugar arqueológico de l'Almoina (Valencia) y otros, con número de referencia HAR2013-47895-C2-1-P concedido por el Ministerio de Economía y Competitividad dentro del Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia, en el marco del Plan Estatal de Investigación Científica y Técnica de Innovación 2013-2016.

carretera N-320, se localiza a 17 km al norte de la ciudad de Cuenca. El enclave se asienta a 1000 m.s.n.m., en una suave ladera que bascula hacia el sur hasta confluir con el Arroyo del Tejar.

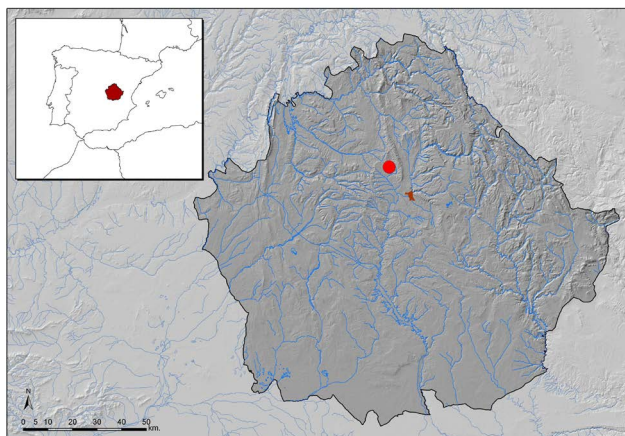


Figura 1. Situación de Noheda en el contexto provincial y nacional.

Su ubicación geográfica en el contexto peninsular, en las inmediaciones de las ciudades de la Hispania central de Ercávica, Valeria, Segóbriga y Complutum, determina un marcado carácter de cruce de caminos, convirtiéndose en un paso natural de sur a norte entre las cordilleras montañosas de la Serranía de Cuenca y la Sierra de Cabrejas, haciendo de esta zona una vía natural de comunicación⁴ que precisamente recorren algunas calzadas romanas⁵.

2. CONTEXTO ARQUITECTÓNICO DEL MOSAICO

La denominada Sala Triabsidada, donde se ubica el mosaico en el que, entre otras, se representan las escenas alusivas a los *ludi* pugilísticos, forma parte del sector residencial de la *pars urbana*, correspondiendo con el *triclinium*.

La orientación de la estancia es de oeste a este⁶, localizándose la entrada a la misma por el flanco occidental mediante un espacio rectangular porticado a modo de *narthex*. Dos escalones realizados con piedras unidas con barro y forrados con mármoles en tonos blanquecinos, solucionan el desnivel existente entre la antesala de acceso y el propio *triclinium*.

⁴ Valero 1999a: 14; *idem* 1999b: 213; *ter* 2008: 180 Valero y Huete 2015: 18-20.

⁵ Abascal 1982: 68; Palomero 1987:156; Valero y Huete 2015: 23-28.

⁶ Somos conscientes de la enunciación habitual en el mundo occidental de este-oeste, pero en este caso se cita intencionadamente oeste-este, ya que el acceso a las salas hasta ahora excavadas es por la parte occidental, entendiéndose por tanto que el recorrido normal es desde el oeste, al inicio de la estancia, hacia el este, al final de la misma.

La gran sala que alberga a los mosaicos de Noheda se encuentra definida por gruesos muros realizados en mampostería concertada y sillarejos trabados con calicanto, que delimitan una gran dependencia cuadrangular con tres exedras en sus lados, norte, este y sur dejando 290,64 m² de espacio libre en su interior.

Aproximadamente en el centro de la misma se sitúa un estanque monumental de morfología rectangular, orientado en el mismo sentido que la sala, que cuenta con dos conducciones de agua, una receptora en su lado septentrional y otra de evacuación en el costado suroeste, ambas ejecutadas con una sucesión de *imbrices* montados en sus extremos unos sobre otros.

Por lo que respecta a la ornamentación del ámbito aparte del mosaico sobre el que volveremos más adelante, las paredes interiores del mismo estaban decoradas con pinturas murales en tonos rojos, ocres, negros, verdes, etc., en soluciones geométricas⁷. El zócalo del paramento murado se resuelve mediante el revestimiento a base de placas de mármol en alternancia de tonos y tipos que pone de manifiesto el empleo de materiales constructivos nobles en el aparato decorativo de las estructuras principales de la *villa*, pudiendo ser asociados al gusto de la elite social que tal y como han apuntado otros⁸, promociona el surgimiento de talleres locales e itinerantes dedicados a ejecutar complejos y caros programas decorativos.

El sistema de cubrición adoptado por el *faber* era mediante una bóveda apoyada sobre arcos, probablemente rebajados, ejecutados con sillarejos de piedra calcárea tobácea, cuyas propiedades más representativas son una alta dureza, a la que habría que sumarle el escaso peso específico, lo que convierte a este tipo de material en excepcional candidato para las construcciones en alzado⁹.

Los grandes complejos edificatorios ubicados en el ámbito rural se multiplican sobre todo a partir de la época tetrárquica, debido al carácter autocrático de la sociedad de la Antigüedad Tardía, que tras el colapso del gobierno local bajo el peso de la administración central, hace que cobre fuerza la aparición pública del *dominus*, con la finalidad de afianzar su hegemonía, mediante diversos actos ceremoniales de gran impacto a modo de símbolo de prestigio y poder¹⁰ ante invitados y clientes¹¹.

⁷ Se han recogido numerosas placas de mortero pintado al fresco desplomadas de los muros, que cuentan con un tamaño pequeño lo que dificulta su interpretación. Estas placas, halladas en los niveles de destrucción de la Sala Triabsidada, corresponden a la parte media y alta de la pared. En total suponen una superficie de varios metros cuadrados. En la actualidad se encuentra en proceso de limpieza, por lo que hasta que concluya esta actividad poco más se puede decir de la decoración de las mismas. Únicamente se puede adelantar que el soporte de las pinturas lo componen dos capas de mortero de cal y arena de entre uno y dos centímetros de grosor cada una.

⁸ Rodá 2004: 412.

⁹ Valero 2014a: 526.

¹⁰ Lavin 1962: 17.

¹¹ Chavarría 2006: 89; Romizzi 2006: 41.

Como parte fundamental de esta demostración de magnificencia, se encuentran las nuevas y grandiosas construcciones que se integran en la *pars urbana* de residencias, palaciegas o no, caracterizadas por la existencia de al menos un aula de recepción, normalmente basilical y un gran *triclinium*¹². Ambas estancias destacan por su monumentalidad y composición planimétrica, orientadas a la búsqueda de la autorrepresentación para resaltar explícitamente la persona del *dominus*.

La morfología triabsidada de la estancia trícora de Noheda encaja en la tendencia monumentalizadora de las *villae* a partir de finales del siglo III¹³. Tradicionalmente se consideraba que estas salas triconques eran espacios privilegiados, especialmente idóneos para la representación de los grandes terratenientes en época imperial. No obstante, no hay evidencias fehacientes que permitan afirmar que la disposición de algunas estancias con estructura *trichora* constituya el modelo habitual de salón de recepción¹⁴. Por el contrario, últimamente se viene aceptando que éstas desempeñaban la función de *triclinium*, como resultado de la adaptación de las formas arquitectónicas a las nuevas costumbres de convivialidad en época tardorromana, entre las que destaca la adopción de la forma semicircular en los lechos, los *stibadia* y la adecuación arquitectónica sufrida por la propia estancia en forma de espacios absidiados para albergar a éstos¹⁵.

De este modo, en el Bajo Imperio, pese a contar con estancias específicas destinadas a la representación, en los *triclinia* también se ejerce esta función. Estos espacios de grandes dimensiones y rica ornamentación constituyen el marco idóneo para la celebración de banquetes y el ceremonial que ello exige con la estudiada disposición jerárquica para la participación en el *convivium*¹⁶, que sólo comparte un selecto grupo de invitados¹⁷. Como hemos apuntado antes, los ábsides son destinados a albergar los *stibadia*, el central – en el caso de la Sala Triabsidada de Noheda, el oriental – estaría reservado al *dominus* y a su familia, o a algún invitado destacado, mientras que los dos laterales serían ocupados por el resto de los comensales. El espacio cuadrangular central se emplearía para amenizar los banquetes con actuaciones de músicos, danzantes o actores¹⁸, además de utilizarse como zona de tránsito de los sirvientes.

Las dimensiones del *triclinium* de Noheda lo convierten en uno de los mayores del imperio, solamente superado en pocos metros cuadrados por el

¹² Duval 1992: 140.

¹³ Romizzi 2006: 29.

¹⁴ Hidalgo 1998: 283.

¹⁵ Balmelle 2001: 164; Mulvin 2002: 43.

¹⁶ Dunbabin 2003: 198; Arce 2010: 401.

¹⁷ Mar y Verde 2008: 78.

¹⁸ Rossiter 1991: 203.

comedor hallado en Cercadilla en Córdoba¹⁹. Es también equiparable -aunque el de Noheda es algo mayor- a la sala *trichora* de la extraordinaria *villa* siciliana del Casale de Piazza Armerina²⁰.

Con respecto a la cronología de la fase monumental, adscrita a la época tardoantigua, tanto los materiales cerámicos como los hallazgos numismáticos aportan buena información. Así, la datación del material arqueológico recuperado, se puede situar el inicio de la fase monumental de la *villa* en el último cuarto del siglo III, si bien la época de máximo esplendor corresponde al siglo IV desarrollándose hasta inicios de la quinta centuria. Cuestión aparte es el primer momento constructivo documentado en determinados puntos del complejo, soterrado bajo estructuras de la etapa ahora analizada. En este sentido, es necesario incidir que, por el momento es muy reducida la superficie excavada en el yacimiento de la primera fase de ocupación, por lo que no se cuenta con datos fehacientes que puedan concretar su cronología. No obstante, en la actualidad se está ultimando en análisis de materiales de esta zona por lo que en fechas próximas se estará en disposición de aportar datos sobre esta cuestión

3. EL MOSAICO DE LA SALA TRIABSIDADA

Como ya hemos apuntado en las páginas anteriores, el mosaico conservado cuenta con unas dimensiones de 231,62 m², si bien originalmente disfrutaría de una superficie mayor, 290,64 m² correspondiente al espacio útil de la sala, ya que la exedra meridional y parte de la superficie aneja a ésta, se han perdido por la acción de laboreo agrícola.

La morfología ornamental de este pavimento se compone por un lado, de una amplia zona central dividida en seis paneles con escenas de temática mitológica y alegórica, que presentan un carácter unitario, donde se abigarran profusamente las figuras, aglutinándose en grupos escénicos. Este conjunto figurativo, cuya forma rectangular se reparte el espacio principal de la sala, se extiende entre el centrado estanque monumental y el enmarque realizado con una amplia orla vegetal de roleos de hojas de acanto. Por último, las tres exedras de la estancia, contarían con decoración geométrica, a tenor de lo observado en las dos conservadas.

Los cuadros figurativos fueron estructurados en seis franjas rectangulares, denominadas, a efectos de descripción y estudio, por orden de visionado del visitante a la sala: A, B, C, D, E y F.

¹⁹ Hidalgo 1998: 274; Arce 2010: 397.

²⁰ Carandini *et alii* 1982; Coarelli y Torelli 1992.

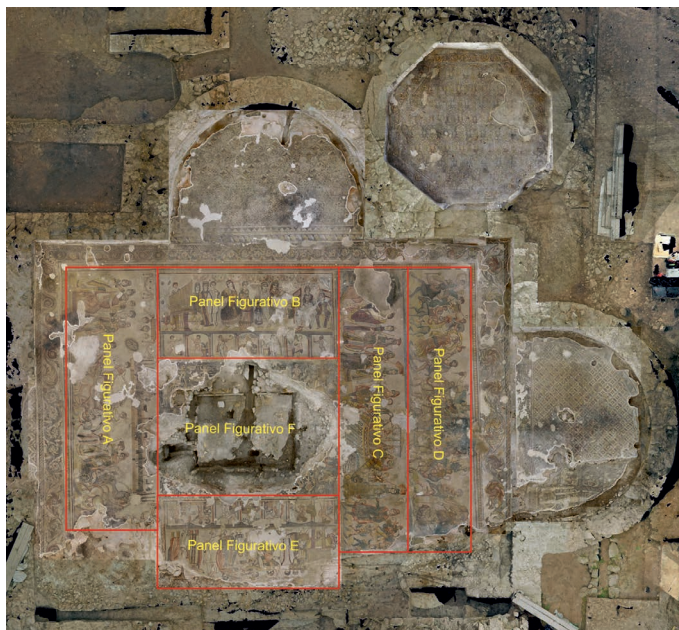


Figura 2. Vista cenital del mosaico con indicación de los paneles figurativos. Imagen de M.A. Valero sobre foto de J. Latova.

De este modo la escena A representa la contienda mantenida entre el rey de Olimpia, Enómao y Pélope por Hipodamia, la hija de aquel. Se divide en grupos escénicos, el primero de ellos compacto, de cinco personajes en torno al monarca entronizado, el siguiente refleja en primer lugar, el violento *naufragium* sufrido por la cuadriga del soberano, continuando con la plasmación de Pélope vencedor descendiendo de la barquilla del carro mientras abrazado por Hipodamia recibe la palma de la victoria. Sobre esta escena principal, otra ubicada en la parte superior de menores dimensiones en la que se aprecia un circo donde se plasma la *cavea*, la *arena*, la *spina*, las *metae*, los *ovaria*, el *phala*, así como varias esculturas de dioses y animales que ornamentarían el edificio.

La escena B, ubicada en la zona norte de la sala se divide igualmente en dos subescenas, en la principal, representa una compañía teatral en la que se suceden todos los componentes de la pantomima, bajo ésta de sitúa otra de menores dimensiones cuyos personajes están enmarcados entre dobles columnas techadas por una sucesión de dinteles rectos y arcos escarzanos. No se entrará ahora en la descripción de cada uno de los personajes pues es aquí donde aparecen escenas alusivas a los *ludi* pugilísticos y por tanto serán abordados en el apartado siguiente.

La escena C se localiza en la parte oriental de la estancia, dividiéndose igualmente en grupos escénicos. El primero de ellos compuesto por un conjunto de

cinco personajes, tres femeninos frente a uno masculino sentado sobre una roca a la sombra de un árbol, entre ellos Eros. Representa en juicio de Paris, mito de larga tradición que gozó de una gran aceptación en las fuentes clásicas, siendo representado asiduamente en la pintura vascular²¹, frescos parietales, relieves, espejos, piedras preciosas e incluso monedas²² mientras que en pavimentos musivos resulta escasa.

El siguiente grupo escénico, se desarrolla en torno a un barco con cuatro marineros que izan las velas, al cual mediante una rampa situada en la popa accede Paris, mientras agarra la mano de la raptada Helena que va acompañada de tres asistentes. Al otro lado, los mismos personajes descienden por la pasarela para ser recibidos con bailes ante una construcción murada identificable con Troya.

La escena D, ubicada igualmente en ese lado oriental de la sala, se encuentra suprapuesta a la anteriormente descrita. En ella se plasma un cortejo dionisiaco en el que el dios representado como un joven de largos cabellos, aparece subido en una cuadriga tirada por cuatro centauros músicos que tocan el *aulos* y la *siringa*, precedido por el resto de personajes asociados a este *thiasos*, con múltiples paralelos en la musivaria hispana.

La escena E, localizada y orientada hacia la parte meridional de la sala es muy similar al panel B arriba mencionado, apreciándose solamente ligeras variaciones en la posición y dinamismo de las figuras, así como en el cambio de orientación de determinados personajes. Como en el caso antes analizado, las escenas menores son alusivas a *ludi*.

Por último, la escena F parcialmente destruida por la caída de la bóveda de la estancia, representa diversos motivos marinos, -escenas de pesca, erotes, tritones y nereidas-, acordes con la naturaleza acuática del estanque que enmarcaban.

4. LAS IMÁGENES DE *LVDI* PUGILÍSTICOS EN EL MOSAICO DE NOHEDA

Como ya se ha apuntado en las páginas anteriores, el panel figurativo B cuenta con dos escenas bien diferenciadas, la superior, de mayor tamaño, alusiva a la Pantomima y la infrapuesta, de menores proporciones, en la que aparecen varios personajes en distintas actitudes que se enmarcan entre elementos arquitectónicos. Es en esta franja donde son representadas las figuras alusivas a los *ludi*, bien pugilísticos, bien *scaenici*, que tanta aceptación tuvieron en la fase tardía del Imperio.

El friso cuenta con unas dimensiones de 5,96 m. de longitud y 0,93 m. de altura, estando dividido en siete espacios cuadrangulares delimitados por columnas pareadas que sostienen un friso gris homogéneo, terminado alternativamente, por cuatro dinteles rectos y tres arcos escazanos. Las columnas son de estilo corintio, aunque con ciertas variantes. Se ordenan en alternancia

²¹ Clairmont 1951: 60.

²² Blázquez *et alii* 1993: 279.

cromática. De este modo, se localizan sustentos arquitectónicos grises, de 0,81 m. de longitud y 8,5 cm. de anchura, en los que las teselas que los conforman son en ese tono para la mayor parte del fuste y basas, mientras la parte donde incidiría la luz cuenta con tonos marrones amarillentos. Por otro lado, los postes de color rojizo, cuentan con 0,74 m. de altura y misma anchura que las columnillas grises. Pero en éstas el capitel corintio tiene como variable la mayor anchura del ábaco, motivada porque en ellas descansan los curvados arcos escarzanos. Para su ejecución se emplean piezas teselares, blanquecinas para los puntos de mayor luminosidad, anaranjadas para las zonas intermedias y rojo vinoso para aquellas que tendrían penumbra.

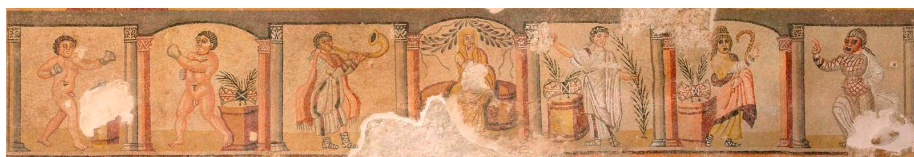


Figura 3. Escena inferior del Panel Figurativo B donde aparecen los púgiles. Foto de J. Latova.

Las imágenes de combatientes aparecen en los dos primeros vanos intercolumnados de la subescena analizada. Así realizando la lectura de izquierda a derecha, enmarcado en el primer espacio columnado, aparece un púgil con unas dimensiones de 0,71 m. de altura y 0,50 m. de anchura. La pierna derecha se presenta adelantada, mientras que es el brazo izquierdo el que extiende, manteniendo el diestro retrasado y flexionado a la espera de asestar el golpe, en clara actitud de iniciar el combate. Como único atuendo, unos guantes de combate blancos con líneas en gris.

Presenta un correcto estudio anatómico del cuerpo en el que se refleja la musculatura del mismo con indicación de abdominales y genitales, además de un adecuado reflejo de la incidencia de la luz, donde elementos teselares blanquecinos se ubican en hombros, muslo, pectorales y pierna derecha, zonas de mayor exposición lumínica, mientras las partes bajas de los brazos, axilas y sobre todo pierna izquierda cuentan con teselas levemente más oscuras que indican claramente que disfrutaban de menos luz. De pelo castaño, carece del típico *cirrus*, peinándose hacia detrás como reflejan finas piezas negras.

Delante del personaje aparece un pedestal de morfología cuadrangular en tonos rojo y amarillo con banda horizontal de color rojo y negro en la parte baja, que tiene una importante falta teselar que no impide identificar la *corona agonistica* que estaría apoyada sobre él.

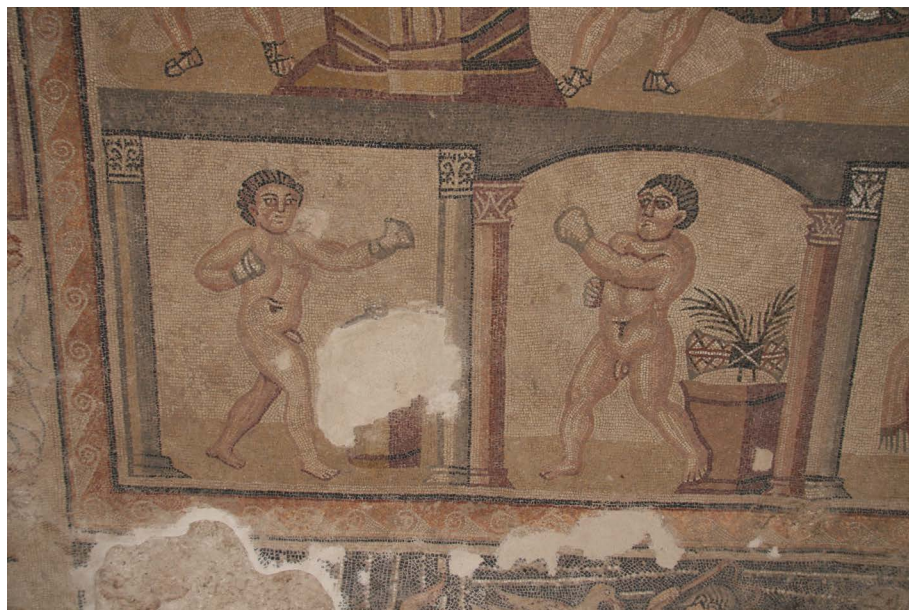


Figura 4. Boxeadores representados en los dos primeros espacios intercolumnados del Panel Figurativo B.

A la derecha del mismo, de nuevo delimitado entre los elementos arquitectónicos, un segundo personaje que representa a otro púgil igualmente desnudo orientado en este caso a la izquierda en confrontación con el primero y dimensiones análogas al anteriormente analizado.

Como en el primer caso, se encuentra de pie sobre suelo marrón carente de sombras que destaca sobre el tono blanquecino de fondo. Su cuerpo está girado 45° a la izquierda. Adelanta la pierna izquierda sobre la contrapuesta, el brazo sinistro aparece extendido al frente, mientras el derecho queda flexionando en actitud ofensiva, cubriendo ambas manos con guantes blancos que presentan líneas grises.

La musculatura y el volumen del cuerpo son reflejadas con teselas anaranjadas, mientras otras blanquecinas se emplean para modular los músculos que reciben la luz directamente. También usan otras en rojo vinoso para las zonas de penumbra y para delimitar las inserciones principales, reservando aquellas en tono negro para marcar el ombligo.

Detrás del personaje aparece un pedestal de similares características que el anteriormente descrito, sobre el que se apoya la *corona agonistica* ejecutada con teselas verdosas, rojas y negras sobre fondo blanco, con decoración reticulada en torno a un cuadrado negro con una cruz girada en blanco²³. Sobresalen dos

²³ Balmelle *et alii* 2002, 39.

ramas de palma verdes como símbolo de la victoria que el vencedor de la contienda obtendrá.

El resto de los espacios intercolumnados cuentan con diversos personajes alusivos a *ludi scaenici*, la evergeta que ha sufragado los juegos pugilísticos y a otros individuos como el encargado anunciar quién es el vencedor de la contienda y el *tibicen*.

El segundo conjunto de atletas se localizan en el denominado Panel figurativo E, localizado en la parte meridional de la Sala Triabsidada. Como en el caso anteriormente descrito cuenta con una escena superior de mayores dimensiones, alusiva a la Pantomima, mientras que la parte inferior queda reservada para un friso rectangular que cuenta con 5,91 m. de longitud y 0,93 m. de altura. Igualmente aparece fragmentado en siete espacios cuadrangulares delimitados por elementos arquitectónicos de similares características y tonos que los encontrados en el panel anteriormente descrito. Pero en este caso su estado de conservación es peor que el contrapuesto debido al laboreo agrícola que le ha afectado.



Figura 5. Escena inferior del Panel Figurativo E donde aparecen personajes alusivos a actividades deportivas. Foto de J. Latova.

Comenzando la descripción personajes de izquierda a derecha, el situado en el primer espacio de la banda, está definido por columnas grises y dintel recto. Corresponde a un púgil desnudo que se halla en posición frontal con las piernas entreabiertas, el brazo derecho levantado y el izquierdo apoyado en la cadera - en clara actitud victoriosa-, mientras gira levemente la cabeza hacia la derecha buscando con su mirada al segundo personaje.

Sus dimensiones son 0,73 m. de altura por 0,50 m. de anchura máxima tomando la amplitud de sus brazos.

Este recuadro presenta varias lagunas, una en la parte superior, otras dos que afectan a las columnas que delimitan la escena y una última localizada en el interior de la misma. La primera falta teselar impide ver con claridad el tono del cabello, aunque podemos apuntar que se trata de un joven de pelo castaño, donde destaca el clásico *cirrus* representado con teselas en tono rojo y negro.

Como única indumentaria además de la cinta en la cabeza, muestra unos guantes de combate blancos con las características líneas anaranjadas. Respecto a la anatomía refleja una musculatura bien desarrollada en todo el personaje, con una adecuada indicación del manejo de la luz sobre el cuerpo.

A la derecha del personaje aparece un pedestal de morfología cuadrangular en tonos amarillentos, naranjas y rojos. Sobre el mismo reposa la *corona agonistica*, ejecutada con teselas verdes, bermellones, ambarinas y negras sobre fondo blanco, con decoración reticulada en torno a un cuadrado bruno con un aspa dorada. Sobresalen dos ramas de palma verdes como símbolo de la victoria. La actitud e indumentaria del personaje delatan que se trata de un púgil vencedor.

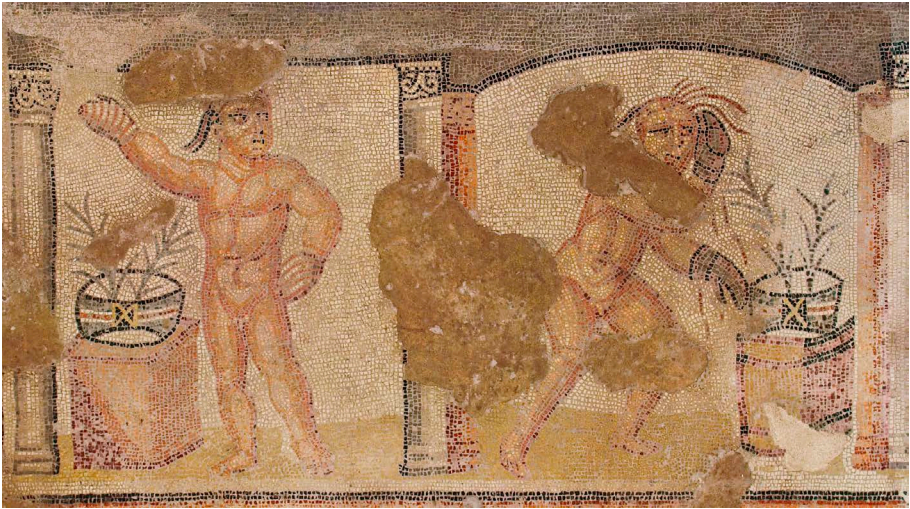


Figura 6. Boxeadores representados en los dos primeros espacios intercolumnados del Panel Figurativo E.

El segundo recuadro situado a la derecha del anterior, definido por columnas rojas y arco escarzano, se presenta un personaje desnudo en el que podemos distinguir sus atributos masculinos. Aparece orientado hacia la derecha y ligeramente flexionado hacia delante con actitud dolorosa y de fracaso. Cuenta con unas dimensiones de 0,67 m. de altura y 0,35 m. de anchura.

Se encuentra de pie con las piernas flexionadas, apoyándose con su mano derecha en el pedestal, mientras la izquierda se la lleva a la cabeza, donde luce *cirrus*. Manifiesta una clarísima expresión pesadumbre de derrota, acentuada por los chorros de sangre que brotan de su testero.

Delante del muchacho, al igual que ocurría en la primera escena, aparece un pedestal de forma cuadrangular en tonos rojo y amarillo, con dos tiras horizontales negras en la parte baja y alta del mismo. Sobre este, se apoya la *corona agonistica*, ejecutada con teselas verdes, bermellones y azabaches en fondo blanco ornamentado con un cuadrado bruno y un asma ambarina. Del cesto sobresalen dos ramas de palma verdes.

Queda clara su relación con la primera escena, siendo en este caso el púgil

que ha sufrido una aparatosa derrota.

Los tres siguientes cuarterones reflejan a la *domina* en posición central, delimitada a ambos lados por el *tibicen* y el anunciador del vencedor de la contienda.

Pero además, en los intercolumnados seis y siete vuelven a aparecer dos personajes relacionados con las actividades deportivas.

Así, el sexto recuadro, está delimitado por columnas rojas, arco escarzano y, como en el resto de los casos, suelo marrón que destaca del fondo blanquecino. En su interior hallamos a un joven desnudo cuyas medidas son 0,74 m. de altura y 0,38 m. de anchura máxima.

Se halla de pie, en posición frontal con las piernas entreabiertas y la cabeza girada sutilmente hacia la derecha a donde dirige su mirada. Su brazo izquierdo sujeta una gran rama de palma mientras alza su brazo derecho portando una corona de laurel que evidencia la victoria conseguida, que se complementa con la satisfacción que observamos en el reflejo de su rostro.

Su cabello castaño se ejecuta con teselas marrones, mientras otras negras son utilizadas para reforzar con líneas definitorias las ondulaciones y los trazos del peinado, pudiendo observar el *cirrus* en su parte posterior.

Respecto a la anatomía se refleja una musculatura bien desarrollada, además de una adecuada indicación de la luz, donde se pueden apreciar la combinación de teselas blanquecinas en la parte superior de brazos, pectorales, abdomen e interior de las piernas, junto con teselas más oscuras de color anaranjado en el contorno de las piernas, brazos y tórax, que ayudan a definir la musculatura.



Figura 7. Personajes situados a la derecha del Panel Figurativo E que representan a dos atletas.

A la derecha del personaje aparece de nuevo el pedestal con la *corona agonistica* de similares características que los descritos anteriormente.

El séptimo y último personaje del friso se sitúa totalmente a la derecha del panel, dentro de un recuadro flanqueado por sendas columnas grises y dintel recto. Se encuentra sentado sobre un suelo marrón, con clara posición de cansancio, lamento y derrota. Tiene las piernas flexionadas pero se intuye –debido a una falta teselar– que el brazo derecho posa sobre su pierna derecha mientras que con el izquierdo se apoya en el suelo soportando todo su peso. Su pelo castaño y ondulado se adorna con el *cirrus*. Junto a él aparece *corona agonistica*.

Sin duda, está relacionado con la escena anterior, tratándose de un atleta fracasado y vencido.

5. ANÁLISIS COMPARATIVO PRELIMINAR

Tal y como hemos apuntado en las páginas anteriores, el presente artículo es un estudio sintético con todas las connotaciones que ello implica. No es nuestra intención realizar aquí y ahora un vaciado bibliográfico exhaustivo, ya acometido en otras publicaciones²⁴ remitiendo a los interesados a esos trabajos.

Entre los romanos son comunes las alusiones a espectáculos organizados para el entretenimiento y disfrute del *otium*, siendo múltiples las evidencias en las fuentes escritas²⁵.

De este modo, los mosaicos con representaciones de juegos atléticos y pugilísticos, son temas recurrentes en la Cirenaica²⁶. De este modo, en la zona tunecina de Capsa, en una estancia de un pequeño recinto termal datado en el siglo IV o V, donde se documenta el denominado Mosaico de los Juegos Atléticos, con diversos personajes que cuentan con un cuidado estudio y representación anatómica entre los que se aprecian varios corredores y púgiles²⁷.

No lejos de éste se ubicaba el mosaico de Zliten, en el que junto a la compañía de músicos se representan diversas escenas del anfiteatro con diferentes juegos y un equipo de luchadores²⁸.

En esta línea se insertan el mosaico en blanco y negro de Ostia²⁹, así como el tapiz polícromo localizado en las Termas de Caracalla³⁰, con la representación estelar de los atletas, de las provincias centroeuropeas y norteafricanas, que plasman, como en Noheda, el instante del enfrentamiento entre dos púgiles, con los golpes y el desenlace final.

²⁴ Valero 2015a.

²⁵ León *et alii* 2010: 144.

²⁶ Blázquez 2007: 106 ss.

²⁷ Khanoussi 1988: 546 ss.; Ennaifer 1994: 262.

²⁸ López 2004: 309.

²⁹ Newby 2003: 180-185.

³⁰ León *et alii* 2010: 158.

Gracias a la multiplicidad de tapices musivarios y temáticas representadas en la excepcional *villa* de Piazza Armerina, debemos remitirnos a ella para indicar la presencia de púgiles³¹, el anunciador del vencedor de la contienda y el músico que toca la *bucina* que lo acompaña³², así como la plasmación de la *corona agosnistica*, en este caso con tres ejemplares sobre una mesa que esperan ser entregados al vencedor de una contienda entre erotes³³.

En Mérida se tiene constancia de un ejemplar en blanco y negro con representación pugilística en la que uno de ellos inmoviliza al otro con una llave en su brazo izquierdo, mientras con el opuesto le sujeta la cintura, siendo inminente el final del combate. A ambos combatientes, al igual que en Noheda les rodean palmas, símbolo del triunfo que uno de ellos conseguirá.

Al emeritense habría que añadirle otro policromado en Santa Vitoria do Ameixial (Portugal)³⁴ y el más recientemente aparecido en el complejo termal de un *aula* en Herrera (Sevilla). En éste se representan dos púgiles con guantes en las manos, desnudos, con el característico *cirrus* y los brazos en disposición de combatir, en el instante mismo de proceder a la lucha –como en la representación del Panel Figurativo B de Noheda-. Ante ellos un juez árbitro, que pese a encontrarse su figura muy dañada, se aprecia que porta el *rudus* mientras vigila los movimientos de ambos púgiles.

Existe una curiosa representación de *pancratio*³⁵ en un mosaico de la *villa* romana de Cabezón de Pisuerga (Valladolid), datado en el siglo IV, que refleja dos momentos de una lucha entre sendos guerreros y concluye la escena con la expresión latina *manus iunxerunt*³⁶.

Fuera de la musivaria tampoco resultan abundantes las representaciones de juegos atléticos, si bien son significativos determinados elementos como algunos relieves de sarcófagos del siglo II y III³⁷. En ellos son comunes las escenas de luchas y la plasmación de la *coronam agonistica* bien sobre mesa, bien sobre pedestales.

También de determinados elementos numismáticos de Septinio Severo, refleja en el reverso una escena pugilística. En las termas construidas por ese mismo emperador, determinados capiteles cuentan con esa misma iconografía.

Sin olvidar la referencia epigráfica documentada de un pedestal fechado en el

³¹ Ciurca 1999: 15.

³² Ciurca 1999: 31.

³³ Ciurca 1999: 90.

³⁴ Torres 1978: 91.

³⁵ Ceballos y Ceballos 2009: 61.

³⁶ Esta palabra alude al gesto técnico en el que los oponentes entrelazan los brazos para iniciar el combate, y que se repite a lo largo de la lucha con la intención de voltear al oponente (Poliakoff, 1987: 34-36).

³⁷ Cumont 1942.

siglo III, procedente de la Quinta da Torre d'Ares, en Balsa (Tavira) al sur de la Lusitania, que evidencia un combate de barcas y otro pugilístico³⁸.

6. CONCLUSIONES

Como ya se indicó en las páginas precedentes, pese a la gran aceptación que tuvieron los *ludi* pugilísticos en las postrimerías del Imperio, no se cuenta con muchas representaciones artísticas en soportes musivos en territorio hispano.

El caso estudiado aquí supone un ejemplo más, que destaca por su calidad técnica y detallismo, aportando novedades estilísticas hasta ahora no documentadas en otras representaciones hispanas.

Por este motivo, y por otras razones el mosaico de Noheda es excepcional y no se conoce en el territorio hispano ningún otro pavimento figurativo con las dimensiones del tapiz conquense. Además resulta complicado encontrar otros ejemplares musivos en todo el Imperio con características análogas a éste, es decir, que cuenten con su gran profusión iconográfica y tan compleja y variada composición. A todo esto se suma, el excelente estado de conservación, habiendo perdido sólo una pequeña parte de su superficie, que en modo alguno afecta a la interpretación global de las escenas. Su estructura resulta sumamente interesante, con una peculiar combinación de temáticas mitológicas, representaciones de diversos *ludi* y alusiones a géneros literarios y teatrales, lo que subraya su originalidad. Cada una de ellas por separado, así como la lectura del conjunto de las mismas, se desarrolla con un claro estilo narrativo, que permite seguir la secuencia de distintos episodios de un mito o de una alegoría y los contenidos transversales que hay entre ellas. A nuestro entender se trata de un *unicum* dentro de la producción musivaria conservada, tanto en ámbito hispano como en el resto del imperio romano.

BIBLIOGRAFÍA

- Abascal Palazón, J.M. (1982), *Vías de Comunicación romanas de la provincia de Guadalajara*, Ed. Diputación Provincial de Guadalajara. Instituto Provincial de Cultura "Marqués de Santillana", Guadalajara.
- Arce, J. (2010), "El complejo residencial tardorromano de Cercadilla, (*Corduba*)", Vaquerizo, D. (ed.), *Las áreas suburbanas en la ciudad histórica. Topografía, usos, función*, Monografías de Arqueología Cordobesa 18, 397-412.
- Balmelle C. (2001), *Les demeures aristocratiques d'Aquitaine*, Aquitania, Supplément, 10, Ausonius Mémoires, Bordeaux-Paris.

³⁸ Encarnação 1984: 124-126.

- Balmelle, C.; Blanchard-Lemee, M.; Darmon, J-P. ; Gozlan, S. y Raynaud, M. P. (2002), *Le décor géométrique de la mosaïque romaine II. Répertoire graphique et descriptif des décors centrés*, París.
- Blázquez Martínez, J. M. (2007), “Los mosaicos de Cirenaica”, *Cirene e la Cirenaica nell’ Antichità*, Roma, 105-116.
- Blázquez Martínez, J. M., López Monteagudo. G. Neira, L., y San Nicolás, M. P. (1993), “Hallazgos de mosaicos romanos en Hispania (1977-1987)”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Hª Antigua, 6, 221-296.
- Carandini, A., Ricci, A. y De Vos, M. (1982), *Filosofana, la villa di Piazza Armerina I-II*, Palermo.
- Ceballos Hornero, A. y Ceballos Hornero, D. (2009), “Competiciones de lucha en la Hispania antigua”, *Pyrenae* 40, 57-79.
- Chavarría Arnau A. (2006), *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VIII)*, BAT 7. Brepols, Turnhout.
- Ciurca, S. (1999), *Los mosaicos de la villa “Erculina” de Piazza Armerina. Morgantina*, Ed. Arione snc, Messina.
- Clairmont, C. (1951), *Das Parisurteil in der antiken Kunst*, Zurich.
- Coarelli, F. y Torelli, M. (1992), *Sicilia*, Roma-Bari.
- Cumont, F. (1942), *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains*, Paris.
- Dunbabin, K. M. D. (2003), *The Roman Banquet. Images of conviviality*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Duval N. (1992), *Le palais de Milan parmi les residences imperiales du Bas-Empire*, en Chiesa, G., Arslan, E. (eds.), *Felix temporis reparatio*. Atti del Convegno archaeologicalo internazionale 1990, Milan, 137-146.
- Encarnação, J. d’. (1984), *Inscrições romanas do conventus pacensis*, Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra/Instituto de Arqueologia.
- Ennaifer, M. (1994), “Contribution a la connaissance des mosaïques de la region de l’antique Capsa”, *VI Coloquio Internacional sobre Mosaico Antigo* (Palencia-Mérida, 1990), Guadalajara, 253-264.
- Hidalgo Prieto, R. (1998), “El *triclinium* triconque del *palatium* de Córdoba”, *Anales de Arqueología Cordobesa* 9, 273-300.
- Khanoussi, M. (1988), “*Spectaculum pugilum* et *gymnasium*: compte rendu d’un spectacle de jeux athlétiques et de pugilat, figuré sur une mosaïque de la région de Gafsa (Tunisie)”, *CRAI*, 543-561.
- Larrañaga Mendia, J. (1966), *Guía de Cuenca*, Excma. Diputación Provincial de Cuenca, Cuenca.
- Lavin I. (1962), *The House of the Lord. Aspects of the role of Palace triclinium in the Architecture of the Late Antiquity and Early Middle Ages*, ABull, XLIV, 1-27.

- León, P., Fernández Díaz, A., López Monteagudo, G. Luzón, J.M^a., Neira Jiménez, M^a. L. (2010), *Arte romano en la Bética. Mosaico, pintura, manufacturas*, Sevilla.
- López Monteagudo, G. (2004), “Mosaicos romanos del norte de África: la no frontera entre la tierra y el mar”, *XV Convegno Internazionali di Studi*, Roma, 295-316.
- Mar, R. y Verde, G. (2008), “Las villas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica”, Fernández Ochoa, C.; García Entero, V. y Gil Sendino, F. (eds.), *Las villae tardorromanas en el occidente del imperio: Arquitectura y Función*, Ed. Trea, Gijón, 50-83.
- Mulvin L. (2002), *Late Roman Villas in the Danube-Balkan Region*, BAR Int. Ser. 1064. Oxford.
- Newby, E. G. Z. (2003), “Greek athletics as Roman spectacle: the mosaics from Ostia and Rome”, *PBSR* 70, 177-203.
- Palomero Plaza, S. (1987), *Las vías romanas de la provincia de Cuenca*, Excma. Diputación Provincial de Cuenca, Cuenca.
- Poliakoff, M. B. (1987), *Combat sports in the Ancient World. Competition, violence and culture*, Yale University, Londres.
- Rodá i Llanza, I. (2004), “El mármol como soporte privilegiado en los programas ornamentales de época imperial”, *La decoración arquitectónica en las ciudades romanas de Occidente*, Murcia, 405-420.
- Romizzi, L. (2006), “Le ville tardo-antiche in Italia”, Chavarría, A., Arce, J. y Brogiolo, G.P. (eds.), *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental, Anejos del Archivo Español de Arqueología* 39, 37-59.
- Rossiter, J. (1991), “*Convivium* and *Villa* in Late Antiquity”, Slater, W. J. (ed.), *Dinning in a classical Context*, Michigan, 199-214.
- Torres Carro, M. (1978), “La escena de Ulises y las sirenas del mosaico de Santa Vitória (Portugal)”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Tomo XLIV, 89-102)
- Valero Tévar, M.A. (1999a), “La Necrópolis tumular de la Punta del Barriónuevo. Iniesta-Cuenca”, Valero Tévar, M.A., *Actas de las 1^{as} Jornadas de Arqueología Ibérica en Castilla-La Mancha*, Serie Patrimonio Histórico, Toledo. 181-200.
- Valero Tévar, M.A. (1999b), “El Origen del Mundo Celtibérico en la Meseta Sur”, *Actas de I Encuentros sobre el Mundo Celtibérico*, Guadalajara, 213- 219.
- Valero Tévar, M.A. (2008), “El territorio Ibérico en La Manchuela: avance de los primeros resultados”, *Studia académica, Número extraordinario*, UNED, Cuenca, 155-195.

- Valero Tévar, M.A. (2009), “La Villa de Noheda: esplendor tardoimperial”, *Revista Memorias* 15, 53-58.
- Valero Tévar, M.A. (2010), “La Villa romana de Noheda: Avance de los primeros resultados”, *Informes sobre Patrimonio* 1, Consejería de Educación, Ciencia y Cultura-Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, Toledo, 5-19.
- Valero Tévar, M.A. (2011), “Les images de ludi de la mosaïque romaine de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)”, *Nikephoros* 24, 91-114.
- Valero Tévar, M.A. (2013), “The late-antique villa at Noheda (Villar de Domingo García) near Cuenca and its mosaics”, *Journal of Roman Archaeology* 26, 307-330.
- Valero Tévar, M.A. (2014a) “El triclinium de la villa de Noheda (Villar de Domingo García (Cuenca))”, in *La Villa Restaurata e i Nuovi Studi sull’Edilizia Residenziale Tardoantica*, Edipuglia, Bari, 521-531.
- Valero Tévar, M.A. (2014b) “Estudio arqueométrico de las muestras procedentes del mosaico de la villa romana de Noheda (Cuenca): primeros resultados” *Actas del X Congreso Ibérico de Arqueometría*, Instituto de Conservación y Restauración Valenciano, Castellón, 54-68.
- Valero Tévar, M.A. (2014c), “La representación de instrumentos musicales en el mosaico de la villa romana de Noheda”, *Libro de la 53 SMR de Cuenca*, Excma. Diputación de Cuenca, Cuenca, 81-104.
- Valero Tévar, M.A. (2015a) *La villa romana de Noheda: la sala triclinar y sus mosaicos*, Tesis Doctoral, Universidad de Castilla-La Mancha.
- Valero Tévar, M.A. (2015b), “Los mosaicos del triclinium de la villa romana de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)”, *Proceedings XVIIIITH International Congress of Classical Archaeology*, Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 1347-1351.
- Valero Tévar, M.A., Gómez Pallarès, J. (2013), “El mimo celoso adinerado: literatura y espectáculo en la villa romana de Noheda”, *Quaderni Urbinati de Cultura Classica* 102, 87-106.
- Valero Tévar, M.A., Huete Alcocer, N. (2015), *La Manchuela: encrucijada de caminos*, Exma. Diputación Provincial de Cuenca, Cuenca.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA ROMANA PROVINCIAL –
LARP (MAE-USP): PESQUISAS E PROJETOS DE
ARQUEOLOGIA ROMANA NO BRASIL**
(The Laboratory of Provincial Roman Archaeology– LARP (MAE-USP):
researches and projects of Roman archaeology in Brazil)

TATIANA BINA (tatiana.bina@gmail.com)
MAE-USP

MARIA ISABEL D'AGOSTINO FLEMING (mi.fleming@usp.br)
MAE-USP

RESUMO - O presente artigo visa apresentar os projetos e contextualizar o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial no Brasil, cujo trabalho inédito tem trazido importantes contribuições à produção e divulgação do conhecimento científico sobre a História e Arqueologia Romana no Brasil. Se irá destacar a importância dos recursos tecnológicos na pesquisa e divulgação científica, bem como os desafios e trajetórias de um dos únicos laboratórios de arqueologia romana no Brasil nesses moldes.

PALAVRAS-CHAVE - arqueologia; educação; ciberarqueologia; História Romana; difusão Científica

ABSTRACT - This article aims to present the projects and contextualize the Laboratory of Provincial Roman Archaeology in Brazil, which original work has brought important contributions to the production and dissemination of scientific knowledge on the history and Roman Archaeology in Brazil. It will be highlighted the importance of technological resources in research and scientific communication as well as the challenges and trajectories of one of the only Roman Archeology laboratories in Brazil like this.

KEY-WORDS - archaeology; education; cyber archaeology; Roman History; Scientific Diffusion

1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Arqueologia Romana Provincial é o resultado de um percurso de pesquisas iniciado em 2005, quando foi formado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo o Grupo de Trabalho “Formas de contato e processos de transformação no Mediterrâneo Antigo: Roma e suas províncias”, liderado pela Profa. Dra. Maria Isabel D’Agostino Fleming e inscrito no CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Cien-

tífico e Tecnológico. Esse primeiro núcleo foi organizado inicialmente por seis membros – inscritos no programa de pós-graduação da mesma instituição - e tinha como objetivo criar no Brasil um espaço inédito de debate e discussão sobre a Arqueologia Romana nas províncias. A associação de novos membros¹, o amadurecimento de algumas discussões e o desejo de fomentar a produção e divulgação de conhecimento sobre a antiguidade romana levaram ao desenvolvimento do LARP - Laboratório de Arqueologia Romana Provincial, com um projeto intitulado “Formas de contato e processos de transformação no Mediterrâneo Antigo: Roma e suas províncias”, em 2011, com o apoio da Fapesp, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, cujo auxílio financeiro e o acompanhamento permitiram a realização de eventos e produções acadêmicas, mas também propiciaram o desenvolvimento de atividades educativas. O objetivo do presente texto é apresentar os resultados obtidos até agora e indicar os desenvolvimentos futuros.

2. OS ESTUDOS DO LARP

Os campos em investigação do LARP foram elaborados a partir de temas de interesse coletivo e da necessidade de discussão teórica e metodológica dos seus membros. Os estudos dos pesquisadores do Laboratório estão centrados nos territórios da Britânia, Hispânia, Cítania, Gália, Egito, Norte da África, Palestina e Itália em torno dos seguintes temas: imperialismo romano; exército; romanização; alteridade/identidade; identidade e discurso; religião e política; urbanismo/urbanização; transformação dos espaços públicos; iconografia; espaço doméstico; tecnologia, produção e consumo; território e paisagem, entre outros. O recorte cronológico em razão dos interesses dos membros do grupo tem sido, sobretudo, o período imperial com algumas pesquisas no período da Antiguidade Tardia, em especial, na Palestina².

Esse interesse acaba por acompanhar uma nova demanda, é inegável a importância quantitativa e qualitativa das pesquisas sobre o tema das províncias romanas, que levam a uma melhor compreensão do funcionamento das menta-

¹ O projeto hoje conta com dois professores, oito pesquisadores associados, três doutorandos, três mestrandos, um mestre e um aluno de iniciação científica. Prof. Dra. (coordenadora) Maria Isabel D'Agostino Fleming, Prof. Dr. Vagner Carneiro Porto, Prof. Dra. Marcia Severina Vasques, Dra. Silvana Trombetta, Prof. Dr. Renato Pinto, Dra. Irmina Doneux Santos, Dr. Alex dos Santos Almeida, Dra. Tatiana Bina, Doutoranda Elaine Cristina Carvalho da Silva, doutorando Marcio Teixeira Bastos, doutorando Anísio Candido Pereira Filho, doutorando Alex da Silva Martire, Ms. Alessandro Mortaio Gregori e (Iniciação Científica) Julia Faria Cotas.

² Os pesquisadores que trabalham com o período desenvolveram uma pesquisa específica, intitulada: “Landscape of Patronage and Power: The Social, Cultural and Economic Impact of Christianity against Traditional Religions between East and West”, numa parceria com a Durham University. Projeto financiado pela FAPESP e pelo AHRC - Arts & Humanities Research Council.

lidades e dos vestígios material do “Império Romano” e da própria cidade de Roma. As razões para isso são tanto porque alguns dos países mais importantes hoje econômica e culturalmente foram províncias romanas e assim produzem reflexões sobre o que seria “seu passado”, quanto pela expansão das pesquisas em territórios provinciais romanos, ligadas ao desenvolvimento técnico e metodológico da própria Arqueologia

Os recentes debates arqueológicos e historiográficos sobre Roma e sua atuação provincial muito têm repercutido na América e América Latina, em especial no que diz respeito às questões sobre “romanização”, identidade, gênero etc... É interessante explorar a potencialidade de suscitar interesse em torno do tema da relação entre “metrópole e província” no Brasil; procurar equivalências seria uma abordagem anacrônica, mas os estudos sobre a Antiguidade no Brasil suscitam uma série de questões sobre a maneira como a História é organizada em conju-minância com a produção de discursos no presente sobre o passado. O currículo escolar brasileiro contempla o ensino de História Antiga no ensino fundamental e médio e nas faculdades de História, mas muito tem se discutido sobre o significado do termo “história antiga” no Brasil e a que isso corresponderia, com eventuais compreensões do termo como abarcando a pré-história brasileira e meso-americanas. As razões para essa mudança estariam em tornar a História ensinada menos “colonialista”.

Os conhecimentos sobre a Antiguidade são muitas vezes considerados “elitistas”, distantes da realidade brasileira, se não mesmo desnecessários, embora, apesar dessas discussões, as referências ao mundo antigo não pareçam obsoletas na política, no cinema, na televisão, na moda, no design etc... A relação do Brasil com a História Antiga, como é óbvio, remonta à conquista portuguesa do território, que se configurou como o Brasil. Uma História sobre essa relação entre antiguidade e a sua importância no Brasil ainda se está por escrever.

É considerando esse ambiente que o LARP tem buscando criar propostas e projetos em diferentes níveis que fortaleçam a área no ensino superior, na própria instituição e incorporando outras instituições com projetos para professores e alunos de escolas. No nível superior o apoio institucional, da FAPESP, CAPES e CNPQ nesses dois anos permitiu trazer professores estrangeiros para ministrarem cursos, como o Prof. Dr. Carlos Jorge Soares Fabião, da Universidade de Lisboa, a Prof. Dra. Helena Paula Abreu de Carvalho, da Universidade do Minho e Prof. Dr. Patrick Le Roux, da Université de Sorbonne Paris XIII, cujo curso teve como desdobramento uma publicação bilíngue francês-português – Os territórios romanos de Portugal no Alto Império³. Esses convites atendem ao interesse pelo conhecimento da arqueologia romana provincial, considerando as pesquisas diretas de muitos membros do grupo, mas também visa suscitar

³ O livro foi publicado como um suplemento da Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – Sup. 19, 2014.

o interesse dos que acham o acesso ao mundo antigo impossível, por requisitar o conhecimento de tantas línguas estrangeiras. Mas dentro desse debate também é importante que a própria área se conheça e procure refletir sobre suas pesquisas, teóricas e metodológicas⁴ para que as razões, o sentido e as abordagens da pesquisa sobre Roma sejam vislumbrados em sua totalidade.

3. CIBERARQUEOLOGIA, SIG, WEBSIG E EDUCAÇÃO

Nos últimos anos novas tecnologias têm sido descobertas e adaptadas à Arqueologia com potencialidades para a recolha e conservação de dados, mas também novas questões, novos recortes e novos potenciais de difusão de pesquisas e ações educativas junto ao público e as escolas. O LARP tem se envolvido principalmente em duas áreas em progressiva ampliação tecnológica e emprego na arqueologia: o SIG e Websig e a Ciberarqueologia.

3.1 SIG e WEBSIG

As tecnologias de georeferenciamento estão revolucionando a arqueologia. A recolha e plotação de dados em mapas têm permitido que se tenha uma melhor noção da configuração espaço-temporal dos sítios arqueológicos, mas principalmente tem permitido que se trabalhe em uma escala até pouco tempo difícil de se considerar. É talvez o maior salto depois da Nova Arqueologia, que permitiu, com o surgimento e a introdução do computador no trabalho arqueológico, análises de dados de mais de um sítio ao mesmo tempo, possibilitando a formação de quadros regionais, com possibilidades bem exploradas no campo das “identidades”. Enquanto o geo-referenciamento permite que se estabeleça paisagens, torna possível comparar densidades populacionais, padrões de ocupação e formular hipóteses para vias de comunicação.

Por essa razão, durante o Projeto FAPESP, membros do LARP realizaram prospecções entre 2012 e 2013 em sítios castrejos em Portugal e em 2014 em sítios romanos, cujos dados foram inseridos em um banco de dados⁵ – já com 157 referências de localidades da Península Ibérica e Palestina romana – que está sendo elaborado com o objetivo de confeccionar mapas temáticos de uso do Laboratório e posteriormente a criação de recursos didáticos. Ao banco de dados estão sendo inseridos modelos tridimensionais de materiais arqueológicos relevantes para cada localidade – disponibilizados em formatos como .3DS ou .DAE e/ou georreferenciados nas camadas para aplicativo Google Earth.

⁴ Em razão disso foi organizado o I Simpósio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – “Representações da romanização no mundo provincial romano”, que teve uma representatividade expressiva de treze pesquisadores docentes de universidades brasileiras (UFRJ, UFES, UFPE, UFRN, UFPR, UFOP, UNICAMP e USP) e do exterior (Universidade de Lisboa, Duke University e Universidade do Minho).

⁵ A versão pode ser acessada em <http://www.larp.mae.usp.br/websig>

3.2 Ciberarqueologia

A ciberarqueologia tem se constituído como um campo novo, com múltiplas possibilidades: primeiro no registro de informações no sítio arqueológico, um dos melhores exemplos disso é o sítio arqueológico de Catalhoyuk, na Turquia, cuja escavação coordenada pelo Prof. Dr. Maurizio Forte⁶ tem mostrando ser possível registrar as camadas arqueológicas para que sejam vistas em 3D, criando um tipo de registro muito mais pormenorizado do que os desenhos que habitualmente são feitos nas escavações; em segundo lugar na reconstituição de estruturas arquitetônicas, de objetos e até da iluminação de cômodos com usos tanto teóricos quanto para a difusão do conhecimento; por fim, há o emprego utilizando os recursos da ciberarqueologia para produzir uma “realidade virtual”, muito utilizada hoje em museus *in loco* e como disponibilização na internet para “passeios virtuais”.

Com tantas possibilidades ao mesmo tempo que dificuldades por requerer profissionais com uma formação abrangente, O LARP instituiu um acordo com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, no intuito de propiciar o desenvolvimento da área. Como resultado, foi organizado no dia 26 de novembro de 2013 o workshop “Ciberarqueologia: o uso de tecnologias para a reconstrução-simulação interativa arqueológica”⁷, uma promoção conjunta do LARP-MAE e o Laboratório de Sistemas Integráveis, do Departamento de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica-USP, que abriga o Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas da USP (CITI-USP)⁸.

No Brasil, o LARP é o primeiro a utilizar os recursos da Ciberarqueologia para suas pesquisas e principalmente para a criação de aplicativos que podem ser empregados como recursos educativos, disponíveis em um site on line para uso público e gratuito. Os aplicativos são os seguintes:

a) Projeto DOMUS

O projeto DOMUS reuniu os membros do LARP com o propósito de criar uma habitação romana com estrutura arquitetônica compatível com um nível social alto, baseada nas plantas de Pompéia que oferecesse todo o

⁶ Forte 2010

⁷ O convidado especial foi o Professor Maurizio Forte, da Duke University, um dos maiores especialistas internacionais em ciberarqueologia, que proferiu a conferência “Envisioning 3D Archaeological Excavation: the case of Catalhoyuk”. Representou o CITI-USP, seu coordenador, o Prof. Dr. Marcelo Knörich Zuffo, que proferiu a conferência “Pesquisa e Desenvolvimento em realidade virtual da USP”.

⁸ O encontro culminou com uma parceria com um novo projeto FAPESP entre o Centro Interdisciplinar em Tecnologias Interativas – Poli-USP, LARP-USP e a Duke University, na modalidade Research Program on eScience: Cyberarchaeology Excavation: Interactive and Collaborative Immersive Visual Analytics & Editing From Massive Distributed 3D Point Cloud Databases.

aparato presente nas mesmas, configurado em um espaço idealizado para facilitar a discussão e o aprendizado. Estabelecidos os parâmetros básicos: 1) Possuir navegação livre dentro da domus, ou seja, é o usuário que escolhe seu percurso; 2) Oferecer textos-*trigger*, uma fórmula que faz com que pequenos textos explicativos apareçam toda a vez que o usuário passar por algo importante para compreensão dos cômodos, como o seu nome e função e objetos e estruturas fundamentais dentro desses ambientes; 3) Oferecer textos de apoio, pareceu ser importante para alunos, professores e outros usuários terem acesso a textos em português com mais informações sobre as habitações romanas; 4) Galeria de imagens, também pensadas como recursos didáticos, as fotografias e imagens colocadas à disposição mostram objetos e estruturas arquitetônicas reais; 5) Ter acesso online gratuito e irrestrito com o objetivo de contribuir com a difusão e ensino da Antiguidade no Brasil.

Para a produção do aplicativo disponibilizado pela internet com o nome de DOMUS Realidade Virtual (DOMUS R.V.) (figura 1: interior da DOMUS. Aplicativo DOMUS R.V. Direitos autorais: LARP-USP) foram usados os recursos do software Autodesk Maya (2013/2014), Unity e Photoshop CS6, com o objetivo de criar um ambiente de fácil navegação, semelhante aos jogos eletrônicos em primeira pessoa. Um segundo passo foi dado em dezembro de 2013, o projeto DOMUS foi também disponibilizado em sua versão desktop offline, permitindo aos usuários a utilização sem a dependência de conexão à internet e facilitando a mobilidade do aplicativo. Em 2015 o DOMUS foi disponibilizado também como um aplicativo para Android⁹, facilitando a mobilidade e tornando o DOMUS acessível a outros públicos.



Figura 1.

Para avaliar a recepção, corrigir defeitos, formular mais materiais didáticos e averiguar hipóteses de futuras produções, foi desenvolvida uma aplicação piloto em uma escola a partir de um projeto que serviu de modelo para um roteiro

⁹ É possível encontrar o DOMUS para android no Google Play.

de uso do aplicativo para professores¹⁰ (figura 2: Fotografia da aplicação piloto em Escola de Santo André-S.P. Direitos Autoriais: LARP-USP), também foi realizada, a convite da instituição, uma palestra no nível Superior para uma faculdade de Arquitetura, a IFTC. Nesse caso a Domus juntamente com plantas e fotografias de Pompéia e Ostia foi apresentada tendo como contrapartida o Tratado de Arquitetura de Vitruvius, de leitura obrigatória em boa parte das instituições de ensino de Arquitetura no Brasil, o que foi fundamental para que se percebesse a amplitude de usos da Realidade Virtual.



Figura 2.

Como desdobramento desse primeiro projeto DOMUS, foi produzido um segundo aplicativo, o DOMUS R.A. (figura 3: planta da DOMUS R.A. Direitos Autoriais: LARP-USP), que funciona exclusivamente em smartphones ou tablets com sistema operacional android. Trata-se de um aplicativo que quando passado sobre um mapa impresso apresenta a DOMUS em realidade aumentada no próprio suporte eletrônico. A vantagem é que vários alunos podem visualizar em conjunto, com um aparelho mais simples do que um computador. Um projeto educativo conjunto entre o Museu de Arqueologia e Etnologia e a Prefeitura da cidade de São Paulo está em andamento e deve ser apresentado ao público em breve. Nesse caso, se propõe a capacitação de professores para trabalharem com o dispositivo; dessa maneira, se procura estabelecer uma relação mais direta com os formadores educacionais.

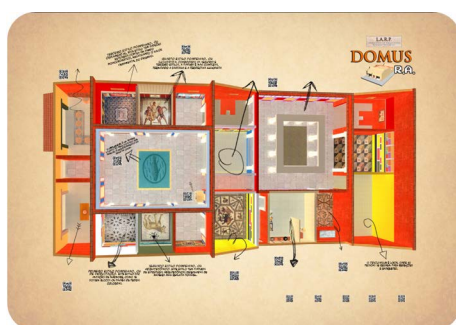


Figura 3.

¹⁰ O relato da aplicação poderá ser encontrado no livro: Fleming, no prelo. O roteiro de aplicação será apresentado em um evento no Museu de Arqueologia e Etnologia em novembro e depois será disponibilizado no site do Laboratório.

b) Roma 360°

O projeto “Roma 360°” (figura 4: Exemplos de layouts do Aplicativo “Roma 360°”. Direitos autorais: LARP-USP) foi um dos primeiros desenvolvidos pelo LARP, a partir do mapa de William R. Shepherd¹¹, se criou um aplicativo para computador que permite a visualização da cidade de Roma e dos principais monumentos que existiam no século IV d.C., período que detém uma grande quantidade de edifícios de diferentes épocas da História Romana, propiciando assim um debate sobre como a cidade se constituía, se organizava e o convívio de diferentes épocas e memórias dentro da estrutura urbana romana.

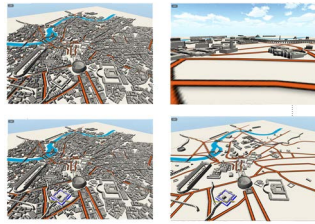


Figura 4.

4. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS CIENTÍFICOS

Efetivamente, em suas pesquisas o LARP se organiza em três Grupos de Pesquisas: 1) Urbanização e Ambiente Construído, 2) Religião e Práticas Mortuárias e 3) Economia e Tecnologia. Esses grupos realizam leituras, discutem seus trabalhos e produzem textos em conjunto, os quais podem ser utilizados como referência nas instituições de ensino superior. Se considera que é fundamental o trabalho entre colegas que trabalhem com temas próximos e em regiões diversas, especialmente com níveis diferentes na pós-graduação. Esse trabalho permite não só o aprofundamento teórico, mas também o estabelecimento de um quadro comparativo mais amplo. Se apresentam a seguir os recortes geográficos e os debates realizados dentro de cada um desses grupos de trabalho:

4.1 Urbanização e Ambiente Construído

O grupo procura debater os conceitos de território e urbanização em duas vertentes principais: flexibilização e padronização pré e pós urbanização na Península Ibérica, refletidas nas formas espaciais e arquitetônicas em suas múltiplas funções políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, de lazer e entretenimento. Nessa pesquisa, a numismática serve como evidência mediadora das diferentes estratégias políticas de diálogo entre Roma e províncias através da emissão, circulação e iconografia monetária.

¹¹ Shepherd, 1923.

4.2 “Religião” e Práticas Mortuárias

A “religião” romana não existia como um conjunto de dogmas; cada vez mais pesquisadores a tem tratado como um agrupamento de práticas e ritos, fundamentais mesmo para a constituição e organização das identidades antigas, presente inclusive nas políticas de “romanização”. A religiosidade romana tem sido um dos temas favoritos da historiografia pós-colonial, sobretudo, tratando das interações culturais. Dentro desta abordagem, procura-se acessar, através do registro material, a trajetória religiosa e as práticas mortuárias por meio da “performance”, ou seja do rito. Esse tema tem sido tratado a partir de discussões sobre pesquisas com vestígios materiais em pontos diferentes do Império Romano: Hispânia, Lusitânia, Gálias, Egito, Itália e Britânia, em abordagens que vão dos estudos iconográficos à análise do discurso dentro de uma perspectiva foucaultiana.

4.3 Economia e Tecnologia

O grupo está centrado na análise das semelhanças e as diferenças de dois tipos específicos de produção cerâmica em distintas regiões do Império: as cerâmicas comuns domésticas do noroeste da Península Ibérica e as cerâmicas de iluminação produzidas por oficinas especializadas na Palestina e Norte da África. O tema da economia e da tecnologia insere-se nas discussões sobre as relações sociais que permeiam as duas produções cerâmicas e sua integração nas redes comerciais e culturais no âmbito imperial romano. Nos casos discutidos, o gênero se mostra uma categoria relevante para a compreensão da produção, assim como a distinção entre os os grupos monoteístas (samaritanos, cristãos, judeus) e os adeptos da religiosidade romana.

5. FUTURO

O desenvolvimento desse projeto FAPESP ao cabo de dois anos se mostrou bastante proveitoso e resultou na construção de um segundo projeto submetido em julho de 2015, intitulado “Formas de Contato: produção, poder e simbolismo no mundo romano”, o plano é dar continuidade aos debates nos Grupos de Trabalho, mas, com a acumulação de expertise, uma outra série de aplicativos será desenvolvida: a) Projeto Herculano, é o mais robusto e com maiores desdobramentos dentro do Laboratório, sua execução dará início a um ciclo de atividades de dois anos e meio com palestras, discussões de filmes, documentários e simpósios. O aplicativo deverá permitir que o usuário passeie pela cidade de Herculano e possa adentrar em várias casas, lojas e ateliês. O projeto educativo visará, estendendo o que já foi feito no projeto DOMUS, discutir o uso do espaço e suas estruturas sociais; b) Mapa Interativo do Império Romano, utilizando dados do SIG e WEBSIG já recolhidos e a partir de outros disponibilizados on line se pretende desenvolver um mapa interativo em português,

associando imagens da galeria do banco de dados e informações sobre os sítios preparadas por pesquisadores, seu objetivo é ser usado como recurso didático nas escolas; c) Glossários de termos: Glossário Romano Interativo Arquitetônico (GLO.R.I.A), Glossário de Termos Religiosos (SACRUM), Glossário de Termos Artefatuais (TERMINUS). É notável a dificuldade dos alunos de graduação e professores com termos da história antiga o que lhes dificulta a compreensão desse período. Um segundo problema é a falta de padronização de alguns termos no Brasil: por essas razões se projetaram dois Glossários a serem disponibilizados virtualmente, aos quais outros darão continuidade.

O LARP nesses dois anos procurou estabelecer um espaço de diálogo entre seus membros e com o público, de maneira tanto a sanar a pequena quantidade de materiais didáticos em diversos níveis produzidos no Brasil, e em português, quanto contribuir substancialmente com o campo acadêmico através de um trabalho conjunto. A constituição dos laboratórios em ciências humanas ainda são uma novidade, com caminhos para serem traçados.

BIBLIOGRAFIA

- Fleming, M. I. D'Agostino (coord.), no prelo, *Perspectivas da Arqueologia Provincial Romana no Brasil: Pesquisas do LARP*. São Paulo.
- Forte, M. (ed.). (2010), *Cyber-Archaeology. BAR International (Book 2177)*. London.
- Shepherd, (1923), *W. R. Historical Atlas*. New York.

**LANDSCAPE ARCHAEOLOGY & EMPLOYMENT POLICIES.
MEMORIA COLLETTIVA E PROSPETTIVE OCCUPAZIONALI NEL
PAESAGGIO ARCHEOLOGICO DELL'EMILIA-ROMAGNA (ITALIA)**
(Landscape Archaeology & Employment Policies. Collective memory and
employment prospects in the Archeological Landscape of Emilia-Romagna
[Italy])

ALESSIA MORIGI (alessia.morigi@unipr.it) [I]
Università di Parma, Dipartimento di Discipline Umanistiche,
Sociali e delle Imprese Culturali
Educazione Filosofia

ALESSANDRA RAFFI (alessandra.raffi@unimi.it) [II]
Università Statale di Milano, Dipartimento Scienze Giuridiche
"Cesare Beccaria"

SINTESI - Il paesaggio antico, che conserva l'identità di un paese, può, proprio per questo, rappresentare anche un volano per la crescita e le prospettive di occupazione del paese stesso. Il paesaggio storico è, infatti, la linea guida che orienta e dà significato alla costruzione del paesaggio moderno. Per far questo, serve creare figure professionali capaci di restituire voce ad un territorio che le trasformazioni edilizie connesse all'industrializzazione hanno reso muto e di trasformare la memoria collettiva in coscienza collettiva. La sfida è ardua in generale in Italia e in particolare nei contesti industrializzati, come l'Emilia-Romagna, dove il paesaggio archeologico è spesso invisibile sotto le città moderne e dove, tuttavia, svariati studi di topografia urbana hanno dimostrato quale serbatoio di conoscenza sarebbe disponibile se si investissero risorse umane e se dignità dei luoghi potesse significare anche dignità del lavoro.

PAROLE - archeologia; urbanistica romana; politiche occupazionali; Italia settentrionale

ABSTRACT - The ancient landscape that preserves the identity of a country can drive growth and employment. The historical landscape is the guideline to build and give meaning to the modern landscape. In order to obtain this, it is needed to create professional employees that are able to give back voice to a territory, that transformed by constructions connected to the industrialisation has been left speechless, and transform the collective memory in collective conscience. Generally, the challenge is arduous in Italy. Particularly in industrialised areas such as Emilia Romagna where the archeological landscape is often invisible under the modern towns. However, several studies of urban topography have demonstrated how large the pool of know-

ledge would be available if human resources would be invested and if the dignity of the places could mean also dignity of labour.

KEYWORDS - Archaeology; Roman town planning; employment policies; Northern Italy

I. LANDSCAPE ARCHAEOLOGY¹

I paesaggi non sono solo un coagulo di luoghi. Sono insiemi significativi di insediamenti in un territorio interpretato nelle sue secolari trasformazioni. Il paesaggio è, infatti, quella forma che abbiamo imposto all'ambiente dopo secoli e millenni nei quali lo abbiamo abitato e, in questo senso, non è solo fatto topografico e plastico ma è l'espressione più viva della vita associata.

L'archeologia del paesaggio è, quindi, l'archeologia di una collettività complessa ed integrata che si riflette automaticamente nella forma dell'insediamento e del territorio in cui abita. Da questo punto di vista, l'archeologia del paesaggio è anche l'archeologia degli individui e delle comunità, che plasmano l'ambiente a loro immagine e nell'ambiente trovano senso di appartenenza e identità collettiva².

Tradotto in termini di ricerca scientifica, la landscape archaeology è, quindi, una delle fonti primarie per lo studio delle civiltà antiche siccome di queste civiltà il paesaggio non è solo coreografia ma è la sostanza stessa. Città e campagne non rispondono, infatti, a criteri esclusivamente estetici e funzionali, ma esprimono, bensì, un codice semantico. Si tratta di un complesso sistema di informazione, in cui ogni singolo abitante è insieme emittente e ricevente: emittente quando interviene a modificare lo spazio, ricevente quando ne viene, a sua volta, influenzato. La qualità del segnale risponde a un preciso sistema di segni: i grandi edifici pubblici comunicano i valori costitutivi delle comunità stesse, dalla sfera sacra a quella laica, mentre strade e infrastrutture garantiscono loro il tessuto connettivo che ne organizza e rende comprensibile il linguaggio. L'intreccio di questi due fattori disegna il palinsesto nel quale prende forma la storia dell'ambiente, declinato a disegnare una parabola in continua evoluzione. Quando, quindi, il paesaggio è in pericolo, non sono soltanto case e terre ad essere in pericolo, ma la stessa sopravvivenza del modello di civiltà nel quale ci riconosciamo. Viceversa, la sua conservazione, anche nel compromesso con le

¹ Il paragrafo "Landscape Archaeology" è a firma di Alessia Morigi. Si precisa che il presente intervento è stato consegnato per la stampa prima della Riforma Franceschini.

² Smith 2014: 307-323; per esperienze di restituzione dell'identità collettiva attraverso la valorizzazione del paesaggio archeologico e di altre normative in materia di Diritto del Lavoro e che non sono state successivamente consentite integrazioni di contenuto e bibliografiche, Cocoluto 2015: 144-146.

esigenze della vita moderna, garantisce la trasmissione dei nostri valori³.

Il dibattito sul paesaggio antico e sul suo rapporto con quello contemporaneo è, ormai, terra di tutti e di nessuno. Dopo decenni di denuncia del degrado nel quale versa il paesaggio archeologico italiano, pur con l'eccezione degli strumenti digitali utili alla comprensione e valorizzazione del patrimonio culturale, è serrata la critica alla nuova smart city & community, cioè al semplice ri-vestimento digitale della città e del territorio del tutto autoreferenziale che non ricava dalla storia dell'ambiente le regole di una costruzione futura⁴.

Trasformazioni edilizie, distruzioni e rifacimenti connessi all'industrializzazione hanno compromesso e irrimediabilmente consumato interi paesaggi, ormai cementificati fino all'inverosimile oppure trattati come fossili senza contesto⁵. Per frenare questo fenomeno sono necessari due tipi di intervento: adeguate politiche di tutela delle risorse culturali collettive e, prima ancora, un nuovo concetto di bene culturale come perno intorno al quale si costruisce il paesaggio contemporaneo. La memoria collettiva deve, insomma, diventare una coscienza collettiva, recepita nei piani regolatori e nei piani paesistici⁶.

Ora, per far questo, bisogna saper letteralmente leggere il paesaggio, avendo la capacità di riconoscere nell'ambiente di oggi i segni di quello di ieri. E' possibile farlo ovunque, con gli strumenti classici propri della topografia antica⁷. Ci sono luoghi privilegiati nei quali l'archeologia è, per così dire, a cielo aperto. I parchi archeologici e le aree senza continuità di vita possono offrire un magnifico assist per un'immersione diretta in quel segmento privilegiato di paesaggio archeologico nel quale passato e presente convivono in un museo all'aperto armonico e ben gestito⁸.

Non sono, però, questi i paesaggi statisticamente più diffusi e non sono, quindi, questi a qualificare strumenti e metodi della landscape archaeology contemporanea. Il banco di prova è, invece, rappresentato, soprattutto in Italia, dai paesaggi non parlanti, cioè da quelle aree dove la continuità di vita ha

³ Morigi 2011: 754-765.

⁴ In seno ad un ampio dibattito, di recente, ad esempio l'agenda della conferenza-itinerario "Dalla città storica alla smart city", all'interno del Forum TECHNOLOGYforALL 2015 (Roma, 12-14 maggio 2015).

⁵ Sulla battaglia contro il cemento, Settis 2010; con riferimento all'Emilia-Romagna, ad esempio Guermandi 2011: 21-34.

⁶ Sulla tutela del paesaggio archeologico, ad esempio Brogiolo 2012: 537-544; Minoja 2013: 379-384; sull'opportunità dell'archeologia preventiva per la ricerca e valorizzazione, ad esempio Belvedere 2014: 83-87.

⁷ Per sintesi efficaci sulle fonti e gli strumenti della topografia antica, ad esempio Bonora, Dall'Aglio, Patitucci Uggeri 2000; Cambi 2003; Quilici, Quilici Gigli 2004; Quilici 2008: 98-111, Morigi 2009: 365-378, con ampie esperienze applicative nelle serie "Atlante tematico di Topografia antica", "Journal of Ancient Topography" e "Agri Centuriati".

⁸ Ad esempio l'area archeologica di *Carsulae* in Morigi 1997 e, per l'allestimento, www.carsulae.it.

sovrapposto un'epoca all'altra, in una sequenza di piani regolatori più o meno consapevoli che ormai sottrae completamente alla vista il volto dell'antico. E' il caso di quasi tutti i contesti urbanizzati⁹. E' il caso, soprattutto, dell'Italia settentrionale, dove il paesaggio è stato coinvolto e spesso sconvolto dall'industrializzazione e dove il resto archeologico non è quasi mai un complesso monumentale ma, assai spesso, un pulviscolo di minuscole tracce che a stento lo specialista riesce a leggere sul terreno. Nella pianura padana, e non solo, città e campagna parlano entrambe questo linguaggio tutto da decifrare in cui l'ambiente come si presenta oggi è, di fatto, una controfigura muta della sua forma in antico¹⁰. Gli esempi non mancano. Un banco di prova esemplare è la regione Emilia-Romagna, nella quale è più viva l'attività archeologica preventiva e di emergenza. E, all'interno della regione, il centro romano di *Forum Popili*, ottimo esempio di discontinuità tra passato e presente e raro caso di pubblicazione della topografia e urbanistica antiche¹¹. L'insediamento attuale di Forlimpopoli, lungo la via Emilia è moderno e sottrae alla vista i livelli preromani e romani. D'altra parte, *Forum Popili* è ben nota alle fonti classiche e antiquarie per la sua ricca documentazione archeologica, che ha spinto alla creazione di un museo locale¹². La topografia antica è stata, quindi, indispensabile per identificare l'insediamento originario in un settore della regione, lungo la via consolare, dove il costruito non lascia più intravedere nessuna traccia di vissuto archeologico.

Tra gli strumenti disponibili, l'aerofotointerpretazione si è rivelata un fondamentale serbatoio di indizi utili a localizzare *Forum Popili* nella Forlimpopoli contemporanea. La visione aerea dell'abitato ha subito messo in luce l'assetto idrografico antico: l'ingombro degli edifici moderni ricalca, infatti, con il suo andamento circolare, i meandri del più vecchio corso del torrente Ausa, mettendone in rilievo le progressive traslazioni laterali. Il dato è stato poi confermato anche dalla stratigrafia, che ha rintracciato e datato i livelli sabbiosi depositati dal torrentello antico. Sempre le fotografie aeree hanno, quindi, permesso di riconoscere tra gli ingombri degli edifici moderni anche le strade romane, in gran parte ricalcate dall'ossatura del piano regolatore attuale e che sono tuttora percorribili nel centro storico. I tracciati viari sono stati, poi, in parte confermati anche dai rinvenimenti di tratti lastricati o inghiaiiati oppure dalle murature perimetrali degli ambienti antichi inglobati in quelli moderni, perfettamente allineati alla griglia ortogonale del piano regolatore. Infine, anche l'orienta-

⁹ Sui problemi di ricerca e tutela dell'archeologia in ambito urbano, Ricci 2006; Manacorda 2010. Per esperienze e metodi, ad esempio Ancona, Contino, Sebastiani 2012.

¹⁰ Sulla sopravvivenza dell'assetto antico del terreno nelle città e campagne, con particolare riferimento all'Emilia-Romagna, ad esempio Dall'Aglio 2012: 187-195.

¹¹ Su *Forum Popili*, Morigi 2010: 101-296, al quale, per esigenze di sintesi, rimando per tutti i dati sull'insediamento.

¹² Sul nuovo allestimento del museo, www.maforlimpopoli.it.

mento complessivo delle strutture archeologiche in vista e sepolte è risultato sempre allineato con le strade romane.

E' evidente che l'attuale paesaggio urbano di Forlimpopoli contiene e conserva al suo interno tutti gli elementi utili a ricomporre quello antico. La ricostruzione più recente è, da questo punto di vista, un buon esempio delle potenzialità del lavoro che si potrebbe progettare su ciascuno dei nostri centri maggiori e minori. *Forum Popili* si estendeva lungo la *via Aemilia* con *insulae* più ampie in prossimità della via consolare e più modeste nei settori esterni. Il piano regolatore era organizzato sui due assi da una parte della via consolare, che fungeva da decumano urbano, e dall'altra del fossile della viabilità di età preromana, che attraversava l'insediamento proveniente dall'entroterra appenninico. La *via Aemilia* era, a sua volta, la rettificazione dell'antica pista pedemontana che correva in età preromana a valle della dorsale appenninica. Siamo, quindi, all'incrocio di direttrici stradali primarie, entrambe protagoniste della romanizzazione dell'Italia del Nord e veicolo della risalita dei Romani dall'area tiberina verso l'area padana. Il progetto urbano sembra datare agli anni dell'attività del console *Popilius* alla fine del II sec. a.C., come dimostrerebbe anche la cronologia repubblicana dei tracciati stradali e la datazione al 187 a.C. della *via Aemilia*, che precede la città. Una conferma in tal senso verrebbe anche dal territorio intorno all'insediamento. Non solo, infatti, la città è orientata sulla via consolare, ma la via consolare, a sua volta, assume la funzione di decumano massimo della divisione agraria, quella stessa centuriazione che abbiamo già ricordato perché ne faceva parte anche la strada proveniente dalle colline. Nel punto di intersezione tra cardine e decumano massimo sorgeva probabilmente il foro, in corrispondenza dell'attuale piazza Garibaldi, esattamente all'incrocio tra la *via Aemilia* e la strada che scendeva dalle colline retrostanti.

E' una soluzione insediativa con ampio confronto in Emilia-Romagna nella cospicua serie di centri attrezzati lungo la *via Aemilia*, che spesso modulano la morfologia del loro impianto calibrandola sulla strada e sulla centuriazione che vi si appoggia e lo fanno proprio per le caratteristiche particolari della regione, in cui tutte le divisioni agrarie hanno come decumano massimo la via consolare¹³. E' però, soprattutto, l'ennesima conferma del fatto che il paesaggio è un organismo integrato e non può essere valutato se non nel suo insieme, e che, quindi, gli insediamenti non si possono comprendere e datare se non a partire dal comprensorio che li circonda. Città e campagna hanno pari dignità nella ricostruzione della storia dell'ambiente e devono essere entrambe coinvolte nelle politiche di tutela e rilancio del sistema paesaggio, che non ammette gerarchie.

Oltre a *Forum Popili*, l'Italia settentrionale e, al suo interno, l'Emilia-Romagna, offrono un ampio repertorio di città anticamente fiorenti e ora

¹³ Sulle centuriazioni emiliane e il loro rapporto con il territorio, ad esempio Lenzi 2009: 11-48.

cementificate, a partire dal centro maggiore, Bologna, dove l'attuale forma urbana evidenzia al suo interno l'ossatura dell'insediamento repubblicano a cavallo del decumano massimo rappresentato dall'attraversamento della *via Aemilia*, tuttora percorribile nel tratto impostato sulle celebri due torri medievali¹⁴. La *Bononia* romana, colonia del 189 a.C., è tuttora visibile se si osserva la città a volo d'uccello ed era composta da un piano regolatore con *insulae* modulari dimensionalmente calibrate con una certa flessibilità nell'interfaccia con il tratto urbano del torrente Aposa. I percorsi dell'acqua giocarono un ruolo importantissimo non solo nella geometria degli isolati, ma anche nella scelta della posizione dell'insediamento: la colonia venne, infatti, impiantata in zona stabile e poco esposta al pericolo di alluvioni nel settore inquadrato dai torrenti Aposa e Vallescura, anch'essi in parte tuttora visibili.

Anche a Parma, nel tessuto della città moderna è perfettamente leggibile la scacchiera modulare dell'insediamento romano, che, come sempre, restituisce le costanti dell'intreccio sapiente con il corso antico del torrente e della coincidenza del foro con l'attuale piazza cittadina, a sua volta dislocata all'incrocio tra cardine e decumano lungo la *via Aemilia*¹⁵. Come nella rassegna precedente, il paesaggio contemporaneo conserva il fossile non solo dell'impianto urbano ma anche dell'organizzazione del territorio di età romana. Le strade moderne dirette al territorio nascono, infatti, su tracciati antichi, in uno dei quali sopravvive la bretella diretta al tratto parmense dell'incunabolo della via Francigena. Come valore aggiunto, la città attuale ingloba inoltre, sotto l'attuale piano di calpestio, anche edifici pubblici di grande impatto monumentale: ponte sulla via consolare, teatro e anfiteatro sono tuttora rintracciabili sul posto nelle porzioni superstiti, ingoiate dall'edilizia più recente. Il piano regolatore romano ha condizionato persino la celebre piazza medievale, l'incunabolo della quale rispecchia, in parte, nell'orientamento, le linee guida della Parma antica.

La sperimentazione attualmente continua a *Regium Lepidi*, oggi Reggio Emilia, dove sono state mappate su base digitale le evidenze archeologiche, identificata sul terreno l'ossatura della rete stradale, definiti i condizionamenti imposti dalla geomorfologia e dall'idrografia antiche e infine ricostruito il piano regolatore¹⁶. Anche in questo caso, tutte le informazioni erano contenute nella stratificazione di un paesaggio urbano particolarmente muto, che aveva sigillato, nel trascorrere dei secoli, resti murari, tracce di antichi corsi d'acqua e persino le variazioni altimetriche del suolo, non ancora appiattito dall'avvento della civiltà industriale.

¹⁴ Su *Bononia*, Morigi 2016, al quale, per esigenze di sintesi, rimando per tutti i dati sull'insediamento.

¹⁵ Su Parma, Morigi 2009: 659-693; Catarsi 2009: 367-500; Morigi 2012: pp.101-122, ai quali, per esigenze di sintesi, rimando per tutti i dati sulla città e sul territorio.

¹⁶ Su *Regium Lepidi*, Morigi, Macellari, Bergamini, 2016, al quale, per esigenze di sintesi, rimando per tutti i dati sull'insediamento.

I risultati di questi lavori sono entusiasmanti e chiari a tutti, non solo per le prospettive scientifiche che aprono. Sul fronte della pubblica amministrazione e della corretta gestione del paesaggio, non si può valorizzare e conservare ciò che non si conosce¹⁷. La conoscenza è ovvio e indispensabile presupposto a ogni intervento di tutela, come dimostrano le carte del rischio archeologico, che orientano nella stesura dei moderni piani regolatori e distinguono i settori nei quali si può costruire liberamente da quelli dove più alto è il rischio di invadere aree con resti antichi¹⁸. La conoscenza è anche istruttoria alla divulgazione mediatica, come provano le esperienze di realtà aumentata dell'antichità classica anche in Emilia-Romagna¹⁹.

Quello che forse è meno chiaro è il lavoro preliminare che porta a questi risultati²⁰. Studiare il paesaggio significa, infatti, innanzitutto, percorrerlo fisicamente, per due buoni motivi. Verificare sul terreno l'esattezza e la completezza di quanto si legge in bibliografia e, soprattutto, aggiungere nuovi dati alla ricerca, se è vero che la ricognizione diretta del terreno apporta la stragrande maggioranza di informazioni inedite²¹. A questa prima fase del lavoro segue lo scandaglio integrale della bibliografia sul sito, dall'antichità ad oggi, siccome nulla può essere trascurato. Tutto, dal rinvenimento ottocentesco alla segnalazione occasionale, al materiale disperso nelle cantine, concorre a ricostruire la forma del paesaggio per come si presentava in antico²².

La varietà delle informazioni e dei materiali con i quali ci si confronta spiega lo spettro, davvero ampio, delle competenze che potrebbero servire per lavorare seriamente sulla landscape archaeology, da quelle umanistiche a quelle mutuata dalle scienze dure²³. Oltre alle discipline legate alla conoscenza del mondo antico, geomorfologia, telerilevamento, chimica fisica applicata ai BBCC, cartografia, rilievo, fotogrammetria, e molto altro ancora.

Tutto questo per arrivare a una semplice considerazione, quella cioè delle prospettive occupazionali che si potrebbero aprire se il paesaggio archeologico italiano potesse essere studiato e gestito non in base ai costi preliminari ma in base ai ricavi certi. Parlo del ritorno economico²⁴, perché è evidente quello

¹⁷ Sul rapporto tra conoscenza e tutela, ad esempio Morigi 2011: 754-765.

¹⁸ Per esempi di carta del rischio archeologico in Emilia-Romagna, Guermanni 2012: 113-116 e Bitelli 2012: 117-124, con bibliografia relativa ai singoli progetti applicativi; sulle ricadute per il paesaggio regionale, Gelichi 2008: 9-11.

¹⁹ Per esperienze positive a Reggio Emilia e a Bologna, rispettivamente www.musei.re.it/appuntamenti/regiumlepidi-project-2200 e www.glietruschielaldila.it.

²⁰ Sulla costruzione della piattaforma documentaria, Brogiolo 2012: 271-272.

²¹ Sulla ricognizione di superficie, Quilici, Quilici Gigli 2004: 69-77.

²² Sul contributo non gerarchico dei dati, Morigi 2009: 365-378.

²³ Sul contributo dell'archeologia nella definizione dei paesaggi, Volpe 2015: 273-284.

²⁴ Sulle potenzialità dell'archeologia in termini di crowdfunding, Megale 2015: 147-154;

morale²⁵, trattandosi di difendere attraverso il paesaggio la nostra stessa identità.

La forbice tra quello che si potrebbe fare e quello che si sta facendo è davvero enorme. Per dare un'idea delle forze impiegate, a vario titolo, sul paesaggio emiliano mostro dati occupazionali non recentissimi, ma risalenti al 2010 circa, che hanno fotografato la situazione in Emilia-Romagna nel periodo nel quale sono state condotte o erano in corso di elaborazione molte delle ricerche che richiamate²⁶. La popolazione degli archeologi era composta per lo più da donne, aveva un elevato titolo di studio con una percentuale di non laureati intorno all'1%, più della metà vedeva nell'archeologia la propria fonte principale di reddito e lavorava per più di sei mesi all'anno. Sono dati in controtendenza con la media nazionale italiana e che sembrerebbero collocare la regione in una prospettiva alquanto ottimistica. L'Emilia-Romagna, del resto, è una regione virtuosa, dove i dati del Ministero registrano un elevato numero di interventi di archeologia preventiva e di emergenza, anche in questo caso decisamente superiore alla media nazionale.

Lo stesso trend ci si aspetterebbe, quindi, per la tipologia di inquadramento lavorativo e per il reddito annuo. Al contrario, i rapporti di lavoro stabile riguardavano solo una minima parte degli interessati, mentre la stragrande maggioranza era inchiodata a forme di lavoro atipico e precario, in una percentuale che superava di quasi dieci punti la media nazionale. E' un dato sconcertante. Non solo un mercato del lavoro più favorevole non migliorava le condizioni di lavoro, ma, anche sotto il profilo del reddito, si scendeva addirittura sotto la soglia di povertà fissata dall'Istat. In sostanza, nella regione Emilia-Romagna, nel 2010, a fronte di 1150 cantieri archeologici aperti, secondi alla sola Puglia, più del 40% degli archeologi guadagnava meno di 5000 euro lordi all'anno.

Altri dati regionali, stavolta parziali, risalgono al 2012 e fotografano una situazione sostanzialmente identica²⁷: mercato di lavoro indifferente al livello di istruzione, sia per quanto riguarda la firma di un contratto sia, una volta firmato, per quanto riguarda il livello retributivo; nessuna relazione tra retribuzione e istruzione; retribuzione compresa tra i 5 e i 10 euro all'ora; età del lavoratore

sul valore ambiguo del cosiddetto capitale culturale, Settis 2002 e Manacorda 2010: 131-141.

²⁵ Sui benefici dell'attività archeologica per la comunità, Musteata 2009: 122-124; sull'ampia spendibilità della formazione di competenze archeologiche a livello universitario, Arendt 2013: 73-94.

²⁶ Per i dati dell'inquadramento professionale degli archeologi in Emilia-Romagna sotto il profilo salariale, Cevoli 2013: 79-87.

²⁷ BraDypUS. Communicating Cultural Heritage rende disponibile al link www.archeostats.bradypus.net dati sulle tavole rotonde organizzate dal Dipartimento di Archeologia Unibo rispettivamente su Emergenza sostenibile (2009), Il mestiere dell'archeologo (2012), Diritto del lavoro (2012); alcuni dati sono poi rifluiti nel report della Confederazione Italiana Archeologi 2014 in Pintucci, Cella 2014: 30-31, con possibilità di confronto tra la situazione emiliana e il piano nazionale.

tipico dell'archeologia compresa tra i 25 e i 35 anni, dopo i quali è frequente l'abbandono dell'attività per stress fisico da cantiere; ampia diffusione del contratto a progetto.

I mali dell'archeologia emiliana e, più in generale, italiana sono vari. Manca il riconoscimento legislativo della professione di archeologo, manca un albo, manca un sistema normativo che definisca il percorso di formazione per il mestiere dell'archeologo, manca una revisione dei meccanismi di concorrenza tra le imprese del settore, basati sul solo ribasso, manca un'interfaccia che garantisca che i profitti delle imprese archeologiche non si traducano neppure in minima parte in benefici per chi vi lavora²⁸.

Nel nuovo e assai fluido mercato del lavoro attuale, la forbice tra potenzialità e realtà nella vita quotidiana dell'archeologia italiana può forse essere riconsiderata grazie al contributo di più recenti riferimenti normativi²⁹ e nella prospettiva di una nuova architettura nell'impiego degli operatori nel settore della ricerca sul paesaggio archeologico, che serva a delineare il serbatoio di conoscenza che sarebbe disponibile se si investissero risorse umane e se dignità dei luoghi potesse significare anche dignità del lavoro.

II. EMPLOYMENT POLICIES³⁰

1. Dibattito critico e riferimenti normativi

Come è stato diffusamente evidenziato in precedenza, i beni culturali, il paesaggio, l'archeologia del paesaggio sono anche e sono soprattutto il patrimonio culturale, l'archeologia e il paesaggio dei singoli e delle comunità e ne rappresentano l'identità culturale.

E', quindi, assolutamente vero che quando il paesaggio è in pericolo, abbandonato al degrado e non tutelato, non sono soltanto case e terre ad essere in pericolo, ma la stessa sopravvivenza del modello di civiltà nel quale ci riconosciamo e della nostra identità culturale.

E', pertanto, necessario prevenire il degrado ed assicurare la conservazione del patrimonio culturale e paesaggistico nella sua interezza – pur nel temperamento della tutela dei beni culturali con alcune esigenze della vita contemporanea –, se si vuole garantire il permanere nel tempo dei valori della nostra civiltà.

²⁸ Sui mali dell'archeologia italiana e sulla conseguente crisi del concetto di tutela, ad esempio Brogiolo 2012: 269-277; Volpe 2014: 259-268; Volpe, Montella 2014: 75-85. Sui limiti e sulle proposte e prospettive di una revisione della figura professionale dell'archeologo, ad esempio Benente 2004; Volpe 2014a: 199-203; Volpe 2014b: 109-115; Malpica Cuello, Garcia Porres, Garcia-Contreras Ruiz, Cullel Muro 2014: 155-173; Volpe 2015a: 273-284.

²⁹ Ratifica ed esecuzione della Convenzione europea per la protezione del patrimonio archeologico, La Valletta, 16 gennaio 1992 (GU Serie Generale n.108 del 12-5-2015).

³⁰ Il paragrafo "Employment policies" è a firma di Alessandra Raffi.

Continuando a seguire questo importante filo conduttore, non si può fare a meno di porsi un quesito fondamentale che rappresenta la chiave di lettura e di possibile soluzione dei problemi di salvaguardia del nostro patrimonio culturale e ambientale.

Che ne sarà dei beni culturali, del paesaggio e dell'archeologia in Italia, se non si procederà con una certa sollecitudine a consolidare le procedure e gli interventi preventivi di conservazione (e ordinaria manutenzione) e ristrutturazione e restauro, ancora molto deboli ed embrionali nel nostro Paese?

Chi potrà, allora, fermare il processo, peraltro già in atto, di declino inarrestabile ed irreparabile dei beni culturali e paesaggistici (si pensi, a titolo esemplare, alla travagliata vicenda riguardante l'area archeologica di Pompei), se non si risponderà in tempo utile all'esigenza di avere a disposizione strumenti reali tecnici e concettuali, risorse umane e finanziarie, idonee a porre rimedio a tutto questo?

D'altra parte, non si può sottacere e negare che il contemperamento tra la modernizzazione delle infrastrutture e la tutela dei beni culturali e ambientali sia un problema datato e risalente nel tempo³¹.

Facendo un breve *excursus storico*, è doveroso ricordare che la creazione delle infrastrutture dell'Italia unita si realizzò con un altissimo costo in termini di patrimonio archeologico (e paesaggistico): anfiteatri divisi a metà, paesaggi costieri con tutte le infrastrutture antiche di ville, porti, etc. furono il prezzo che si pagò da parte di un'archeologia che non aveva ancora compiuto il passaggio dal monumento al territorio e da una politica forse inevitabilmente più attenta alle esigenze di creare uno stato moderno che di salvaguardare le antichità; anzi queste ed i suoi cultori furono, da una vivace parte dell'intellettualità, percepite come il nemico oscurantista e ostacolo al progresso della civiltà delle macchine.

Né riusciva ad essere efficace lo strumento che pure, fin dall'inizio della storia dell'amministrazione unitaria, era stato indicato come risolutore del conflitto: la carta archeologica.

Nel periodo fascista la situazione, pur nel clima di esaltazione della romanità, non mutò sostanzialmente: anzi, la storia della via dei Fori Imperiali dimostra come le infrastrutture, e soprattutto quelle funzionali all'immagine del regime, fossero sentite come un'esigenza superiore, da non subordinare alle esigenze archeologiche, pur se queste ricevevano proprio in questo momento la dignità di una legislazione, con l'entrata in vigore della legge n. 1089 del 1939, di grande efficacia.

Contemporaneamente va segnalata la contemporanea nascita della legislazione sul paesaggio, pur se questo era concepito del tutto esteticamente, secondo le tendenze filosofiche del momento.

Il dopoguerra, con le pressanti esigenze della ricostruzione, e la necessità di espandere il sistema infrastrutturale a sostegno del "miracolo economico",

³¹ De Caro 2008: 11 ss.

rappresentò una nuova ondata di distruzioni del patrimonio archeologico: città antiche (ad esempio Cales in Campania), città medievali (ad esempio Aquino), ville romane, come quella di Murecine riesplorata in tempi relativamente recenti presso Pompei, furono tranciate nella costruzione del tracciato autostradale Roma- Napoli-Pompei.

Ora, però, non si può più proseguire sul percorso della penalizzazione dei beni culturali e paesaggistici a vantaggio di insensate cementificazioni e speculazioni edilizie fatte ipocritamente in nome del progresso o della ripresa economica o della pretesa innovazione tecnologica, ma è venuto il momento di affrontare (non è più tempo per rimandare) il problema del rischio ambientale, archeologico e paesaggistico, se si vuole garantire alle generazioni future la possibilità di godere della bellezza e di poter ammirare i beni culturali, paesaggistici, archeologici e ambientali che contraddistinguono il tramandarsi della nostra identità culturale.

In questa ottica, occorrono, pertanto, figure professionali, che si dedichino sotto vari profili alla realizzazione dei lavori necessari alla conservazione dei beni culturali e ambientali in maniera adeguata.

I principi affermati e la “nostra tesi difensiva” del patrimonio culturale ed ambientale trovano pieno riconoscimento nelle disposizioni contenute nel testo legislativo del Codice dei beni culturali e del paesaggio³² (Decreto legislativo 22.01.2004, n° 42 , G.U. 24.02.2004, coordinato ed aggiornato con le modifiche introdotte dal D.L. 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla L. 11 novembre 2014, n. 164).

In particolare, l'art. 1 del Codice dei beni culturali e del paesaggio recita al comma 1:

“In attuazione dell'Articolo 9 della Costituzione, la Repubblica tutela e valorizza il patrimonio culturale in coerenza con le attribuzioni di cui all'Articolo 117 della Costituzione e secondo le disposizioni del presente codice”,

e aggiunge al comma 2 la precisazione secondo la quale

“La tutela e la valorizzazione del patrimonio culturale concorrono a preservare la memoria della comunità nazionale e del suo territorio e a promuovere lo sviluppo della cultura”.

Non si può, dunque, fare a meno di evidenziare la nobile e pervasiva funzionalità della tutela dei beni culturali e del patrimonio ambientale allo sviluppo culturale di una società civile e di un paese ricco di un patrimonio da preservare; ed in questa missione vengono coinvolti espressamente dal legislatore soggetti pubblici e privati, oltre alle Regioni e agli altri enti locali interessati ed investiti di un ruolo

³² Carletti, Bucci 2010.

molto importante³³ anche nel garantire il godimento diffuso della cultura.

Entrando *in medias res* e approfondendo la disamina dell'art. 2 del citato Codice, si rinviene una puntuale definizione di patrimonio culturale e ambientale, precisamente esplicitata nei seguenti termini:

“1. Il patrimonio culturale è costituito dai beni culturali e dai beni paesaggistici. 2. Sono beni culturali le cose immobili e mobili che, ai sensi degli articoli 10 e 11, presentano interesse artistico, storico, archeologico, etnoantropologico, archivistico e bibliografico e le altre cose individuate dalla legge o in base alla legge quali testimonianze aventi valore di civiltà. 3. Sono beni paesaggistici gli immobili e le aree indicati all'Articolo 134, costituenti espressione dei valori storici, culturali, naturali, morfologici ed estetici del territorio, e gli altri beni individuati dalla legge o in base alla legge. 4. I beni del patrimonio culturale di appartenenza pubblica sono destinati alla fruizione della collettività, compatibilmente con le esigenze di uso istituzionale e sempre che non vi ostino ragioni di tutela”.

Mentre la valorizzazione dei beni culturali, concepito dal nostro ordinamento come obiettivo prioritario (almeno sulla carta), è prescritta dall'art. 6 del presente Codice dei beni culturali e del paesaggio, ove si statuisce che:

“1. La valorizzazione consiste nell'esercizio delle funzioni e nella disciplina delle attività dirette a promuovere la conoscenza del patrimonio culturale e ad assicurare le migliori condizioni di utilizzazione e fruizione pubblica del patrimonio stesso, al fine di promuovere lo sviluppo della cultura. Essa comprende anche la promozione ed il sostegno degli interventi di conservazione del patrimonio culturale. In riferimento ai beni paesaggistici la valorizzazione comprende altresì la riqualificazione degli immobili e delle aree sottoposti a tutela compromessi o degradati, ovvero la realizzazione di nuovi valori paesaggistici coerenti ed integrati. 2. La valorizzazione è attuata in forme compatibili con la tutela e tali da non pregiudicarne le esigenze. 3. La Repubblica favorisce e sostiene la partecipazione dei soggetti privati, singoli o associati, alla valorizzazione del patrimonio culturale”.

³³ In tal senso devono essere letti i restanti commi dell'art. 1 del Codice dei Beni Culturali, di seguito riportati testualmente:

“3. Lo Stato, le regioni, le città metropolitane, le province e i comuni assicurano e sostengono la conservazione del patrimonio culturale e ne favoriscono la pubblica fruizione e la valorizzazione.

4. Gli altri soggetti pubblici, nello svolgimento della loro attività, assicurano la conservazione e la pubblica fruizione del loro patrimonio culturale.

5. I privati proprietari, possessori o detentori di beni appartenenti al patrimonio culturale sono tenuti a garantirne la conservazione.

6. Le attività concernenti la conservazione, la fruizione e la valorizzazione del patrimonio culturale indicate ai commi 3, 4 e 5 sono svolte in conformità alla normativa di tutela”.

Tale codice, che ha ridisegnato la materia abrogando ma al tempo stesso recependo i contenuti sostanziali della precedente normativa (si allude alla normativa degli anni '90, abrogativa e sostitutiva della l. n. 1089 del 1939)³⁴, contiene una tutela legale forte dei beni culturali, specie sotto il profilo del rafforzamento delle sanzioni amministrative e delle pene, e una nozione più ampia di beni culturali che ricomprende “beni ambientali”, “tutela”, “gestione”, “valorizzazione” e “attività culturali”.

Con il Codice dei beni culturali e del paesaggio si estende, pertanto, la definizione tradizionale di “bene culturale”, che comprende ora anche fotografie, audiovisivi, spartiti musicali, strumenti scientifici e tecnici, e naturalmente, si amplia l'ambito di cultura e di attività culturali oggetto di tutela.

La tutela, così ben consacrata nei testi legislativi richiamati e vigenti in materia, non sempre trova piena attuazione nella realtà concreta. Va segnalato che timidi segnali di interventi preventivi, specie a tutela dei beni archeologici, fin dalla fase di progettazione delle grandi opere infrastrutturali aventi un grande impatto sul territorio, cominciavano ad essere rinvenibili dopo la direttiva degli anni '80³⁵, la quale coglieva un punto fondamentale del problema, quello di verificare fin dalla decisione sul tracciato, la compatibilità delle opere pubbliche con le presistenze archeologiche³⁶.

Tali prassi di tutela risentivano, soprattutto, dell'esperienza francese (sviluppatasi fin dagli anni '70 in relazione a grandi opere pubbliche come la realizzazione della linea ferroviaria ad alta velocità TGV) e si sviluppavano sulla base dei principi contenuti in importanti documenti metodologici, come la Carta ICOMOS³⁷ del 1990, la quale raccomandava che (...) *“la legislazione deve richiedere una esplorazione archeologica ed una documentazione integrale nei casi in cui sia autorizzata la distruzione del patrimonio archeologico”* (art.3) e più oltre, all'art.5, dichiarava che *“la conoscenza archeologica è basata su un'investigazione scientifica che comprende un'intera serie di metodi da.. allo scavo integrale.*

³⁴ Il D. lgs. 29 ottobre 1999, n. 490 (in Supplemento Ordinario n. 229, relativo alla G.U. 27/12/1999, n. 302) ha disposto (con l'art. 166, comma 1) l'abrogazione dell'intero provvedimento, L. n. 1089 del 1939.

³⁵ Si fa preciso riferimento alle due circolari della Presidenza del Consiglio dei Ministri, del 20 aprile 1982 e del 24 giugno 1982, che impartirono a tutte le Amministrazioni pubbliche la direttiva di sottoporre in via preliminare, già in fase di localizzazione, all'esame del Ministero dei BB.CC., tutti i progetti di opere pubbliche da realizzare in aree anche solo indirettamente vincolate.

³⁶ De Caro, 2008: 14.

³⁷ ICOMOS (*Conseil International des Monuments et des sites*), è, per l'appunto, un'organizzazione internazionale non governativa, creata su proposta dell'Unesco, che opera per la conservazione dei monumenti e dei siti nel mondo e svolge la propria attività sulla base dei principi della Carta di Venezia del 1964, la prima carta internazionale del restauro (nata dalla necessità di costituire un'associazione di professionisti e specialisti della conservazione e del restauro).

Lo scavo deve essere condotto sui siti e sui monumenti minacciati dalle costruzioni (development) dal mutamento dell'uso del suolo, dal saccheggio o dall'erosione naturale"; o in convenzioni internazionali come quella del Consiglio d'Europa di La Valletta per la salvaguardia del patrimonio archeologico (16 maggio 1992), ove si prescrive che “*il patrimonio archeologico europeo, testimone della storia antica, è gravemente minacciato dal moltiplicarsi dei grandi lavori e pianificazione del territorio...*” e che “*(...) se i relativi progetti devono essere attuati, allora deve essere previsto un tempo adeguato perché sia realizzato un appropriato studio scientifico del sito*” (art. 5).

Entrando nel cuore della tematica oggetto della nostra disamina, va segnalato che, nonostante gli sforzi encomiabili e straordinari delle Sovrintendenze negli interventi preventivi e di conservazione, resta il fatto che l'attività è insufficiente e realizzata di frequente da soggetti inadeguati.

I lavori di scavo, documentazione e tutela preventiva o conservativa dei beni culturali, in particolare archeologici, risulta essere svolta da cooperative, prive di genuina organizzazione imprenditoriale, incapaci di sviluppare una struttura scientifica professionale adeguata e basata sullo sfruttamento del lavoro a basso costo di disoccupati intellettuali (con un reddito annuale medio compreso tra i 10.000 e i 5.000 euro), usciti dalle Università e dalle Scuole di Specializzazioni e privi di occupazione.

Per rendersi conto del drammatico stato delle cose, basta prendere in considerazione l'entità dei finanziamenti destinati alla Regione Emilia – Romagna per i Beni culturali che, a partire dall'anno 2010, ha subito un drastico calo, a causa del depauperamento delle risorse pubbliche e, di conseguenza, dei tagli delle risorse destinate alle differenti categorie dei beni culturali³⁸. Da diversi anni il settore culturale soffre per una gravissima sottrazione di risorse, specchio di una sostanziale assenza di politiche attive di investimento nello sviluppo delle attività culturali, creative, artistiche e della rinuncia ad un efficace tutela e valorizzazione del nostro patrimonio.

Con la crisi in atto la situazione si è ulteriormente aggravata: dal 2008 ad oggi il settore culturale ha perso circa 1,3 miliardi di euro di risorse per effetto del crollo della finanza pubblica, statale e locale, e della contrazione degli investimenti privati. Il *budget* del Ministero per i Beni e le Attività culturali che nel 2013 scende a 1,5 miliardi di euro, in dieci anni ha perso il 27% del suo valore³⁹. Del resto nel confronto sulla spesa statale per la cultura siamo fanalino di coda in Europa: il *budget* del nostro ministero è praticamente pari a quello della Danimarca (1.400 milioni di euro) ed è circa un terzo di quello della Francia che ogni anno stanziava quasi 4 miliardi per il suo dicastero della cultura. Non stupisce, quindi, che la nostra spesa in cultura per abitante sia

³⁸ Cfr. Report 2013 Regione Emilia – Romagna.

³⁹ *www.formez.it*, 2014: 5 ss.

di soli 25,4 euro l'anno, ma colpisce che sia la metà di quella della Grecia che impegna 50 euro per ogni cittadino.

Le esigenze del settore oggi si rivelano in tutta la loro complessità e richiedono risorse umane e finanziarie e una politica seria diretta a porre fra le priorità del Paese la tutela dei Beni culturali, come fonte di reddito e di occupazione e rilancio dell'economia italiana⁴⁰.

Per perseguire seriamente questo obiettivo e realizzarlo in tempi ragionevoli, è necessario investire in un piano occupazionale stabile e nella valorizzazione del lavoro intellettuale.

Al momento i dati sono sconcertanti⁴¹. Un contratto a tempo indeterminato interessa solo il 16% dell'intera popolazione attiva in archeologia. La libera professione, spesso con partita IVA, è la norma con una percentuale pari circa al 43%.

Più difficile da leggere il dato sui disoccupati, corrispondente al 28% del campione degli intervistati. In base al rapporto, si sono definiti disoccupati, oltre agli archeologi che al momento del sondaggio non avevano un lavoro, anche quelli che per legge in Italia non sono conteggiabili tra i disoccupati, cioè i possessori di partita IVA.

Il contratto a tempo determinato, il secondo in termini di protezioni sociali garantite, è rappresentato dal 14% degli intervistati.

Ai non dipendenti è stato chiesto con quale forma contrattuale lavorassero:

Raggruppando i dati per macro regioni si ottiene la seguente tabella:

Lavoratori autonomi (liberi professionisti) per Regione										
Regione	Partita Iva	Ritenuta d'acconto	Contratti a progetto	Borse di studio	Stage	Tirocinio non retribuito (non più legale)	In nero	Volontario	Rimborso spese	Totale per regione
Abruzzo	5	5	2							12
Basilicata	1	2	4							7
Calabria	2	3	4							9
Campania	15	6	10					1		32
Emilia-Romagna	9	3	9	1						22
Estero	1	0	4	1						6
Lazio	72	25	27	1			2	1	1	129
Liguria	5	2	4							11
Lombardia	8	5	8	1						22
Marche	5	0	3							8
Molise	2	1	1	1						5
Piemonte	3	2	1	1	1			1	1	10
Puglia	13	10	7	1			1			32
Sardegna	4	3	5	1						13
Sicilia	17	15	21	1				5	2	61
Toscana	10	10	18	3				1		42
Trentino-Alto Adige	0	1	2							3
Umbria	8	3	4							15
Veneto	5	8	5	1						19
Totale	185	104	139	13	1	3	3	1	9	458

Figura 1. Forme contrattuali dei non dipendenti: dati aggregati per Regione.

⁴⁰ Formez, 2014: 8.

⁴¹ Pintucci e Cella 2014: 19.

Lavoratori autonomi (liberi professionisti) per macroaree										
Area	Partita Iva	Ritenuta d'acconto	Contratti a progetto	Borse di studio	Stage	Tirocinio non retribuito (non più legale)	In nero	Volontario	Rimborso spese	Totale per area
Nord	30	21	29	4	1	0	0	1	1	87
Centro	95	38	52	4	0	2	1	2	0	194
Sud	38	27	28	2	0	1	0	1	0	97
Isole	21	18	26	2	0	0	0	5	2	74
Totali	184	104	135	12	1	3	1	9	3	452

Figura 2. Forme contrattuali dei non dipendenti: dati aggregati per macroaree.

La forma più diffusa è la partita IVA, ma con percentuali regionali molto diverse: nel Centro Italia (nel Lazio in particolare) il lavoro a partita IVA ha una incidenza praticamente doppia rispetto alle altre due forme più diffuse, quello con ritenuta d'acconto e con contratto a progetto.

Nelle Regioni del Nord partita IVA e contratti a progetto sono attestati con le stesse percentuali; si fa notare che la forma di collaborazione occasionale con ritenuta d'acconto sta a indicare redditi tendenzialmente sotto i 5.000 € annui, poiché oltre quella cifra la legge italiana prevede l'assunzione o comunque altre forme contrattuali.

Va, inoltre, fatto notare che la partita IVA, specialmente quella a regime ordinario, che prevede ogni 3 mesi la restituzione allo Stato dell'IVA in fattura, sottratta dell'IVA pagata negli acquisti, difficilmente può essere gestita senza ricorrere a un dottore commercialista, i cui costi annuali variano in media tra i 600 e i 1.200 € annui.

2. Partita IVA e Tariffe professionali: problema di inadeguatezza del compenso

Gli archeologi che operano in ambito libero professionale (definiti comunemente come “liberi professionisti”, “lavoratori autonomi” o “collaboratori esterni” di pubbliche Amministrazioni) non possono avvalersi di tariffe minime di riferimento.

Al momento non esiste un albo degli archeologi e una legge che preveda parametri tariffari, come invece accade per altre libere professioni, come gli avvocati ad esempio.

Esistono tariffari adottati da alcune Soprintendenze (p.e. SAP1992, pp. 54-60) per i quali non c'è obbligo di attivazione; i committenti, sia pubblici che privati, erogano compensi sulla base del budget disponibile o criteri discrezionali.

Le associazioni professionali di archeologi hanno elaborato e proposto alcuni tariffari di riferimento (CIA 2006 e ANA 2011) sulla base di mansioni e attività richieste. Il tariffario CIA 2006 è stato calibrato, per le tariffe relative agli archeologi lavoratori autonomi, tenendo conto delle retribuzioni previste dai Contratti Collettivi di Lavoro (CCNL) per analoghe mansioni. La reale applicazione di questi strumenti è difficilmente documentabile, sia per committenze

pubbliche che private, poiché essi non sono vincolanti e prevale la logica della tariffa più bassa a parità di mansioni. Non esistono a oggi studi di sintesi sulle tariffe applicate in ambito libero professionale in archeologia, a parte i pochi dati desumibili da ricerche regionali (ARCHEOSTATS 2012).

Il network costruito dalle associazioni professionali operanti in Italia ha fatto emergere compensi giornalieri che vanno da un massimo di 250 € +IVA a circa 50 € +IVA⁴².

Sviluppando queste cifre in maniera semplificata per un periodo di un mese si ottengono i seguenti risultati:

Compenso giornaliero		Imposte			Compenso mensile (22 gg. lavorative)
		INPS	IRPEF	IVA	
Massimo	250	Regime dei minimi			3756,5
		-26,70%	- 5% sostitutiva	---	
		Standard			2766,5
		-26,70%	- 23% (minimo)	22% da restituire trimestralmente	
Minimo	50	Regime dei minimi			751,3
		-26,70%	- 5% sostitutiva	---	
		Standard			553,3
		-26,70%	- 23% (minimo)	22% da restituire trimestralmente	

Figura 3. Tabella comparativa dei compensi a seconda del regime fiscale.

Il calcolo effettuato prende in considerazione un impegno continuativo per tutti i giorni lavorativi di un mese solare (al massimo 22 giornate).

Non è stato incluso nel calcolo il conteggio dell'IVA (22% al 30-3-2014) che si aggiunge in fattura, ma si paga ogni trimestre.

3. Salari medi inadeguati ai sensi dell'art. 36 cost.

Dalla disamina del *Report 2014* Il salario medio registrato è di 10.687 € all'anno, appena più alto di quello registrato per il 2010, di 10.389 €, e per il 2008, di 10.318 €.

Anche la mediana calcolata corrisponde a questo dato, con il valore di 10.400 €, mentre la maggioranza relativa di chi ha risposto (93 intervistati su 351) dichiara di aver guadagnato meno di 5.000 €.

La media dei liberi professionisti si attesta a 10.823 €, mentre quella dei dipendenti a tempo indeterminato intorno a 19.834 €.

Il salario medio nazionale italiano alla fine del 2013 era attestato intorno a 18.000 € annui, più basso al meridione con 13.400 €, ma in ogni caso più alto della media degli archeologi

Si tratta di dati desolanti e sicuramente in violazione del precetto costituzio-

⁴² Carletti, Bucci, 2014: 102 ss.

nale di cui all'art. 36 cost.⁴³, secondo cui *“Il lavoratore ha diritto ad una retribuzione proporzionata alla quantità e qualità del suo lavoro e in ogni caso sufficiente ad assicurare a sé e alla famiglia un'esistenza libera e dignitosa”*.

Mentre il lavoro, specialmente di tipo intellettuale, è sottopagato e si fa soprattutto ricorso a rapporti precari di lavoro parasubordinato, nell'ambito dei quali il pagamento di compensi, chiaramente inadeguati, si è presentato, fino ad ora come un fatto giuridicamente legittimo.

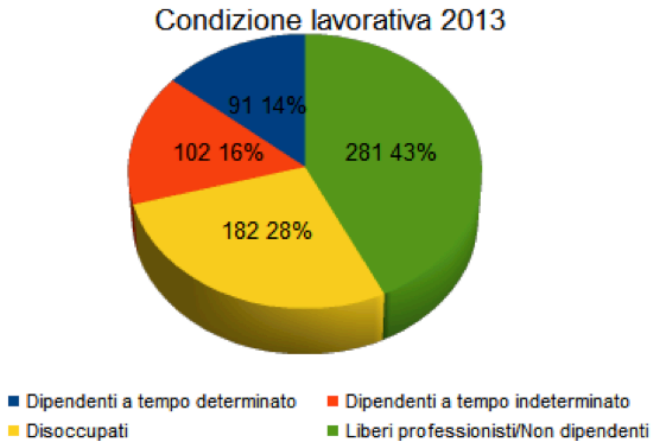


Figura 4. Illustrazione della condizione lavorativa degli archeologi italiani nel 2013.

4. Possibili soluzioni

Per rispondere alle esigenze effettive dei lavoratori intellettuali in genere, ed in particolare specializzati nel settore dell'archeologia, occorrerebbe procedere ad una massiccia assunzione di lavoratori a tempo indeterminato, con applicazione di compensi adeguati ai sensi dell'art. 36 cost. previsti dai contratti collettivi più favorevoli ai lavoratori dal punto di vista del trattamento economico e normativo, con rigido controllo e regole negli appalti di settore e adozione di protocolli con le stazioni appaltanti.

L'Italia non ha ancora ratificato la Convenzione di Malta del 1992, motivo per il quale la legislazione italiana prevede la possibilità per il MiBACT di imporre la presenza di un controllo archeologico solo sui cantieri pubblici, su quelli che ricadono in aree vincolate e, per i cantieri privati, solo nel caso in cui venga rinvenuta la presenza di preesistenze archeologiche e siano avvertite le autorità preposte: negli ultimi mesi, grazie all'impegno delle associazioni professionali di archeologi, lo Stato si sta avviando alla ratifica della Convenzione, circostanza che dovrà portare a una modifica sostanziale delle leggi di

⁴³ Treu 1979: 72.

tutela e a un aumento, auspicabile, del mercato archeologico.

Sul fronte del lavoro autonomo, occorrerebbe tutelare gli archeologi liberi professionisti istituendo un albo e una legge che preveda parametri tariffari, come accade per altre libere professioni, come gli avvocati ad esempio. Parametri tariffari adeguati ridarebbero dignità alla professione e consentirebbero uno sviluppo degli interventi e della conservazione dei beni culturali, che garantirebbe più afflusso di turisti e contribuirebbero al rilancio di un settore economicamente definibile locomotiva del Paese⁴⁴.

Dal 22 luglio scorso, con la legge 110/2014 (che ha modificato il citato Codice dei beni culturali e del paesaggio), i professionisti che operano direttamente sui Beni Culturali devono dimostrare di essere qualificati a farlo attraverso una formazione ed esperienza adeguate. Al momento, i criteri per la qualificazione degli operatori non sono ancora stati decisi; il Governo aveva 6 mesi dall'entrata in vigore della legge per delinearne il regolamento attuativo sentito il MIUR, le Associazioni professionali, i Sindacati e le Associazioni datoriali maggiormente rappresentative. La stessa legge prevede l'istituzione di elenchi (che non sono albi) non vincolanti di professionisti secondo criteri da stabilirsi.

Tuttavia si tratta di un primo debole segnale rispetto ad una svolta decisiva, che non è più rinviabile per salvare la bellezza del patrimonio culturale e paesaggistico italiano.

BIBLIOGRAFIA

- Alleva, P. (2004), "Per una vera riforma del lavoro a progetto", in G. Ghezzi (ed.) *Il lavoro tra progresso e mercificazione*. Roma, 333 e ss.
- Ancona, A., Contino, A., Sebastiani, R. (eds.) (2012), *Archeologia e Città. Riflessione sulla valorizzazione dei siti archeologici in aree urbane. Atti del Convegno internazionale tenuto a Roma presso il Museo Nazionale Romano di Palazzo Massimo alle Terme, l'11 e il 12 febbraio 2010*. Roma.
- Arendt, B. (2013), "Making it Work. Using Archaeology to Build Job Skills for Careers Other Than Archaeology", *Public Archaeology* 12.2: 73-94.
- Bauman, Z. (2008), *Modus vivendi*. Bari.
- Belvedere, O. (2014) "Archeologia preventiva. Una risorsa per la ricerca e la valorizzazione?", in A. Ferjaoui, M.L. Germanà (eds.), *Architettura domestica punica, ellenistica e romana*. Pisa, 83-88.
- Benente, F. (2004), "Archeologia e lavoro: tutto sbagliato, tutto da rifare?",

⁴⁴ www.formez.it. 2014: 3.

disponibile on line sul sito www.grupporicerche.it.

- Bitelli, R. (2012), “Il progetto C.A.R.T. Caratteristiche specifiche”, in I. Di Cocco, S. Pezzoli (eds.), *Il mazzo delle carte. L'informatizzazione dell'archivio cartografico e aerofotografico dell'IBC*. Bologna, 117-124.
- Bonora, G., Dall'Aglio, P.L., Patitucci, S., Uggeri G. (2000), *La topografia antica*, Bologna.
- Brogiolo, G.P. (2012), “Archeologia pubblica in Italia: quale futuro?”, *Post-Classical Archaeologies* 2.202: 269-278.
- Brogiolo, G.P. (2012a), “Il “paesaggio” tra legislazione, archeologia e professione”, *Tra Protostoria e Storia. Studi in onore di Loredana Capuis*. Roma, 537-544.
- Cambi, F. (2003), *Archeologia dei paesaggi antichi: fonti e diagnostica*. Roma.
- Carletti, D., Bucci, E. (eds.), Dal Testo Unico al Codice dei beni culturali e del paesaggio, Dossier 4, Ministero per i Beni e le Attività culturali (Ufficio Studi, Ufficio Legislativo), 27 gennaio 2010, <http://www.beniculturali.it/mibac/opencms/UfficioStudi/sito-UfficioStudi>.
- Cevoli, T. (2013), “Il problema dell'archeologia professionale e il precariato in archeologia”, M. Podini (ed.), *Tutela archeologica e progresso: un accordo possibile. Atti del Convegno di Reggio Emilia, 19 maggio 2012*. Reggio Emilia, 79-87.
- Coccoluto, M. (2015), “Tra archeologi e comunità: un rapporto complesso”, in C. Dal Maso, F. Ripanti (eds.), *Archeostorie. Manuale non convenzionale di archeologia vissuta*. Milano, 137-146.
- Dall'Aglio, P.L. (2012), “Paesaggio antico. Cartografia storica e variazioni ambientali”, in I. Di Cocco, S. Pezzoli (eds.), *Il mazzo delle carte. L'informatizzazione dell'archivio cartografico e aerofotografico dell'IBC*. Bologna, 187-195.
- De Caro, S. (2008), *Archeologia preventiva, Lo stato della materia*, in A. D'Andrea, M.P. Guermandi (eds.), *Strumenti per l'archeologia preventiva: esperienze, normative e tecnologie*. Budapest, 11 ss.
- Gallino, L. (2014), *Vite rinviate. Lo scandalo del lavoro precario*. Roma-Bari.
- Gallino, L. (2007), *Il lavoro non è una merce*. Bari.
- Gelichi, S. (2008), “Strategie per la costruzione di una carta territoriale delle potenzialità: dai siti al paesaggio”, in S. Gelichi e C. Negrelli (eds.), *A misura d'uomo. Archeologia del territorio cesenate e valutazione dei depositi*. Firenze, 9-11.
- Guermandi, M.P. (2011), “La cultura del paesaggio fra eccellenza giuridica e inerzia amministrativa”, E. Gennaro (ed.), *Musei e paesaggio. Da tema di ricerca a prospettiva d'impegno*. Ravenna, 21-34.

- Guermandi, M.P. (2012), "Archeologia. Il progetto C.A.R.T. prima del codice, l'archeologia come risorsa territoriale", in I. Di Cocco, S. Pezzoli (eds.), *Il mazzo delle carte. L'informatizzazione dell'archivio cartografico e aerofotografico dell'IBC*, Bologna, 113-116.
- Lenzi, F. (ed.) (2009), *Antichi paesaggi. Una proposta di valorizzazione della centuriazione romana in Emilia-Romagna*. Bologna, 11-48.
- Malpica Cuello, A., Garcia Porres, A., Garcia-Contreras Ruiz, G., Culler Muro, M. (2014), "Entrevista a Marco Milanese. Arqueología profesional entre formación universitaria, mercado laboral y arqueología pública", *Debates de arqueología medieval* 4: 155-173.
- Manacorda, D. (2010), "Archeologia tra ricerca, tutela e valorizzazione", in *Il capitale culturale. Studies on the Value of Cultural Heritage* 1: 131-141.
- Megale, C. (2015), "Anche gli archeologi fanno crowdfunding", in C. Dal Maso, F. Ripanti (eds.), *A cura di, Archeostorie. Manuale non convenzionale di archeologia vissuta*. Milano, 147-154.
- Minoja, M. (2013), Ce n'est qu'un début... La tutela del paesaggio archeologico, tra riflessione di metodo e rivoluzione normativa, *Quaderni. Rivista della Soprintendenza per i beni archeologici delle province di Cagliari e Oristano*, 24: 379-384.
- Morigi, A. (1997), *Carsulae, Topografia e monumenti*, Roma, L'Erma di Bretschneider.
- Morigi, A. (2009), "Landscape Archaeology e topografia antica: finalità, contenuti e metodologie operative nella ricostruzione storica della forma della città e del territorio", in A. Coralini (ed.), *Vesuviana. Archeologie a confronto. Convegno internazionale, Bologna, 14-16 gennaio 2008*. Bologna, 365- 378.
- Morigi, A. (2009a), "La città dentro la città. Le trasformazioni di Parma antica", in D. Vera (ed.), *Storia di Parma, 2. Parma romana*. Parma, 659-693.
- Morigi, A. (2010), "Forum Popili: forma e urbanistica", in A. Coralini (ed.), *Cultura abitativa nella Cisalpina romana, 1. Forum Popili*. Firenze, 101-296.
- Morigi, A. (2011), Recensione a "L. Quilici, S. Quilici Gigli (eds.), *Castello di Gerione. Ricerche topografiche e scavi*, Roma, 2010", *Paideia* 66: 754-765.
- Morigi, A. (2012), "«... in un gomitolo di strade...». La formazione storica del paesaggio itinerario dell'alto appennino parmense", in G. Iacoli (ed.), *Discipline del paesaggio. Un laboratorio per le scienze umane*. Milano-Udine, 101-122.
- Morigi, A. (2016), *Bononia 2.0. Identità urbana, urbanistica antica, progettazione contemporanea*. Cesena.

- Morigi, A., Macellari R., Bergamini S. (2016), “La città invisibile. Per la carta archeologica e la forma urbana di *Regium Lepidi*”, in M. Forte (ed.), *Regium@Lepidi Project 2200. Archeologie a confronto per la ricostruzione della città Romana. Convegno internazionale, Reggio Emilia, 30 Maggio 2015*, Bologna.
- Musteata, S. (2009), “Let’s do our job better and then there will be no reason to talk about the relevancy of archaeology”, *Historical Archaeology* 43(4): 122-124.
- Nove, A. (2006), *Mi chiamo Roberta, ho 40 anni, guadagno 250 euro al mese*, Torino.
- Pintucci, A., Cella, E. (2014), *Discovering the Archaeology of Italy 2012-2014*, Roma.
- Quilici, L. (2008), “La topografia antica”, in G. Poma (ed.), *Le fonti per la storia antica*. Bologna, 98-111.
- Quilici, L., Quilici Gigli S. (2004), *Introduzione alla topografia antica*. Bologna.
- Raffi, A. (2014), *La precarizzazione del mondo del lavoro: le collaborazioni fasulle e il “sottobosco” delle partite iva*, *Rivista giuridica del lavoro e della previdenza sociale*. Roma, 638 ss.
- Ricci, A. (2006), *Attorno alla nuda pietra. Archeologia e città tra identità e progetto*, Roma.
- Rodotà, S. (2012), *Il diritto di avere diritti*, Bari.
- Settis, S. (2002), *Italia S.p.A. L’assalto al patrimonio culturale*, Torino.
- Settis, S. (2010), *Paesaggio, costituzione, cemento. La battaglia per l’ambiente contro il degrado civile*, Torino.
- Smith, M.L. (2014), “The Archaeology of Urban Landscapes”, *The Annual Review of Anthropology* 43: 307-323.
- Stiglitz, J. E. (2013), *Il prezzo della disuguaglianza*, Torino.
- Treu, T. (1979), “Commento all’Art. 36”, in G. Branca (ed.), *Commentario della Costituzione*, 1. Bologna-Roma, 72 ss.
- Volpe, G. (2014), “Archeologia, paesaggio e società: le sfide dell’innovazione”, in A. Ferjaoui, M.L. Germanà (eds.), *Architettura domestica punica, ellenistica e romana: salvaguardia e valorizzazione*. Pisa, 259-268.
- Volpe, G. (2014a), “Le proposte per la professione dell’archeologo”, in *L’Italia dei beni Culturali. La formazione senza lavoro, il lavoro senza formazione, Atti del Convegno, Roma 27 settembre 2012*. Roma, 199-203.
- Volpe, G. (2014b), “Per una innovazione radicale nelle politiche della tutela e della valorizzazione”, in L. Carletti, C. Giacometti (eds.), *De Tutela. Idee a confronto per la salvaguardia del patrimonio culturale e paesaggistico*. Pisa, 109-115.

- Volpe, G. (2015), "Come l'archeologia disegna i paesaggi", C. Dal Maso, F. Ripanti (eds.), *Archeostorie. Manuale non convenzionale di archeologia vissuta*. Milano, 273-284.
- Volpe, G. (2015), "Franceschini (2014) dopo Franceschini (1966): per una visione olistica del patrimonio culturale e paesaggistico", *Ananke* 74: 34-41.
- Volpe, G., Montella, M. (2014), "Per una riforma radicale del sistema di tutela e valorizzazione", G. Volpe (ed.), *Patrimoni culturali e paesaggi di Puglia e d'Italia tra conservazione e innovazione. Atti delle giornate di studio, Foggia, 30 settembre e 22 novembre 2013*. Bari, 75-85.

(Página deixada propositadamente em branco)

VOLUMES PUBLICADOS NA COLEÇÃO HUMANITAS SUPPLEMENTUM

1. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 1 – Línguas e Literaturas. Grécia e Roma* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
2. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 2 – Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
3. Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 – História, Arqueologia e Arte* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2010).
4. Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Francisco de Oliveira (Coords.): *Horácio e a sua perenidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
5. José Luís Lopes Brandão: *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
6. José Ribeiro Ferreira, Delfim Leão, Manuel Tröster and Paula Barata Dias (eds): *Symposion and Philanthropia in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
7. Gabriele Cornelli (Org.): *Representações da Cidade Antiga. Categorias históricas e discursos filosóficos* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/Grupo Archai, 2010).
8. Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Coords.): *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/CECH, 2010).
9. Françoise Frazier et Delfim F. Leão (eds.): *Tychè et pronóia. La marche du monde selon Plutarque* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, École Doctorale 395, ArScAn-THEMAM, 2010).
10. Juan Carlos Iglesias-Zoido, *El legado de Tucídides en la cultura occidental* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, ARENGA, 2011).
11. Gabriele Cornelli, *O pitagorismo como categoria historiográfica* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
12. Frederico Lourenço, *The Lyric Metres of Euripidean Drama* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
13. José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel, Maria do Céu Fialho, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
14. Carmen Soares & Paula Barata Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na antiguidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).

15. Carlos A. Martins de Jesus, Claudio Castro Filho & José Ribeiro Ferreira (coords.), *Hipólito e Fedra – nos caminhos de um mito* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
16. José Ribeiro Ferreira, Delfim F. Leão, & Carlos A. Martins de Jesus (eds.): *Nomos, Kosmos & Dike in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
17. José Augusto Ramos & Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Mnemosyne kai Sophia* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
18. Ana Maria Guedes Ferreira, *O homem de Estado ateniense em Plutarco: o caso dos Alcmeónidas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
19. Aurora López, Andrés Pociña & Maria de Fátima Silva, *De ayer a hoy: influencias clásicas en la literatura* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
20. Cristina Pimentel, José Luís Brandão & Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
21. Francisco de Oliveira, José Luís Brandão, Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano (coords.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
22. Luísa de Nazaré Ferreira, *Mobilidade poética na Grécia antiga: uma leitura da obra de Simónides* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
23. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & JoséLuís Brandão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. I – Dos saberes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 282 p.
24. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & Delfim Leão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. II – Dos poderes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 336 p.
25. Joaquim J. S. Pinheiro, *Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 458 p.
26. Delfim Leão, Gabriele Cornelli & Miriam C. Peixoto (coords.), *Dos Homens e suas Ideias: Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013).
27. Italo Pantani, Margarida Miranda & Henrique Manso (coords.), *Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
28. Francisco de Oliveira, Maria de Fátima Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa (coords.), *Violência e transgressão: uma trajetória da Humanidade* (Coimbra e São Paulo, IUC e Annablume, 2014).
29. Priscilla Gontijo Leite, *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).

30. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. - Volume I (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
31. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. - Volume II (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
32. Pilar Gómez Cardó, Delfim F. Leão, Maria Aparecida de Oliveira Silva (coords.), *Plutarco entre mundos: visões de Esparta, Atenas e Roma* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
33. Carlos Alcalde Martín, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *O sábio e a imagem. Estudos sobre Plutarco e a arte* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
34. Ana Iriarte, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *Idades e género na literatura e na arte da Grécia antiga* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
35. Ana Maria César Pompeu, Francisco Edi de Oliveira Sousa (orgs.), *Grécia e Roma no Universo de Augusto* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
36. Carmen Soares, Francesc Casadesús Bordoy & Maria do Céu Fialho (coords.), *Redes Culturais nos Primórdios da Europa - 2400 Anos da Fundação da Academia de Platão* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
37. Claudio Castro Filho, *"Eu mesma matei meu filho": poéticas do trágico em Eurípides, Goethe e García Lorca* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
38. Carmen Soares, Maria do Céu Fialho & Thomas Figueira (coords.), *Pólis/Cosmópolis: Identidades Globais & Locais* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
39. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção I* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
40. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção II* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
41. Gabriele Cornelli, Maria do Céu Fialho & Delfim Leão (coords.), *Cosmópolis: mobilidades culturais às origens do pensamento antigo* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).

42. Nair de Nazaré Castro Soares, Cláudia Teixeira (coords.), *Legado clássico no Renascimento e sua receção: contributos para a renovação do espaço cultural europeu*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
43. Françoise Frazier & Olivier Guerrier (coords.), *Plutarque. Éditions, Traductions, Paratextes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
44. Cláudia Teixeira & André Carneiro (coords.), *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
45. Aldo Rubén Pricco & Stella Maris Moro (coords.), *Pervivencia del mundo clásico en la literatura: tradición y relecturas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
46. Cláudia Cravo & Susana Marques (coords.), *O Ensino das Línguas Clássicas: reflexões e experiências didáticas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
47. Carmen Soares, José Luís Brandão, Pedro Carvalho (coords.), *História Antiga: Relações Interdisciplinares. Fontes, Artes, Filosofia, Política, Religião e Receção*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
48. Christian Werner, *Memórias da Guerra de Troia: a performance do passado épico na Odisseia de Homero*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
49. Paola Bellomi, Claudio Castro Filho, Elisa Sartor (eds.), *Desplazamientos de la tradición clásica en las culturas hispánicas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
50. V.M. Ramón Palerm, G. Sopena Genzor, A.C. Vicente Sánchez (eds.), *Irreligiosidad y Literatura en la Atenas Clásica*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
51. Luiz César de Sá Júnior, *Escrever para não morrer: retórica da imortalidade no epistolário de Damião de Góis*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).
52. José Luís Brandão & Paula Barata Dias, *O melhor é a água: Da antiguidade clássica aos nossos dias*. (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018).
53. Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Matheus Trevizam & Júlia Batista Castilho de Avellar, *Tempestades clássicas: dos Antigos à Era dos Descobrimentos*. (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018).

54. Lorena Jiménez Justicia y Alberto J. Quiroga Puertas (eds.), *Ianus. innovación docente y reelaboraciones del legado clásico*. (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018).
55. Carmen Soares, José Luís Brandão & Pedro C. Carvalho, *História Antiga: Relações Interdisciplinares. Fontes, Artes, Filosofia, Política, Religião e Recensão*. (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018).
56. Carmen Soares, José Luís Brandão & Pedro C. Carvalho, *História Antiga: Relações Interdisciplinares. Paisagens Urbanas, Rurais & Sociais*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2018).

(Página deixada propositadamente em branco)

O estudo da História Antiga é um espaço de debate em que se encontram diferentes investigadores e disciplinas, que procuram trabalhar de forma articulada, num diálogo que se deseja interdisciplinar, produzindo sínteses históricas preferencialmente resultantes dessa interligação. As áreas do saber em diálogo neste volume vão da arqueologia, à epigrafia, aos sistemas de informação geográfica e às análises físico-químicas.

O Mundo Antigo é composto pelas cidades e pelos campos, mas também pelas pessoas que neles viveram, cenários que se projetam em diferentes escalas: quer quando se centram num lugar ou região, quer quando alargam o seu alcance, por exemplo, ao Império Romano ou a uma das suas províncias. O presente volume estrutura-se em três secções ou temáticas, não estanques, mas estreitamente relacionadas entre si: Paisagens Urbanas, Paisagens Rurais e Paisagens Sociais da Antiguidade Clássica.

**OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA**



**Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património**

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA PORTUGAL

**UNIVERSIDADE D
COIMBRA**



IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS